

Ricardo José Espírito Santo de Melo

DESPORTOS DE NATUREZA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS PRATICANTES E DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura – ramo Lazer e Desporto, orientada pelo Professor Doutor Rui Adelino Machado Gomes e apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2013

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

RICARDO JOSÉ ESPÍRITO SANTO DE MELO

DESPORTOS DE NATUREZA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS PRATICANTES E DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

COIMBRA
2013

RICARDO JOSÉ ESPÍRITO SANTO DE MELO

DESPORTOS DE NATUREZA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS PRATICANTES E DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras e à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra com vista à obtenção do grau de doutor em Turismo, Lazer e Cultura - ramo Lazer e Desporto.

Orientador: Professor Doutor Rui Adelino Machado Gomes

COIMBRA

2013

Melo, R. (2013). *Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável: Análise dos Praticantes e das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.* Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Parte dos resultados desta tese foram apresentados nos seguintes eventos científicos:

Melo, R., & Gomes, R. (2013). Desportos de Natureza: caracterização dos praticantes e da procura em Portugal. In B. Pereira, G. Carvalho, A. Cunha, e A. Silva (Coord.), *Livro de Atas do IX Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde – SIEFLAS. Desafios e Oportunidades num mundo em mudança* (pp. 645-664). Braga, Portugal: Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), Instituto de Educação, Universidade do Minho. ISBN: 978-972-8952-27-3.

Melo, R., & Gomes, R. (2013, Junho). *Nature Sports: supply and demand of the organizations in Portugal*. Paper presented at the Advanced Research Workshop in Tourism Economics. Coimbra, Portugal: Associação Portuguesa para a Investigação e Desenvolvimento em Turismo.

Melo, R., & Gomes, R. (2013, Abril). Lazer e Estilos de Vida: o Caso dos Praticantes dos Desportos de Natureza. In *10th International Week of ESEC: 'Citizens' Year: 10 years of IWE.* Coimbra, Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra.

Melo, R., & Gomes, R. (2012, Maio). Análise dos Impactos dos Desportos de Natureza: a perspectiva dos praticantes e dos gestores das organizações . In *IV Jornadas de Desporto de Natureza e Turismo Ativo: Jornadas Técnico-científicas de Desportos de Montanha*. Rio Maior, Portugal: Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

Melo, R., & Gomes, R. (2012, Abril). New challenges for sustainable development: the role of nature sports on the economic local growth and in structuring territories. In *9th International Week of ESEC: New challenges for human development and cooperation*. Coimbra, Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra.

Melo, R., & Gomes, R. (2012, Março). *Analysis of nature sports impacts: perspectives from practitioners and organization managers*. Poster session at the 19th Erasmus/Socrates Intensive Course: Tradition and new developments in sport. Coimbra, Portugal: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Melo, R., & Gomes, R. (2011). From the naturalistic movements to the nature sports [Abstract]. In J-F. Loudcher, M. Hasse, e C. Neto (Ed.), *Book of Abstracts of the XVIth International Congress. Sport and Tourism* (p. 59). Estoril, Portugal: Faculdade de Motricidade Humana. ISBN: 978-972735-177-0.

Melo, R., & Gomes, R. (2010, Abril). *Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local: estado da arte*. In *7th International Week of ESEC: Sustainable World*. Coimbra, Portugal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra.

Melo, R., & Gomes, R. (2010, Junho). *Nature Sports and Local Development: a Research Project*. Paper presented at the CIT 2010, International Congress on Tourism: Heritage & Innovation. Porto, Portugal: Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo.

Melo, R., & Gomes, R. (2010). Nature Sports and Local Development [Abstract]. Proceedings of EASS 2010, European Association for Sociology of Sport Conference: Sport, Health and Environment. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 10*(1) (supl.), p. 46. ISSN: 1645-0521.

Melo, R., & Gomes, R. (2010, Março). *Nature Sports and Local Development: state of the art.* Poster session at the 17th Erasmus/Socrates Intensive Course: Sport and Leisure. Hamburg, Germany: Hamburg University.

Melo, R., & Gomes, R. (2009, Outubro). Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local: Projecto de Investigação. In *1º Workshop do Programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura*. Coimbra, Portugal: Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

À Joana e ao Duarte

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento é como uma longa expedição de montanhismo. O seu início faz-se com um misto de sentimentos: ansiedade pelo seu começo; alegria por poder concretizar um objectivo; e muitas dúvidas pelo desafio da conquista de algo difícil e longínquo. Depois de iniciada a jornada é necessário percorrer um trilho muitas vezes duro e sinuoso para alcançar o cume e conseguir regressar ao campo base.

Finalizada esta aventura, este é o espaço e o momento para agradecer a quem, directa ou indirectamente, contribuiu para a sua concretização: as que contribuíram com os seus conhecimentos e a sua competência, e me ajudaram a preparar a viagem e a trilhar o melhor percurso; e as que foram um bom abrigo nas ocasiões em que foi necessário parar para descansar e para recuperar energias.

As primeiras palavras de apreço e de agradecimento vão para o Professor Doutor Rui Gomes, o líder desta expedição, por ter sido a grande referência nesta aventura, por ter estado presente nos momentos mais críticos da viagem, pela sua capacidade de analisar e delimitar o melhor percurso a seguir, e pela liberdade que me concedeu para tomar algumas decisões difíceis durante o trajecto, factores que contribuíram para a aquisição de competências académicas, profissionais e pessoais, e consequentemente para a obtenção de uma maior autonomia em futuras expedições.

À Universidade de Coimbra por ter proporcionado, em termos institucionais, esta aventura, e aos professores do primeiro ano do curso de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, pelo seu contributo para planear toda a logística necessária para empreender esta viagem.

Aos aventureiros que conheci durante esta viagem, os meus colegas de doutoramento, pela camaradagem, amizade e partilha, apesar de termos seguido por percursos distintos.

Aos participantes neste estudo que, embora anónimos, prestaram um contributo decisivo para a sua concretização.

Aos meus amigos e colegas da ESEC, pela sua ajuda em determinados momentos desta aventura, e por todas as outras aventuras que foram sendo

realizadas nestes últimos anos, que me fizeram crescer tanto a nível profissional, como a nível pessoal.

A todos os meus amigos e colegas que me deram força para realizar esta viagem, em especial aos meus amigos da *Confraria da Xixa,* por todos os bons momentos que tivemos e que me fizeram esquecer, embora temporariamente, as agruras da vida.

À minha família, que sempre me apoiou de forma incondicional em todas as minhas aventuras, mesmo sem compreender muitas das vezes o significado do que eu estava a fazer.

Um agradecimento muito especial aos meus pais, que sempre foram a minha grande referência, e que tudo fizeram para que eu pudesse chegar sempre mais além.

Ao Duarte, que nasceu a meio da viagem, quero pedir desculpa pelas minhas ausências, não só físicas, mas principalmente mentais. Foste sempre a bonança no meio da tempestade que por diversas vezes se fez sentir.

À Joana, por toda a sua dedicação, especialmente durante estes últimos cinco anos. Por ter estado sempre presente, mesmo quando não era fácil estar, por ter sido a força que me impulsionou a empreender esta jornada, por nunca me ter deixado abandonar esta viagem, mesmo quando eu achava que era impossível chegar ao final da aventura. Sem ti tudo teria sido bem mais difícil.

A todos agradeço por ter chegado ao cume da montanha e por ter conseguido regressar…

RESUMO

Os Desportos de Natureza (DN) são um fenómeno crescente em todo o mundo e a sua contribuição para a sustentabilidade dos territórios é bem aceite. Esta tese tem como objectivos: i) caracterizar os praticantes dos DN, maiores de 18 anos, residentes em Portugal continental, identificando as suas características sociodemográficas, as práticas de lazer e o uso dos seus tempos livres, e o perfil de prática dos DN; ii) caracterizar as Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza (OPDN), a operar em Portugal continental, identificando o seu perfil geral, as características da sua oferta, da procura, e o perfil dos seus dirigentes; iii) Identificar os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) gerados pelos DN, e o seu contributo para a sustentabilidade do desenvolvimento local, partindo da percepção dos praticantes e dos agentes promotores destas actividades, e dos seus comportamentos nos locais das práticas. Os dados foram recolhidos através da aplicação de dois questionários *online* a uma amostra de praticantes (n=1126), e de dirigentes das OPDN (n=166), e analisados através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). O perfil geral dos praticantes inquiridos corresponde ao indivíduo do sexo masculino, jovem, solteiro, com um nível de escolaridade ao nível do ensino superior, trabalhador por conta de outrem, em grupos profissionais altamente qualificados, com um capital económico acima da média nacional, e residente no litoral do país. Os praticantes apresentam um estilo de vida activo centrado nas práticas expressivas (desportivas e ao ar livre). Em relação à prática dos DN, os dados apontam para uma procura satisfeita, apesar dos praticantes inquiridos indicarem que gostariam de realizar a actividade favorita mais vezes, pressupondo-se por isso alguns constrangimentos que condicionam a frequência das respectivas práticas, assentes principalmente na falta de tempo e na falta de dinheiro. Por outro lado, a questão ambiental (e.g. para estar em contacto com a natureza) e a aventura (e.g. para ter novas experiência e sensações de aventura) são as principais razões para praticarem DN. Os dados sugerem que o BTT, seguido do pedestrianismo e da canoagem, são os DN mais praticadas em Portugal. Os DN são, de forma geral, realizados ao longo de todo o ano, pelo menos uma vez por semana, durante o fim-de-semana, e durante o período da manhã. Os praticantes percorrem vários espaços de prática (sem local fixo para a prática), realizando as

suas actividades preferencialmente no concelho de residência. No entanto, este perfil de prática é distinto em função das diferentes características de cada actividade dos DN, do perfil dos praticantes e do âmbito socio-organizacional da prática. Em relação à oferta, foram identificadas quatro tipologias de OPDN: empresas (turismo, desporto, etc.); clubes desportivos; clubes de praticantes e associações (ambientalistas, culturais, desportivas, recreativas, etc.). Os resultados apontam para uma oferta distinta pelos diferentes tipos de OPDN. Os dados mostram que o *surf* é a actividade desenvolvida por mais empresas; o BTT, a vela e as multiactividades por mais clubes desportivos; e o BTT e o pedestrianismo pela maioria das associações. Os resultados indicam que tanto os praticantes como os dirigentes das OPDN consideram as três dimensões dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais) como geralmente positivas, sugerindo que o impacto dos DN na sustentabilidade do desenvolvimento local é positivo. Os resultados mostram também que ambos os grupos (praticantes e dirigentes) percepcionam, de forma geral, a repercussão dos impactos positivos como relevantes, e os impactos negativos como não relevantes. Tanto os praticantes com os dirigentes das OPDN indicam apresentar um comportamento sustentável nos locais de destino e junto das comunidades locais. Os praticantes dos DN referem que os valores despendidos com as práticas dos DN são expressivos, quando comparados com os valores médios gastos com as actividades de lazer turístico em Portugal, o que mostra que os DN são uma componente importante do lazer e do turismo dos praticantes. A maioria dos dirigentes das OPDN também considera que o sector dos DN apresenta um potencial de crescimento nos próximos 10 anos. A segmentação dos praticantes, baseada nas razões (benefícios esperados) para a prática dos DN, resultou em seis grupos de praticantes: aventureiros ambientalistas, aventureiros sociabilizadores, ambientalistas eclécticos, aventureiros competitivos, higienistas ambientalistas, e turistas ambientalistas. Estes seis segmentos foram caracterizados em função das características dos praticantes que os compõem.

Palavras-chave: Desportos de Natureza. Praticantes. Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. Impactos. Desenvolvimento local sustentável.

ABSTRACT

Nature Sports (NS) are a growing phenomenon around the world and their contribution for the sustainability of territories is well accepted. This thesis aims to: i) characterize the NS practitioners, over 18 years, residents in mainland Portugal, identifying their demographic characteristics, leisure practices and free time uses, and NS practice profile; ii) characterize the Nature Sports Organizations (NSO), operating in mainland Portugal, identifying their general profile, the supply and demand characteristics, and the profile of its managers; iii) identify the impacts (environmental, economic and sociocultural) generated by NS and their contribution for the sustainability of local development, based on the perception of the NS practitioners and promoters of these activities, and their behaviors in the local of the practices. The data was collected by applying two online questionnaires to a sample of practitioners (n=1126), and NSO managers (n=166), and analyzed using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) software. The general profile of the NS practitioner corresponds to a young male, single, with a higher level of education, employed in highly qualified professionals groups, with an economic capital above the national average, and resident on the coastal region of the country. They present an active lifestyle, centered on expressive practices (sports and outdoor). Regarding the NS practices, the data points to a satisfied demand, although the inquired practitioners indicate they would like to experience the favorite activity more often, assuming some constraints that affect the frequency of their practices, based mainly in lack of time and money. On the other hand, the environmental (e.g. for the contact with nature) and adventure (e.g. to have new experiences and adventure sensations) issues are the main reasons for practicing NS. The data suggests that MTB, followed by trekking and kayaking, are the most practiced NS in Portugal. The NS are, in general, performed throughout the year at least once a week, on weekends, and during the morning. Practitioners travel to various areas of practice (without fixed places to practice), performing their activities preferably in the county of residence. However, this practice profile is distinguished according to the different characteristics of each NS activity, the practitioners' profile, and socio-organizational scope of the practices. On the supply side, four types of NSO were identified: business (tourism, sports, etc.); sport clubs; practitioners clubs; and associations

(environmental, cultural, sporting, recreational, etc.). The results point to a distinct offer by the different types of NSO. The data shows that surfing is the activity developed by more companies; MTB, sailing and multiple activities by more sports clubs; and MTB and trekking by most associations. The results indicate that both NS practitioners and NSO managers consider the three dimensions of the impacts (environmental, economic and socio-cultural) as generally positive, suggesting that the NS impact on the sustainability of local development is positive. The results also show that both groups (practitioners and managers) perceive, in general, that the repercussion of the positive impacts is relevant, and the negative impacts are not relevant. Both NS practitioners and NSO managers indicate to present a sustainable behavior in the destinations of practices and with the local communities. Practitioners report that the values spent with NS practices are significant when compared with the average spent with leisure tourism in Portugal, which shows that NS are an important component of leisure and tourism for them. Most NSO managers also consider that the NS sector has growth potential for the next 10 years. The segmentation of practitioners, based on the motivations (expected benefits) for the NS practice resulted in six groups of practitioners: environmentalists' adventurers, sociable adventurers, eclectic environmentalists, competitive adventurers, environmental hygienists, and environmentalists' tourists. These six segments were characterized according to the characteristics of the practitioners that compose them.

Keywords: *Nature Sports. Practitioners. Nature Sports Organizations. Impacts. Sustainable local development.*

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS xvii
LISTA DE TABELAS xx
LISTA DE MAPAS xxiv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS xxv
I. INTRODUÇÃO 27
1.1. APONTAMENTOS INICIAIS 29
1.2. ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO 29
1.3. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO 31
1.4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA TESE 35
1.5. QUESTÕES DE PARTIDA 36
1.6. OBJECTIVOS GERAIS DA TESE 37
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO 39
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA 41
2.2. DESPORTOS DE NATUREZA, TURISMO E LAZER 42
2.2.1. TEMPOS, ESPAÇOS E PRÁTICAS DE LAZER 42
2.2.2. LAZER E ESTILOS DE VIDA 55
2.2.3. CONEXÕES ENTRE DESPORTO, TURISMO, LAZER E NATUREZA 59
2.3. DESPORTOS DE NATUREZA: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS 64
2.3.1. A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA 64
2.3.2. AS ACTIVIDADES NA NATUREZA NO ESPÍRITO DA MODERNIDADE 69
2.3.3. PÓS-MODERNIDADE: NOVOS VALORES, NOVAS PRÁTICAS NA NATUREZA 75
2.3.4. A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE DESPORTOS DE NATUREZA 79
2.3.5. TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA 89
2.4. CATEGORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 97

2.4.1. TIPOLOGIAS E SECTORES DE PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA 97
2.4.2. SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA 101
2.5. A PARTICIPAÇÃO NOS DESPORTOS DE NATUREZA 107
2.5.1. OS DESPORTOS DE NATUREZA E AS CULTURAS DESPORTIVAS 107
2.5.2. OS DESPORTOS DE NATUREZA E A PERSPECTIVA DO *SERIOUS LEISURE* 116
2.5.3. OS DESPORTOS DE NATUREZA E AS TEORIAS DO RISCO 122
2.5.4. MOTIVAÇÕES, PREFERÊNCIAS E CONSTRANGIMENTOS À PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA 129
2.5.5. EXPERIÊNCIA, COMPETÊNCIA, INDEPENDÊNCIA E COMERCIALIZAÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA 139
2.6. AS ORGANIZAÇÕES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 143
2.6.1. O MODELO EUROPEU DE ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO 143
2.6.2. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 145
2.6.3. PERSPECTIVAS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 153
2.7. OS DESPORTOS DE NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL 166
2.7.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 166
2.7.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 171
2.7.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 175
2.7.4. CONTRIBUTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA PARA A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL 178
III. A PROBLEMÁTICA E OS OBJECTIVOS DO ESTUDO 187
3.1. NOTA INTRODUTÓRIA 189
3.2. ENUNCIADO DO PROBLEMA 189
3.3. OBJECTIVOS DO ESTUDO 192
IV. METODOLOGIA 195
4.1. NOTA INTRODUTÓRIA 197
4.2. OS DESPORTOS DE NATUREZA SELECCIONADOS 198
4.3. UNIVERSO E PLANO DA AMOSTRA 198

4.3.1. UNIVERSO E AMOSTRA DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 198
4.3.2. UNIVERSO E AMOSTRA DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 199
4.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS 201
4.4.1. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO 201
4.4.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 203
4.4.3. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO ÀS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 204
4.5. RECOLHA DOS DADOS 205
4.5.1. RECOLHA DOS DADOS SOBRE OS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 205
4.5.2. RECOLHA DOS DADOS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 206
4.6. TRATAMENTO DOS DADOS 207
V. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 211
5.1. NOTA INTRODUTÓRIA 213
5.2. OS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 213
5.2.1. APONTAMENTOS INICIAIS 213
5.2.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS INQUIRIDOS 216
5.2.3. PRÁTICAS DE LAZER E ESTILOS DE VIDA DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 226
5.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA 239
5.2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA 267
5.3. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 272
5.3.1. APONTAMENTOS INICIAIS 272
5.3.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 279
5.3.3. PERFIL GERAL DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 282
5.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 288

5.3.5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA NAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA 298
5.3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA..... 306
5.4. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA NA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DOS COMPORTAMENTOS NOS LOCAIS DE DESTINO DAS PRÁTICAS 312
5.4.1. APONTAMENTOS INICIAIS 312
5.4.2. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E DOS COMPORTAMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA NOS LOCAIS DE PRÁTICA..... 314
5.4.3. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E DOS COMPORTAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA NOS LOCAIS DE PRÁTICA 331
5.4.4. SÍNTESE CONCLUSIVA..... 340
5.5. PERFIL DOS SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA 342
5.5.1. APONTAMENTOS INICIAIS 342
5.5.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA 344
5.5.3. SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA..... 346
5.5.4. CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA..... 349
5.5.5. SÍNTESE CONCLUSIVA..... 358
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 365
6.1. NOTA INTRODUTÓRIA..... 367
6.2. CONCLUSÕES GERAIS..... 367
6.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO..... 381
6.4. PERSPECTIVAS FUTURAS 382
BIBLIOGRAFIA **..... 385**
ANEXOS **..... 409**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza em Portugal continental, por tipologia de organização. 200
Gráfico 2. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo. 216
Gráfico 3. Distribuição dos indivíduos inquiridos por idade. 216
Gráfico 4. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo e grupo etário. 217
Gráfico 5. Estado civil dos praticantes inquiridos. 218
Gráfico 6. Distribuição dos praticantes inquiridos por condição e situação perante o trabalho. 221
Gráfico 7. Condição e situação perante o trabalho do elemento activo do agregado familiar. 222
Gráfico 8. Distribuição dos praticantes inquiridos por grupo profissional. 222
Gráfico 9. Nível de instrução dos praticantes inquiridos. 223
Gráfico 10. Índice de participação dos praticantes dos Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres por agrupamento das práticas. . 237
Gráfico 11. Índice de participação dos praticantes dos Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres por tipologia de espaços. 239
Gráfico 12.Tendência da participação nas actividades dos Desportos de Natureza por grupo de idade. 243
Gráfico 13. Média de idade de início da prática da actividade que foi realizada com maior frequência por grupo de idade. 247
Gráfico 14. Participação nas actividades dos Desportos de Natureza por âmbito socio-organizacional. 250
Gráfico 15. Frequência da participação nas actividades dos Desportos de Natureza. 254
Gráfico 16. Período do ano preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza. 254
Gráfico 17. Período da semana preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza. 254
Gráfico 18. Período do dia preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza. 255
Gráfico 19. Duração da prática das actividades dos Desportos de Natureza. 255
Gráfico 20. Local da prática das actividades dos Desportos de Natureza. 255
Gráfico 21. Área geográfica de realização das actividades dos Desportos de Natureza. 256
Gráfico 22. Apropriação dos espaços pelos praticantes das diferentes actividades dos Desportos de Natureza. 256
Gráfico 23. Valores médios da importância das razões apontadas pelos praticantes, para a prática nas nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nada importante e 5 a totalmente importante. 261

Gráfico 24. Valores médios da importância das razões (constrangimentos) apontadas pelos praticantes para não praticarem de forma tão regular, nas nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nada importante e 5 a totalmente importante..... 264
Gráfico 25. Grau de associação à prática dos Desportos de Natureza apontado pelos praticantes das nove actividades onde se obtiveram mais respostas. ... 266
Gráfico 26. Número de Organizações Promotoras de Desportos de Natureza, em Portugal continental, por tipologia de organização..... 273
Gráfico 27. Sexo dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza..... 279
Gráfico 28. Nível de escolaridade dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza..... 280
Gráfico 29. Percepção dos impactos ambientais por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 315
Gráfico 30. Percepção dos impactos económicos por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 315
Gráfico 31. Percepção dos impactos socioculturais por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 315
Gráfico 32. Classificação média da repercussão dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais) no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 316
Gráfico 33. Classificação da repercussão dos impactos ambientais no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 317
Gráfico 34. Classificação da repercussão dos impactos económicos no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 318
Gráfico 35. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza. 319
Gráfico 36. Índice de comportamentos sustentáveis..... 322
Gráfico 37. Índice de comportamentos sustentáveis por idade..... 322
Gráfico 38. Forma de deslocação para os locais de prática..... 323
Gráfico 39. Forma de realizar as refeições nos locais de prática..... 324
Gráfico 40. Percentagem de vezes que os praticantes pernoitaram quando praticaram Desportos de Natureza. 325
Gráfico 41. Tipologia de alojamento utilizado pelos praticantes quando pernoitaram para realizar Desportos de Natureza. 325
Gráfico 42. Rubrica de despesas efectuadas pelos praticantes para realizar Desportos de Natureza. 326
Gráfico 43. Rubrica de despesas efectuadas pelos praticantes para realizar Desportos de Natureza nos locais de prática..... 326
Gráfico 44. Valor dos gastos com os Desportos de Natureza. 329
Gráfico 45. Percentagem dos gastos despendidos com os Desportos de Natureza nos locais das práticas. 329
Gráfico 46. Percepção dos impactos ambientais por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 331

Gráfico 47. Classificação da repercussão dos impactos ambientais no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 332
Gráfico 48. Percepção dos impactos económicos por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 333
Gráfico 49. Classificação da repercussão dos impactos económicos no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 334
Gráfico 50. Percepção dos impactos socioculturais por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 335
Gráfico 51. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 336
Gráfico 52. Plano de boas práticas e/ou código de conduta. 340
Gráfico 53. Distribuição da média das razões apontadas pelos membros de cada grupo para a prática dos Desportos de Natureza por cada segmento. 347
Gráfico 54. Distribuição da média dos factores da associação aos Desportos de Natureza por cada segmento. 347

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Classificação das actividades de lazer. ---------- 49
Tabela 2. Critérios de categorização do uso dos tempos livres. ---------- 50
Tabela 3. Categorias do uso dos tempos livres. ---------- 51
Tabela 4. Grelha de classificação das práticas culturais. ---------- 52
Tabela 5. Estilos de prática e a forma cultural transmoderna. ---------- 92
Tabela 6. Universos culturais e formas da cultura transmoderna. ---------- 97
Tabela 7. Classificação das tipologias das organizações do campo desportivo. --- 147
Tabela 8. Impactos do turismo e dos Desportos de Natureza nos destinos e na sustentabilidade do desenvolvimento local. ---------- 181
Tabela 9. Objectivos e variáveis do questionário dirigido aos praticantes dos Desportos de Natureza. ---------- 204
Tabela 10. Objectivos e variáveis do questionário dirigido às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 205
Tabela 11. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo e grupo etário. ---------- 217
Tabela 12. Distribuição dos indivíduos inquiridos por estado civil e sexo. ---------- 218
Tabela 13. Grupos de idade por estado civil. ---------- 219
Tabela 14. Número de pessoas que vive com os inquiridos. ---------- 219
Tabela 15. Pessoas com quem vivem os inquiridos. ---------- 219
Tabela 16. Distribuição dos praticantes inquiridos por condição e situação perante o trabalho. ---------- 220
Tabela 17. Condição e situação perante o trabalho distribuído por sexo. ---------- 221
Tabela 18. Nível de instrução dos inquiridos. ---------- 223
Tabela 19. Rendimentos mensais líquidos do próprio e do agregado familiar. ------ 224
Tabela 20. Categorias de práticas de lazer e uso dos tempos livres. ---------- 227
Tabela 21. Resultados dos testes da independência pelo Qui-quadrado das 11 categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres em função das características sociodemográficas. ---------- 229
Tabela 22. Participação dos praticantes de Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres ---------- 231
Tabela 23. Índice do Estilo de Vida relacionado com o Lazer. ---------- 237
Tabela 24. Resumo dos resultados da procura dos Desportos de Natureza pelos indivíduos inquiridos praticantes dos Desportos de Natureza. ---------- 240
Tabela 25. Actividades complementares realizadas pelos praticantes dos Desportos de Natureza. ---------- 245
Tabela 26. Passado desportivo dos praticantes dos Desportos de Natureza. ------- 246
Tabela 27. Número de anos de prática de Desportos de Natureza. ---------- 246
Tabela 28. Nível de proficiência técnica dos praticantes dos Desportos de Natureza. ---------- 247
Tabela 29. Influência para iniciar a prática dos Desportos de Natureza. ---------- 248

Tabela 30. Âmbito socio-organizacional da prática dos Desportos de Natureza.--- 249
Tabela 31. Âmbito organizado da prática dos Desportos de Natureza. ---------- 250
Tabela 32. Razões para a prática dos Desportos de Natureza. ---------- 260
Tabela 33. Constrangimentos à prática dos Desportos de Natureza.---------- 262
Tabela 34. Características associadas aos Desportos de Natureza. ---------- 265
Tabela 35. Tipologias de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por distrito. ---------- 275
Tabela 36. Caracterização das Federações que tutelam as 23 actividades dos Desportos de Natureza. ---------- 277
Tabela 37. Número de clubes de praticantes por actividade. ---------- 278
Tabela 38. Idade dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 279
Tabela 39. Forma de exercício das funções dos dirigentes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 280
Tabela 40. Número de horas de dedicação dos dirigentes às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 281
Tabela 41. Ocupação profissional dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 281
Tabela 42. Principal função dos dirigentes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 282
Tabela 43. Número de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por tipologia. ---------- 283
Tabela 44. Forma jurídica das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 283
Tabela 45. Distribuição geográfica da sede social das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 284
Tabela 46. Âmbito territorial de referência das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para o desenvolvimento das suas actividades. -------- 285
Tabela 47. Ano de fundação das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 286
Tabela 48. Fundação das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 287
Tabela 49. Empregados das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 287
Tabela 50. Número de Desportos de Natureza desenvolvidos pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 288
Tabela 51. Actividades dos Desportos de Natureza mais oferecidas e mais desenvolvidas pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. 290
Tabela 52. Actividades que as Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza prevêem que constitua uma nova oferta.---------- 291
Tabela 53. Número de actividades que as Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza prevêem cancelar. ---------- 292
Tabela 54. Oferta de actividades complementares pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 292
Tabela 55. Âmbito de organização das actividades dos Desportos de Natureza.-- 293

Tabela 56. Formação dos técnicos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 294
Tabela 57. Tipo de formação fornecida pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 294
Tabela 58. Pedido de autorização dos espaços de prática dos Desportos de Natureza.---------- 295
Tabela 59. Equipamentos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 296
Tabela 60. Critérios de segmentação utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 297
Tabela 61. Principais formas de divulgação das actividades utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 297
Tabela 62. Principais canais de distribuição de distribuição utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 298
Tabela 63. Estratégias de comercialização utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 298
Tabela 64. Número de praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 299
Tabela 65. Crescimento do número de praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 299
Tabela 66. Frequência da procura das actividades/serviços das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 300
Tabela 67. Sazonalidade da procura das actividades/serviços das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 300
Tabela 68. Nível de experiência dos praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 301
Tabela 70. Sexo dos praticantes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 301
Tabela 69. Idade dos praticantes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 302
Tabela 71. Base territorial de recrutamento dos praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 303
Tabela 72. Constrangimentos apontados pelos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para a prática dos Desportos de Natureza.---------- 304
Tabela 73. Razões apontadas pelos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para a prática dos Desportos de Natureza. ------- 304
Tabela 74. Perspectivas de crescimento das actividades dos Desportos de Natureza---------- 305
Tabela 75. Perspectivas de futuro do sector dos Desportos de Natureza. ---------- 306
Tabela 76. Comportamentos dos praticantes dos Desportos de Natureza nos locais de prática ---------- 320
Tabela 77. Índice de comportamentos sustentáveis.---------- 321
Tabela 78. Hierarquização das principais rubricas de despesas dos praticantes com os Desportos de Natureza ---------- 328

Tabela 79. Classificação da repercussão dos impactos ambientais percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 333
Tabela 80. Classificação da repercussão dos impactos económicos percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 335
Tabela 81. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza. ---------- 337
Tabela 82. Comportamentos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza nos locais de prática. ---------- 339
Tabela 83. Índice de comportamentos sustentáveis das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.---------- 339
Tabela 84. Tamanho dos segmentos dos praticantes dos Desportos de Natureza. 349

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Distribuição dos inquiridos por distrito de Portugal continental. ---------- 225
Mapa 2. Distribuição geográfica das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por distrito de Portugal continental. ---------- 274

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEP: *Adventure Experience Paradigm* (Paradigma da Experiência da Aventura)

AFAN: Actividades Físicas de Aventura na Natureza

APD: Associações Promotoras de Desporto

ASSOC: Associações

BTT: Bicicleta-Todo-Terreno

CD: Clubes Desportivos

CP: Clubes de Praticantes

DN: Desportos de Natureza

DP: Desvio Padrão

EAT: Empresas de Animação Turística

EPS: Espaço das Posições Sociais

EUA: Estados Unidos da América

ESEC: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

ICLEI: *International Council for Local Environmental Initiatives* (Conselho Internacional para as Iniciativas de Ambiente Local)

ICNB: Instituto de Conservação da Natureza

INE: Instituto Nacional de Estatística

M: Média

ONG: Organização Não Governamental

OPDN: Organizações Promotoras de Desportos de Natureza

ORRRC: *Outdoor Recreation Resources Review Commission* (Comissão de Revisão dos Recursos de Recreação Outdoor)

PCA: *Principal Component Analysis* (Análise Factorial das Componentes Principais)

PENT: Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB: Produto Interno Bruto

PME: Pequena e Média Empresa

PNTN: Programa Nacional de Turismo de Natureza

QCA: Quadro Comunitário de Apoio

QOPDN2011: Questionário aplicado às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza - 2011

QPDN2011: Questionário aplicado aos Praticantes dos Desportos de Natureza - 2011

RAE: Resíduos Ajustados Estandardizados

REP: *Recreation Experience Preference* (Preferência da Experiência Recreativa)

RNAAT: Registo Nacional de Agentes de Animação Turística

RNCFD: Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas

RTR: Região de Turismo do Ribatejo

SPSS: *Statistical Package for the Social Sciences* (Estatística para as Ciências Sociais)

SSS: *Sensation Seeking Scale* (Escala da Procura de Sensações)

TP: Turismo de Portugal

TV: Televisão

UE: União Europeia

UNEP: *United Nations Environment Programme* (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

WCED: *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial em Ambiente e Desenvolvimento)

WTO [OMT]: *World Tourism Organization* [Organização Mundial de Turismo]

WTTC: *World Travel & Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

I. INTRODUÇÃO

1.1. APONTAMENTOS INICIAIS

A tese que aqui se apresenta, denominada de *Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável: Análise dos Praticantes e das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza,* corresponde ao trabalho de investigação realizado no âmbito do programa de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura - ramo Lazer e Desporto, bi-tutelado entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Ciências da Educação Física e Desporto, da Universidade de Coimbra.

Qualquer trabalho de investigação, e mais ainda uma tese de doutoramento, supõe enfrentar numerosos desafios, motivações e necessidades. A nível científico encara-se o desafio da constituição de uma teoria, através de uma revisão da literatura sobre o objecto de estudo que suporte o trabalho empírico a realizar; a selecção de uma metodologia que se adeqúe às características da dimensão e da problemática do estudo; o desafio de ampliação do conhecimento nas matérias em estudo que sirva tanto a comunidade científica como a todos os agentes envolvidos no campo de estudo. A título profissional, enquanto professor das unidades curriculares relacionadas com os Desportos de Natureza, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC), pela necessidade de compreender este fenómeno nas suas diferentes dimensões. Por fim destaca-se, a nível pessoal, o desenvolvimento da investigação em duas áreas que são simultaneamente um desafio e uma motivação (Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local), aspectos que se consideram de maior importância para desenvolver um projecto desta natureza.

1.2. ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO

Esta investigação está inserida no âmbito das investigações em Ciências Sociais. A ciência, nas palavras de Kant, começa pela experiência sensível, mediatizada por conceitos, organizada e estruturada por quadros categoriais próprios do nosso espírito. Uma combinação da teoria e da experiência, da dedução e da observação sistemática. A ciência, ou as ciências, procuram o conhecimento da realidade e a explicação dos seus fenómenos (considerando embora vários tipos de explicação). Como modo de conhecimento, a ciência é uma representação intelectualmente construída da realidade, possível de avançar objectivos e características sobre os quais há algum consenso e que, se articulados, se individualizam a outras formas de conhecimento (Silva & Pinto, 2005). A ciência

procura, desta forma, uma ruptura com as evidências do senso comum. Com efeito, a ciência e o senso comum, apesar de terem muitas vezes em comum um determinado objecto real, pressupõem dois códigos de leitura diversos já que consistem em objectos intelectuais distintos. A ciência apoia-se num universo conceptual diferente que pressupõe uma série de novos conceitos e de relações entre eles (Nunes, 1996).

As investigações em Ciências Sociais procuram o conhecimento da realidade social – que constrói a respeito desta, e mediante quadros categoriais, operadores lógicos de classificação, ordenações, etc. -, mediante processos complexos influenciados ainda pelas nossas necessidades, vivências, interesses, instrumentos que nos proporcionam informação sobre a realidade e modos de a tornar inteligível, mas que nunca se confundem com ela. As Ciências Sociais "(...) procuram enunciar leis científicas e recorrem a métodos de verificação que sujeitam os esquemas teóricos ao controle dos factos de experiência" (Nunes, 1996, p. 202), na tentativa de explicar, de forma articulada, as práticas e as estruturas sociais, quer dizer, as condutas humanas e as condições materiais e simbólicas que delas resultam e, por sua vez, as determinam (Silva & Pinto, 2005).

Com base neste paradigma de investigação, esta tese procura também a solução para problemas que são racionalmente, e de uma forma geral, problemas susceptíveis de resolução, através de uma actividade de pesquisa, que foge a questões filosóficas, da religião ou da ideologia e se situa a um nível de abstracção e generalidade que lhe permite elucidar regularidades, formular leis, e construir modelos interpretativos. Este processo, mediante a elaboração e o teste dos meios necessários (conjuntos coerentes de conceitos e relações entre conceitos, as teorias, uma linguagem conceptual adequada e tanto quanto possível exclusiva, instrumentos técnicos de recolha de tratamento de informação e métodos de pesquisa) parte de princípios pressupostos e/ou de axiomáticas explícitas, e vai construindo sistemas de relações conceptuais, primeiro assumidos hipoteticamente e logo submetidos a sucessivas provas de validação, para chegar a resultados transformados de imediato, ou a prazo, em novos problemas.

A delimitação do objecto científico de investigação das Ciências Sociais faz-se progressivamente através de uma interrogação sistemática dos aspectos da realidade social que resulta de problemáticas elaboradas e que vão definindo o seu próprio objecto (Nunes, 1996). Por outro lado, tal como sugerem Silva e Pinto

(2005), quando se delimitam objectos de estudo suficientemente específicos para a investigação, como é o caso, a pluridisciplinaridade torna-se inevitável. Desta forma, para analisarmos os Desportos de Natureza como um fenómeno social, associado ao desporto, ao turismo, ao lazer e à natureza, tem que se recorrer às distintas perspectivas das Ciências Sociais como a História, a Sociologia, a Geografia, a Economia, a Gestão, entre outras disciplinas científicas.

1.3. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

O desporto é hoje considerado um dos maiores e mais importantes fenómenos sociais pois "tem sido influenciado pela dinâmica social, a partir da comunicação global iniciada, fundamentalmente com as novas tecnologias, e por outro, o próprio desporto, numa espécie de regresso ao passado, começou também a influenciar a própria sociedade, não só a partir dos padrões de moda que impõe, como também pelos estilos de vida que organiza para a sociedade actual, sobretudo naquilo que diz respeito à gestão do tempo livre" (Pires, 1995, p. 29).

As novas concepções desportivas têm permitido a construção de novos paradigmas que associam o desporto ao turismo, ao lazer e à natureza, entre os quais as práticas desportivas realizadas em contacto directo com a natureza. O processo de ocupação dos territórios naturais para fins recreativos e desportivos tem decorrido, progressivamente, ao longo dos últimos séculos, até ao surgimento de uma tipologia de desportos que diversos autores denominam de Desportos de Natureza (Beauchard, 2004; Bessy & Mouton, 2004; Bouet, 1968; Dias, Melo, & Júnior, 2007; Melo, 2009).

Os Desportos de Natureza surgem como um conjunto de actividades praticadas em contacto directo com a natureza, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a sua conservação (Ministério do Ambiente, 1999). Estas práticas são realizadas em zonas próximas dos locais habituais de residência ou em locais mais afastados, onde se tenha a necessidade de realizar deslocações turísticas. Os territórios rurais e os espaços naturais, quer tenham um estatuto de protecção especial (áreas protegidas) ou não, como a praia e o mar, a serra e os espaços de montanha, os rios, entre outros, são os espaços de referência para a realização destas prática. De notar que as áreas protegidas têm tido uma crescente procura para actividades de recreio e lazer em contacto directo com a natureza e com as culturas locais, salientando-se a importância dos valores naturais, paisagísticos e

culturais únicos, inerentes a esses territórios. Tendo em conta que a actividade turística necessita sempre de um espaço físico (natural e cultural) para o seu desenvolvimento, uma vez que é este que providencia, de forma geral, as atracções para os turistas, as condições oferecidas pelos territórios rurais e pelos espaços naturais constituem-se como novos destinos turísticos.

Os Desportos de Natureza, associados ao lazer, têm-se afirmado como um potencial factor de desenvolvimento do turismo e são, aliás, modalidades que integram o Turismo de Natureza e o Turismo Náutico, dois dos dez produtos incluídos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007). A este respeito salienta-se que o Turismo de Natureza induz um mercado de 22 milhões de viagens por ano, com crescimento anual médio de 7% (valor estimado entre 1997 e 2004), representando 9% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus (Turismo de Portugal, 2006a), enquanto o Turismo Náutico totaliza aproximadamente 3 milhões de viagens representando, aproximadamente, 1,2% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus, com um mercado a crescer entre 8 e 10% ao ano (Turismo de Portugal, 2006b). De salientar ainda que o turismo representa, em Portugal, 9,2% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando uma receita de 7,6 milhões de euros, e uma balança turística positiva de 4,7 milhões de euros (Instituto Nacional de Estatística, 2011c).

Estas evidências levam-nos a considerar que os Desportos de Natureza têm vindo a ter um crescimento acentuado, e têm-se consolidado desde a década de 1970 como um dos grupos mais sólidos e com mais futuro no âmbito da nova cultura desportiva (Dias, Melo, & Júnior, 2007; Miranda, Lacasa, & Muro, 1995) e turística. Este crescimento está associado quer à valorização do tempo de lazer, quer à busca de actividades de ar livre (Costa L. P., 2007) e a uma maior necessidade de contacto com a natureza, da procura de sensações e emoções numa sociedade demasiado rotineira e controlada, de procura de novos estados de consciência numa sociedade dessacralizada e laica, e um novo modo de viver o tempo livre (Miranda, Lacasa, & Muro, 1995).

Uma série de indicadores balizam a emergência destas novas relações entre desporto, turismo, lazer e natureza. Tem-se observado um conjunto de iniciativas e produções literária-científicas centradas em torno destas inter-relações, salientando-se a publicação, em Portugal, de um livro sob o tema *Meio Ambiente e Desporto*, apresentado sob uma perspectiva internacional (Costa L. P., 1997) e que realça a

ligação entre o desporto e o desenvolvimento sustentável; e os três volumes que apresentam os estudos e pesquisas no Brasil, de 1967 a 2007, sobre o tema *Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo*, coordenados por Almeida e Costa (2007a; 2007b; 2007c). Também noutros países da Europa se tem prestado especial atenção a esta problemática, salientando-se a título de exemplo, em França, alguns números temáticos da revista *Cahiers Espaces*, e em Espanha na revista *Apunts*. Esta temática tem sido abordada, também, em diversos encontros científicos onde tem sido possível discutir os diversos problemas postos em causa.

A efervescência teórica e mediática em torno das práticas desportivas e recreativas realizadas em espaços naturais tem também contribuído para uma melhor compreensão das questões veiculadas por este fenómeno, em especial na elaboração de mecanismos e de instrumentos que promovam o desenvolvimento sustentável dos territórios onde se praticam estas actividades, salientando-se a produção de legislação específica sobre estas actividades. O governo português, reconhecendo a importância das actividades turísticas que são desenvolvidas nas áreas naturais, e seguindo a resolução do Conselho de Ministros em 1996 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96), criou *o* Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98). O PNTN faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais direccionadas para o desenvolvimento sustentável das áreas naturais. No caso particular do turismo, visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vectores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da actividade turística. Um ano mais tarde foi publicado o Regime Jurídico do Turismo de Natureza (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março), que tem como objectivo enquadrar juridicamente as iniciativas do Turismo de Natureza, exclusivamente na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram.

Reconhecendo também a importância das actividades desportivas em espaço natural e as suas potencialidades para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, o governo português criou, em 1999, o Programa Desporto de Natureza em Áreas Protegidas (Decreto Regulamentar n.º 18/99, Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro). Este é um programa que visa regulamentar a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e

desporto de natureza nas áreas protegidas. Este diploma refere também a obrigatoriedade da elaboração de uma Carta do Desporto de Natureza para cada uma das Áreas Protegidas, constituindo uma tentativa de estruturação e ao mesmo tempo de condicionamento dos locais de prática, relativamente à dimensão espacial e temporal, tendo em conta as problemáticas e os impactos ambientais.

A publicação da Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho), mais tarde complementada pela Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro), veio também consagrar a articulação entre a prática desportiva e outros sectores, nomeadamente com o ambiente e o turismo.

Com o crescimento do sector empresarial no que se refere à animação turística, o governo português estabeleceu pela primeira vez o enquadramento legal destas actividades (de animação turística), que incluem a oferta empresarial dos Desportos de Natureza (Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de Abril). Constatando a desactualização do diploma anterior, quase uma década depois foi estabelecido um novo regime jurídico que define as condições de acesso e de exercício da actividade das Empresas de Animação Turística (EAT) e dos Operadores Marítimo-Turísticos (Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio). Este diploma congrega o regime de acesso à actividade, independentemente da modalidade de animação turística exercida, e cria o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), regulada por portaria própria (Portaria n.º 1087/2010, de 22 de Outubro), e que contém uma relação actualizada dos agentes a operar no mercado. Este diploma (Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio) prevê também que as actividades próprias da animação turística possam ser desenvolvidas por outras entidades, que não as EAT (ou outras que tenham acesso ao exercício destas actividades, como as agências de viagens), desde que cumulativamente: pertençam ao movimento associativo, não tenham uma finalidade lucrativa, prevejam no seu objecto social o desenvolvimento destas actividades, e cumpram os requisitos legais exigidos. A referida lei (Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio) prevê ainda que os agentes de animação turística possam desenvolver as suas actividades em áreas classificadas ou outras com valores naturais (designadas por actividades de Turismo de Natureza), desde que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). As empresas que exerçam as actividades reconhecidas como Turismo de Natureza, assim como as entidades do movimento associativo que desenvolvam actividades na rede das

áreas protegidas devem respeitar o código de conduta estabelecido por diploma próprio (Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho).

O crescimento destas práticas tem originado, evidentemente, uma pressão acrescida, que se traduz na ocorrência de impactos (ambientais, económicos e socioculturais) positivos e/ou negativos nos locais de destino. Apesar de existirem alguns instrumentos de planeamento, ordenamento e de preservação ambiental, em especial nas áreas protegidas, como é o caso da referida Carta do Desporto da Natureza (Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto), e da retórica desenvolvimentista que acompanha o discurso dominante, em especial no domínio político, não existem dispositivos, em Portugal, que permitam avaliar os impactos dos Desportos de Natureza, e que evidenciem que o crescimento destas práticas signifique desenvolvimento nas áreas de destino e entre as populações locais. Daí a necessidade social e o interesse conceptual de identificar os impactos (ambientais, socioculturais e económicos) dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local das comunidades de destino. Por outro lado, também não existem estudos, em Portugal, que caracterizem em profundidade os praticantes e as organizações promotoras destas actividades. Estas evidências levantam novos desafios à investigação na tentativa de explicar este fenómeno nas suas diversas dimensões (Dias, Melo, & Júnior, 2007).

1.4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA TESE

Esta tese seguiu uma lógica intrinsecamente associada ao método científico. A este respeito, Quivy e Compenhoudt (2005) referem que a tarefa de investigação em Ciências Sociais é como se se tratasse da composição de uma peça de teatro baseada em três actos e sete cenas (três fases e sete etapas). Os três actos correspondem às fases de ruptura, construção e verificação, respectivamente. Estes, apesar de serem apresentados sequencialmente, não são independentes, pois constituem-se mutuamente, através de circuitos de retroacção. São executados ao longo de uma sucessão de operações, reagrupadas em sete etapas, que estão em permanente interacção. A primeira etapa corresponde à pergunta de partida, a etapa dois à exploração das leituras, a três à elaboração da problemática, a quatro à construção do modelo de análise, a cinco à observação, a seis à análise da informação, e a sétima e última às conclusões.

A ruptura é o primeiro acto constitutivo do procedimento científico, pois

corresponde ao rompimento com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas. A ruptura só poderá ser atingida a partir de uma coerência conceptual, susceptível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno a estudar. Esta base teórica permite criar as proposições explicativas desse fenómeno e, em simultâneo, prever qual o plano de investigação a definir, as operações a aplicar e as conclusões que consequentemente se podem esperar no final da observação. Uma proposição só tem legitimidade científica quando pode ser verificada ou testada pelos factos, designado por verificação ou experimentação, e corresponde ao terceiro acto do processo (Quivy & Compenhoudt, 2005).

De acordo com este procedimento, esta tese está organizada em seis capítulos: um inicial, introdutório, onde se faz o enquadramento do objecto de estudo, incluindo a(s) questão(ões) de partida e os objectivos gerais da tese; um segundo, exploratório, que apresenta um enquadramento teórico depois de exploradas as leituras; um terceiro, construtivo, que apresenta a problemática e os objectivos do trabalho; um quarto, metodológico, que apresenta o modelo de análise, e os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a realização da observação e para o tratamento dos dados; um quinto, analítico, que apresenta os resultados e a respectiva discussão desses resultados; e um sexto e último, conclusivo, que apresenta as principais conclusões do trabalho e algumas recomendações para futuras investigações.

1.5. QUESTÕES DE PARTIDA

Para atingir o propósito deste estudo e tendo em consideração o processo de investigação sugerido por Quivy e Compenhoudt (2005), formularam-se algumas questões de partida que serviram de fio condutor e guiaram esta investigação:

i) Relativamente aos praticantes dos Desportos de Natureza, qual a estrutura social dos praticantes? Que relações apresentam os praticantes com a prática, relativamente à forma, índice e nível de especialização da prática, espaços e equipamentos utilizados, a formação especializada nas modalidades praticadas e a duração média das práticas? Que razões, constrangimentos e representações apresentam para, e sobre, a(s) prática(s) dos Desportos de Natureza?

ii) Em relação às organizações que promovem os Desportos de Natureza, quais as suas principais características, relativamente aos aspectos demográficos,

estratégias de *marketing*, políticas de gestão, meios humanos e físicos utilizados? De que forma é que atraem os praticantes para as suas organizações? Que relações de animação e mediação se estabelecem entre estas e os praticantes?

iii) Relativamente à relação entre os Desportos de Natureza e o desenvolvimento local, que impactos (ambientais, económicos e socioculturais) decorrem nos locais de prática e nos territórios subjacentes, resultantes do desenvolvimento das práticas dos Desportos de Natureza, e que repercussões têm na sustentabilidade do desenvolvimento local, na perspectiva dos praticantes e dos dirigentes das organizações que promovem os Desportos de Natureza?

1.6. OBJECTIVOS GERAIS DA TESE

Esta tese apresenta assim três problemas, que estão centrados na caracterização dos praticantes dos Desportos de Natureza, na caracterização das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza (OPDN) e na caracterização dos impactos das práticas dos Desportos de Natureza na sustentabilidade do desenvolvimento local, e dos comportamentos destes actores sociais nos locais de destino das práticas. É destes problemas que derivam os três objectivos gerais desta tese:

1. Caracterizar os praticantes dos Desportos de Natureza, maiores de 18 anos, que residem em Portugal continental, identificando as suas características sociodemográficas, as práticas de lazer e o uso dos seus tempos livres, e o perfil de prática dos Desportos de Natureza;

2. Caracterizar as organizações que promovem Desportos de Natureza, em Portugal continental, identificando o perfil geral da organização, as características da oferta e da procura das actividades dos Desportos de Natureza, e o perfil dos seus dirigentes;

3. Identificar os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) gerados pelos Desportos de Natureza, e o seu contributo para a sustentabilidade do desenvolvimento local, partindo da percepção dos praticantes e dos agentes promotores destas actividades.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este capítulo está dividido em sete secções, e apresenta-se com o intuito de rever a literatura mais actualizada e mais relevante sobre a temática desta tese. Nesta primeira parte, *Nota Introdutória*, são apresentados de uma forma muito resumida os conteúdos das secções que se exploram de seguida.

A segunda secção, intitulada de *Desportos de Natureza, Turismo e Lazer*, procura enquadrar e posicionar os Desportos de Natureza nas esferas do desporto, do turismo, do lazer e da natureza. Inicialmente procura apresentar uma análise sobre os tempos, espaços e práticas de lazer, culminando com a apresentação de um conjunto alargado de tipologias de classificação das actividades de lazer e usos dos tempos livres. A segunda parte desta secção prossegue com uma abordagem ancorada no conceito de estilos de vida, explorando as diversas perspectivas teóricas que analisam este tema. No final desta secção são examinados os conceitos de desporto, turismo, lazer e natureza, de forma a compreender as suas conexões quando relacionados com os Desportos de Natureza, destacando-se algumas categorias conceptuais que emergem das interligações entre estes conceitos, como são os casos do turismo desportivo, do turismo de natureza, do turismo de aventura e do turismo activo.

A terceira secção, intitulada de *Desportos de Natureza: Apontamentos Históricos e Socioculturais,* procura apresentar uma revisão da literatura centrada nos aspectos históricos e socioculturais sobre as actividades realizadas na natureza. A análise é efectuada desde as sociedades primitivas, seguindo um carácter progressivo e inter-relacionado, onde se pretende mostrar uma evolução cronológica que procura situar os diferentes níveis e os diferentes significados que foram sendo atribuídos às actividades na natureza, culminando com a apresentação e interpretação do significado e da influência sociocultural contemporânea destas práticas.

Uma análise da *Categorização das Práticas dos Desportos de Natureza* é realizada na quarta secção deste capítulo. São expostos as tipologias, modelos e sectores da prática, e os sistemas que têm vindo a ser utilizados para classificar os Desportos de Natureza, permitindo caracterizar e categorizar as diferentes actividades que são incluídas neste sector.

Na quinta secção é efectuada uma revisão sobre os temas relacionados com *a Participação nos Desportos de Natureza*. Partindo dos diferentes significados da

participação, esta secção é iniciada com a revisão sobre o tema das culturas desportivas, prosseguindo com a análise da participação sob a perspectiva do *serious leisure* (lazer sério) e, ainda, sobre as teorias sociológicas do risco. Posteriormente é realizada uma interpretação da participação sob a óptica das teorias psicossociológicas da motivação e dos constrangimentos para o lazer. A secção é finalizada com a revisão sobre as atitudes e preferências na participação.

O tema das *Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza* é apresentado na sexta secção. A revisão é iniciada com uma abordagem ao *Modelo Europeu de Organização do Desporto*, prosseguindo-se com a clarificação e a definição conceptual sobre as organizações que promovem estas práticas em Portugal, de acordo com a legislação em vigor. No final da secção são apresentadas as diversas perspectivas teóricas que têm orientado os estudos empíricos sobre as organizações que promovem os Desportos de Natureza.

A sétima secção procura enquadrar a relação entre os *Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local.* Começando com a análise do conceito de desenvolvimento sustentável, sublinham-se de seguida os diversos paradigmas que têm proposto a operacionalização deste conceito. A questão conceptual do desenvolvimento local é o tema da terceira parte desta secção. Por fim são apresentados os potenciais contributos que os Desportos de Natureza apresentam para a sustentabilidade do desenvolvimento local.

2.2. DESPORTOS DE NATUREZA, TURISMO E LAZER

2.2.1. TEMPOS, ESPAÇOS E PRÁTICAS DE LAZER

Durante séculos o lazer e o ócio constituíram uma actividade social circunscrita apenas às classes dominantes, e em particular à aristocracia (Estanque, 2005; Veal, 2004). Com a revolução industrial surgiu o que hoje entendemos por lazer, embora actualmente este já não seja vivido de modo idêntico ao da sociedade industrial, devido às profundas mudanças sociais, económicas e políticas que têm decorrido (Veal, 2004). O tempo livre e o tempo de lazer que lhe está associado é, aliás, uma das maiores conquistas do século XX (Santos, 2005), resultante do processo de democratização da sociedade e de racionalização das suas instituições (Estanque, 2005).

Uma das mais referidas definições de lazer é exposta por Dumazedier, que o refere como “(…) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se

de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais" (Dumazedier, 1973, p. 34).

Duas críticas podem ser apontadas a esta definição: a primeira diz respeito à oposição entre tempo de lazer e tempo de trabalho, que é exposta por Kelly (1972) e Roberts (1978) quando consideram o princípio da ubiquidade do lazer na realidade social - que pressupõe que se podem viver situações de lazer em diferentes contextos sociais (família, trabalho e comunidade), não se estabelecendo uma separação entre tempos-espaços de lazer e tempos-espaços de trabalho, como demonstram alguns trabalhos (Boon, 2006; Filho, 2010); uma segunda crítica é referente à questão da livre escolha individual, pois são evidentes os constrangimentos no acesso às actividades de lazer, impostos pelos contextos socioculturais (grupo de pertença, diferentes condições de acesso, etc.) (e.g. Jackson, 2005a). Apesar destas críticas, a síntese de Dumazedier permitiu delimitar o lazer como um objecto de estudo específico, distinguir o tempo livre do tempo de lazer, e determinar as funções do lazer (Gomes R. A., 2005b).

Aos tempos e práticas de lazer são atribuídos diferentes significados em função das diferentes concepções das Ciências Sociais. No entanto estas concentram, de forma geral, a sua atenção nas relações entre o trabalho e o lazer (Haworth & Veal, 2004). A este respeito Estanque (2005, p. 89) salienta: "(…) umas que acentuam o lazer como compensação ou oposição ao trabalho, outras que põem a tónica no prolongamento entre os dois campos; umas pessimistas, que se centram na desumanização do trabalho e na alienação, outras que salientam as vantagens de acréscimo de tempos livres, proporcionado pelas tecnologias e modalidades flexíveis de trabalho; umas sublinhando a mudança de valores e as suas consequências em ambas as esferas, outras advogando a crescente ausência de relação entre elas".

Face a esta complexidade de análise, Rojek (1985) refere que o lazer deve ser encarado nas suas múltiplas componentes e significados sociais, propondo quatro regras fundamentais para a sua análise: 1) a actividade de lazer é um fenómeno da vida adulta que se define em oposição ao mundo do jogo da criança; 2) a prática de lazer é uma conquista de actores qualificados e conhecedores; 3) a

estrutura e o desenvolvimento das relações de lazer é um efeito das regras de legitimação de prazer e desprazer; 4) as relações de lazer devem ser sociologicamente examinadas como dinâmicas, e como processos relativamente em aberto.

O lazer e o turismo, na óptica de Estanque (2005), passaram a constituir, desde meados do século XX, objectos decisivos da disputa hegemónica entre a racionalidade mercantilista e a expressividade espontânea dos rituais recreativos das culturas tradicionais. As necessidades de expansão do mercado e do crescimento económico capitalista converteram o lazer e o turismo na mais poderosa indústria moderna (Estanque, 2005), cujo crescimento "(…) está associado à redução do horário de trabalho, aos novos tempos de emprego, ao aumento da escolaridade obrigatória (que retarda a entrada no mercado de trabalho e cria um grupo social muito propenso a actividades lúdicas), à crescente amplitude do período pós-aposentação, ao desenvolvimento tecnológico, ao desemprego, à melhoria da qualidade de vida, ao aumento dos rendimentos das famílias, à entrada da mulher no mundo do emprego" (Santos, 2005, p. 130).

Nesta perspectiva, a massificação do tempo de lazer e a sua institucionalização surgem como elementos identificadores daquilo que é designada como a sociedade do lazer (Dumazedier, 1962), ou do tempo livre (Sue, 1982). O lazer corresponde também à principal motivação para o trabalho da maioria da população do mundo ocidental, quer por via do consumo quer por via da produção, assumindo-se como a orientação central na vida quotidiana da população, especialmente a que mantém relações significativas com o espaço urbano (Santos, 2005).

Tempos sociais e tempos de lazer

O tempo moderno é um "Tempo que adquiriu valor económico e social, tempo que penetrou as sociedades modernas sob a forma de reestruturação radical e permanente dos ritmos de vida, das alternâncias entre trabalho e lazer, das durações e dos ciclos de vida. Tempo, portanto, que reestruturou as próprias condições de existência" (Gomes R. A., 2005a, p. 11). A noção de tempo na vida da sociedade contemporânea é, por conseguinte, multifacetada e assume várias formas de expressão, intensidades e ritmos.

O tempo permeia cada aspecto da vida social e constitui a componente básica de todos os fenómenos sociais. Nesta perspectiva, a atenção ao modo como se usa o tempo, nas sociedades contemporâneas, é um factor muito importante para a entender. Gama (2008, p. 85) refere que “compreender a sociedade é também compreender como a imbricação do tempo e da duração geram as configurações espaciais, as combinações espácio-temporais”. O processo de formação dos tempos modernos é, nas palavras de R. A. Gomes (2005a), inextricável das condições em que se realiza, e nesse sentido, a diversidade e a heterogeneidade dos tempos sociais apenas pode ser surpreendida na globalidade das suas circunstâncias. O tempo social constitui uma representação da organização social, dividida e sequenciada pelos actos vividos pelos indivíduos, grupos e instituições, e que podem ser distinguidos segundo diferentes categorias e ritmos (Gomes R. A., 2005b).

Baseado numa perspectiva *biopsicossocial*, Munné (1985) apresenta uma classificação do tempo social, constituída por quatro categorias:

a) A primeira categoria corresponderia ao tempo psicobiológico, que é ocupado e organizado pelas necessidades biológicas e psíquicas elementares, que engloba o tempo passado a dormir, a comer, na actividade sexual, etc., e portanto é um tempo condicionado intrinsecamente;

b) A segunda categoria corresponderia ao tempo socioeconómico, que diz respeito ao tempo subordinado ao trabalho e ao preenchimento das necessidades económicas fundamentais, constituído pelas actividades laborais, pelas actividades domésticas, pelos estudos, sendo um tipo de tempo que está, na sua quase totalidade, condicionado socialmente, sendo apenas condicionado individualmente nas circunstâncias que visam a realização pessoal;

c) a terceira categoria diz respeito ao tempo sociocultural, constituindo o tempo dedicado às acções de sociabilidade dos indivíduos, resultante dos compromissos assumidos pelos sistemas de valores estabelecidos pela sociedade, e nesse sentido, tanto pode ser condicionado social como individualmente;

d) a quarta e última categoria, o tempo livre, referir-se-ia às acções humanas realizadas sem ocorrência de uma necessidade ou pressão externa, onde o sujeito actuaria com a intenção de fazer uso desse tempo com total liberdade, dependendo, apenas, da sua percepção para o uso do seu tempo.

O tempo também surge associado a uma estrutura simbólica suportada por duas séries de durações (Gama, 2008; Gomes R. A., 2005b): um tempo cíclico e um tempo evolutivo. O primeiro é um tempo cósmico e portanto quantitativo, relacionado com a alternância entre o dia e a noite, das estações, mas também um tempo cronometrado da sociedade industrial; o segundo é um tempo sociocultural e por conseguinte qualitativo, que se refere à vida e à sua evolução, e que tem como conteúdo os hábitos, normas, representações e valores relativos a esse tempo.

O tempo é para Gama (2008, p. 86) a "sequência de instantes, quantificáveis, de percepção diferenciada, longo ou curto, aprazível ou angustioso, célere ou parado, inscreve-se na duração e, como o espaço, mede-se em distância". A este respeito, Gurvitch (1979) considera que o tempo aparece conceptualizado e hierarquizado para cada tipo de sociedade, existindo um tempo de ritmo próprio que se mede de forma específica no seio de cada agrupamento, e que aparece com uma cadência lenta, média ou repentina. Nesta perspectiva, Pronovost (1996) distingue três escalas de tempo ao associar o ritmo à estrutura simbólica: i) o *tempo macrossocial* é o tempo à escala da sociedade global marcado pelos ritmos sazonais ou anuais, os ciclos de vida, os horários de trabalho, o tempo escolar, os circuitos de deslocação, a estrutura espaciotemporal das cidades, etc.; ii) o *tempo das organizações* é um tempo gerado pelas diferentes organizações do trabalho, que estruturam a vida segundo a organização dos horários por turnos, rotativos ou contínuos, que influenciam grandemente o *tempo microssocial* dos trabalhadores; iii) o *tempo microssocial* que é estruturado pela escala da vida quotidiana, e que corresponde ao tempo ordinário e banal, tal qual é percebido, representado e vivido pelos indivíduos e pelos grupos.

Dos factores que estruturam os tempos sociais, R. A. Gomes (2005b) dá particular evidência a três deles: i) o tempo é estruturado em função das actividades significativas que o compõem, e neste sentido, quanto maior é o coeficiente de significação de uma actividade tanto mais estruturante ele é; ii) as redes de interacção social, em função dos grupos e dos meios sociais, dos ritmos que lhe são próprios e do seu sistema de valores, assim como os grupos de idade relacionados com o ciclo de vida, têm um papel determinante na ancoragem dos lazeres e nas suas actividades nucleares; iii) as significações sociais, que se referem a uma forma de integração e inteligibilidade comuns que se observam a propósito de certos acontecimentos ou actividades de lazer, e estão dependentes do sistema geral de

valores sociais, das normas de comportamento e das expectativas quanto ao exercício dos papéis sociais. Com a mercantilização do lazer, as significações sociais ligadas ao lazer criam simulacros de períodos que constituem eles próprios o fluxo do tempo.

As actividades de lazer transformaram-se na própria definição de consumo discricionário (Rojek, 1985; Schor, 1992), pois o tempo livre é hoje para todos os grupos sociais um tempo de consumo, tornando-se este no principal indicador temporal do lazer (Gomes R. A., 2005b).

Espaços e lugares do lazer

O espaço não é uma geometria neutra e passiva (Lefèbvre, 1974), é um sistema que simultaneamente estrutura os comportamentos dos indivíduos e é reestruturado pelos comportamentos dos indivíduos que alteram o seu significado original. O espaço funciona, assim, como produtor e como produto, que constitui e reflecte os fenómenos sociais.

O espaço apresenta uma estreita relação com a experiência do(s) lazer(es). O lazer acontece no espaço (Santos, 2005). O lazer é um modo de praticar o espaço, embora não seja o único, permitindo comportamentos expressivos, identidades e simbolismos imateriais (Crouch, 1999). Esta é a noção de *mapas cognitivos* de Jameson (2003). Estes envolvem a reconquista prática de um sentido de lugar através da construção ou reconstrução de um todo (que não está imediatamente acessível aos sentidos e à compreensão, e que se apresenta fragmentado na realidade), que pode ser retido na memória, e pelo qual o indivíduo pode mapear e remapear ao longo de momentos de trajectórias móveis e alternativas (Jameson, 2003). O espaço metafórico inclui o conjunto de significados atribuídos pelos indivíduos a uma determinada espaço ou porção deste, criando com ele laços de identidade que o transformam num lugar (Cresswell, 2004).

É nesta perspectiva que importa distinguir os espaços dos lugares. Esta distinção faz-se pela construção de uma identidade resultante das acções conscientes dos indivíduos. A este respeito Santos (2005, p. 124) refere que "fazemos os nossos lugares transformando-os a partir de espaços que nada nos diziam até ao momento em que passamos a ter com eles uma cumplicidade, uma partilha, a partir do momento em que os tornamos palcos das acções de apropriação, de necessidades, desejos ou interesses". É neste sentido que o lazer

se constitui como a expressão máxima da transformação do espaço em lugar (Santos, 2005). A transformação de espaços em lugares depende das percepções individuais e das percepções do grupo, expressas através de normas, regras, reconhecimento, controlo, muitas vezes definidas pela apropriação dos espaços e acções de outras pessoas ou instituições (Santos, 2005). Os lugares também se opõem aos não-lugares, pois estes últimos são espaços de passagem incapazes de dar forma a qualquer tipo de identidade (Augé, 2005).

A lógica capitalista do lazer, devotada à obtenção de lucro, deteve o primado na exploração dos espaços outrora vazios (Lefèbvre, 1974; Santos, 2005), desde as praias (turismo de sol e mar), às altas montanhas (escalada, montanhismo), aos rios e quedas de água (canoagem e *canyoning*), aos grandes desertos (expedições e desportos motorizados), às entranhas da terra (espeleologia), às grandes florestas (expedições), às calotes de gelo (trenó, exploração), aos mares (pesca submarina, pesca de alto mar, exploração submarina), até ao espaço sideral (viagens em aviões orbitais) (Santos, 2005). O lazer tornou-se, assim, num serviço que ganha atributos industriais devido à sua produtividade e à sua capacidade de modificação do espaço (Lefèbvre, 1974), que permitiu a criação de *resorts*, parques e reservas naturais, catedrais de desporto, parques temáticos, etc. - as *catedrais de consumo* (Santos, 2005).

O impacto reflexivo do espaço na sociedade pode ser representado de diversas formas. Em termos gerais Dear (1988) refere que as relações sociais são constituídas, constrangidas ou mediadas pelo espaço. A primeira relação estabelece-se através da organização da produção em actividades baseadas nos recursos e nos meios do território; a segunda é provocada, por exemplo, pelo envolvimento construído ou pelos limites impostos pelos acidentes da natureza; e a terceira aparece, por exemplo, pelo desenvolvimento de crenças e ideologias em certos confinamentos locais ou regiões.

Tempo, espaço e práticas de lazer

Quando se analisam as práticas de lazer retoma-se a relação entre os factores de estruturação dos tempos sociais, as actividades e os espaços sociais em que têm lugar - aquilo que Pais (1998) designa por *cronotopia.* O lazer ganha significado analítico quando se conjugam diferentes escalas e diferentes tempos (Santos, 2005). Nesta perspectiva, Gama (1988) salienta a importância dos lugares

de lazer e o significado das diversas escalas de análise para a compreensão do lazer, sublinhando que o tempo de trabalho/tempo de lazer põe em evidência a importância de três ou quatro tipos de lazer, conforme a dimensão do tempo livre se relaciona com o dia, a semana, o ano, ou o final de vida (Tabela 1).

Tabela 1. Classificação das actividades de lazer.

		Fim de dia	Fim-de-semana	Fim de ano (Férias)	Fim de vida (Reforma)
Em casa		Jogos de Mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de Música	Jogos de Mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de Música e Bricolagem	Jogos de Mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de Música e Bricolagem	Jogos de Mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de Música e Bricolagem
Fora de Casa	Espaço de alcance imediato	Jogos ao ar livre, Passeios a pé, Idas ao café, Idas ao Cinema	Jogos, Passeios a pé, Desportos, Idas ao Café, Idas ao Cinema	Jogos, Passeios de Bicicleta, Desportos, Idas ao Café, Espectáculos	Passeios a pé, jogos ao ar livre, Idas ao café, Idas ao Cinema e Teatro
	Espaço de alcance médio		Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel) Cinema e Teatro, Espectáculos, Saída de Ambientes de vida Quotidiana.	Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Pequenas viagens, Ida ao Campo, à Montanha, à Praia, Visitas Culturais	Passeios, Viagens de Automóvel (Campo, Montanha, Praia, Termas)
	Espaço de alcance longo			Viagem de Turismo, Cruzeiros, Desportos, Montanha, Campo Praia	Viagens de Turismo, Estâncias Termais, Regiões turísticas, Visitas Culturais, Cruzeiros.

Fonte: adaptado de Gama (1988).

A primeira tipologia corresponde a algumas horas fora do trabalho, do sono, e das obrigações; a segunda tipologia corresponde aos fins-de-semana; a terceira corresponde às férias; e a última corresponde à reforma (Gama, 1988).

Esta relação entre espaço e tempo é representada, também, por Boniface e Cooper (2001), através de um contínuo com quatro tipologias de actividades de recreação, que segue das práticas domésticas num polo da escala, às actividades turísticas situadas no polo oposto: as actividades de recreação doméstica (leitura, jardinagem, assistir TV, socialização, etc.); o lazer rotineiro (ir ao cinema ou ao restaurante, participação e assistência em desportos, socialização, etc.); a viagem de um dia (visita a atractivos, fazer piqueniques, etc.); e o turismo (as actividades recreativas vividas durante a estadia de um deslocamento temporal até destinos turísticos que estejam fora da residência normal). Fora deste leque de actividades recreativas está a viagem de negócios.

Cazes (1992) sistematiza os tempos e categorias de lazer e turismo, demonstrando como os dois conjuntos de actividades são sinergéticos. Ao lazer turístico, Cazes (1992) associa cinco temporalidades consideradas como responsáveis pela diferenciação de acções ou apropriações: i) quotidiano - excursionismo; ii) semanal – turismo de curta duração; iii) ocasional – férias repartidas; iv) sazonal - férias; v) pós vida activa - reforma.

Em função da natureza das suas práticas e dos seus espaços, Patmore (1983) divide o lazer em quatro grandes sectores: o turismo, o desporto, as artes e o recreio, e a sociabilização. Nesta perspectiva, "o lazer está por todo o lado e em todo o lado, por intermédio dos lugares de prática, dos equipamentos e dos operadores responsáveis pelos serviços" (Santos, 2005, p. 138)

D'Epinay (1983) também apresentou uma grelha para resolver os problemas de análise conceptual e empírica do uso dos tempos livres (Tabela 2).

Tabela 2. Critérios de categorização do uso dos tempos livres.

Espaço da prática / Posição do indivíduo		Doméstico (ou privado)	Exterior (ou público)		
			Bairro	Espaço urbano	Espaço extra-urbano
Emissor	Interacção	Domésticos Comunitários	De sociabilidade a) local b) urbana		
	Expressividade	Domésticos Expressivos	De expressividade a) artística b) desportiva c) ao ar livre		
Receptor	Expressividade	De abandono	Espectaculares de participação expressiva		
	Informação	Domésticos Receptivos	Espectaculares informativos		

Fonte: adaptado de D'Epinay (1983).

Este autor apresenta três critérios de organização da sua grelha, seguindo o pressuposto de que o tempo social é estruturado a partir das actividades significativas que o compõem (Gomes R. A., 2005c): i) o primeiro critério é definido em função da hierarquização do carácter público ou privado das práticas, cada conjunto com várias subdivisões. Embora esta hierarquização deva ser relativizada pelo reconhecimento do princípio da ubiquidade contemporânea entre as esferas pública e privada, reconhece-se a sua utilidade no estudo extensivo dos lazeres; ii) o segundo critério utilizado distingue a posição do indivíduo enquanto receptor ou

emissor, distinguindo os lazeres activos dos lazeres passivos; iii) o terceiro critério permite discriminar diferentes práticas de lazer (activas ou passivas), para distinguir os níveis de interacção entre os sujeitos consumidores de lazer, divididos em três conjuntos de práticas: informativas, expressivas e de sociabilidade. Esta grelha analítica permite obter uma tipologia das práticas e do uso dos tempos livres, assim como distinguir a procura dos indivíduos.

Em Portugal, a grelha inicial de D'Epiney (1983) tem sido sujeita a diferentes adaptações, embora na maior parte dos casos estas se limitem a aumentar o número de práticas, adequando o número de tipologias às novas realidades sociais e culturais (Gomes R. A., 2005b). A proposta de Pais (1987) sobre o uso dos tempos livres e dos espaços de lazer pelos jovens portugueses é um desses casos. Esta foi também sujeita a adaptações por R. A. Gomes (2005c), na análise dos tempos livres dos estudantes universitários de Coimbra (Tabela 3).

Tabela 3. Categorias do uso dos tempos livres.

Categoria	Uso dos tempos livres
Domésticos comunitários	Receber amigos em casa; ir a casa de amigos; jogar cartas, damas e dominó; jogar bilhar ou matraquilhos; jogar xadrez.
Domésticos expressivos	Jogar máquinas electrónicas; jogar computador; navegar na Internet; fazer palavras cruzadas; pintar ou desenhar; cozinhar por divertimento.
Abandono	Descansar e não fazer nada.
Sociabilidade urbana e local	Ir a festas de carácter popular (bailes); ir ao café, cervejarias; comer fora num restaurante; ir a bares e discotecas; jogar bingo.
Expressão artística	Fazer teatro, tocar um instrumento musical, fazer fotografia.
Expressão ao ar livre	Passeios ao ar livre, praia; campismo; piquenique; caça e pesca.
Espectaculares de participação expressiva	Espectáculos desportivos; exposições, visitas a museus; passeios pelas ruas ou centros comerciais.
Espectaculares informativos	Cinema; reuniões culturais; conferências; fazer cursos de pintura, fotografia; teatro; concertos de música clássica e ópera; concertos de música *pop* e moderna.
Domésticos receptivos	Ver TV; ouvir rádio; ouvir música; ler jornais, livros e revistas.
Expressão desportiva	Natação, hidroginástica, polo aquático; ginástica; fitness (aeróbica, step); musculação em ginásio; atletismo, corrida ou jogging; judo, karaté ou arte marciais; desportos colectivos; desportos náuticos; ciclismo, e cicloturismo; patinagem, hóquei, skate; ténis, ténis de mesa, badminton, squash, equitação; dança, Ballet, expressão corporal; ioga, ioga, tai chi, bioenergia; massagens, sauna; montanhismo e orientação; parapente, asa delta e voo livre; actividades de risco e aventura; desportos de Inverno, esqui; exercícios em casa com aparelhos de manutenção.

Fonte: adaptado de R. A. Gomes (2005c).

Outras grelhas foram sendo adaptadas em Portugal, em função das necessidades específicas dos objectos em estudo, em especial na análise das práticas culturais. São os casos das adaptações propostas por Pinto (1994) e J. T. Lopes (2000), tal como se mostra na Tabela 4.

Tabela 4. Grelha de classificação das práticas culturais.

I. Espaço Doméstico
1. Práticas domésticas criativas: fazer "bricolage"; artesanato; escrever um "diário"; cozinhar por divertimento.
2. Práticas domésticas expressivas, de interacção e sociabilidade: receber familiares em casa; receber amigos em casa; ir a casa de familiares; ir a casa de amigos.
3. Práticas domésticas receptivas, de consumo e/ou fruição: ver TV; ouvir rádio; ouvir música; ler livros sem ser de estudo ou profissionais; ler jornais; ler revistas; ver filmes vídeo em casa.
4. Práticas domésticas de abandono: não fazer nada; dormir a sesta.
II. Espaço Público
5. Práticas expressivas públicas: Frequentar festas de carácter popular; passear; fazer desporto; fazer "jogging"; fazer pequenas viagens; ir à pesca; ir à caça; ir à praia; passear em centros comerciais; ir a feiras.
6. Práticas participativas públicas: assistir a jogos de futebol (ou outros espectáculos desportivos); assistir a touradas; ir ao circo; ir a concertos de música popular e moderna.
III. Espaço Semipúblico
7. Práticas expressivas semipúblicos: ir a cafés, cervejarias, pastelarias; ir à missa ou a cerimónias religiosas; ir a discotecas; ir a bares; almoçar ou jantar fora sem ser por necessidade; jogar em máquinas electrónicas (casas de jogos); ir às compras (roupa, discos, livros, etc.).
8. Práticas receptivas semipúblicos: ir ao cinema.
9. Práticas de rotina semipúblicos: comprar comida e mercearias.
IV. Espaço Associativo/espaço semipúblico organizado
10. Práticas associativas criativas: fazer teatro amador; dançar (dança contemporânea, ballet, jazz e folclore); tocar (num grupo musical, coro, rancho, etc.); cantar (num grupo musical, coro, rancho, etc.).
11. Práticas associativas expressivas: ir a associações recreativas ou a colectividades locais;
V. Espaço da cultura cultivada/sobre legitimada
12. Práticas eruditas criativas: escrever (poemas, contos, etc.); artes plásticas (pintar, desenhar, etc.); fazer fotografia (sem ser em festas ou em férias).
13. Práticas receptivas e informativas de públicos cultivados: ir ao teatro; ir a concertos de música clássica; visitar museus, exposições, etc.

Fonte: adaptado de J. T. Lopes (2000).

O modelo proposto por Pinto (1994) baseia-se no cruzamento de dois critérios: modos de relação com os bens culturais, e espaços sociais de afirmação cultural. Este esquema permite uma maior discriminação na hierarquização no campo cultural ao considerar, para além do espaço público e privado, "o espaço organizado das subculturas dominadas e/ou emergentes, o espaço das indústrias

culturais e o círculo da cultura cultivada" (Lopes J. T., 2000, p. 198). Mantendo a categorização de D'Epinay quanto ao estatuto do sujeito, propõe quatro conjuntos de práticas: criativas, expressivas (interactivas), de participação e de recepção/ consumo, permitindo enriquecer o leque de modos de apropriação da cultura (Lopes J. T., 2000).

J. T. Lopes (2000) adapta o modelo de classificação, das práticas culturais, desenvolvido por Pinto (1994), introduzindo uma outra categoria retirada da proposta de J. V. Pereira (1994) - práticas de sociabilidade semipúblico. Esta grelha permite uma classificação mais fina das práticas culturais, na medida em que faz uma maior distinção dos modos de apropriação da cultura, oferecendo uma identificação das categorias das práticas culturais com base na sua origem na cultura de massas ou na alta cultura.

Elias e Dunning (1992, p. 145) referem que é necessária uma compreensão e distinção entre as actividades de tempo livre e as actividades de lazer, pois, "(…) todas as actividades de lazer são actividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer". Consideram também que as características particulares das actividades de lazer só podem ser compreendidas se forem consideradas, não apenas em relação ao trabalho profissional mas, também, em relação às actividades de não lazer, no quadro do tempo livre. Desta forma, organizam um quadro teórico a partir da *busca da excitação no lazer*, que serve de indicador da orientação do fio teórico que percorre o espectro, onde se salienta que todas as actividades de lazer integram um controlo descontrolado das restrições das emoções.

Partindo da teoria do *processo civilizacional*, Elias e Dunning (1992) apresentam um espectro do tempo livre, que integra o lazer essencialmente no contexto do *homo ludens* (Huizinga, 2003) e nas suas formas de participação nas actividades de jogo ou miméticas, onde os indivíduos podem participar, seja como intervenientes ou espectadores. Este espectro apresenta três categorias e dez subcategorias de actividades: algumas actividades de tempo livre apresentam um carácter de trabalho, embora este se distinga do trabalho profissional; algumas das actividades de tempo livre, são voluntárias, embora nem todas as actividades sejam agradáveis e algumas sejam altamente rotineiras. Salientam ainda que todas as categorias do espectro do tempo livre, consideradas como um todo, podem distinguir-se pelo seu grau de rotina e de destruição da rotina, que pode variar. Em geral, o trabalho profissional é muito rotineiro e as actividades do tempo livre vão

decrescendo o seu grau de rotina desde as actividades que são classificadas em 1 (rotinas do tempo livre), sendo um pouco menos rotineiras aquelas que se classificam em 2 (actividades intermediárias), e ainda menos rotineiras as que se classificam em 3 (actividades de lazer). As actividades de lazer são, nesta perspectiva, uma categoria de actividades em que a restrição rotineira de emoções pode, até certo ponto, ser publicamente reduzida e aprovada socialmente, mais do que qualquer uma das outras. Estes autores abrangem no espectro do tempo livre as seguintes actividades (Elias & Dunning, 1992):

1) Rotinas do tempo livre

a) Provisão rotineira (e.g. comer, beber, descansar, dormir, etc.);

b) Governo da casa e rotinas familiares (e.g. conservar a casa em ordem, organizar as rotinas, cuidar da roupa, comprar alimentos, etc.);

2) Actividades intermediárias

a) Trabalho particular voluntário para outros (e.g. participar em questões locais, actividades de caridade, etc.);

b) Trabalho particular voluntário para si próprio de natureza séria (e.g. estudos privados com vista a progressos profissionais, construir rádios, ser amador de astronomia, etc.);

c) Trabalho particular voluntário para si próprio de tipo mais ligeiro e menos exigente (e.g. fotografia amadora, trabalho em madeira, colecção de selos, etc.);

d) Actividades religiosas;

e) Actividades de formação de carácter voluntário (e.g. leitura de jornais, audição de debates políticos, visionamento de programas de TV, etc.);

3) Actividades de Lazer

a) Actividades de sociabilidade (e.g. participar, como convidado, em reuniões formais - casamentos, banquetes, etc. -, participar em lazer comunitário relativamente informal - reuniões em bares ou em festas, encontros familiares, comunidades de conversa banal, etc.);

b) Actividades de jogo ou miméticas (e.g. participar em actividades miméticas de elevado nível organizativo - membro de uma organização, como um clube de futebol, teatro amador, etc. -, participar como espectador em actividades miméticas bastante organizadas, sem fazer parte da organização - assistir a jogos de futebol, etc.);

c) Miscelânea de actividades de lazer menos especializadas (e.g. viajar nos feriados, comer fora para variar, dar um passeio a pé, etc.).

2.2.2. LAZER E ESTILOS DE VIDA

O conceito de *estilos de vida* tem uma longa tradição em diversas disciplinas e campos de estudo, incluindo os estudos do lazer (Veal, 2001). No entanto, a característica mais notável da literatura sobre os estilos de vida talvez seja a falta de consenso sobre o significado do termo (Veal, 2000). A literatura contém uma variedade de abordagens que são, aparentemente, totalmente independentes para o conceito de estilos de vida, decorrentes de diferentes disciplinas e correntes de investigação, entre as quais (Veal, 2000): a) weberiana; b) subcultural; c) psicológica; d) pesquisa de mercado – psicográfica; e) estilos de lazer/turismo; f) espacial; g) estilos de vida socialistas; h) outras.

A partir de uma extensa revisão da literatura sobre o conceito de estilos de vida, apresentados pelas diversas perspectivas, Veal (2000) expõe sete categorias que estão potencialmente associadas ao conceito de estilos de vida:

i) Actividades/comportamentos: o estilo de vida compreende os padrões de consumo, actividades de lazer, práticas domésticas e actividade de trabalho remunerado;

ii) Valores e atitudes: os valores e atitudes têm influência no estilo de vida (compra e padrões de consumo), mas não são, necessariamente, parte do estilo de vida;

iii) Grupos *versus* indivíduos: em certa medida a emissão de grupo *versus* análise individual depende do detalhe com o qual são classificados os estilos de vida, e este é influenciado, em parte, pela estrutura disciplinar do investigador. Qualquer definição de estilo de vida não deve excluir a possibilidade de análise do indivíduo, assim como a do grupo;

iv) Interacção do grupo: os indivíduos que compartilham um estilo de vida comum, não têm necessariamente qualquer contacto social, embora muitos o tenham. A interacção do grupo é uma característica fundamental de um estilo de vida particular, quando esse grupo em particular é constituído por uma subcultura. Embora todos os grupos subculturais tenham um estilo de vida diferenciado, nem todos os estilos de vida resultam dos processos complexos que são intrínsecos às subculturas. A interacção do grupo não é, por conseguinte, uma característica necessária do estilo de vida;

v) Coerência das actividades/estilos de vida: apesar da coerência, no sentido de compatibilidade, ser uma provável, e importante, variável na análise do

estilo de vida, não é uma componente necessária para a definição de estilo de vida, uma vez que a alguns estilos de vida pode faltar coerência;

vi) Facilidade de reconhecimento: embora o estilo de vida possa ser um aspecto importante da vida das pessoas, a clareza com que estas percebem os seus próprios estilos de vida varia consideravelmente. A facilidade de reconhecimento pode ser uma característica de alguns estilos de vida, mas não é uma parte necessária da definição do estilo de vida;

vii) Escolha: nas sociedades Ocidentais, o estilo de vida envolve a escolha, embora o grau de liberdade de escolha varie de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo e da época histórica. Esta questão diz respeito à forma como os estilos de vida são formados ao invés da natureza dos estilos de vida próprios. As pessoas têm estilos de vida (ou modos de vida) se estes tiverem sido desenvolvidos no contexto de uma escolha ampla ou limitada. A questão de escolha, não precisa, por isso, de fazer parte da definição do estilo de vida.

viii) Como resultado dessa revisão da literatura, Veal (2000) apresenta uma definição que, na sua opinião, dá ao conceito de estilo de vida uma identidade clara, operacional e teoricamente útil: "Lifestyle is the pattern of individual and social behaviour characteristic of an individual or a group" (Veal, 2000, p. 16).

Prestando especial atenção à abordagem Weberiana, Rojek (1985) afirmou que um dos legados mais duradouros de Weber para a sociologia do lazer é o conceito de estilo de vida. A abordagem Weberiana ao estilo de vida foi sugerida, aliás, como potencial fornecedora de um quadro conceptual para o desenvolvimento dos estudos do lazer (Veal, 1989a; 1989b), apesar das críticas que se levantaram (Critcher, 1989; Jarvie & Maguire, 1994; Scraton & Talbot, 1989).

O argumento de Weber é o de que as divisões na sociedade resultam não só da classe social, que é baseada nas relações económicas, mas também do *status,* que é baseado na honra e no prestígio. Esta visão distancia-se, assim, da análise marxista que apresentava os mecanismos de domínio a campos determinados pelos recursos económicos. Um grupo de *status* é distinguido pela honra que lhe é concedida pelo resto da sociedade, mas também pelo seu estilo de vida particular (Weber M. , 1948). O estilo de vida adoptado por um grupo de *status* serve para marcar os limites do grupo e reforçar o sistema de honra que sustenta o *status* do grupo (Veal, 2000).

O contributo de Bourdieu para a análise de classes coloca igualmente a ênfase na dimensão simbólica das representações e dos estilos de vida (Estanque, 2005). O trabalho de Bourdieu (1979) demonstra como as infinitas variações de capital cultural, lazer e gosto (estilo de vida) reflectem a variação infinita no capital económico e do poder de classes e fracções de classe em toda a sociedade. Nesta perspectiva, Veal (2000) sublinha que a concepção de Weber sobre o estilo de vida não é independente da classe, mas é simplesmente uma manifestação de associação de classe. Esta questão tem sido discutida e, em condições modernas, o estilo de vida pode ser visto, pelo menos, como parcialmente independente da classe (Veal, 1989a; 1989b).

As práticas sociais que são incorporadas nos mapas cognitivos e nas representações dos indivíduos e dos grupos permitem analisar as configurações das classes a partir de esferas da vida onde o lazer ocupa um papel fundamental (Bourdieu, 1979; Estanque, 2005). Existe uma correspondência entre as diferentes posições no espaço social e os estilos de vida (Bourdieu, 1983), que é resultante das "experiências vividas ao longo de uma trajectória e incorporadas através dos *habitus* de classe particulares que afirmam e estruturam na prática o enquadramento social dos indivíduos" (Estanque, 2005, p. 95). Em condições semelhantes são produzidos *habitus* substituíveis que criam, por sua vez, segundo a sua lógica específica, práticas diversas e imprevisíveis, mas restringidas aos limites do confinamento do seu *habitus* de classe. Estes esquemas geradores, que exprimem, segundo a sua lógica própria, diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação, são convertidos, assim, em distinções simbólicas (Bourdieu, 1983). Nesta perspectiva, o conhecimento das características referentes à condição económica e social (o volume e a estrutura do capital apreendidos) só permite compreender ou rever a posição do indivíduo ou grupo no espaço dos estilos de vida. O gosto, que corresponde à propensão e à aptidão para a apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objectos ou práticas distintas e distintivas, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida, definido por Bourdieu (1983, pp. 83-84) como "(…) um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *héxis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípios da *unidade de estilo* que se entrega

directamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados".

O lazer torna-se, assim, importante na análise das classes, pelo enquadramento cultural que as desigualdades veiculam, sob a forma de estilos de vida particulares (Estanque, 2005). Através dos variados mecanismos de poder simbólico e das formas de legitimação cultural que lhe estão acessíveis, as classes dominantes tendem a perpetuar os seus privilégios, e a desenvolver e consolidar formas hegemónicas de enquadramento das classes populares de forma a aperfeiçoar os seus próprios meios de reprodução da estrutura das classes, como uma forma permanente de reinvenção e distinção dos seus estilos de vida; enquanto as classes médias e populares põem em marcha formas de apropriação e imitação sujeitas a processos de permanente desvalorização no mercado de bens simbólicos, através dos quais as desigualdades se reproduzem e legitimam (Estanque, 2005). O estilo de vida corresponde, assim, ao mapa cognitivo que permite aos indivíduos orientarem-se no espaço social do seu grupo de pertença, ou ao deslocamento para outros grupos de referência, que está, no entanto, sujeito a modificações mediante trajectórias sociais ascendentes, descendentes ou estagnantes (Gomes R. A., 2005b).

O trabalho de Veal (2001) examina o lugar do conceito de estilo de vida nos estudos do lazer, à luz de três publicações:

i) Kenneth Roberts (1999) conclui que o estilo de vida não é um conceito chave para os estudos do lazer, porque não substituiu factores como a classe, género, idade e classe social que fornecem aos indivíduos um sentido de identidade;

ii) Chris Rojek (2000) analisa as características distintivas dos paradigmas teóricos dominantes de estudos do lazer/sociologia do lazer ao longo dos últimos trinta anos, e sugere que, embora os estudos culturais tenham tido uma grande influência sobre os estudos do lazer, na prática, têm-se preocupado mais com a classe. Rojek (2000) sugere, portanto, que um foco renovado sobre a cultura poderia fornecer um caminho para os estudos do lazer/sociologia do lazer;

iii) Steven Miles (2000) argumenta que o conceito de subcultura, tradicionalmente utilizado em estudos da juventude, tem sido comprometido pela sua associação com os paradigmas estruturais da tradição neomarxista, dos estudos culturais da década de 1980 e 1990, e que, portanto, o termo estilo de vida é mais adequado para estudar a vida dos jovens de hoje.

Tendo em conta estas e outras recentes contribuições para a teoria do lazer, Veal (2001) argumenta que o conceito de estilo de vida continua a ser um conceito útil, e que pode ter uma contribuição significativa para o desenvolvimento dos estudos do lazer.

2.2.3. CONEXÕES ENTRE DESPORTO, TURISMO, LAZER E NATUREZA

Determinadas práticas desportivas surgem associadas às práticas de lazer, em especial no âmbito da recreação e do turismo, facto que contribui para que estes conceitos sejam vistos, geralmente, como conceitos que se inter-relacionam e se sobrepõem (Hall & Page, 2006). Apesar de existirem diversos conceitos e definições de desporto, turismo, recreação e lazer, é incontestável a forma, em termos de como, onde, quando e porque são utilizados.

O conceito de lazer é utilizado essencialmente de três formas (Hall & Page, 2006):

1) Como um período de tempo, actividade ou estado mental, cuja escolha é o elemento dominante;

2) Através de uma visão objectiva, onde o lazer é percepcionado como a oposição ao trabalho e é definido como um tempo de não-trabalho, ou tempo residual;

3) Através de um ponto de visto subjectivo, que enfatiza o lazer como um conceito qualitativo, onde as actividades de lazer têm um significado apenas no contexto das percepções individuais, e no sistema de crenças, e poderão ocorrer a qualquer momento e em qualquer cenário.

O lazer pode ser, assim, entendido como uma combinação entre uma medida de tempo e uma atitude mental onde as obrigações sejam minimizadas. Nesta perspectiva, “A recreação seria o tipo de actividade à qual o indivíduo se dedica durante o seu tempo de lazer, podendo-se identificar nela actividades que variam desde a recreação doméstica até ao desfrute turístico em que haja uma permanência no local visitado por pelo menos uma noite” (Cooper, Fletcher, Fyall, Gylbert, & Wanhill, 2007, p. 43).

A distinção entre turismo e lazer é considerada, neste sentido, como uma questão de grau (Hall & Page, 2006). O turismo refere-se principalmente às actividades de lazer e a viagens de negócios que se centram na viagem dos visitantes para um destino específico, que normalmente envolve uma injecção de

dinheiro por parte do visitante na economia regional (Hall & Page, 2006). Apesar das visitas de um dia, ou excursões, representarem uma actividade recreativa comum, para que o turismo ocorra é necessário que o tempo de lazer decorra num período de tempo que permita uma longa estadia longe do local de residência (Cooper, Fletcher, Fyall, Gylbert, & Wanhill, 2007).

Alguns autores (Pigram, 1985) referem que o turismo é realizado num enquadramento essencialmente recreativo, enquanto outros (Murphy, 1985) manifestam uma opinião contrária, conceptualizando a recreação como uma componente do turismo. A inclusão da viagem no mesmo dia, nas directrizes oficiais internacionais, para a recolha e a definição de estatísticas do turismo, veio tornar esta divisão entre recreação e o turismo ainda mais arbitrária (Hall & Page, 2006). Apesar destas aparentes contradições é notória, no entanto, uma convergência entre os dois conceitos, em particular no que diz respeito às teorias, actividades e impactos (Hall & Page, 2006).

A relação entre o lazer e o desporto é também evidente. Deste ponto de vista temos assistido a um crescimento acentuado das práticas de carácter lúdico e de auto-organização, em detrimento dos modelos desportivos ultracompetitivos que eram comuns e exclusivos até meados do século XX. Aliás, o próprio conceito de desporto que está incluído na Carta Europeia do Desporto, e que surgiu no período pós-moderno, é entendido como "(…) todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis" (Conselho da Europa, 1992, p. 3). Esta definição implica uma noção mais ampla de desporto, englobando um leque mais vasto de actividades que não estariam contempladas em definições anteriores. Não negando a ideia de competição no desporto, esta definição atribui outros significados que incluem todas as suas novas formas, incluindo as que se associam ao lazer, à recreação e ao turismo. Esta definição está em conformidade com as ideias de alguns autores que defendem que uma definição lata de desporto permite aumentar o significado das ligações entre o desporto e o turismo (Standeven & De Knop, 1999), assim como entre estes e o lazer.

Gibson (1998a) refere, inclusive, que dos novos segmentos do turismo se destaca a viagem relacionada com a actividade física e o desporto. O turismo desportivo, termo que tem sido adoptado, nos anos recentes, para descrever a

viagem de lazer relacionado com o desporto (Gibson, 1998b), não é mais do que uma nova forma de turismo que interliga o desporto ao turismo (Pigeassou, 2004). Esta relação tão vincada pode ser chamada de *relação simbiótica* (Standeven & De Knop, 1999), apresentando uma significante e expansiva área de mútuo interesse entre a gestão do desporto e o desenvolvimento do turismo (Hinch & Higham, 2004).

A importância deste segmento é evidenciada tanto pela crescente atenção prestada pelas indústrias do desporto e do turismo, como pelo desenvolvimento de diversos trabalhos de índole académico (Gibson, 2005). O súbito interesse por este fenómeno é atribuído, segundo Gammon e Robinson (2003), a cinco factores: a) à crescente popularidade dos eventos desportivos nacionais e internacionais; b) a uma maior compreensão dos benefícios que podem ser alcançados através da participação activa em muitas actividades desportivas; c) a uma maior apreciação do valor do desporto, por parte dos governantes, tanto em relação à economia como em relação às relações nacionais e internacionais; d) à criação de uma programação de eventos desportivos, mais variada e cuidada na oferta anual, disponível tanto para espectadores como para participantes; e) ao facto do interesse desportivo dos indivíduos ser, não apenas mais móvel, mas também de estes serem capazes de comunicar de uma forma mais eficaz devido à melhoria das tecnologias e infra-estruturas globais.

O interesse e os comportamentos associados ao turismo desportivo são variados. Nesta óptica, Gibson (1998b), através de uma revisão da literatura, configurou estes comportamentos em três tipos: 1) o turismo desportivo activo, que está associada à participação activa na prática desportiva; 2) o turismo desportivo de eventos, que pressupõe a participação, enquanto espectadores de um espectáculo desportivo; 3) o turismo desportivo de nostalgia, que inclui a visitação de museus, entre outras actividades de visitação a espaços de memória, relacionados com as actividades desportivas. Com base nestas tipologias, Gibson (1998b, p. 49) refere-se ao turismo desportivo como a "(...) leisure-based travel that takes individuals temporarily outside of their home communities to participate in physical activities, to watch physical activities, or to venerate attractions associated with physical activities".

Gibson (1998a) refere ainda que uma das categorias de turismo desportivo que mais se tem destacado é o turismo desportivo activo. Em relação a esta categoria, De Knop (1990) identifica três tipos de férias desportivas activas: a) as

férias desportivas puras, como a viagem para esquiar; b) tirar partido das instalações desportivas de um destino de férias, apesar de o desporto não ser o principal propósito da viagem; c) as férias desportivas privadas, onde o turista toma parte em actividades desportivas não organizadas, como a canoagem, o BTT, mergulho, etc. Estas tipologias de viagens activas referem-se aos diferentes propósitos da viagem, que vão desde a motivação principal, no caso da primeira categoria, à motivação secundária (viagens que obedecem a outras motivações principais como o sol e mar por exemplo), casos da segunda e terceira categoria.

Umbelino (2005) refere que as experiências turísticas, independentemente dos tipos de motivações dos turistas, acabam por englobar quase sempre as práticas de lazer disponíveis nos destinos, que são designadas, de forma geral, por animação turística. Nesta óptica, M. S. Lopes (2006; 2009) considera a animação turística como um conjunto de instrumentos ou de técnicas, orientadas para potenciar e promover o turismo, mediante um estímulo que leva as pessoas a participarem na descoberta dos locais, dos sítios e monumentos que visitam, tendo como pressuposto a necessidade de se criar motivação e implicar o turista numa participação cultural e social que não descure o relacionamento com o meio e com as populações visitadas.

A animação turística é, para além de outras experiências (ambientais, culturais, recreativas, etc.), uma experiência promovida mediante a produção e apresentação de experiências desportivas (Pérez, 2009), entre as quais os Desportos de Natureza (Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio). É nesta perspectiva que Hall (1992a; 1992b) identifica o desporto como um dos maiores interesses da experiência turística e articula três domínios do desporto, dos quais se destaca o *outdoor adventure tourism* (turismo de aventura na natureza). Este domínio representa uma área intrinsecamente relacionada com o turismo desportivo que se encontra nas actividades recreativas que ocorrem em espaços naturais, muitos deles classificados como desportos, como a canoagem, o esqui, o *surf* (Hinch & Higham, 2004), e o montanhismo (Beedie & Hudson, 2003). Confirmando esta ideia, diversos autores (Hall & Page, 2006; Weiler & Hall, 1992) referem que os espaços naturais e as actividades desportivas na natureza são claramente uma maior componente do turismo.

É também associado à natureza e aos espaços naturais que surgem outras tipologias de turismo, nomeadamente o Turismo de Natureza e o Ecoturismo, que

também incluem as actividades desportivas na natureza. Segundo o PNTN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, p. 4348), "(…) o turismo de natureza pressupõe a prática integrada de actividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, actividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais". O Turismo de Natureza tem, assim, como principal objectivo viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da natureza englobando actividades desportivas, contemplação da natureza e actividades de interesse especial (Turismo de Portugal, 2006a).

O Ecoturismo é definido de diversas formas (Bjork, 2000; Blamey, 1997), apresentando, no entanto, três princípios que são enunciados de forma consensual (Blamey, 1997; Weaver & Lawton, 2007): i) as atracções são predominantemente baseadas na natureza; ii) as interacções de visitantes com as atracções devem ser focadas na aprendizagem e/ou na educação; e iii) a experiência e a gestão de produtos devem seguir os princípios e as práticas associadas à sustentabilidade ambiental, económica e sociocultural. Fennell (2001) através de uma análise de conteúdo às definições de Ecoturismo refere que as variáveis mais frequentemente evidenciadas nas definições incluem: a) a referência ao local onde decorre o Ecoturismo (e.g. áreas naturais); b) a conservação; c) a cultura; d) os benefícios para os habitantes locais; e) a educação. Em relação às actividades de Ecoturismo, Black e Crabtree (2007) referem que estas são desenvolvidas, geralmente, em áreas remotas, com condições específicas, envolvendo muitas das vezes actividades físicas como a canoagem ou o pedestrianismo, entre outras.

Por outro lado, considerando que a aventura e o risco são das principais motivações para a prática destas actividades (Swarbrooke, Beard, Leckie, & Pomfret, 2003), surgem outras designações que se associam a estas duas características, como o Turismo Activo e o Turismo de Aventura. O Turismo Activo engloba uma nova filosofia que combina a aventura, o Ecoturismo e a cultura, numa viagem de descoberta (Active Tourism Organization, 2002). Esta nova filosofia de turismo contrasta com um tipo de turismo passivo e com o turismo de massas, no sentido em que é um turismo de pequena escala, de baixo impacto e de alta

qualidade, dirigido e administrado localmente, e que não só traz vantagens para os visitantes mas também ajuda a promover o desenvolvimento local, através dos três pilares da sustentabilidade – crescimento económico, protecção da biodiversidade, e valorização cultural (Active Tourism Organization, 2002).

O Turismo de Aventura é um campo bastante complexo, com grande diversidade intrínseca e sem fronteiras claramente definidas, resultante de uma variedade de correntes de pensamento (Millington, Locke, & Locke, 2001). Estas actividades decorrem usualmente num destino incomum, exótico, remoto ou selvagem, onde os participantes incorporam elevados níveis de intensidade, através de experiências que envolvem níveis elevados de risco percebido ou perigos controlados, relacionados com desafios pessoais (Millington, Locke, & Locke, 2001). O Turismo de Aventura integra geralmente um conjunto de práticas de lazer ao ar livre, constituídas de forma geral por actividades desportivas realizadas em diferentes ambientes como a terra, o ar, a água e o gelo (Greenwood & Yeoman, 2007). No entanto, o Turismo de Aventura nem sempre decorre em espaços naturais ou em locais exóticos (Weber K. , 2001), sendo que as actividades desportivas baseadas na adrenalina, incluídas no Turismo de Aventura, apenas são abrangidas no Turismo de Natureza quando realizadas em espaços naturais (Buckley, 2006).

2.3. DESPORTOS DE NATUREZA: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS

2.3.1. A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA

Um dos problemas encontrados quando se pretendem desenvolver trabalhos científicos sobre as práticas desportivas na natureza é a sua delimitação teórica, em especial devido ao facto de existir na literatura uma infinidade de termos distintos que apresentam, cada qual, um conjunto de pressupostos teóricos para designar estas práticas (Melo, 2009). Este facto levou a que tenham sido conduzidos alguns trabalhos que tentaram clarificar esta problemática terminológica e conceptual (Beauchard, 2004; Bessy & Mouton, 2004; Betrán J. , 1995; Betrán & Betrán, 1995a; Booth & Thorpe, 2007; Dias, 2007; Dias & Júnior, 2006; Melo, 2009; Ormrod, 2009; Rinehart, 2000; Rinehart & Sydnor, 2003; Turčová, Martin, & Neuman, 2005; Wheaton, 2004). No entanto, nenhum consenso foi obtido e, para já, não existe nenhum termo que seja unanimemente aceite para designar as actividades desportivas que decorrem em espaços naturais, pois cada termo apresenta as suas

diferenças semânticas que representam distintivas formas de encarar este fenómeno.

Não sendo o principal objectivo desta revisão identificar e enumerar todos os termos que são usados para designar estas actividades, esta análise incide em dois períodos históricos que deram origem a algumas actividades desportivas e a consequentes correntes terminológicas, que expressam a origem e a trajectória das práticas de actividades na natureza, permitindo mapear as correntes que, de alguma forma, foram precursoras do conceito que é aqui denominado de Desportos de Natureza. Tal como refere Bessy e Mouton (2004), o vocabulário nunca é neutro e por detrás das palavras encontra-se um desenvolvimento que vai para além da mera linguagem retórica e, neste sentido, os termos gradualmente impostos através do discurso dominante são transmissores de novas práticas que respondem a novas questões sociais. Esta é uma tentativa de se atribuir um significado histórico e sociocultural aos Desportos de Natureza, com a intenção de se compreender este fenómeno, cuja problemática já fora identificada por Bourdieu (2003), através da qual se pode colocar um conjunto de duas questões:

a) Em primeiro lugar, existirá um espaço próprio de produção, dotada da sua própria lógica, no interior do qual se engendram os produtos desportivos? Nas suas palavras, existirá um sistema de instituições e de agentes que estão associados aos Desportos de Natureza, tendendo a funcionar como um campo?

b) Em segundo lugar, em que contexto histórico surge a ideia da procura da natureza para fins desportivos e de lazer, de actividades, como por exemplo, o montanhismo ou o *surf*? Esta última questão remete para a identificação clara das condições históricas e socioculturais do aparecimento dos Desportos de Natureza, a partir da ideia da fundação do desporto moderno.

Esta análise assenta na ideia de que o desporto, o turismo e o lazer são autênticas metáforas da sociedade, ou seja, a projecção e a reprodução dos valores e das circunstâncias socioculturais que acompanham cada período da história da sociedade humana, e o testemunho irrefutável que reflecte a mentalidade e os modelos de cada época a que se refere. Estas actividades, em especial as actividades desportivas, são claras manifestações representativas das sociedades contemporâneas, que constituem elementos fundamentais do processo civilizacional das mesmas (Elias, 1989), e como construção social representam as ideias e os valores dominantes (Gomes R. A., 2009).

Apesar desta análise se focar em dois períodos históricos, que se consideram fundamentais no desenvolvimento das actividades desportivas e recreativas na natureza, não se pode negar que existem outras relações com a natureza, que se foram desenvolvendo ao longo do percurso histórico da humanidade, e que devem ser analisadas para compreendermos este fenómeno. Ao se considerar que a procura e a utilização dos espaços naturais como *locus* para as práticas lúdico-recreativas não é um fenómeno recente, deve-se analisar a relação do Homem com a natureza na contemporaneidade, mas também esta relação ao longo da história (Dias, Melo, & Júnior, 2007).

A este respeito, Moscoso (2003) refere três relações do Homem com a natureza ao longo da história humana: i) a primeira relação é uma *relação natural*, que se expressa porque a natureza é o *habitat* natural e único do Homem, facto que decorreu nas sociedades ocidentais até à revolução industrial; ii) a segunda é uma *relação biocultural*, atribuída devido ao seu carácter mágico-religioso, uma das primeiras formas de conceber a natureza, que se manifesta como um espaço de fascínio, mescla de atractivo e de temor, de mitos e lendas e refúgio de personagens mágicas, espaços frequentemente sacralizados e carregados de símbolos, inclusive ainda nos nossos dias. Esta relação passa a ter uma orientação metafísica quando as actividades na natureza começam a ser motivadas pelos seus próprios elementos e experiências, através dos seus estímulos cognitivo e a sua forma de operar, basicamente, racional e humanista; iii) a terceira é uma *relação sociocultural*, que acontece devido à (re)aproximação do Homem à natureza que engloba, progressivamente, vínculos culturais, científicos, de lazer, desportivos e aventureiros, com o objectivo de compreender o funcionamento do próprio mundo. Converte-se em *gérmen* da prática de actividades na natureza desde um ponto de vista social, educativo, desportivo, turístico, etc. Um humanismo que move a prática para satisfazer e reformular constantemente propósitos, inquietude e novos desejos.

Dando expressão a estas relações, Cubero (2008) refere que o Homem ao longo da sua história apresenta três vínculos com a natureza: o vínculo utilitário, o vínculo educativo, e o vínculo recreativo e desportivo.

Em relação ao vínculo utilitário com a natureza, parece indesmentível que as civilizações primitivas viviam em contacto com a natureza e completamente dependentes dela. Neste período histórico, o vínculo com a natureza era essencialmente utilitário pois era lá que o Homem nascia, se alimentava, se divertia,

era a natureza que ele temia e ao mesmo tempo adorava, e era nela que morria (Betrán J. , 2002). Este vínculo, como tal, ainda se mantém nos nossos dias, ampliado e reformulado em função dos acontecimentos que têm precipitado a sua (re)configuração (Cubero, 2008). Nas palavras de J. Betrán (2002), as práticas desportivas atuais são um símbolo cultural predeterminado pelas práticas ancestrais. É aliás a partir da análise da íntima relação entre o Homem e a natureza nas sociedades primitivas e das suas acções básicas que poderemos interpretar a origem dos Desportos de Natureza. Dessas relações surgem grupos de actividades desportivas atuais que têm origem nas práticas utilitárias ancestrais (Betrán J. , 2002; Parra, 2001): i) das capacidades filogenéticas aos desportos individuais; ii) das práticas com objectos aos desportos com recurso a equipamentos desportivos; iii) das embarcações para transporte aos desportos náuticos; iv) das práticas utilitárias aos desportos de deslizamento; v) das práticas eólicas aos desportos aéreos; vi) dos artefactos mecânicos aos desportos de motor; vii) dos jogos equestres aos desportos hípicos; viii) das actividades físicas em meio natural (sistemas naturais) aos Desportos de Natureza. Destas relações salientam-se as relações culturais, corporais e motrizes que os Homens tinham com o meio natural pois, muitas das práticas foram (re)adaptadas até encontrarem o seu sentido e espaço na sociedade actual. Tais actividades físicas em meio natural deixaram de estar influenciadas pela necessidade de sobrevivência para se converterem, fundamentalmente, num modo de recreação e libertação das cargas impostas pela sociedade moderna (Cubero, 2008).

O vínculo educativo com a natureza compreende as actividades em meio natural, e está enraizado no processo formativo que teve o seu ponto de partida nos séculos XV-XVI, a partir do qual muitas pessoas e organizações levaram a cabo estas actividades atribuindo-lhes fins educativos (Betrán J. , 1989; Cubero, 2008; Funollet, 1989). Tendo como ponto de partida a época Renascentista, Cubero (2008) refere que se podem considerar como precursores das actividades educativas na natureza, vinculados à formação de crianças e jovens, personagens históricas como Vittorino da Feltre (1378-1446), Jerónimo Mercuriales (1530-1606), Michel de Montaigne (1522-1592), Johann Goethe (1749-1832), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Francisco de Amorós (1770-1848), Lord Byron (1788-1824), Johann Pestalozzi (1746-1827), Robert Baden-Powell (1857-1941), Georges Hébert (1875-1957); Karl Gaulhofer (1885-1941), Margarette Streicher (1891-1983), e Kurt Hahn

(1886-1974), bem como as associações juvenis, surgidas no início do século XX. J. Betrán (2002) refere que grande parte das actividades físicas educativas desenvolvidas ao longo da história da humanidade ocorreram em contacto directo com a natureza, não sendo menos verdade, no entanto, que à medida que os seres humanos foram resolvendo o dilema cultura-natureza a favor da primeira se dedicam a transformar a segunda, afastando-se dela. Desde o período referido surgem diversas correntes educativas tendo como pano de fundo o meio natural, dos quais são exemplos: o *movimento naturalista*, fundado por Georges Hébert (*Hebertismo*), que procura um retorno às origens, através da execução dos gestos naturais da espécie humana (um conjunto de 10), praticados no bosque e no rio; e o *movimento escutista,* que surgiu em Inglaterra em 1907, por iniciativa do General Baden Powell. Nesta última corrente, a ideia geral é procurar lugares para jovens (e crianças) onde estes se possam libertar, divertir e se formar. O seu pilar básico é o contacto com o meio natural e o desenvolvimento de uma pessoa altruísta, cívica, pacifista e universalista. Nesta óptica, pode-se considerar o *escutismo* como uma das organizações associativas com maiores repercussões sociais no campo da educação não formal. A sua criação supõe um importante avanço na incorporação da educação activa, e da educação física no âmbito extra-escolar em contacto com a natureza (Sobral, 1985).

O vínculo desportivo e recreativo com a natureza corresponde ao processo de constituição do campo desportivo (Bourdieu, 2003), iniciado nos finais do século XIX, e princípios do século XX, e que é agora designado como desporto moderno. Esta configuração deveu-se aos acontecimentos sociais ocorridos nessa época: por um lado, através do movimento desportivo criado por Thomas Arnold, em Inglaterra, em 1828, que permitiu institucionalizar e sistematizar os jogos populares, convertendo-os em desportos no seio dos colégios britânicos, com o objectivo da ocupação do tempo livre dos jovens através da prática de actividade física desportiva regulada e competitiva; e por outro a instauração dos *Jogos Olímpicos da Era Moderna*, pelo Barão Pierre de Coubertain, em 1894. Este processo de *desportivização* também se fez sentir no seio das actividades físicas desportivas realizadas nos meios naturais, apesar de ter acontecido com um certo atraso em relação a outras modalidades desportivas (Cubero, 2008; Lapetra, 1996). Com a criação das federações desportivas (canoagem, montanhismo, esqui, etc.) estas actividades foram-se institucionalizando, contribuindo para a difusão da prática e para o relançamento do

seu processo de *desportivização* (Lapetra, 1996). Progressivamente, estas actividades, mais ou menos lúdicas ou utilitárias, converteram-se em interesse desportivo. A prática destas actividades tornou-se mais acessível, permitindo a transferência dos usos e dos costumes da burguesia para as classes populares (Lagardera, 1992), estendendo-se até chegar, actualmente, a uma significativa massa social (Lapetra, 1996).

2.3.2. AS ACTIVIDADES NA NATUREZA NO ESPÍRITO DA MODERNIDADE

Dias, Melo e Júnior (2007) referem que a ideia de valorização e procura da natureza como *locus* para as vivências lúdico-recreativas, nas sociedades ocidentais, é um fenómeno que remonta ao século XIX, como uma resposta às transformações sociais e culturais que decorreram neste período. A revolução industrial constituiu, de facto, uma mudança na vida quotidiana das sociedades ocidentais e, neste contexto, verificou-se um novo sistema de representação colectiva em relação à natureza, através de uma nova forma de conceber, de apreciar e de se relacionar com as paisagens naturais, que por sua vez incidiram e se materializaram numa série de práticas sociais que se estenderam também às práticas de recreação e lazer na natureza (Bell, 1997, 2008; Dias, Melo, & Júnior, 2007).

Um aspecto importante na configuração ou sedimentação dessa nova sensibilidade foi a difusão dos ideais do movimento estético do romantismo, através da valorização da curiosidade e da procura por lugares exóticos, desconhecidos, naturais e bucólicos, notando-se uma crescente predilecção pela procura de lugares isolados e de difícil acesso, como os Alpes ou os Pirenéus (Dias, Melo, & Júnior, 2007). De facto, durante o século XIX, a percepção negativa sobre regiões remotas foi sendo alterada gradualmente para uma visão positiva, através do contributo de alguns escritores que escreviam e falavam sobre os valores das zonas selvagens (Watters, 1986; Bell, 2008; Rykwert, 2004). À medida que os cenários das montanhas, florestas, desertos e praias foram desmistificados, foi sendo criado um novo imaginário e uma nova sensibilidade estética sobre estas paisagens naturais (Corbin, 1989; MacFarlane, 2005).

Esta nova estética sobre a paisagem contém três elementos importantes: o belo, o sublime e o pitoresco. Estes advêm, em grande parte, das viagens realizadas

pelas jovens elites europeias, que se estenderam mais tarde às classes médias altas, em especial da sociedade britânica, e que ficou conhecida por *Grand Tour*. Esta viagem, cuja rota tinha um itinerário que era comum à generalidade dos que a efectuavam, passava essencialmente por França, Itália, Alemanha e pelos Países Baixos, via Suíça (Goeldner, Ritchie, & Mcintosh, 2002). O *Grand Tour*, segundo Monk (1960), foi um dos grandes responsáveis pelo culto do cenário natural, dentro da abordagem de uma estética do sublime, em especial quando eram ultrapassadas as paisagens montanhosas dos Alpes. Estas experiências eram descritas, posteriormente, aos que desconheciam os cenários vivenciados, muitas delas dando origem a livros que relatavam os mais diversos aspectos das viagens, como por exemplo os livros de relato das viagens de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Edward Austen-Knight (1768-1852) ou Tobias George Smollett (1721-1771) (Goethe, 2001; Knight, 1986; Smollet, 1981). A estética do sublime passou, entretanto, a ser cultivada sob os mais diversos ângulos das artes, desde a poesia à pintura.

A transformação desta atitude sobre as regiões selvagens advém, nos Estados Unidos da América (EUA), do crescimento do território habitável que se foi aproximando cada vez mais destas zonas. Esta mudança foi gradual e para isso muito contribuíram personagens chave como Henry David Thoreau (1817-1862), John Muir (1838-1914), Aldo Leopold (1887-1948), Robert Marshal (1901-1939), entre outros, que escreveram e falaram sobre esta mudança de atitude (Watters, 1986).

A crescente ocupação dos centros urbanos pela população rural, para trabalhar nas novas indústrias, influenciou o enorme desenvolvimento da Europa e leste dos EUA, durante o século XIX (Bell, 2008). No final desse século (XIX), os trabalhadores começaram a questionar a qualidade de vida nas cidades poluídas e a desejar escapar desse mau ambiente (Bell, 2008; Dias, Melo, & Júnior, 2007). Em 1865 foi fundado em Inglaterra o primeiro grupo ambientalista que reivindicava mais espaços naturais para o lazer da população (Dias, Melo, & Júnior, 2007), e alguns grupos de pessoas, que habitavam cidades inglesas, que se expandiram perto de paisagens selvagens, formaram clubes para caminhar ou passear de bicicleta no campo durante os fins-de-semana (Bell, 2008).

A institucionalização e a popularização do hábito de se procurar os ambientes naturais com o objectivo da realização das actividades de recreação e lazer, em

especial das práticas desportivas, são geradas, em grande parte, pela fundação de clubes - uma marca do desenvolvimento do desporto moderno (Betrán & Betrán, 1995b; Dias, Melo, & Júnior, 2007). Um pouco por toda a Europa e América do Norte foram desenvolvidos clubes para realizar actividades recreativas ao ar livre. Exemplos são os clubes de campo em Inglaterra, os clubes de caminhadas na Alemanha, e os clubes *outdoor* nos EUA. No entanto, o exemplo que melhor exemplifica esta institucionalização é a organização dos clubes de montanhismo que surgiram, pelo menos, a partir de 1857, com a fundação do Clube Alpino de Londres, ao qual se seguiram outras iniciativas análogas, como a Associação Alpina da Áustria em 1862, os clubes alpinos Suíço e Italiano em 1863, o Clube Alpino Alemão em 1869, o Clube Alpino Francês em 1874, o Clube Alpino Belga em 1883, o Clube Alpino Americano em 1902, e o Clube Alpino do Canada em 1906. A criação destes clubes marca consideravelmente a institucionalização e a sistematização daquilo que é designado, actualmente, de Desportos de Natureza. Não poderemos deixar de considerar que a quantidade de iniciativas, a sua amplitude geográfica e o facto de que grande parte desses clubes existir até os dias de hoje é significativo para se considerar que não se trataram de esforços isolados, mas sim de uma determinada conjuntura, tratando-se já da constituição de uma subcultura, articulada a um campo em constituição (Dias, Melo, & Júnior, 2007), apesar de, durante muito tempo, estas práticas estarem reservadas a uma elite desportiva e social (Bessy & Mouton, 2004)

O progresso de algumas ciências, durante o século XIX, foi outro factor importante que permitiu o estreitar da relação entre o Homem e a natureza, permitindo um maior conhecimento e compreensão sobre o meio ambiente natural, estimulando a procura dos espaços naturais para fins científicos, reduzindo a influência e os constrangimentos de natureza religiosa (Dias, Melo, & Júnior, 2007), e representando, assim, o culminar do projecto emancipatório do Homem (Betrán & Betrán, 1995b)

A procura crescente pelas actividades recreativas ao ar livre estimulou o desenho dos primeiros parques nacionais onde o cenário e, em certa medida, a protecção da vida selvagem foram combinados com as oportunidades de recreação (Bell, 2008). Como consequência, surgiram os primeiros parques nacionais nos EUA, no final do século XIX, seguindo-se iniciativas análogas um pouco por toda a Europa, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Japão, com os mesmos propósitos (Bell, 2008).

Na década de 1920 e 1930, na Grã-Bretanha, Europa e Norte da América, as actividades ao ar livre, como os passeios de um dia de comboio ou de autocarro, os piqueniques e as caminhadas, a natação, a canoagem e os estudos na natureza, tornaram-se num passatempo comum realizado pelas diversas classes sociais (Bell, 2008). O desenvolvimento dos transportes (a bicicleta, o comboio, o carro e mais tarde o avião), que está articulado com a revolução científica-tecnológica do século XIX, aumentou consideravelmente as possibilidades de mobilidade, estimulando o desejo de conhecer novos lugares (Dias, Melo, & Júnior, 2007). Com a massificação do carro próprio e o desenvolvimento das vias de acesso nos anos 1950s e 1960s, este novo poder de deslocação massificou o acesso a áreas remotas anteriormente inacessíveis (Bell, 2008).

A expressão destes acontecimentos em distintos países permite separar as actividades recreativas na natureza em dois paradigmas ideológicos que surgiram neste período, e que ainda vigoram, e que se expressam em dois conjuntos distintos de países, que pela sua ligação histórico-cultural, apresentam um modelo similar. Um paradigma que segue a tradição das práticas de *plein air* (ar livre), originário de França, e que é importando para outros países como Portugal e Espanha, etc.; e um outro paradigma adoptado pelos países de expressão anglo-saxónica (Reino Unido, EUA, Nova Zelândia, Austrália, etc.) e pelos países do Norte da Europa (e.g. Noruega) que adoptam o conceito do *outdoor recreation* (recreação *outdoor*).

As actividades ao ar livre ganharam expressão na Europa, em especial em França, através das correntes *higienistas* que surgiram na segunda metade do século XIX. Estas apregoavam os méritos do ar livre como melhoria das funções respiratórias, mas também se associaram ao exercício físico praticado no meio natural, sinónimo de boa saúde (Bessy & Mouton, 2004). As novas representações de retorno à natureza tiveram também a sua aplicação através dos movimentos educativos naturalistas do início do século XX, em especial, através do surgimento do *Hebertismo*, por Georges Hébert em 1903 (Bessy & Mouton, 2004), sob a ideia do retorno à natureza, promovendo a virtude contra a decadência da vida urbana (Vigarello, 1981). As mudanças sociais que ocorreram anos mais tarde (generalização das férias pagas, progresso dos transportes, a acção voluntarista dos movimentos laicos ou religiosos, etc.) deram origem a um modo de vida higienista e a um idealismo político que favoreceram as relações com a natureza (Bessy & Mouton, 2004).

Os termos adoptados por este paradigma foram evoluindo ao longo do tempo, embora o itinerário de um conceito não seja simples de sequenciar em períodos, porque as significações são múltiplas, as sobreposições presentes e as transições às vezes são longas (Bessy & Mouton, 2004). Dando expressão a este facto, Beauchard (2004) refere que se utilizam, actualmente, seis termos genéricos na língua francesa para designar estas práticas que decorrem em meio natural: i) *sports de plein air* (desportos de ar livre); ii) *activités physiques de pleine nature* (actividades físicas na natureza); iii) *activités sportives de pleine nature* (actividades desportivas na natureza); iv) *activités de pleine nature* (actividades na natureza); v) *loisirs sportifs de nature* (lazer desportivo na natureza); vi) *tourisme sportif* (turismo desportivo). Cada termo tem as suas próprias conotações e referem-se a grandes correntes no mundo do desporto que decorreram em diferentes épocas da evolução destas práticas, nomeadamente: à saúde e ao movimento higienista; à educação; à competição; ao meio ambiente; ao lazer; e à economia (Beauchard, 2004). A evolução destes termos revela representações diferentes sobre a natureza, e relações distintas entre o universo desportivo e o ambiente global (Bessy & Mouton, 2004).

Por sua vez, nos países anglo-saxónicos (em especial no Norte da América), as actividades da recreação *outdoor* surgiram associados às políticas nacionais de preservação da terra, originárias na segunda metade do século XIX, às políticas de conservação e gestão dos espaços naturais, no final do século XIX, e em especial à criação do sistema de parques, no início do século XX (Jensen & Guthrie, 2006). As grandes oportunidades de desenvolvimento da recreação *outdoor* surgiram associadas a estas iniciativas e à criação de inúmeros clubes *outdoor*, no final do século XIX (Jensen & Guthrie, 2006), a par com as organizações juvenis (e.g. escutismo), que surgiram no início do século XX (Watters, 1986).

Um factor que marcou o grande crescimento destas actividades foi o desenvolvimento dos programas *outdoor*, em especial do *Outward Bound*, desenvolvido originalmente por Kurt Hahn, durante a segunda guerra mundial, com o objectivo de ajudar os marinheiros Ingleses em situações de sobrevivência (Watters, 1986). Este programa foi importado, anos mais tarde, para os EUA, por Joshua Miner, que desenvolveu o *Colorado Outward Bound School* no Verão de 1962. Influenciados pelo espírito do *Outward Bound*, Paul Petzold criou duas escolas para treinar *outdoor leaders* (instrutores), enquanto Willie Unsoeld foi porta-voz do

movimento da *Wilderness Recreation* (recreação nos lugares selvagens) durante anos (Watters, 1986). Estas iniciativas deram origem ao desenvolvimento de programas *outdoor* nas escolas, diferentes das abordagens dos clubes *outdoor* anteriormente criados, por duas razões (Watters, 1986): as actividades dos programas *outdoor* eram da iniciativa dos participantes, e as decisões desses grupos eram tomadas democraticamente.

O termo *outdoor recreation* é apontado por Jensen e Guthrie (2006) como o chapéu de outros termos que são geralmente associados à educação, tais como: *outdoor education* (educação outdoor)*, experiential education* (educação experimental)*, environmental education* (educação ambiental)*, adventure education* (educação pela aventura)*, challenge education* (educação pelo desafio)*, wilderness education* (educação em zonas selvagens), assim como outros termos como *outdoor pursuits* (actividades *outdoor*) e *adventure recreation* (recreação aventura), etc. Cada um destes termos tende a expressar uma perspectiva diferente dos demais. Este conceito abrange um grande espectro de actividades, que não apenas as actividades físicas desportivas, nomeadamente (Jensen & Guthrie, 2006): actividades de aventura *outdoor* (campismo, caminhada, escalada em rocha); ii) actividades motorizadas (passeios turísticos de carro ou de autocarro, fora de pista, *snowmobiling*); iii) educação *outdoor*; educação ambiental (centros na naturais ou ambientais, acampamentos); iv) caça e pesca (tiro com arco, espingarda, *fly fishing*), v) educação *outdoor* (*birdwatching*, observação da vida selvagem); vi) educação pela aventura (percursos de desafio, expedições selvagens, actividades de aventura); vii) interpretação natural, histórica ou cultural (encenações históricas, caminhadas em trilhos naturais, visita a museus); viii) natureza e arte (fotografia, pintura).

Seguindo estes apontamentos (históricos e socioculturais) pode-se afirmar que este novo imaginário colectivo é o resultado de diversos factores, nomeadamente (Dias, Melo, & Júnior, 2007, p. 363): “o crescimento das cidades; a nova organização do trabalho e a valorização dos momentos de lazer; o higienismo; a noção de pitoresco; a doutrina do sublime e o romantismo; a teologia natural; a difusão da figura do homem académico; a popularização de algumas ciências e os avanços tecnológicos; tudo articulado com o conjunto de mudanças de natureza económica”.

2.3.3. PÓS-MODERNIDADE: NOVOS VALORES, NOVAS PRÁTICAS NA NATUREZA

As mudanças que ocorreram a partir dos anos 1960-70s operaram uma autêntica transformação no campo social e cultural das sociedades ocidentais. Este novo período apelidado, pelos analistas, de pós-modernidade é referido por suceder ao período moderno, e surge como um processo de transformação ideológica produzida de forma tão marcada, que se fala de um conceito de mutação histórica. Trata-se de um período transitório entre a era industrial e uma sociedade de serviços (Betrán & Betrán, 1995a).

A teoria do progresso ilimitado, herdada das abordagens ilustradas do século XVIII, pela mão da ciência, deixou de ser o paradigma epistemológico do nosso tempo, cujo processo originou grandes problemas, em especial os ambientais, dos quais a própria natureza já começou a se revelar, através das proteladas alterações climáticas. Vivemos, pois, num período a que o filósofo e historiador alemão Karl Jaspers chamou de *Era Axial*, para designar os períodos históricos de mudanças e transformações profundas.

Seguindo esta ideia, também o campo desportivo sofreu as suas transformações. As práticas desportivas realizadas na natureza tiveram um novo impulso através do florescimento de um novo paradigma desportivo que teve a sua origem no Norte da América, nos anos 1960s (Bourdieu, 1979; Pociello, 1981; Wheaton, 2010). Estas práticas surgiram em consonância com os novos valores e procuras sociais, que se disputam na *praxis* do tempo de lazer activo (Betrán & Betrán, 1995b), redimensionando de forma significativa o campo do desporto. Estas transformações reflectem-se no sistema das práticas, onde se podem identificar globalmente as suas evoluções (Pociello, 1999) e que, de alguma forma, explicam a tendência de evolução do próprio conceito de desporto. Pires (1990) afirma que esta é a terceira fase de desenvolvimento do desporto, entendendo-se a primeira como o jogo que ocorreu na sociedade agrícola numa dimensão local, a segunda durante a revolução industrial numa dimensão global, e a terceira que configura as práticas não-formais e informais, específicas da sociedade pós-industrial.

O surgimento destas novas modalidades desportivas na Europa decorreu através de um processo e de uma dinâmica de complexificação surpreendente sobre um duplo efeito: por um lado, através da importação dos novos desportos como o *surf*, o *windsurf* e o voo livre (Pociello, 1981), pelos membros da grande e da nova

pequena burguesia (Bourdieu, 1979) e, por outro lado, pela criação de novas modalidades através de um processo de diferenciação interna de práticas estabilizadas (Pociello, 1981), como o esqui e a canoagem, que deram origem a novas modalidades como o esqui fora de pista ou a canoagem *freestyle,* respectivamente. Ao mostrar que estes dois processos (de importação e de criação por diferenciação interna) não são independentes, Pociello (1981) acredita na ideia de que este fenómeno é na realidade constituído como um sistema. As práticas desportivas assim estruturalmente organizadas mantêm entre elas relações sistemáticas que operaram de forma permanente, embora desconhecidas para nós (Pociello, 1981).

As actividades desportivas realizadas na natureza expandiram-se, em especial a partir dos anos 1980-90s, devido a uma mudança de valores que realça uma nova relação com o eu, com o outro e com a natureza (Bessy & Mouton, 2004). Diversos factores contribuíram para o desenvolvimento destas práticas, entre elas a tecnologização (Pociello, 1999) e a mercantilização (Corneloup & Bourdeau, 2004).

Esta nova vaga de práticas desportivas na natureza surge ligada ao aparecimento das novas tecnologias, atestando a tendência para uma sociedade altamente tecnificada e individualizada (Fuster, Funollet, & Gómez, 2008), e que tem permitido um maior desenvolvimento, diferenciação e especialização das práticas. Os materiais e os equipamentos são, na maioria destas actividades, indispensáveis para a sua realização (Davidson & Stebbins, 2011), surgindo como elementos mediadores entre o indivíduo e o meio, permitindo transformar, em acções motrizes, o aproveitamento das energias do meio como a velocidade do vento (parapente), a força das ondas (prancha de *surf*), a altura ou a inclinação do terreno (prancha de *snowboard*) (Fuster, Funollet, & Gómez, 2008). Surgem ainda como elementos de segurança (cordas na escalada) e/ou de protecção dos agentes meteorológicos (vestuário para a chuva ou neve). Ao analisarmos o desenvolvimento tecnológico, observa-se uma tendência para o desenvolvimento dos materiais e equipamentos com uma crescente adaptabilidade individual, permitindo uma maior autonomia, uma maior facilidade de auto transporte e uma maior fiabilidade, possibilitando a realização destas práticas a qualquer momento, de forma rápida, segura, e se possível sem contar com a presença de mais ninguém (Fuster, Funollet, & Gómez, 2008). De forma geral, o desenvolvimento dos equipamentos e dos materiais tem conferido a todas as actividades uma melhoria de qualidade da execução, a sua

segurança, e também a sua estética e vistuosidade (Betrán & Betrán, 1995b), permitindo oferecer, em especial às novas gerações, experiências inebriantes de mobilidade acrobática e vertiginosa a baixo custo energético (Pociello, 1999).

Estas práticas desportivas tornaram-se, também, produtos de consumo, gerados, em parte, por três factores (Wheaton, 2010): i) pela espetacularização das práticas, provocada pela produção de eventos que atraíram milhares de espectadores ao vivo e pela televisão (TV), como os *X-Games*; ii) pela crescente mediatização promovida pela indústria cinematográfica e televisiva através da produção de séries e de canais de TV, focados em expedições extremas; iii) através das campanhas de *marketing*, que associam diversos produtos de consumo a actividades ou eventos desportivos. Estas actividades desportivas são, assim, um produto desportivo (Heinemann, 1994), que corresponde às exigências e imposições socioculturais e económicas do período pós-moderno.

O desenvolvimento destas actividades simboliza uma passagem de uma natureza passiva, que atua sobre a pessoa, para uma natureza viva que o praticante procura domesticar e explorar em todos os sentidos (Bessy & Mouton, 2004). A natureza é assimilada prioritariamente como um terreno de jogo e de aventura (Bessy & Mouton, 2004; Pociello, 1981; Pociello, 1995), onde o ambiente não é mais do que um quadro de práticas que se utiliza para finalidades hedonísticas e/ou competitivas, no qual se procura uma integração com o meio - que não é mais do que um local de passagem (Bessy & Mouton, 2004). É neste sentido que Vigarello (1981) refere que este é um momento de viragem de uma natureza dita de esquerda (desporto hebertista), para uma natureza marcada ideologicamente à direita (desportos californianos).

Muitas designações foram atribuídas a estes desportos tais como: *alternative sports* (desportos alternativos)*, new sports* (novos desportos), *extreme sports* (desportos extremos), *adventure sports* (desportos de aventura), *panic sports* (desportos de pânico)*, action sports* (desportos de acção)*, whiz sports* e *lifestyle sports* (Booth & Thorpe, 2007; Midol, 1993; Midol & Broyer, 1995; Rinehart, 2000; Rinehart & Sydnor, 2003; Wheaton, 2004). Apesar das diversas nomenclaturas, muitos concordam em ver estas actividades como apresentando um potencial e uma alternativa para desafiar as formas tradicionais de ver, de fazer e de compreender o desporto (Wheaton, 2004; Wheaton, 2010). No entanto, de forma geral, estes termos tendem a salientar as características socioculturais desses desportos, que surgiram

em contracorrente com o desporto tradicional e os seus valores dominantes (Booth & Thorpe, 2007; Bourdieu, 1979; Breivik, 2010; Rinehart, 2000; Rinehart & Sydnor, 2003; Wheaton, 2004) cujas designações dão ênfase ao factor risco (real ou percebido) que lhe está inerente (Breivik, 2010) e às características associadas aos estilos de vida dos seus praticantes (Wheaton, 2004).

Um dos termos que melhor expressa esta nova corrente desportiva é o termo desportos californianos, designado por destacar a origem geográfica e cultural destes desportos, que surgiram nos anos 1960s, na Califórnia - EUA (Bourdieu, 1979; Pociello, 1981). Este paradigma é associado aos desportos que se desenvolvem segundo uma estrutura motriz e a um estilo particular das práticas: *surf*, *windsurf*, voo livre, *skate*, *freesbe*, etc. (Pociello, 1981). Estes desportos estão associados a uma filosofia pacifista e ecologista, onde os praticantes procuram uma harmonia com a natureza, através de uma prática livre e emocional, que se opõe à perspectiva competitiva (Bessy & Mouton, 2004; Pociello, 1981; Vigarello, 1981). No seguimento da corrente dos desportos californianos, surge o termo desportos de deslize, para designar as actividades que recorrem à utilização das energias da natureza como um meio de propulsão, que proporciona o deslizamento na água, no ar ou na terra (Lacroix, 1985; Loret, 1995). No entanto, esta perspectiva é também transposta para o ambiente urbano – *glisse urbaine* (deslize urbano) (Loret & Wasser, 2001) através das modalidades como o *skate* ou patins em linha.

O termo novos desportos tende a salientar e a destacar o carácter inovador de certos desportos em contraste com os desportos da modernidade (Betrán & Betrán, 1995b). Na mesma linha de pensamento, o termo desportos alternativos surgiu, e é usado, para caracterizar os desportos que representam uma alternativa ou oposição aos valores da cultura desportiva dominante (Rinehart, 2000; Wheaton, 2004), cujas actividades desportivas tendem a criar, muitas das vezes, grupos e ambientes que levam à origem de subculturas (Breivik, 2010). O termo *lifestyle sports* aponta precisamente para essas características. Wheaton (2010) refere que a popularidade destes desportos, e os estilos de vida que lhes estão associados, estão relacionados com um amplo desenvolvimento cultural da modernidade tardia, onde se podem ver algumas das questões centrais e os paradoxos do capitalismo avançado ou das sociedades da modernidade tardia como a expressão da auto-identidade cada vez mais fragmentada, móvel, múltipla, pessoal, auto-reflexiva, e sujeita à troca e à inovação, ao declínio do colectivo e dos valores da comunidade, e

a um *focus* concorrente no *self* – um impulso social da individualização. Belinda Wheaton cunhou este termo para representar, historicamente, novas formas de prática desportiva que, entre outras coisas, incorpora uma ideologia de participação, de promoção do hedonismo, de diversão e auto-expressão, que enfatiza a criatividade e a estética, e *fetichiza* as noções de risco e de perigo (Wheaton, 2004).

Neste tipo de desportos o factor risco é, sem dúvida, uma das características mais evidenciadas. O termo desportos de risco (*risk sports*), segundo Langseth (2011), acentua precisamente o papel fundamental que a tomada voluntária de risco assume na participação nestes desportos, sugerindo actividades que colocam os participantes em situações onde estes possam ficar gravemente feridos ou sofrer consequências fatais se cometerem erros. Por outro lado, o termo desportos extremos (*extreme sports*) foi generalizado a partir dos anos 1980s, associado às actividades relacionadas com feitos grandiosos, excessivos ou imoderados, que são levadas ao extremo para atingir os limites (Le Scanff, 2000), e associados ao estilo de vida *outdoor* (Breivik, 2010). No entanto, Breivik (2010) refere que o seu conteúdo tem mudado ao longo dos anos, em especial com a introdução dos *Extreme Games* (Jogos Extremos), em 1995, aparecendo agora incluídos novos desportos como o *skate*, o *snowboard*, e o BMX, associados a um estilo de vida mais urbano. Breivik (2010) refere que não existe uma clara fronteira entre os desportos incluídos nos conceitos anteriormente designados, embora o conceito de desportos de aventura cubra um amplo campo de desportos e actividades físicas, que inclui a generalidade desses desportos, nomeadamente: a) têm elementos de desafio, excitação e (em muitos desportos) risco; b) têm lugar em ambientes naturais ou em espaços artificialmente construídos; c) apresentam um menor grau de organização do que a corrente principal do desporto; d) representam uma liberdade em relação, ou em oposição, à cultura desportiva dominante; e) são actividades individualistas mas que tendem a formar grupos e subculturas em volta da actividade.

2.3.4. A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE DESPORTOS DE NATUREZA

A expressão Desportos de Natureza surge, de acordo com Bessy e Mouton (2004) só no final do século XX, associado ao aparecimento de novos espaços desportivos na natureza e ao aumento do número de praticantes que proporcionaram, consequentemente, uma maior organização, estruturação e segurança das práticas. É um termo genérico para significar todas as formas de

prática desportiva que se desenrolam em meio natural, e que se assemelha a um dos maiores mitos do nosso tempo (Bessy & Mouton, 2004; Vigarello, 2000). A designação de Desportos de Natureza inscreve-se, assim, num processo histórico de evolução de um nome atribuído às práticas físicas que se desenrolam em meio natural, que revela a evolução da representação da natureza, que apresenta uma crescente preocupação com a sua protecção, valorização e estruturação, explorando a ligação entre o universo desportivo e o envolvimento global, através das questões emergentes associadas às mutações políticas, económicas e culturais da sociedade contemporânea. Os Desportos de Natureza compreendem as actividades aéreas (parapente, asa delta, etc.), terrestres (*canyoning,* escalada, pedestrianismo, actividades equestres, BTT, etc.) e aquáticas (canoagem, *surf*, *windsurf*, vela, etc.) que se desenrolam em meio natural. Esta definição exclui um certo número de práticas identificadas ou evocadas noutros estudos como as visitas a jardins, os desportos motorizados, a pesca e o golfe (Bessy & Naria, 2005). Estas actividades impõem uma motricidade que necessita de uma descodificação da informação, um controlo das emoções, e uma relação com o assumir de um risco relativo, ligado à maior ou menor incerteza do meio, onde os praticantes procuram sensações múltiplas - ludismo, extremo, bem-estar, descoberta, convivialidade, etc. (Bessy & Mouton, 2004).

A evolução deste conceito tem em conta, segundo Bessy e Mouton (2004) as seguintes dimensões:

i) O processo de difusão do desporto na sociedade;

ii) A emergência do conceito de desenvolvimento sustentável;

iii) O papel das actividades desportivas no desenvolvimento económico local e na estruturação dos territórios.

Pode-se ainda acrescentar, às três anteriores, uma quarta dimensão que é a mercantilização das actividades na natureza, através de *labels* (produtos) associados, em especial, à ecologia (Bouhaouala & Bouchet, 2007) e à aventura (Varley, 2006).

De facto, o processo de difusão do desporto na sociedade durante as últimas duas décadas é um primeiro dado explicativo. Este processo tem origem na campanha internacional lançada pelo Conselho da Europa em 1966, denominada por *Desporto para Todos*, consolidado mais tarde pela Carta Europeia do Desporto (Conselho da Europa, 1992), cujo enunciado expõe e define a prática desportiva

como um direito fundamental de todos os cidadãos. Este documento tornou-se, aliás, num instrumento político-ideológico e um marco extremamente importante neste movimento, que originou o desenvolvimento de um novo paradigma desportivo, especialmente na Europa. A este processo configura-se uma nova (re)estruturação desportiva, associada a novas formas de prática e a novos consumos, salientando-se a invasão dos desportos na vida quotidiana, das actividades de lazer para os ecrãs da TV (Bessy & Mouton, 2004), permitindo a *desportivização* da sociedade.

Da mesma forma, as mudanças mais significativas da prática desportiva atingem, de igual modo, os Desportos de Natureza. Estas práticas favorecem o desenvolvimento de projectos desportivos muito diferentes, que permitem modalidades de prática extremamente variadas, das mais estruturadas às mais informais, privilegiando as formas auto-organizadas, que são as mais populares entre os praticantes (Bessy & Mouton, 2004).

O desenvolvimento da prática dos Desportos de Natureza é progressivo, e são numerosos os indicadores que permitem observar este fenómeno. Tem-se denotado uma tendência pela vida rural, uma atracção pelas práticas desportivas na natureza durante o tempo de lazer, e um sucesso notável na participação em eventos desportivos ao ar livre (informais e formais), enquanto espectadores ou praticantes (Corneloup & Bourdeau, 2004). Este facto é comprovado pelo estudo sobre as práticas desportivas em França, que indica que um em cada três franceses entre os 15 e os 75 anos esteve envolvido numa actividade desportiva na natureza (Mignon & Truchot, 2002). Se os dados anteriores são relevantes para demonstrar a difusão destas práticas na sociedade, outras evidências são apontadas por Bessy e Naria (2005) para perceber o desenvolvimento deste fenómeno: i) os fabricantes indicam que a venda de artigos desportivos, posicionados no segmento *outdoor*, está em progressão regular de 15% a 20% ao ano; ii) tem aumentado o planeamento de inúmeros sítios naturais (percursos, vias de escalada, áreas de descolagem e de aterragem, etc.) e de equipamentos desportivos inovadores, como as estações de *surf,* os espaços artificiais de águas vivas, e as bases de multi-lazer; iii) é também visível a multiplicação de uma nova geração de eventos desportivos de vocação participativa (*raids*, *challenges*, corridas de aventura, etc.). Corneloup e Bourdeau (2004) salientam ainda, do lado da oferta, o crescente número de prestadores de serviços associados aos Desportos de Natureza, de base associativa

e de base comercial/turística, que apresentam um constante aumento do volume de negócios.

Se limites existiam na relação entre o desenvolvimento sustentável e os Desportos de Natureza, esta é hoje uma realidade que está estruturada de forma progressiva e que dá aos Desportos de Natureza uma nova legitimidade no campo desportivo e turístico (Bessy & Mouton, 2004). Um marco importante que permitiu consolidar esta relação foi a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, que teve origem no final do século XX, e que atestou a crescente consciência da sociedade perante a degradação do meio ambiente, decorrente do processo de desenvolvimento, declarando a necessidade de criar um novo paradigma que articule, em especial, o desenvolvimento socioeconómico com a protecção da qualidade ambiental (Fidélis, 2001).

Associado ao fenómeno turístico, os espaços naturais e as práticas desportivas na natureza, estão a ser factores dominantes durante as férias e as migrações estivais. A preservação desses espaços e a manutenção das populações que tradicionalmente os exploravam é actualmente uma das maiores questões que se colocam no panorama político. Neste contexto, os Desportos de Natureza excedem os interesses higiénicos e lúdicos anteriores, apresentando-se como vectores de estruturação dos territórios que tecem relações estreitas com o turismo e o desenvolvimento sustentável (Bessy & Naria, 2005), participando, assim, numa dinâmica espacial que extravasa largamente o fenómeno desportivo, colocando em causa a questão dos problemas territoriais (Augustin, 2002). Esta nova percepção sobre este fenómeno não é inconsequente sobre a representação dos Desportos de Natureza e sobre o papel que desempenha no desenvolvimento sustentável (Bessy & Mouton, 2004). Quando cruzam as dimensões económicas, socioculturais e identitárias, os Desportos de Natureza estão cada vez mais a desafiar os diferentes actores (políticos, económicos, institucionais, etc.) interessados em preservar o ambiente (Bessy & Mouton, 2004), e a ser capazes de desenvolver o sistema turístico, permitindo o desenvolvimento sustentável dos territórios e a conservação da natureza (Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto).

Os Desportos de Natureza participam, assim, numa relação estreita com o desenvolvimento local, tendendo a contribuir para a sustentabilidade dos territórios dos locais de prática (em especial nas zonas rurais), para uma valorização das manifestações socioculturais, para o fomento do tecido económico, e para uma

sensibilização e conservação ambiental desses territórios (Martins, 1993), sendo esta a premissa para uma concepção sustentável destas práticas (Fuster, Funollet, & Gómez, 2008).

A evolução e o respectivo investimento nas áreas naturais são indicativos de uma nova relação com a natureza, onde as múltiplas modalidades de prática se desenvolvem no interior de dois tipos de natureza que se distinguem que se opõem e têm o seu próprio público (Bessy & Mouton, 2004): uma natureza selvagem e uma outra equipada ou domesticada. A natureza selvagem (que não é ou é muito pouco equipada) é representada pelas regiões mais hostis do mundo (desertos, montanhas, oceanos, florestas tropicais, etc.), e corresponde aos teatros das grandes expedições, de *raids* e desafios de todo o género (e.g. corridas de montanha, maratonas no deserto, etc.), realizadas por uma minoria de praticantes que procura as práticas extremas; por sua vez, a natureza domesticada (urbanizada e equipada) é apresentada nos meios suburbanos (e.g. através dos parques de lazer e dos circuitos de manutenção), e nos meios rurais (e.g. através das estações de BTT, de voo livre, dos centros e pistas equestres, dos percursos pedestres, dos espaços de lazer de natureza, etc.), a fim de facilitar o acesso ao maior número de pessoas possível (Bessy & Mouton, 2004). Os Desportos de Natureza participam, assim, num duplo processo, que Pociello (1995) definiu como *urbanização da natureza* e de *naturalização da cidade*.

Se até aos anos 1980s, o lazer desportivo na natureza envolveu os espaços de plena natureza, fora dos grandes núcleos urbanos (nas zonas de montanha por exemplo)**,** o destaque dos últimos 30 anos é o aumento acentuado das práticas dos Desportos de Natureza realizadas em zonas de proximidade (Corneloup & Bourdeau, 2004) e fora dos limites dos espaços naturais protegidos. A transformação desta lógica territorial modificou a lógica dos espaços. Corneloup, Bourdeau e Mao (2004) observaram este processo nas zonas de montanha francesas, na época estival, denotando um desvio e uma descida progressiva das práticas para o fundo dos vales das montanhas, espacializaram a prática dos Desportos de Natureza em quatro círculos concêntricos em torno de um sítio turístico de natureza: *indoor* (no interior da zona urbana), *arounddoor* (na periferia da zona urbana), *outdoor* (na natureza), e *wilddoor* (nas profundezas da natureza). Esta lógica territorial e espacial permite uma sinergia comercial entre as diferentes actividades turísticas e os diferentes espaços, podendo-se afirmar que a

mercantilização dos Desportos de Natureza é indissociável do aumento da sua territorialização (Corneloup, 2005).

Face a estas novos desafios apresentados pelo lazer e pelo turismo desportivo na natureza, os diversos intervenientes interessados neste campo actuam no mesmo sentido, apesar de se posicionarem de uma forma particular, e em função das lógicas dominantes que os dirigem. Os actores políticos e institucionais têm colaborado em estratégias no que diz respeito às preocupações com os territórios, o meio ambiente e a construção de uma indústria do turismo. Bessy e Mouton (2004) referem que apesar das diferenças locais, a acção conjunta destes actores, a favor da integração dos Desportos de Natureza no desenvolvimento sustentável, contribui para a evolução da percepção deste novo conceito, atribuindo-lhe novos desafios e, portanto, um novo lugar na nossa sociedade.

Os Desportos de Natureza tornaram-se, nos últimos anos, num produto de mercantilização, que tem transferido o seu domínio de desenvolvimento da esfera pública para a privada. A crescente mercantilização das actividades recreativas tem tido um grande impacto no tempo de lazer, porque enquanto antigamente o tempo livre era principalmente autodirigido, agora é objecto de consumo através da aquisição de produtos ou serviços. Muitas das actividades recreativas que eram espontâneas e não supervisionadas são agora formalmente organizadas e vendidas.

A crescente mercantilização das práticas desportivas e em particular dos Desportos de Natureza está muito associado à indústria do lazer e do turismo, em especial aos novos segmentos do turismo que surgem associados à crescente procura de férias activas, desde os anos 1980s (Gibson, 1998a; Priestley, 1995). Este facto é explicado, em parte, porque os clubes desportivos focados principalmente sobre os valores do esforço, de competição e de aprendizagem técnica, deixaram de corresponder às expectativas resultantes do campo do lazer desportivo (Paget, Mounet, & Guilhon, 2007). Desta forma, foram surgindo diversas estruturas desportivas comerciais, constituídas para satisfazer as necessidades expressas, comercializando os seus produtos com ênfase nos aspectos lúdicos, acessíveis e sem restrições na prática desportiva (Leblanc, 2001; Paget, Mounet, & Guilhon, 2007; Pigeassou & Garrabos, 1997).

O processo de criação de empresas seguiu uma lógica que começou com a descoberta das actividades desportivas, reforçada depois pelo surgimento de um

mercado cada vez mais dinâmico (Bouhaouala, 2004). A criação de empresas despontou no final de 1980s a meados dos anos 1990s, devido às condições socioeconómicas favoráveis às actividades turísticas na natureza (Bouhaouala, 2004; Viñuelas, Betrán, & Plantalamor, 1995). Através do compromisso das instâncias políticas locais e regionais sobre o desenvolvimento socioeconómico local (criação de emprego, manutenção da população local, etc.), e da emergência de uma procura pelas novas formas de turismo, foram criados os primeiros prestadores de serviços de lazer, compostos essencialmente por centros de férias, municípios e parques naturais regionais, sendo estes dois últimos os primeiros empregadores na área do turismo desportivo (Bouhaouala, 2004). Este contexto possibilitou a instalação no mercado dos praticantes experientes que, através do uso das suas competências técnicas desportivas, passaram do consumo das práticas ao fornecimento da oferta, com o estatuto de trabalhadores sazonais (Bouhaouala, 2004). Os dirigentes que vieram a criar as primeiras empresas iniciaram-se como monitores desportivos assalariados por temporada, instalando-se posteriormente, e de forma definitivamente, por conta própria (Bouhaouala, 2004). Esta experiência foi um factor catalisador na tomada de decisão de romper com o trabalho assalariado, e da criação das primeiras microempresas de serviços *outdoor*, em meados dos anos 1980s (Bouhaouala, 2004). A este propósito, Bouhaouala (2004) refere quatro períodos que deram origem a diferentes formas empresariais, em França:

i) O primeiro período acontece no final dos anos 1980s, com o surgimento dos trabalhadores independentes e dos monitores sazonais;

ii) O segundo período decorre até 1995, com o aparecimento das formas intermediárias através da associação de amigos, principalmente sob a forma de agrupamento de trabalhadores independentes, e dos centros de férias;

iii) O terceiro período dá-se depois de 1995, com o surgimento das organizações empresariais, que apresentaram novas formas de gestão: racionalização da produção, pagamento de impostos corporativos, maiores quotas de mercado, etc.;

iv) O quarto período surge depois de 2002, com o aparecimento de outras formas comerciais e organizacionais como as organizações administrativas, familiares, etc.. Neste período realizaram-se fusões e/ou aquisições, estabelecendo-se quotas de mercado cada vez mais importantes.

Com o crescimento e desenvolvimento dos Desportos de Natureza, o mercado, e o *marketing* associado à mercantilização destas actividades, tem criado alguns rótulos que destacam as principais características destas actividades. Entre outros destacam-se dois: o *ecolabel* e o *adventure label*. Estes *labels* tendem a criar um imaginário colectivo da representação de um consumo mais ecológico (Bouhaouala & Bouchet, 2007), e de uma vida mais aventureira (Varley, 2006).

O *ecolabel* representa um mecanismo legislado que assegura altos *standards* de performance ambiental (Font, 2002), com dois objectivos principais (Gallastegui, 2002): i) fornecer aos consumidores mais informações sobre os efeitos ambientais do seu consumo, gerando uma mudança para padrões de consumo mais respeitadores do ambiente; ii) encorajar os produtores, governos e outros agentes a aumentar os *standards* ambientais dos produtos/serviços. O *ecolabel* é, assim, uma referência de excelência (De Boer, 2003) que se destina a incentivar uma mudança para hábitos de consumo ambientalmente mais amigáveis (Gallastegui, 2002). No entanto, as actividades com o *ecolabel*, mais do que os objectivos/benefícios apresentados, são criadoras de um imaginário de consumo associado a produtos/serviços sustentáveis, que advêm do aumento das crescentes preocupações ecológicas (Dias, Melo, & Júnior, 2007).

Estas práticas desportivas que se associam às novas formas de turismo, como o Turismo de Natureza e o Ecoturismo, tendem a assumir-se mais sustentáveis, suaves e discretas, representando uma relação de complementaridade com a natureza (Joaquim, 1997). Estes novos segmentos correspondem a uma clara manifestação, e a uma tendência de consumo *eco* das actividades de lazer ou turísticas (Gomes R. A., 2009), uma versão *green* (verde) das actividades de aventura (Breivik, 2010), seguindo uma tendência ideológica pós-moderna do gosto pelo ecológico (Betrán & Betrán, 1995b). Esta dimensão de participação nos Desportos de Natureza aponta para que estas práticas sejam um fenómeno da sociedade, e uma tendência estruturalmente ancorada nos modos de vida contemporânea (Bessy & Naria, 2005). A este propósito, Chazaud (2004) e Pociello (1995) apontam para a tendência da *naturalização* ou *ecologização* das práticas desportivas. Brymer & Gray (2009), no seu trabalho empírico sobre a representação da natureza, também referem que existe uma relação *ecocêntrica* entre estes desportos e a natureza, e que é descrita pelos participantes destas actividades como omnipresente e ubíqua, uma fonte de poder inato e de significado pessoal.

Por outro lado, R. A. Gomes (2009) refere que as actividades *eco* (*ecoturismo*, *ecolazer* e *ecodesporto*) representam a construção imaginária de um regresso a uma natureza selvagem, o retorno a um paraíso perdido, e uma nova busca das raízes locais. As práticas desportivas ao ar livre participam nesta busca de uma identidade que se possa enraizar de novo num território e lugar. A busca da onda perfeita por quem pratica *surf*, do lugar mais idóneo para voos rasantes por quem pratica parapente, ou o caminho mais desconhecido e exótico por quem pratica pedestrianismo, participando neste simbolismo, assente simultaneamente numa atitude errante e contemplativa (Gomes R. A., 2009).

O *adventure label* segue esta mesma lógica. É usado nas actividades turísticas e de lazer na natureza (Desportos de Natureza) como uma representação simbólica, onde a aventura é socialmente construída e submetida a um processo de mercantilização (Beedie & Hudson, 2003). A mitologia da natureza selvagem, em especial da montanha, é incorporada com noções românticas de exploração, viagem, e procura (Beedie & Hudson, 2003). Esta ideia é já expressa por Simmel (1959), que usou o termo aventureiro na interpretação das formas pelas quais os viajantes se identificavam quando procuravam as actividades de lazer. Na visão de Simmel (1959), os turistas saem da regularidade da sua vida quotidiana, que é amplamente conhecida, para lugares, práticas e experiências que são efémeros e em grande parte desconhecidas. A aventura é agora icónica na tentativa de enfatizar a alteridade na oferta de actividades turísticas e experiências de alguns lugares, tornando-se um segmento essencial da identidade turística a ser cada vez mais servida de uma maneira formal (Cloke & Perkins, 2002).

A esta concepção de aventura está inerente a noção de risco, real e/ou percebido, e que tem sido alvo de gestão pela indústria do lazer e do turismo. A gestão do risco tem sido paradoxal pois se, por um lado, se tem assistido a uma tentativa de redução do risco real, em especial através da criação de leis e de sistemas de gestão do risco e da segurança (Martin & Encinas, 2004; Melo & Mendes, 2011; Pimentel & Melo, 2013; Renn, 1998), por outro, tem sido induzido um aumento da percepção do risco, de forma a atrair praticantes que procuram elevadas sensações, em actividades que não apresentam um risco real elevado (Dolnicar & Dickson, 2004; Palmer, 2004). A inter-relação entre o risco percebido e o risco desejado tem sido um factor importante para a comercialização destas actividades pois, não só influenciam os comportamentos de consumo, como também

os comportamentos durante a realização da actividade, tanto em indivíduos que procuram um risco mais elevado (onde o risco desejado é maior que o risco percebido) como pelos que procuram riscos menores (onde o risco desejado é menor que o risco percebido) (Dolnicar & Dickson, 2004; Wilde, 1999). Neste sentido, o sucesso da comercialização dos Desportos de Natureza radica na instrumentalização do risco (Matute & Agurruza, 1995), onde o fornecimento de um óptimo nível de risco desejado conduz a uma maximização da procura das actividades de aventura (Dolnicar & Dickson, 2004).

Feixa (1995), ao analisar o discurso dos meios de comunicação social, através de uma visão antropológica, refere que as actividades físicas de aventura na natureza não provêm dos seus aspectos práticos ou materiais, mas sim da sua dimensão imaginária ou simbólica. Argumenta que a aventura aparece como um cenário para a gestão controlada das emoções, em que as acções se subordinam à percepção dos riscos reais e dos perigos imaginários, e que mistura três visões da vida e do mundo (Feixa, 1995): o ponto de vista físico externo (natureza, água, velocidade), a visão emocional interna (risco e liberdade) e a visão química resultante (adrenalina). Os seus argumentos prosseguem referindo que a aventura se situa entre a natureza e a cultura, constitui uma emoção mimética, integra um ritual, e se apresenta como um fenómeno social total.

Cloke & Perkins (2002), ao analisarem a comercialização da aventura na Nova Zelândia, examinam a conexão entre o consumo e a promoção do lugar, as formas em que são influenciadas as representações e as experiências do lugar, e a formação de identidades culturais em diferentes lugares. Neste sentido a aventura é revestida de um sentido imaginário, seguindo a visão de Urry (1990), dos pós-turistas de massas (pós-turistas). Os objectos de desejo dos pós-turistas são valores simbólicos relacionados com a novidade, a obtenção de capital cultural, e de emoção intensa e espectáculo. Esses objectos de desejo são fornecidos por novas formas de empreendimento comercial que fornecem produtos de nicho que permitem aos turistas afastarem-se do que antes era visto como turismo de massas, para terem acesso a actividades especializadas, muitas vezes em lugares distantes (Cloke & Perkins, 2002). No entanto, os pós-turistas que julgam estar longe das experiências encenadas do turismo, são igualmente atraídos para o espectáculo e outras atracções turísticas do mercado do turismo (Cloke & Perkins, 2002; Crick, 1995).

A mercantilização dos lugares de turismo de aventura é baseada em quatro características (Cloke & Perkins, 2002): i) os lugares da aventura transformam-se em atracções particulares; ii) os espectáculos constituem o triunfo da aparência sobre a realidade; iii) as experiências corporais que incluem a excitação, a emoção, o medo e superação do medo, podem ser comprados como parte de uma experiência; iv) as memórias que são oferecidas sob a forma de uma impressão fotográfica ou vídeo, que surgem com o advento da tecnologia digital, tornam disponível uma gama mais rápida e flexível da *memorabilia*.

2.3.5. TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Tendo em vista a análise das práticas desportivas (na natureza) é possível distinguir, na maior parte das práticas individuais, uma espécie de três estados, que correspondem a três modalidades principais de prática que, de certa forma, correspondem a três fases de desenvolvimento da sua história (Pociello, 1981):

a) A primeira modalidade (a mais antiga ou mais tradicional) é praticada numa estrita territorialização e num quadro de afrontamento estandardizado que permite aos adversários medirem simultaneamente as suas forças (as suas energias ou a sua velocidade) através de gestos estereotipados. Esta modalidade é construída através do modelo anglo-saxónico do percurso em linha cujo paradigma, e talvez o modelo gerador, é o percurso de cem metros em corredor (e.g. a canoagem em linha), designada por *modalidade em linha*;

b) A segunda modalidade distingue-se da primeira pela sua organização sobre percursos balizados pelos quais os praticantes realizam sucessivamente as suas habilidades (e.g. o *slalom* da canoagem), e nesse sentido é designada por *modalidade balizada*;

c) A terceira modalidade marca, relativamente às duas precedentes, uma nova etapa no sentido de uma *desterritorialização da prática*, recusando-se aos corredores do percurso em linha, e exercendo-se sem balizagem. Dirige-se em direcção à plena natureza oferecendo aos seus praticantes a ocasião de se confrontarem com a incerteza, a máxima imprevisibilidade e a um crescimento sensível de riscos corporais - *a aventura* (e.g. as expedições em caiaque pelo mar ou a canoagem *Freestyle*) e é, por isso, denominada de *modalidade livre* ou *californiana*.

A este propósito, Pociello (1981) refere que esta tendência de evolução das práticas com um cariz predominado pelo modelo ultracompetitivo dos países anglo-saxónicos para as práticas com uma matriz livre (ou californiana), denota uma clara tendência para a *estetização* das práticas, um processo definido pelo próprio como *desterritorialização das práticas*.

Ao analisarmos esta tendência de evolução das práticas desportivas podemos constatar que as diversas actividades dos Desportos de Natureza têm surgido, de forma cíclica, através de um duplo processo. Por um lado tem-se assistido ao surgimento de práticas que provêm de um processo de *desportivização* de práticas recreativas (ou utilitárias) que corresponde à sua institucionalização, e por outro ao surgimento de novas práticas através da reconversão das práticas anteriores, originando novos modelos que apresentam um carácter essencialmente recreativo e livre - processo que se pode chamar de *des-desportivização* das práticas. Estes processos que podem ser observados na generalidade das práticas dos Desportos de Natureza (Defrance, 1987) foram alvo de análise mais específica na escalada livre (Hoibian, 1995) e no voo livre (Jorand, 2008) em França. Este processo é manifestado por conflitos, adaptações e renovações, por uma espécie de revolução e de ruptura com a forma de conceber a prática, e que marca a emergência de novas modalidades. A redefinição social destas actividades e a (re)categorização simbólica que se opera em determinadas ocasiões são determinantes para a definição da prática legítima que constitui o foco central destes espaços sociais (Defrance, 1987; Hoibian, 1995; Jorand, 2008). Esta abordagem opõe-se às análises que tratam o desporto como uma entidade homogénea, que a glorifica ou a condena (Hoibian, 1995).

Embora estes processos originem novas modalidades, as práticas anteriores continuam a persistir. Assiste-se, assim, no interior do mesmo desporto a uma gama extremamente ampla de diversas modalidades diferentes e contraditórias de prática, que através do seu processo de evolução poderão coexistir e portanto interagir (Pociello, 1981). A este respeito Jorand (2008) refere que os novos adeptos do voo livre (Desportos de Natureza) são confrontados com dois tipos de prática: um que simboliza o retorno à natureza, a simplicidade e a estética, e que defende um voo gratuito em harmonia com a natureza; um segundo tipo que promove os valores tradicionais do desporto - o registo, a concorrência e a regulação.

Esta análise desperta uma discussão entre novos e velhos desportos (de natureza), mais precisamente sobre o posicionamento destes desportos entre a modernidade e a pós-modernidade. A este respeito Soto (2007) refere que os Desportos de Natureza não representam um fenómeno exclusivamente pós-moderno pois, seguindo a teoria de pós-modernização de Inglehart (1998), apesar das sociedades ocidentais avançadas estarem a produzir uma mudança cultural para o pós-modernismo, tal mudança não pressupõe, contudo, uma ruptura com as condições estruturais modernas. Baseando as suas ideias nesta tese, Soto (2007) argumenta que os Desportos de Natureza incluem algumas das principais características tanto da modernidade como da pós-modernidade, ao constituírem um claro exemplo da dinâmica sociocultural das sociedades avançadas em contínua tensão entre a autonomia, a liberdade, a flexibilidade e a subjectividade, com a racionalidade, o compromisso, a identidade colectiva, a disciplina e a mercantilização.

A estrutura actual dos Desportos de Natureza é a consequência directa de um processo histórico do que Bourdieu (1979) designou como produto das lutas anteriores para transformar ou conservar a sua estrutura. Pociello (1989) refere que a tentativa de modelizar a evolução das práticas de lazer desportivo (Desportos de Natureza) passa pela análise de um sistema relativo a variáveis internas e externas do campo desportivo. Estas práticas desportivas articulam-se, assim, em torno de três modelos, sobre um fundo de diversificação das actividades e da sua diferenciação interna (Pociello, 1989):

i) Um modelo de prática competitivo, ascético e duro, constituído por um afrontamento institucional e um confronto individual, popularizado pelo desporto espectáculo, fortemente estruturado pelas federações nacionais (e internacionais), e pelas ligas profissionais ou semiprofissionais, e que é defendido pelas organizações fundamentalmente misoneístas ligadas à formação, e formatadas para a gestão das elites desportivas que enquadram e que a controlam estritamente;

ii) Um modelo original qualificado de aventureiro ou de catastrófico, construído sobre uma licitação de proezas incomparáveis e de aventuras individuais inéditas e arriscadas, que é encarnado pelos praticantes de excelência das actividades desportivas na natureza que procuram uma gestão mediática das suas proezas aventureiras. Este modelo, eminentemente produtor de novos espaços e descobridores de novos meios atesta, através dos seus múltiplos formatos

mediáticos, um consumo crescente no grande público, através das imagens de exploração e das representações da aventura. Ao mesmo tempo, também revela um desenvolvimento correlativo com as figuras heróicas (um renascer dos mitos desportivos) particularmente sensíveis na nova geração;

iii) Um modelo participativo e hedonista, lúdico e recreativo, construído sobre as modalidades livres e autónomas (mas também consumidoras de serviços), ditas de lazer. Este modelo, baseado nas alterações culturais e turísticas (ou higiénicas e estéticas) das actividades existentes, define-se como anti competitivo, analógico e convivial, e organiza-se sobre estruturas que não exigem uma obrigatoriedade participativa.

Corneloup (2011) através de uma análise cultural das práticas dos Desportos de Natureza apresentou os princípios de uma forma cultural em emergência, a forma transmoderna, que se tornou numa forma cultural contemporânea e dinâmica (ver Tabela 5).

Tabela 5. Estilos de prática e a forma cultural transmoderna.

Estilo de prática	Forma moderna	Forma pós-moderna	Forma transmoderna
Práticas	Pedestrianismo, kayak, alpinismo, etc.	Raide BTT, *surf*, *canyoning*, kayak *surf*	Eco (caminhada, *surf*, BTT, etc.) arte, música, etc.
Itinerância	Grande Rota, Conquista, objectivos, projecto sequencial	*Spot* e *spot surf*	Multicultural: modo de vida; projecto circular
Público	Adulto, homem desportivo, aventureiros	Indivíduos, segmentos, estilo, jovens	Mulheres, seniores, criativos culturais, novos rurais
Corpo	Energético	Lúdico, vertiginoso	Ecológico
Princípios culturais	Separação, uniformização, centralização	Hibridação, fragmentação, estetização	Mestiçagem cultural, transcultural, naturalidade
Linha	Direita	Curva	Espiral
Dimensão Geodesportiva	Outro lugar (ar livre)	Indoor/ *aroundoor*	*Outdoor/ wildoor*, Transversalidade
Imaginário	Provação, performance, competição	Desafio, ludismo, vertigem, emoção, sensação	Atmosfera, reencontro, recreação

Fonte: adaptado de Corneloup (2011).

Esta análise evidência quatro formas de prática desde a idade média até à actualidade, que se têm renovado e que actualmente coabitam dentro do campo das actividades recreativas na natureza (Corneloup, 2011):

i) A forma tradicional: organiza-se através dos jogos tradicionais que foram fortemente desenvolvidos na idade média. Estes jogos são marcados pela diversidade e pelas suas particularidades regionais e sociais, não incorporando as regras e as normas introduzidas pelo modelo do desporto moderno. Uma variedade de práticas tem permitido constituir um enorme património recreativo que continua a ser inovado através da criação de novos jogos e pela redescoberta de outros antigos. Hoje em dia, diversos festivais têm sido desenvolvidos através destas temáticas em todo o território, cujo retorno do conteúdo e do interesse pelas práticas medievais (jogos de armas, jogos nos castelos, etc.) têm, assim, ilustrado esta dinâmica;

ii) A forma moderna: apareceu no século XIX e continuou a sua expansão no decurso do século XX. Foi durante esta época que os desportos modernos foram criados (desportos colectivos, de combate, individuais, etc.). Uma dominante institucional, normativa e republicana impôs-se na tentativa de organizar da melhor forma estas práticas, favorecendo a comparação e permitindo o desenvolvimento das práticas nacionais, através da noção de igualdade, de vitória, de classificação e de hierarquia. Os Desportos de Natureza desta época (alpinismo, espeleologia, canoagem, vela, pedestrianismo, etc.) estão desta forma ligados a uma cultura energética, contemplativa e prometeica, pela vontade de dominar a natureza, os seus corpos e os elementos. Uma forte sociabilidade masculina, urbana e elitista foi-se desenvolvendo através dos clubes e das instituições nacionais (federações, ministérios, etc.). Esta forma foi dominante no decurso do século XX, não se devendo deixar de considerar, no entanto, que decorreram inovações, e que esta forma continua a impregnar o imaginário e as mentalidades dos indivíduos contemporâneos. O declínio do simbolismo pela conquista da natureza é retransmitido através do simbolismo competitivo que se introduz em cada vez mais Desportos de Natureza, pois nunca como hoje se propagaram tantas práticas competitivas através de *challenges*, *raids*, provas de BTT, etc.;

iii) A forma pós-moderna: emergiu nos anos 1980s-2000s como uma nova cultura produtora de uma ruptura radical com a cultura moderna pela sua vontade de repensar a ligação com a natureza, consigo, com as instituições e com os outros. Surfar sobre a vaga, voar pelos ares, jogar com os elementos aéreos, etc. - tudo é possível para deslizar, voar e procurar múltiplas vertigens. As inovações lúdicas, comerciais, tecnológicas ou imaginárias estão em contínuo movimento para produzir

os micro-universos correspondentes às expectativas dos seus nichos culturais. Uma abertura social é produzida em direcção aos jovens, às mulheres, às famílias, às pessoas com mobilidade condicionada e aos diferentes segmentos de clientelas em emergência (homossexuais, celibatários, grupos de motivação, etc.). Uma outra corrente cultural surgiu, modificando a relação com o corpo, com a segurança, com os locais de prática, com o vestuário usado e com as representações que lhes estão associadas. Os valores hedonistas e lúdicos tornaram-se centrais nesta forma, bem longe dos conquistadores e aventureiros da modernidade;

iv) A forma transmoderna: pode ser considerada como um movimento cultural que pretende ultrapassar (e ir além) da modernidade, estabelecendo no entanto ligações com as anteriores formas históricas. As práticas recreativas são fundamentais para repensar a relação entre o desporto e o território, o turismo e lazer, ou entre a urbanidade e a ruralidade numa perspectiva pós-turística. A questão central da transmodernidade coloca-se na redefinição da cultura desportiva criadora de princípios de acção que levam a pensar de outra forma a declinação das práticas desportivas legítimas. A utopia das práticas hedonistas e vertiginosas da pós-modernidade é também questionada na perspectiva de requalificar a ligação com os próprios, com os outros e com a natureza. Assim, os indivíduos não estão mais na disposição de se envolverem numa prática prometeica e dominadora sobre a natureza como o previsto pelo projecto moderno, mas antes disponíveis para construir os contornos de uma relação *ecorecreativa* com a naturalidade das práticas escolhidas. Estes princípios culturais são, assim, actividades que permitem qualificar o conteúdo desta forma.

Corneloup (2011) refere que a noção de transmodernidade é utilizado para qualificar a configuração histórica que se traduz numa inversão das ligações entre o passado, o presente e o futuro, o poder vertical e o horizontal, os sedentários e os nómadas, a secularização e a espiritualidade ou entre a centralidade e a periferia. A emergência social da forma transmoderna surge através de elementos que se inscrevem numa configuração histórica que tenta impulsionar os novos regimes de acção para elaborar um projecto em consonância com as questões contemporâneas, em especial (Corneloup, 2011): i) a emergência de uma sociedade de risco que modificou a abordagem política de desenvolvimento; ii) o reforço das práticas económicas alternativas ao capitalismo clássico, como a economia social e solidária; iii) as mudanças de funcionamento da economia ancoradas numa

economia do conhecimento; iv) uma forte progressão da economia verde e de um consumo sustentável; v) a emergência de uma sociedade recreativa com um estilo de vida ecológico, que apresenta uma nova forma de encarar as ligações entre trabalho e lazer, o urbano e o rural, o tempo para si e para os outros, e as formas de intercâmbio social; vi) novos códigos de conduta e práticas culturais dentro de um vasto movimento relativista, com vontade de repensar as ligações, as combinações e as trocas interculturais para favorecer a emergência de práticas transculturais que valorizam a multiculturalidade; vii) os modos de pensar a vida em conjunto, as formas de cooperação e os valores de referência de uma sociedade.

Esta cultura e este estilo transmoderno das práticas recreativas na natureza são marcados por princípios como (Corneloup, 2011):

a) A naturalidade recreativa: marca uma sensibilidade particular e uma releitura da relação com a natureza. É também marcada pela relação com a prática recreativa através de uma estética sensorial que se exprime através de uma forte ligação com o movimento romântico e transcendentalista, e que procura no *outdoor* e no *wildoor* a sua dimensão espacial de referência;

b) A multiculturalidade: contrariando a visão moderna e pós-moderna da monocultura desportiva que reduz a relação com a natureza à performance, ao teste, ao lúdico ou ao desafio. Neste sentido, procura uma abordagem mista com diferentes dimensões culturais das práticas na natureza (com a música, dança, pintura, teatro, poesia, observação ecológica, gastronomia, filosofia, etc.), permitindo o desenvolvimento do reencantamento de um imaginário rural, através das mediações culturais propostas pela leitura do território, das paisagens e da cultura popular;

c) A transculturalidade: funciona contra a lógica de separação entre velhos e novos (Desportos de Natureza), através da combinação das práticas tradicionais com as práticas modernas, pós-modernas e ecológicas. É também marcada por uma transversalidade pela ligação com a cultura, com a história, e com o sistema endógeno dos Desportos de Natureza e pelas práticas envolvidas. Neste sentido, tem provocado rupturas com as ancoragens históricas dos seus princípios, das suas instituições e dos seus praticantes;

d) A cadeia *ecodesportiva* e a *bioprática*: visa a produção de um estilo conectado com um conjunto de elementos que produzem uma coerência entre os locais de prática, as formas de consumo, os meios de transporte e o equipamento

comprado, etc. Esta nova corrente tem modificado a visão logística na forma de ligar os diferentes elementos da cadeia recreativa, tendendo a valorizar a viagem ecológica;

e) O estilo recreativo: é uma maneira de repensar as ligações entre as práticas desportivas, a economia, o trabalho, o sector quaternário, a política ou a religião, e o território de vida. Inscreve-se na vontade de reconsiderar o lugar do trabalho na sociedade actual, de repensar os percursos de vida, e de construir as formas de vida em comum, oferecendo aos indivíduos o desenvolvimento de um estilo de práticas itinerantes que possibilitam um modo de vida quotidiana;

f) A espiritualidade ecológica transmoderna: procura o sentido, o diálogo, a discussão e a harmonia através de uma relação mais compartilhada da vida no seio de *habitats* colectivos. Centra-se nas trocas com as diferentes expressões da natureza através dos materiais, das práticas desportivas, da observação, e dos *bioprodutos*, etc., e na importância da reflexividade, da meditação e da comunhão forte com a natureza. Esta espiritualidade expressa-se pelo compartilhar e pela vivência de experiências e de uma espiritualidade profunda, que se incorporam nas práticas de itinerância (e.g. alpinismo), não reduzindo a finalidade da prática à conquista (do pico), mas também sobre a vivência de experiências humanas, espirituais, culturais e desportivas, pensadas na globalidade da viagem.

A forma transmoderna tornou-se num referencial da sociedade contemporânea aglomerando diversos actores que estão ligados e que constituem o seu núcleo central ou periférico, ao participam na renovação das formas institucionais, sociais e comerciais das acções recreativas, tais como a comunicação soicla, os partidos políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os fornecedores, os distribuidores, os fabricantes e as associações, ou os territórios (Corneloup, 2011).

As actividades e os produtos transmodernos devem incluir a naturalidade, a interculturalidade, a transculturalidade desportiva, respeitar uma corrente ecológica e favorecer a convocação de um imaginário e espiritualidades específicas. Em contraposição a outros profissionais de outras formas culturais (modernidade e pós-modernidade), está a consolidar-se, hoje em dia, uma terceira geração que procede aos técnicos de desporto (primeira geração) e aos *marketers* dos serviços desportivos (segunda geração), e que demonstram um desejo de se envolverem no ecodesenvolvimento recreativo (Corneloup & Bourdeau, 2002), apresentando um

conjunto de quatro competências (Corneloup, 2011): a) competências ecológicas relacionadas com o conhecimento do meio e dos ecossistemas que permitam trocas surpreendentes, íntimas e profundas com a natureza; b) competência transcultural, patrimonial e criativa na perspectiva de produzir inovações recreativas na forma de produzir as mediações simbólicas multiformes com a natureza, com o lugar, as práticas e os públicos; c) competências humanas e relacionais que permitam a partilha, a comunicação, a reflexividade e a empatia no centro de um tempo recreativo vivido; d) competências transversais para montar projectos colectivos, produzir a mediação e participar no desenvolvimento do território.

Tabela 6. Universos culturais e formas da cultura transmoderna.

Actores/ território	Forma moderna	Forma pós-moderna	Forma transmoderna
Forma turística	Exploração, descoberta, registo	Consumo, experiência hedonista	Recreativo, transcultural
Publico em questão	Elitista, especialista	Indivíduos, segmentos	Pessoas, desenvolvimento
Forma de desenvolvimento	Republicano, educativo	*Marketing*, empresarial	Inspirado, desenvolvimento local
Politica Actores de referência	Actores institucionais	*Marketers*, clientes	Cidadãos responsáveis, governança
Profissionais	Monitores, guias	Prestadores, gestores	*Ecodesigner*, mediadores
Dominante profissional	Planeador, técnico	Criador de produtos, ambiência, estetismo	Transmissor (*passeur*), tradutor
Competências	Segurança, logística, técnica	*Marketing* (serviços, territórios, clientes)	Ecológico, relacional, transcultural, transversal
Estância de montanha	Estância de esqui	Tematização, *free style/ride*	Micro-ecológico, sistema recreativo

Fonte: adaptado de Corneloup (2011).

2.4. CATEGORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

2.4.1. TIPOLOGIAS E SECTORES DE PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA

As práticas dos Desportos de Natureza e as respectivas experiências podem desenvolver-se numa escala contínua que vai desde a experiência de prática denominada de aventura *soft*, como os passeios pedestres ou de bicicleta, às experiências dispostas no extremo oposto da escala, relacionadas com as prática de actividades intituladas de aventura *hard*, como o alpinismo de alta montanha, o

rafting ou a canoagem de águas bravas (Hill B. , 1995; Lipscombe, 1995; Millington, Locke, & Locke, 2001; Turismo de Portugal, 2006a). Essa escala envolve diferentes graus de desafio, incerteza, familiaridade com o meio ambiente, capacidades pessoais, intensidade, duração e percepções do controlo (Lipscombe, 1995). As actividades *soft* atraem normalmente os praticantes iniciantes e com menor experiência, que muitas das vezes recorrem a guias, convertendo a experiência em níveis menores de risco real, enquanto as actividades *hard* são geralmente desenvolvidas por praticantes experientes e comprometidos na actividade, e que se expõem a níveis de risco mais elevados (Hill B. , 1995). A este respeito, Holyfield (1999) refere que quanto maior o risco percebido ou real maior a distância simbólica entre um novo aventureiro e um outro rotinado.

Addison (1999) desenvolveu um modelo que permite enquadrar as diferentes tipologias de actividades, dispostas em quatro quadrantes. Este modelo é baseado em dois eixos: um constituído pelo grau de independência, isto é o grau em que os participantes dependem (ou não) de outrem para organizar as suas actividades, e um outro baseado no grau de desafio, determinado segundo o maior ou menor grau de perigo e de capacidades técnicas exigidas. Cada eixo apresenta uma escala contínua, do grau menor para o maior, de cada um dos atributos. Assim, em cada um dos quadrantes é apresentada uma das categorias, de acordo com as formas de desenvolvimento das actividades dos Desportos de Natureza:

1. Lazer - experiência enquadrada que é segura e não requer capacidades avançadas pelos praticantes (e.g. actividades enquadradas numa empresa de animação turística);
2. Recreação - actividade autodirigida, que não é especialmente perigosa nem requer capacidades avançadas (e.g. caminhada ou canoagem recreativa independente);
3. Competição de aventura - evento organizado, que possui certos perigos e requer altos níveis de habilidade (e.g. corridas de aventura ou *ecochallenges*)
4. Aventura intensa – uma experiência realizada sem o apoio de organizadores externos ou guias, que requer altos níveis de capacidade e auto-suficiência para superar os perigos inerentes (e.g. explorações independentes ou expedições em locais sem possibilidade de resgate).

Recorrendo às definições da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) relativas à educação permanente, o modelo

FIN (educação formal, informal e não formal) adquiriu uma configuração e conteúdos próprios adaptados à coerência da teoria e da prática das actividades desportivas. Neste sentido, o modelo FIN (Formal, Informal e Não-formal) sugere três âmbitos de desenvolvimento das práticas desportivas (Costa L. P., 1986; Ferrando, 1990) que podem ser aplicadas aos Desportos de Natureza: i) um âmbito formal e clássico que corresponde às práticas realizadas numa organização formal (e.g. clube desportivo), e que apresenta um modelo competitivo federado e regulado; ii) um âmbito não formal que se desenrola no âmbito de uma organização não formal (e.g. associação desportiva, recreativa, etc.), mas que não apresenta, no entanto, um modelo competitivo federado nem regulado; iii) um âmbito informal que se desenvolve, através de práticas auto-organizadas, por via de uma liberdade institucional, num âmbito recreativo com a família, os amigos ou de forma individual, por exemplo.

Corneloup e Bourdeau (2004) referem que existem oito sectores da prática dos Desportos de Natureza, que combinam variáveis como o acesso (livre ou a pagar), o enquadramento (ou não), e a organização territorial e dos locais de prática (baixo ou alto). São eles:

Sector 1: Práticas livres e gratuitas, como a canoagem, a vela, o BTT, o voo livre e a caminhada, realizadas no meio natural, em espaços públicos sem estarem equipados, como o mar, lagos, florestais, caminhos rurais;

Sector 2: Práticas livres e gratuitas, como a escalada, o *canyoning* e o pedestrianismo, realizadas em locais de prática públicos e equipados, como a maior parte das falésias de escalada, os *canyons* e os percursos pedestres;

Sector 3: Práticas livres e a pagar, como as *vias ferrata*, e o *arborismo*, realizadas em espaços pouco equipados, como os parques desportivos ou lúdicos.

Sector 4: Práticas livres e a pagar, como o esqui e a vela, realizadas em estações desportivas como as estâncias de esqui ou centros náuticos, em troca por exemplo do fornecimento de meios mecânicos ou de equipamento.

Sector 5: Prestação de serviços enquadrados e a pagar (*in, around, out* e *wilddoor*), realizados pelos múltiplos prestadores de serviços.

Sector 6: Actividades enquadradas num clube, escola ou centro local, como a orientação, o *surf*, etc.

Sector 7: Produtos integrados em centros turísticos, como o mergulho, o *windsurf*, etc.

Sector 8: Práticas competitivas federadas (todas as práticas federadas) realizadas pelas diferentes federações dos Desportos de Natureza.

Partindo de uma análise territorial, Corneloup e Bourdeau (2004) interpretam as relações intra e intersectoriais (desde as práticas livres e gratuitas às actividades do mercado) que se estabelecem no domínio das práticas turísticas (e de lazer) desportivas na natureza. Referem que cada sector apresenta a sua própria autonomia, a sua realidade e as suas formas de funcionamento. Em muitos dos casos, os diferentes actores – associações empresariais, parceiros ou federações - participam na estruturação dos sectores, mesmo na ausência de uma organização global (Corneloup & Bourdeau, 2004). As ligações intra-sectoriais podem existir, por exemplo, entre as federações, os operadores turísticos e os fabricantes. Da mesma forma, é possível observar a presença de ligações intersectoriais entre, por exemplo, o sector do fornecimento de serviços de exploração dos meios mecânicos numa estação de esqui (sector 4), as empresas de prestação de serviços de esqui (sector 6), e as actividades supervisionadas num clube local (sector 5). O território, concebido como um sistema produtivo local, também participa na estruturação do(s) sector(es) que se desenvolve(m) nos locais de prática, cujos efeitos vêm agitar a lógica do mercado em cada um dos sectores de prática (Corneloup & Bourdeau, 2004). Os desafios são, obviamente, agravados quando os vários sectores estão presentes na mesma área de prática (práticas livres, gratuitas e pagas, enquadradas em percursos construídos, etc.), levantando-se a questão das relações entre os diferentes actores que operam na mesma área, para definir o espaço comum compartilhado em torno do qual se construiu a regulação das trocas entre as várias partes interessadas (Corneloup & Bourdeau, 2004). Os efeitos territoriais também são visíveis na manutenção dos caminhos (percursos pedestres), na construção de estradas de acesso, no melhoramento das mrgens dos lagos, no equipamento dos locais de prática (escalada, via *ferrata*, canoagem, etc.), no desenvolvimento de actividades de animação local, e na gestão dos refúgios, que constituem alguns exemplos de melhorias e/ou equipamentos que beneficiam os profissionais de turismo e dos Desportos de Natureza (Corneloup & Bourdeau, 2004). O que está em jogo é, não só a interacção destes sectores, mas a forma de conceber o desenvolvimento desses sectores, pois as questões de ordem ecológica, económica, desportiva e política que são colocadas, não se inscrevem no mesmo universo de concepção do lazer desportivo de natureza e no mesmo campo de valores em

função dos sectores, dos actores, e dos públicos que se apresentam localmente (Corneloup & Bourdeau, 2004).

2.4.2. SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Um sistema de classificação pode ser entendido como a disposição dos vários elementos que fazem parte de um conjunto num determinado número de categorias análogas, utilizando critérios que permitam o estabelecimento das diferenças resultantes, de forma a permitir que os conteúdos e as relações que se estabelecem entre os vários elementos se tornem visíveis e mais facilmente compreensíveis (Moreno, 2005). Neste sentido, um sistema de classificação é correto quando cumpre com os requisitos de exaustividade (todos os elementos classificáveis pertencem a uma das categorias) e mútua exclusividade (todos os elementos classificáveis pertencem só a uma das categorias).

Moreno (2005) refere que a classificação das actividades físicas e desportivas apresenta um duplo interesse. Por um lado possibilita, a nível teórico, a definição e delimitação detalhada de um objecto de estudo, garantindo ao investigador a coerência necessária, e por outro facilita, a nível prático, que um profissional da actividade física e desportiva possua um instrumento para a acção, na medida em que facilita a escolha das estratégias e metodologias de trabalho bem como os conteúdos mais apropriados para concretizar os objectivos inicialmente definidos.

Nesta óptica, as classificações podem ser efectuadas em várias áreas das ciências do desporto e da motricidade humana, como as actividades desportivas (Bouet, 1968), a educação (Goldberger & Moyer, 1982), a dança (Batalha & Xarez, 1999), a ergonomia (Peterson & Bownas, 1982), a reabilitação psicomotora (Davis & Rizzo, 1991), entre outras. Estas classificações podem estar centradas, ainda, na análise na tarefa, nos movimentos ou nas actividades. No entanto, o centro desta análise estará na classificação com alvo nas actividades desportivas, e em especial nas classificações relacionadas com as actividades desportivas da natureza.

Ao longo da história da actividade física desportiva são muitos os autores que elaboraram classificações das actividades desportivas, reportando cada uma delas uma base para a criação da seguinte. Os vários sistemas de classificação das actividades desportivas que têm surgido ao longo do tempo apresentam categorias que permitem caracterizar de uma forma muito generalizada a maioria das actividades desportivas. Estas procuram relacionar as diferentes modalidades, e são

construídas a partir de diferentes objectivos e com diferentes critérios, não se verificando consenso entre os autores que as apresentam. M. A. Moreira (2007) refere que alguns sistemas de classificação são estabelecidos em função de aspectos psicológicos; outros em função de aspectos fisiológicos; outros ainda em função de aspectos morfológicos, onde os desportos podem ser agrupados em função do número de praticantes (desportos colectivos, individuais e duplas); em função de serem ou não actividades de competição, com as regras consideradas como condicionantes das mesmas, bem como a forma de avaliação (julgado, medido e pontuado); e ainda aqueles cujos movimentos são associados ao envolvimento que caracterizam as actividades, dentro de um contínuo, em função da previsibilidade do meio.

Um dos primeiros autores a apresentar uma classificação das actividades desportivas foi Bouet (1968). Em função das experiências vividas durante a prática, factores como a consciência corporal, os movimentos efectuados, a presença de obstáculos, o rendimento e a competição, construiu uma classificação constituída por cinco grupos de actividades (Bouet, 1968): i) desportos de combate; ii) desportos com bola; iii) desportos atléticos e gímnicos; iv) desportos de natureza; v) desportos mecânicos.

Durand (1968) estabelece uma classificação com uma orientação exclusivamente pedagógica e classifica os desportos em quatro grupos: desportos individuais, desportos colectivos, desportos de combate, e desportos de natureza.

Knapp (1979) caracteriza as actividades através de um contínuo, em função da previsibilidade do meio: num dos polos estão as actividades com movimentos habituais (actividades fechadas), e no outro polo as actividades com movimentos de dominante perceptiva (actividades abertas), permitindo estabelecer uma classificação de dificuldade crescente das actividades.

Parlebas (1981) apresenta uma classificação segundo os critérios da acção motriz, caracterizando as actividades em função da situação motora (psicomotora e socio motora), considerando três critérios: interacção com companheiros, interacção com adversários, e incerteza do meio.

Almada (1992) apresenta uma classificação das actividades desportivas, tendo em conta o praticante e os problemas por ele sentidos na prática da actividade, através da definição dos factores presentes (principais características, os objectivos e as variáveis) e da sua dinâmica, numa perspectiva ecológica. Esta

classificação é baseada em seis categorias: i) desportos individuais; ii) desportos colectivos; iii) desportos de combate; iv) desportos dos grandes espaços; v) desportos de adaptação ao meio; vi) desportos de confrontação directa.

Com o crescimento das actividades físicas desportivas na natureza, são diversos os autores que têm elaborado, nos últimos anos, sistemas de classificação relacionados com estas actividades. Igual (2005) refere-se a uma classificação que, segundo ele, é utilizada desde os anos 1960s, e que discrimina as actividades desportivas na natureza em duas tipologias:

i) Actividades fundamentais – as actividades de ar livre sem as quais não seria possível realizar nenhum projecto na natureza (marcha, acampamento);

ii) Actividades complementares – aquelas que alimentam e ampliam o conjunto das actividades na natureza. São as que estão continuamente em mudança, adaptadas às novas tendências da sociedade (actividades de conhecimento do meio, actividades utilitárias, actividades desportivas, actividades de sobrevivência, actividades plásticas).

Delgado (1991) elaborou um modelo de classificação que supõe uma visão mais ampla das actividades em meio ambiente natural, destacando a grande riqueza de sensações como principal característica do desenvolvimento integral do indivíduo:

i) Actividades promocionais: envolvem uma alta participação e/ou assistência na actividade (e.g. excursões, marchas ecológicas, visitas, dias especiais, corridas a pé, audiovisuais e conferências, ecoturismo, entre outras);

ii) Actividade livres: envolvem o uso de recursos naturais e artificiais de proximidade, que facilitam o acesso aos espaços, aos equipamentos e aos conhecimentos para o seu desenvolvimento (e.g. rotas e circuitos ecológicos, rocódromos, circuitos de cicloturismo, ludotecas, percursos de equitação, circuitos integrados, etc.);

iii) Actividades programadas: requerem a participação inicial de um mediador ou animador, sendo organizadas segundo um processo pedagógico que requer continuidade no seu desenvolvimento: a) actividades fundamentais no meio ambiente natural (e.g. marcha, acampamento, orientação, construção de refúgios, etc.); b) actividades fundamentais no meio ambiente artificial (e.g. parques aventura, ludotecas, jogos de adaptação, etc.); c) actividades desportivas no meio ambiente

natural (e.g. água – natação, canoagem, remo, vela, etc.; terra – escalada, espeleologia, corrida de orientação, etc.; ar – parapente, asa-delta, etc.);

iv) Actividades de investigação e formação: com uma relação interdisciplinar com outras matérias. São organizadas, existindo um mediador e têm continuidade no seu desenvolvimento (e.g. granja-escola auto-suficiente, horta biológica, visitas de estudo – flora, fauna, topografia, geologia, etc., colónias ecológicas, entre outras).

Betrán e Betrán (1995a) apresentaram uma classificação taxonómica das Actividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN), partindo de uma selecção de critérios, que engloba cinco grupos que dão origem aos aspectos que compõem o desenvolvimento das actividades e que dão lugar à posterior classificação segundo as suas características intrínsecas e extrínsecas: i) ambiente físico; ii) ambiente pessoal; iii) actividades; iv) valoração ético-ambiental; iv) ambiente social.

Numa outra proposta, Funollet (1995) classificou e ordenou as actividades desportivas praticadas em ambiente natural, dividindo as diversas categorias em duas dimensões: i) determinantes da actividade desportiva em meio natural; ii) determinantes didácticas da actividade desportiva em meio natural. Em relação à primeira dimensão incluiu as seguintes categorias: a) trajectória (bidimensional ou tridimensional); b) plano (horizontal ou vertical); c) elemento (estável ou instável); d) contacto (directo ou indirecto); e) deslocamento (caminhar, deslizar, cavalgar, nadar, flutuar, escalar, *rapelar*, submergir, ou voar). Na segunda dimensão inclui as seguintes: a) energia (autogerada ou gerada – animal, ambiente, gravitacional, hidráulica, eólica, solar ou motor); b) acção (individual, imbricada, ou em equipa).

Quílez (1997) utilizou um modelo de classificação das actividades físicas desportivas de natureza, que permitiu agrupar estas actividades em três dimensões:

i) Habilidades perceptivo-motoras: a) percepção de si mesmo (alimentação, primeiros socorros, e segurança pessoal);

ii) Habilidades motoras básicas: a) de locomoção; b) manipulativas;

iii) Habilidades específicas: a) básicas de desenvolvimento (marcha, acampamento, construções, material e equipamento, organização de itinerários, orientação); b) terrestres (pedestrianismo, montanhismo, escalada, espeleologia, descida de cascatas, BTT, etc.); c) aquáticas (natação, vela, canoagem, *rafting*, mergulho, *hidrospeed*, *surf*); d) aéreas (voo livre, ultraligeiros, balão, parapente, pára-quedismo).

Guillén, Lapetra e Casterad (2000) com o fim de facilitar a selecção, organização e programação das actividades físicas em meio natural caracterizaram as distintas práticas, estabelecendo uma escala que marca a dificuldade ou exigência própria de cada uma delas:

a) Características espaciais: referem-se às condições do espaço de cada actividade (espaços acessíveis e/ou próximos da residência; espaços não acessíveis e/ou afastados da residência);

b) Características do ambiente: referem-se às características dos locais dos espaços. São classificados como: artificial (e.g. rocódromo); equipado: natural com elementos artificiais (e.g. percurso pedestre); semi-selvagem: natural limitado ou balizado (e,g, estância de esqui); selvagem: natural aberto ou sem limites (e.g. mar).

c) Características temporais: referem-se às condições temporais que exige a prática real de cada actividade. A escala vai desde actividades que se podem realizar de forma pontual numa sessão de 1 a 3 horas (escalada desportivas) a actividades que requerem a estância de um ou vários dias fora do ambiente natural (uma travessia por exemplo);

d) Características segundo a frequência da prática: este critério marca o grau de experiência, domínio ou conhecimento que o praticante tem da actividade. Actividades habituais – realizadas bastantes vezes pelo praticante ou praticadas assiduamente. Actividades ocasionais – realizadas pela primeira ou segunda vez, ou praticadas muito poucas vezes;

e) Características materiais: refere-se aos materiais necessários para realizar a actividade. Identifica o mínimo material específico e necessário para abordar cada actividade. Actividades que exigem grande quantidade de material e/ou apresentam custos elevados para a sua realização (e.g. alpinismo), e actividades que requerem pouco material e/ou são de custo acessível (pedestrianismo);

f) Características cognitivo-motoras: referem-se às exigências do tipo cognitivo-motoras que são apresentados à pessoa que pratica quando realiza uma actividade deste tipo (entendem-se por exigências cognitivo-motrizes os procedimentos, conhecimentos, experiências e estratégias que, a efeitos de aprendizagem, requerem a prática de uma actividade concreta no meio natural, tanto de tipo mental ou motora – habilidade ou técnica. Actividades que exigem uma

aprendizagem difícil a nível cognitivo-motor (parapente) e actividades que exigem uma aprendizagem fácil a nível cognitivo-motor (pedestrianismo).

g) Características segundo os recursos humanos: referem-se ao conjunto de pessoas especialistas e/ou responsáveis técnicos que são necessários para o desenvolvimento óptimo da actividade. Actividades que requerem a presença de várias pessoas responsáveis (espeleologia) ou que requerem a presença de uma só pessoa responsável (BTT).

Em Portugal, Fernando (2005), num estudo sobre os modelos taxonómicos das actividades desportivas, refere que estes permitem agrupar as actividades com base nos comportamentos humanos face às actividades na natureza, baseados em duas variáveis:

i) Uma dimensão que inclui as variáveis que estão associadas aos aspectos da actividade: objectivos reais; relação com o meio em espaços abertos; sentido de acontecimento;

ii) Uma dimensão que inclui as variáveis que estão associadas às solicitações que estes aspectos que provocam na pessoa.

Carvalhinho (2006) também efectuou um estudo de caracterização dos Desportos de Natureza tendo como base os trabalhos de Betrán e Betrán (1995a), Funollet (1995) e Pires (1990). O modelo de análise centrou-se em 4 dimensões:

1) Contexto físico: a) meio sobre o qual se realiza: ar (meio aéreo); terra (meio terrestre); água (meio aquático); b) trajectória da deslocação do praticante – bidimensional ou tridimensional; c) plano que a actividade ocupa do ponto de vista dimensional (sentido de desenvolvimento da actividade): horizontal, vertical ou misto (quando se desenvolve nos dois planos); d) estabilidade do meio onde se desenvolve a actividade: estável (quando a superfície de contacto não varia) ou instável (quando a superfície de contacto pode variar a qualquer momento independentemente da vontade do praticante); e) contacto entre o praticante e a superfície: directo, quando contacta directamente com a superfície; ou indirecto, quando a superfície é contactada indirectamente por intermédio de um artefacto mecânico-tecnológico (e.g. BTT) ou animal;

2) Contexto pessoal: a) sensação causada pela actividade: prazer/relax (paz, prazer prolongado, relaxamento), risco/vertigem (stress, carga emocional intensa, incerteza), ou misto (quando existem as duas sensações na mesma actividade sem a predominância de uma das sensações anteriores); b) recursos

biotecnológicos: corpo, animal, artefacto mecânico-tecnológico (material não motorizado, fundamental no desenvolvimento da actividade como por exemplo a prancha de *surf*) ou motor (material motorizado como por exemplo a moto 4);

3) Contexto social: a) implicação motora da actividade a desenvolver: individual (quando não depende de outros para realizar a actividade), em grupo sem colaboração (quando a actividade é realizada em grupo mas não depende directamente de outros) ou grupo com colaboração (quando é realizada em grupo e depende directamente de outros);

4) Contexto ético-ambiental: as actividades podem apresentar um impacto ecológico baixo, médio ou alto.

2.5. A PARTICIPAÇÃO NOS DESPORTOS DE NATUREZA

2.5.1. OS DESPORTOS DE NATUREZA E AS CULTURAS DESPORTIVAS

Atendendo à teoria de Bourdieu, os *campos* são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por eles)” (Bourdieu, 2003, p. 119). Os campos apresentam leis gerais invariáveis e propriedades particulares, que fazem com que uma teoria geral e os conhecimentos adquiridos com um campo específico sejam úteis para interrogar e interpretar outros campos (Bourdieu, 2003). Um campo “define-se entre outras coisas definindo paradas em jogo e interesses específicos, que são irredutíveis às paradas em jogo e aos interesses próprios de outros campos (…). Para que um campo funcione é preciso que haja objectos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objectos de disputas, etc." (Bourdieu, 2003, p. 120).

O *habitus* representa o “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses objectivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. (…) Quando as pessoas só têm de deixar correr o seu *habitus* para obedecerem à necessidade imanente do campo e satisfazer as exigências inscritas (o que constitui em todo o campo a própria definição de excelência), não têm seja de

que maneira for de estar a sacrificar a um dever e menos ainda a buscar a maximização do ganho (específico)" (Bourdieu, 2003, p. 125). O *habitus* é entendido, desta forma, como as percepções, os pensamentos e as acções adquiridas que se traduzem por predisposições duráveis.

Para Bourdieu (2003, p. 120) "a estrutura do *campo* é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, está ela também sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo têm por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico". No interior dessa relação de força, os agentes que monopolizam o capital específico, tendem a utilizar estratégias que visem a manutenção da ordem estabelecida, frequentemente, com intransigência em relação às mudanças de classe, enquanto, inversamente, os agentes que possuem menor capital, tendem a utilizar estratégias de subversão e ruptura, dentro de certos limites. A transposição desses limites pode determinar a sua exclusão do campo. As transformações impostas por esses agentes são revoluções parciais, ou seja, são revoluções que não colocam em questão os fundamentos do objecto de disputas (em jogo).

Bourdieu (2003, p. 191) considera que "(...) um dos factores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo".

A existência de um campo e dos seus limites é determinada pelos interesses específicos, pelos investimentos feitos pelos agentes dotados de um *habitus* e pelas instituições. Assim, *habitus* e *campo* estão intimamente relacionados, onde o campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo.

O campo das práticas desportivas é, assim, o lugar onde, entre outras coisas, se disputa o monopólio de imposição da definição legítima da prática desportiva, amadorismo contra profissionalismo, desporto-prática contra desporto-espectáculo, desporto de elite contra desporto popular ou de massa (Bourdieu, 2003). Os

Desportos de Natureza podem ser assim considerados como uma subcultura do campo desportivo.

O desporto, como fenómeno social e cultural, acompanha e é acompanhado pelo contexto sociocultural onde se desenvolve. Compartilha, manifesta, reproduz e configura os valores predominantes no contexto sociocultural onde se produz. O desporto transforma-se e acompanha as mudanças e o desenvolvimento da própria sociedade com que mantêm uma relação de isomorfismo sistémico (Martin & Martin, 2001). No entanto, o desporto como um mecanismo sociocultural central de expressão, interpretação e configuração de significados e valores da sociedade contemporânea torna-se complexa mediante a diferenciação-individualização de uma profusão de diversas culturas desportivas que permitem incorporar uma estruturação de universos simbólicos pessoais a partir de um universo fragmentado de constelações éticas e simbólicas que permitem ao indivíduo reflexivo tomar decisões (Martin & Martin, 2001).

Culturas desportivas

A expressão *culturas desportivas* tem em conta os efeitos teóricos do avanço das Ciências Sociais (História, Sociologia, Demografia e Geografia) e das Ciências da Cultura (Antropologia, Etnologia, Mitologia) dentro do domínio das práticas, das representações e dos mitos desportivos que se diferenciam de acordo com o país e os grupos. Será necessária uma abordagem que parta de um campo desportivo acessível e familiar, que tenha a sua estrutura e a sua lógica própria, visando a descrição e a interpretação dum universo de práticas, de técnicas e de símbolos que tomam um importante lugar e cobrem de sentido a vida social contemporânea (Pociello, 1995).

Recorrendo aos principais conceitos de cultura, retirados da Sociologia da Cultura e dos desenvolvimentos da Antropologia Cultural, Pociello (1995) apresenta três perspectivas distintas para o conceito de culturas desportivas, que se relevam passíveis de aplicação ao campo desportivo: uma perspectiva sociológica restrita; uma perspectiva sociológica menos restrita; uma perspectiva sociológica mais alargada.

Na *perspectiva sociológica restrita*, a noção de cultura deverá ser entendida como uma propriedade distintiva de classe, dentro de uma sociedade hierarquizada e estratificada. Neste sentido, a cultura define o *stock* de bens materiais e

simbólicos, e as práticas reservadas exclusivamente à classe dominante, que participam na sua hegemonia cultural e que as distinguem das classes hierarquicamente inferiores. Os Desportos de Natureza surgem, segundo esta perspectiva, como um produto ou uma prática distintiva, que conserva as suas funções distintivas através de mecanismos de selecção económica de acesso às práticas, pela posse de objectos onerosos necessários ao seu exercício (vestuário, equipamentos, etc.) e locais de prática que exijam um esforço financeiro (deslocações para locais distantes e exóticos, etc.); a partir da aquisição de bens simbólicos, que permitem a aquisição dos instrumentos cognitivos de apropriação selectiva (linguagem, rituais de iniciação, maneiras, etc.), ou ainda de propriedades físicas e técnicas (que necessitem de um grande investimento temporal). Esta perspectiva conduz à distinção de uma cultura desportiva de tradição aristocrática e burguesa que marca claramente, em cada período histórico, a sua distância e a sua oposição sobre a cultura desportiva popular. Hoje em dia assistimos a esta distinção, quer nas relações de oposição entre práticas de culturas desportivas diferentes, como os desportos de massas, caracterizados por outros tipos de investimentos corporais, mais directos ou vigorosos, possíveis de profissionalização (futebol, basquetebol, etc.) e os Desportos de Natureza, associados ao lazer e ao prazer (vela, parapente, montanhismo, etc.); quer dentro da mesma cultura desportiva, como é o caso da prática de Desportos de Natureza com um volume de capital superior (práticas de domínio tecnológico e informacional como o voo livre e a vela, etc.), e a prática de modalidades de menor volume de capital (práticas com predomínio da utilização da força corporal como o BTT, a canoagem, etc.); dentro, ainda, da mesma modalidade, através da segmentação das suas disciplinas, como o caso da canoagem (em linha, *slalom*, *touring*, etc.) (Pociello, 1999). Estas relações de oposição são produtoras de um sistema de gostos e desgostos, de apreciação e depreciação sobre as práticas desportivas dos outros. Se os desportos praticados pelos grupos dominantes têm a função de manter as distâncias sociais, exercem, ao mesmo tempo, uma forte atracção sobre os grupos que lhes são imediatamente inferiores, assegurando, assim, uma certa difusão de modelos, de cima para baixo, no espaço social. Desta forma, o sistema de práticas dos Desportos de Natureza, de técnicas e de valores próprios desta cultura, confere aos grupos particulares um sentimento de pertença e a certeza de se diferenciar de outros grupos (ou classes) sem que seja necessário racionalizar as suas razões. Para cada uma das

modalidades ou segmentos de uma modalidade, o modo de apropriação e da percepção das próprias práticas é representativo de cada um dos grupos que o indivíduo integra. Neste registo integram-se, por exemplo, os praticantes competidores, que apresentam uma lógica de investimento físico e temporal, com a prática e com a instituição, em antagonismo com os praticantes turistas, que têm uma lógica de maior investimento cultural, estético e turístico da actividade (Pociello, 1981).

Numa *perspectiva sociológica menos restritiva*, a cultura deverá ser entendida como a organização, a transmissão e a reprodução das práticas e dos produtos simbólicos próprios de um qualquer grupo social, não prejulgando a natureza das suas relações nem os seus relatos de subjugação. Esta cultura é a representação do que o grupo faz dele mesmo, constituindo a sua identidade (e a sua ideologia). É estruturante dos seus estilos de vida, apresentando uma certa coerência interna com a sua função, como marca social, regional ou geracional, que contribui para a sua integração comunitária. A diversificação das práticas desportivas é, também, seguida pela multiplicação e volatilidade de subculturas. Devido a esta massificação, construíram-se subculturas desportivas cristalizadas nas diferentes zonas geográficas, que apresentam uma concentração e um predomínio de certos desportos (montanhismo, vela, *surf*, parapente, etc.), sobre um ancoragem territorial bem definida, suportada pelas suas culturas (alpinas, marítimas, litorais, torrenciais, etc.) onde, de facto, a cartografia e a geografia desportiva revelam claramente os efeitos territoriais destas cristalizações culturais sobre cada uma das modalidades desportivas. Dentro deste mesmo registo, os eventos desportivos (e.g. campeonato do mundo de *surf*, em Peniche) produzem um maior impacto, e podem desempenhar uma função de produção da identidade comunitária. Eles asseguram nitidamente, a uma escala local ou regional, uma função de integração e coesão social. A homogeneização dos gostos e dos comportamentos desportivos sob a influência dos meios de comunicação social, e do papel estruturante do consumo televisivo, sobre o conjunto de práticas desportivas cultivadas não impede a continuidade das culturas desportivas regionais. Com a criação, depois dos anos 1960s, de uma cultura desportiva intermédia, de grupos promotores de quadros em ascensão, tem-se verificado o intercalar de modelos e de práticas (importadas e adoptadas) por este grupo, entre o lazer desportivo da burguesia (com um volume de capital superior) e os desportos mais populares de carácter combativo do corpo, em força

ou em energia (com um volume de capital inferior). Estes grupos em expansão procuram uma identidade cultural e uma estabilidade social, numa fronteira, muitas das vezes, flutuante. A cultura desportiva intermédia está, desde então, desenvolvida para cumprir o seu papel, parcial e temporário, mas bem real, de identificação de cada um dos grupos sociais.

Na *perspectiva sociológica mais alargada*, a cultura pode adoptar um sentido antropológico, que descreve um grupo estruturado de práticas, de instrumentos e de técnicas, padrões da indústria, da cultura e do *habitat*, dos tipos de costumes, de crenças e de mitos, assim como dos usos tradicionais e lúdicos do corpo, que são características de uma sociedade e de uma visão unificada e coerente do mundo. Este sentido de cultura parte da constatação da diversidade dos povos, da divergência da sua história e das suas irredutíveis diferenças culturais, que permitem a determinada civilização de distinguir-se de outras culturas. Se existe uma tendência para a universalização de uma cultura dos Desportos de Natureza, através da difusão planetária dos seus eventos competitivos normalizados e pela cobertura mediática efectuada pelos meios de comunicação social, devem-se enfatizar, ao mesmo tempo, os processos singulares de apropriação desse mesmo objecto por diferentes culturas nacionais. A constatação da relatividade das culturas e do arbitrário das suas variações fá-las considerar como igualmente legítimos e propõe não negligenciar nenhum dos objectos, dos mais modestos em aparência, que os compõem. Desta forma, os Desportos de Natureza podem ser considerados como um conjunto de práticas e de gestos técnicos, mas também devem ser analisados os seus ritos de aprendizagem, os equipamentos, os ornamentos, os vestuários, os hábitos alimentares, e os discursos de celebração que os acompanham. O seu modo de abordagem da cultura passa pela ruptura com o etnocentrismo e sobre a superioridade suposta pela etnografia, sobre os grupos étnicos que observa. A aplicação desta perspectiva à nossa própria sociedade, desenvolvida e complexa, deste olhar da etno-sociologia, não deve fazer-se com a distância, a soberba e o sentimento de superioridade que o elitismo do cientista pode às vezes abranger. Esta perspectiva tem uma consequência teórica e metodológica imediata. Neste sentido, procura observar o praticante dos Desportos de Natureza, dentro do seu meio cultural, como homem total, com a mesma profundidade e o mesmo respeito que o antropólogo tem com os indígenas que estuda.

A disposição social das práticas e dos gostos desportivos

Pociello (1999) refere que, para poder lutar no combate social, para obter um lugar na sociedade, para fazer face a uma concorrência feroz que se manifesta, é necessário dispor de *armas sociais particulares*. Baseado nos trabalhos de Bourdieu, Pociello (1999) considera que existem, quatro tipos principais de recursos e competências a serem incluídos de forma eficaz nesta luta:

- O capital económico: abstracção objectivada através do indicador de rendimentos e de bens patrimoniais disponíveis, ou posto à disposição pelos pais;

- O capital cultural: observável pelo período de estudo e de diplomas obtidos. Pode ser adquirido no sistema escolar ou universitário, mas também pode ser herdado (como no capital antecedente), devido à integração num meio intelectual ou artístico muito rico. O capital cultural pode ser acumulado numa linha da família, por várias gerações, ocupando desta forma a mesma posição transmitida;

- O capital social: rede de relações sociais que estão disponíveis (já adquiridas pela família), que depois poderão ser desenvolvidos pessoalmente. É uma rede de relações, onde circula a credibilidade e confiança (exploráveis) e acompanhado pelo apoio, pela ajuda mútua e pela solidariedade que poderá mobilizar, sempre, em proveito próprio;

- O capital simbólico: ligado à fama e ao prestígio social que possa criar uma personalidade reveladora da concentração de energia social, captada, como por magia, sobre um público alargado. Cada celebridade da política e do desporto é capaz de cristalizar, sobre o seu nome, o seu capital de energia social, que é possível de transferir e de explorar nos domínios sociais, políticos, e profissionais, mais diversos. Actualmente, a presença dos meios de comunicação social representa também, compreensivelmente, um papel fundamental.

Tendo em conta essencialmente os dois primeiros tipos de capital (económico e cultural) definidos acima, Bourdieu e Saint-Martin (1976) dispuseram cada indivíduo (e o grupo a que pertence) sobre um espaço bidimensional, construindo assim o Espaço das Posições Sociais (EPS). Na vertical dispuseram o volume global de capital detido (expressão que poderia ser chamado, trivialmente, de bagagem). Na horizontal dispuseram a estruturação do capital a partir da perspectiva da relação entre capital cultural e capital económico detido (composição da bagagem).

Desta forma, é simples localizar as diversas actividades desportivas sobre este espaço, pela simples sobreposição, em função da regularidade dos dados

estatísticos que podem ser observadas, entre alguns tipos de desportos e alguns grupos sociais. Numa análise ao sistema dos desportos masculinos, Pociello (1981) construiu sob o EPS distingue as seguintes práticas:

i) As práticas de domínio energético concentram-se na parte inferior do espaço, enquanto as práticas informacionais estão concentradas na parte superior do espaço;

ii) A oposição entre um fenómeno de *motorização das práticas* (quadrante superior direito) de um outro que se designa de *ecologização das práticas* (quadrante superior esquerdo), que opõe o fenómeno ostentatório de consumo (característicos do maior capital económico) a um fenómeno de aproveitamento das fontes de energia naturais (característicos dos indivíduos com um maior capital cultural) respectivamente.

A estruturação social das modalidades de prática

Sob a mesma óptica, mas realçando a estruturação social das modalidades de prática, através da análise factorial de correspondências, entre a relação da estrutura das modalidades dos Desportos de Natureza como a canoagem, a prancha à vela e o voo livre, com a estrutura do seu recrutamento social, Pociello (1995) identificou três tipologias de praticantes: os competidores, os turistas e os puristas.

Os *competidores* são os mais jovens dos praticantes (17-20 anos), e atingem o mais alto nível de competência técnica no quadro restrito das competições federadas. Através de um importante investimento em tempo, energia, e sacrifício, tanto na actividade como na instituição, estes praticantes esperam algumas gratificações simbólicas e materiais directas. Eles são, mais ou menos, animados por um espírito de profissionalismo, através da gestão federada da sua carreira desportiva (monitorização, certificados do estado, treinadores, direcções técnicas regionais, etc.). Os seus equipamentos, fornecidos pelas marcas, são os mais avançados e os mais especializados. Mobilizados pelos calendários oficiais, são eles que tiram o maior rendimento dos seus equipamentos (velocidade, resistência, virtuosismo, etc.) graças às suas qualidades físicas e às suas extraordinárias proezas técnicas.

Os *turistas* têm uma prática voluntária em família, em locais menos vigorosos e mais fáceis para a prática. São os mais velhos (entre os 41-50 anos), diplomados e socialmente favorecidos na escala social. Escolhem os locais de evolução

desportiva em função dos seus interesses, e das características turísticas e culturais que esses locais apresentam. Quando realizam uma actividade, esta é necessariamente acompanhada por uma visita cultural. A contemplação do meio e das paisagens apresenta uma lenta evolução e um investimento cultural, estético e turístico da actividade. Com bastante reserva em relação à competição não são, todavia, insensíveis à prática de actividades exploradas por outros praticantes.

Os *puristas* são constituídos por antigos competidores (idades entre 31-40 anos) ou por bons praticantes, que possuem muito bom nível técnico. São eles que escolhem os locais mais difíceis das práticas e os modos mais difíceis de exploração aventureira. São os primeiros ocupantes dos espaços e hipersensíveis à sua capacidade. Ecologistas militantes, lutam contra o micro-poder e contra a diminuição dos espaços de prática (através das associações de defesa). Apresentam a nostalgia dos seus anos de ouro, que lhes ofereceram tanto o prestígio social de uma prática rara, como o júbilo dos conhecimentos adquiridos. São os depositários da memória e da cultura do meio.

Lefèvre (2004) ao analisar a estruturação social das práticas de alta montanha identificou oito ideais tipos de praticantes:

i) Alpinista topo de gama (10%): homem entre os 33-42 anos; de profissão liberal; com segunda casa perto do Monte Branco; muito interessado em desporto, actividades de lazer ambientais sofisticadas ou motorizadas; com tradição familiar de actividades de montanha; corridas prestigiadas de grande altitude (neve/mista) no verão, e expedições desafiadoras; recorre a guias em caso de subida difícil;

ii) Cliente de guia de montanha (9%): sexo masculino; 42 anos; director de empresa; não é muito adepto de desporto (caminhada/caça, manter a forma); alternância de actividades motorizadas e supervisionadas de luxo; *downhill* esqui; montanha de alta altitude apenas no verão com guia (muito pouco investimento pessoal); expedição comercial organizada nos Himalaias;

iii) Alpinista clássico (13%): homem com mais de 42 anos; professor ou profissão científica; adepto de desportos; variedade de montanhas de alta altitude durante todo o ano (investimento significativo exclusivamente em actividades de montanha); iniciador de alpinismo; rota de montanha (misto e manuseio de corda) *versus* actividades modernas; actividades no âmbito de associações;

iv) Entusiasta da escalada livre (21%): homem de 18-25 anos; estudante; extremamente interessado em desporto; experimenta uma grande variedade de

actividades de natureza; muito pouca experiência de montanhismo; essencialmente actividade de verão; todos os tipos de escalada livre (rocha, gelo e misto); novas formas de actividades; escalador forte, iniciador de escalada em rocha, competidor de escalada em rocha; com e sem ligação a uma organização;

v) Amador aventureiro (10%): do sexo masculino entre os 26-32 anos; gestor sénior ou engenheiro do sector privado; extremamente interessado em desporto (competição, desportos individuais); variedade de actividades de aventura (incluindo caminhadas de longa distância); iniciado no alpinismo (neve/misto, verão, cume do Monte Branco); escalador competente;

vi) Purista (9%): do sexo masculino entre 33-42 anos; profissão intermédia (professores e profissões similares); casa perto do Monte Branco; interessado em desporto; forte investimento em neve e desportos de montanha; bom nível de montanhismo (rocha, neve, gelo e misto) e escalada em rocha; compromisso ou exposição; escalada artificial; terreno de montanha; iniciador de uma actividade de montanha; com e sem ligação a uma organização;

vii) Caminheira (11%): mulher com mais de 42 anos; trabalhadora no escritório ou trabalhadora manual; não muito interessado em desporto (aulas de fitness, caminhadas, ciclismo); diferentes tipos de caminhadas (panorâmica, montanhas de média altitude, caminhadas em glaciar excepcionalmente no verão); organizada por associações;

viii) Profissional (17%), homem entre os 33-42 anos; profissional da montanha; casa próxima do Monte Branco; extremamente interessado em desportos de alto nível; actividades durante todo o ano em montanha ou alta montanha, mesmo motorizadas; todas as actividades de escalada incluindo as novas; apresenta o empenho e a comprometimento com o risco como um amador; homem prático e experiente.

2.5.2. OS DESPORTOS DE NATUREZA E A PERSPECTIVA DO *SERIOUS LEISURE*

Um outro olhar sobre a participação nos Desportos de Natureza é efectuado por Stebbins (2005a) que se refere à participação nestas actividades sob a perspectiva do *serious leisure*. Esta perspectiva corresponde a um quadro teórico que sintetiza três formas principais de lazer, mostrando ao mesmo tempo as suas características distintivas, semelhanças e inter-relações (Stebbins, 2007). O lazer é

definido nesta perspectiva como uma actividade não-coagida, encetada durante o tempo livre, que os indivíduos querem realizar no sentido de se satisfazerem ou de se preencherem (ou ambos), usando as suas habilidades e recursos para terem sucesso nessa mesma actividade (Stebbins, 2007). As três formas desta perspectiva são o *serious leisure* (lazer sério), o *casual leisure* (lazer casual) e o *project based leisure* (lazer baseado no projecto) (Stebbins, 2007):

a) O *serious leisure* é considerado como a procura sistemática de uma actividade profunda e duradoura, suficientemente substancial e interessante por natureza, que possibilite ao participante obter a sensação de que persegue uma carreira que adquira e expresse a combinação de habilidades específicas, conhecimentos, e de experiências que requerem um maior ou menor grau de perseverança (Stebbins, 2007). É tipicamente contrastante com o *casual leisure* ou *unserious leisure* (lazer não sério), que é consideravelmente menos substancial e não oferece o tipo de carreira descrito (Stebbins, 2005a). No entanto, não existe uma remuneração significativa; na verdade, normalmente não existe qualquer remuneração (Stebbins, 2007);

b) O *casual leisure* é definido como uma actividade do imediato, recompensável intrinsecamente, agradável e vivida num curto espaço de tempo, e que requer pouco ou nenhum treino especial para o apreciar (Stebbins, 1997);

c) O terceiro tipo de lazer que tem sido observado, o *project based leisure*, é definido como um comprometimento de curto prazo, moderadamente complicado, que tanto pode decorrer uma vez ou ocasionalmente (embora pouco frequente) (Stebbins, 2005b). É criativo e requer um planeamento, considerável esforço, e por vezes, habilidade ou conhecimento (Stebbins, 2005b). No entanto, este tipo de actividades não são desenvolvidas com um sentido de carreira (Davidson & Stebbins, 2011), não pertencendo por isso ao *serious leisure*, nem tencionam evoluir para tal (Stebbins, 2005b).

Stebbins (2007) descreve três tipos de *serious leisure*: *amateur* (amador), hobbyist (*hobbyista*), e *volunteer* (voluntário). Os *amadores* operaram no mesmo campo onde os profissionais trabalham, principalmente no campo da arte, do desporto, das ciências e do entretenimento (Stebbins, 2007). Os amadores estão inevitavelmente ligados, de forma ou de outra, aos seus homólogos profissionais, que se aglutinam, juntamente com o público que os dois grupos partilham, num sistema tripartido de relações e relacionamentos: o sistema profissionais-amadores-

público - PAP (Davidson & Stebbins, 2011). Um profissional é identificado e definido (economicamente) por aquele que é pago pela actividade em questão, o que realça a possibilidade de alguns amadores e *hobbyistas* começarem a retirar alguma fonte de rendimento (monetário) das suas actividades de lazer (Davidson & Stebbins, 2011). Alguns praticantes de actividades que se incluem nos Desportos de Natureza poderão ser considerados como amadores pois apresentam as características definidas por Stebbins. Um bom exemplo que ilustra esta tipologia são os praticantes de modalidades (e.g. *surf*) que participam em provas inscritas num quadro competitivo não profissional, de forma não remunerada (ou parcialmente remunerado através de prémios), mas que ambicionam entrar (ou entram mesmo) em circuitos competitivos profissionais (e.g campeonato do mundo de *surf*).

Aos *hobbyists* falta o *alter-ego* profissional dos amadores (não apresentam um equivalente profissional) embora, por vezes, tenham equivalentes comerciais, e pequenos públicos que se interessam pelo que fazem (Davidson & Stebbins, 2011). São classificados de acordo com cinco subtipos (Stebbins, 2007): coleccionadores, produtores e *tinkerers*; participantes em actividade não competitivas; competidores em grande parte dos desportos não profissionais; jogadores; e entusiastas de artes liberais. Muitas actividades dos Desportos de Natureza são incluídas nas actividades de participação não competitiva, onde se incluem, por exemplo, as actividades de pedestrianismo ou os passeios a cavalo. Mas também há *hobbies* que oferecem, em grande parte, desafios na natureza, que se integram no âmbito da prática da competição não formal, como as provas de BTT ou as competições de *kitesurf*.

Os voluntários ajudam outras pessoas de uma forma não coerciva, por uma combinação de razões pessoais e altruístas, de forma formal ou informal, sem nenhuma remuneração ou com um pagamento simbólico, em prol do benefício tanto de outras pessoas (fora da própria família) como deles próprios (Stebbins, 2007). Eles estão presentes em mais de uma dúzia de grandes áreas da vida da comunidade, e têm um contributo importante para o seu desenvolvimento, através do uso das suas valiosas habilidades, conhecimentos e experiência. As suas funções (e.g. apoio organizacional em eventos, etc.) são diferentes das do *casual volunteers* (voluntários ocasionais), que são também muito importantes, mas que realizam tarefas muito mais simples, como a distribuição de panfletos para a promover uma competição de BTT ou a venda de bilhetes para uma prova de canoagem.

Todo o *serious leisure* é definido por seis qualidades distintivas (Stebbins, 2007): a) a necessidade de ser perseverante em aprender, por exemplo, as técnicas de escalada, para ser um bom escalador; b) permitir encontrar uma carreira no desenrolar do *serious leisure*, formados através das suas próprias contingências especiais, pontos de inflexão e etapas de realização ou envolvimento; c) um esforço pessoal significativo, baseado no conhecimento especialmente adquirido, na formação, na experiência ou na habilidade e, às vezes, nesses quatro em simultâneo; d) foram identificados, até agora, vários benefícios duráveis ou resultados amplos do *serious leisure*, principalmente a partir de pesquisas sobre os *amadores*: autodesenvolvimento, auto enriquecimento, auto-expressão, regeneração ou renovação de si mesmo, sentimentos de realização, aumento da auto-imagem, interacção social e de pertença, e produtos físicos duradouros que advêm da actividade (e.g. uma pintura, artigo científico, ou um peça de mobiliário), e a auto-satisfação; e) o *ethos* único que cresce em torno de cada caso, cuja componente central é o mundo social especial em que os participantes prosseguem os seus interesses nos seus tempos livres; f) a sexta qualidade está ancorada ao redor das cinco qualidades anteriores - os participantes no *serious leisure* tendem a identificar-se fortemente com as actividades escolhidas. Estas seis qualidades têm sido comummente usado para separar o *serious* do *casual leisure*. Este procedimento é necessário quando se estuda uma actividade de lazer pela primeira vez, uma vez que não é sempre evidente no início, de se tratar de *serious*, *casual* ou *project-based leisure* (Stebbins, 2007).

Stebbins (1997) identificou inicialmente seis tipos de *casual leisure*: jogo, relaxamento (e.g. dormir, passear), entretenimento passivo (e.g. ver TV, ler livros, ouvir música), entretenimento activo (e.g. jogos de azar, *party games*), sociabilidade (e.g. conversação), e estimulação sensorial (sexo, comer, beber, passear). No entanto, mais recentemente foram incluídos mais dois tipos: *casual volunteer* (voluntariado casual), e actividade aeróbica agradável (e.g. aulas de aeróbica e acções de aeróbica realizadas individualmente por meio de programas televisivos ou gravados em vídeo) (Stebbins, 2009). Numa breve revisão dos tipos de *casual leisure*, Davidson e Stebbins (2011) referem que estes oito tipos de lazer partilham pelo menos uma característica central, que é o hedonismo: produzem um nível significativo de puro prazer, ou gozo, para aqueles que participam nelas, o que numa ampla linguagem coloquial, serviria como o termo científico para a prática de fazer o

que surge naturalmente. Neste sentido, algumas actividades dos Desportos de Natureza são, para alguns praticantes, actividades de *casual leisure*, pois o esforço e desafio são mínimos (Davidson & Stebbins, 2011). Isto acontece em situações em que os indivíduos participam uma ou duas vezes numa actividade, para terem uma experiência ou para dizerem que a realizaram.

O *project-based leisure* inclui dois tipos de projectos: *one shot projects* (projectos únicos) e *ocasional projects* (projectos ocasionais) (Stebbins, 2005b). Davidson e Stebbins (2011) referem que o *project-based leisure* define outra fronteira nas práticas dos Desportos de Natureza como um tipo de lazer. É possível realizar projectos em ambientes naturais, incluindo um fim-de-semana único a praticar alpinismo, ou uma semana a realizar uma travessia marítima em caiaque. Estes projectos pressupõem, por exemplo, uma reserva antecipada de alojamento, a poupança de dinheiro e a reserva de tempo (eventualmente férias) para a sua concretização. Um participante também pode ler sobre a montanha ou sobre a zona marítima, antes da ocasião. No entanto, tais projectos não são de *serious leisure*, pois não apresentam as características centrais descritas.

Numa investigação aplicada a três Desportos de Natureza - escalada, canoagem e *snowboard*, Stebbins (2005a) reúne muitos dos componentes essenciais das suas teorias, na perspectiva do *serious leisure*. Este trabalho de investigação baseia-se numa síntese dos interesses do autor nos lugares de diferentes tipos de lazer na vida contemporânea e nas atuais experiências reais de pessoas, cujas escolhas de estilo de vida as têm levado para as montanhas, por causa das possibilidades de aventura que estes desportos proporcionam (Beedie, 2008). De fundamental importância no trabalho é a dualidade entre o *serious* e o *casual leisure* e o conceito de estilo de vida e de *leisure careers* (carreiras de lazer) (Stebbins, 2005a). Beedie (2008) refere que Stebbins posiciona esta investigação na teoria e na pesquisa *meso estrutural,* o meio-termo entre a macro (institucional) e a micro (individualista) sociologia. Mas, ao mesmo tempo, Stebbins também se baseia em ideias sociopsicológicas, especialmente no conceito de *flow* de Csikszentmihalyi, permitindo que a amálgama deste conjunto de ideias teóricas seja posteriormente desenvolvida na parte empírica do trabalho (Beedie, 2008). A ambição desta investigação era usar essa estrutura para procurar respostas para o problema central do significado de *lifestyle balance* (equilíbrio do estilo de vida). A partir da tradicional perspectiva dos estudos de lazer, que refere que as nossas vidas

consistem em trabalho, lazer e numa área cinzenta indeterminada entre estes dois (tarefas domésticas e responsabilidades familiares, por exemplo), Stebbins (2005a), argumenta que, para a parte do lazer desta equação, podemos alcançar um *optimal leisure lifestyle* (estilo de vida de lazer ideal), através de um equilíbrio entre *casual* e *serious leisure*. Os resultados da investigação mostram uma exploração desse equilíbrio através da elaboração de dados de grupos de pessoas cujas vidas têm uma participação significativa no *serious leisure*, através do domínio do risco nas actividades desportivas acima enunciados. Estes praticantes são descritos como *hobbyistas* porque as suas escolhas de lazer são escolhas livres. O que eles têm em comum, para além do elemento risco, é a atracção pelos elementos naturais – água, rocha e neve, no ambiente de montanha.

Kane e Zink (2004) exploram a experiência complexa de canoístas num *tour* de aventura através dos atributos e qualidades do *serious leisure* de Stebbins. Estes autores referem que o *serious leisure* está relacionado com o conceito de *campo* de Bourdieu, ou mais descritivamente com uma forma de pensamento que fornece um quadro teórico adequado para a compreensão das experiências do turismo de aventura (Kane & Zink, 2004). Os resultados revelaram uma interpretação da experiência dos participantes e do seu entendimento da experiência que, apesar de imbuída nas imagens e na linguagem da aventura, é focada nos atributos do *serious leisure*, de desafio pessoal, *status* e sucesso seguro, concluindo que a experiência do pacote de um *tour* de aventura pode ser um marcador significante no desenvolvimento da carreira de *serious leisure* (Kane & Zink, 2004).

Green e Jones (2005) referem que os participantes em *serious leisure* estão geralmente altamente identificados com a subcultura da actividade escolhida. Estes autores argumentam que o turismo desportivo pode fornecer, consequentemente, aos participantes do *serious leisure* (Green & Jones, 2005): 1) uma forma de construir e/ou confirmar uma identidade de lazer; 2) uma hora e local para interagirem com outros, compartilhando o *ethos* da actividade; 3) um momento e lugar para desfilar e celebrar uma identidade social valorizada; 4) uma forma de promover uma carreira de lazer; 5) uma forma de sinalizar uma fase da carreira. Para estes, compreender o nexo do *serious leisure*, identidade social e subcultura, é uma forma de ser-se capaz de descrever e explicar a participação no que eles chamam de *serious sport tourism* (turismo desportivo sério) (Green & Jones, 2005).

Getz e McConnell (2011) aplicaram a teoria do *serious leisure* e do ego-envolvimento para procurar avançar teorias relativas ao *serious sport tourism*. Para o efeito analisaram os participantes no evento de BTT - *Trans Rockies Challenge*. Os participantes foram questionados, após o evento, sobre os motivos, o seu envolvimento no desporto, viagem relacionada com o evento, destinos e preferências sobre eventos. A análise revelou que a maioria dos entrevistados estava altamente envolvido no BTT competitivo, e foram motivados principalmente pelo autodesenvolvimento através do cumprimento de um desafio. Muitos respondentes também participam num grupo de outros eventos desportivos de competição que fornecem similares recompensas pessoais. Os resultados sugerem que muitos turistas desportivos sérios desenvolvem carreiras de viagem centradas em eventos competitivos. Um quadro hipotético para avaliar as seis dimensões de trajectórias de carreira da viagem de eventos é desenvolvido, levando a considerar as implicações práticas de gestão e necessidades de investigação (Getz & McConnell, 2011): i) motivação; ii) estilo da viagem; iii) frequência; iv) espacialidade; v) tipo de eventos; vi) critérios do destino.

2.5.3. OS DESPORTOS DE NATUREZA E AS TEORIAS DO RISCO

Do ponto de vista sociológico, a subárea da sociologia do risco tem estudado o fenómeno da participação voluntária em actividades de risco, onde podemos incluir algumas práticas dos Desportos de Natureza (alpinismo de alta montanha, canoagem de águas bravas, *skydiving*, etc.). Estas actividades são designadas por Lyng (1990) como *edgework* (trabalho no limite). Lyng (2005) refere que a participação neste tipo de actividades é, por um lado, uma forma radical de escapar às rotinas institucionais da vida contemporânea, e por outro uma especial e pura expressão da instituição central, dos imperativos culturais e das ordens sociais emergentes (Lyng, 2005). A estas duas abordagens estão associadas duas teorias denominadas de perspectiva da compensação e de perspectiva da adaptação (Breivik, 2010; Langseth, 2011). A primeira considera que correr riscos nas actividades desportivas é a reacção a uma sociedade excessivamente protectora e segura que pretende evitar o risco, enquanto a segunda vê o correr riscos como o resultado de uma sociedade com códigos culturais onde o correr de riscos é abraçado.

Tal como Langseth (2011) refere, estas duas perspectivas não são apresentadas de forma assim tão simples. Ele argumenta que ao serem apresentadas neste formato, as duas perspectivas são condensadas, permitindo uma melhor compreensão sobre as contradições basilares que fundamentam as suas assunções socio-filosóficas entre actores, sociedade e desejo, demonstrando que estes modelos abstractos pertencem às duas escolas dominantes do pensamento sobre o discurso sociológico do risco, interpretando a modernidade de duas formas completamente distintas.

Através da perspectiva da compensação, a modernidade é principalmente entendida de acordo com as críticas dos sociólogos clássicos (Langseth, 2011): a compreensão de Marx de alienação e exploração, e o foco de Weber na expansão da racionalidade formal (*a jaula de ferro*), e a conseguinte perda de sentido, pode ser vista como um indicativo da percepção da modernidade. Deste ponto de vista, a modernidade faz com que os seres humanos sejam incapazes de expressar algumas das suas características. Argumenta-se, sob esta perspectiva, que os Desportos de Natureza, enquanto actividades de risco, surgem como uma forma de quebrar com estes constrangimentos, oferecendo uma vida mais colorida e excitante (Langseth, 2011). O panorama da perspectiva da adaptação está, por contraste, enraizado em estudiosos cuja matriz é a modernidade tardia ou reflexiva (Langseth, 2011). Beck, Giddens e Lash (1994), por exemplo, interpretam a modernidade cuja individualização e a quebra dos constrangimentos estruturais se tornam o centro da questão, e onde os projectos de vida individuais se tornam empreendimentos reflexivos pelo qual as pessoas têm que escolher, activamente, como se exibir. A participação nos Desportos de Natureza torna-se, sob esta perspectiva, um sinal particularmente da procura de quem se é (Langseth, 2011). Assim, a perspectiva da compensação compreende a participação em actividades de risco, como o quebrar com os valores da modernidade, enquanto a perspectiva da adaptação vê o mesmo fenómeno como seguindo os valores da modernidade (reflexiva/tardia).

Claro que tanto os sociólogos clássicos (Marx e Weber), como contemporâneos (Beck, Giddens e Lash), estão conscientes da complexidade da modernidade (Langseth, 2011). Weber, por exemplo, viu várias vantagens da modernidade em comparação com os modos anteriores de organização social. No entanto, foram os problemas levantados pela modernidade que mais caracterizaram o trabalho desses sociólogos clássicos. Beck, Giddens e Lash (1994), embora

focando a modernidade como um processo de libertação das fronteiras sociais como a classe, também sustentam este processo que é, em si mesmo, constrangedor da procura constante das pessoas para tomarem escolhas e de serem responsáveis pela escolhas feitas.

Um estudioso que tornou a complexidade da modernidade uma questão central na sua teorização foi Peter Wagner (Langseth, 2011). De acordo com a sociologia histórica de Wagner (1994), a modernidade contêm a ambiguidade da liberdade e da disciplina. Um discurso sobre a libertação está interligado com o discurso da disciplinação. Inerente na modernidade é tanto a crença na luta pela autonomia individual, como a institucionalização da disciplinação do indivíduo. Estas duas ideias, de acordo com Wagner (1994), coexistem na história da modernidade. Em algumas fases da modernidade, a disciplina tem sido acentuada, noutras, tem sido a autonomia pessoal e a liberdade.

Perspectiva da compensação

De acordo com Langseth (2011), o que está conceptualizado como perspectiva da compensação é uma teoria colectiva que enfatiza o facto da sociedade moderna estar excessivamente preocupada com a segurança e com o evitar do risco, constrangendo assim o comportamento dos indivíduos. Esta perspectiva considera a tomada voluntária de risco como uma profunda necessidade de compensação a uma vida altamente rotinizada, regulada, aborrecida e demasiado segura, onde diversos constrangimentos sociais inerentes à modernidade são apresentados como forças que empurram os actores para a participação em desportos de risco (Langseth, 2011), entre os quais os Desportos de Natureza.

Vários trabalhos empíricos foram desenvolvidos atestando este pensamento, e oferecendo diferentes leituras. Os trabalhos mais proeminentes sobre a tomada voluntária de risco são os desenvolvidos sob o âmbito do e*dgework*. As actividades que se enquadram neste conceito apresentam uma característica fulcral que é o facto de em todas elas estar presente uma clara ameaça ao bem-estar físico ou mental, e inclusive a ameaça de morte ou de dano (Pereira A. L., 2009). Ao desenvolver o conceito de e*dgework*, Lyng (1990) salienta que as capacidades relevantes dos *edgeworkers* são essencialmente de natureza cognitiva – uma forma especial de controlo mental sobre situações limite. Lyng (2005) argumenta que na

vida diária onde a maior parte das nossas acções são reguladas por instituições burocráticas, pouca coisa resta para as emoções profundas, e que os actores sentem que estão a ser roubados das suas escolhas individuais e empurrados por forças não identificadas.

Nesta óptica, os Desportos de Natureza permitem experienciar intensas sensações de autodeterminação e controlo, providenciando um escape das condições estruturais, e suportando a alienação definida por Marx, e *oversocialization* (excessiva socialização) referida por Mead (Lyng, 1990). É uma forma de lidar com a alienação sentida no trabalho burocrático da vida diária (Lyng, 1990), que permite sentir uma sensação de autonomia pessoal nas acções, onde os comportamentos não são constrangidos pelas normas estruturais do seu ambiente social, ou seja, permitem experienciar o sentimento de controlo sobre situações que a maioria das pessoas consideraria como totalmente incontroláveis (Pereira A. L., 2009). É o que Milovanovic (2005) refere como sendo a resposta às fronteiras impostas pela sociedade. No fundo, esta é a capacidade que os *edgeworkers* acreditam ser a determinante do sucesso ou fracasso na negociação do limite (Lyng, 1990), a exploração do *edge* por assim dizer (Lyng, 2005). Esta ideia vai ao encontro do argumento de Weber (Weber M. , 2001) sobre o desejo de encontrar espaços privados e de autonomia face à crescente racionalização da sociedade moderna, procurando encontrar e experimentar alguma autonomia e algum (re)encantamento. O cultivo da tomada de risco, neste contexto, é visto como algo que providencia uma oportunidade para os indivíduos colocarem em prática a sua coragem, de controlar o medo, de provar algo a si próprios (Pereira A. L., 2009), o que lhes permite viver com a sensação de *agência pessoal* (Rojek, 2000).

Outra teoria que reflecte a ideia da compensação é a compreensão do *processo civilizacional* de Elias (1989). Esta teoria refere que através da modernidade, os afectos têm sido crescentemente suprimidos pelas normas sociais e pelos códigos de conduta, levando à disciplinação dos impulsos e desejos humanos, criando uma tensão incessante entre impulsos interiores e o controlo exigido socialmente (Elias, 1989). Neste sentido, uma das poucas *arenas* onde é legítimo mostrar excitação nos dias de hoje é através das actividades de lazer (Elias & Dunning, 1992), como os Desportos de Natureza. A busca da excitação pode ser visto, portanto, como uma imitação moderna do desejo natural que existia nas sociedades anteriores onde as condutas não eram (tão) reguladas ou constrangidas

(Elias & Dunning, 1992). Os Desportos de Natureza podem ser vistos, desta forma, como *válvulas de escape* onde os constrangimentos sociais que usualmente controlam os comportamentos dos indivíduos são normalmente aliviados (Langseth, 2011), e onde os participantes podem ser colocados em contacto com sensações e emoções que geralmente não encontram no seu dia-a-dia (Holyfield, Jonas, & Zajicek, 2005). Os praticantes dos Desportos de Natureza procuram, segundo esta ideia, uma fuga ao seu quotidiano, ou seja o que é definido como evasão (Levinas, 2001), ou aventura (Simmel, 1959), expressando uma ruptura com o quotidiano da vida moderna sob o ponto de vista da experiência corporal.

Os Desportos de Natureza podem ser considerados, também, como elementos de contracultura, pois, estes são vistos como opositores aos valores tradicionais da sociedade moderna, inclusive de desafio às *estruturas patriarcais* (Midol & Broyer, 1995), onde os grupos de praticantes destas actividades ousam praticar comportamentos transgressivos que dão origem a novos valores sociais. Esta tentativa de afirmar uma identidade, de romper com o anonimato, em protesto contra as conformidades e os adestramentos da sociedade que o agastam, poder ser considerada como uma forma de protesto, ou mesmo de transgressão (Pereira A. L., 2009). É neste sentido que Lewis (2004) refere que a escalada é, assim como muitos dos Desportos de Natureza, mais do que uma tentativa de escape da vida na modernidade, é uma forma de criticar a vida diária moderna.

Os Desportos de Natureza podem constituir, também, um desafio contra a procura sistemática da segurança ontológica, quanto mais não seja porque desafiam a morte. Este confronto com a morte pode ser real, no caso dos alpinistas de alta montanha (Pereira A. L., 2009), ou simulada. Nesta última perspectiva, os Desportos de Natureza, entre muitas outras actividades, surgem como a necessidade de conceber formas que possibilitem a representação da morte, face à concepção moderna de a encarar (Shilling, 2003), que pode ser entendida na perspectiva da função mimética do lazer a que se referem Elias e Dunning (1992), ou do jogo simbólico com a morte referido por Le Breton (2000).

Perspectiva da adaptação

Enquanto a perspectiva da compensação vê a procura pelas actividades de risco como uma forma de escape na modernidade, a perspectiva da adaptação vê o mesmo fenómeno como uma forma de se comportar de acordo com os imperativos

culturais da sociedade pós-moderna (Langseth, 2011). Nas sociedades pré-modernas os riscos são encarados como situações perigosas relacionadas com a natureza (e.g. desastres, doenças, etc.), violência (e.g. roubos, guerras, etc.) e forças religiosas (e.g. forças diabólicas, condenação, etc.) (Breivik, 2010). Nas sociedades pós-industriais o perfil do risco mudou, resultado dos processos industriais e sociais. Este tornou-se mais intenso e abrangente (e.g. guerra nuclear) e também mais imprevisível (e.g. crise financeira, desemprego, etc.), e sob a circunstância em que novos riscos ocultos são continuamente expostos e dramaticamente retratados pelos meios de comunicação social, o individuo tem que decidir qual é a melhor resposta (Breivik, 2010).

Os riscos negativos incontroláveis podem ser, contudo, contrabalançados por formas positivas de risco com as quais podemos lidar. A partir desta perspectiva, os Desportos de Natureza podem ser uma arena onde podemos testar as nossas capacidades físicas e mentais quando confrontados com situações de risco. Giddens (1997) considera que as situações mais exigentes são aquelas que nos momentos decisivos levam a consequentes mudanças. Momentos fatídicos são encontrados em situações de tomada de risco individual onde se pode influenciar o resultado usando as nossas capacidades, coragem e vontade.

A alegria e a emoção na tomada de risco é resultado de 3 factores (Breivik, 2010): 1) consciência do risco; 2) exposição voluntaria ao risco; 3) confiança de que possui as capacidades necessárias para lidar com o risco. A escolha individual da arena do risco e o tipo de risco é uma parte importante do clima do risco na pós-modernidade. A autoconstrução significa que podemos subir a uma montanha muito elevada (acima dos 5000 metros) apesar do aumento do risco de acidente. Giddens (1997) chama a isso de *risco cultivado*. Este conceito apresenta dois elementos fundamentais (Giddens, 1997): 1) o primeiro assinala um corte activo com algumas formas de risco; 2) o segundo cultiva o risco através de formas sociais e valores culturais. No final, isso significa que no plano de vida de alguns é incluído um pacote de risco que resulta na sua escolha de estilo de vida. Os Desportos de Natureza são arenas onde o projecto de vida (arriscado) moderno pode ser encenado de uma forma clara e compreensível (Breivik, 2010).

Palmer (2004) refere que, outrora marginalizadas, estas actividades são agora incorporadas no domínio público, pois, com as mudanças culturais, cada vez

mais pessoas se tornaram *adventure seekers* (procuradores de aventura), cuja participação se torna, portanto, num marcador de experiências de um estilo de vida.

Kusz (2004) refere que a aprovação dos meios de comunicação social oficiais, em relação aos desportos extremos, deve ser visto como um símbolo do ideal americano onde o individualismo, a autoconfiança e a tomada de risco são estágios centrais. Estes ideais não são, particularmente, exclusivos dos EUA, e podem ser vistos como ideias centrais nas fases tardias da modernidade (Langseth, 2011).

Numa análise relacionada com os praticantes de escalada em rocha, Beedie (2007) vê o desporto como uma expressão da valorização da liberdade individual na modernidade. Na mesma linha de pensamento, Crosset e Beal (1997) referem que os desportos de risco não devem ser vistos como excedendo os valores da modernidade, mas sim como actividades que celebram os valores inerentes na modernidade tardia, como o individualismo e a realização individual. Como Goffman (1967) refere, não são os contabilistas e os funcionários que são admirados pela sociedade, pelo contrário, as pessoas têm enorme respeito por aqueles que apresentam conquistas individuais e coragem, como os alpinistas de alta montanha, e os velejadores a solo numa volta ao Mundo. Através da perspectiva do modelo da adaptação, o *ethos* dos Desportos de Natureza corresponde ao código cultural da modernidade tardia. É visto como uma extensão da modernidade ao invés de transcender essa realidade. Abramson e Fletcher (2007) referem que a expansão da escalada em rocha nos últimos anos é vista, com maior incidência, como uma extensão física e simbólica dos esforços para angariar o valor do prometido futuro humano – através da absorção do risco, da dor e autoconfiança no imediato – do que como um rebelde abandono do mesmo presente social. Através da perspectiva da adaptação, o tomador de risco personifica os valores da modernidade (tardia), como o individualismo, a autenticidade, a criatividade, a espontaneidade, o anti convencionalismo, a flexibilidade, a auto-realização e a procura para uma vida interessante e excitante. A perspectiva adaptativa afirma que os imperativos culturais levam os actores a gravitar através da participação em desportos de risco. Duas forças interconectadas são reconhecidas através desta perspectiva: a individualização e o abraçar do risco.

2.5.4. MOTIVAÇÕES, PREFERÊNCIAS E CONSTRANGIMENTOS À PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Os estudos da motivação resultaram essencialmente das investigações sobre as necessidades humanas desenvolvidas por Maslow (1943; 1954) e Csikszentmihalyi (1975), e foram progressivamente adoptadas para as actividades recreativas na natureza. A investigação relacionada com as motivações para a procura de actividades recreativas na natureza foram abundante durante os anos 1960s, apesar de geralmente limitadas a uma descrição da participação em actividades específicas, tais como a canoagem ou o campismo (Tarrant, Bright, Smith, & Cordell, 1999). Diversos investigadores começaram a explorar a natureza teórica das motivações durante os anos 1960s (Burch, 1969) e 1970s (Hendee, 1974), embora os estudos mais abrangentes sobre a motivação para a prática das actividades recreativas na natureza tenham sido realizados por Driver e pelos seus colaboradores (Driver & Brown, 1978; Driver & Knopf, 1976; Driver & Tocher, 1970). Estas investigações tiveram inicialmente uma abordagem centrada no resultado da actividade e não na actividade em si, o que levou Driver (1977) a considerar a motivação como o resultado psicológico desejado e esperado na participação em actividades recreativas. Segundo esta perspectiva, os participantes nas actividades recreativas na natureza apresentam um comportamento específico que advém da percepção dos resultados desse mesmo comportamento. Assim, as motivações são referidas como as consequências (Driver & Knopf, 1976), e os resultados psicológicos (Driver & Brown, 1978) desejados.

O significado da motivação teve também um enfoque relacionado com a expectativa dos praticantes sobre as condições que iriam encontrar, ou as expectativas da sua experiência na realização das actividades (Schreyer & Rogenbuck, 1978). A importância de estudar as motivações nas actividades de recreação na natureza está relacionada com o seu potencial para influenciar a satisfação das necessidades individuais, preferências, expectativas e/ou resultados desejados (Tarrant, Bright, Smith, & Cordell, 1999).

Os trabalhos de Driver (1977) conduziram à elaboração de escalas psicométricas que podem ser usadas para medir as dimensões da experiência recreativa dos indivíduos, e que se tornaram conhecidas como a *Recreation Experience Preference* (REP) (Escala de Preferências da Experiência de Recreação). O pressuposto básico da utilização destas escalas está relacionado

com o facto de vários itens da escala se correlacionam de forma a fornecer informações sobre um amplo domínio da preferência da experiência. Tarrant, Bright, Smith, e Cordell (1999) dão o exemplo da obtenção de informações sobre a extensão na qual um indivíduo valoriza o *escape da pressão física* em actividades de recreação na natureza, que requer a determinação da importância de vários itens correlacionados, criados para medir as necessidades: a) de tranquilidade; b) de privacidade; c) de escapar às multidões; d) de libertar o *stress* físico.

Os primeiros trabalhos empíricos da motivação focaram-se (Manfredo, Driver, & Tarrant, 1996): a) na descrição da preferência da experiência recreativa em várias actividades; b) na identificação dos diferentes tipos de experiências desenvolvidas por diferentes praticantes na mesma actividade; c) em estabelecer uma relação entre o ambiente e as preferências de lazer; d) em identificar a relação entre as condições de não-lazer e as preferências nas experiências recreativas; e) na exploração da relação entre a preferência da experiência e as características do sujeito; f) no desenvolvimento metodológico da escala REP.

No entanto, alguns investigadores questionaram a validade destas escalas (Williams, Schreyer, & Knopf, 1990), referindo que a extensão dos itens específicos que se correlacionavam entre eles diferia, dependendo da experiência passada dos indivíduos. Para solucionar as questões levantadas sobre a validade destas escalas, Manfredo, Driver e Tarrant (1996) conduziram um meta-análise da estrutura das escalas REP, analisando os resultados dos 36 diferentes estudos que tinham aplicado essas escalas, aplicando a análise factorial confirmatória sobre elas. A análise sugere que os 19 domínios gerais e os 41 itens da escala são únicos e significativos para descrever as motivações da maioria dos indivíduos que participam em actividades de recreação na natureza, incluindo factores como o reforço da auto-imagem, a exploração, autonomia, introspecção, e união, que não são geralmente associados ao conceito de recreação, mas que, no entanto, são importantes para a sua compreensão.

A soma das motivações pessoais quantifica a preferência pela experiência recreativa. As escalas de REP podem, portanto, ser usadas numa variedade de formas, dependendo de como são redigidas e administradas (Tarrant, Bright, Smith, & Cordell, 1999): a) se administrada imediatamente antes de uma actividade, testam o que motiva os participantes a participar nessa actividade específica; se administrada imediatamente após uma actividade testam a obtenção de preferências

ou de satisfação; b) se administrados meses após as actividades ou sem uma actividade específica em mente, testam as preferências para a recreação em geral.

Chazaud (2004) agrupa as motivações para a prática do turismo e do lazer desportivo na natureza em seis principais categorias:

1. Para estar em contacto com a natureza; para apreciar a natureza e a paisagem; para defender o ambiente;

2. Para ter novas experiências/sensações de aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova;

3. Para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona;

4. Por recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ou melhor a condição física; para relaxar/ quebrar com a rotina do dia-a-dia;

5. Para estar envolvido numa competição desportiva;

6. Para visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património.

Existem muitos obstáculos na investigação sobre a participação nas actividades recreativas na natureza. As motivações por si só não explicam a participação nestas actividades (assim como noutras actividades recreativas) porque determinados factores parecem negar as motivações individuais e a capacidade de participar nestas actividades. Esses factores são geralmente designados de constrangimentos (ou restrições). Jackson (1988) definiu os constrangimentos como factores que podem inibir a participação em actividades ou limitar a satisfação na participação. Os constrangimentos de lazer são também definidos como barreiras, obstáculos, ou factores inibidores, percebidos ou reais, que influenciam a participação de um indivíduo, a frequência, a intensidade, a duração, a qualidade, a preferência, ou a liberdade de escolha numa actividade de lazer (Goodale & Witt, 1998).

Jackson (2000; 2005b) refere que a investigação sobre os constrangimentos para o lazer tem como objectivo investigar os factores que são assumidos pelos investigadores e/ou percebidos pelos indivíduos que limitam a formação de preferências de lazer e/ou inibem ou proíbem a participação e divertimento no lazer. Existem três justificações gerais para a investigação sobre os constrangimentos para o lazer (Jackson, 2005b): i) é requerida a investigação de todos os factores que influenciam a escolha, tanto positivos (e.g. motivações, benefícios antecipados)

como negativos (e.g. constrangimentos), para compreender a escolha e o comportamento individual. Neste sentido, os estudos sobre os constrangimentos podem ajudar a explicar porque é que as relações observadas entre valores e atitudes, preferências de lazer, e o evidente comportamento de lazer apresentam uma relação frequentemente ténue; ii) para contribuir para a geração de novos conhecimentos em aspectos sobre o lazer que se pensavam que eram bem conhecidos, como a participação, motivação, satisfação, e conflitos na recreação e no lazer; iii) por ser um dispositivo útil para atingir a comunicação entre académicos com experiências disciplinares, interesses actuais, e orientações metodológicas divergentes, tornando-se numa espécie de *esperanto* conceptual.

As investigações sobre os constrangimentos na participação em actividades recreativas surgem, pelo menos, nos anos 1960s com a *United States Outdoor Recreation Resources Review Commission* (ORRRC) (Comissão de Revisão dos Recursos de Recreação Outdoor dos Estados Unidos) (Goodale & Witt, 1998; Jackson & Scott, 1999). No entanto, a investigação sistemática sobre os constrangimentos de lazer, como uma subárea de investigação do lazer, surgiu com algumas publicações chave nos anos 1980s (Jackson, 2005b), embora estas investigações tenham sido meramente descritivas e não explicativas, e com pouco desenvolvimento teórico (Stockdale, 1989; Walker & Virden, 2005). Consequentemente, os investigadores tendiam a fazer determinadas suposições sobre os constrangimentos, e sobre o seu impacto na recreação e no lazer dos indivíduos (Jackson, 2005b). Nesta perspectiva, Jackson (1993) identificou seis dimensões de restrições que parecem ser comuns a diferentes contextos: a) isolamento social: características que envolvem a interacção entre pessoas; b) acessibilidade: falta ou acesso limitado a transportes; c) razões pessoais: representam as habilidades ou motivações individuais; d) custo: custos da experiência ou custos do equipamento; e) tempo: refere-se a níveis de intensidade da participação; f) instalações: massificação e manutenção.

O trabalho de Crawford e Godbey (1987) apresentou uma das teorias mais marcantes neste campo. Estes investigadores apresentaram um modelo que categoriza os constrangimentos em três tipologias (Crawford & Godbey, 1987): a) os factores intrapessoais - definidos como as qualidades psicológicas individuais que afectam o desenvolvimento das preferências de lazer (e.g. medo de ficar ferido na escalada em rocha); b) factores interpessoais - definidos como os factores sociais

que afectam o desenvolvimento das preferências de lazer (e.g. falta de companhia para escalar); c) os factores estruturais - definidos como os factores que intervêm entre o desenvolvimento das preferências de lazer e a participação (e.g. falta de dinheiro para comprar o equipamento necessário para escalar). Na óptica de Jackson (2005b), este trabalho trouxe duas grandes contribuições para o campo dos constrangimentos de lazer: i) o primeiro contributo está relacionado com o facto de os constrangimentos afectarem não só a participação e a não participação, mas também as preferências; ii) o segundo está relacionado com a ampliação da gama de constrangimentos que podem ser reconhecidos como afectando o comportamento no lazer, em especial os factores estruturais.

Estendendo essa linha de pensamento, Crawford, Jackson e Godbey (1991) apresentaram um modelo hierárquico de importância dos constrangimentos de lazer, dos mais próximos (intrapessoais) para os mais distantes (estruturais). Este modelo sugere que os factores intrapessoais e interpessoais influenciam as preferências de lazer e que os factores estruturais intervêm entre as preferências e a participação.

Assumindo que grande parte da investigação sobre os constrangimentos, no passado, era baseada numa concepção de constrangimentos como obstáculos intransponíveis que levam à não participação no lazer, Jackson, Crawford e Godbey (1993) elaboraram uma visão alternativa sobre as restrições à participação no lazer, que designaram de *constraint negotiation* (negociação dos constrangimentos). Esta visão sobre os constrangimentos é usada para explicar a forma como os indivíduos superam os efeitos das restrições para participar em determinado tipo de actividades de lazer (Jackson, Crawford, & Godbey, 1993; Kay & Jackson, 1991; Scott, 1991), partindo da preposição central de que a participação no lazer é dependente não da ausência dos constrangimentos mas na negociação dos mesmos (Jackson, Crawford, & Godbey, 1993). Considerando as estratégias de negociação que facilitam o desenvolvimento de actividades de lazer, Jackson, Crawford e Godbey (1993) tiveram em conta o relativo sucesso na negociação dos constrangimentos, as interacções entre os diferentes tipos de constrangimentos, e o equilíbrio entre os constrangimentos e motivações.

Deste estudo sobressaem três tipologias de indivíduos no que diz respeito às suas respostas quanto aos constrangimentos (Jackson, Crawford, & Godbey, 1993): a) indivíduos que não participam nas suas actividades desejadas (resposta reactiva); b) indivíduos que, apesar de experienciar constrangimentos, não reduzem ou de

outro modo mudam a sua participação (resposta proactiva de sucesso); e c) indivíduos que participam mas de uma forma alterada (resposta proactiva de sucesso parcial).

Embora estas tipologias conceptuais tenham sido baseadas em especulações, Jackson (2005b) refere que este modelo tem sido suportado em estudos qualitativos, como por exemplo o trabalho de Henderson, Bedini, Hecht e Schuler (1995), cujos grupos são referidos respectivamente como, respondentes passivos, empreendedores e tentadores.

Jackson e Scott (1999) formaram, mais tarde, um modelo de constrangimentos de lazer, indicando a inter-relação entre motivações, constrangimentos e preferências. Este modelo descreve o envolvimento da negociação das restrições na formação de preferências de lazer, a decisão de participar, a participação real, e a avaliação. A inclusão da avaliação deste modelo destaca a natureza dinâmica e cíclica das motivações e restrições. Uma vez que as motivações são os benefícios esperados de participação, a avaliação dos benefícios actuais após a participação pode levar a uma modificação das motivações, assim como as restrições e a negociação das restrições podem igualmente mudar com o resultado da avaliação da experiência (Jackson & Scott, 1999).

Recentemente surgiram avanços na teoria e nos métodos de investigação dos constrangimentos de lazer, colocando a negociação num contexto amplo do comportamento de lazer, explorando as relações entre os constrangimentos e outros conceitos através da análise multivariada (White, 2008). Na senda destes trabalhos, uma das mais inovadoras e profícuas linhas de estudo dos constrangimentos de lazer está a ser conduzido por Mannell e colaboradores (Hubbard & Mannell, 2001; Loucks-Atkinson & Mannell, 2007; Mannell & Loucks-Atkinson, 2005). Usando a modelação de equação estrutural nos testes empíricos de modelos alternativos de negociação de constrangimentos de lazer, estes investigadores contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre a forma de como os constrangimentos operam na vida dos indivíduos, e de como estes interagem com outras variáveis importantes, como as preferência e a motivação (Jackson, 2005b). Nesta linha, Hubbard e Mannell (2001) utilizaram a análise factorial confirmatória e a equação estrutural para analisar quatro modelos concorrentes do processo de negociação dos constrangimentos. Nesse trabalho foi encontrado um suporte para um modelo de constrangimento-efeito-mitigação, evidenciando a não existência de uma relação

directa entre motivação e os constrangimentos percebidos. Este estudo atesta também a forte relação entre a motivação e a participação, através da influência positiva nos esforços de negociação dos constrangimentos.

A ideia de que a auto-eficácia pode fornecer esclarecimentos adicionais sobre o processo de negociação dos constrangimentos (Henderson, Bedini, Hecht, & Schuler, 1995; Hubbard & Mannell, 2001) encaminhou a extensão da investigação nesta área para um modelo baseado na teoria social cognitiva, e para a incorporação de um constructo de negociação-eficácia, por parte de Loucks-Atkinson e Mannell (2007). Na mesma linha teórica e metodológica, White (2008) estendeu as investigações prévias de Mannell e colaboradores (Hubbard & Mannell, 2001; Loucks-Atkinson & Mannell, 2007), conduzindo um teste empírico de um modelo conceptual de negociação dos constrangimentos no contexto da recreação na natureza. O modelo propõe que a motivação é directa e positivamente relacionada com a participação nas actividades de recreação na natureza, e que a influência positiva da motivação é neutralizada pela influência negativa dos constrangimentos. Este modelo sugere também que essas relações tendem a ser influenciadas pelos esforços para negociar: a uma maior motivação para participar nas actividades de recreação na natureza é susceptível de encorajar o uso de estratégias de negociação e de recursos para superar as limitações. A experiência nos constrangimentos, no entanto, tem também um impacto indirecto positivo na participação de desencadear ou activar os esforços de negociação: a eficácia na negociação incentiva a motivação, diminui a percepção das limitações, e incentiva a utilização dos esforços de negociação, tendo assim uma influência indirecta positiva sobre a participação.

Baseado na ideia de que os constrangimentos para a recreação e lazer não são distribuídos de igual forma na sociedade, alguns autores (Jackson & Henderson, 1995; Johnson, Bowker, & Cordell, 2001) demonstram que as características sociodemográficas (factores de nível macro) desempenham um papel importante na prevalência e no grau dos constrangimentos, e podem ter um peso superior em pessoas que se inserem em grupos não dominantes (Henderson & Hickerson, 2007). Nesta linha de pensamento, alguns autores associam os constrangimentos para a recreação e lazer para descrever os vários sistemas de desigualdade, considerando a forma como múltiplas identidades, como o género, a raça, a classe

social e a residência, interagem e influenciam as preferências e os constrangimentos de lazer (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001; Virden & Walker, 1999).

De acordo com essa perspectiva, surge uma corrente teórica designada de *estratificação hierárquica múltipla*, que é baseada na ideia de que cada pessoa tem uma posição ou *status* na sociedade (Shores, Scott, & Floyd, 2007). Embora conceptualmente ligada a outras teorias sociológicas, como a característica de *status* e as teorias sociais estruturais, a estratificação hierárquica múltipla desenvolveu-se como uma perspectiva teórica distinta (Shores, Scott, & Floyd, 2007). De acordo como Markides, Liang e Jackson (1990), esta perspectiva é desenvolvida para entender como as múltiplas desvantagens de *status* comprometem o acesso a uma série de serviços públicos, incluindo os recursos de lazer. A teoria da estratificação hierarquia múltipla apresenta, de acordo com Shores, Scott e Floyd (2007), um modelo que evidencia no extremo inferior da hierarquia da estratificação, as mulheres mais velhas, que são pobres e membros de um grupo minoritário, que apresentam o maior número de constrangimentos de acesso ao serviço, enquanto no polo oposto, no nível superior da hierarquia, surgem os jovens homens brancos e ricos, que encontram o menor número de constrangimentos no acesso ao lazer.

Walker e Virden (2005) apresentaram um modelo que mostra que os factores de nível micro (traços de personalidade, necessidades humanas, atitudes e crenças, etc.) e de nível macro (raça, género, forças culturais, forças socioeconómicas, etc.), conjugados com a motivação, têm um efeito cumulativo nas preferências de lazer. Para além do mais, Walker e Virden (2005) apresentam uma classificação dos constrangimentos específicos para o estudo da recreação na natureza, propondo uma taxonomia dividida em quatro constrangimentos estruturais: 1) constrangimentos estruturais do ambiente natural; 2) constrangimentos estruturais do ambiente social; 3) constrangimentos estruturais territoriais; 4) constrangimentos estruturais institucionais.

Tal como os resultados evidenciados nas investigações sobre as motivações, os resultados dos constrangimentos para as práticas da recreação *outdoor* também variaram significativamente, dependendo das características dos participantes tais como a etnia, classe social, localização e actividade (USDA, 1999). Por exemplo, as pessoas pobres dos centros urbanos consideraram a falta de dinheiro e de transporte como os principais constrangimentos, e as pessoas com deficiências

físicas consideraram a saúde individual e a acessibilidade inadequada como os maiores constrangimentos para a prática de actividades recreativas na natureza (USDA, 1999).

O género aparece também como um factor determinante para a realização destas actividades (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001). A este respeito Rojek (1985) refere que as mulheres experimentam um conjunto único de barreiras que não são tão evidentes nos homens, e que se referem tanto à estrutura do papel sexual imposta às mulheres como pelas preocupações que estas apresentam enquanto objecto sexual, numa sociedade patriarcalista de domínio masculino. A vida da mulher é estruturada para que esta preste mais atenção aos outros do que a si própria (Henderson & Dialeschkia, 1991). O significado que é atribuído a ser esposa, mãe, filha, mulher solteira, ou senhora mais velha, faz com que a mulher dê maior prioridade ao garantir o tempo e as actividades de lazer da família (do marido e dos filhos) do que ao seu próprio tempo de lazer, criando uma desigualdade natural no lazer da mulher que não pode ser facilmente descartado (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001). A mulher tende a negar a oportunidade de se envolver em actividades *outdoor* e noutros tipos de lazer (e durante o processo sentem que são constrangidas), por causa das responsabilidades familiares, em particular pelo seu papel enquanto cuidadora (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001). Nesta perspectiva, as mulheres são mais propensas do que os homens a pensar que não têm direito ao lazer, e esta crença coloca uma forte limitação na sua construção do tempo para o lazer e nas suas atitudes em relação ao lazer (Henderson & Dialeschkia, 1991).

Outra tendência importante na investigação sobre os constrangimentos nas práticas das actividades recreativas na natureza é a prevalência de determinadas barreiras que são comuns em todas as populações e actividades (Holland, Pennington-Gray, & Thapa, 2001; Scott & Kim, 1998; Virden & Yoshioka, 1992): 1) falta de tempo; 2) falta de dinheiro; 3) saúde pessoal; 4) não ter companhia. Na mesma linha de pensamento, Walker e Virden (2005) referem que os constrangimentos para a realização destas práticas são similares a outras esferas do lazer (e da vida), mas algumas, como a falta de tempo, pode ter um impacto maior no contexto da recreação na natureza por causa dos compromissos das viagens, por vezes, necessárias para atingir áreas naturais afastadas da zona de residência.

O modelo conceptual dos constrangimentos ao lazer recebeu, ao longo da sua evolução, algumas críticas por diversos autores (Henderson, 1997; Samdahl, 2005; Samdahl, Hutchinson, & Jacobson, 1999; Samdahl & Jekubovich, 1997a; Samdahl & Jekubovich, 1997b). Samdahl (2005) salienta a importância da desconstrução da literatura sobre os constrangimentos ao lazer para revelar factores chave que inicialmente pareciam banais, mas que exercem uma influência decisiva no estudo desta temática. Quatro pontos chaves são salientados (Samdahl, 2005):

i) O modelo de constrangimentos ao lazer criou uma forma de pensamento que inevitavelmente isola o lazer dos outros elementos da vida. Este modelo, ao descontextualizar a participação no lazer de outras facetas da vida faz com que os constrangimentos ao lazer sejam representados com simplistas e de uma forma binária – as pessoas encontram constrangimentos ou são livres para participarem nas actividades. Os constrangimentos e a negociação não podem ser entendidos simplesmente em relação à participação; eles intervêm com outros factores e tem sentido que se estendam para além da participação;

ii) Os constrangimentos são retratados como barreiras negativas e restritivas, enquanto a participação como um aspecto positivo. No entanto, isto não é sempre tão evidente na participação em actividades de lazer, já que muitas das vezes a participação é desaconselhada e os constrangimentos são impostos para regular a acção dos indivíduos para, presumivelmente, alcançar o bem-estar geral;

iii) A negociação é também usualmente conotada de uma forma positiva e valorizada, e que leva necessariamente a resultados positivos. No entanto estas premissas apresentam uma natureza restritiva já que muitas das vezes a negociação é má ou desaconselhada, como por exemplo na maioria dos casos do lazer desviante. É importante compreender que existem muitas respostas alternativas aos constrangimentos e participar numa actividade que apresente constrangimentos pode não ser a alternativa mais atractiva e mais recompensadora para todos os participantes;

iv) A abordagem da negociação dos constrangimentos ao lazer é delineada pela perspectiva da psicologia social, na medida em que a enfase é atribuída ao indivíduo na identificação de soluções para os seus constrangimentos, e o comportamento é explicado em termos de características pessoais ou respostas a estímulos. Estas explicações ignoram a influência cultural que molda o comportamento no lazer, colocando na responsabilidade dos indivíduos coisas que

ele não pode controlar. Quando estes factores são estudados apenas como obstáculos ao lazer, o sistema hegemónico que os criou e perpetuou permanece invisível e incólume.

Godbey, Crawford e Shen (2010), ao avaliarem o *status* do modelo hierárquico de constrangimentos ao lazer, desenvolvido por Crawford e Godbey (1987) e Crawford, Jackson e Godbey (1991), concluem que esse modelo apresenta uma relevância transcultural, que pode examinar outras formas de comportamento que não sejam o lazer. Salientam ainda que apesar dos estudos até aqui terem sido em grande parte de confirmação, este modelo apresenta um grande potencial para que a teoria seja expandido para que a investigação sobre os constrangimentos ao lazer avence até ao nível seguinte.

2.5.5. EXPERIÊNCIA, COMPETÊNCIA, INDEPENDÊNCIA E COMERCIALIZAÇÃO DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Uma importante parte dos Desportos de Natureza está relacionado com a possibilidade que oferece para a mestria, fortes experiências e prazer (Breivik, 2010). As componentes da experiência da aventura, em especial associados a alguns Desportos de Natureza, são temas estudados por diversos autores. Csikszentmihalyi (1975), um dos mais proeminentes autores do estudo das experiências de aventura, cunhou o termo *flow*, referindo-o como um estado mental de operações em que a pessoa emerge totalmente numa actividade atingindo um sentimento de *focus* energético, total envolvimento, e sucesso no processo da actividade. Mitchell (1983) realça que as condições ideais para o aparecimento do *flow* surgem quando um individuo tem liberdade para entrar numa actividade (ou situação) e tem autonomia sobre o seu comportamento, uma vez envolvido. O conceito de *flow* emerge da observação e da entrevista a pessoas que despendem muito tempo e energia em actividades (e.g. escalada em rocha) que não atribuem nenhuma recompensa extrínseca, como dinheiro ou reconhecimento (Csikszentmihalyi, 1975). Csikszentmihalyi (1975) e Mitchell (1983) mostraram que as pessoas com trabalho e estatuto reconhecido por outras pessoas (e.g. advogados) procuram *peak experiences* (experiências limite) fora da sua rotina social e de trabalho. Como a vida moderna se está a tornar cada vez mais complexa, os sentimentos de apatia por um lado e de alienação por outro, tornam esta procura mais generalizada, o que leva ao aumento do número de pessoas que

ambiciona alcançar situações em que sentem que o que fazem é da sua própria escolha e que têm controlo sobre si próprios. Similar à perspectiva do *flow,* Celsi (1992) e Illundáin-Aguruzza (2007) estudaram a tomada voluntária do risco em relação à compreensão Kantiana do sublime, argumentando que assumir risco no desporto é uma forma particular de alcançar intensos desafios e elevadas experiências.

A participação em determinadas actividades denominadas de risco é, muitas vezes, entendida como o resultado das características pessoais. Um modelo que permite estudar as diferentes predisposições para a participação neste tipo de actividades é o trabalho de Zuckerman (1979), baseado na psicologia evolucionária. A *Sensation Seeking Scale* (SSS) (Escala da Procura de Sensações) é constituída por 40 itens com duas opções de escolha (sim ou não) em cada item, que compreende uma medida global de procura de sensações, além de quatro subcomponentes (Zuckerman, 1979): 1) procura de emoção e aventura; 2) procura de experiências; 3) desinibição; 4) susceptibilidade à monotonia.

As investigações relacionadas com a participação em Desportos de Natureza demonstram que os praticantes apresentam altos resultados no total da escala de SSS (Bouter, Knipschild, Feij, & Volovics, 1988; Robinson, 1985; Trimpop, Kerr, & Kirkaldy, 1998), e também os estudos que comparam pessoas que participam em actividades *soft,* com os que participam em actividades *hard*, revelam valores opostos na escala, facto que demonstra a importância da procura de sensações por parte dos *aventureiros* (Jack & Ronan, 1998).

Vester (1987), por seu lado, identificou seis dimensões das actividades de aventura e experiências: territorialidade, duração, transcendência, risco, enfrentamento, e rotinização. Mortlock (1984) também apresentou quatro elementos de experiência da aventura: i) risco; ii) responsabilidade; iii) incerteza; iv) comprometimento. O trabalho de Mortlock (1984) é, aliás, um dos pontos de partida para os trabalhos desenvolvidos sobre a experiência da aventura, providenciando um modelo descritivo que apresenta quatro estádios da aventura, que não são necessariamente sequenciais: estádio um – jogo; estádio dois – aventura; estádio três – fronteira da aventura; estádio quatro – desventura.

Os trabalhos de Martin e Priest (1986), Priest (1990), e Priest e Gass (1997), baseados nos trabalhos de Ellis (1973) sobre o jogo, de Csikszentmihalyi (1975) sobre o *flow,* e o *optimal arousal* (excitação óptima), e nos quatro estádios de

Mortlock (1984), propuseram um modelo de experiência da aventura que denominaram de *Adventure Experience Paradigm* (AEP) (Paradigma da Experiência da Aventura). Este modelo é baseado em duas dimensões: as competências pessoais no eixo horizontal, e o risco (desafio situacional) no eixo vertical. Estas duas dimensões são reveladoras de uma interacção que permite a criação de experiências psicológicas em cinco distintos estados de crescente grau de excitação: i) exploração e experimentação; ii) aventura; iii) *peak adventure* (aventura limite); iv) desventura; v) devastação e desastre. Este paradigma permite integrar diferentes tipos de personalidade, explicando que embora o primeiro tipo possa lutar para os puxar para além do estádio do jogo, o último pode puxar para a desventura ou até mesmo para a morte devido a uma incompatibilidade muito grande entre a competência dos praticantes e os riscos colocados pela situação (Martin & Priest, 1986).

Ewert e Hollenhorst (1989) propuserem um modelo de aventura baseado num *continuum* entre três diferentes níveis de envolvimento nessas actividades, que inclui uma fase de introdução (nível de iniciação), uma fase de desenvolvimento (segunda fase) e uma fase de comprometimento (o nível mais elevado). Num trabalho posterior (Ewert & Hollenhorst, 1994), o modelo é desenvolvido tendo em conta a combinação de quatro atributos individuais e de quatro características do ambiente que desempenham papéis importantes na experiência da aventura. Os atributos individuais incluem a frequência de participação (baixo ou alto) o nível de competência e experiência (baixo ou alto), locus de controlo (liderado ou individual). As características do ambiente incluem o nível e o tipo de risco (baixo ou alto), os equipamentos, a orientação social (programas/cursos ou acompanhado/sozinho), e a orientação do ambiente (desenvolvido ou natural).

Entretanto, Robinson (1992) apresentou um modelo descritivo sobre o envolvimento duradouro em *risk recreation* (recreação do risco) que permite compreender a sua complexa natureza e os factores que influenciam esse envolvimento duradouro. O modelo aborda os antecedentes psicossociais subjacentes à atracção e enfrentamento, avaliação cognitiva, tomada de decisão, experiência na performance e os processos subjacentes à avaliação pós-performance. No entanto, McIntyre (1992), analisando três métodos de avaliação dos níveis de envolvimento dos participantes, nomeadamente, nível de competência, experiência auto reportada, e importância percebida da actividade ou envolvimento,

sugere que a importância que é atribuída à participação ou ao nível de envolvimento pode fornecer uma base mais adequada para avaliar os níveis de envolvimento nas futuras análises empíricas do modelo de aventura.

O modelo de Robinson (1992) sugere que os participantes se movem da atracção inicial para um envolvimento duradouro. Também Priest (1992) e Ewert e Hollenhorst (1994) acreditam que à medida que os participantes vão ganhando experiência, a percepção do risco decresce e o grau de competência aumenta. A experiência e a competência são importantes em situações em que é necessário possuir um certo grau de habilidade, ou que essa habilidade deva ser adquirida para participar com sucesso na actividade (Swarbrooke, Beard, Leckie, & Pomfret, 2003). Iso-Ahola e Graefe (1988) ilustram bem esta ideia, detectando vínculos entre a competência percebida dos praticantes, a auto-estima e a experiência. Os praticantes (escaladores de rocha) demonstraram que os praticantes quando bem-sucedidos apresentam uma maior auto-estima. No entanto, a auto-estima não estava relacionada com o grau de experiência do escalador. O estudo salienta ainda que quanto maior o nível de experiência maior o grau de competência geral percebida.

Varley (2006) desenhou um *continuum* de comercialização das actividades de aventura, que poderá ser adaptado aos Desportos de Natureza, e que permite desenvolver a ideia de uma gama de tipos de experiência, que vão desde o domínio da aventura pura, para o domínio do turismo (pós-aventura). Neste trabalho é explorada a noção paradoxal entre a aventura pura ou original, e a aventura comercializada (vista como uma experiência previsível e gerida por outros). A aventura, apresentada nestes dois polos (opostos), é apresentada como estando alocada na intersecção entre as formas de vida do controlado Apolíneo e do caótico Dionísio. Estes esforços levam à noção de que a aventura pura ou original, no seu tipo ideal, tem características claras de que a versão comercial não pode permitir. O *continuum* de comercialização da aventura é desenhado para mostrar que os produtos rotulados de aventura vão desde a gestão controlada, racionalizada da experiência do risco, *post-adventure* (pós-aventura), na parte rasa, para as experiências que permitem maiores níveis de comprometimento, risco e responsabilidade, no final do *continuum*. Este modelo, em certa medida, antecipa as críticas potenciais do trabalho para as suas posições essencialistas, ilustrando que a extensão do confinamento dos elementos da aventura em produtos de aventura

varia consideravelmente. Alguns são somente experiências com sabor a aventura produzidos simplesmente pela retórica do *marketing*, e talvez também por factores situacionais como um ambiente físico incomum, enquanto outros produtos turísticos têm uma maior conexão com a aventura original em termos das características de definição desenvolvidas. A conclusão final é, porém, que apenas uma acomodação preguiçosa do termo aventura possa aceitar que este fenómeno possa ser uma experiência que pode ser embalada e fiavelmente oferecida a um cliente em troca de dinheiro. Por conseguinte, é proposto que a experiência directa do definitivo caos de Dionísio, no centro da aventura, é à prova de comercialização.

2.6. AS ORGANIZAÇÕES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

2.6.1. O MODELO EUROPEU DE ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO

O Modelo Europeu do Desporto é composto por diferentes sistemas de governação nos seus estados membros (Comissão Europeia, 2007). Os diferentes tipos de políticas nacionais que caracterizam os sistemas de governação do desporto dos estados membros da EU são compostos por quatro configurações (ou modelos), baseados em quatro parâmetros (Camy, Clijsen, Madella, & Pilkington, 2004; Henry, 2009): i) papel das autoridades públicas, especialmente do estado, representado pelo ministério responsável pelo desporto; ii) nível de coordenação, ou compromisso, entre os diversos actores envolvidos no sistema desportivo - pode assumir a forma de um enquadramento legal ou simplesmente a delimitação dos papéis a serem desempenhados pelos vários actores; iii) papel desempenhado pelos sectores associativo, público e privado no fornecimento da oferta desportiva; iv) adaptabilidade do sistema para as mudanças na procura. De acordo com estes parâmetros, os quatro modelos apresentam as seguintes características (Camy, Clijsen, Madella, & Pilkington, 2004; Henry, 2009):

a) O *modelo burocrático* é caracterizado por apresentar um alto grau de envolvimento do estado na regulação do sistema desportivo (16 estados apresentam esse tipo de sistema político: Bélgica, Chipre, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha). Neste modelo está associado, quase sempre, um quadro legislativo específico para o campo (lei relativa ao desporto). É um sistema caracterizado por regras a partir de uma autoridade pública que, com a sua legitimidade

política/democrática, não necessita de negociar para decidir grandes medidas com outros agentes. O movimento desportivo associativo age por *delegação*; os parceiros sociais são muitas vezes inexistentes; os utilizadores/consumidores e empresários privados têm um baixo impacto sobre a implementação das políticas desportivas;

b) O *modelo missionário* é caracterizado pela presença dominante do movimento desportivo associativo (apresenta uma grande autonomia para tomar decisões) com poderes delegados pelas autoridades nacionais ou regionais (incorpora seis estados: Áustria, Dinamarca, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Suécia). Os parceiros sociais têm pouca presença; a legitimidade pertence, geralmente, mais aos gestores voluntários do que aos trabalhadores; os utilizadores raramente têm a hipótese de adoptar a posição de consumidor, e os empreendedores privados agem na margem do sistema dominante (com um papel variável);

c) O *modelo empresarial* é caracterizado pela regulação do sistema decorrente da procura social ou económica pelo desporto. O papel das autoridades públicas consiste essencialmente na criação de um quadro que permita que esta lógica de mercado se possa expressar. O movimento desportivo associativo é levado a adaptar-se a estas exigências, que correspondem às orientações de empresários privados e, neste contexto, a tentar manter as suas posições (são exemplos deste modelo a Irlanda e Reino Unido);

d) O *modelo social* (que incorpora apenas um estado: Holanda) é caracterizado pela presença dos parceiros sociais dentro de um sistema multifacetado. Baseia-se na participação da sociedade civil em geral e, portanto, está sujeito à coabitação/colaboração entre os agentes públicos, associativos e comerciais (sindicatos, associações e fornecedores do sector comercial).

Seguindo esta perspectiva de diversidade, pode-se perceber que existe um conjunto variado de organizações que se apresentam directa ou indirectamente ligadas ao campo desportivo, contribuindo também para uma divergência conceptual. O conceito de organização desportiva utilizado no contexto dos estudos da Sociologia e da Gestão Desportiva tem sido empregue em diferentes situações, englobando diferentes tipologias de organizações consoante a escala de abrangência utilizada. Para esclarecer esta questão interessa iniciar com alguns conceitos e características das organizações (desportivas).

2.6.2. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Uma organização pode ser definida como uma unidade ou sistema social, constituído por grupos e indivíduos, coordenada conscientemente, e que funciona numa base relativamente contínua para alcançar um objectivo ou um conjunto de objectivos (Greenberg & Baron, 1995; Robbins, 2009). Subjacente a esta definição está a ideia da organização como um sistema coordenador de comportamentos. Daft (2010) refere que a definição de organização é assente em 4 características: (1) uma entidade social que é (2) orientada para objectivos, (3) desenhada como um sistema de actividades deliberadamente estruturado e coordenado, e (4) ligada ao ambiente externo.

Desta forma, as organizações desportivas podem ser definidas como um conjunto coerente de recursos, humanos, materiais e financeiros, colectivamente e intencionalmente organizados pelas suas partes interessadas, motivados pelos próprios interesses, e que prevêem regras para alcançar um objectivo comum que é principalmente a produção de acções, de bens e serviços ligados às práticas desportivas (Barget & Vailleau, 2008).

Nesta perspectiva, Slack (1997) refere cinco elementos chave que definem uma organização desportiva:

i) Entidade social: todas as organizações desportivas são compostas por pessoas ou grupos de pessoas que interagem entre elas para executar as funções essenciais à organização;

ii) Envolvimento na indústria do desporto: o que diferencia as organizações desportivas de outras organizações (bancos, farmacêuticas, etc.) é a forma e o envolvimento directo num ou mais aspectos da indústria desportiva, por exemplo, através da produção de produtos/serviços relacionados com o desporto. Enquanto agências como bancos, e companhias farmacêuticas, e concessionárias de carros podem e estão envolvidos no desporto (principalmente através dos patrocínios), não estão directamente envolvidos no fenómeno desportivo;

iii) Foco em objectivos directos: todas as organizações desportivas existem para um propósito, seja para obterem lucro, encorajar para a prática de um determinado desporto, ou a obtenção de medalhas nos Jogos Olímpicos. Os objectivos de uma organização desportiva não são, geralmente, tão facilmente obtidos por um indivíduo, como são por membros que trabalham juntos. As

organizações desportivas podem ter mais que um objectivo, e os membros individuais poderão ter diferentes objectivos dos das organizações;

iv) Sistema de actividade conscientemente estruturada: a interacção de pessoas ou grupos de pessoas nas organizações desportivas não ocorre ao acaso. Existe uma estruturação consciente de sistemas de actividade como o *marketing*, desenvolvimento de produtos/serviços, gestão financeira, e desenvolvimento de recursos humanos. As maiores funções das organizações desportivas são dividir em pequenas tarefas ou grupos de tarefas; os mecanismos de coordenação usados para coordenar e controlar essas tarefas ajudam a assegurar que os objectivos da organização desportiva sejam alcançados;

v) Fronteiras identificadas: as organizações desportivas precisam de ter uma fronteira identificada que distinga membros de não membros. Os membros de uma organização desportiva têm, geralmente, um acordo explícito ou implícito, através do qual recebem dinheiro, *status* ou algum outro benefício para o seu envolvimento. Para algumas organizações desportivas, particularmente as do sector voluntário ou sem fins lucrativos, as fronteiras podem não ser facilmente identificáveis como são as das organizações desportivas que tenham fins lucrativos ou as do sector público. Contudo, todas as organizações desportivas devem ter uma fronteira que as ajude a distinguir membros de não membros, embora essas fronteiras não sejam fixas e possam mudar ao longo do tempo.

A este respeito, Bayle (2007) apresentou uma classificação das organizações no campo da gestão do desporto, que engloba quatro níveis. As organizações do campo desportivo não constituem um conjunto homogéneo de formas jurídicas, apresentando estatutos diferentes - associações, empresas comerciais, clubes profissionais. A montante e a jusante do sector desportivo surgem as chamadas actividades económicas relacionadas com o desporto. Este conjunto de actividades a que os economistas se referem como a indústria ou ramo desportivo são heterogéneos: actividades de construção, indústria, distribuição, administração central ou local do desporto, educação, comunicação, saúde, acção social, etc. As organizações públicas (Ministérios e secretarias de Educação, Desporto, Juventude, etc.; serviços desportivos das autarquias e das colectividades locais, etc.) e privadas (comerciais) cujo trabalho está relacionado com o desporto (empresas fabricantes e distribuidoras de artigos desportivos, empresas de consultoria desportiva, meios de comunicação desportiva, patrocinadores, etc.) obedecem a uma lógica de acção

(intenção, sistemas de legitimidade) diferente do movimento desportivo, que estão presentes no sector do desporto. As organizações do movimento desportivo (nível 1) pertencem a um sistema comum com uma lógica de estruturação histórica, social e política própria, segundo um esquema proteccionista e regulador das federações desportivas nacionais e confederações desportivas internacionais. O nível 2 é composto por outras organizações do sector do desporto: pela maior parte das empresas comerciais do sector desportivo – lazer desportivo e desporto turístico, eventos desportivos e de lazer, etc. O nível 3 engloba as organizações relacionadas com o desporto; já o nível 4, mais periférico, reúne as organizações que não têm ligação com o desporto pelas suas actividades próprias, mas que o usam como apoio à gestão, por exemplo, na sua comunicação de negócios, estratégia e *marketing* (patrocínios e mecenato) e na sua gestão de recursos humanos (seminários da empresa, *coaching* a partir do suporte de experiências desportivas) e/ou pelas suas actividades sociais (desporto na empresa). Seguindo esta classificação, apenas as organizações incluídas nos níveis 1 e 2 são organizações pertencentes ao campo do desporto.

Tabela 7. Classificação das tipologias das organizações do campo desportivo.

Nível 1	Organizações centrais do sector desportivo (Organizações do movimento desportivo) Federações desportivas e associações filiadas às federações Ligas e Clubes desportivos profissionais
Nível 2	Outras organizações do sector desportivo Empresas de serviço desportivos (por vezes aprovadas por uma federação) Organizadores de eventos desportivos (por vezes inscritos nos calendários federativos) Associações desportivas não afiliado a qualquer federação desportiva
Nível 3	Organizações relacionadas com o desporto Ministérios e secretarias de estado (Educação, Desporto, Juventude, etc.) Serviços desportivos das autarquias e das colectividades locais Empresas fabricantes e distribuidoras de artigos desportivos, empresas de consultoria desportiva, *mass média* desportiva, agências de comunicação especializadas em desporto, etc.
Nível 4	Organizações (sem relação com o desporto) que utilizam o desporto como suporte de gestão Grandes empresas em particular e de forma mais ampla todas as organizações publicas ou privadas, que utilizam o desporto como suporte de gestão (patrocínio e mecenato, desporto na empresas, etc.)

Fonte: adaptado de Bayle (2007).

De acordo com Bayle (2007), alguns autores consideram que apenas as organizações exclusivas do movimento desportivo se inserem no conceito de organização desportiva; por vezes é utilizada uma visão mais ampla do conceito incluindo-se todas as organizações de serviços desportivos; ou ainda, de uma forma mais genérica, são incluídas todas e quaisquer organizações que estejam, directa ou indirectamente, ligadas à actividade física e ao desporto: associação desportiva, fabricante de artigos desportivos, serviço de desportos municipais, etc. A diversidade de organizações estudadas em termos de tamanho, estatuto legal (público ou privado; empresa ou associação), e finalidade (comercial/não-comercial) levanta a questão das especificidades (ou não) dos princípios e práticas de gestão que devem ser aplicados (Bayle, 2007).

A actividade desportiva é uma actividade complexa, que exige uma organização com tarefas ou funções especializadas, com características diversas, e que assume uma feição sociocultural. O desporto, como qualquer outro produto, para ser criado (produzido) exige uma actividade humana ou, pelo menos, a sua orientação intencional. Neste sentido, o produto desportivo (como o caso dos Desportos de Natureza) só se obtém caso a respectiva actividade produtiva seja realizada. Qualquer actividade produtiva, para ser efectivamente exercida, supõe a existência de produtores.

Os Estados actuais são interventores nas diversas relações socioculturais e económicas, organizando normas jurídicas, ordenadas e vinculadas pela via legislativa e administrativa. A actividade desportiva (Desportos de Natureza) não foge a esta regra. O Estado tem a função de promover, dirigir, e organizar a actividade desportiva, concedendo em exclusivo essa função (ou quase sempre) às federações desportivas de utilidade pública desportiva. Em Portugal, as federações desportivas são, nos termos da lei - Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro), pessoas colectivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais se as houver, praticantes, técnicos, juízes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade, e que obtenham o estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública desportiva. Às federações desportivas compete promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas.

A promoção geral, direcção e organização da actividade desportiva é pois, e por isso, uma função pública, no sentido de promoção da actividade em geral e não no sentido de promoção em nome próprio. Neste sentido, os poderes que exercem são poderes públicos, concedidos pelo Estado, e não atuam, por isso, para satisfação de interesses próprios mas sim pelos interesses gerais ou públicos.

Mas existem outros sujeitos da actividade desportiva que são os sujeitos que a promovem ou exercem, os praticantes e outros sujeitos, chamados de agentes desportivos. Os agentes desportivos directos são aqueles que, através de organizações desportivas, asseguram a prática organizada do desporto. São assim agentes desportivos os dirigentes, os treinadores, médicos, paramédicos, etc.

Promotor, enquanto substantivo, significa fomentador, impulsionador; enquanto adjectivo é qualidade daquele que promove. O promotor desportivo é, assim, o sujeito de direito que exerce a actividade desportiva em nome próprio: a associação (clube), a sociedade desportiva, ou a empresa titulada por uma sociedade comercial ou pessoa singular que, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, pode dedicar-se a essa actividade. Nesta acepção não entram as federações desportivas, porque, em regra e salvo raras excepções, não exercem essa actividade em nome próprio, pois como atrás referido, a sua função promocional é geral e não própria.

Os Desportos de Natureza são um caso mais complexo da promoção desportiva. Estas actividades são, como tal, enquadráveis no sector desportivo e, em simultâneo, quando desenvolvidas em áreas protegidas, enquadráveis no sector do ambiente, e ainda, enquanto actividades associadas ao lazer enquadráveis no sector do turismo. Temos assim uma complexa rede conflituante e muitas das vezes não complementar, com uma tripla perspectiva: ambiental, desportiva e turística (Cunha L. M., 2007). Assim, segundo os termos da lei (portuguesa), as OPDN estão incluídas no âmbito do desporto federado, do desporto não federado, e do turismo, incluindo os clubes e as sociedades desportivas, e, ainda, outras pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, e até pessoas singulares (e.g. EAT). O promotor dos Desportos de Natureza será, assim, sempre uma pessoa de direito privado, cujo fim será sempre egoístico, podendo ser lucrativo quando o estatuto pessoal da pessoa e a lei não o proíba.

No sector do desporto federado, os Desportos de Natureza são tutelados pelas federações desportivas que organizam, de acordo com a Lei n.º 5/2007, de 16

de Janeiro o nº1 do artigo 16.º (direitos desportivos exclusivos), os quadros competitivos da(s) respectiva(s) modalidade(s) com fins de atribuição de títulos desportivos, de nível nacional ou regional. Os clubes desportivos são, de acordo, artigo 26.º (clubes desportivos) da mesma lei, "pessoas colectivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como escopo o fomento e a prática directa de modalidades desportivas". Neste sentido, são os clubes desportivos que participam nas provas organizadas pelas federações desportivas e que enquadram os seus atletas/praticantes, nas respectivas competições das modalidades dos Desportos de Natureza.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 272/97 de 8 de Outubro, os clubes de praticantes são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, constituídos nos termos dos artigos 195.° e seguintes do Código Civil (Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966) como associações sem personalidade jurídica. Os clubes de praticantes são enquadrados no sector do desporto não federado, mas podem inscrever-se nas correspondentes organizações nacionais, para efeitos de participação em competições desportivas, salvo se estas forem titulares do estatuto de utilidade pública desportiva.

O Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das EAT e dos Operadores Marítimo-Turísticos. Neste decreto-lei, a empresa compreende o empresário em nome individual, o estabelecimento individual de responsabilidade limitada, a cooperativa e a sociedade comercial sob qualquer um dos seus tipos. Ainda de acordo com o nº 1 do Artigo 3.º (actividades próprias e acessórias das empresas de animação turística) do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, "são consideradas actividades próprias das empresas de animação turística, a organização e a venda de actividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural ou em instalações fixas destinadas ao efeito, de carácter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvam". O artigo 5.º (exclusividade e limites para o exercício da actividade) do mesmo decreto-lei também prevê que as actividades incluídas no segmento de animação turística possam ser realizadas pelas agências de viagens e empresas proprietárias ou exploradoras de empreendimentos turísticos, e por organizações associativas (associações, fundações, misericórdias, mutualidades, instituições privadas de solidariedade social, institutos públicos, clubes e associações desportivas, associações ambientalistas, associações juvenis e

entidades análogas), desde que prevejam o desenvolvimento dessas actividades no seu objecto social, que não tenham fins lucrativos, e desenvolvam estas actividades única e exclusivamente aos seus membros ou associados e não ao público em geral.

As empresas que operam no sector dos Desportos de Natureza podem ser constituídas pelas diferentes formas jurídicas previstos no Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 201/86, de 2 de Setembro) e outra legislação específica (Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto; Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro; Lei n.º 51/96 de 15 de Setembro). De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os negócios desenvolvidos por uma pessoa poderão ter a forma jurídica de Empresário em Nome Individual, Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada ou Sociedade Unipessoal por Quotas, enquanto os desenvolvidos por um conjunto de pessoas podem assumir-se como Sociedade em Nome Colectivo, Sociedade por Quotas, Sociedade Anónima, Sociedade em Comandita ou Cooperativa:

- As Empresa Individuais ou Empresários em Nome Individual são empresas tituladas apenas por um só indivíduo ou uma pessoa singular, que afecta bens próprios à exploração da sua actividade económica;

- Os Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada têm subjacente a constituição de um património autónomo ou de afectação especial ao estabelecimento através do qual uma pessoa singular explora a sua empresa ou actividade, mas ao qual não é reconhecida personalidade jurídica;

- As Sociedades Unipessoais por Quotas são constituídas por uma pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital social. Neste tipo de sociedade a responsabilidade do sócio encontra-se limitada ao montante do capital social (mínimo 5000 euros).

- As Sociedades em Nome Colectivo são sociedade de responsabilidade ilimitada em que os sócios respondem de forma ilimitada e subsidiária perante a sociedade e solidariamente entre si, perante os credores sociais;

- As Sociedades por Quotas são sociedade de responsabilidade limitada que tem um capital social não inferior a 5 000 euros, sendo dividido em quotas cujo valor nominal não pode ser inferior a 100 euros;

- As Sociedades Anónimas são sociedade de responsabilidade limitada, subscrita por vários sócios (mínimo cinco), e cuja responsabilidade de cada sócio é

limitada ao valor das acções que subscreveu;

- As Sociedades em Comandita são sociedades de responsabilidade mista que reúne sócios de responsabilidade limitada (comanditários), que contribuem com capital, e sócios de responsabilidade ilimitada (comanditados), que contribuem com bens ou serviços, e que assumem a gestão e a direcção efectiva da sociedade. Este tipo de sociedade pode ser simples quando não há representação do capital por acções; ou pode ser constituída por acções, onde só as participações dos sócios comanditários são representadas por acções;

- As cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis. Com obediência aos princípios cooperativos visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos seus membros. São regidas democraticamente e estão permanentemente abertas à entrada de novos associados.

A indústria do lazer e da recreação constitui, de facto, uma parte importante de muitos dos países industrializados do mundo (Byers & Slack, 2001; Martin & Palakshappa, 2005). Desta análise salienta-se que 54 das 500 empresas que estão no *top* mundial são organizações relacionadas com a indústria do lazer (Byers & Slack, 2001). Neste sentido, a indústria da recreação *outdoor* é uma componente da indústria mais ampla de lazer, mas que desempenha um papel significativo nas economias dos países desenvolvidos (Martin & Palakshappa, 2005). Neste caso, realça-se o facto de que a maioria das empresas que operam no sector do turismo desportivo e dos Desportos de Natureza são pequenas ou microempresas (Betrán & Betrán, 1999; Bouhaouala, 1999; Costa R. A., 2005; Martin & Palakshappa, 2005). Nesta perspectiva, Martin e Palakshappa (2005) referem que estas pequenas empresas desempenham um papel muito importante tanto a nível económico como social. Estas empresas tornaram-se num dos grandes focos da indústria multimilionária do turismo, pois estas têm proporcionado uma importante fonte de receita externa e, em simultâneo, têm permitido uma forma legítima de realização das aspirações de muitos indivíduos, através da geração do próprio emprego. Estas empresas são, também, uma importante fonte de mudança e de inovação, através da criação de novas formas de rendimento e de novas receitas fiscais.

A definição de pequena empresa difere de país para país. Na Nova Zelândia a definição de pequena empresa refere-se a uma empresa que emprega menos de cinco pessoas, no Reino Unido emprega, geralmente, até 250 pessoas, enquanto

nos EUA emprega menos de 200 pessoas (Martin & Palakshappa, 2005). É importante a definição de pequena, média e microempresa porque o desafio que enfrenta uma empresa que opera com 200 funcionários será diferente para aquelas que empregam menos de 10 funcionários (Martin & Palakshappa, 2005).

De acordo com o Artigo 2.º (definição de PME) do Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de Novembro, a definição de Pequena e Média Empresa (PME) corresponde aos critérios previstos na Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de Maio (Recomendação n.º 2003/361/CE), que classifica as empresas da seguinte forma:

a) A PME é uma empresa autónoma, com menos de 250 trabalhadores e um volume anual de negócio igual ou inferior a 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros;

b) A microempresa corresponde a uma empresa autónoma, com um volume de negócio ou balanço total menor ou igual a 2 milhões de euros e menos de 10 trabalhadores;

c) A pequena empresa é uma empresa autónoma, com menos de 50 trabalhadores, e um volume anual de negócios ou balanço total anual igual ou inferior a 10 milhões de Euros;

d) As médias empresas são todas as PME que não são micro ou pequenas empresas.

Em Portugal podem-se considerar OPDN: os clubes desportivos devidamente tutelados pelas federações que enquadram as modalidades dos Desportos de Natureza; os clubes de praticantes das modalidades dos Desportos de Natureza; outras associações (ambientalistas, recreativas, etc.) que prevejam no seu objecto social a realização destas actividades; e as EAT registadas no RNAAT. Estas organizações pertencem aos níveis 1 e 2 definidos por Bayle (2007), excluindo as federações desportivas, tal como o argumentado.

2.6.3. PERSPECTIVAS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

A literatura relacionada com a investigação das organizações desportivas é ainda escassa (Gomez, Opazo, & Martí, 2007), e é, ainda, mais escassa quando procuramos trabalhos específicos sobre as organizações que promovem Desportos de Natureza.

As organizações desportivas podem ser analisadas sob diferentes perspectivas, e em diferentes níveis - do macro ao micro (Slack, 1997). De forma geral esta análise e as respectivas distinções são desenvolvidas a partir da teoria organizacional e do comportamento organizacional. A teoria organizacional (macro perspectiva) tem o seu foco na organização (ou nas suas unidades primárias) como unidade de análise, onde se procura analisar a habilidade que as organizações têm para alcançar os seus objectivos de forma efectiva; assim, é considerada a estrutura, mas também a forma como a organização está situada num contexto sociopolítico e económico mais amplo. Os teóricos organizacionais estudam, usualmente, tópicos relacionados com a estrutura e *design* das organizações, o impacto dos factores de contexto como a estratégia, o tamanho, e a tecnologia na estrutura do *design*, enquanto outros analisam questões relacionadas com a gestão dos processos, a tomada de decisão e a mudança. Por outro lado, o comportamento organizacional (micro perspectiva) foca-se nos indivíduos ou pequenos grupos dentro da organização, e nas características do ambiente em que trabalham. A investigação nesta perspectiva está mais relacionada com as questões individuais como a satisfação com o trabalho, estilo de liderança, comunicação, dinâmica de grupo, e motivação. Neste sentido, a teoria organizacional deriva fortemente da Sociologia, enquanto o comportamento organizacional deriva, predominantemente, da Psicologia.

Desde os anos 1990s, que uma série de estudos afirma um campo de associação da gestão com as organizações desportivas, através de um *corpus* original de conhecimento que advém de diversas disciplinas como a História, a Sociologia, a Economia, a Psicologia e outras disciplinas científicas, cujas abordagens têm produzido conhecimento original sobre as organizações desportivas no campo da ciência do desporto (Bayle, 2007). A gestão organizacional pode ser definida como a gestão global da organização através de um conjunto de políticas para a produção de bens ou serviços (comunicação, *marketing*, recursos humanos, política de financiamento, controlo orçamental), que são coerentes entre elas e que convergem na direcção do projecto estratégico e no resultado da cultura organizacional (Bayle, 2007).

Wolfe et al (2005), através de uma revisão da literatura, referem que uma série de fenómenos de interesse para os estudos da gestão e das organizações foram investigados dentro do contexto do desporto, como por exemplo, as relações

de compensação-desempenho, compromisso de sucessão, sucessão de executivo, e vantagem competitiva sustentável. Os trabalhos científicos desenvolvidos na área das organizações desportivas e na gestão desportiva podem ser classificados em cinco categorias (Bayle, 2007):

- Disciplinar: Estratégia, *Marketing* e Comunicações, Gestão de Recursos Humanos, Finanças/Controlo, etc.;

- (Sub)sectorial: desporto profissional, associações desportivas, desporto olímpico, indústria e distribuição de artigos desportivos, desportos e lazer na natureza, colectividades locais;

- Temático: inovações tecnológicas, desempenho, empreendedorismo, ética desportiva, etc.;

- Categorias de desportos: uma disciplina desportiva, uma família de disciplinas (desportos de raquete, combate, etc. ...), desportos colectivos/desportos individuais, desportos olímpicos/não-olímpicos;

- Nível de escala do estudo: local, intermunicipal, departamental, regional, nacional, continental, internacional.

Os estudos sobre as OPDN, e sobre a respectiva oferta, têm vindo a ser objecto de estudo em diversos países da Europa, nas últimas duas décadas (e.g. Betrán & Betrán, 1999; Bouhaouala, 1999; Costa R. A., 2005; Cunha S. C., 2006; Mota, 2006; Moutinho, 2008; Paget, 2007, Resende, 2006; Viñuelas, Betrán & Plantalamor, 1995). No entanto, deve-se salientar que a generalidade dos estudos é sustentada pela análise do mercado das empresas do turismo desportivo (na natureza).

Em Espanha realça-se o trabalho realizado por Viñuelas, Betrán e Plantalamor (1995) que apresenta uma análise da oferta empresarial das actividades desportivas na natureza na Catalunha, e que inclui também a análise da procura e da difusão social destas actividades. Estes autores aplicaram um questionário, via postal, às 155 empresas deste sector na Catalunha, obtendo um total de 76 respostas (49%). As questões faziam referência à estrutura e às características das empresas, às perspectivas de futuro do sector ou dos serviços, à tipologia dos seus participantes, às suas motivações, etc. Deste estudo salientam-se os seguintes resultados: a) existem dois tipos predominantes de empresas: as que apresentam entre um a três trabalhadores (representam 46% do total de empresas), e as que apresentam entre dez e doze trabalhadores (representam 12% das empresas); b) as

práticas mais oferecidas pelas empresas são o BTT (38,7%), os passeios e as excursões a cavalo (34,2%), e o *canyoning* (27,7%); c) 51% das empresas desenvolvem os seus serviços em forma de "combinação de actividades", e as restantes 49% oferecem actividades separadas; d) o número de participantes predominantes por empresa (40,8%) situa-se entre os 500 e os 1000, enquanto apenas 12% das empresas agrupam menos de 100 clientes por ano; e) o sexo dos participantes é predominantemente masculino (62%); f) o intervalo de idade onde se encontra o maior número de participantes é entre os 25-34 anos (25%), salientando-se que o volume de utentes cresce progressivamente com a idade até aos 35 anos e que depois desta idade, esta relação é inversa; g) os praticantes provêm principalmente de Barcelona (53%), os demais vêm do resto da Catalunha (26,4%), e em muito menor número do resto de Espanha (11,8%), enquanto 4,3% vêm de França, e apenas 4,4% de outras origens;

Outro trabalho sob a mesma óptica, desenvolvido por Betrán e Betrán (1999), igualmente na Catalunha, teve como objectivo realizar uma radiografia do sector dos empresários, considerado como um eixo fundamental dentro do desenvolvimento destas actividades. Este estudo pretendeu identificar as estratégias comerciais, as políticas empresariais, os dados estatísticos que as empresas possuem sobre a oferta e a procura, as diversas problemáticas das empresas, as opiniões que apresentam sobre o enquadramento legislativo e normativo, assim como com as perspectivas de futuro do sector. Os resultados deste estudo, repartidos por cinco blocos, apontam para o seguinte:

- Perfil do praticante: homem, menor de 25 anos, de Barcelona ou das zonas urbanas mais povoadas; apresentam um certo grau de experiência na prática das actividades, procurando altos níveis de prazer e diversão;
- Perfil económico da empresa: pequenas empresas repartidas por toda a zona geográfica da Catalunha, sediadas nas zonas urbanas e nos lugares de prática; pertencem ao sector dos serviços com um quadro comercial importante de *merchandising*; estabelecem uma publicidade simples exposta basicamente em publicações especializadas e trípticos; antevêem um bom futuro baseado no aumento progressivo da procura destas catividades, sem destacar significativamente nenhum dos subsectores de actuação (terra, água e ar).
- Principais práticas das actividades desportivas na natureza: as actividades mais oferecidas e procuradas estão situadas num grupo comum; *rafting*, BTT,

excursões a cavalo, pedestrianismo, *canyoning*, salto de pontes (*ponting)*, parapente e asa-delta;

- Actividade mais emblemática: o *rafting* é a actividade principal e mais conhecida do conjunto dos Desportos de Natureza; é a mais oferecida e mais procurada; a que gera mais satisfação entre os praticantes; a mais popular entre os praticantes, assim como a que cria mais expectativas de prática; é também a que mais benefícios económicos trás aos empresários.

- Regulação das actividades desportivas de natureza: existe pouca preocupação empresarial pelo impacto ambiental; os empresários solicitam a criação de normativas oficiais pertinentes para a regulação destas actividades; o nível de acidentes é baixo e de pouca importância, segundo os empresários, motivados fundamentalmente pela imprudência dos utentes e por imprevistos da natureza.

Em França salienta-se o estudo de Bouhaouala (1999) realizado com as empresas de turismo desportivo na zona de Vercors. Partindo da análise e identificação da micro-mentalidade específica e compartilhada pelo grupo restrito de dirigentes de pequenas e microempresas, reconstruída a partir da combinação das suas concepções e objectivos (metas), e da identificação das formas de gestão e de orientação estratégica de cada grupo, Bouhaouala (1999) construiu uma tipologia de dirigentes e de pequenas e microempresas que operam no território analisado.

A micro-mentalidade é um conceito sintético que reagrupa um conjunto não sistematicamente coerente de valores, de concepções (de economia, da empresa, do lucro, etc.), de motivos e de objectivos, que contribuem para a criação de uma visão subjectiva do mundo do empreendedor (Bouhaouala, 2008). A procura pela independência (Collins & Randolph, 1991), a auto-realização (Marchesnay, 1998), a oportunidade de viver a sua paixão (Bouhaouala & Chifflet, 2001), e as relações com a terra (Bouhaouala, 2000) são, em suma, as características sociológicas dos dirigentes que constituem os factores explicativos de peso, e que são definidas neste estudo pelo conceito de micro-mentalidades (Bouhaouala, 2008).

A análise dos resultados coloca em evidência quatro tipos de empreendedores (Bouhaouala, 2001): i) independente entusiasta; ii) empreendedor independente; iii) gestor administrativo; iv) conservador patrimonial. Cada uma destas tipologias é caracterizada por um modo de gestão, uma escolha organizacional e uma orientação estratégica específica. Noutros termos, aos tipos de

dirigentes corresponde as lógicas de acção e os tipos de empresas, que a seguir se apresentam:

i) A micro-firma do independente entusiasta: a) os Desportos de Natureza são uma paixão para este dirigente; b) o território é um lugar de prática desportiva e de qualidade de vida superior; c) o seu objectivo é viver da sua paixão (desportiva); d) o dirigente é um trabalhador independente; e) o número de colaboradores é mínimo (zero a um colaborador); f) a actividade principal é um serviço desportivo único; g) o dirigente tem um papel orgânico na empresa; h) existe uma implicação da família no funcionamento da empresa; i) tomada de decisão centrada no dirigente, tomando em conta a opinião dos sócios (amigos); j) a estratégia da empresa está centrada sobre a orientação pelo desporto, e o objectivo económico traduz-se pela manutenção da actividade profissional; k) a sua lógica de acção é o hedonismo;

ii) A agência *outdoor* do empreendedor independente: a) os desportos de natureza são um produto comercializável, e uma fonte de criação; b) o território é um lugar de criação com potencialidades comerciais elevadas; c) o seu objectivo é auto-realizar-se; d) a empresa é uma organização empresarial; e) o número de colaboradores compreende 3 a 14 colaboradores; f) as actividades principais são os serviços desportivos múltiplos e a organização de eventos; g) o dirigente tem um papel de inovação do serviço, pesquisa de mercado e acompanhamento do trabalho no terreno; h) existe uma implicação da família no capital da empresa; i) tomada de decisão centrada no dirigente; j) a estratégia da empresa está centrada sobre o produto e orientada pelo desejo de empreender (criar e inovar), enquanto o objectivo económico é o sucesso das actividades, a rentabilidade e independência do processo; k) segue a lógica de acção do empreendedor individual;

iii) A organização do gestor administrativo: a) os Desportos de Natureza são um produto de apelo; b) o território é um trunfo comercial; c) o seu objectivo é alcançar os objectivos socioeconómicos da organização; d) a empresa é um centro de férias; e) o número de colaboradores compreende 3 a 5 colaboradores; f) a actividade principal é o alojamento e o acolhimento no centro de férias; g) o dirigente tem um papel na gestão e organização dos recursos internos da empresa, e a relação com o ambiente socioeconómico local; h) apresenta uma implicação nos projectos locais; i) a tomada de decisão é hierárquica (conselho de administração), e a decisão do dirigente é limitada à gestão dos problemas correntes; j) a estratégia da empresa está centrada sobre o mercado, e está orientada pelo projecto social e/ou

económico da organização, enquanto o objectivo económico visa o crescimento e o desenvolvimento da organização (volume de negócios, estimulo da economia e dos empregos locais; k) segue a lógica de acção socio-gestionária;

iv) A empresa familiar do conservador patrimonial: a) os Desportos de Natureza são um produto secundário; b) o território é um prolongamento do património familiar; c) o seu objectivo é a empresa no círculo familiar; d) a empresa é um centro de alojamento; e) o número de colaboradores compreende 1 a 25 colaboradores; f) a actividade principal é a hotelaria e o acolhimento especializado com actividades desportivas; g) o dirigente tem um papel de gestão e produção; h) existe uma implicação da família no funcionamento e no capital da empresa; i) tomada de decisão pelo chefe da família; j) a estratégia da empresa é orientada pela preocupação com a conservação do património familiar, fundado no saber fazer profissional (tradicional) e sobre a situação de rentabilidade; o objectivo económico resume-se à procura de benefícios a curto e médio prazo, sem correr riscos financeiros, sustentabilidade e independência; k) segue a lógica de acção do conservador patrimonial.

Paget, Mounet e Guilhon (2007) desenvolveram um estudo para caracterizar as pequenas empresas dos serviços desportivos e turísticos, identificando também as estratégias dos seus gestores. Para o efeito aplicaram um inquérito por questionário às 210 empresas de Rhône-Alpes que propunham serviços desportivos, tendo obtido 71 respostas. O questionário era constituído por 44 itens, que procuravam dar resposta às seguintes dimensões: trabalho, produtos, clientes, formas de gestão, redes, perfil do dirigente, e perfil da empresa. Os resultados mostram que as pequenas empresas de desporto e turismo apresentam um perfil idêntico às pequenas empresas descritas pelas ciências de gestão.

Os resultados evidenciam o seguinte (Paget, Mounet, & Guilhon, 2007): a) a grande parte das (83%) empresas foi criada como estabelecimento desportivo produtor de actividades desportivas; b) uma boa parte (54%) dessas empresas tem uma actividade ao longo de todo o ano; c) a clientela de base da maior parte dessas empresas é uma clientela de lazer (93%); d) a gestão é, na maioria das empresas, centralizada (o dirigente toma todas as decisões não rotineiras). Estas empresas, apesar de apresentarem uma diferenciação de tarefas têm uma baixa especialização, porque apenas um quarto tem uma descrição por escrito das funções na empresa, e o líder (96%) e empregados (79%) permanecem versáteis; e)

a rede de parceiros é mais ou menos formalizada, apresentando maioritariamente acordos escritos (72%), com uma diversidade de parceiros; f) os dirigentes das empresas são maioritariamente do território em análise (66%), e criaram as empresas por motivações associadas ao seu desenvolvimento pessoal (68%); os objectivos dos dirigentes assentam na prioridade de sustentabilidade da empresa (53%); g) 38% das empresas são constituídas como sociedades, 27% como empresas individuais, e 35% como associações (sindicatos locais, etc.); 40% do total das empresas têm mais de 10 anos.

Deste contexto surgem duas tipologias de empresas em função, por um lado do trabalho, e por outro do desenvolvimento da sua estrutura (Paget, Mounet, & Guilhon, 2007). A primeira tipologia (em função do trabalho das empresas) é constituída por empresas principalmente desportivas (serviços desportivos e produção desportiva) que apresentam maioritariamente uma clientela de lazer, e um conjunto de empresas desportivas e turísticas (serviços desportivos e pacotes de serviços, e produção desportiva pacotes turísticos e de negócios) que apresenta uma clientela de lazer e de negócios. A segunda tipologia (em função do desenvolvimento da sua estrutura) evidencia, por um lado, um grupo de empresas pouco desenvolvidas (empresas individuais essencialmente, sem empregados permanentes, e com actividades sazonais), e um outro grupo constituído por empresas mais desenvolvidas (sociedades, com empregados permanentes, e com actividade durante todo o ano). Estes resultados apontam para a inexistência de uma correlação significativa entre, por um lado, as duas tipologias apresentadas e, por outro, entre estas e as motivações para criar a empresa ou os propósitos do dirigente. Isto significa que as motivações e os objectivos não são significativos em qualquer um dos grupos (ou tipos). O cruzamento das duas tipologias mostra as relações entre o trabalho e o desenvolvimento da estrutura da empresa. As empresas desportivas e turísticas estão em atracção com as empresas com as estruturas mais desenvolvidas, e em repulsa com as estruturas empresariais pouco desenvolvidas. As modalidades das empresas principalmente desenvolvidas e as empresas pouco desenvolvidas também se opõem. A análise sublinha duas estratégias diferentes (sobrevivência ou crescimento) que são implementadas pelos gestores dessas pequenas empresas, a fim de satisfazer os seus objectivos de autodesenvolvimento e de perpetuação. Por um lado, uma estratégia de sobrevivência, ou pelo menos prioridade de crescimento, adoptada essencialmente

pelas empresas principalmente desportivas, pouco estruturadas, sem empregados fixos, e com um funcionamento sazonal associado às actividades e, por outro, a adopção de uma estratégia de crescimento pelas empresas desportivas e turísticas, maioritariamente constituídas como sociedades, com uma estrutura maior, que empregam pessoal a tempo integral, e cuja actividade se estende ao ano inteiro.

Com base no trabalho anterior, Paget e Mounet (2008) seleccionaram e analisaram o crescimento de uma empresa de turismo desportivo na natureza, a partir da teoria de Churchill e Lewis (1983). O modelo teórico de Churchill e Lewis (1983) é uma metáfora baseada na metamorfose biológica do ciclo de vida, aplicada ao ciclo de vida dos produtos de uma empresa, mostrando que as empresas passam por cinco etapas de desenvolvimento. Cada uma dessas etapas é caracterizada por um determinado tamanho, e por cinco factores de gestão que são os modos de gestão, a estrutura organizacional, a importância dos sistemas formais, os principais objectivos estratégicos e a participação do dirigente-proprietário. O primeiro estádio (ou etapa) de existência corresponde a uma estrutura simples onde o empreendedor faz tudo. É seguida por uma etapa de sobrevivência (ou manutenção) que é conseguida por empresas que tenham demonstrado produtividade na fase anterior. Estas empresas podem crescer e passar para o estádio seguinte, manterem-se nesta fase, serem vendidas se forem viáveis financeiramente, ou mesmo desaparecer. O terceiro estádio corresponde à fase de sucesso, que oferece duas hipóteses ao dirigente: estabilizar a empresa e permanecer no negócio, ou continuar a explorar a empresa e perseguir o seu desenvolvimento. O estádio seguinte (quarto) é o de desenvolvimento, que corresponde a uma estrutura departamentalizada cujo objectivo é o crescimento. Diversas questões são possíveis nesta fase: o empresário aproveita o êxito financeiro e de gestão que está associado ao crescimento da empresa e esta torna-se numa grande empresa; no caso de falhar nessa tarefa o empresário poderá decidir vender a empresa ou mantê-la num estado de equilíbrio, a empresa poderá também ser forçada a voltar ao estádio anterior, e no caso de os problemas serem muito significativos poderá ter que voltar ao estádio de sobrevivência (segundo estádio), ou poderá até mesmo desaparecer. Por fim, o quinto estádio corresponde ao estado de maturidade dos recursos (exploração máxima dos recursos), apresentando uma gestão descentralizada e com sistemas formais muito desenvolvidos.

Paget e Mounet (2008), depois de analisarem a empresa alvo de estudo, referem que o crescimento aparece como o resultado de diversos indicadores quantitativos e qualitativos que mostram um aumento da sua produção e dos seus recursos humanos, financeiros e materiais, assim como um começo de estruturação das suas funções de gestão. Argumentam que esse crescimento foi feito por uma lenta maturação da sociedade ao longo de quatro fases, que correspondem às diferentes mudanças veiculadas na empresa. A empresa analisada passou pelas primeiras quatro fases de desenvolvimento descritas por Churchill e Lewis (1983), não tendo atingido ainda o quinto estádio: fase de criação (fase 1); fase de arranque (fase 2) onde fez a prova da sua produtividade; de seguida passou pela fase de sucesso (fase 3) no qual o dirigente decidiu continuar o seu desenvolvimento e avançar para uma estrutura divisionária. A empresa está actualmente (à data do estudo) numa fase de desenvolvimento (fase 4) com o objectivo de crescimento.

Em Portugal foram desenvolvidas alguns estudos, em especial sobre as EAT. R. A. Costa (2005) realizou um estudo com o objectivo de caracterizar a realidade das PME que operam no sector do turismo, em especial as EAT, e avaliar o potencial de crescimento e desenvolvimento dessas pequenas e microempresas. Para o efeito foi aplicado um inquérito por questionário a todas (241) as EAT licenciadas na Direcção Geral do Turismo, à data da realização do estudo, obtendo uma taxa de resposta de 44,4% (107). O questionário foi constituído pelas seguintes secções: i) caracterização geral das EAT; ii) caracterização do negócio e das principais estratégias empresariais; iii) frequência, formas e razões de contacto com outras entidades; iv) rede de contactos entre as organizações; v) financiamento; vi) perspectiva de futuro do sector.

Os dados deste estudo evidenciam as seguintes conclusões (Costa R. A., 2005): i) as EAT são na sua grande maioria micro empresas (90%); a maior parte tem um período de actividade inferior a 4 anos, e para cerca de 30% dos empresários estas empresas representam uma actividade em part-time; ii) as empresas estão direccionadas, maioritariamente, para a prestação de serviços ao consumidor final, embora as agências de viagens e os operadores turísticos sejam parceiros importantes no negócio; o principal alvo das EAT é o mercado nacional, embora para 30% das empresas o mercado internacional seja o mais importante; os principais constrangimentos apontados por estas empresas são a falta de apoio das entidades do turismo, o acesso a financiamento, e a regulamentação e legislação

(in)existentes; estas empresas têm como principais objectivos, crescer, consolidar o seu negócio, inovar e aumentar a qualidade do serviço, tendo como principais estratégias o reforço da imagem da empresa e o aumento das vendas; iii) contactam preferencialmente os serviços de alojamento, as agências de viagem e os operadores turísticos; têm vindo a associar-se a outras entidades do sector do turismo; iv) cerca de 90% das empresas consideram bastante ou muito importante a criação de uma rede de organizações na sua área de negócio; v) mais de 75% não concorreram a incentivos financeiros do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para a criação da empresa (embora 50% destas empresas o pudessem ter feito); cerca de 30% das empresas pensam ainda vir a concorrer ao III QCA; apenas 23% já concorreram a incentivos financeiros, das quais, destas, mais de 70%, viram já os seus projectos de investimento aprovados; vi) para 93% das empresas o turismo irá crescer; a área em que o crescimento mais se poderá notar é ao nível do número de turistas e excursionistas.

Moutinho (2008) realizou em estudo sobre a oferta e a procura da animação turística que procurou caracterizar o perfil das entidades de animação, mostrar o entendimento que os seus vários intervenientes fazem desta actividade, verificar de que forma o papel dos responsáveis e as políticas adoptadas por estes são potencialmente criadoras de valor para a Região de Turismo do Ribatejo (RTR) e se traduzem na dinamização turística do território e na mobilização activa das comunidades, e avaliar a participação dos turistas nas actividades e o seu envolvimento com as entidades que oferecem o serviço. Este trabalho teve como principal método de observação o inquérito por questionário: um dirigido aos responsáveis pelas entidades promotoras de animação turística nos municípios da RTR; e outro aos indivíduos que se dirigiam aos indivíduos que se dirigiram ao Posto de Turismo da cidade de Santarém (concelho de Santarém) durante o ano de 2006. Os resultados obtidos evidenciam as seguintes conclusões: i) a maior parte das entidades de animação que operam na RTR iniciou a sua actividade turística a partir de 1996, revelando, por isso, a juventude do subsector, e são no geral de pequena dimensão; ii) desenvolvem uma estratégia comercial de especialização em função do meio físico ou cultural; iii) apresentam uma tendência para a oferta de uma actividade especializada ou âncora, onde sobressaem as actividades ligadas ao golfe, cavalos e touros, à organização de eventos, às visitas técnicas, aos passeios de barco e à canoagem; iv) a maior parte dos agentes inquiridos admite desenvolver

estratégias direccionadas para o segmento generalista e adaptar as suas ofertas às solicitações imediatas da procura; v) na óptica de todos os intervenientes, é incontornável o papel desempenhado pela animação turística na potenciação da imagem da RTR, na qualidade e pluralidade da oferta, e na afirmação da competitividade entre os mercados; vi) referem que continua a verificar-se fragilidades nas estruturas locais, assimetrias na atribuição regional de meios financeiros para os serviços turísticos, além da escassa qualificação específica dos recursos humanos; vi) na sua opinião, será necessário criar novas dinâmicas que potenciassem uma oferta que responda à nova procura turística e à mobilidade acrescida dos fluxos.

Na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto foi conduzido um conjunto de estudos, sob a orientação da professora Ana Luísa Pereira, sobre as AFAN em determinadas regiões, nomeadamente em Rio Maior (Cunha S. C., 2006) Espinho e Gaia (Resende, 2006) e Valimar (Mota, 2006). Alguns objectivos determinados para estes trabalhos foram os seguintes: a) analisar como se encontram estruturadas as organizações que promovem estas actividades; b) identificar as diferenças entre as organizações públicas e privadas; c) descrever as actividades que são promovidas; d) caracterizar os recursos humanos utilizados por estas organizações; e) compreender e identificar se existem mais-valias na organização destas actividades nos locais onde ocorrem; f) inferir sobre o conhecimento dos responsáveis das organizações em relação ao desenvolvimento sustentável e à Agenda 21 Local; g) analisar de que forma é que estas organizações integram uma estratégia de desenvolvimento sustentável perspectivada pelos municípios. A metodologia destes estudos consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas aos responsáveis das organizações, a responsáveis autárquicos, e a monitores das actividades, e posterior análise de conteúdo. Os principais resultados permitiram concluir o seguinte:

i) No concelho de Rio Maior (Cunha S. C., 2006), as entidades públicas e privadas desenvolviam, à data, semelhante tipo de actividades mesmo sujeitas a diferentes obrigações perante a lei; as actividades relacionadas com o montanhismo, como o pedestrianismo, são as actividades que se destacam em todas as entidades; os responsáveis e monitores demonstraram estar sensibilizados para a problemática da conservação da natureza, parecendo colocar em prática determinadas formas e meios para a respectiva preservação, mas sem existir conformidade quanto à sua

actuação; o índice de incidentes parece ser reduzido e sem gravidade; os monitores responsáveis pelas actividades apresentam, de uma forma geral, formação superior e técnica relacionada com a área, considerando que esta, de um modo geral, deva ser da responsabilidade das federações e das universidades; Rio Maior parece apresentar-se como um forte potencial destino turístico, pelas características naturais, patrimoniais e culturais e, também, pela promoção desportiva de uma forma geral, e pela promoção das AFAN, em particular; as leis que regulam estas actividades parecem não ser adequadas nem servir os interesses das entidades;

ii) Nos concelhos de Espinho e Gaia (Resende, 2006) existem entidades, públicas e privadas, com objectivos e formas de actuação diferentes; o conhecimento dos responsáveis acerca do desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Local é reduzido; parecem existir preocupações relativamente à preservação ambiental, mas que se traduzem em poucas acções concretas; a legislação do sector parece ter ainda lacunas;

iii) No concelho de Valimar (Mota, 2006) as actividades nas associações são desenvolvidas por um pequeno número de sócios, e nas empresas são desenvolvidas pelo sócio-gerente e por poucos funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial; as actividades mais promovidas são a caminhada, canoagem e *paintball*, e as que menos se promovem são o *canyoning*, o *rafting* e o *windsurf*; a legislação actual é um factor inibidor do crescimento do sector; em termos do município, não existe nenhuma estratégia definida que integre estas organizações;

O PENT, no seu relatório sobre o mercado do Turismo de Natureza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007), salienta os seguintes problemas associados ao sector e às empresas que operam no mesmo:

i) A pequena dimensão das empresas que operam no sector é um obstáculo para a competitividade das empresas turísticas, nomeadamente para a implementação de sistemas mais eficazes de produção, de inovação e de melhoria de qualidade; para o acesso a tecnologia avançada; para a obtenção de informação dos mercados; para o aumento da qualidade de recursos humanos; para a obtenção de fórmulas de comercialização mais eficazes; para a obtenção de um maior poder de negociação frente à procura e/ou intermediários, fornecedores, etc.;

ii) A tenra idade das empresas, que começaram a surgir partir dos ano 1990s (a grande maioria das empresas tem menos de 10 anos de existência), não

tem permitido a acumulação suficiente de experiência, tecnologia e *know-how,* em especial para competir no mercado internacional;

iii) A falta de aplicação ou inadequação de regulamentação, em especial das licenças para operar no sector, tem originado uma certa confusão e tem dificultado a implementação de *standards* de qualidade na estruturação e prestação dos serviços;

iv) A limitação para a estruturação de produtos ou experiências integrais, incluindo serviços como o alojamento, associada à falta de cooperação entre os diversos operadores e prestadores de serviços (agências receptivas, alojamento, restauração, etc.) é um obstáculo para a articulação e comercialização de ofertas integradas;

v) A juventude e a reduzida dimensão das empresas que operam no sector não têm permitido um vínculo laboral permanente na maioria das empresas, impedindo ou dificultando assim a especialização dos recursos humanos.

Em relação à composição da procura do mercado do Turismo de Natureza, o PENT (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007) salienta a escassa presença de procura internacional (4% da procura total), que corresponde maioritariamente a visitantes que viajaram para Portugal por outros motivos e que, uma vez no país, foram atraídos para a prática de algumas destas actividades. Este facto reflecte, por um lado o fraco posicionamento de Portugal como destino para viagens de Turismo de Natureza no mercado internacional (como motivo principal) e, por outro, a importância do conceito de procura secundária neste sector.

O PENT (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007) também realça a percepção interna negativa em algumas dimensões do Turismo de Natureza (Desportos de Natureza). Na perspectiva dos operadores portugueses existem alguns obstáculos ou impedimentos para o desenvolvimento do sector, nomeadamente a falta de promoção, a impossibilidade de venda de alojamento, a legislação inadequada e a falta de apoio financeiro.

2.7. OS DESPORTOS DE NATUREZA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.7.1. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável é um dos conceitos mais utilizados nas discussões contemporâneas e, ao mesmo tempo, um dos menos consensuais e menos compreendido. De facto, tem sido percorrido um longo caminho na tentativa de encontrar um consenso na sua definição. No entanto, a

estrutura de trabalhos analíticos da sustentabilidade é tão ampla, abrangendo problemas ambientais, económicos e socioculturais, utilizando a ética e plataformas de igualdade intra e inter-geracional como instrumentos de debate, que têm criado, de certa forma, diversos problemas para a sua definição (Cooper, Fletcher, Fyall, Gylbert, & Wanhill, 2007). Este conceito é, aliás, o resultado de um processo histórico de reflexão sobre a capacidade do planeta responder às condutas do Homem pela procura do seu próprio desenvolvimento. É construído decorrente da insatisfação de alguns segmentos sociais, dos quais se incluem os cientistas, sobretudo das áreas do conhecimento social e humano, com os limites da abordagem predominante. Essa insatisfação reflecte a consciencialização da progressiva deterioração das condições objectivas de existência da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental (Fidélis, 2001).

Importa iniciar esta revisão com a análise dos contornos que levaram à criação do próprio conceito, inerente à necessidade de criar um novo paradigma de desenvolvimento, em especial, que articule o desenvolvimento socioeconómico com a protecção da qualidade ambiental (Fidélis, 2001). Uma apreciação dos principais dados da história socioeconómica será útil para que a sociedade continue a seguir as pegadas do passado ou seguir outros caminhos (Rao, 2000). Desde os filósofos da Natureza Gregos e Romanos aos monges Beneditinos, dos economistas como Malthus ou Ricardo aos conservadores na Europa e América, existiram sempre pessoas que promoveram um sábio e moderado uso dos recursos naturais (Vaillancourt, 1995). No entanto, os padrões de crescimento e de desenvolvimento impostos a partir da Revolução Industrial, que têm como consequência o rápido crescimento populacional, a crescente urbanização das cidades, o aumento dos níveis de consumo e os consequentes impactos gerados, são apontados, de forma generalizada, como os grandes responsáveis pelo agravamento, em especial, da qualidade ambiental (Fidélis, 2001). De facto, Thomas Malthus (1766-1834) terá sido o primeiro a alertar para a possibilidade da escassez de recursos (em espacial os alimentos), se a população tender para o crescimento exponencial, embora as suas previsões não se tenham concretizado nos últimos dois séculos (Rao, 2000). A era industrial é marcada, também, por novas filosofias económicas e ambientais. Algumas preocupações, a este respeito, são expressas por notáveis economistas como John Stuart Mill (1806-1873), Karl Marx (1818-1883) e Alfred Marshall (1842-1924), representantes das correntes dominantes da época: o liberalismo, o

marxismo e o neoliberalismo. O reconhecimento da importância dos limites dos recursos naturais e da sua diminuição é expressa por cada um deles, através das suas diferentes perspectivas (Rao, 2000).

No início do século XX era visível a oposição ideológica, relativamente aos modelos de desenvolvimento a seguir, entre os defensores de um tipo de desenvolvimento que não abordava as questões ambientais e os ambientalistas defensores do crescimento zero que negligenciavam as necessidades de desenvolvimento, em especial nos países de terceiro mundo (Vaillancourt, 1995). Assim, na segunda metade do século XX foram realizadas diversas conferências e seminários onde foi proposto incluir um tipo de desenvolvimento que permitisse o respeito pelos recursos naturais, conciliando as ideias dos activistas ambientais com os radicais pro-desenvolvimento. A conferência sobre o *Meio Ambiente Humano*, realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, foi um marco importante para esta temática, resultando num plano de acção para o meio ambiente onde emerge como prioridade fundamental, a criação de um tipo de desenvolvimento que respeite o ambiente e a gestão dos recursos naturais, que inclua a preservação da capacidade da Terra para produzir recursos renováveis vitais (Vaillancourt, 1995).

Na década de 1970 emerge o conceitos de ecodesenvolvimento, amplamente defendido por Maurice Strong e Iganacy Sachs, em especial por este último, através do livro *Strategie de L'ecodevellopment* (Estratégia do Ecodesenvolvimento) (Sachs, 1980, 1994), e o conceito de sociedade sustentável por Lester Brown (Brown L. , 1981), que expressavam a necessidade de criação de uma nova ordem económica sob a ideia de que o desenvolvimento socioeconómico e a protecção ambiental deveriam ser harmonizados (Vaillancourt, 1995). Em 1980, a expressão desenvolvimento sustentável é, talvez, referida pela primeira vez na Estratégia Mundial para a Conservação, resultante da Conferência de Estocolmo (Vaillancourt, 1995), sob a ideia de se dever ter em conta os factores sociais e ecológicos, assim como os factores económicos, e os recursos de base biótica e não biótica, de forma a verificar as vantagens e inconvenientes das soluções alternativas de curto e longo prazo (IUCN, UNEP, & WWF, 1980).

No seguimento do *Relatório Brundtland – O Nosso Futuro Comum* (WCED, 1987), as conferências das Nações Unidas sobre *Ambiente e Desenvolvimento*, realizadas em 1992, no Rio de Janeiro; em 1995, em Copenhaga; e em 2002, em Joanesburgo; permitiram o reconhecimento das necessidades de novas estratégias

locais e globais para enfrentar os problemas ambientais, colocando na agenda política mundial o conceito de desenvolvimento sustentável. No âmbito destas conferências, este conceito surge associado a três dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente (WCED, 1987), que de certa forma são interdependentes. A vertente económica está associada à integração do ambiente e da economia em todos os níveis de decisão, revendo objectivos e modelos de desenvolvimento, utilizando análises e distribuição justa de benefícios e custos económicos e ambientais de desenvolvimento; à evolução tecnológica e à alteração de processos produtivos, de consumo e redução da produção de resíduos através do aumento da eficiência e da mudança dos estilos de vida. A vertente social está associada à estabilização do crescimento populacional, à generalização do bem-estar social, da educação, do acesso à informação e da participação nos processos de decisão. Por sua vez, a vertente ambiental está associada à conservação da natureza e à promoção dos valores e recursos ambientais naturais, incluindo ar, água, solo e diversidade biológica, reduzindo a escala de utilização e extinção dos ecossistemas e habitats.

Embora as diferentes abordagens teóricas identificadas sobre o conceito de desenvolvimento sustentável possam estabelecer diferentes definições, Fidélis (2001) refere que é possível apresentar algum nível de consenso relativamente ao seu significado. Das diversas definições encontradas na literatura destacam-se as seguintes:

- “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 41);

- “(…) desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo de mudança cuja exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a direcção do desenvolvimento tecnológico, e as mudanças institucionais sejam consistentemente concretizadas com as necessidades do futuro assim como com as do presente” (WCED, 1987, p. 17);

- “Para que o desenvolvimento seja sustentável deve-se ter em conta tanto os factores sociais e ecológicos, como os económicos; dos recursos de base, vivos e não vivos; e das vantagens e desvantagens das acções alternativas, a longo prazo, assim como a curto prazo” (IUCN, UNEP, & WWF, 1980, p. 18);

- “O desenvolvimento sustentável é entendido como a forma das mudanças

da sociedade que, em adição aos objectivos de desenvolvimento tradicional, assim como ao objectivo ou restrições da sustentabilidade ecológica" (Lélé, 1991, p. 610);

- "O desenvolvimento sustentável pode ser considerado como o conjunto de programas de desenvolvimento que permitem a satisfação das necessidades humanas sem violar as capacidades de longa prazo dos recursos naturais e as normas da qualidade ambiental e da equidade social " (Bartelmus, 1994, p. 73);

- "O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança que tem em conta a harmonização da exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, a aplicação de técnicas de desenvolvimento de instituições e empresas com a finalidade de reforçar um potencial socioeconómico apto para resolver as necessidades e aspirações da humanidade" (Lima & Careto, 2006, p. 48).

O conceito de desenvolvimento sustentável levanta, assim, uma série de novos princípios assente em quatro grandes princípios (Bessy & Mouton, 2004; Fidélis, 2001): i) uma nova relação com o tempo que requer uma solidariedade inter-geracional, que articule o curto e longo prazo; ii) uma nova relação com mundo e com o espaço, que requer um pensamento global, articulando o local e o global, num abordagem transversal e sistémica; iii) uma nova relação de conhecimento, que exige um dispositivo de alerta que requer medidas de precaução, avanços científicos e tomada de medidas temporárias; iv) um novo modo de governação assente no princípio de participação dos indivíduos, que conjugue as ideias dos diferentes actores na decisão.

Sob esta perspectiva, o desenvolvimento sustentável representa 4 grandes papéis (Hawkins & Buttel, 1991):

1) Como um movimento de ideologia ecologista;
2) Como um *pivot* simbólico de conflito sobre políticas de desenvolvimento;
3) Como um guia para as políticas e programas de desenvolvimento;
4) Como uma categoria teórica.

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta também algumas críticas, baseadas em três grandes questões: i) um conceito suave e ambíguo; ii) um conceito enraizado nas velhas categorias de crescimento (económico); iii) um conceito etnocêntrico.

- A primeira crítica refere-se ao facto do conceito ser mais ideológico do que operacional (Giddings, Hopwood, & O'Brien, 2002), apresentando um significado muito lato, flexível e ambíguo (Pesqueux, 2009), que não expõe metas bem

definidas, não permite a definição de um plano de acção concreto e abrangente, e não contém um carácter vinculativo (Dontenwill, 2008).

- A segunda crítica refere-se ao facto do conceito assentar nas categorias tradicionais (do crescimento económico) pois, embora reivindique uma mudança de paradigma, o desenvolvimento sustentável continua a basear-se na racionalidade económica e não na ecológica, centrando a sustentabilidade no crescimento e não nos ecossistemas (Dontenwill, 2008; Hove, 2004).

- A terceira diz respeito ao facto do conceito de desenvolvimento sustentável ser um conceito com uma matriz puramente ocidental (Dontenwill, 2008), de construção puramente etnocêntrica, tecnocêntrica e antropocêntrico, (Adams, 1995; Hove, 2004; Watts, 1995). A este respeito, Middleton, O'Keefe, e Moyo (1993) referem que os países desenvolvidos (do Norte) ao avançarem com uma agenda ambiental baseada nos seus próprios interesses encontraram no termo globalismo uma forma de legitimar e perpetuar a sua supremacia em relação aos outros países (do Sul). No mesmo sentido, Escobar (1995) refere que são os cientistas ocidentais que continuam a ditar o que é bom e mau para o resto do mundo, geralmente sem perguntar aos outros povos o que têm a dizer sobre isso.

Apesar do conceito de desenvolvimento se apresentar de difícil implementação prática, possui características paradigmáticas e mesmo retóricas, que permitem uma fácil aceitação pelos diversos grupos de interesse, estando presente nos discursos dos principais agentes políticos, à escala global (Fidélis, 2001). Mais do que não seja, este conceito é uma noção fundamental que se enquadra no sentido da história e nos obriga a interrogar-nos sobre o que fazemos para o futuro do planeta (Bessy & Mouton, 2004).

2.7.2. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta um conjunto diversificado de correntes teóricas que encaram de diferente forma a sua operacionalização. A este respeito Fidélis (2001), através de uma revisão da literatura, diferencia as actuais correntes que se referem à operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável em três grandes perspectivas: a perspectiva substantiva, a perspectiva ética e a perspectiva disciplinar.

A perspectiva substantiva questiona os actuais modelos de crescimento e de desenvolvimento e está subdividida em três correntes (Fidélis, 2001) - a corrente conservadora, a intermédia e a radical:

- A primeira é defendida principalmente pelos economistas (Barbier, Markandya, & Pearce, 1990; Feitelson, 1992), que referem que a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável não requer um corte radical com os modelos neoclássicos de desenvolvimento, em especial sobre a necessidade de crescimento económico. Nesse sentido, as principais alterações que são preconizadas por esta corrente referem-se à definição de objectivos, à alteração ou à expansão dos critérios usados nos processos e nos instrumentos de apoio à decisão, tais como a análise de custo benefício e a criação de sistemas de compensação por danos ambientais;

- A corrente intermédia é reflectida, principalmente, através do relatório Brundtland (WCED, 1987), e é defendida por uma grande diversidade de áreas do conhecimento (Bergh & Nijkamp, 1991; Noogard, 1992). Esta corrente assume a importância do crescimento económico, articulado com o ambiente, sugerindo que a abordagem económica utilize o planeamento ambiental através de factores ambientais e intergeracionais, para lidar com objectivos, processos e condicionantes de sistemas económicos e ecológicos associados a políticas ou cenários específicos. Esta corrente subdivide-se, de acordo com Fidélis (2001), em duas vertentes, ambas baseadas na conservação dos recursos. As diferenças entre elas baseiam-se no nível de crescimento e nas modificações ambientais: uma orientada para o crescimento sustentado e a outra para o crescimento zero;

- A corrente radical é defendida sobretudo pelos ecologistas (Naess, 1973) que se associam às correntes *ecocêntricas* (Schumacher, 1973). Esta corrente defende uma ruptura radical com o modo de funcionamento das atuais sociedades ocidentais, recusando qualquer tipo de crescimento económico, e tem vindo a contribuindo para alargar o debate sobre as estratégias convencionais de crescimento.

A perspectiva ética centra-se, de acordo com Fidélis (2001), na interpretação do papel do homem perante o ecossistema Terra. Esta perspectiva está dividida em duas correntes - a corrente naturalista e a antropocêntrica:

- A corrente naturalista está associada às atitudes radicalistas atribuídas ao biocentrismo e à ecologia radical. Os defensores desta corrente referem que todos

os seres vivos têm igual importância, e que o bem-estar humano não é a questão mais importante quando se debate ambiente e desenvolvimento. Defendem que o Homem tem uma relação ética com o ambiente e com a natureza, considerando-os uma extensão moral da comunidade humana;

- Contrariamente à corrente anterior, a corrente antropocêntrica centra-se no Homem, enquanto objecto e objectivo de desenvolvimento. A importância do desenvolvimento sustentável é justificado pela necessidade de articular os objectivos de vida e as obrigações morais entre o Homem e o ambiente enquanto suporte da actividade humana. O paradigma do desenvolvimento sustentável é, aliás, actualmente dominado por esta corrente.

A perspectiva disciplinar é caracterizada por contribuições de quatro grandes áreas disciplinares (Fidélis, 2001) - da ecologia, do planeamento, da economia e das ciências sociais e políticas:

- A área disciplinar da ecologia considera que é fundamental a existência de uma articulação entre ambiente e desenvolvimento, que envolva os sistemas naturais e humanos, enquadrando fundamentalmente os critérios ambientais nos processos de decisão. Esta área defende ainda a utilização de metodologias de análise da capacidade de uso e capacidade de carga em larga escala, apesar de reconhecerem limitações práticas que são relevante para a sua implementação;

- As correntes económicas dos mais diversos paradigmas (mais ortodoxas ou inovadoras) perspectivam, de forma geral, o desenvolvimento sustentável através de soluções resultantes do funcionamento do mercado, e do desenvolvimento e da aplicação de instrumentos económicos como taxas, subsídios, incentivos, etc.;

- A perspectiva do planeamento encara a solução para o desenvolvimento sustentável através da reformulação dos processos actuais, que incluam a elaboração de políticas e a implementação de estratégias de desenvolvimento com incidência territorial, que incluam de raiz uma matriz ambiental articulada com as outras componentes (espacial, social, económico e sectorial);

- Por fim, as ciências sociais e políticas apresentam a solução para o desenvolvimento sustentável através do recurso a processos de negociação entre os diversos actores (grupos sociais e políticos). Defendem também a reformulação dos processos políticos (elaboração e implementação de políticas), o desenvolvimento de medidas de justiça e equidade social através do uso e da exploração de recursos naturais. Neste sentido, existe a expectativa de que uma maior educação e uma

maior ética ambiental proporcionem novas iniciativas de base e novas estratégias de articulação entre ambiente e desenvolvimento, e uma abertura na tomada de decisão.

A discussão teórica sobre a problemática do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva espacial, pode ser resumida a dois grandes paradigmas que se opõem na sua natureza e nos seus pressupostos: o funcionalista e o territorialista (Amaro, 1991; Rita & Mergulhão, 1997). O primeiro é também designado por modelo de desenvolvimento exógeno enquanto o segundo por abordagem de desenvolvimento endógeno (Lowe, Ray, Ward, Wood, & Woodward, 1997; Veiga, 2005).

O paradigma funcionalista assenta sobretudo no impulso exógeno de natureza económico e tecnológico (Veiga, 2005) e pressupõe, por isso, o desenvolvimento centralizado de cima para baixo (Amaro, 1991; Rita & Mergulhão, 1997). Este paradigma alicerça o desenvolvimento apenas em alguns sectores de actividade económica e/ou em áreas geográficas específicas, que potencialmente se tornam nos motores do desenvolvimento, e que posteriormente se difunde aos restantes sectores de actividade e a outras áreas geográficas (Rita & Mergulhão, 1997). Nesta concepção o espaço é considerado como um mero suporte, sobre o qual se confrontam forças e funções económicas, que definem as localizações e por essa via a estrutura e hierarquização dos espaços económicos (Veiga, 2005). Este modelo assenta numa perspectiva economicista cuja ideia central é a racionalização e a maximização dos recursos tendo em vista a obtenção do maior lucro possível, descurando de forma explícita várias das dimensões daquilo que deveria ser o desenvolvimento, nomeadamente a questão social, cultural, ambiental e política (Rita & Mergulhão, 1997). Além disso, é um desenvolvimento monolítico, centralizado, que não tem em devida consideração aquilo a que poderemos chamar de satisfação das necessidades básicas e que não procura estimular nem mobilizar a participação (Rita & Mergulhão, 1997).

A insatisfação com os modelos anteriores, em especial perante a evidência de que o crescimento económico não é necessariamente sinónimo de desenvolvimento (Rita & Mergulhão, 1997), conduziu ao aparecimento nos anos 1980s de novas abordagens, seguindo o pressuposto de que o desenvolvimento deve partir dos recursos específicos de determinados territórios (humanos, naturais e culturais) (Veiga, 2005). Este novo paradigma (territorialista) opõe-se ao anterior paradigma funcionalista (Pecqueur & Silva, 1998), já que este é um processo de baixo para

cima (Amaro, 1991; Rita & Mergulhão, 1997), baseado essencialmente nas capacidades endógenas dos territórios, e que tem em conta não só o presente, mas também as gerações futuras e a capacidade de auto-regeneração dos recursos próprios dos territórios (Rita & Mergulhão, 1997). A introdução de uma nova representação do espaço-território (espaço local) e a articulação entre as várias escalas espaciais (do local ao global), em alternativa à representação de uma escala única (nacional), permitiu revelar fenómenos económicos, sociais, políticos e culturais importantes, e que estariam anteriormente escondidos ou eram ignorados (Veiga, 2005). Este paradigma propõe, assim, uma nova visão do desenvolvimento fundamentada na mobilização plena do capital endógeno, despertando e mobilizando as capacidades e os recursos das populações para que estas possam satisfazer as suas necessidades básicas e a promoção da melhoria da sua qualidade de vida de forma duradoura e continuada (Rita & Mergulhão, 1997).

Veiga (2005) refere que as novas abordagens do desenvolvimento contestam as posições parcelares criadas à volta dos dualismos teóricos (exógeno/endógeno), por estes favorecerem uma polaridade artificial, defendendo as análises que privilegiam as relações entre os dois pólos. Reúnem-se assim as duas dimensões, endógenas (territorial) definidas pelas características locais e exógenas (funcional) na abertura ao exterior, na interacção entre relações sociais e escalas espaciais. Neste sentido, são tão importantes as características endógenas como o tipo e a qualidade das relações que são possíveis de estabelecer com o exterior e que são representadas na capacidade de auto-organização e de arranjo institucional a nível local. Em síntese, Veiga (2005) refere que as abordagens teóricas sobre o conceito, modelos e práticas de desenvolvimento têm evoluído para visões mais integradas, multidimensionais e pluridisciplinares, que contestam visões dicotómicas que caracterizaram o debate inicial.

2.7.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local é um conceito que surgiu nos anos 1980s, frequentemente interpretado como o paradigma mais recente do desenvolvimento, sendo também conhecido sob a designação de desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável (Silva, 2009).

O desenvolvimento local enquadra-se numa perspectiva territorial integradora que procura articular, através das diversas iniciativas, os recursos endógenos e os

recursos exógenos de forma sustentável, com vista a atingir um desenvolvimento integrado que melhore a qualidade de vida em todos os domínios (Carvalho, 2009). Este modelo de desenvolvimento aponta por isso para uma estratégia participativa, pressupondo a identificação, o reconhecimento e o reforço identitário, a partilha de objectivos identificados como comuns, e o trabalho colectivo para a prossecução de fins previamente definidos, traduzindo o sentimento de pertença e de autonomia (Brito, 2004). Neste sentido, não poderia deixar de se centrar na comunidade, partindo das necessidades básicas nelas existentes (Carvalho, 2009), através de um processo de transformação e de mudança que pressupõe um trabalho de parceria e cooperação (Amaro, 2003).

As acções participativas podem ser classificadas em função de três modalidades distintas (Brito, 2004): i) a mobilização da população para a prossecução de projectos socioeconómicos através do contributo prestado em força física; ii) a participação efectivada pela descentralização e pela desconcentração do poder político pelo Estado, que o transfere de níveis hierarquicamente superiores para órgãos locais; iii) a delegação de poderes em grupos sociais, económicos e políticos permitindo o empenho individual na tomada de decisões que afectam o grupo no seu conjunto.

Carvalho (2009) refere ainda, a este propósito, que as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, de uma importante convergência dos actores sociais, do município ou comunidade, em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

O conceito de local não tem apena uma conotação física, representa uma transformação particular na base das relações económicas, sociais e culturais que lhes confere características individuais, e que permite diferenciar um local do outro (Silva, 2009). Neste sentido, o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, geralmente assentes em pequenas unidades territoriais (a nível local), não remetendo para o sinónimo de pequeno, mas para um processo pensado, planeado e induzido (Carvalho, 2009).

Aydolat (1985) sintetizou as características comuns no desenvolvimento local da seguinte forma: 1) um desenvolvimento territorial; 2) uma referência às necessidades básicas; 3) um desenvolvimento comunitário; 4) a valorização dos

recursos locais; 5) um desenvolvimento integrado; 6) uma autarcia selectiva; 7) a pequena escala e as inovações de carácter local.

O desenvolvimento local pode ser definido, assim, como o “processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções” (Amaro, 1999, p. 38).

O conceito de desenvolvimento local contém três grandes grupos que estão interligados, e com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento (Buarque, 1999):

a) A elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem os objectivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo o esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo;

b) A eficiência e o crescimento económicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade (de forma sustentável e continuada), representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável;

c) A conservação ambiental é uma condicionante decisiva da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

Amaro (1991) refere que as principais vantagens do desenvolvimento participativo e local remetem para um conjunto de factores, tais como: i) requerem proximidade em relação aos problemas sentidos, com directa identificação das necessidades e dos meios adequados para a sua solução; ii) implicam a mobilização das capacidades e das potencialidades diversificando iniciativas; iii) possibilitam uma intervenção interdisciplinar complexa, de base sistémica e que envolve as dimensões quantitativa e qualitativa, sem privilegiar uma relativamente à outra, reforçam as parcerias entre actores com intervenção territorial diferenciada.

Contudo, o desenvolvimento participativo e local confronta-se com alguns aspectos limitativos (Amaro, 1991), nomeadamente: a) a incapacidade de envolver a

totalidade das comunidades nas iniciativas promovidas; b) o excessivo protagonismo de alguns elementos promotores com tendência para o localismo com fechamento e isolamento comunitário; c) a inexistência dos recursos financeiros, naturais, materiais e humanos considerados necessários com consequente criação de dependências relativamente ao exterior; a inadequação de algumas das medidas estratégicas defendidas e promovidas.

Um dos instrumentos que talvez possa ter uma melhor implicação prática na operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável é a Agenda 21 Local (Carvalho, 2009; Fidélis, 2001). Trata-se de um documento que propõe um programa de acção, que sugere um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de protecção ambiental, justiça social e eficiência económica, para o qual contribuíram 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (Fidélis, 2001).

Os princípios da Agenda 21 Local, e a sua implementação, projectam-se como um considerável instrumento de mudança centrado em duas categorias: planeamento e democratização (Carvalho, 2009). Ao nível do planeamento porque exige uma abordagem contextualizada do acto de planear, que é abrangente nas variáveis a considerar, rigoroso na integração dos problemas, inovador nos modelos prospectivos que propõe, permitindo contribuir para a resolução da tradicional tensão entre ambiente e desenvolvimento. Ao nível da democratização porque desafia a participação pública, que é aliás um elemento chave neste processo, não só por permitir o exercício do direito de auscultação dos cidadãos nos processos de decisão política, mas também porque aumenta a eficiência dessas decisões, e a obtenção de consensos.

A Agenda 21 Local é por isso um programa de acção em permanente redefinição e negociação, que enquadra os objectivos e os meios que permitem conseguir um desenvolvimento local sustentável (Carvalho, 2009).

2.7.4. CONTRIBUTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA PARA A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os Desportos de Natureza são muitas vezes praticados fora das zonas habituais de residência realizando-se, para esse efeito, viagens turísticas em especial para as áreas rurais e para os espaços naturais, correspondendo por isso a

um dos maiores componentes do sector turístico (Hall & Page, 2006; Weiler & Hall, 1992). O turismo é reconhecido como uma das principais actividades económicas do planeta, cujo crescimento tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, e os Desportos de Natureza têm vindo a acompanhado esta tendência, que têm conduzido a uma enorme pressão nos destinos turísticos, originando diversos impactos nesses territórios, resultante de um processo complexo de interacção entre os turistas e os destinos de prática, incluindo as comunidades receptoras (Nyaupane & Thapa, 2004).

Esta constatação tem levado ao reconhecimento da necessidade deste sector incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável contidos na Agenda 21 Local (ICLEI, 2003), adoptando o termo turismo sustentável que se refere, segundo a (UNEP & WTO, 2005, p. 12), ao *"Tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities".* Neste sentido, a indústria tem levado a cabo diversas iniciativas para implementar estes princípios, como os casos, a título de exemplo, do estabelecimento da Agenda 21 para a Indústria dos Transportes e do Turismo (WTTC, WTO, & Earth Council, 1995), da criação de directrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável (WTO, 1993), e da criação de guias para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para os destinos turísticos (WTO, 2004).

Os impactos do turismo são considerados, do ponto de vista conceptual, como as consequências directas, indirectas ou induzidas pelas actividades turísticas, e podem expressar-se de forma positiva ou negativa (Mathieson & Wall, 1996). Os impactos que ocorrem da acção destas práticas correspondem às modificações provocadas nos destinos (Ruschmann, 2008), como consequência do processo de desenvolvimento da indústria do turismo (Hall, 2008).

Estas práticas actuam como um agente de mudança, trazendo inúmeros impactos às condições económicas regionais, às instituições sociais e à qualidade ambiental (Mings & Chulikpongse, 1994). Nesta óptica, o resultado dos impactos do turismo depende da natureza das sociedades onde ocorrem (Ruschmann, 2008) e resultam, de forma geral, das diferenças sociais, económicas e culturais entre a população residente e os turistas (WTO, 1993). A extensão destes impactos depende, assim, não só da quantidade mas também do tipo de turistas que se desloca a esse destino (Mathieson & Wall, 1996).

De acordo com Brito (2004, p. 122), “a relação entre as três dimensões é conseguida, através da garantia de preservação ambiental, atribuindo autonomia às comunidades locais, respeitando a cultura e os valores de origem, reforçando a identidade comunitária, salvaguardando o desenvolvimento económico mediante a gestão dos recursos disponíveis, assegurando a sua utilização pelas gerações futuras”.

O desenvolvimento turístico sustentável é, assim, um processo com tripla acção (Brito, 2004; UNEP & WTO, 2005; WTO, 1993):

a) Sustentabilidade ambiental – permitir uma adequada utilização dos recursos ambientais e a manutenção dos processos ecológicos, de forma a garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação e conservação do património natural e da biodiversidade;

b) Sustentabilidade económica – assegurar operações económicas viáveis e de longo termo que provoquem benefícios socioeconómicos bem distribuídos entre todos os *stakeholders*, incluindo empregos estáveis e oportunidades de geração de rendimentos e oportunidades de serviços sociais às comunidades anfitriãs, contribuindo para a redução da pobreza, e para a eficiência económica sem ameaçar o crescimento futuro;

c) Sustentabilidade sociocultural – garantir que o controle e a gestão dos recursos disponíveis sejam efectivados localmente pelas populações autóctones, respeitando a sua autenticidade sociocultural, de forma a conservar o seu património cultural vivo e edificado, e os seus valores tradicionais, e a contribuir para a compreensão intercultural e a tolerância.

Desta forma apresenta-se na Tabela 8 uma síntese dos potenciais impactos dos Desportos de Natureza, enquanto elemento dinamizador da oferta turística, nas dimensões ambiental, económica e sociocultural.

Tabela 8. Impactos do turismo e dos Desportos de Natureza nos destinos e na sustentabilidade do desenvolvimento local.

Dimensões	Positivos	Negativos
Ambiental	- Criação de planos e programas de preservação de áreas naturais - Investimento em medidas de protecção da natureza - Promoção do contacto directo com a natureza	- Poluição sonora e visual - Erosão do solo - Sobrelotação e congestionamento - Excessivo consumo de água - Poluição da água e do ar - Destruição da paisagem natural - Destruição da fauna e da flora - Degradação de monumentos e da paisagem de sítios históricos
Económica	- Aumento do rendimento dos habitantes - Criação de emprego - Modificação positiva da estrutura socioeconómica - Industrialização básica da economia regional	- Transferência de fundos de outros sectores como a saúde e a educação - Custos de oportunidade - Dependência excessiva do turismo - Inflação - Especulação imobiliária - Modificação negativa da estrutura socioeconómica - Acidentes desportivos que provocam uma imagem negativa nos destinos
Sociocultural	- Modificação positiva da estrutura sociocultural (educação, cultura, profissão, etc.) - Valorização e preservação do património histórico, da herança cultural, e do artesanato - Aumento do orgulho local e do espírito da comunidade - Aumento e melhoria das acessibilidades - Construção de infra-estruras básicas (rede de água pública, saneamento básico, rede eléctrica, etc.) - Criação de novas instalações, atracções e infra-estruturas de lazer - Aumento dos níveis de interesse e participação local em actividades em actividades associadas aos eventos	- Efeitos de demonstração - Movimento intenso (neocolonialismo); - Conflitos religiosos - Comportamentos desviantes (prostituição, crime, vandalismo, etc.) - Descaracterização do artesanato; - Vulgarização das manifestações culturais - Arrogância cultural - Destruição do património histórico - Exploração económica da população local para satisfazer as ambições da elite política - Uso do turismo como forma de legitimação de decisões impopulares

Fonte: adaptado de Hall e Page (2006) Holloway (1998), Ignara (2003), Mathieson e Wall (1996) e Ruschmann (2008).

A questão económica é bem evidente nos Desportos de Natureza, pois os actores económicos foram os primeiros a perceber o interesse do desenvolvimento destas práticas, por razões evidentes de lucro. Na interface do desporto, do lazer e do turismo, os Desportos de Natureza correspondem ao segmento de mercado que mais cresce em termos económicos, já que não se reservam só à procura local para o lazer desportivo, mas também aos numerosos turistas consumidores de serviços desportivos e de prestação de serviços conexos, associado à crescente procura em matéria dos desportos de natureza nas últimas décadas (Bessy & Mouton, 2004). Parece evidente que o volume de negócios gerado pelo consumo do lazer e do turismo desportivo na natureza e actividades acessórias tem tido um crescimento líquido, cuja tendência tem sido no sentido da progressão do mercado dos equipamentos desportivos de natureza, do crescimento das instalações indutoras de práticas pagantes (vias *ferrata*, parques desportivos de natureza, espaços lúdicos, eventos, bacias de águas vivas), da progressão do aluguer de material (canoagem, material de *canyoning* e de via *ferrata,* etc.) e do crescimento da oferta de produtos propostos por prestadores de serviços (Corneloup & Bourdeau, 2004), gerando empregos directos neste sector da actividade através das organizações públicas (ligas, comités, clubes, associações), e organizações comerciais (empresas de serviços de enquadramento, de formação, etc.). Ainda se salienta, sem dúvida, que estas práticas, associadas ao turismo, geram benefícios indirectos nas indústrias hoteleiras e na restauração, no decorrer de estadias curtas ou longas.

A nível sociocultural, os Desportos de Natureza desempenham um papel no equilíbrio das comunidades, pois são mobilizadores dos diferentes actores a fim de promoverem uma prestação de serviços de qualidade (financeiros, produtores, distribuidores, promotores, serviços conexos), criando uma dinâmica de parceria social em torno de um ramo de actividade; são unificadores das diferenças sociais (género, idade, grupo social), incluindo pessoas de diferentes origens, através de um duplo efeito: do processo de diversificação da oferta e da mudança dos modos de sociabilidade; são integradores de públicos específicos (populações especiais, *handicaps*, jovens em inserção); participam na construção de processos da identidade local (população local), e de grupos sociais particulares (e.g. jovens) (Bessy & Mouton, 2004).

Os territórios são, em geral, cada vez mais moldados pelas práticas desportivas, pois a frequentação desportiva dos espaços naturais tornou-se, hoje em

dia, um fenómeno social. A natureza está em grande parte a ser investida por uma população em busca de autenticidade, de relaxamento e de aventura, que coloca o problema da regulação dos fluxos para evitar a degradação dos espaços. Esta constatação exige aos diferentes actores a tomada de consciência do papel dos desportos de natureza. Bessy e Mouton (2004) colocam a tónica do contributo dos desportos de natureza na vertente ambiental e territorial assente na questão da protecção ambiental, na valorização do património natural, na estruturação do território, e na construção de uma imagem turística forte:

i) Protecção ambiental: as diversas instalações criadas (trilhos, pistas, rotas, áreas de descolagem e aterragem, bóias de amarração, caminhos submersos, lojas, estacionamento, etc.) contribuíram para delimitar os espaços de prática, os alojamentos e os estacionamentos, evitando, assim, o uso anárquico do ambiente natural, permitindo que os praticantes possam desfrutar da natureza sem a prejudicar. Os Desportos de Natureza favorecem num primeiro passo uma descoberta activa e sensível do património e, num segundo passo, uma apropriação e defesa deste último, pois os praticantes que imergem na natureza estão cientes da beleza e da riqueza desses lugares. Os Desportos de Natureza aparecem, assim, como um estímulo à construção de uma ecocidadania;

ii) Promoção do património natural: a integração bem-sucedida das diferentes instalações no ambiente natural, através do uso de materiais naturais e de uma arquitectura adequada, tem contribuído par a qualidade ambiental dos locais. O património cultural local (arquitectura, gastronomia, folclore) é cada vez mais associado a estas práticas, que são organizadas por hibridação com a dimensão cultural. Assim, o desenvolvimento dos Desportos de Natureza permite valorizar as zonas naturais, quer através de trilhos interpretativos, mas também de actividades que permitem a descoberta de uma região ou local, tais como o BTT, caminhadas, cavalgadas, esqui, canoagem, *canyoning*, mergulho, e parapente;

iii) Estruturação do território: o território português é marcado pelos desequilíbrios regionais entre as zonas urbanas e as zonas rurais, em especial entre o litoral e o interior. Os lazeres e o turismo desportivo de natureza desempenham um papel significativo no reequilíbrio das zonas rurais que apresentam um enorme potencial natural mas que são negligenciados e menos eficientes no plano da economia turística tradicional. Eles podem, de facto, através das várias instalações necessárias para a prática (e.g. trilhos, estações de esqui, de BTT, de vela, de *surf*,

portos, centros de lazer, centros equestres, áreas de descolagem, vias de escalada, lojas, etc.) modificar o fluxo de utilizadoras e revitalizar essas áreas, criando um ramo de actividade económica, incluindo vários prestadores de serviços (e.g. enquadramento, entretenimento e aluguer desportivo, alojamento, restauração, lojas de artesanato, etc.);

iv) Construção de uma imagem turística forte: os territórios são, por excelência, lugares emblemáticos, na medida em que simbolizam a imagem de uma região. Os Desportos de Natureza e, mais precisamente, a sensação imaginária que transmitem está directamente envolvida na construção da imagem de várias regiões, com alto potencial natural (e.g. serra do Gerês associado às caminhadas, serra da Estrela associada ao montanhismo, serra da Lousã associada ao BTT, Peniche associado ao *surf*). É possível, assim, através da originalidade e do imaginário das suas actividades emblemáticas, efectuar uma comunicação global colocando em evidência a identidade do território.

No entanto, é necessário ter em atenção este tipo de retórica porque o facto de estas práticas se assumirem como salvaguarda da natureza e dos territórios associados, não quer dizer que na realidade não sejam provocados impactos negativos sobre estes. Não se pode negar que são gerados impactos, sendo o seu maior ou menor grau de intensidade, decorrente de determinados factores, como as características das actividades, do número de participantes, da consciencialização e das condutas adoptadas na realização das práticas, da fragilidade do ecossistema, e dos meios técnicos e mecânicos utilizados, etc. (Betrán & Betrán, 1995a).

A este respeito, Bessy & Mouton (2004) referem alguns dos limites da contribuição dos Desportos de Natureza para a sustentabilidade do desenvolvimento local, que devem ser considerados nas diversas dimensões:

a) Limites ambientais e territoriais: a popularidade dos Desportos de Natureza tem provocado a superlotação de alguns lugares que parecem ter atingido a sua capacidade de carga máxima, acelerando perigosamente a degradação ambiental. Da mesma forma, a banalização do ambiente por muitos profissionais é um limite real em termos de protecção ambiental. A valorização do património e a estruturação do território não podem ser exclusivos dos Desportos de Natureza pela existência de outros parâmetros relevantes (políticas gerais de desenvolvimento, natureza das infra-estruturas rodoviárias e imobiliárias, dinamismo económico de outros prestadores, pressão das actividades agrícolas e industriais, etc.). A construção de

uma identidade regional é um processo complexo que não pode ser confinado apenas ao vector desportivo;

b) Limites económicos: o peso da carga fiscal, as actividades paralelas geradoras de concorrência desleal, a dificuldade de obter apoio financeiro para o início da actividade, assim como a fragilidade das estruturas (um só empregado, margens de lucro baixas, etc.) têm consequências negativas em matéria de contratação de colaboradores. A falta de profissionalismo de muitas empresas na concepção, organização e comunicação da oferta provoca um desfasamento com a procura e induz deficiências significativas em termos financeiros;

c) Limites socioculturais: estes limites cristalizam-se principalmente através de dois tipos de conflito. Primeiro, os conflitos de interesse que são identificados entre várias pessoas: entre os diferentes actores estruturantes da oferta (actores desportivos, actores políticos e agentes económicos) que não perseguem os mesmos objectivos, cujas tensões são palpáveis no desenvolvimento de certas actividades (e.g. *canyoning*, escalada, parapente), assim como na exploração dos territórios; entre a população que vive do turismo e a que não tem qualquer benefício, ficando fora do desenvolvimento; as relações, por vezes difíceis, entre turistas e moradores locais que se sentem que estão a ser invadidos e despojados da sua cultura tradicional. Em segundo lugar, os conflitos de utilização dos espaços, existentes entre os praticantes nos territórios procurados: este é o caso do *surf*, mas também entre os seguidores de hipismo, caminhadas e BTT, ou entre diferentes clientes das estâncias de esqui. A diversidade de práticas e de lugares pede prudência para evitar relações por vezes demasiado simplistas ou ilusórias entre uma sociedade em mudança e os Desportos da Natureza vistos como redentores;

d) Limites desportivos: mais recentes e sobretudo menos dotados em licenças que os desportos tradicionais, os Desportos de Natureza estão a lutar para serem reconhecidos no campo desportivo. Isso reflecte a história destas actividades, que permaneceram por muito tempo fora do quadro competitivo (e.g. escalada, *surf*, etc.), faltando, ainda hoje, um quadro competitivo para algumas delas (e.g. caminhadas, *canyoning*, mergulho, etc.). Os Desportos de Natureza apresentam, portanto, uma imagem muito mais associada ao lazer do que ao desporto, situação que não favorece o desenvolvimento de ligas e de comissões, que na maioria das situações não têm os meios humanos e financeiros necessários para as suas ambições;

e) Limites políticos: a timidez das autoridades locais no desenvolvimento dos desportos de natureza é visível na ausência, muitas vezes observada, de uma política de turismo desportivo. A ausência de uma cultura em matéria de desportos de natureza, entre muitos políticos eleitos, está associada às falsas representações e crenças que possuem sobre estes desportos, relacionadas com o desconhecimento do perfil sociológico dos praticantes, e com o peso do imaginário do risco e insegurança associado a estes desportos.

III. A PROBLEMÁTICA E OS OBJECTIVOS DO ESTUDO

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Os Desportos de Natureza e o desenvolvimento local sustentável apresentam-se como a problemática central desta tese. A selecção do tema dos Desportos de Natureza como principal objecto de análise deste estudo advém do facto destes serem actualmente um dos fenómenos sociais com maior relevância nos sectores do desporto, do turismo e do lazer. O seu crescimento pode ser evidenciado por diversos indicadores, entre os quais a produção de legislação sectorial própria, o *marketing* associado à venda de produtos e de equipamentos, o aumento do número de actividade e de eventos, mas também o reconhecimento da imagem que estas actividades têm criado associada à atractividade dos territórios dos destinos turísticos, quer seja como produto principal ou complementar.

Apesar do sector dos Desportos de Natureza estar em franca expansão, os estudos neste domínio são ainda pouco numerosos, o que torna pertinente o desenvolvimento de abordagens que permitam interpretar as suas diversas componentes. Após a análise da literatura onde se procuraram informações sistematizadas sobre estas práticas, confirmou-se que este é um vasto e complexo campo que permite o desenvolvimento da investigação nos vários domínios das Ciências Sociais. Este facto, se por um lado alarga o potencial da investigação neste domínio, induz por outro alguns problemas na delimitação do objecto de estudo, na definição da problemática e dos objectivos, assim como da metodologia a empreender. Procura-se assim neste capítulo enquadrar este estudo, definindo o problema, e os objectivos que delimitam as conclusões finais do trabalho.

3.2. ENUNCIADO DO PROBLEMA

Os Desportos de Natureza têm-se evidenciado como um fenómeno crescente da prática desportiva, articulado com o sector do lazer e do turismo. Apesar da mediatização e do crescimento evidenciado nos últimos anos, reconhece-se que dada a sua condição ainda jovem e pouco matura, pelo menos em Portugal, surgem diversas problemáticas conceptuais e empíricas, que importam explorar. Em primeiro lugar, pela complexidade deste sector que é composto por um conjunto de actores sociais, dos quais se destacam os indivíduos praticantes destas actividades, as organizações que as promovem, e os actores dos locais das práticas (habitantes, comerciantes, políticos, etc.), entre outros, importa desenvolver um estudo que permita elaborar uma visão geral sistematizada sobre as suas componentes,

evidenciando-se todavia um maior interesse pela análise da oferta e da procura. É neste sentido que surge a necessidade conceptual e empírica de caracterizar os dois principais actores a actuar neste campo, os praticantes dos Desportos de Natureza e as organizações que promovem estas actividades.

Ao desenvolver um trabalho de investigação orientada para a análise da oferta e da procura, procura-se concretizar um conjunto de problematizações conceptuais de natureza social que respondem à insuficiência de informação empírica pormenorizada e actualizada sobre as práticas dos Desportos de Natureza. Embora nas últimas décadas se tenham realizado alguns trabalhos próximos desta temática, poucos têm sido os trabalhos que em Portugal se têm dedicado ao escrutínio sistemático destas duas componentes dos Desportos de Natureza, e tão pouco ainda quanto ao seu grau de adequação.

Pelo lado da procura importa identificar e compreender a diversidade de praticantes dos Desportos de Natureza. A caracterização dos praticantes, tendo por base o seu perfil sociodemográfico, permitirá evidenciar algumas assimetrias na participação que previsivelmente se farão sentir, tal como noutros estudos da participação desportiva em geral (European Commission, 2010), assim como em particular nos Desportos de Natureza, noutros países (Betrán & Betrán, 1998; Pociello, 1981). É importante também como elemento da caracterização dos praticantes identificar o seu estilo de vida, em especial relacionado com as práticas de lazer e uso dos tempos livres, mas também em relação ao seu perfil de prática, para que seja possível a definição de estratégias de *marketing* pelas diferentes organizações, consoante o perfil do seu grupo alvo, e uma adequação da oferta de Desportos de Natureza, tal como sugere Chazaud (2004). A identificação das actividades dos Desportos de Natureza que os indivíduos praticam ou que gostariam de praticar é também importante para perceber as actividades que apresentam o maior potencial de desenvolvimento em Portugal, mas também para recolher dados sobre a satisfação na procura, assim como descortinar as práticas que poderão representar a maior procura (satisfeita e potencial), permitindo assim estabelecer uma política de desenvolvimento desportivo.

Do lado da oferta importa obter informação estruturada sobre as organizações que promovem os Desportos de Natureza em Portugal. Torna-se Importante identificar e compreender os diversos tipos de organizações que promovem os Desportos de Natureza em Portugal e estabelecer o perfil de cada tipologia de

organização. A análise e a caracterização das actividades realizadas pelas diferentes organizações permitem indicar o seu potencial de desenvolvimento em cada uma das diferentes áreas (comercial, federado competitivo, lúdico associativo), tal como Pociello (1989) evidencia. A composição da oferta em relação ao âmbito organizacional, competências e formação dos técnicos, e estratégias de *marketing* é igualmente importante para compreender as formas de gestão de cada tipo de organização, para que se possam evidenciar as melhores práticas de gestão. A perspectiva dos dirigentes das organizações para o sector dos Desportos de Natureza é também importante para compreender a tendência de crescimento e de desenvolvimento do sector em geral, e de alguns segmentos em particular. Para compreender a procura dos Desportos de Natureza no contexto organizacional é também importante traçar o perfil geral dos praticantes dos Desportos de Natureza neste contexto. Os dados da oferta e da procura a nível organizacional permitem apresentar várias propostas para ajudar a melhorar a gestão das organizações e as políticas de desenvolvimento dos Desportos de Natureza.

O crescimento deste sector também tem criado uma pressão acrescida nos locais de destino das práticas dos Desportos de Natureza, pressupondo a ocorrência de um conjunto de impactos positivos e/ou negativos. A mediatização destas práticas, e dos seus impactos, tem levantado diversas questões relativas ao desenvolvimento sustentável, em especial ao desenvolvimento local. Esta tem sido aliás uma problemática central na temática dos Desportos de Natureza, quer no domínio público quer nos meios académicos e científicos. Neste contexto tem-se assistindo a uma polarização das posições entre aqueles que apresentam uma retórica desenvolvimentista, em especial do domínio político, que associa estas práticas a importantes benefícios para as comunidades locais, em especial económicos e, por outro, os ambientalistas mais radicais que tendem a evidenciar apenas os impactos ambientais negativos que potencialmente advêm da realização destas práticas, em especial nas áreas protegidas. No entanto estas posições são na sua generalidade marcadas apenas por orientações ideológicas, e não baseadas em evidências científicas pela própria ausência de estudos sobre a matéria. É neste sentido que surge a necessidade social e o interesse conceptual de identificar os impactos (ambientais, socioculturais e económicos) dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local das comunidades de destino. A análise dos comportamentos destes actores nos locais de destino, nas três dimensões do desenvolvimento

sustentável (ambiental, económico e sociocultural), conjugados com as suas percepções sobre os impactos permitem identificar e entender os possíveis benefícios dos Desportos de Natureza, e as suas potencialidades para estruturar o território e promover o desenvolvimento local, fornecendo informações estruturadas para o processo de tomada de decisões pelas diversas partes interessadas.

3.3. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Esta tese apresenta três problemas, que estão centrados na caracterização dos praticantes dos Desportos de Natureza, na caracterização das OPDN e na caracterização dos impactos das práticas dos Desportos de Natureza na sustentabilidade do desenvolvimento local, e dos comportamentos destes actores sociais nos locais de destino das práticas. É destes problemas que derivam os três objectivos gerais desta investigação, e os correspondentes objectivos específicos:

1. Caracterizar os praticantes dos Desportos de Natureza, que residem em Portugal continental, identificando as características sociodemográficas, as práticas de lazer e o uso dos seus tempos livres, e o perfil da prática dos Desportos de Natureza.

   1.1. Qual é a estrutura sociodemográfica dos praticantes dos Desportos de Natureza em Portugal? Que assimetrias são evidenciadas pelo perfil sociodemográfico dos praticantes?

   1.2. Como é caracterizado o estilo de vida dos praticantes dos Desportos de Natureza, tendo em conta as suas práticas de lazer e uso dos tempos livres? Que diferenças existem na frequência de participação nas práticas de lazer e uso dos tempos livres, tendo em conta as características sociodemográficas dos praticantes?

   1.3. Quais são as actividades dos Desportos de Natureza que apresentam uma maior procura? Quais as diferenças na procura dos Desportos de Natureza no que diz respeito a sexo e idade?

   1.4. Qual é o perfil da prática dos Desportos de Natureza em Portugal? Quais as diferenças entre o perfil da prática nas diferentes actividades? Quais os factores que influenciam o perfil da prática?

   1.5. Quais as principais razões e constrangimentos apontados pelos praticantes à prática dos Desportos de Natureza? Qual a influência das características sociodemográficas nas razões e constrangimentos

apontadas pelos praticantes? Quais os constrangimentos associados às diferentes actividades?

1.6. Quais são os segmentos actuais da prática dos Desportos de Natureza em Portugal? Quais são as principais razões para cada grupo praticar Desportos de Natureza? Qual é o perfil de cada segmento?

1.7. Que similaridades são encontradas na literatura entre os segmentos de praticantes dos Desportos de Natureza em Portugal e noutros países? Terão eles perfis comuns?

2. Caracterizar as organizações que promovem Desportos de Natureza, em Portugal continental, identificando o perfil geral da organização, as características da oferta das actividades, as características da procura das actividades dos Desportos de Natureza, e o perfil do seu dirigente.

2.1. Que OPDN operam em Portugal? Qual é o perfil geral de cada tipo de OPDN?

2.2. Como é composta a oferta das OPDN? Quais são as diferenças na oferta entre os diferentes tipos de OPDN?

2.3. Como é composta a procura dos Desportos de Natureza nas OPDN? Existem diferenças na procura entre cada tipo de OPDN?

2.4. Quais são as principais perspectivas de crescimento do sector? Quais são as actividades que apresentam um maior potencial de crescimento? Que actividades apresentam maior potencial para serem desenvolvidas em cada um dos âmbitos?

3. Identificar os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) que decorrem na sustentabilidade do desenvolvimento local, partindo da percepção dos agentes promotores e dos praticantes dos Desportos de Natureza.

3.1. Qual é a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN sobre os impactos ambientais, económicos e socioculturais dos Desportos de Natureza? Quais as diferenças entre a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN?

3.2. Qual é a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN sobre a repercussão dos impactos ambientais, económicos e socioculturais dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local? Quais as diferenças entre a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN?

3.3. Quais os comportamentos dos praticantes e dos dirigentes das OPDN nos locais de destino das práticas dos Desportos de Natureza, nas dimensões ambiental, económica e sociocultural?

3.4. Qual é o perfil de consumo relacionado com a actividade turística apresentado pelos praticantes dos Desportos de Natureza?

IV. METODOLOGIA

4.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este capítulo procura apresentar e justificar a abordagem metodológica utilizada neste estudo. A opção por determinados objectos de estudo, em conjunto com a definição do problema da investigação, são determinantes para a escolha da metodologia utilizada. Assim, para dar expressão ao propósito desta tese, e face aos objectivos estabelecidos, optou-se pela realização de dois estudos empíricos, utilizando-se uma metodologia extensiva, através da aplicação de inquéritos por questionário aos praticantes e aos promotores dos Desportos de Natureza. A delimitação geográfica dos estudos foi restringida ao território de Portugal continental, com o intuito de recolher dados num espectro territorial mais alargado, para conseguir estabelecer um panorama geral sobre estes agentes que actuam no campo dos Desportos de Natureza.

O inquérito por questionário, como todos os instrumentos de recolha de dados, apresenta um conjunto de vantagens e de limitações (Hill & Hill, 2008; Moreira J. M., 2009). Apesar de toda a carga imposta pelas limitações teóricas e metodológicas, particularmente em relação às condições sociais em que os discursos são produzidos, os questionários permitem um estudo extensivo e sistemático das formas e dos conteúdos (Gomes R. A., 2005c) das práticas dos Desportos de Natureza, dos seus praticantes, e dos agentes que as organizam. O questionário ao permitir a recolha de informação em grande quantidade (Veal, 2006) perfila-se como o método mais adequado para um estudo desta natureza. Para além do mais, os inquéritos por questionário contribuem para uma rápida recolha de informação, com um menor custo, para uma maior facilidade de análise, e também para uma maior comparabilidade dos dados (Gomes R. A., 2005c).

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a selecção das actividades dos Desportos de Natureza que foram alvo de análise especifica neste trabalho, através da determinação de critérios que permitiram a inclusão e/ou exclusão de actividades. As populações do estudo (os praticantes e as organizações que promovem as actividades dos Desportos de Natureza) são apresentadas na terceira secção. Para o efeito apresenta-se também, no caso concreto das OPDN, as entidades que foram consultadas para a recolha dos dados gerais das organizações (número, nome e contactos). Nesta secção são também determinados os critérios para a selecção da amostra das duas populações. Na quinta secção descrevem-se os procedimentos utilizados para a recolha dos

dados, e por fim, na última secção apresentam-se os métodos e as técnicas utilizadas no tratamento dos dados recolhidos através dos questionários.

4.2. OS DESPORTOS DE NATUREZA SELECCIONADOS

De acordo com os trabalhos analisados (Carvalhinho, 2006; DECO, 2008) e a legislação Portuguesa (Decreto Regulamentar n.º 18/99, Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro), foram identificadas 47 actividades distintas que poderiam ser incluídas no âmbito dos Desportos de Natureza e, portanto, com possibilidade de serem incluídas neste trabalho. No entanto, dessas 47 excluíram-se algumas, de acordo com os seguintes critérios: i) as que não são praticadas em contacto directo com a natureza (e.g. *bungee jumping*); ii) as que vão contra os valores da conservação da natureza, como os desportos motorizados (e.g. *motocross*); iii) as que são complementares a actividades principais (e.g. campismo); iv) as que são desenvolvidas no âmbito de outras (e.g. observação da fauna e da flora); v) as que são variantes ou especialidades de actividades principais (e.g. *cross country* ou *downhill* que são especialidades do BTT); vi) as que não têm expressão suficiente no território Português (e.g. *hidrospeed*). Assim, foram consideradas 23 actividades para fazer parte deste estudo: 1) actividades equestres; 2) *bodyboard*; 3) BTT; 4) canoagem; 5) *canyoning*; 6) escalada; 7) espeleologia; 8) esqui; 9) *kitesurf*; 10) mergulho; 11) montanhismo; 12) orientação; 13) pedestrianismo; 14) *rafting*; 15) remo; 16) *skimboard*; 17) *snowboard*; 18) *surf*; 19) tiro com arco; 20) vela); 21) voo livre; 22) *windsurf*; 23) multiactividades (e.g. corridas de aventura; *challenge* aventura, etc.).

4.3. UNIVERSO E PLANO DA AMOSTRA

4.3.1. UNIVERSO E AMOSTRA DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

O objecto de análise deste trabalho são os praticantes de Desportos de Natureza, residentes em Portugal continental, com idade mínima de 18 anos, e que praticaram, durante o ano de 2010, pelo menos uma das actividades dos Desportos de Natureza seleccionadas. Para o efeito foram considerados os seguintes praticantes:

1) Praticantes formais: constituídos por praticantes federados em clubes desportivos que participem em competições desportivas federadas;

2) Praticantes não formais: constituídos por praticantes em clubes desportivos e associações, quer estejam, ou não, filiados em federações desportivas, mas que não participem em competições desportivas federadas, e os praticantes em clubes de praticantes e em EAT;

3) Praticantes informais: constituídos por praticantes que realizam as suas práticas de forma autónoma (auto-organizada), quer seja de forma individual ou com companhia (família, amigos, etc.)

Considerando que não foi possível determinar o universo dos praticantes de Desportos de Natureza em Portugal continental, procurou-se aplicar o questionário a uma amostra intencional com preocupações de equilíbrio, tendo em conta os seguintes critérios:

a) por prática de actividade, de acordo com as 23 actividades seleccionadas;
b) por tipologia de praticante (formais, não formais e informais);
c) por idade, sexo e região (18 distritos de Portugal continental).

4.3.2. UNIVERSO E AMOSTRA DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

O objecto de análise deste trabalho são OPDN que operam em Portugal continental, que se configurem como EAT, clubes desportivos, associações (ambientalistas, culturais, recreativas e afins), e clubes de praticantes, de acordo com os seguintes procedimentos e critérios:

1) EAT: foi consultado o RNAAT, versão *online* (https://rnt.turismodeportugal.pt/ConsultaRegisto.aspx), recolhendo-se os dados das empresas registas em Portugal continental a 31 de Dezembro de 2010, inseridas nos CAE 93293 (organização de actividades de animação turística), 93192 (outras actividades desportivas, n.e) e 93294 (outras actividades de diversão e recreativas, n.e.). Posteriormente foram seleccionadas aquelas que previam no seu objecto social o desenvolvimento de pelo menos uma das 23 actividades dos Desportos de Natureza definidas no âmbito deste estudo;

2) Clubes desportivos: foram consultadas as Federações Desportivas ou Associação Promotoras de Desporto (APD) que tutelam actividades dos Desportos de Natureza, obtendo-se os dados dos clubes desportivos, inseridos no CAE 93120 (actividades dos clubes desportivos), que tenham promovido, pelo menos, uma das 23 actividades dos Desportos de Natureza definidas no âmbito deste estudo;

3) Associações (ambientalistas, culturais, recreativas e afins): foram consultadas as Federações Desportivas ou APD que tutelam actividades dos Desportos de Natureza, obtendo-se os dados das associações inseridas no CAE 93192 (outras actividades desportivas, n.e), 93294 (outras actividades de diversão e recreativas, n.e.), 94991 (associações culturais e recreativas), 94992 (associações de defesa do ambiente), 94995 (outras actividades associativas, n.e.), entre outras, que tenham promovido, pelo menos, uma das 23 actividades dos Desportos de Natureza definidas no âmbito deste estudo;

4) Clubes de praticantes: foi consultado o Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas (RNCFD), obtendo-se os dados dos clubes de praticantes inseridos no CAE 93120 (actividades dos clubes desportivos). Posteriormente foram seleccionados aquelas que previam no seu objecto social o desenvolvimento de uma das 23 actividades dos Desportos de Natureza definidas no âmbito deste estudo.

De acordo com os dados obtidos através da consulta às referidas entidades que tutelam as actividades dos Desportos de Natureza, foram identificadas 1479 organizações que promoveram estas actividades, em Portugal continental, no ano de 2010. Dessas, 1024 (69,2%) são clubes desportivos e associações que se encontram inscritos nas diversas federações desportivas, 115 (7,8%) são clubes de praticantes inscritos no RNCFD, e 340 (23%) são EAT inscritas no RNAAT, tal como se mostra no Gráfico 1.

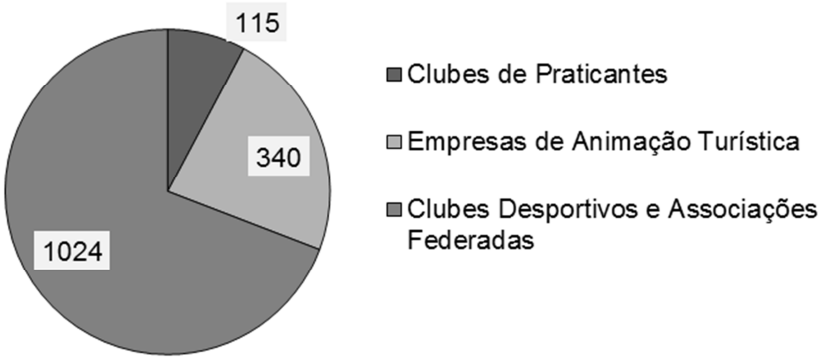


Gráfico 1. Número de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza em Portugal continental, por tipologia de organização.

Fonte: Federações que tutelam as actividades dos Desportos de Natureza seleccionados, Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística, e Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas

Uma apresentação mais detalhada das OPDN que operam em Portugal continental é efectuada no capítulo seguinte (apresentação e discussão dos resultados).

A amostra das OPDN, para efeitos deste estudo, foi definida tendo em conta os seguintes critérios:

- Representatividade por tipologia de OPDN, considerando-se as quatro tipologias definidas;

- Representatividade por actividade, de acordo com as 23 actividades seleccionadas;

- Representatividade regional das OPDN, ao nível dos 18 distritos de Portugal continental.

4.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

4.4.1. INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Para recolher os dados pretendidos, para efeitos deste estudo, foram aplicados dois inquéritos por questionários *online*: (um) aos praticantes e (outro) aos dirigentes das OPDN. A elaboração destes questionários seguiu várias etapas de construção e de reconstrução, seguindo as sugestões de diversos autores, em especial de J. M. Moreira (2009):

- O processo de construção dos inquéritos por questionário foi iniciado com a análise de referências bibliográficas, em especial, do estudo de Marivoet (2001), sobre a prática desportiva da população portuguesa, do trabalho de Betrán e Betrán (1998) que se centra na análise da procura das práticas dos Desportos de Natureza, e dos trabalhos de Betrán e Betrán (1999) e Viñuelas, Betrán e Plantalamor (1995) sobre a oferta das actividades dos Desportos de Natureza. Depois da consulta bibliográfica procedeu-se à elaboração de um versão inicial dos (dois) questionários, de acordo com as características apontadas por Hill e Hill (2008, pp. 84-85):

1) Listar todas as variáveis da investigação, incluindo as características dos casos;
2) Especificar o número de perguntas para medir cada uma das variáveis;
3) Escrever uma versão inicial para cada pergunta;
4) Decidir o tipo de resposta desejável para cada pergunta;
5) Escrever as instruções associadas às perguntas para informar o respondente como deve responder;

6) Planear as secções do questionário.

- Depois de elaborada a primeira versão dos questionários (v.1) decorreram reuniões com um conjunto (5) de peritos das diversas áreas das Ciências Sociais e das Ciências do Desporto. As reuniões foram efectuadas individualmente, tendo sido discutidas as variáveis e as perguntas do questionário, e recolhidas sugestões para a sua melhoria, de acordo com os princípios definidos por Hill e Hill (2008, pp. 89-104):

a) As perguntas estão bem escritas e solicitam o tipo de informação que se pretende?
b) As perguntas pedem respostas a factos sensíveis, a detalhes desconhecidos ou levam os respondentes a gastar muito tempo na recolha da informação?
c) As perguntas são possíveis de ser analisadas?
d) As perguntas são claras e a sua extensão é adequada?
e) O questionário é de fácil preenchimento, não existindo perguntas múltiplas e neutras, e possibilita respostas alternativas?
f) A terminologia utilizada é simples e acessível à população do estudo?

- Após as reuniões com os peritos foram efectuadas alterações, tendo em conta as sugestões apresentas. Objectivando a verificação da adequação das questões anteriormente formuladas foi aplicada a nova versão (v.2) dos questionários a uma amostra (n=20) de praticantes, e a uma amostra (n=5) de dirigentes, semelhantes aos da nossa população-alvo. Estes questionários foram aplicados *in situ,* através de uma versão do questionário elaborada em papel. Depois do preenchimento do questionário, por parte dos indivíduos (praticantes e dirigentes), estes foram convidados a falarem sobre qualquer problema encontrado no preenchimento do questionário, em especial sobre as principais dificuldades sentidas aquando do seu preenchimento. Numa fase posterior foram analisadas as respostas de forma a verificar quais as questões que obtiveram poucas respostas, no sentido de se perceber se estas eram ambíguas, sensíveis por solicitarem informação demasiado pessoal ou solicitarem informação desconhecida. Foi igualmente examinada a distribuição das respostas de cada uma das questões, com o intuito de confirmar a existência de alguma questão que convidasse a uma resposta socialmente correta, de alguma questão para a qual a opção de resposta era muito restrita e limitada e de alguma questão em que a resposta alternativa era

inadequada (Hill & Hill, 2008). Estes procedimentos levaram à reformulação e mesmo à eliminação de algumas questões. Foi também registado o tempo médio de preenchimento dos (dois) questionários, considerados de bastante longo: 45 minutos em cada questionário;

- Após a etapa anterior foi elaborada uma nova versão (v.3) dos (dois) questionários, alterando os itens que mereceram reparo. Esta nova versão foi aplicada novamente a uma amostra relativamente numerosa de praticantes (n=90) e dirigentes (n=5) da nossa população-alvo (Moreira J. M., 2009), de forma a verificar a adequação das perguntas, e das escalas de resposta do questionário (Hill & Hill, 2008). Foi novamente registado o tempo médio de preenchimento dos (dois) questionários (30 minutos). Salienta-se que esta versão (v.3) dos dois questionários já correspondeu à aplicação na plataforma *online*;

- Depois de analisados os dados da aplicação da versão anterior do questionário, e tendo em conta o facto de os (dois) questionários continuarem a ser muito extensos, procederam-se às devidas alterações. Para o efeito, estas versões foram submetidas ao exame de novos peritos (2), de forma a reduzir o número de variáveis e de questões. Depois de efectuadas as alterações, os novos questionários (v.f.) foram aplicados a uma amostra relativamente reduzida (n=5 para o caso do inquérito aos praticantes e n=2 no caso dos dirigentes das organizações), de forma a testar a sua duração (20 minutos cada).

4.4.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

A versão final do questionário aplicado aos praticantes dos Desportos de Natureza foi constituída por 40 questões, algumas das quais excluídas pelas respostas anteriores. O questionário foi dividido em 4 secções, medindo aspectos como: i) as características sociodemográficas dos praticantes (questões 1 a 11); ii) as práticas de lazer e estilos de vida (questão 12); iii) a caracterização da situação da prática dos Desportos de Natureza (questões 13 a 30); iv) a caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local (questões 31 a 40). A Tabela 9 apresenta os objectivos e as variáveis utilizadas no questionário (anexo 1).

O questionário foi constituído maioritariamente por questões de resposta fechada, utilizando-se para o efeito escalas nominais, ordinais e contínuas. No último caso optou-se sempre por escalas de cinco pontos, respondidas segundo o

grau de frequência (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 - Às Vezes; Muitas Vezes; 5 - Sempre), de importância (1 – Nada importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Totalmente importante), de associação (1 – Não Associo Nada; 2 – Associo Pouco; 3 – Associo Moderadamente; 4 – Associo Muito; 5 - Associo Totalmente), classificação (1 - Muito Negativo; 2 – Negativo; 3 – Neutro; 4 – Positivo; 5 - Muito Positivo), e relevância (1- Irrelevante; 2 – Pouco Relevante; 3 – Relevante; 4 – Muito Relevante; 5 – Totalmente Relevante).

Tabela 9. Objectivos e variáveis do questionário dirigido aos praticantes dos Desportos de Natureza.

Objectivos	Variáveis
Caracterização sociodemográfica	Sexo; Idade; Estado civil; Agregado familiar; Área de residência; Condição e situação perante o trabalho; Grupo profissional; Nível de instrução; Rendimentos (do próprio e do agregado familiar)
Caracterização das práticas de lazer e uso dos tempos livres	Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas; Práticas de sociabilidade doméstica; Práticas domésticas de abandono; Práticas de sociabilidade urbana e local; Práticas de expressão cultural e/ou artística; Práticas de expressão ao ar livre; Práticas de participação expressiva; Práticas receptivas, expressivas e de rotina; Práticas de sociabilidade associativa local; Práticas de expressão desportiva; Práticas de expressão turística
Perfil da prática dos Desportos de Natureza	Passado desportivo; Actividades praticadas e preferidas; Actividades complementares realizadas; Início da prática; Âmbito da prática; Frequência, regularidade e intensidade da prática; Nível de proficiência; Espaços de prática; Razão para a prática; Constrangimentos à prática; Representações dos Desportos de Natureza
Caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza e comportamentos nos locais de prática	Percepção geral dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais); Forma de deslocamento para os locais de prática; Refeições nos locais de prática; Pernoita nos locais de prática; Despesas com os Desportos de Natureza; Comportamentos nos locais de prática; Repercussão dos impactos dos Desportos de Natureza na sustentabilidade dos locais de destino das práticas

Fonte: elaboração própria.

4.4.3. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO ÀS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

A versão final do questionário aplicado às OPDN foi constituída por 56 questões, algumas das quais excluídas pelas respostas anteriores. O questionário foi dividido em 5 secções, medindo aspectos como: i) perfil geral da organização (questões 1 a 18); ii) caracterização da oferta (questões 19 a 32); iii) caracterização da procura (questões 33 a 44); iv) caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local (questões 45 a 48); v) caracterização

sociodemográfica dos respondentes (questões 49 a 56). A Tabela 10 apresenta os objectivos e das variáveis utilizadas no inquérito por questionário aplicado às OPDN (anexo 2).

O questionário foi constituído maioritariamente por questões de resposta fechada, utilizando-se para o efeito escalas nominais, ordinais e contínuas. No último caso optou-se sempre por escalas de cinco ponto, respondidas segundo o grau de importância (1 - Nada importante; 2 - Pouco Importante; 3 - Importante; 4 - Muito importante; 5 - Totalmente importante), classificação (1 - Muito Negativo; 2 - Negativo; 3 - Neutro; 4 - Positivo; 5 - Muito Positivo), e relevância (1- Irrelevante; 2 - Pouco Relevante; 3 - Relevante; 4 - Muito Relevante; 5 - Totalmente Relevante).

Tabela 10. Objectivos e variáveis do questionário dirigido às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Objectivos	Variáveis
Perfil geral da organização	Sede Social; Âmbito territorial de intervenção; Idade; Fundação; Tipologia; Objecto Social; Forma jurídica; Dimensão; Missão
Caracterização da oferta	Oferta de actividades dos Desportos de Natureza; Actividades complementares aos Desportos de Natureza; Espaços de prática; Âmbito de organização das actividades; Critérios de segmentação das actividades/serviços; Equipamentos e infra-estruturas; Estratégias de promoção e comercialização.
Caracterização da procura	Dimensão; Características demográficas; Nível de proficiência técnica; Origem geográfica; Frequência; Sazonalidade; Perspectivas de futuro do sector; Razões para a prática; Constrangimentos para a prática.
Caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza	Percepção geral dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais); Comportamentos nos locais de prática; Repercussão dos impactos dos Desportos de Natureza na sustentabilidade dos locais de destino das práticas.
Caracterização sociodemográfica dos respondentes	Sexo; Idade; Nível de instrução; Funções exercidas na organização; Grupo profissional.

Fonte: elaboração própria.

4.5. RECOLHA DOS DADOS

4.5.1. RECOLHA DOS DADOS SOBRE OS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Para efeitos de aplicação dos questionários aos praticantes dos Desportos de Natureza, os *links* (ligações electrónicas) de acesso ao questionário *online* foram disponibilizadas e divulgadas de diferentes formas, para que o equilíbrio e os critérios referidos fossem respeitados. As formas mais comuns foram: *mailing lists* (grupos de amigos de praticantes, clubes desportivos, associações, clubes de

praticantes e EAT), *facebook*, *blogspots* e *sites* das federações, das OPDN e de praticantes.

O inquérito por questionário, designado por Questionário aos Praticantes dos Desportos de Natureza - 2011 (QPDN2011), foi inserido numa plataforma informática *online* (http://mykludge.com/survey_test/admin/admin.php), durante os meses de Setembro e Dezembro de 2011, e as respostas foram todas obtidas através dessa aplicação. Responderam ao questionário um total de 2174 praticantes, dos quais apenas 1126 válidos (concluídos) e, portanto, alvo da nossa análise.

4.5.2. RECOLHA DOS DADOS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

A recolha dos dados das OPDN seguiu os seguintes procedimentos:

a) Foram definidas as OPDN a inquirir, tendo sido calculada uma amostra inicial de 10% do universo, de acordo com a representatividade pretendida (tipologia, actividade desenvolvida, e distrito);

b) Os dirigentes das OPDN seleccionadas foram contactados telefonicamente. Explicou-se o âmbito e os objectivos do questionário, e pediu-se a colaboração no preenchimento do questionário;

c) No caso em que os dirigentes das OPDN acederam a preencher o questionário foi enviado um convite, por *email*, com uma ligação ao questionário *online* (questionário registado com um código que só poderia ser acedido através do email para o qual foi enviado, e preenchido uma única vez);

d) No caso em que as OPDN decidiram não colaborar, quando foi estabelecido o contacto telefónico, decidiu-se seleccionar outras OPDN, com as mesmas características de representatividade do universo (tipologia, actividade/modalidade desenvolvida, e distrito) seguindo-se os procedimentos descritos em b) e, c) ou d);

e) Nas situações em que os dirigentes das OPDN demoraram a responder (prazo de 15 dias a contar do envio do convite), foi enviado um lembrete para relembrar do preenchimento do questionário. Após o envio de 3 lembretes, foram seleccionadas outras OPDN, com as mesmas características de representatividade do universo (tipologia, actividade desenvolvida, e distrito), e seguindo-se os procedimentos descritos em b) e, c) ou d), e, e).

O inquérito por questionário, designado por Questionário às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza - 2011 (QOPDN2011), foi inserido numa plataforma informática *online* (http://mykludge.com/survey_test/admin/admin.php), durante os meses de Setembro e Dezembro de 2011, e as respostas foram todas obtidas através dessa aplicação. Foram enviados 292 questionários (convites com códigos para preenchimento do questionário *online*) a dirigentes das OPDN. Obtiveram-se um total de 221 respostas, 55 das quais não completas e portanto não validadas. Assim, foram obtidos 166 inquéritos válidos, o que corresponde a uma amostra de 11% do total das OPDN consideradas.

4.6. TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados obtidos por intermédio dos (dois) inquéritos por questionário, aplicados *online* na plataforma informática *limesurvey*, foram importados para o programa *Microsoft Excel* (*Microsoft Excel 2010.Ink*), e posteriormente para *software* do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, v.21; SPSS Inc, Chicago, IL), onde foram sujeitos a tratamento estatístico. As questões abertas foram alvo de análise de conteúdo, como o sugerido por Bardin (2006).

Iniciou-se a análise estatística com a caracterização das variáveis em estudo, através de uma análise da estatística descritiva, tendo em vista resumir e apresentar os dados observados, através de quadros, gráficos e índices numéricos, de forma a facilitar a sua interpretação (Marôco & Bispo, 2003, pp. 21-43). A análise estatística descritiva foi efectuada da seguinte forma, de acordo com as respectivas escalas de medida:

- As variáveis qualitativas, medidas em escalas nominais (e.g. sexo, estado civil, etc.), seguiram um tratamento estatístico através da distribuição das frequências (absolutas e relativas) e de medidas de tendência central como a moda (Marôco, 2010, pp. 32-48; Marôco & Bispo, 2003, pp. 21-42). Os resultados foram descritos e apresentados em tabelas de frequências, gráficos de barras ou gráficos circulares, como descrito por Marôco (2010, pp. 32-48);

- As variáveis qualitativas, medidas em escalas ordinais (e.g. grupo de idade, práticas de lazer e uso dos tempos livres, etc.), seguiram um tratamento estatístico através da distribuição das frequências (absolutas, relativas e acumuladas) e de medidas de tendência central como a moda, a mediana e os quartis (Marôco, 2010, pp. 32-48; Marôco & Bispo, 2003, pp. 21-42). Os resultados foram descritos e

apresentados em tabelas de frequências, gráficos de barras ou gráficos circulares, como descrito por Marôco (2010, pp. 32-48).

- As variáveis quantitativas, medidas em escalas de razão (e.g. idade), seguiram um tratamento estatístico usando-se as medidas de tendência central (moda e média), tendência não central (quartis), e de dispersão (desvio padrão), como indicado em Marôco e Bispo (2003, pp. 21-42).

- Algumas variáveis medidas em escalas de razão (e.g. idade), foram convertidas posteriormente em escalas ordinais, através do agrupamento dos valores (e.g. grupos de idade), realizando-se, depois, o mesmo tratamento que o descrito para as escalas ordinais. Os resultados foram descritos e apresentados em tabelas de frequências e gráficos de barras, como descrito por Marôco (2010, pp. 32-48).

Depois de caracterizadas as variáveis, foi efectuada uma comparação de contagens e proporções entre as variáveis independentes (sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução e rendimentos) e as variáveis dependentes (e.g. práticas de lazer e uso dos tempos livres, passado desportivo, etc.). Foram verificadas, também, as relações entre as variáveis: i) práticas de lazer e uso dos tempos livres; ii) passado desportivo; iii) modalidades preferidas; iv) modalidades praticadas com maior frequência; v) razões param a prática dos Desportos de Natureza; vi) representações dos Desportos de Natureza; vii) classificação dos impactos dos Desportos de Natureza, e entre estas e as restantes variáveis. Como as variáveis são qualitativas, com escalas de medida nominais ou ordinais, e as amostras são independentes, utilizou-se um teste não paramétrico, o teste do Qui-quadrado ($א^2$) de independência implementado no *software* de análise estatística SPSS (v.21; SPSS Inc, Chicago, IL), como descrito em Marôco (2010, pp. 113-120). O teste do Qui-quadrado testa se duas ou mais populações (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica, e utiliza-se para testar se duas variáveis são ou não independentes (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003). Para a aplicação deste teste foi necessário verificar as condições para a sua realização, nomeadamente (Marôco, 2010):

i) Exclusivamente para variáveis nominais e ordinais;

ii) Observações independentes;

iii) Preferencialmente para amostras superiores a 20;

iv) Pelo menos 80% das observações sejam superiores a 5;

v) Não pode haver frequências inferiores a 1;

Nos dois últimos casos, quando existiram incidências desta ordem, tentaram-se agrupar os dados segundo um critério específico, de forma a garantir essas condições, tal como descrito em Marôco (2010, p. 117). Nos casos em que não foi possível reunir as condições de realização do teste (inclusive o agrupamento dos dados), aplicou-se o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, "(…) que é um método estatístico que procura determinar a probabilidade de ocorrência de uma determinada situação experimental, através de um conjunto elevado de simulações, baseado na geração aleatória de amostras a partir do conhecimento empírico da população em estudo" (Marôco, 2010, p. 117).

Nos ensaios de hipóteses existem quatro resultados possíveis (Pestana & Gageiro, 2003, p. 134):

a) Duas decisões corretas: aceitar a H0 quando ela é verdadeira, ou rejeitar a H0 quando ela é falsa;
b) Dois tipos de erro: o erro tipo I, α, ou nível de significância, e o erro do tipo II ou β.

O erro tipo I é a probabilidade de rejeitar erradamente a H0, enquanto o erro tipo II é a probabilidade de aceitar incorrectamente a H0. Se o valor do erro tipo I escolhido (*p-value*) foi menor ou igual ao erro tipo I associado ao teste (*sig*), rejeitou-se a hipótese nula e aceitou-se a hipótese alternativa, e se o valor de *p-value* foi maior que *sig* não se rejeitou a hipótese nula, e no caso em que o valor observado do teste se considere significativo (Marôco, 2010, p. 134). Os valores escolhidos para o erro tipo I (*p-value*) foram 0,01 e 0,05.

As hipóteses a testar no teste de independência foram as seguintes:

H0: as variáveis x e y são independentes

H1: as variáveis x e y não são independentes

Quando existiu uma relação de dependência entre duas variáveis (rejeição da H0) avaliou-se o grau de associação existente, recorrendo a medidas de associação (Marôco, 2010, p. 133). Neste caso, como as variáveis são nominais e em alguns casos ordinais, a relação entre as variáveis foi abordada através da análise das tabelas de contingência de referência cruzada, com as células compostas pelos valores observados e esperados, pressupondo a independência das variáveis e os resíduos ajustados estandardizados (RAE). As medidas de associação basearam-se

no *Qui-quadrado*, estimando-se o grau de associação entre as variáveis através do Coeficiente de Contingência e do *V de Cramer* quando, pelo menos, uma das variáveis era nominal, e o *Ró de Spearman* para a relação entre duas variáveis ordinais, tal como descrito por Marôco (2010).

As medidas de associação variam normalmente entre 0 e 1, isto é, desde a ausência de relação (valor 0) até à relação perfeita entre as variáveis (valor 1). Os valores baixos indicam uma pequena associação entre as variáveis enquanto os valores elevados indicam uma grande associação entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2003, p. 151). Para Cohen (1988), valores entre 0,10 e 0,29 podem ser considerados baixos (associação fraca); valores entre 0,30 e 0,49 podem ser interpretados como médios (associação moderada); valores entre 0,50 e 1 podem ser considerados como altos (associação forte);

Os resíduos ajustados, na forma estandardizada, foram utilizados para identificar as células da tabela de contingência com comportamentos significativamente diferentes do comportamento esperado entre variáveis independentes. Estes informam sobre as células que mais se afastam da hipótese de independência entre as variáveis. O numerador deste resíduo é dado pela diferença entre os valores observados e os valores esperados, enquanto o denominador é uma estimativa do seu erro amostral. Deste modo, estes resíduos serão positivos quando o valor observado for maior que o valor esperado e negativos quando o valor observado for menor que o valor esperado. As categorias das variáveis que mais contribuem para explicar a relação existente apresentam resíduos inferiores a -1,96 ou superiores a 1,96 (Pestana & Gageiro, 2003, p. 140).

V. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Neste capítulo são apresentados os resultados dos (dois) questionários aplicados aos praticantes e aos dirigentes das organizações que promovem os Desportos de Natureza. A apresentação é dividida em cinco partes distintas, incluindo esta. De seguida apresenta-se a caracterização dos praticantes, em relação às características sociodemográficas, ao estilo de vida relacionado com o lazer, e ao perfil da prática. Segue-se a apresentação das características das OPDN, no que se refere ao seu perfil, à sua oferta e procura, e à caracterização dos dirigentes que responderam ao questionário. A caracterização da percepção dos impactos dos Desportos de Natureza na sustentabilidade do desenvolvimento local e dos comportamentos nos locais de destino é apresentada na quarta secção deste capítulo. Por fim, na quinta secção apresentam-se os resultados do perfil dos segmentos dos praticantes dos Desportos de Natureza. Salienta-se ainda que em cada uma das secções, para além da apresentação dos resultados, faz-se também a sua discussão com base nos resultados retirados da literatura. No final de cada uma das secções apresenta-se uma síntese que expõe as principais conclusões obtidas.

5.2. OS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

5.2.1. APONTAMENTOS INICIAIS

Segundo os dados do Euro barómetro (European Commission, 2010), no número temático *Sport and Physical Activity*, 40% dos cidadãos dos 27 países da União Europeia (UE) dizem que praticam uma actividade desportiva pelo menos uma vez por semana, enquanto 39% referem que não praticam nenhuma actividade desportiva. Portugal situa-se abaixo da média Europeia, com 31% da população a referir que pratica uma modalidade desportiva pelo menos uma vez por semana, enquanto 55% da população refere que não pratica nenhuma actividade física ou desporto.

Relativamente a outras actividades físicas que não desportivas (andar de bicicleta ou caminhar, dançar, jardinar, etc.), os dados indicam que 65% da população Europeia (média dos 27 países da UE) realiza estas actividades pelo menos uma vez por semana, enquanto 14% referem que não realizam nenhuma destas actividades. Também neste capítulo Portugal está abaixo da média dos países da UE, com um índice de participação em actividades físicas (não

desportivas) de 48%, e com a maior taxa de indivíduos que responde que não participa em nenhuma actividade física (36%) (European Commission, 2010).

Destes dados destaca-se ainda o facto de a maioria (48%) dos indivíduos que praticam alguma actividade física ou desporto na UE, a realizar em parques ou em espaços naturais. Em Portugal, são 39% que indicam que realizam actividade física nestes espaços (European Commission, 2010).

Em relação à filiação em clubes, os dados da média dos 27 países da UE indicam que 12% da população pratica actividade física ou desporto num clube desportivo, 9% num clube de *fitness*, 4% num clube sociocultural (de trabalhadores, jovens, etc.), e 67% não são membros de nenhum clube. Portugal apresenta resultados ligeiramente diferentes pois, a generalidade (82%) dos praticantes não está afiliada a nenhum clube, e apenas 8% praticam num clube desportivo, 7% num clube *de fitness*, 3% num clube sociocultural (de trabalhadores, jovens etc.) (European Commission, 2010).

Os dados do Euro barómetro evidenciam, também, algumas diferenças quando comparada a participação segundo o perfil sociodemográfico, em especial no que se refere ao sexo, idade, nível de escolaridade, e capital económico (European Commission, 2010):

- Os homens praticam mais que as mulheres: 43% dos homens afirmam praticar desporto pelo menos uma vez por semana, enquanto apenas 37% das mulheres o fazem; 49% dos homens afirmam que não praticam desporto, nem pelo menos uma vez por semana, comparado com 57% das mulheres.

- A quantidade de pessoas que pratica desporto diminui progressivamente com a idade: a maioria (61%) dos indivíduos dos 15-24 anos pratica desporto pelo menos uma vez por semana; este valor decai para 44% no grupo etário dos 25-39; 40% para o grupo dos 40-54 anos de idade; 33% para o grupo dos 55-69; 22% na faixa etária de 70 ou mais anos de idade.

- Existe uma forte ligação entre educação e a frequência da prática desportiva: 64% das pessoas que deixaram o sistema educativo aos 15 anos de idade dizem que nunca praticam desporto; este valor cai para os 39% no grupo que deixou o ensino aos 16-19; e para 24% no grupo que deixou aos 20 ou mais anos de idade. Como os maiores níveis de educação estão associados a melhor nível de vida, os dados sugerem que os cidadãos da UE com maior grau de educação equiparam condição física com qualidade de vida;

- As pessoas com problemas financeiros são muito mais propensas a ignorar o desporto do que aquelas que estão em melhor situação financeira: 56% dos que lutam para pagar as suas contas não praticam desporto, enquanto apenas 35% das pessoas que quase nunca têm dificuldades para cumprir as suas obrigações financeiras referem que nunca praticam.

Resumindo, Portugal apresenta índices de participação em actividades físicas (desportivas e não desportivas) abaixo da média dos países da UE. Além disso, enquadra-se nos padrões da UE no que diz respeito às diferenças de prática desportiva entre sexos, idade, nível de escolaridade e rendimentos.

Sob esta perspectiva, denota-se a necessidade de caracterizar os praticantes dos Desportos de Natureza, sabendo-se de antemão que a estrutura da procura das experiências do Turismo de Natureza em Portugal é quase exclusivamente doméstica (96%) (Turismo de Portugal, 2006a). Num breve resumo, o objectivo desta secção é fornecer informações estruturadas sobre a caracterização dos praticantes, as práticas de lazer e o uso dos seus tempos livres, as actividades dos Desportos de Natureza que são realizadas por estes, e sobre o seu perfil de prática, abordando as seguintes questões-chave:

1) Qual é a estrutura sociodemográfica dos praticantes dos Desportos de Natureza em Portugal? Que assimetrias são evidenciadas pelo perfil sociodemográfico dos praticantes?

2) Como é caracterizado o estilo de vida dos praticantes dos Desportos de Natureza, tendo em conta as suas práticas de lazer e uso dos tempos livres? Que diferenças existem na frequência de participação nas práticas de lazer e uso dos tempos livres, tendo em conta as características sociodemográficas dos praticantes?

3) Quais são as actividades dos Desportos de Natureza que apresentam uma maior procura? Quais as diferenças na procura dos Desportos de Natureza no que diz respeito a sexo e idade?

4) Qual é o perfil da prática dos Desportos de Natureza em Portugal? Quais as diferenças entre o perfil da prática nas diferentes actividades? Quais os factores que influenciam o perfil da prática?

5) Quais as principais razões e constrangimentos apontados pelos praticantes à prática dos Desportos de Natureza? Qual a influência das características sociodemográficas nas razões e constrangimentos apontadas pelos praticantes? Quais os constrangimentos associados às diferentes actividades?

5.2.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS INQUIRIDOS

Neste estudo foram aplicados inquéritos válidos a 1126 indivíduos praticantes dos Desportos de Natureza, com mais de 18 anos de idade, residentes em Portugal continental. Os dados da distribuição dos indivíduos por sexo indicam que 66,4% dos praticantes inquiridos são do sexo masculino, e 33,6% do sexo feminino, como se pode observar no Gráfico 2. Estes resultados enquadram-se com os resultados obtidos noutros estudos, como por exemplo, o estudo sobre as AFAN, realizado na Catalunha (Espanha), em que 61% dos praticantes são do sexo masculino e 39% do feminino (Betrán & Betrán, 1998). Esta evidência é também salientada na participação em actividades físicas desportivas da UE (European Commission, 2010), que indica que os homens apresentam um índice de participação superior ao das mulheres, em especial nos países do Sul da Europa.

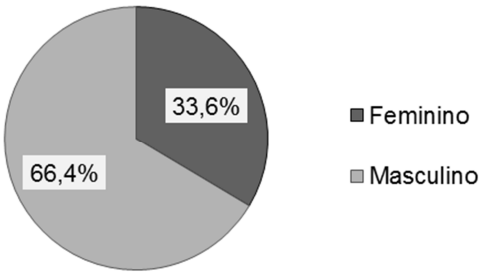


Gráfico 2. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A média de idades e respectivo desvio padrão dos praticantes inquiridos é de 34 anos (±11,24). Os resultados distribuídos por grupos de idades (ver Gráfico 3) indicam uma predominância de inquiridos entre os 18-43 anos (81,4%). Salienta-se ainda que o número de respondentes decresce com o evoluir da idade indicando, por isso, uma redução da participação em Desportos de Natureza com a idade, facto evidenciado também noutros estudos sobre estas actividades (Betrán & Betrán, 1998).

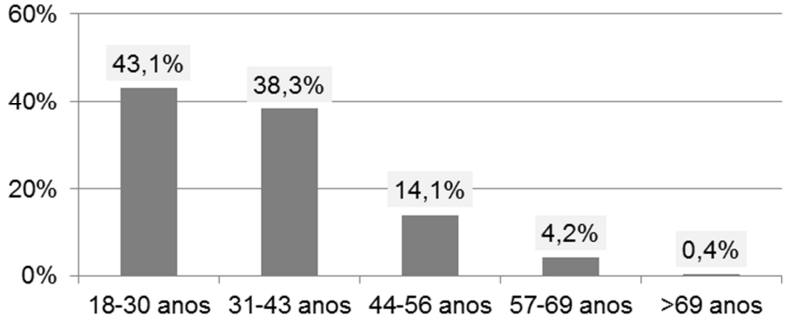


Gráfico 3. Distribuição dos indivíduos inquiridos por idade.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Ao cruzarmos as variáveis sexo e idade (grupo etário), verifica-se que a maior taxa de respondentes se encontra no grupo masculino entre os 31-43 anos de idade (27,1%), seguido do grupo masculino entre os 18-30 anos (24,5%), e do grupo feminino entre os 18-30 anos (18,6%), tal como se pode observar na Tabela 11.

Tabela 11. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo e grupo etário.

Sexo		Grupo etário (anos)					Total
		18-30	31-43	44-56	57-69	>69	
Feminino	N	209	126	34	9	0	378
	% Feminino	55,3	33,3	9,0	2,4	0,0	100,0
	% Total	18,6	11,2	3,0	0,8	0,0	33,6
Masculino	N	276	305	125	38	4	748
	% Masculino	36,9	40,8	16,7	5,1	0,5	100,0
	% Total	24,5	27,1	11,1	3,4	0,4	66,4
Total	N	485	431	159	47	4	1126
	% Total	43,1	38,3	14,1	4,2	0,4	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Verifica-se ainda que a maior parte das respondentes do sexo feminino está incluída no grupo de idades mais baixa, dos 18-30 anos de idade (55,3% do total feminino), seguido do grupo dos 31-43 anos (33,3% do total feminino), tal como se observa no Gráfico 4. É de salientar, também, a ausência de inquiridos do sexo feminino com mais de 69 anos. No que se refere ao sexo masculino, os dados evidenciam uma diferença em relação ao sexo feminino e em relação aos dados totais: a maior taxa de resposta está incluída no grupo dos 31-43 anos de idade (40,8% do total masculino), seguido do grupo dos 18-30 anos (36,9% do total masculino).

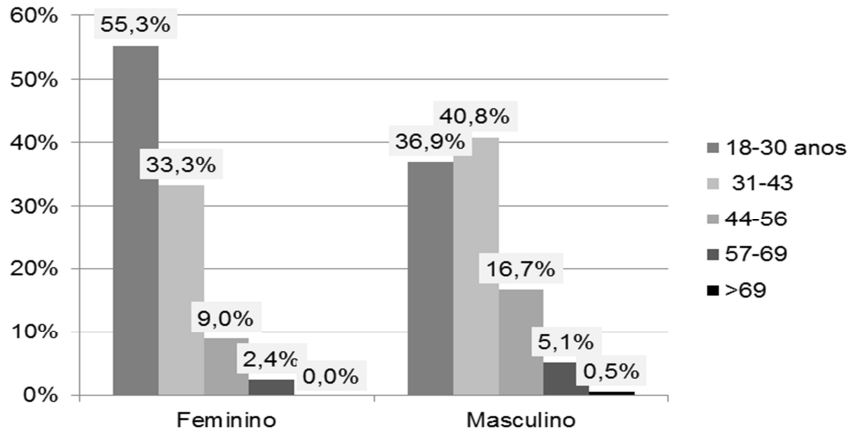


Gráfico 4. Distribuição dos praticantes inquiridos por sexo e grupo etário.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Os resultados do questionário revelam que a maior parte dos praticantes inquiridos é solteira (51,3%), e uma grande parte é casada ou vive em união de facto (41,8%), como se observa no Gráfico 5.

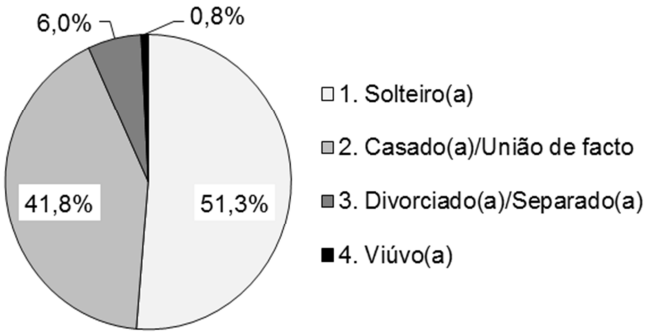


Gráfico 5. Estado civil dos praticantes inquiridos.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Ao cruzar as variáveis estado civil com o sexo verifica-se, como apresentado na Tabela 12, que as mulheres são maioritariamente solteiras (64%), enquanto em relação aos homens se verifica uma evidente igualdade entre indivíduos casados (49,1%) e solteiros (44,9%).

Tabela 12. Distribuição dos indivíduos inquiridos por estado civil e sexo.

	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
Estado civil	N	%	N	%	N	%
Solteiro(a)	242	64,0	336	44,9	578	51,3
Casado(a) / União de facto	104	27,5	367	49,1	471	41,8
Divorciado(a) / Separado(a)	29	7,7	39	5,2	68	6,0
Viúvo(a)	3	0,8	6	0,8	9	0,8
Total	378	100	748	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Outro dado relevante em relação aos inquiridos praticantes dos Desportos de Natureza denota-se ao se cruzar as variáveis estado civil e grupo de idade (ver Tabela 13) onde se verifica uma acentuada percentagem de indivíduos solteiros nos dois grupos mais jovens, e que corresponde a 49,9% do total dos inquiridos.

Tabela 13. Grupos de idade por estado civil.

Estado civil		Grupos de idade (anos)					Total
		18-30	31-43	44-56	57-69	>69	
Solteiro(a)	N	419	143	15	1	0	578
	% Grupo idade	86,4	33,2	9,4	2,1	0,0	51,3
Casado(a) / União de facto	N	64	255	116	33	3	471
	% Grupo idade	13,2	59,2	73,0	70,2	75,0	41,8
Divorciado(a) / Separado	N	2	31	26	8	1	68
	% Grupo idade	0,4	7,2	16,4	17,0	25,0	6,0
Viúvo	N	0	2	2	5	0	9
	% Grupo idade	0,0	0,5	1,3	10,6	0,0	0,8
Total	N	485	431	159	47	4	1126
	% Grupo idade	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Por outro lado, a Tabela 14 mostra que apenas uma pequena parte (14,6%) dos praticantes inquiridos refere que vive sozinho. A maioria vive com outra pessoa (30,4%) ou com mais duas pessoas (29%).

Tabela 14. Número de pessoas que vive com os inquiridos.

Nº de pessoas	N	%
Sozinho	164	14,6
Com outra pessoa	342	30,4
Com mais 2 pessoas	326	29,0
Com mais 3 pessoas	232	20,6
Com 4 ou mais pessoas	62	5,5
Total	1127	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise discriminada acerca das pessoas que vivem com os inquiridos (Tabela 15) indica que a maioria dos inquiridos vive apenas com o cônjuge (23,5%) ou com os pais e/ou familiares (30,5%). Salienta-se também que apenas 26% vivem com filhos e/ou jovens a seu cargo.

Tabela 15. Pessoas com quem vivem os inquiridos.

Com quem vive	N	%
Sozinho	164	14,6
Com o cônjuge	265	23,5
Com os pais	343	30,5
Com os filhos	45	4,0
Com outros (amigos, colegas, etc.)	44	3,9
Com o cônjuge e filho(s) e/ou jovens a seu cargo	248	22,0
Outras situações	17	1,5
Total	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

O estado civil dos inquiridos, maioritariamente solteiros, e o número de pessoas com quem vivem, em especial o reduzido número de indivíduos que refere que vive/tem filhos e/ou jovens a seu cargo (26%), evidencia que os praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos apresentem poucos constrangimentos familiares, o que lhes poderá permitir uma maior independência no desenvolvimento das suas práticas.

Os dados evidenciam também um elevado número de indivíduos que não tem filhos e/ou jovens a seu cargo (74%), denotando-se que esta é uma característica ainda mais acentuada nas mulheres (82,3%). Estes dados sugerem que a tradicional divisão de papéis no contexto doméstico, dominada pelo patriarcalismo, continua a limitar as actividades de lazer das mulheres. Com efeito, são as mulheres solteiras e sem filhos que praticam Desportos de Natureza. Tal como os dados de outros estudos evidenciam (European Commission, 2010), depois de assumirem compromissos conjugais e de terem filhos a seu cargo, as mulheres apresentam menores índices de participação em actividades físicas desportivas.

Os indivíduos que responderam ao questionário apresentam maioritariamente uma condição activa perante o trabalho (67,4%), sendo que 57% são trabalhadores por conta de outrem, como se pode observar na Tabela 16

Tabela 16. Distribuição dos praticantes inquiridos por condição e situação perante o trabalho.

Condição e situação perante o trabalho	N	% Total	% Subgrupo
Trabalhador(a) por conta de outrem	642	57,0	84,6
Trabalhador(a) por conta própria ou isolado	85	7,6	11,2
Patrão/empregador(a) com, até, 6 empregados	23	2,0	3,0
Patrão/empregador(a) com mais de 6 empregados	9	0,8	1,2
Total de indivíduos activos	759	67,4	100
Total de Estudante	255	22,6	100
Pensionista ou pessoa que aufere rendimentos de capital	34	3,0	30,4
Desempregado(a)	47	4,2	42,0
Doméstico(a)	2	0,2	1,8
Outra situação	29	2,6	25,9
Total de outros inactivos	112	9,9	100
Total	1126	100	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Dos indivíduos inquiridos que não apresentam uma condição activa perante o trabalho (32,6%), a maioria (22,6%) é estudante (ver Gráfico 6.).

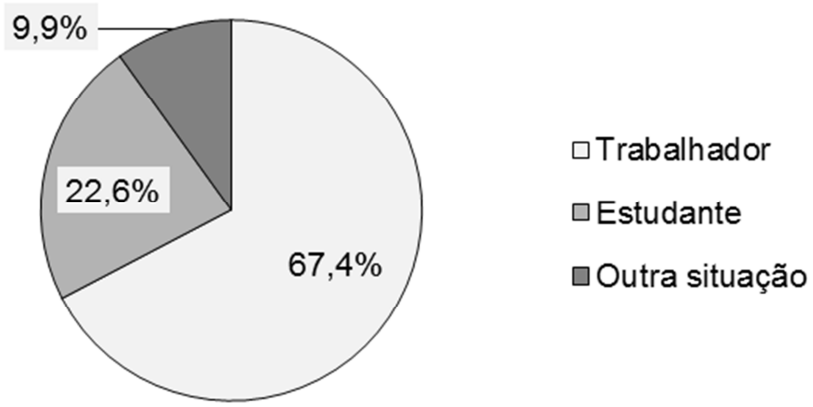


Gráfico 6. Distribuição dos praticantes inquiridos por condição e situação perante o trabalho.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

As mulheres, apesar de serem maioritariamente trabalhadoras por conta de outrem (51,1%), muitas delas são ainda estudantes (33,1%), em parte explicado pelo facto de mais de metade (55,3%) destas se incluírem no grupo dos indivíduos mais jovens (dos 18 aos 30 anos), como já se mostrou. Os homens são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem (60%), e apenas uma pequena parte destes são estudantes (17,4%), tal como se mostra na Tabela 17.

Tabela 17. Condição e situação perante o trabalho distribuído por sexo.

Condição e situação perante o trabalho	Sexo						Total	
	Feminino			Masculino				
	N	%	RAE	N	%	RAE	N	%
Trabalhador	217	57,4	-5,1	542	72,5	5,1	759	67,4
Estudante	125	33,1	5,9	130	17,4	-5,9	255	22,6
Outra situação	36	9,5	-0,3	76	10,2	0,3	112	9,9
Total	378	100		748	100		1126	100

Notas: RAE – resíduos ajustados estandardizados;
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Relativamente aos indivíduos que não apresentam uma condição activa perante o trabalho (pensionistas, desempregados, domésticos(as), estudantes, e outras situações), a maioria (61%) refere que o elemento activo do agregado familiar é trabalhador por conta de outrem (ver Gráfico 7.).

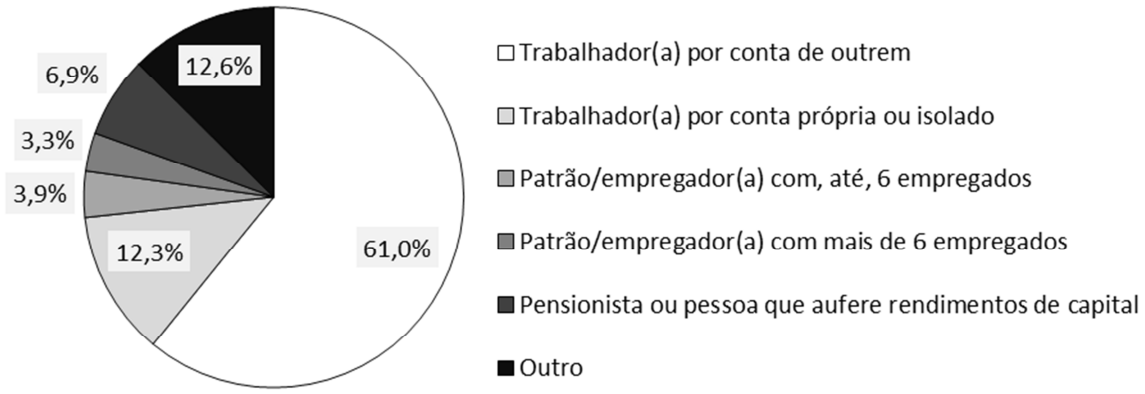


Gráfico 7. Condição e situação perante o trabalho do elemento activo do agregado familiar.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Em relação ao grupo profissional (Instituto Nacional de Estatística, 2011b), os dados indicam que os indivíduos inquiridos (ou os elementos activos do agregado familiar, no caso dos elementos não activos) pertencem maioritariamente a grupos profissionais altamente qualificados (43,4%): 19,8% pertencem ao grupo profissional dos quadros superiores da administração pública ou de empresas, e 23,6% são especialistas das profissões intelectuais e científicas. De salientar, ainda, que 26,1% pertencem ao grupo técnico ou profissional de nível intermédio. Com menor expressão apresentam-se os restantes grupos profissionais (30,4%), como se pode observar no Gráfico 8.

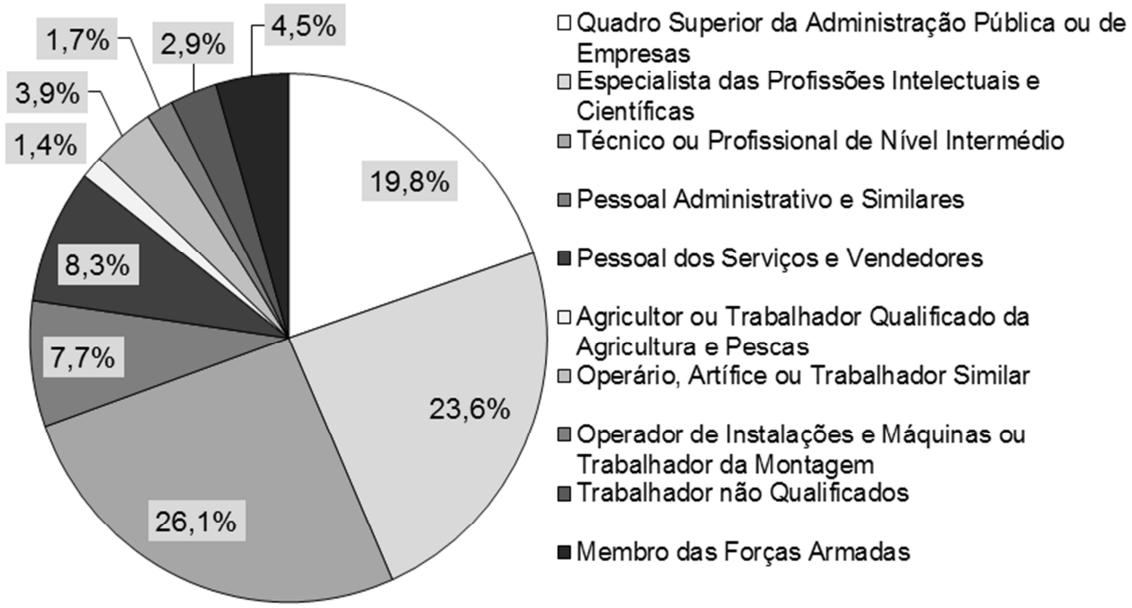


Gráfico 8. Distribuição dos praticantes inquiridos por grupo profissional.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A maioria dos inquiridos afirma ter habilitações académicas ao nível do ensino superior (61,3%): 41% dos inquiridos afirmam ter concluído um bacharelato/ licenciatura, 16,8% concluíram um mestrado, e 3,5% um doutoramento. Ao nível do ensino secundário apresentam-se 33,6% dos inquiridos (sendo que 41,5% destes são ainda estudantes). Apenas 5,2% possuem um nível de instrução até ao 9º ano, e não existem respondentes sem instrução formal, tal como se mostra na Tabela 18.

Tabela 18. Nível de instrução dos inquiridos.

Nível de Instrução	N	%
Sem instrução formal	0	0,0
3º Ciclo (9º ano) inclusive	58	5,2
Ensino Secundário	378	33,5
Ensino Secundário (12º ano)	327	29,0
Ensino pós-secundário (CET)	51	4,5
Ensino Superior	680	61,3
Bacharelato/Licenciatura	462	41,0
Mestrado	189	16,8
Doutoramento	39	3,5
Total	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Quando se comparam estes dados com o nível de escolaridade da população portuguesa (Instituto Nacional de Estatística, 2011a) pode-se verificar que os praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos apresentam níveis de escolaridade bastante superiores: enquanto 73% da população portuguesa apresenta um nível de instrução máxima ao nível do 3º ciclo (9º ano de escolaridade) inclusive, a quase totalidade dos praticantes inquiridos apresentam níveis de instrução igual ou superior ao ensino secundário (91,3%), como se pode verificar no Gráfico 9.

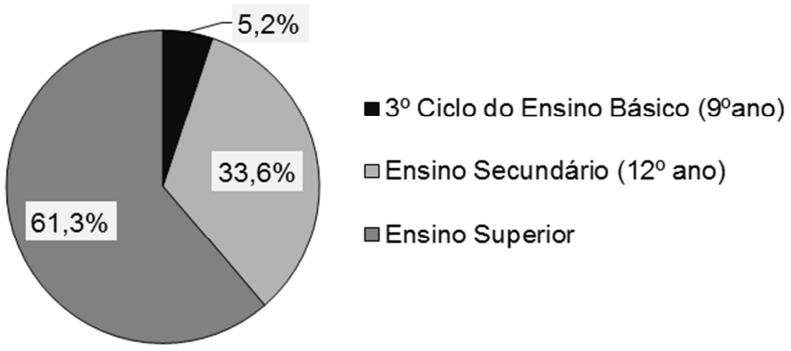


Gráfico 9. Nível de instrução dos praticantes inquiridos.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

No que se refere ao capital económico (ver Tabela 19), em termos de rendimentos líquidos mensais dos próprios, tomando por referência o rendimento médio mensal líquido da população portuguesa empregada por conta de outrem, que se cifra em 809 euros, segundo os dados referentes ao 4º trimestre de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2013), verifica-se que 43,3% dos respondentes se incluem nos escalões de rendimentos acima do valor médio apresentado, e 16,3% integram o escalão do valor médio. De salientar ainda que 35,1% dos inquiridos estão incluídos nos escalões de rendimento abaixo da média nacional, incluindo 18,3% que referem que não têm rendimentos (embora 89,8% dos que não têm rendimentos sejam estudantes, e portanto não activos no trabalho). Os resultados mostram, assim, que os indivíduos da amostra têm um capital económico elevado, muito acima da média nacional.

Em relação aos rendimentos do agregado familiar (ver também Tabela 19), os dados do questionário indicam que 50,1% dos inquiridos apresentam rendimentos acima dos 2000 euros, 30,6% apresentam rendimentos entre 1001 e 2000 euros, 21,4% apresentam rendimentos máximos de 1000 euros, 7,9% referem que o agregado familiar não tem rendimentos, e 12,3% não sabe ou não responde.

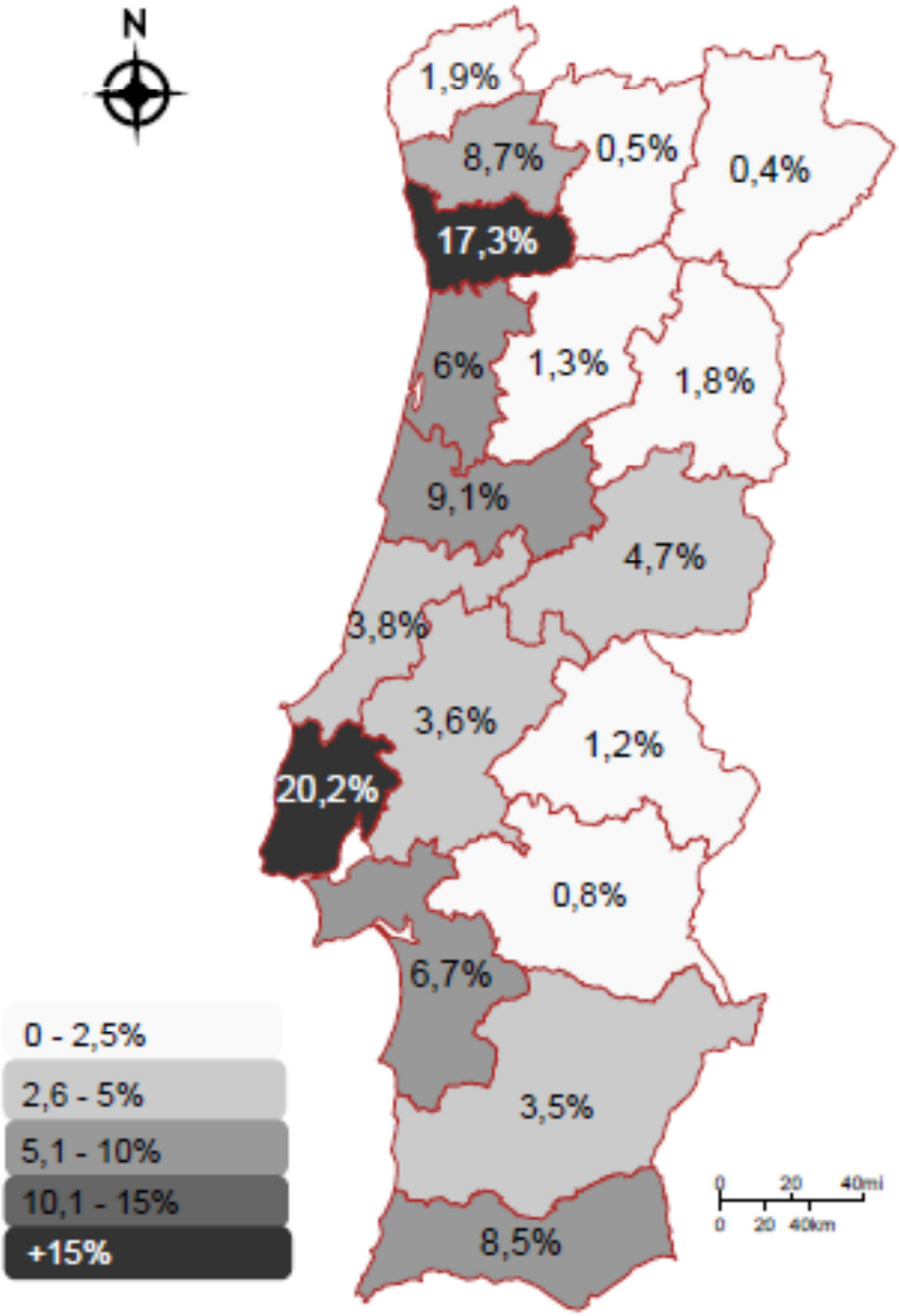
Tabela 19. Rendimentos mensais líquidos do próprio e do agregado familiar.

Rendimentos mensais líquidos	Próprio		Agregado familiar	
	N	%	N	%
Não tem rendimentos	206	18,3	89	7,9
Menor ou igual a 500 euros	68	6,0	34	3,0
Entre 501 e 750 euros	121	10,8	90	8,0
Entre 751 e 1000 euros	184	16,3	117	10,4
Entre 1001 e 1500 euros	248	22,0	159	14,1
Entre 1501 e 2000 euros	134	11,9	186	16,5
Entre 2001 e 3000 euros	66	5,9	172	15,3
Entre 3001 e 5000 euros	30	2,7	109	9,7
Mais de 5000 euros	9	0,8	32	2,8
NS/NR	60	5,3	138	12,3
Total	1126	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Os resultados evidenciam uma maior taxa de respostas nos principais distritos do litoral do país, tal como se observa no Mapa 1, em especial em Lisboa (20,2%), Porto (17,3%), Coimbra (9,1%) e Braga (8,7%), constituindo, no conjunto destes

quatro distritos, mais de 50% dos indivíduos da amostra (55,3%). Este facto pode ser explicado pelas assimetrias da população residente, que é bastante inferior nos distritos do interior (Instituto Nacional de Estatística, 2011a), com consequências nas assimetrias evidenciadas na disseminação das actividades desportivas pelo país (Instituto do Desporto de Portugal, 2011).



Mapa 1. Distribuição dos inquiridos por distrito de Portugal continental.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

5.2.3. PRÁTICAS DE LAZER E ESTILOS DE VIDA DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

A análise das práticas de lazer e uso dos tempos livres dos indivíduos inquiridos (praticantes dos Desportos de Natureza) foi organizada em função dos objectivos específicos deste estudo, de forma a permitir uma fácil operacionalização dos conceitos. Para o efeito foi utilizada uma grelha de análise que teve em conta as categorias e as classificações sugeridas por diversos autores (D'Épinay, 1983; Gomes R. A., 2005c; Lopes J. T., 2000; Pais, 1987; Pinto, 1994), de forma a ser possível manter o princípio de cumulatividade do conhecimento científico (Lopes J. T., 2000). Não foram excluídos, no entanto, novos critérios de agrupamento das práticas de lazer (modificando o conteúdo das categorias), algumas alterações conceptuais, e mesmo introduzindo novas categorias, para que estas se adequassem ao propósito deste estudo. A escolha das categorias e respectivas práticas foi definida em função de critérios que se adaptaram dos autores referidos, salientando-se os seguintes:

i) O primeiro critério organiza os espaços de lazer a partir da hierarquização em função da distinção entre o caracter público ou privado das práticas, tal como o sugerido por D'Épinay (1983), acrescentando uma tipologia de espaço sugerida por J. T. Lopes (2000), o espaço semipúblico. Assim, esta proposta assenta na classificação dos espaços de lazer em 3 tipologias de espaços: a) o espaço doméstico ou privado; b) o espaço público; c) o espaço semipúblico;

ii) O segundo critério permite determinar as características do envolvimento do sujeito, distinguindo os lazeres activos dos lazeres passivos, onde se pretende destacar a posição de receptor ou de emissor do sujeito, retomando uma velha distinção entre lazeres de abandono e lazeres produtivos, tal como o proposto por D'Épinay (1983);

iii) Por fim, o critério actividade que permite discriminar diferentes procuras de lazer activo ou passivo, em função das referências à sociabilidade, à expressão e à informação, tal como o proposto por D'Épinay (1983), que possibilita distinguir os níveis de interacção entre os sujeitos consumidores de lazer.

A definição destes critérios permitiu organizar uma grelha analítica (ver Tabela 20) que possibilitou obter as categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres, e as práticas nelas inseridas, bem como identificar as diferentes procuras dos consumidores, e a determinação dos seus estilos de vida. Assim, a adaptação das

classificações e categorização dos autores referidos resultou numa proposta de classificação das práticas de lazer e uso dos tempos livres, divididas em 11 categorias (3 no espaço doméstico, 3 no espaço semipúblico e 5 no espaço público).

Tabela 20. Categorias de práticas de lazer e uso dos tempos livres.

Categorias	Práticas de lazer e uso dos tempos livres	Tipologia de Espaço
1. Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas	Realizar actividades domésticas (ver TV, ler, ouvir música, navegar na internet, bricolage ou jardinagem, pintar ou desenhar)	Doméstico
2. Práticas de sociabilidade doméstica	Receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares	Doméstico
3. Práticas domésticas de abandono	Não fazer nada, descansar e/ou dormir a sesta	Doméstico
4. Práticas de sociabilidade urbana e local	Sair para ir ao café, bar, discoteca, almoçar e/ou jantar fora	Semipúblico
5. Práticas de expressão cultural e/ou artística	Participar em actividades de expressão cultural (tocar ou cantar num grupo musical, dançar, fazer teatro amador, fotografia, pintura)	Semipúblico
6. Práticas de expressão ao ar livre	Passear com a família e/ou amigos (passeios ao ar livre, praia; campismo; piquenique)	Público
7. Práticas de participação expressiva	Ir ver espectáculos (desportivos e outros) ou eventos culturais (teatro, museus, exposições)	Público
8. Práticas receptivas, expressivas e de rotina	Ir ao centro comercial (passear, ir às compras, ir ao cinema)	Público
9. Práticas de sociabilidade associativa local	Ir a associações recreativas ou a colectividades locais (jogar cartas, xadrez, bilhar)	Semipúblico
10. Práticas de expressão desportiva	Fazer desporto	Público
11. Práticas de expressão turística	Realizar viagens de lazer	Público

Fonte: elaboração própria com base em D'Épinay (1983), R. A. Gomes (2005c), J. T. Lopes (2000), Pais (1987) e Pinto (1994).

Com o objectivo de operacionalizar a grelha analítica das práticas de lazer e uso dos tempos livres, os inquiridos foram questionados sobre a frequência da realização das práticas ao longo do ano de 2010, em função das 11 categorias estabelecidas. As respostas poderiam ser fornecidas através de uma escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nunca, 2 corresponde a raramente, 3 a às vezes, 4 a muitas vezes, e 5 a sempre.

Colocou-se a seguinte hipótese que é comum às 11 categorias em função dos diferentes grupos (sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos do agregado familiar):

H0 – A frequência na categoria (1 a 11) das práticas de lazer e uso dos tempos livres é independente das características dos grupos (por sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos do agregado familiar);

H1 – A frequência na categoria (1 a 11) das práticas de lazer e uso dos tempos livres não é independente das características dos grupos (por sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos do agregado familiar).

Nas situações em que não se verificou independência entre as variáveis (*p-value* <0,050 ou *p-value* <0,100) foram analisados os resíduos ajustados estandardizados para verificar as diferenças significativas nas associações entre os grupos na frequência de participação nas diferentes categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres. Analisou-se também as frequências das observação nas células da tabela de contingências, e as percentagens das colunas e das linhas para verificar essas diferenças. A média foi também utilizada para posicionar os diferentes indivíduos em referência aos grupos homólogos, através do índice de frequência (utilização da média das respostas) de forma a melhor visualizar as diferenças.

Para além do tipo de espaço de realização das diversas práticas (doméstico, público e semipúblico), estas categorias foram agrupadas em distintas famílias categóricas por tipologia de prática:

a) Práticas de sociabilidade: Práticas de sociabilidade doméstica (categoria 2); Práticas de sociabilidade urbana e local (categoria 4); Práticas de sociabilidade associativa local (categoria 9);

b) Práticas expressivas: Práticas de expressão cultural e/ou artística (categoria 5); Práticas de expressão ao ar livre (categoria 6); Práticas de participação expressiva (categoria 7); Práticas de expressão desportiva (categoria 10); Práticas de expressão turísticas (categoria 11);

c) Práticas de rotina: Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas (categoria 1); Práticas receptivas e/ou expressivas de rotina (categoria 8);

d) Práticas de abandono: Práticas domésticas de abandono (categoria 3).

Estes agrupamentos, pela tipologia de espaços de realização e pela tipologia das práticas, permitiram aferir o índice de frequência das práticas de lazer e uso dos

tempos livres em grandes grupos de práticas, através das médias dos índices de frequência das práticas incluídas em cada um dos agrupamentos.

Uma primeira análise aos resultados do teste da independência pelo Qui-quadrado (ver Tabela 21) permite verificar as situações (variáveis sociodemográficas) em que existem diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 21. Resultados dos testes da independência pelo Qui-quadrado das 11 categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres em função das características sociodemográficas.

Categorias	Sexo	Grupos idade	Estado civil	Condição/ situação trabalho	Grupo profissional	Nível instrução	Rendimentos agregado familiar
1	,000*	,372	,073*	,348	,610	,869	,030*
2	,000*	,001*	,024*	,009*	,769	,039*	,462
3	,000*	,000*	,000*	,000*	,323	,008*	,322
4	,067**	,000*	,000*	,000*	,148	,552	,495
5	,000*	,119	,028*	,019*	,191	,244	,162
6	,063**	,370	,023*	,052**	,002*	,010*	,183
7	,067**	,063**	,191	,512	,453	,285	,430
8	,000*	,000*	,008*	,000*	,365	,082**	,000*
9	,018*	,000*	,001*	,000*	,001*	,000*	,002*
10	,000*	,010*	,100**	,029*	,033*	,148	,178
11	,068**	,001*	,105	,001*	,011*	,068**	,000*

Notas: valores obtidos pelo teste do Qui-quadrado da independência por simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 95%; * Rejeitou-se a hipótese nula para um intervalo de confiança de 95%.** Rejeitou-se a hipótese nula para um intervalo de confiança de 90%.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Na variável sexo existem diferenças estatisticamente significativas em todas as categorias das práticas de lazer. Na variável grupo de idade não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 1, 5 e 6. Em relação à variável estado civil não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 7 e 11. Na variável condição e situação perante o trabalho não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na categoria 1 e 7. Na variável grupo profissional não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8. Relativamente à variável nível de instrução não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 1, 4, 5, 7, e 10. Na variável rendimentos do agregado familiar não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 10.

A análise da Tabela 22 permite efectuar uma leitura geral às práticas de lazer e uso dos tempos livres dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos. Por outro lado, a análise das tabelas de contingências permitiu efectuar uma primeira comparação das características sociodemográficas dos indivíduos nas diferentes categorias.

As práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas (ver TV, ler, ouvir música, navegar na internet, bricolage ou jardinagem, pintar ou desenhar), categoria 1, apresentam-se como as práticas mais frequentes para os indivíduos inquiridos (média de 4). O elevado índice de frequência nesta categoria vai ao encontro de outros estudos que indicam que as práticas domésticas, em especial o ver TV, representam as principais actividades de lazer dos portugueses (Gaspar, 1987; Lopes J. T., 2000; Pais, 1994). A este resultado não é alheia por um lado a difusão massiva de equipamentos (tecnológicos, livros, bricolage, etc.), e por outro um crescente carácter interactivo e individualizado das práticas, em especial as audiovisuais (Lopes J. T., 2000), assentes em imperativos de auto-realização e numa nova personalidade modelo que alguns designam como *performing self* (Gomes R. A., 2004). A análise segundo as variáveis sociodemográficas revela que são as mulheres e os indivíduos que auferem rendimentos (do agregado familiar) entre os 501-1000 euros que apresentam diferenças estatisticamente significativas em relação aos respectivos grupos, apresentando maiores índices de frequência nestas práticas. Por outro lado, são os homens e os indivíduos com rendimentos (do agregado familiar) abaixo dos 500 euros que apresentam os menores índices de frequência nesta categoria.

As práticas de sociabilidade doméstica (receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares), categoria 2, apresentam-se como uma prática frequente para os indivíduos inquiridos (média de 3,3). A análise entre os diversos grupos revela diferenças entre os sexos, já que são as mulheres que apresentam um índice superior de frequência, assim como os indivíduos mais jovens (entre os 18-30 anos), solteiros, e estudantes. Nesta categoria são os homens, os indivíduos desempregados, e com o nível mais baixo de instrução (até ao 3º ciclo), que apresentam os menores índices de frequência. As restantes variáveis não apresentam diferenças estatisticamente significativas para esta categoria.

Tabela 22. Participação dos praticantes de Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres

Variáveis	Respostas					Medidas de tendência central		
	1.Nunca	2.Raramente	3.Às vezes	4.Muitas vezes	5.Sempre	Média	Moda	Desvio Padrão
1. Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas (realizar actividades domésticas - ver TV, ler, ouvir música, navegar na internet, bricolage ou jardinagem, pintar ou desenhar)	0,1%	1,5%	21,1%	52,7%	24,7%	4,0	4	0,21
2. Práticas de sociabilidade doméstica (receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares)	0,3%	10,6%	50,4%	34,6%	4,2%	3,3	3	0,22
3. Práticas domésticas de abandono (não fazer nada, descansar e/ou dormir a sesta)	12,4%	51,1%	30,6%	5,4%	0,5%	2,3	2	0,21
4. Práticas de sociabilidade urbana e local (sair para ir ao café, bar, discoteca, almoçar e/ou jantar fora)	1,2%	24,9%	50,2%	21,7%	2%	3,0	3	0,20
5. Práticas de expressão cultural e/ou artística (tocar ou cantar num grupo musical, dançar, fazer teatro amador, fotografia, pintura)	36,8%	34,1%	18,3%	8,4%	2,5%	2,1	1	0,15
6. Práticas de expressão ao ar livre (passear com a família e/ou amigos - passeios ao ar livre, praia; campismo; piquenique)	0,3%	15%	45,3%	35,8%	3,6%	3,3	3	0,20
7. Práticas de participação expressiva (ir ver espectáculos - desportivos e outros -, ou eventos culturais - teatro, museus, exposições)	3,7%	29%	46,5%	18,7%	2,1%	2,9	3	0,19
8. Práticas receptivas, expressivas e de rotina (Ir ao centro comercial - passear, ir às compras, ir ao cinema)	3,6%	37,3%	40,3%	17,1%	1,7%	2,8	3	0,18
9. Práticas de sociabilidade associativa local (Ir a associações recreativas ou a colectividades locais - jogar cartas, xadrez, bilhar)	53,8%	29,1%	11,5%	4,9%	0,7%	1,7	1	0,22
10. Práticas de expressão desportiva (Fazer desporto)	1,2%	9%	21,7%	39,4%	29,8%	3,9	4	0,15
11. Práticas de expressão turística (Realizar viagens de lazer)	3%	23,3%	46,5%	24,3%	2,9%	3,0	3	0,18

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Ainda em relação às práticas domésticas, as práticas domésticas de abandono (não fazer nada, descansar e/ou dormir a sesta), categoria 3, são apontadas pelos inquiridos como uma prática pouco frequente (média de 2,3). Ao analisar a relação entre estas práticas segundo a idade verifica-se que são os mais jovens (entre os 18-30 anos), associados de forma geral à condição de solteiro, e estudante, e portanto sem grandes constrangimentos familiares, quem adere mais a estas (não) práticas. Neste estudo, à semelhança de outros (Lopes J. T., 2000), o índice de frequência nas práticas domésticas de abandono vai descendo com o evoluir da idade. É nesta perspectiva que J. T. Lopes (2000) se questiona pela própria circunstância da idade ser mais avançada, estes indivíduos acumularam experiências e reforçaram predisposições inculcadas, resistindo, por isso, a movimentos de anomia cultural. A análise pelo sexo também revela algumas diferenças, sendo as mulheres a apresentar um índice de frequência bastante superior nesta categoria, pressupondo por isso que estas (praticantes dos Desportos de Natureza) apresentem uma maior emancipação face às demais da população portuguesa. Por outro lado, os dados revelam que os homens, os indivíduos divorciados/separados ou viúvos, os patrões, os indivíduos com menor nível de instrução (até ao 3º ciclo), e os indivíduos com maiores rendimentos (mais de 2000 euros), apresentam os mais baixos índices de frequência nesta categoria.

As práticas de sociabilidade urbana e local (sair para ir ao café, bar, discoteca, almoçar e/ou jantar fora), categoria 4, são práticas frequentes para os inquiridos (média de 3). Ao analisar os resultados verifica-se que são os indivíduos mais jovens (entre os 18-30 anos), solteiros, e estudantes, que apresentam os maiores índices de frequência nesta categoria. Estes dados remetem para uma ideia já apontada por J. T. Lopes (2000), no que se refere à crescente centralidade das funções de consumo que a cidade desempenha, pois não se pode esquecer que ao menor valor da idade está associada uma condição estudantil, e portanto uma residência habitual no espaço urbano, e também a uma condição de liberdade matrimonial e familiar, que permite desenvolver uma cultura de saídas, que fomenta uma série de espaços socializadores que tendem a escapar à lógica e ao controle domiciliar e familiar. Esta teoria é ainda mais relevante quando se evidencia que os dois grupos de idades mais avançadas, os indivíduos casados ou a viverem em união de facto, apresentarem os menores índices de frequência. Outro dado em evidência é o facto de ser a mulher a apresentar o maior índice de frequência nestas

práticas, em parte explicado pela maioria das respondentes ser jovem (55,3% até aos 30 anos) e estudante (33,1%).

As práticas de expressão cultural e/ou artística (tocar ou cantar num grupo musical, dançar, fazer teatro amador, fotografia, pintura), categoria 5, têm pouca expressão na vida quotidiana dos inquiridos (média de 2,1). Ainda assim, são as mulheres e os indivíduos mais jovens (entre os 18-30 anos), solteiros, estudantes, que apresentam os maiores índices de frequência. Por outro lado, são os homens, os indivíduos casados, e os patrões, que apresentam os menores índices de frequência nesta categoria.

As práticas de expressão ao ar livre (passear com a família e/ou amigos - passeios ao ar livre, praia; campismo; piquenique), categoria 6, são actividades realizadas com frequência na vida quotidiana dos inquiridos (média 3,3). A análise segundo as variáveis sociodemográficas revela que são as mulheres, os indivíduos divorciados/separados ou viúvos, os indivíduos pensionistas ou domésticas/os (e os indivíduos que apresentam outras situações), que apresentam os maiores índices de frequência. Por outro lado, são os homens, os indivíduos solteiros, os patrões, os trabalhadores não qualificados e os membros das forças armadas, e os indivíduos com maior nível de instrução (ensino superior) que apresentam os índices de frequência mais baixos nesta categoria.

As práticas de participação expressiva (ver espectáculos - desportivos e outros - ou eventos culturais - teatro, museus, exposições), categoria 7, são apontadas como frequentes (média de 2,9). A análise segundo as variáveis sociodemográficas revela que são as mulheres e os indivíduos com idade mais avançada (57 anos ou mais) que apresentam os maiores índices de frequência. Contudo é nesta categoria que se evidencia as menores diferenças entres as características sociodemográficas, por não se verificarem diferenças significativas em relação ao estado civil, à condição e situação no trabalho, ao grupo profissional, ao nível de instrução e aos rendimentos do agregado familiar.

As práticas receptivas e/ou expressivas de rotina (ir ao centro comercial - passear, ir às compras, ir ao cinema), categoria 8, são também vistas como práticas frequentes pelos inquiridos (média de 2,8). Os indivíduos mais jovens (entre os 18-30 anos), logo seguido do grupo de indivíduos com mais idade (57 anos ou mais), são os que apresentam os maiores índices de frequência nestas práticas. Os rendimentos (do agregado familiar) também parecem ter um peso significativo na

frequência destas práticas, já que são os indivíduos com rendimentos (do agregado familiar) entre os 1001-2000 euros, seguido dos indivíduos entre os 501-1000 euros, que apresentam os maiores índices de frequência. A necessidade de uma certa disponibilidade financeira, em especial para as idas ao cinema poderá ser um condicionalismo a uma maior frequência por parte dos grupos com menor capital económico. A análise entre os sexos também evidencia um maior índice de frequência das mulheres, que em parte poderá ser explicada pela inclusão das compras nesta categoria, que ainda é, segundo J. T. Lopes (2000), uma prática predominante feminina. Por outro lado, são os homens, os indivíduos entre os 44-56 anos, os divorciados/separados ou viúvos, os patrões, e os indivíduos com menor nível de instrução, que apresentam os menores índices de frequência nesta categoria.

As actividades associativas expressivas (ir a associações recreativas ou a colectividades locais - jogar cartas, xadrez, bilhar), categoria 9, são as práticas que denotam a menor expressão no contexto da vida quotidiana dos inquiridos (média de 1,7). Este afastamento massivo por parte de todos os grupos poderá explicar-se por uma tendência que se verifica em múltiplos estudos, que revelam um acentuado desinteresse pela acção colectiva organizada, com tudo o que ela representa de regulação institucional, de estabelecimento de prioridades e objectivos, de equacionamento de meios e recursos, e de diagnóstico de fins a atingir (Lopes J. T., 2000). Ainda assim, os homens, indivíduos mais jovens (entre os 18-30 anos), solteiros, estudantes, e com os mais baixos rendimentos (do agregado familiar) apresentam os maiores índices de frequência. A mulher apresenta, aliás, um elevado afastamento nas práticas associativas, facto também comprovado noutros estudos (Lopes J. T., 2000). O capital cultural, social e económico elevado parecem também ser decisivos para a não inclusão destas práticas nas escolhas principais do lazer.

As práticas de expressão desportiva (fazer desporto), categoria 10, apresentam-se como a segunda opção de lazer na vida dos inquiridos (média de 3,9), se o lazer for considerado como uma questão de opção. Ao elevado valor do índice de frequência nesta categoria não é alheio o facto da amostra deste estudo ser constituída por indivíduos praticantes de desporto (de Natureza). A análise segundo as variáveis sociodemográficas revelam que são os homens, os indivíduos mais velhos (57 ou mais anos), com o nível de escolaridade mais baixo (até ao 3º ciclo), com rendimentos (do agregado familiar) menores do que 501 euros ou sem

rendimentos, que apresentam os maiores índices de frequência (apesar de nestas duas últimas categorias não se denotarem diferenças significativas entre os grupos). Se por um lado as diferenças entre os sexos são notadas, tanto nos estudos das práticas de lazer (Gomes R. T., 2001; Instituto Nacional de Estatística, 2001), como nos estudos da participação desportiva (European Commission, 2010), já em relação à idade, ao índice de escolaridade, e aos rendimentos, estes resultados são paradoxais em relação aos estudos da participação desportiva, tanto na UE, como em Portugal, já que os estudos referidos evidenciam uma relação inversa entre estas características e a participação desportiva. Estes dados podem ser explicados pelo efeito da selecção da amostra que é constituída por indivíduos bastante activos, comparativamente com a população em geral.

As práticas de expressão turística (realizar viagens de lazer), categoria 11, são apontadas pelos inquiridos como uma prática frequente (média de 3). A análise segundo as variáveis sociodemográficas revela que são os homens, indivíduos mais velhos (57 ou mais anos), patrões, com os mais elevados nível de escolaridade (ensino superior), e com os rendimentos (do agregado familiar) mais elevados (mais de 2000 euros) que apresentam os maiores índices de frequência nas práticas turísticas. Nesta categoria, ao contrário da anterior parece evidente que o volume de capital adquirido, quer cultural, quer social e económico, tem um grande contributo para o aumento do índice de frequência das viagens de lazer.

A análise da média da frequência nas práticas de lazer e uso dos tempos livres permitiu hierarquizar a participação em cada uma das categorias, e incluir cada uma delas em três níveis de frequência:

a) Práticas muito frequentes (média de 3,5 a 5): as práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas (categoria 1) são as práticas mais frequentes, com um índice de frequência de 4 (numa escala de 1 a 5); seguindo-se as práticas de expressão desportiva - realização de actividades desportivas (categoria 10), com um índice de frequência de 3,9;

b) Práticas frequentes (média de 2,5 a 3,4): as práticas de sociabilidade doméstica (categoria 2), e as práticas de expressão ao ar livre (categoria 6) que apresentam ambas um índice de frequência de 3,3; as práticas de sociabilidade urbana e local (categoria 4), e as viagens de lazer (categoria 11) apresentam ambas um índice de frequência de 3; as práticas participativas públicas (categoria 7) têm

um índice de frequência de 2,9; enquanto as práticas receptivas, expressivas e de rotina (categoria 8) surgem com um índice de frequência de 2,8;

c) Práticas pouco frequentes (média de 1 a 2,4): as actividades associativas expressivas são as práticas menos frequentes (categoria 9) com um índice de frequência de 1,7; seguida das actividades de expressão cultural (categoria 5) com um índice de frequência de 2,1; e as práticas domésticas de abandono (categoria 3) com um índice de frequência de 2,3.

Para melhor entender o índice do estilo de vida relacionado com o lazer (mais ou menos activo) classificou-se cada uma das categorias de prática em função do seu agrupamento em cada uma das quatro tipologias de prática (sociabilidade, expressividade, rotina e abandono), atribuindo-se uma ponderação a cada uma delas em função da consideração do seu (maior ou menor) peso para um estilo de vida activo: às actividades de abandono (categoria 3) foi atribuído o menor peso (1); às actividades de rotina (categorias 1 e 8) foi atribuído um peso de 2; às actividades de sociabilidade (categorias 2, 4 e 9) foi atribuído um peso de 3; e às actividades de expressividade (categorias 5, 6, 7, 10 e 11) foi atribuído um peso de 4. Os valores da frequência atribuídos por cada indivíduo, em cada categoria, foram multiplicados pelo respectivo peso, consoante a tipologia de actividade em que se integram, e somados os valores totais, atribuindo-se, assim, um valor global referente ao grau do estilo de vida relacionado com o lazer. Esse valor global foi posteriormente convertido num índice de estilo de vida, numa escala de 1 a 5, em que o índice 1 corresponde a um estilo de vida nada activo (entre 34 e 59 pontos dos valores globais), o índice 2 a um estilo de vida pouco activo (entre 60 e 87 pontos dos valores globais), o índice 3 a um estilo de vida activo (entre 88 e 115 pontos dos valores globais), o índice 4 a um estilo de vida muito activo (entre 116 e 143 pontos dos valores globais), e o índice 5 a um estilo de vida totalmente activo (entre 144 e 170 pontos dos valores globais).

Considerando-se esta classificação, obteve-se um valor médio de 100 pontos (±14,6), o que sugere que de forma geral os praticantes apresentam um estilo de vida activo. Os resultados indicam assim, que 65,1% dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos apresentam um estilo de vida activo (índice 3), 20,7% apresentam um estilo de vida pouco activo (índice 2), e 13,6% um estilo de vida muito activo (índice 4), tal como se pode observar na Tabela 23.

Tabela 23. Índice do Estilo de Vida relacionado com o Lazer.

Índices	N	%
Índice 1 (nada activo)	2	0,2
Índice 2 (pouco activo)	233	20,7
Índice 3 (activo)	733	65,1
Índice 4 (muito activo)	153	13,6
Índice 5 (totalmente activo)	5	0,4
Total	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Uma análise global aos índices de frequência e à respectiva inclusão das categorias pelos níveis de frequência, em função do agrupamento nos quatro grandes grupos de práticas, permite confirmar que os indivíduos inquiridos apresentam um estilo de vida activo, muito centrado nas práticas expressivas, em especial na prática desportiva (categoria 10), na expressão ao ar livre (categoria 6), nas viagens de lazer (categoria 11), e nas práticas participativas públicas (categoria 7), apesar das actividades de rotina, quer no espaço doméstico (categorias 1) quer no espaço público (categoria 8), representarem, no seu conjunto, a sua principal ocupação de tempo livre (ver Gráfico 10).

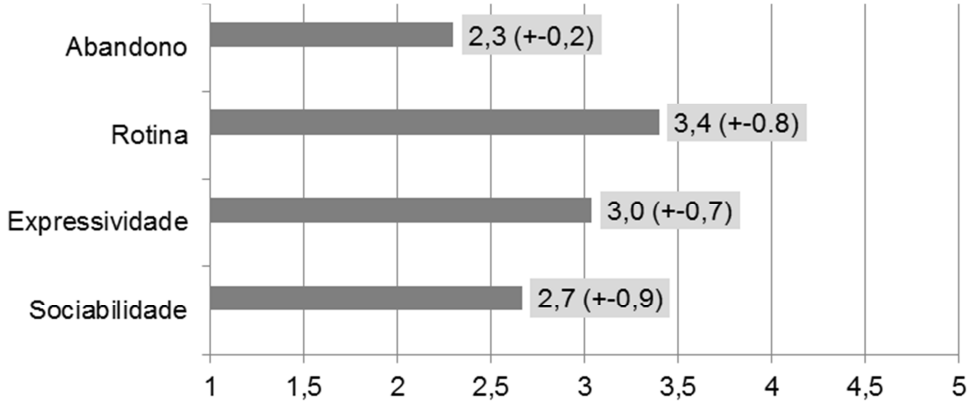


Gráfico 10. Índice de participação dos praticantes dos Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres por agrupamento das práticas.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

As práticas de expressão cultural e/ou artística (categoria 5) são a excepção nas práticas expressivas já que se apresentam como pouco frequentes na vida dos inquiridos. Outro dado relevante para a determinação de um estilo activo dos inquiridos é o facto das práticas de abandono representarem uma prática pouco

frequente na rotina dos inquiridos. A sociabilidade é também um factor determinante nas escolhas do lazer já que, quer as práticas de sociabilidade doméstica (categoria 2), quer as actividades de sociabilidade urbana e local (categoria 4), representarem uma opção frequente dos uso dos tempos livres, apesar das práticas de sociabilidade associativa local (categoria 9) representarem uma prática pouco frequente na vida quotidiana dos inquiridos.

Este último dado remete a discussão para outro nível de análise que se centra no tipo de espaços onde se realizam estas práticas. Ao se analisar o Gráfico 11, pode-se compreender a frequência das práticas agrupadas pelos espaços onde estas ocorrem. A representação gráfica mostra que as práticas que decorrem no espaço semipúblico são as que apresentam um índice de frequência muito abaixo das que decorrem nos restantes espaços (doméstico e publico). As práticas de sociabilidade associativa local (categoria 9) são as que apresentam o menor índice de frequência, logo seguidas pelas práticas de expressão cultural e/ou artística (categoria 5), contribuindo para que as práticas deste domínio (do espaço semipúblico) estejam muito abaixo das outras em termos de índice de frequência. Este índice não é mais baixo pelo peso que as actividades de sociabilidade urbana e local (categoria 4) têm neste agrupamento, que se apresentam como práticas frequentes.

Ao contrário de outros estudos (Lopes J. T., 2000) onde se evidencia uma predominância do espaço doméstico ou privado, em relação aos restantes, aqui demonstra-se que o lazer dos inquiridos é distribuído invariavelmente pelo espaço público e pelo doméstico (índices de frequência iguais). No entanto deve-se salientar que as práticas que se inserem no domínio doméstico apresentam uma maior variabilidade (Desvio Padrão = ±0,9), causada por uma maior diferença entre os índices de frequência das categorias que integram este agrupamento. Uma análise mais precisa deste agrupamento permite destacar as práticas de sociabilidade doméstica (categoria 1) com o maior índice de frequência, e por outro lado as práticas de abandono (categoria 3), com um índice de frequência muito baixo. Das práticas que se desenrolam no espaço do domínio público destacam-se as práticas desportivas (categoria 10) com um índice de prática muito frequente, e no polo oposto deste agrupamento as práticas de expressão cultural e/ou artística (categoria 5), como pouco frequentes, como já se salientou.

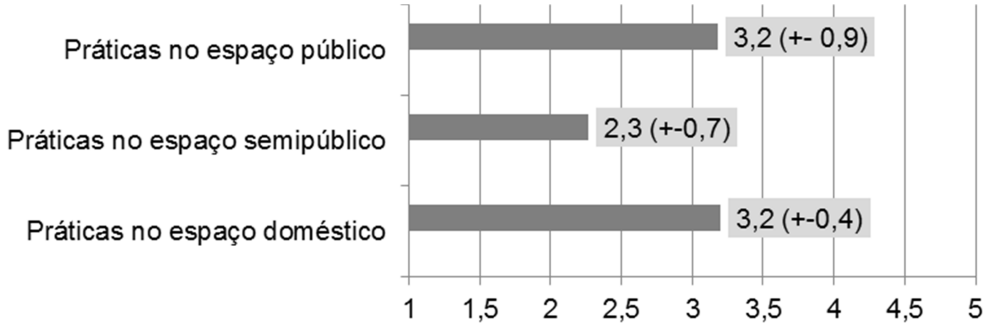


Gráfico 11. Índice de participação dos praticantes dos Desportos de Natureza em práticas de lazer e uso dos tempos livres por tipologia de espaços.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

5.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Os resultados do inquérito aos praticantes dos Desportos de Natureza mostram que o BTT é a actividade (praticada pelo menos uma vez) realizada por mais indivíduos (69,6% dos inquiridos afirmam que já praticaram esta actividade), seguida da canoagem (63,8%) e do pedestrianismo (56%), como se pode observar na Tabela 24. Por outro lado, as actividades realizadas por menos indivíduos foram o *kitesurf* (6,6%) e o voo livre (7%), abaixo dos 10% do total dos inquiridos.

Os dados evidenciam também que a maioria (53,0%) dos praticantes inquiridos praticou entre 2 a 4 actividades dos Desportos de Natureza, no ano de 2010, enquanto 23,3% praticou apenas 1 actividade, e 22,7 % praticou mais de 5 actividades. As actividades que os praticantes mais indicam ter realizado em exclusividade (única praticada) são as actividades equestres (RAE = 3,4) e o pedestrianismo (RAE = 3,1). Por outro lado, os praticantes de *canyoning* (RAE = 2,9), de escalada (RAE = 3,8), de *kitesurf* (RAE = 3,5), e de montanhismo (RAE = 2,1) são os que indicam que realizam mais actividades em paralelo (5 ou mais). As mulheres apresentam uma maior tendência do que os homens para realizar apenas uma das actividades dos Desportos de Natureza (RAE = 3,8), enquanto os homens apresentam uma maior tendência para realizarem 5 ou mais actividades (RAE = 4,5). Em relação à idade, os indivíduos situados no grupo dos 31-43 anos apresentam uma maior tendência para realizar 5 ou mais actividades (RAE = 2,3), e uma menor tendência para realizar apenas uma actividade (RAE = -2,4), enquanto os indivíduos entre os 44-56 e os de mais de 56 anos apresentam uma menor predisposição para praticar um elevado número de actividades (RAE = -2,8 em ambos os grupos).

Tabela 24. Resumo dos resultados da procura dos Desportos de Natureza pelos indivíduos inquiridos praticantes dos Desportos de Natureza.

Actividades	Actividades já praticadas		Actividades que mais gostam de praticar		Actividades praticadas com maior frequência		Actividades que gostariam de praticar com maior frequência		Procura potencial	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Actividades Equestres	348	30,9	32	2,8	18	1,6	109	9,8	91	8,2
Bodyboard	311	27,6	50	4,4	54	4,8	96	8,7	42	3,9
BTT	784	69,6	190	16,9	256	22,7	402	36,3	146	13,6
Canoagem	718	63,8	92	8,2	88	7,8	268	24,3	180	16,5
Canyoning	200	17,8	21	1,9	9	0,8	83	7,5	74	6,7
Escalada	557	49,5	43	3,8	43	3,8	162	14,7	119	10,9
Espeleologia	160	14,2	18	1,6	14	1,2	48	4,3	34	3,1
Esqui	291	25,8	43	3,8	20	1,8	148	13,4	128	11,6
Kitesurf	74	6,6	21	1,9	21	1,9	62	5,6	41	3,7
Mergulho	353	31,4	63	5,6	41	3,6	251	22,7	210	19,1
Montanhismo	514	45,7	95	8,4	72	6,4	308	27,9	236	21,5
Orientação	583	51,8	73	6,5	72	6,4	228	20,7	156	14,3
Pedestrianismo	631	56,0	128	11,4	198	17,6	258	23,4	60	5,8
Rafting	205	18,2	3	0,3	2	0,2	64	5,8	62	5,7
Remo	185	16,4	11	1,0	13	1,2	30	2,7	17	1,6
Skimboard	146	13,0	6	0,5	6	0,5	13	1,2	7	0,7
Snowboard	163	14,5	25	2,2	6	0,5	136	12,3	130	11,8
Surf	248	22,0	42	3,7	38	3,4	147	13,3	109	10,0
Tiro com Arco e/ou Besta	403	35,8	6	0,5	7	0,6	63	5,8	56	5,1
Vela	216	19,2	17	1,5	9	0,8	92	8,4	83	7,6
Voo livre	79	7,0	27	2,4	15	1,3	123	11,2	108	9,8
Windsurf	166	14,7	30	2,7	25	2,2	72	6,5	47	4,3
Multiactividades	262	23,3	29	2,6	18	1,6	148	13,5	130	11,9

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A actividade dos Desportos de Natureza que os indivíduos inquiridos mais gostam de praticar é o BTT (16,9%), seguida do pedestrianismo (11,4%), da canoagem (8%) e do montanhismo (8%). Referido por menos indivíduos surge o *rafting* (0,3%), o *skimboard* (0,5%), e o tiro com arco e/ou besta (0,5%).

Quando se analisam os resultados referentes às respostas de quais as actividades que os inquiridos praticam com maior frequência verifica-se que o BTT (22,7%) é a actividade praticada com maior frequência por mais indivíduos, seguido do pedestrianismo (17,6%), e da canoagem (7,8%). Por outro lado, o *rafting* (0,2%), o *skimboard* (0,5%) e o *snowboard* (0,5%) são as actividades que menos inquiridos indicaram como as praticadas com maior frequência.

Ao analisar as três actividades que os inquiridos gostariam de praticar com mais frequência, verifica-se que o BTT (36,3%) surge com a maior percentagem total na soma das 3 respostas (1º, 2ª e 3º opção), seguida pelo montanhismo (27,9%), e a canoagem (24,3%). Com a menor incidência das 3 opções de preferência surge o *skimboard* (1,2%), o remo (2,7%) e a espeleologia (4,3%).

Através da análise dos resultados das actividades praticadas com maior frequência e as modalidades que os inquiridos mais gostam de praticar (1ª opção), pela aplicação do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, verificou-se uma correlação positiva forte (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,690). Assim, pode-se afirmar que os praticantes inquiridos apresentam, na generalidade, uma procura satisfeita no que se refere às actividades dos Desportos de Natureza.

A análise das actividades dos Desportos de Natureza que foram praticadas com maior frequência no ano de 2010 pelos inquiridos com a prática da actividade que desejam realizar com mais frequência (1º opção), através do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, aponta para uma correlação positiva forte (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,516). Na generalidade, os RAE indicam que a actividade dos Desportos de Natureza que é referida como a praticada com maior frequência por um inquirido corresponde à que este deseja praticar mais frequentemente, verificando-se correlações significativamente positivas entre estas. Estes dados demonstram que para além de existir uma procura satisfeita, como se verificou na análise anterior, os indivíduos gostariam de realizar essa actividade com mais frequência o que poderá pressupor a existência de constrangimentos que os impede de praticarem essa actividade mais frequentemente.

Para determinar o potencial da procura dos Desportos de Natureza recorreu-se à análise das diferenças entre as 3 actividades que os indivíduos gostariam de praticar com maior frequência e a actividade praticada com maior frequência, subtraindo-se as respectivas percentagens obtidas. Assim, verifica-se que o montanhismo é a actividade que apresenta uma maior procura potencial (21,5%), já que 27,9% gostaria de a realizar mais vezes, enquanto para apenas 6,4% esta é a que se realiza com maior frequência (subtracção entre 27,9% e 6,4%); seguindo-se o mergulho e a canoagem com uma procura potencial de 19,1% e 16,5% respectivamente.

Através da análise dos resultados obtidos quanto às actividades praticadas com maior frequência por sexo verificou-se, pela aplicação do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, uma correlação positiva moderada (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,391). Salienta-se que o pedestrianismo (33,1%) é a actividade praticada com maior frequência pelo maior número de mulheres, seguindo-se o BTT (11,8%) e a canoagem (9,2%), enquanto em relação aos homens o BTT (31,1%), o pedestrianismo (11,6%) e a canoagem (8%) são as actividades praticadas com maior frequência pelo maior número de indivíduos inquiridos deste sexo. Por outro lado, a análise dos RAE permitiu verificar a maior tendência que existe para a prática das actividades por sexo. Os resultados mostram que as actividades equestres (RAE = 3,0), o esqui (RAE = 3,0), o pedestrianismo (RAE = 8,5), o *skimboard* (RAE = 2,6) e as multiactividades (RAE = 2,0) são as práticas dos Desportos de Natureza em que se evidencia uma maior predisposição para a prática por parte das mulheres, enquanto o *bodyboard* (RAE = 3,0), o BTT (RAE = 6,6), o voo livre (RAE = 2,8), e o *windsurf* (RAE = 2,3) são as actividades onde os homens apresentam uma maior predisposição para a sua prática. Nas restantes actividades não se evidenciaram diferenças estatisticamente significativas.

Os resultados deste trabalho demonstram também que o desporto é um espaço ímpar de reprodução da cultura tradicional masculina, e que evidencia uma participação diferenciada pelo sexo masculino/feminino. Segundo a cultura tradicional, ao homem corresponde a prática de desportos vigorosos, energéticos e assentes na tomada de risco, que permitem enfatizar o seu poder, a sua dominação e a sua masculinidade. Por outro lado, as mulheres apresentam uma menor participação em actividades de carácter vigoroso, e uma maior concentração em

actividades informacionais e contemplativas, em especial do pedestrianismo, que incorporam uma maior identificação com a condição feminina.

Em relação à análise por idade, os resultados evidenciam, através do teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, uma correlação positiva fraca (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,234). Ao analisar a tendência da participação relativa (expressa pela percentagem do número de respondentes em cada grupo de idade) nas actividades praticadas com maior frequência, que obtiveram acima das 35 respostas (*bodyboard*, BTT, canoagem, escalada, montanhismo, mergulho, orientação, pedestrianismo e *surf*), verificaram-se dados relevantes na medida em que os comportamentos são díspares com o avançar da idade (ver Gráfico 12).

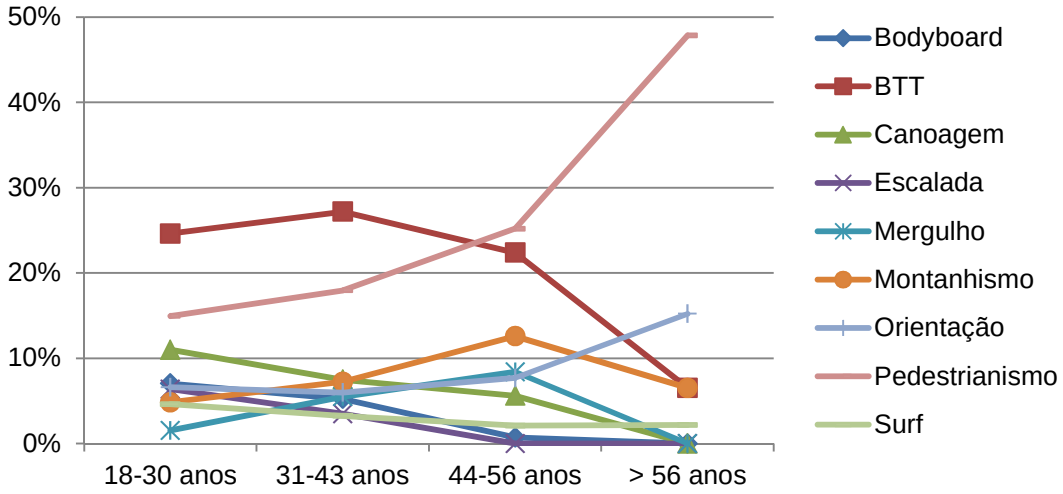


Gráfico 12. Tendência da participação nas actividades dos Desportos de Natureza por grupo de idade.
Fonte: Elaboração própria (QPDN2011).

O BTT (24,6%), o pedestrianismo (14,9%), e a canoagem (11%) são as actividades praticadas com maior frequência por mais indivíduos do grupo de idades mais baixa (entre os 18-30 anos); no segundo grupo de idades (entre os 31-43 anos), o BTT (27,2%), o pedestrianismo (18%) e a canoagem (7,5%) mantêm-se como as actividades praticadas com maior frequência pelo maior número de indivíduos deste grupo, embora as duas primeiras actividades apresentem uma tendência de crescimento relativo, enquanto a canoagem apresenta uma tendência de decréscimo relativo, face ao primeiro grupo; no grupo dos indivíduos entre os 44-56 anos, o pedestrianismo (25,2%) surge como a actividade realizada com maior frequência por mais indivíduos deste grupo, seguido do BTT (22,4%) e do montanhismo (12,6%); por fim, no grupo de idades mais avançado (mais de 56

anos), o pedestrianismo (47,8%) mantêm-se como a actividade praticada com maior frequência (e com uma tendência de crescimento relativo face ao grupo anterior), seguida da orientação (15,2%), do BTT (6,5%) e do montanhismo (6,5%).

Destes resultados denota-se que a orientação oscila nos três primeiros grupos, e tem um crescimento relativo no último grupo, onde se evidencia uma predisposição positiva (RAE = 2,3) para a realização desta actividade. O pedestrianismo apresenta um crescimento relativo com o avançar da idade, apresentando uma tendência negativa (RAE = -2,9) no grupo de idades mais baixa, e uma predisposição positiva (RAE > a 1,9) para a realização desta actividade nos dois grupos de idade mais avançada, em especial no grupo com mais de 56 anos (RAE = 5,6). Pelo contrário, a canoagem apresenta um decréscimo relativo como o avançar da idade, denotando-se uma maior predisposição (RAE = 2,6) para a sua prática no grupo de idade entre os 18-31 anos, e uma menor tendência (RAE = -2,1) no grupo de idades mais avançada. O *bodyboard* segue o mesmo padrão que a canoagem. O número de praticantes no *surf* também decresce com a idade. A escalada apresenta apenas respostas nos dois primeiros grupos de idade, em especial no primeiro, onde se verifica uma tendência positiva (RAE = 3,3) para a prática desta actividade neste grupo. No BTT a maior percentagem relativa de participação encontra-se no grupo dos 31-43 anos, decrescendo depois com o avançar da idade, atingindo no último grupo uma tendência negativa (RAE = -2,9) para a sua realização. O montanhismo apresenta uma tendência negativa (RAE = -2,9) no grupo entre os 18-30 anos e tem um crescimento relativo até ao grupo 44-56 anos, que evidencia uma predisposição positiva (RAE = 2,9) para esta prática, decrescendo depois desse grupo para o último grupo (mais de 56 anos). O mergulho segue o mesmo padrão que o montanhismo nos primeiros três grupos de idade mas, no entanto, não apresenta praticantes no grupo de idade mais avançada.

A evidente diminuição da prática de actividades com maior exigência técnica, física e energética nas idades mais avançadas revela uma alteração do perfil dos praticantes com a idade, progredindo para actividades de natureza mais informacional e contemplativa. Assim, como sugerido anteriormente por Neto (1997), estes dados sugerem que a prática de actividades mais exigentes é um fenómeno próprio da fase de idade mais jovem, do seu desenvolvimento físico, emocional e psicossocial, e que evidencia uma procura de excitação, de prazer, de aventura corporal, de sensações novas ou diferentes e mais centradas nos limites da

exploração do seu próprio corpo em confronto com o espaço físico natural. Com o avançar da idade, e com o decréscimo do vigor físico inerente ao desenrolar do ciclo de vida humano, é evidenciada uma tendência de diminuição da participação nas actividades mais energéticas, e uma transferência da participação para actividades que apresentam um menor vigor, uma menor exigência física e um menor risco corporal, e que se centram na contemplação do ambiente e das paisagens, acomodando por isso um maior investimento cultural, estético e turístico das actividades (Pociello, 1995).

Os praticantes foram também inquiridos sobre as actividades complementares que realizam no âmbito das práticas dos Desportos de Natureza (Tabela 25). Os resultados demonstram que a fotografia (52,8%) e a observação da fauna e da flora (43,3%) são as práticas realizadas frequentemente por mais indivíduos. Menos relevantes são os estudos e as pesquisas na natureza (7,7%).

Tabela 25. Actividades complementares realizadas pelos praticantes dos Desportos de Natureza.

Respostas	N	%
Não costuma praticar actividades complementares	173	15,4%
Fotografia e Vídeo na Natureza	595	52,8%
Observação da Fauna e da Flora	486	43,2%
Banhos	425	37,7%
Estudos/Pesquisas	87	7,7%
Piqueniques	465	41,3%
Outras actividades	58	5,2%

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Considerando o passado desportivo dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos, os resultados revelam que a maioria sempre manteve uma actividade física desportiva regular (pelo menos 1 vez por semana), para além da prática dos Desportos de Natureza (42,3%), ou tem praticado outras actividades físicas desportivas ao longo da vida, para além da prática dos Desportos de Natureza, embora com interrupções (37,1%). Quando se analisam as diferenças por sexo, verifica-se que os homens apresentam uma maior regularidade na prática de actividade física desportiva ao longo do seu percurso desportivo, pois a percentagem de indivíduos do sexo masculino que sempre manteve a prática desportiva regular, para além dos Desportos de Natureza (RAE = 2,9) é mais elevada do que a do sexo feminino, como se pode observar na Tabela 26. A análise por idade não evidencia diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 26. Passado desportivo dos praticantes dos Desportos de Natureza.

Respostas	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sempre manteve uma actividade física desportiva regular (pelo menos 1 vez por semana), para além da prática dos Desportos de Natureza	137	36,2	339	45,3	476	42,3
Tem praticado outras actividades físicas desportivas ao longo da vida, para além da prática dos Desportos de Natureza, embora com interrupções	149	39,4	269	36,0	418	37,1
Apenas praticou actividade física desportiva enquanto jovem e retomou recentemente a prática de outras actividades físicas desportivas (menos de 5 anos), para além da prática dos Desportos de Natureza	34	9,0	48	6,4	82	7,3
Apenas praticou actividade física desportiva enquanto jovem e retomou recentemente a prática de actividade física desportiva (menos de 5 anos), com a prática dos Desportos de Natureza	44	11,6	48	6,4	92	8,2
Nunca praticou outras actividades físicas desportivas, para além da prática dos Desportos de Natureza	14	3,7	44	5,9	58	5,2
Total	378	100	748	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Os resultados relacionados com a experiência (anos de prática) na actividade dos Desportos de Natureza considerada como prática mais frequente (Tabela 27) também mostram que os homens apresentam um maior número de anos de prática do que as mulheres, e portanto também são estes que se consideram com o nível de proficiência técnica mais avançada (Tabela 28).

Tabela 27. Número de anos de prática de Desportos de Natureza.

Respostas	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
≤ 4 anos	147	38,9	213	28,5	360	32,0
5-9 anos	94	24,9	165	22,1	259	23,0
10-14 anos	70	918,5	149	19,9	219	19,4
≥ 15 anos	67	17,7	221	29,5	288	25,6
Total	378	100	748	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Tabela 28. Nível de proficiência técnica dos praticantes dos Desportos de Natureza.

Respostas	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Iniciado	157	41,5	132	25,7	289	25,7
Intermédio	184	48,7	417	53,4	601	53,4
Avançado	37	9,8	199	21	236	21,0
Total	378	100	748	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A relação entre o nível de proficiência e o número de anos de prática da actividade apresenta uma correlação positiva baixa (*p-value* <0,050 e V de Cramer = 0,281), evidenciando-se uma correlação entre os 15 ou mais anos de prática com a auto percepção da proficiência técnica de nível avançado (RAE = 10,8), uma correlação entre os 4 ou menos anos de prática com o nível de proficiência técnica iniciado (RAE = 8,6), e uma correlação entre os 5-9 anos de prática com o nível intermédio (RAE = 2,9).

Os resultados mostram também uma relação directa entre a idade dos praticantes e a média de idade de início da prática das actividades dos Desportos de Natureza. Os indivíduos do grupo mais jovem apresentam a mais baixa média de idade de início da prática, verificando-se o progressivo aumento da média de idade de início da prática com o aumento da idade dos praticantes, tal como se mostra no Gráfico 13.

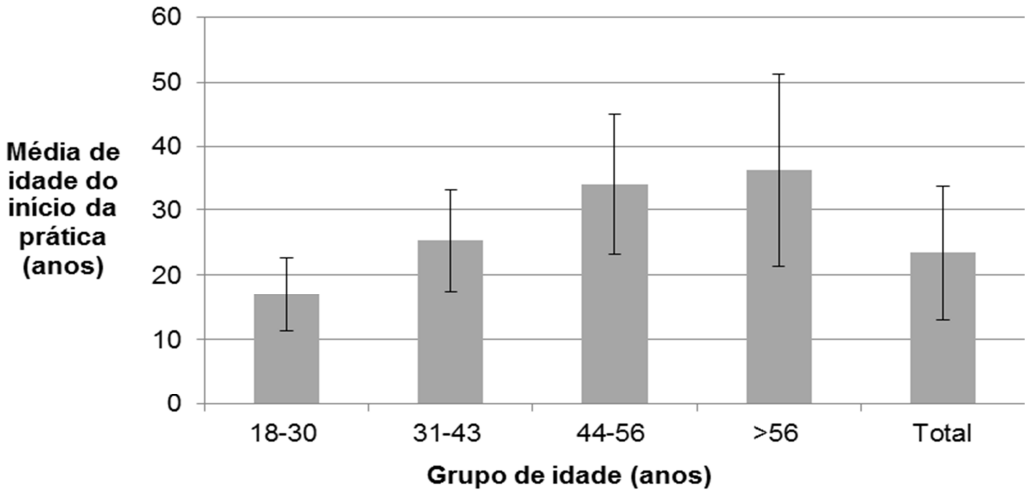


Gráfico 13. Média de idade de início da prática da actividade que foi realizada com maior frequência por grupo de idade.
Fonte: Elaboração própria (QPDN2011).

Estes dados sugerem que a prática dos Desportos de Natureza é um fenómeno recente da prática desportiva em Portugal. Evidencia-se também um grande potencial de crescimento, verificando-se um início da prática cada vez mais precoce, com o maior número de praticantes situado no grupo de idade mais baixo.

A maior parte (53,6%) dos inquiridos teve influência do seu grupo de sociabilidade (amigos, colegas, vizinhos ou familiares) para iniciar a actividade dos Desportos de Natureza que realiza com maior frequência, enquanto 33,6% iniciou por livre iniciativa, tal como mostra a Tabela 29. Das diferenças por sexo salienta-se uma maior tendência dos homens para o início da prática por livre iniciativa (RAE = 2,3) e pelos *Média* (RAE = 2,1), enquanto as mulheres apresentam uma maior tendência do que os homens para a influência no âmbito escolar (RAE = 4,2).

Tabela 29. Influência para iniciar a prática dos Desportos de Natureza.

Respostas	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Livre iniciativa	110	29,1	270	36,1	380	33,7
Média (TV, Jornais, Revistas, Rádio, etc,)	1	0,3	13	1,7	14	1,2
Publicidade de Organizações do Sector	2	0,5	7	0,9	9	0,8
Escola	40	10,6	31	4,1	71	6,3
Grupo de Amigos, Colegas, Vizinhos ou Familiares	207	54,8	396	52,9	603	53,6
Outros	18	4,8	31	4,1	49	4,4
Total	378	100	748	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A influência para o início da prática é também diferenciada em função da actividade dos Desportos de Natureza que é praticada e da idade com que se iniciou a prática. Um número considerável de praticantes de mergulho (62,5%) iniciou esta prática por livre iniciativa, enquanto a prática da canoagem foi incentivada principalmente pelo grupo de sociabilidade (66,7%). Por outro lado, a escola começa a ter um contributo importante para o início das práticas dos Desportos de Natureza, já que apresentou uma maior tendência para influenciar o início da prática no grupo de idade mais baixo (18-30 anos) (RAE = 6,7) e uma menor tendência nos restantes grupos. Esta propensão é evidente nas actividades de orientação (RAE = 3,7) e na escalada (RAE = 5,9). No entanto, a influência da escola para iniciar a prática de BTT é significativamente menor (RAE = -3,4) do que nas restantes. Estes dados sugerem que a inclusão de algumas actividades dos Desportos de Natureza no

currículo dos programas de educação física (1º, 2º e 3º ciclos e secundário), como o caso da orientação e da escalada, tem vindo a ser crucial para incentivar a prática destas actividades desportivas. Os dados sugerem que uma política integradora que ofereça uma gama mais generalizada de outras actividades dos Desportos de Natureza possa ter uma influência na eliminação das assimetrias evidenciadas na participação (por sexo, idade, e capital cultural, social, e económico), e uma influência positiva para o aumento do número de praticantes dos Desportos de Natureza, e para o aumento do índice da prática desportiva, de forma geral, em Portugal.

A maior parte (47,3%) dos inquiridos refere que iniciou a actividade que pratica com maior frequência de forma informal com o seu grupo de sociabilidade (amigos, colegas, vizinhos ou familiares), com um carácter de lazer, tal como se mostra na Tabela 30. Os resultados mostram que existe uma correlação positiva moderada (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,466) entre o âmbito socio-organizacional de início e o actual, o que evidencia apenas uma ligeira permuta entre o âmbito inicial e o actual. De forma geral o que se denota é um aumento da prática no âmbito associativo (clubes desportivos, clubes de praticantes e associações) e no contexto informal do grupo de sociabilidade, e uma redução da prática no contexto empresarial e de forma isolada.

Tabela 30. Âmbito socio-organizacional da prática dos Desportos de Natureza.

Respostas	Início		Actualmente	
	N	%	N	%
Clube Desportivo	153	13,6	160	14,2
Clube de Praticantes	78	6,9	79	7,0
Associação (Ambientalista, Cultural, Desportiva, Recreativa, etc.)	119	10,6	127	11,3
Empresa de Animação Turística (EAT)	41	3,6	32	2,8
Grupo informal de amigos, colegas, vizinhos ou familiares, com um carácter de lazer	533	47,3	577	51,2
Sozinho	136	12,1	119	10,6
Outro	66	5,9	32	2,8
Total	1126	100	1126	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Dos que não praticam actualmente num contexto organizacional nem iniciaram num desses contextos (538 praticantes), 44% (237 praticantes) referem que já praticaram no âmbito de uma organização sendo que desses, 39,2% (93 praticantes) já praticaram numa associação, 27,4% (65 praticantes) num clube

desportivo, 13,9% (33 praticantes) num clube de praticantes, 13,1% (31 praticantes) através de uma empresa de animação turística, e 6,3% (15 praticantes) noutros contextos organizacionais (ver Tabela 31).

Tabela 31. Âmbito organizado da prática dos Desportos de Natureza.

Respostas	N	%
Não	301	56,0
Sim	237	44,0
Clube Desportivo	65	27,4
Clube de Praticantes	33	13,9
Associação (Ambientalista, Cultural, Desportiva, Recreativa e afins)	93	39,2
Empresa de Animação Turística (EAT)	31	13,1
Outro	15	6,3
Total	538	100

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Ao analisar os resultados entre as actividades realizadas com maior frequência pelos indivíduos inquiridos pelo âmbito socio-organizacional da prática, verificam-se diferenças estatisticamente significativas, apresentando-se uma associação moderada (*p-value* <0,050 e *V de Cramer* = 0,349). O Gráfico 14 mostra a percentagem de resposta das nove actividades realizadas com maior frequência pelo maior número de inquiridos (acima das 35 respostas).

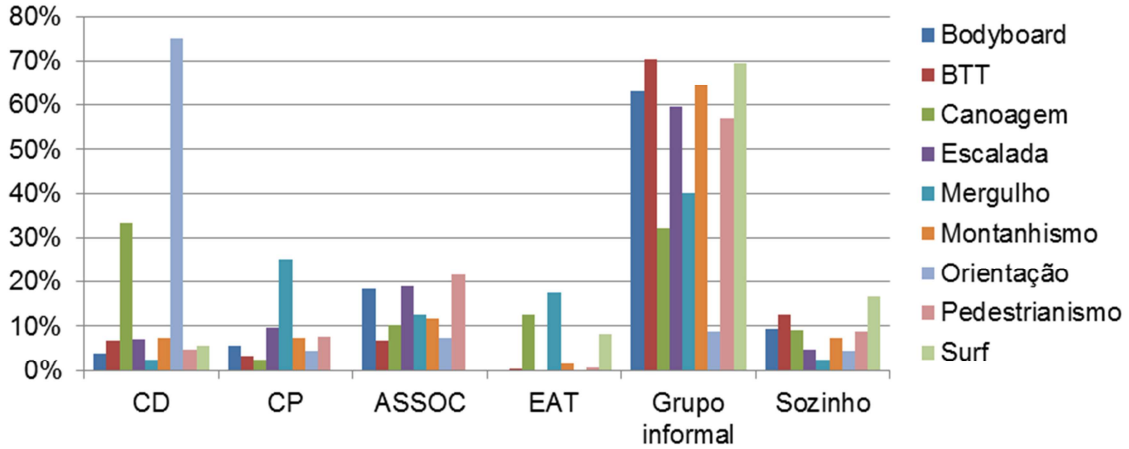


Gráfico 14. Participação nas actividades dos Desportos de Natureza por âmbito socio-organizacional.

Notas: CD - Clube Desportivo; CP - Clube de Praticantes; ASSOC - Associação; EAT - Empresas de Animação Turística;

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise dos RAE permitiu verificar a tendência de cada actividade por cada âmbito socio-organizacional da prática. Assim:

- A canoagem (RAE = 5,1), a orientação (RAE = 14,5), o remo (RAE = 6,8), o tiro com arco (RAE = 3,2), e o voo livre (RAE = 5,0) são as actividades dos Desportos de Natureza que apresentam uma predisposição superior às restantes para serem desenvolvidos no âmbito dos clubes desportivos, enquanto o *bodyboard* (RAE = -2,3), o BTT (RAE = -4,1), o mergulho (RAE = -2,2), o pedestrianismo (RAE = -4,4), e o *windsurf* (RAE = -2,1), são as que apresentam a menor tendência de desenvolvimento neste contexto;

- No contexto dos clubes de praticantes, o mergulho (RAE = 4,4) apresenta um potencial positivo, e o BTT apresenta um potencial negativo (RAE = -2,8);

- A espeleologia (RAE = 4,8) e o pedestrianismo (RAE = 4,8) são as actividades que apresentam o maior potencial de desenvolvimento no contexto das associações, enquanto o BTT (RAE = -2,8) e o *surf* (RAE = -2,2) são as que apresentam menor potencial neste contexto;

- A canoagem (RAE = 5,6), o mergulho (RAE = 5,6), e o *surf* (RAE = 2,0) são as actividades que apresentam o maior potencial de desenvolvimento no âmbito empresarial, enquanto o BTT (RAE = -2,7), e o pedestrianismo (RAE = -2,2) são as actividades que evidenciam o menor potencial;

- No âmbito do grupo informal, o BTT (RAE = 6,4), o esqui (RAE = 2,3), o montanhismo (RAE = 2,0), o *snowboard* (RAE = 2,3), e o *surf* (RAE = 2,0) são as actividades que apresentam maior potencial, enquanto as actividades equestres (RAE = -2,9), a canoagem (RAE = -4,0), a espeleologia (-2,7), a orientação (-7,5), o remo (-3,1), o tiro com arco (RAE = -2,8), e o voo livre (RAE = -4,1) são as actividades que apresentam menor potencial de desenvolvimento informal;

- As actividades equestres (RAE = 3,3) evidenciam-se como uma prática individual.

No que diz respeito à frequência da prática, a maioria (43,9%) dos praticantes inquiridos tem uma prática regular (pelo menos uma vez por semana), enquanto 25% o faz de forma esporádica (sem frequência regular). No entanto, verificam-se diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050) na frequência da prática entre as várias actividades. Tal como se mostra no Gráfico 15, o *surf* (68,4%), o *bodyboard* (66,7%), e o BTT (62,1%) são as actividades que evidenciam as maiores frequências da prática, geralmente mais do que uma vez por semana. Por outro lado, as actividades que apresentam uma menor regularidade na prática, e que são maioritariamente realizadas durante as férias e fins-de-semana prolongados ou

esporadicamente sem frequência regular são o montanhismo (58,3%), o pedestrianismo (56,6%), e o mergulho (48,8%).

Existem também diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050) entre as diversas actividades dos Desportos de Natureza e o período do ano preferencial para a sua realização. A análise das nove actividades que obtiveram mais respostas (ver Gráfico 16) mostra que a canoagem (RAE = 6,0) e o mergulho (RAE = 3,9) são praticados maioritariamente durante o Verão, enquanto as restantes são maioritariamente realizadas durante todo o ano, de forma indiferenciada, com maior evidência para a orientação (RAE = 3,3) e o BTT (2,0). O *bodyboard* apresenta uma maior tendência do que as restantes para ser realizado no Outono (RAE = 2,4) e no Inverno (RAE = 2,9). O montanhismo também apresenta uma maior predisposição para ser realizado apenas no Inverno (RAE = 2,3).

A maioria dos praticantes (56,4%) desenvolve a sua actividade durante o fim-de-semana, enquanto 33,9% praticam durante toda a semana de forma indiferenciada (ver Gráfico 17). Salientam-se no entanto diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050) entre a prática das diferentes actividades dos Desportos de Natureza, onde se evidencia uma maior tendência para a prática durante toda a semana de forma indiferenciada do *bodyboard* (RAE = 4,3) e do *surf* (RAE = 3,5). Por outro lado, o mergulho (RAE = 2,8), o montanhismo (RAE = 3,3), a orientação (RAE = 3), e o pedestrianismo (RAE = 3,5) são realizados quase em exclusivo durante o fim-de-semana.

Os praticantes, de forma geral (43,3%), não têm um período do dia preferencial para a prática dos Desportos de Natureza, enquanto 34,3% a realizam preferencialmente de manhã (ver Gráfico 18). No entanto denotam-se diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050) entre a prática das diferentes actividades dos Desportos de Natureza. O BTT (RAE = 4,1) e o mergulho (RAE = 2,3) são realizados preferencialmente de manhã, enquanto a escalada apresenta uma predisposição negativa para ser realizada durante a manhã (RAE = 2,5). O mergulho nunca é realizado ao final da tarde ou durante a noite.

A duração da prática é normalmente de 2 a 4 horas (valor indicado por 46,5% dos inquiridos), seguida de menos de 2 horas (referido por 23,4%) (ver Gráfico 19). No entanto, denotam-se diferenças estatisticamente significativas entre a prática das diferentes actividades dos Desportos de Natureza (*p-value* <0,050). Tal como se mostra no Gráfico 19, a orientação é a actividade que apresenta geralmente uma

menor duração – menos de 2 horas (58,3%). Por outro lado, o montanhismo é actividade que normalmente apresenta uma maior duração, já que para 29,2% dos seus praticantes esta actividade desenvolve-se durante mais de um dia.

A maioria (74%) dos inquiridos refere que não têm um local fixo para a prática, enquanto apenas 26% referem que praticam sempre no mesmo espaço de prática (ver Gráfico 20), salientando-se todavia diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050) entre a prática das diferentes actividades. Salienta-se a canoagem (58%) que é preferencialmente realizada sempre no mesmo espaço.

Uma parte (35,7%) dos inquiridos refere que realiza preferencialmente a sua prática dos Desportos de Natureza no seu concelho de residência, enquanto 19% realiza a sua prática fora do concelho de residência, embora no mesmo distrito, e ainda 19,7% a realiza fora do seu distrito de residência (ver Gráfico 21). As principais diferenças (*p-value* <0,050) denotam-se no BTT que apresenta uma maior tendência para ser realizado no concelho de residência (RAE = 6,0), enquanto o mergulho (RAE = 2,2), e o montanhismo (RAE = 6,0), apresentam uma maior predisposição do que as restantes para serem realizadas fora do país. O montanhismo apresenta também uma maior tendência para ser realizado fora do distrito (RAE = 3,0).

A maioria (58,1%) refere que de forma geral, não pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, e não paga nenhuma taxa pela utilização dos mesmos (ver Gráfico 22), denotando-se todavia diferenças estatisticamente significativas nas diversas actividades dos Desportos de Natureza (*p-value* <0,050). Considerando as nove actividades onde se obtiveram mais respostas, verifica-se que na canoagem (RAE = 6,0) e no mergulho (RAE = 3,2) existe uma maior tendência do que nas restantes para os praticantes pedirem autorização para utilizarem dos espaços de prática e para pagarem para o utilizar. Na escalada (RAE = 3,8) e na orientação (RAE = 2,6) verifica-se uma maior tendência do que nas restantes actividades para pedirem autorização, sem no entanto pagarem para utilizar o espaço. Por outro lado, no *bodyboard* (RAE = 3,9), no BTT (RAE = 7,7), no montanhismo (RAE = 2,8), e no *surf* (RAE = 3,0), a tendência é para se usufruir dos espaços de prática, sem pedir autorização nem pagar para o efeito. Esta tendência pode estar relacionada com o tipo de espaço que se utiliza já que estas últimas actividades são realizadas em espaços públicos, como o mar e os trilhos de montanha, que não carecem de autorização para a sua utilização, em Portugal.

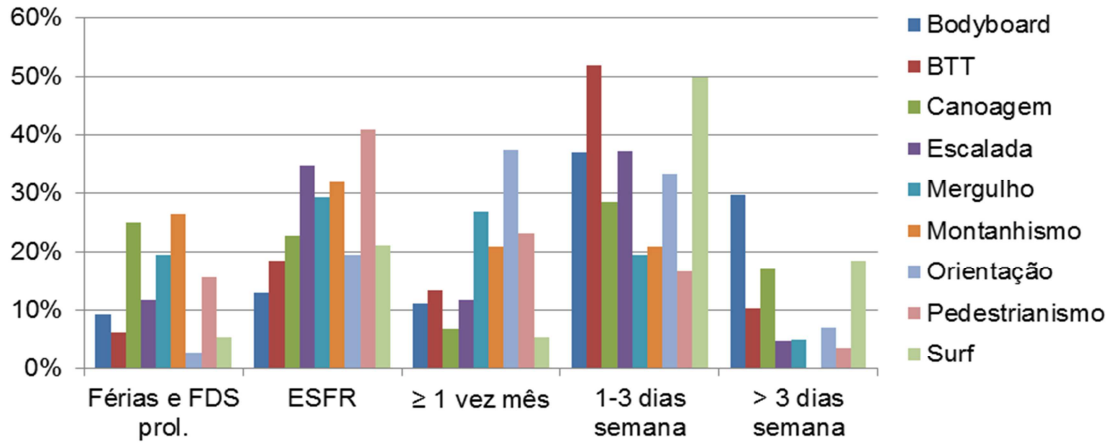


Gráfico 15. Frequência da participação nas actividades dos Desportos de Natureza.

Notas: FDS prol. - Fim-de-semana prolongado; ESFR - Esporadicamente, sem frequência regular.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

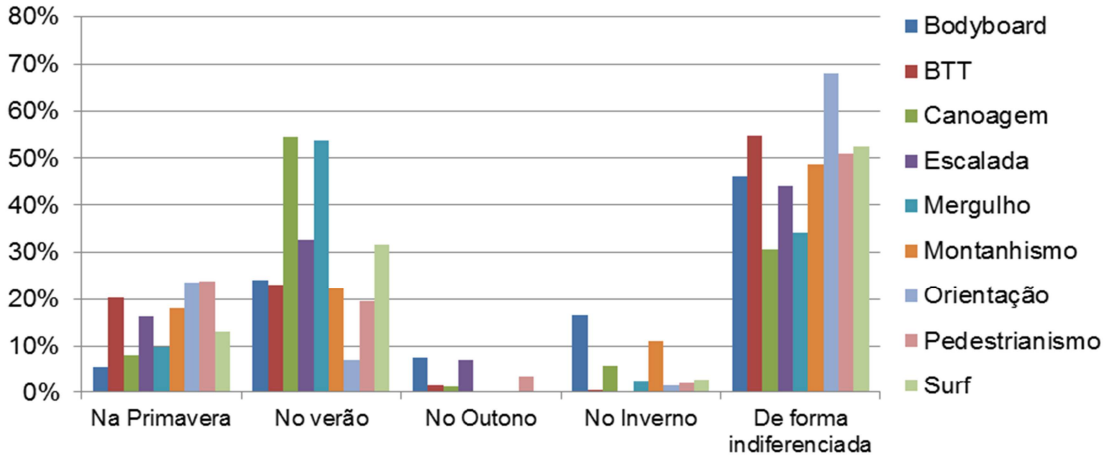


Gráfico 16. Período do ano preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

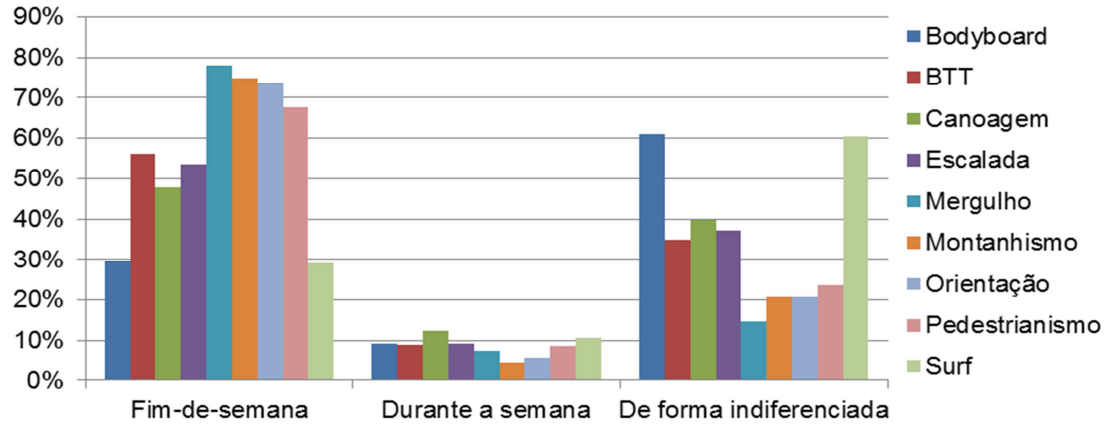


Gráfico 17. Período da semana preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

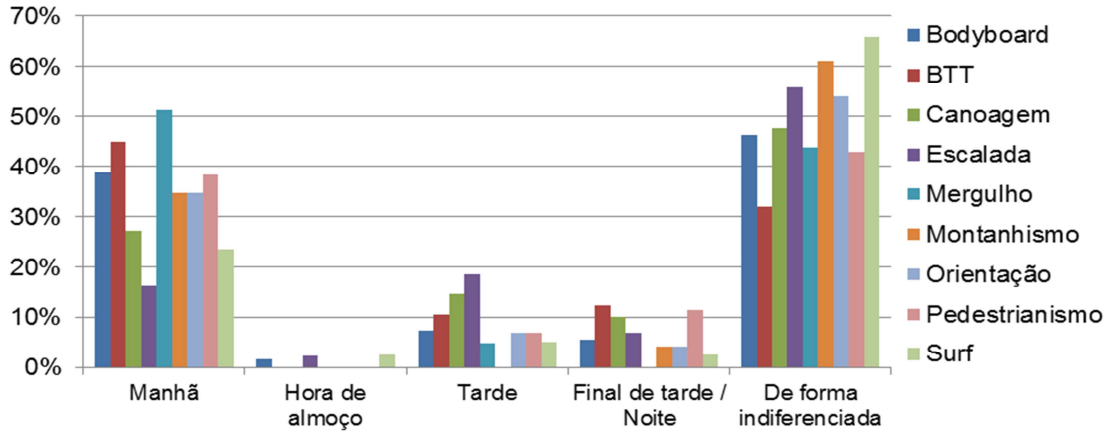


Gráfico 18. Período do dia preferencial para a práticas das actividades dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

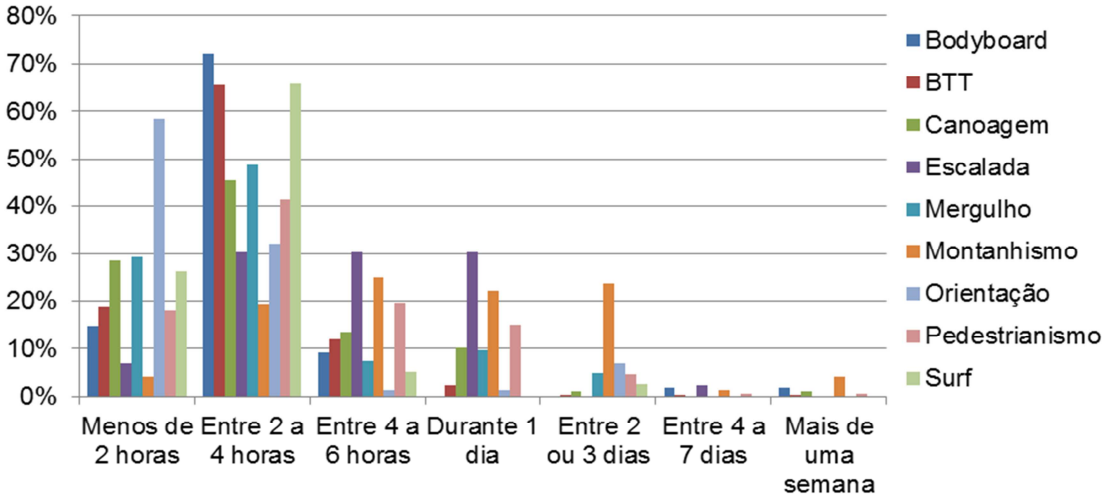


Gráfico 19. Duração da prática das actividades dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

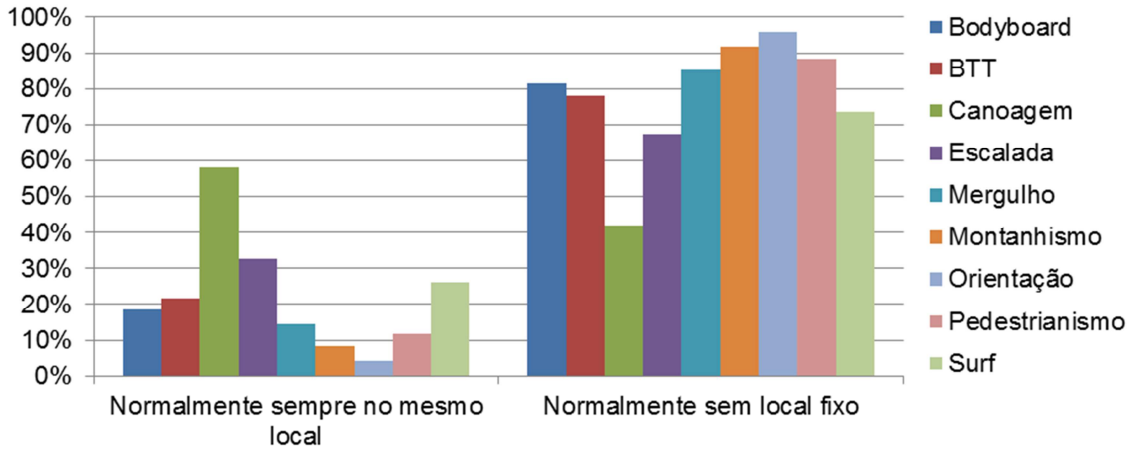


Gráfico 20. Local da prática das actividades dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

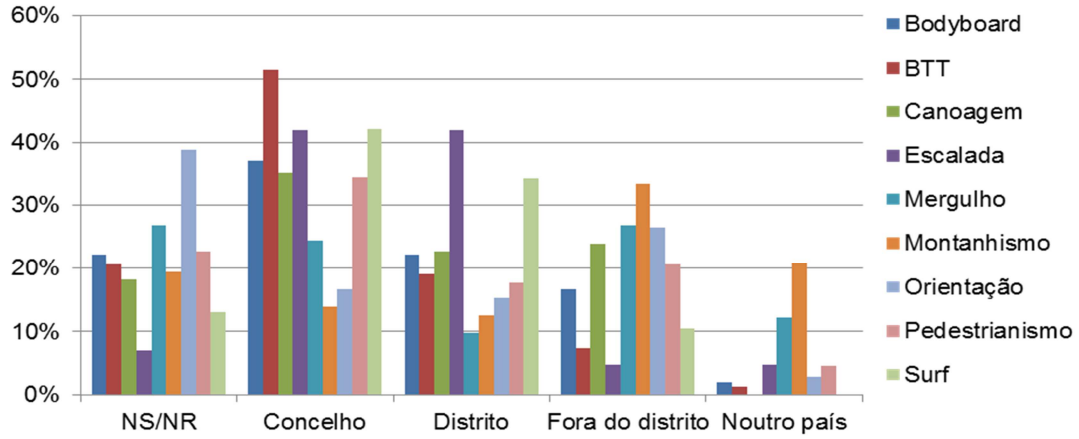


Gráfico 21. Área geográfica de realização das actividades dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

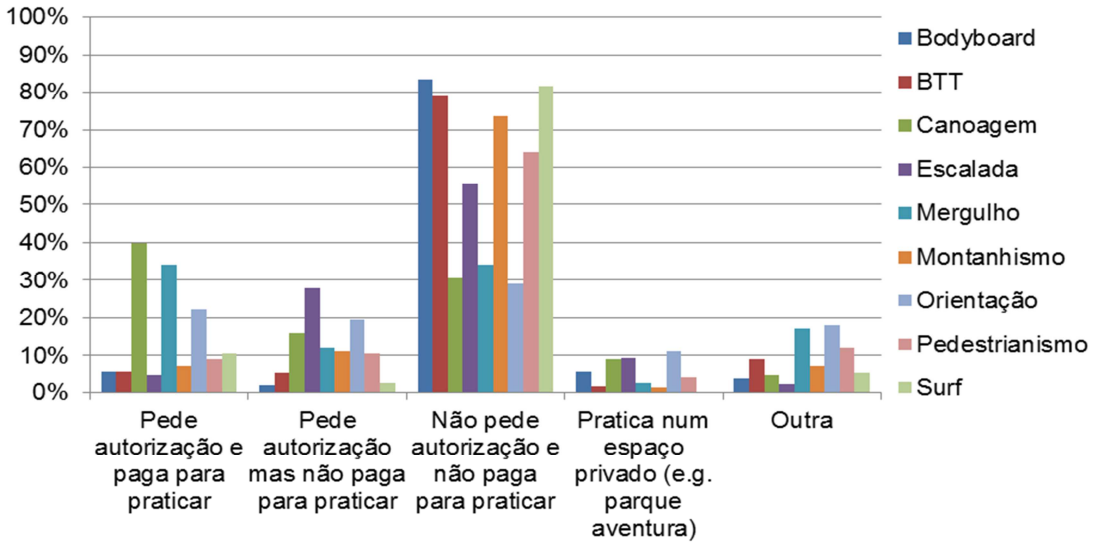


Gráfico 22. Apropriação dos espaços pelos praticantes das diferentes actividades dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

As diferenças obtidas entre as diversas actividades dos Desportos de Natureza, em relação à regularidade e à frequência, assim como ao período do ano e da semana, à duração, e à localização geográfica dos espaços de prática, podem ser explicadas por diversos factores. Em primeiro lugar, verifica-se que as actividades que exigem condições (geográficas, meteorológicas, etc.) muito particulares e que requerem espaços especializados, ou localizados em zonas específicas, e menos abundantes no território português, apresentam um nível de regularidade e de frequência inferior às restantes.

O caso do montanhismo é um bom exemplo. É uma actividade que é realizada em espaços de montanha, que exige na maioria dos casos uma maior

deslocação para a sua realização (para fora do distrito ou do país, como indicado pelos praticantes). É também por isso que é realizada durante um dia inteiro ou mais, e preferencialmente durante o fim-de-semana. Em função da sua vertente eminentemente contemplativa, os seus praticantes procuram diferentes espaços para a sua realização, de forma a visitar permanentemente outros lugares.

O mergulho é outra actividade com fortes condicionamentos espaciais e com uma grande especificidade associada à sua prática. É uma actividade que requer um espaço aquático-marítimo, adequado, para a sua realização, normalmente com boas condições de estabilidade da água (por isso realizado preferencialmente no Verão), e de visibilidade (portanto não é realizada normalmente ao final de tarde/noite). Como estas condições específicas existem apenas em determinados locais, surge a necessidade de deslocação para fora do distrito de residência ou do país, em busca dos melhores locais, o que pode explicar uma frequência mais irregular do que a maioria das actividades dos Desportos de Natureza.

A escalada é também uma actividade que, do ponto de vista dos espaços utilizados, apresenta algumas particularidades. A escalada (desportiva) é geralmente realizada em falésias, com paredes rochosas, que apresentam níveis de dificuldade variados. É também uma das actividades dos Desportos de Natureza que requer um grande conhecimento e competência técnica, ao nível dos procedimentos de segurança. Esta actividade é realizada geralmente em grupo, de pelo menos duas pessoas (um indivíduo escala e outro dá segurança), de forma a garantir a segurança na prática. Os dados revelam efectivamente que esta actividade é praticada maioritariamente com um grupo informal (amigos, colegas, vizinhos, familiares) com um carácter de lazer, entre 1 a 3 dias por semana, ou esporadicamente sem frequência regular, ao longo de todo o ano, ou preferencialmente no Verão. É praticada preferencialmente durante o fim-de-semana, ao longo do dia de forma indiferenciada, entre 2 horas a 1 dia inteiro. Normalmente procuram-se diferentes espaços de prática, para realizar diferentes vias, com diferentes níveis de dificuldade, como evidenciam os resultados. Portugal apresenta excelentes condições para a realização desta actividade, em quase todo o território, já que os praticantes não necessitam de sair do seu concelho ou distrito de residência para realizar esta actividade.

Portugal apresenta também excelentes condições para a prática das actividades marítimas de ondas, como o *bodyboard* e o *surf*, como tem sido

evidenciado pelo crescente número de eventos que têm decorrido, com especial destaque para o campeonato do mundo de *surf*, em Peniche, e para a criação da reserva mundial de s*urf* na Ericeira, a primeira na Europa. As zonas de prática destas actividades estão localizadas na zona litoral do país, onde se concentra também a maioria da população residente em Portugal. Estas são portanto práticas de proximidade, como evidenciam os resultados deste trabalho (realizadas preferencialmente no concelho ou no distrito de residência), e por isso realizadas com uma grande frequência (geralmente mais do que uma vez por semana). As condições do mar (ondulação) exigidas para a prática destas actividades levam a que os praticantes se desloquem à procura do melhor *spot* para a prática, o que os leva a não praticarem num local fixo. São também realizadas ao longo de todo o dia, de forma indiferenciada, porque as condições de ondulação vão variando com as marés. Estas actividades também são realizadas com grande frequência, ao longo de toda a semana, de forma indiferenciada. Uma justificação para estes resultados pode ser porque são praticadas principalmente pelo grupo de idade mais jovem (18-30 anos), com uma condição maioritariamente estudantil, solteiros, e sem filhos ou jovens a seu cargo, o que pressupõe uma maior liberdade, e uma maior possibilidade de gestão do seu tempo.

Este último dado mostra que o perfil dos praticantes pode ser também um factor determinante para o perfil da prática. Um dos melhores exemplos é dado pela prática do BTT. Estas actividades não exigem um espaço com condições tão específicas como as anteriores, e por isso são realizadas no concelho ou no distrito de residência, sem local fixo, ao longo de todo o ano, e com frequência elevada. No entanto, esta actividade é realizada maioritariamente por indivíduos activos perante o trabalho, grande parte deles casados ou a viverem em união de facto, e com filhos ou jovens a seu cargo, o que nestas circunstâncias potencia um maior constrangimento temporal, o que pode justificar ser realizada preferencialmente ao fim-de-semana, durante a manhã.

O perfil da prática também parece ser influenciado pelo âmbito socio-organizacional. Um exemplo desta influência é fornecido pela canoagem. Esta actividade é praticada tanto num clube desportivo, como num grupo informal (amigos, colegas, vizinhos, familiares) com um carácter de lazer, apresentando todavia uma maior tendência do que as outras práticas para ser realizada no âmbito das EAT (RAE = 5,6). Os que praticam nos clubes desportivos, fazem-no de uma

forma regular e muito mais frequente, maioritariamente mais do que uma vez por semana, ao longo de toda a semana, e de forma indiferenciada ao longo do ano, enquanto os que praticam num âmbito informal, apresentam uma maior tendência para a realizam esporadicamente, sem frequência regular, ao fim-de-semana, e principalmente no Verão.

A orientação é também uma actividade que apresenta um perfil diferenciado em função do âmbito socio-organizacional onde se pratica. Esta actividade é praticada maioritariamente num clube desportivo, pelo menos uma vez por mês, ou entre 1 a 3 vezes por semana, ao longo de todo o ano. É realizada preferencialmente durante o fim-de-semana, o que se pode depreender que durante a semana é efectuado um treino com uma maior componente física do que técnica (leitura do mapa, etc.), e que a prática da actividade é reservada para os dias das competições, que decorrem principalmente durante os dias do fim-de-semana, geralmente durante duas horas no máximo. Devido à sua vertente eminentemente competitiva, esta actividade é realizada em vários pontos do país, sem local fixo para a sua prática.

Por outro lado, o pedestrianismo é uma prática informal, realizada maioritariamente num grupo de sociabilidade (amigos, colegas, vizinhos, familiares) com um carácter de lazer. É uma actividade realizada pontualmente, normalmente sem frequência regular ou pelo menos uma vez por mês, e geralmente ao longo de todo o ano. Pertence ao grupo das actividades designadas como contemplativas, onde os praticantes procuram diferentes espaços para a sua realização, como mostram os dados, exigindo para isso alguma mobilidade, tanto no concelho, como no distrito ou fora do distrito de residência. É uma actividade realizada preferencialmente durante o fim-de-semana, ao longo do dia de forma indiferenciada, ou preferencialmente durante o período da manhã, entre 2 a 6 horas.

Em relação às razões para a prática dos Desportos de Natureza, os praticantes inquiridos indicam as questões ambientais (estar em contacto com a natureza; para apreciar a natureza e a paisagem; para defender o ambiente) como as mais importantes, com uma média de 4,1 (numa escala de 1 a 5), seguida da aventura (para ter novas experiências/ sensações de aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova), com uma média de 3,9, como as mais importantes para a prática dos Desportos de Natureza. O envolvimento na

competição desportiva é a razão que aparece com menor importância entre as 6 apontadas, com uma média de 2,2.

Tabela 32. Razões para a prática dos Desportos de Natureza.

Razões para a prática dos Desportos de Natureza	1	2	3	4	5	Média
	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Totalmente importante	
Para estar em contacto com a Natureza; para apreciar a Natureza e a Paisagem; para defender o Ambiente	0,6%	2,6%	20,6%	36,5%	39,7%	4,1
Para ter novas experiências/ sensações de Aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova	1,2%	6,5%	26,0%	38,8%	27,5%	3,9
Para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona	0,4%	7,6%	30,9%	42,8%	18,3%	3,7
Por recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ou melhor a Condição Física; para relaxar/ quebrar com a rotina do dia-a-dia	4,5%	11,6%	37,2%	30,9%	15,8%	3,4
Para estar envolvido numa competição desportiva	33,0%	35,5%	18,7%	8,4%	4,3%	2,2
Para visitar outros locais/destinos; para conhecer outras tradições e culturas; para visitar e defender o património	2,0%	10,7%	29,7%	36,3%	21,4%	3,6

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Analisando as razões para a prática dos Desportos de Natureza por sexo, denotam-se algumas diferenças, verificando-se que a competição (*p-value* <0,100) é mais importante para os homens do que para as mulheres, enquanto o higienismo (por recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ou melhor a condição física; para relaxar/ quebrar coma rotina do dia-a-dia) é mais importante (*p-value* <0,050) para as mulheres do que para os homens. Nas restantes razões não se verificam diferenças estatisticamente significativas.

Em relação à idade encontram-se também algumas diferenças, verificando-se que as razões associadas ao ambiente (*p-value* <0,100) são mais importantes para o grupo dos 31-43 anos (média de 4,3). A aventura (*p-value* <0,050) é mais importante para o grupo de idade mais jovem (18-30 anos), enquanto nos dois grupos de idade mais avançada esta razão é menos importante. A competição (*p-value* <0,100) é também mais importante para o grupo mais jovem (18-30 anos). Para as razões sociabilidade, higienismo e turismo não existem diferenças estatisticamente significativas entre cada grupo.

Considerando as nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas (ver Gráfico 23), verifica-se que em todas elas as questões

ambientais são as mais importantes, seguida da aventura, embora para os praticantes de *bodyboard* e de *surf* estas duas razões sejam consideradas iguais (média de 4,2 em ambas as razões e ambas as actividades). A sociabilidade (para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona) é mais importante para os praticantes de canoagem (média de 4,0), enquanto as questões de saúde (higiénicas) são mais relevantes para os praticantes de BTT (média de 3,6) e de pedestrianismo (média de 3,5). Os praticantes de orientação, por praticarem maioritariamente num clube desportivo, são os que apresentam a maior média na razão competitiva (média de 3,1). As razões associadas ao turismo (para visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património) são mais importantes para os praticantes de montanhismo (média de 4,0) e de pedestrianismo (média de 3,9).

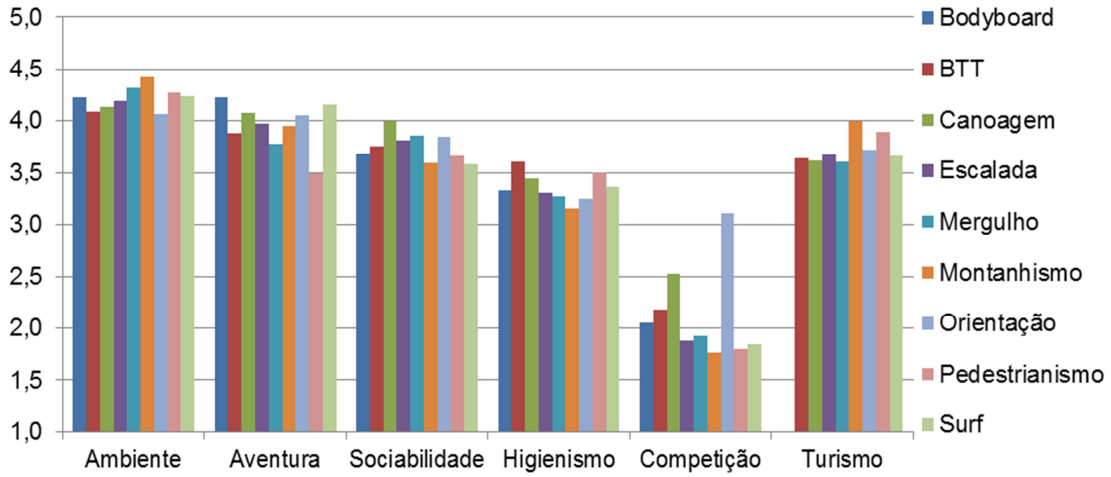


Gráfico 23. Valores médios da importância das razões apontadas pelos praticantes, para a prática nas nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nada importante e 5 a totalmente importante.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Considerando os constrangimentos à prática dos Desportos de Natureza, o mais evidenciado para não ter uma prática mais frequente é a falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais), com uma média de 3,6 (numa escala de 1 a 5), e a falta de dinheiro, com uma média de 2,8. Os constrangimentos considerados como menos importante, pelos praticantes, são a falta de transportes e a falta de conhecimentos, com uma média de 2, em ambos.

Tabela 33. Constrangimentos à prática dos Desportos de Natureza.

Constrangimentos à prática dos Desportos de Natureza	1	2	3	4	5	Média
	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Totalmente importante	
Porque não quer	54,5%	25,8%	11,1%	4,3%	4,3%	1,8
Por falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais)	4,3%	9,8%	31,5%	33,8%	20,7%	3,6
Por falta de dinheiro (ser muito caro)	16,3%	24,9%	32,3%	17,0%	9,5%	2,8
Por ser uma catividade sazonal	31,0%	32,4%	23,4%	9,8%	3,5%	2,2
Por ser afastado da zona de residência	27,0%	27,4%	27,3%	13,2%	5,2%	2,4
Por falta de transportes	39,5%	33,3%	16,8%	7,4%	3,0%	2,0
Por motivos de saúde	45,3%	25,0%	14,4%	8,1%	7,2%	2,1
Por falta de companhia	26,7%	30,2%	28,1%	10,4%	4,6%	2,4
Por falta de motivação	34,1%	29,5%	21,6%	9,1%	5,8%	2,2
Pelas más condições dos espaços de prática	35,4%	29,7%	22,3%	8,4%	4,2%	2,2
Por falta de equipamento	37,0%	27,4%	19,6%	10,3%	5,7%	2,2
Por não ter conhecimentos suficientes	41,3%	28,6%	19,2%	7,6%	3,3%	2,0

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Quando se comparam os diversos tipos de constrangimentos à prática dos Desportos de Natureza pelo sexo, verifica-se que as mulheres apresentam índices (médias) mais elevados em todos os tipos de constrangimentos. A este respeito, Henderson e Dialeschkia (1991) denotam que as mulheres são mais propensas do que os homens a pensar que não têm direito ao lazer, e esta crença coloca uma forte limitação na sua construção do tempo para o lazer e nas suas atitudes em relação ao lazer. Este facto pode ser explicado pelo significado que é atribuído a ser esposa, mãe, filha, mulher solteira, ou senhora mais velha, que faz com que a mulher dê maior prioridade ao garantir o tempo e as actividades de lazer da família (do marido e dos filhos) do que ao seu próprio tempo de lazer (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001). Este facto deriva tanto da estrutura do papel sexual imposta às mulheres como pelas preocupações que estas apresentam enquanto objecto sexual, numa sociedade patriarcalista de domínio masculino (Rojek, 1985). Neste sentido, a mulher tende a negar a oportunidade de se envolver neste tipo de actividades (e noutros tipos de lazer), e durante o processo sentem que são constrangidas, por causa das responsabilidades familiares, em particular pelo seu papel de cuidadoras (Johnson, Bowker, & Cordell, 2001).

A falta de tempo é também, em todos os grupos de idade, o principal limitador de uma prática mais regular em todos os grupos, embora menos relevante para o grupo de mais de 56 anos (média de 2,6). Os dados evidenciam também que os indivíduos mais jovens (18-30 anos) apresentam (percepcionam) um nível de constrangimentos superiores em todos os itens, em relação aos restantes grupos, à excepção da falta de tempo, que é mais evidenciada pelo grupo dos 31-43 anos.

Relevante é também considerar as diferenças pelo estado civil e pela condição e situação perante o trabalho. Denota-se que o factor tempo não é um constrangimento tão importante para os indivíduos casados/separados ou viúvos (média de 3,3), e é mais importante para os casados/a viverem em união de facto (média de 3,7) do que para os solteiros (média de 3,5). Em contrapartida o factor financeiro é um constrangimento mais importante para os indivíduos solteiros (média de 2,9), e menos importante para os indivíduos casados/separados ou viúvos (média de 2,5). Em relação à condição e situação perante o trabalho, verifica-se que os trabalhadores apresentam maiores constrangimentos temporais e menores constrangimentos temporais do que os restantes.

Considerando as nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas (ver Gráfico 24) verifica-se que a falta de tempo é a principal condicionante apontada, pelos praticantes de todas as actividades. Para os praticantes de mergulho a falta de dinheiro é tão importante como a falta de tempo (média de 3,7 em ambos), provavelmente pelos elevados custos que estão associados a esta prática. O efeito da sazonalidade verifica-se mais nas actividades de canoagem e de mergulho (média de 2,5 em ambos), embora esta razão não seja importante. O facto dos espaços de prática serem afastados do local de residência representa um maior constrangimento para os praticantes de escalada e de mergulho (média de 2,7 em ambos), enquanto os motivos de saúde são mais importantes para os praticantes de orientação (média de 2,5). A falta de companhia é para os praticantes de escalada a segunda principal condicionante, o que pode ser explicado pelo facto de esta actividade necessitar de pelo menos duas pessoas para ser praticada, pelas questões de segurança necessárias. A motivação também é mais importante para os praticantes de escalada (média de 2,4). As más condições dos espaços são mais importantes para o mergulho e para o *surf* (média de 2,5 em ambos), a falta de equipamento é mais importante para a canoagem e para a

escalada (média de 2,5 em ambos), enquanto a falta de conhecimentos é mais importante para a escalada e para o *surf* (média de 2,3 em ambos).

Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que mostram que prevalecem um conjunto de barreiras à participação que são comuns todas as populações e actividades (Holland, Pennington-Gray, & Thapa, 2001; Scott & Kim, 1998; Virden & Yoshioka, 1992), como a falta de tempo, a falta de dinheiro; a saúde pessoal, e a falta de companhia. Neste caso, como só foram considerados os que são praticantes dos Desportos de Natureza, e portanto indivíduos activos, a saúde pessoal não é um factor tão importante.

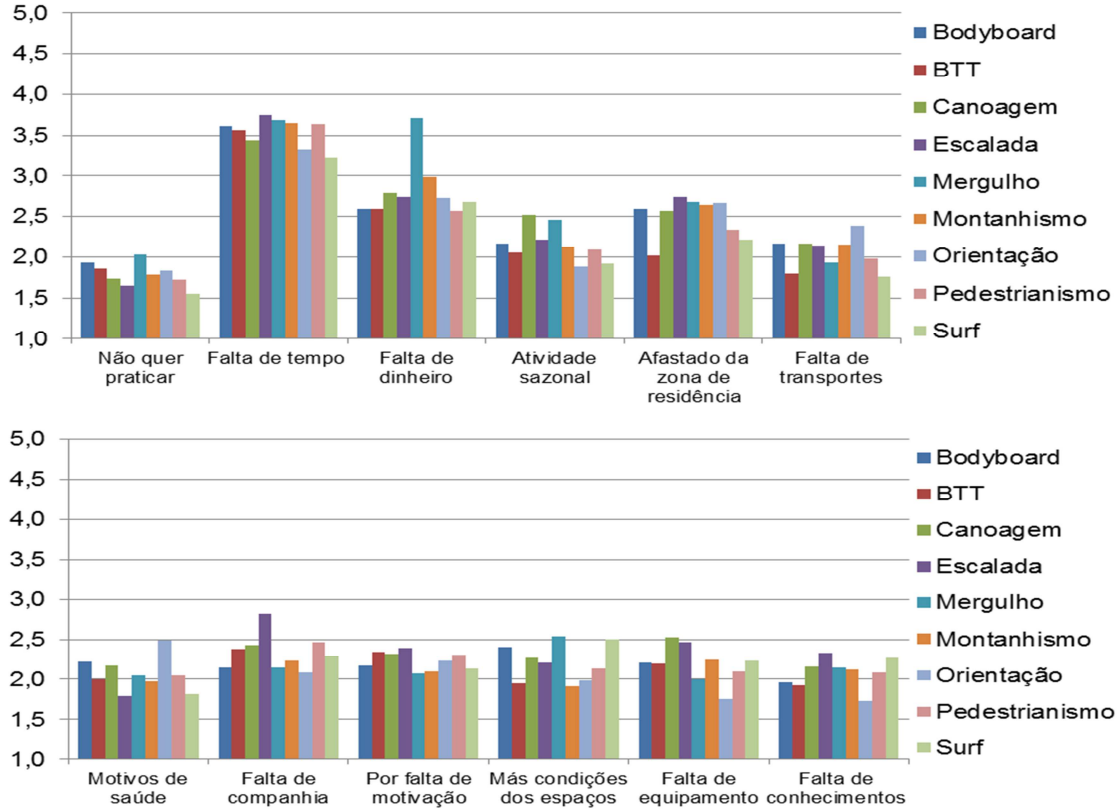


Gráfico 24. Valores médios da importância das razões (constrangimentos) apontadas pelos praticantes para não praticarem de forma tão regular, nas nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a nada importante e 5 a totalmente importante.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

As características consideradas pelos praticantes como as mais associadas aos Desportos de Natureza são a natureza e o prazer, com uma média de 4,4 em cada, numa escala de 1 a 5 (1 não associam nada e 5 associam totalmente). No polo oposto situa-se a competição e o deslizamento, com uma média de 2,4 cada.

Tabela 34. Características associadas aos Desportos de Natureza.

Grau de Associação	1	2	3	4	5	Média
	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Totalmente importante	
Recreação	3,8%	11,6%	25,6%	39,1%	20,0%	3,6
Esforço	2,1%	10,1%	36,2%	37,6%	13,9%	3,5
Deslizamento	22,7%	33,0%	28,4%	10,6%	5,4%	2,4
Natureza	0,4%	1,2%	11,3%	35,1%	52,1%	4,4
Actividade Física	0,2%	0,9%	13,6%	44,3%	41,0%	4,3
Emoção	1,1%	5,0%	16,9%	43,7%	33,4%	4,0
Diversão	0,4%	1,4%	11,7%	47,8%	38,6%	4,2
Competição	30,0%	29,9%	20,7%	10,5%	8,9%	2,4
Desafio	4,4%	7,4%	23,5%	36,9%	27,9%	3,8
Risco	9,3%	20,4%	36,7%	21,6%	12,0%	3,1
Desporto	1,4%	5,5%	19,7%	37,9%	35,4%	4,0
Espectáculo	18,3%	26,2%	25,8%	18,1%	11,6%	2,8
Prazer	0,2%	0,9%	9,2%	37,5%	52,3%	4,4
Aventura	1,3%	3,4%	16,1%	39,2%	40,1%	4,1
Turismo	5,2%	15,2%	31,6%	30,9%	17,1%	3,4
Lazer	1,4%	4,0%	22,0%	40,8%	31,8%	4,0
Educação	4,6%	12,5%	32,7%	33,2%	17,0%	3,5

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Considerando as nove actividades dos Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas (Gráfico 25), verifica-se que os valores mais elevados se verificam em relação à associação com a natureza, por parte dos praticantes de montanhismo (média de 4,6), e na associação à diversão pelos praticantes de *bodyboard* (média de 4,6), e de emoção pelos praticantes de *bodyboard* (média de 4,5), escalada (média de 4,5) e *surf* (média de 4,5). Por outro lado, de forma geral, o deslizamento e a competição são as características menos associadas para todos os praticantes das nove actividades consideradas, embora se exceptuem os praticantes de orientação que valorizam a competição (média de 3,5), pelo facto de pertencerem maioritariamente a clubes desportivos, e tenham essa característica como referência, que está associada à prática desportiva formal da actividade.

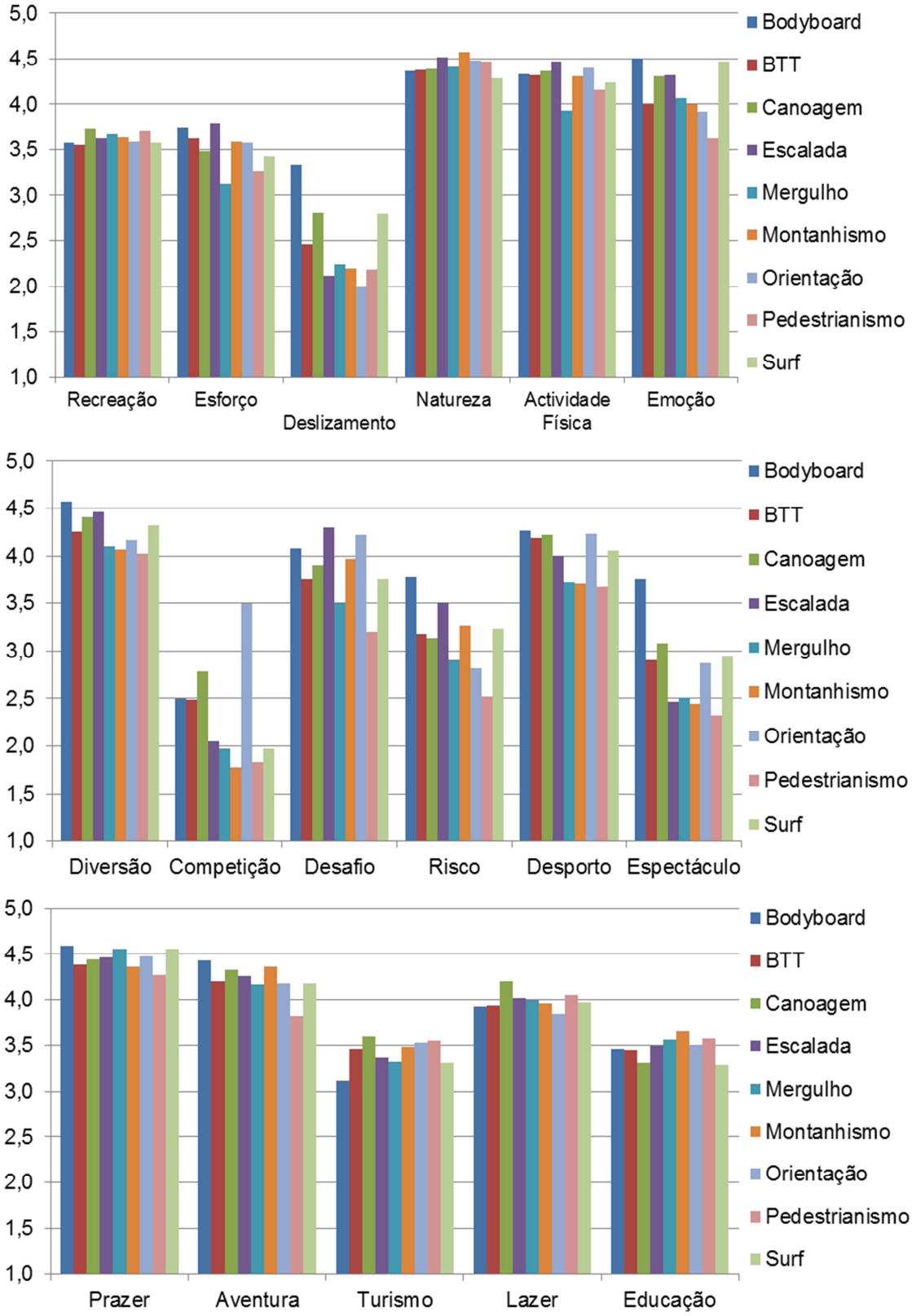


Gráfico 25. Grau de associação à prática dos Desportos de Natureza apontado pelos praticantes das nove actividades onde se obtiveram mais respostas.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Os resultados da associação por sexo mostram que os homens apresentam valores (médias) superiores às mulheres em todos os itens. Em relação à idade verifica-se o grupo mais jovem (18-30 anos) apresenta valores mais altos nos itens esforço (média de 3,6), deslizamento (média de 2,6), competição (média de 2,6), desafio (média de 4,0), risco (média de 3,3), desporto (média de 4,1), espectáculo (média de 3,0), aventura (média de 3,7), e turismo (média de 3,5), e o menor valor na recreação (média de 3,4). O grupo mais velho (mais de 56 anos) apresenta os valores mais elevados na recreação (média de 3,9) e na educação (média de 3,7), e os valores mais baixos no risco (média de 2,6), espectáculo (média de 2,3), aventura (média de 3,6), turismo (média de 3,6) e lazer (média de 3,8). Com o avançar da idade denota-se uma menor associação com a competição, a aventura, o risco, o desafio, a emoção, e o espectáculo, e um aumento progressivo da associação com a recreação e a educação.

Tal como discutido anteriormente em relação à preferência (realização) de actividades mais energética e com maior risco corporal (*bodyboard*, BTT, *surf*), pelo grupo mais jovem, também estes dados apontam para a mesma tendência. As sensações que os jovens procuram na prática dos Desportos de Natureza (aventura, risco, desafio, espectáculo, esforço, competição) são as mais associadas às actividades que realizam. Características com a educação e recreação são tendencialmente mais importantes para os praticantes do grupo de idade mais avançada (mais de 56 anos), o que também reflecte a sua preferência por actividades mais contemplativas e informacionais.

5.2.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Esta secção permitiu apresentar uma caracterização geral do perfil dos praticantes, do seu estilo de vida relacionado com o lazer, e do perfil da prática dos Desportos de Natureza em todo o Portugal continental, algo que ainda não tinha sido feito. Os resultados evidenciam algumas assimetrias na participação em Desportos de Natureza: os dados apontam para uma maior participação dos indivíduos do sexo masculino, e também para uma participação maioritariamente de jovens, com o número de respondentes a decrescer com o avançar da idade, pressupondo por isso um decréscimo da participação com a idade. Salienta-se ainda uma elevada qualificação dos indivíduos da amostra (praticantes dos Desportos de Natureza), que apresentam profissões altamente qualificadas, elevados níveis de escolaridade, e

um correspondente nível de rendimentos superior à média nacional, o que evidencia assimetrias na participação quanto ao capital cultural, social e económico. Os resultados evidenciam também uma maior taxa de respostas nos principais distritos do litoral do país, possivelmente relacionada com as assimetrias demográficas regionais de Portugal, e com as diferenças na difusão das actividades desportivas no território. O perfil geral dos praticantes dos Desportos de Natureza corresponde, assim, ao indivíduo do sexo masculino, jovem, solteiro, com um nível de escolaridade elevado (ao nível do ensino superior), trabalhador por conta de outrem, pertencente a um grupo profissional altamente qualificado, com um capital económico acima da média nacional, e residente no litoral do país. Os resultados deste trabalho, quanto à estrutura social de recrutamento dos Desportos de Natureza vão ao encontro dos enunciados por Pociello (1981) sobre aquilo que designou como *ecologização* das práticas desportivas, um fenómeno de recurso do aproveitamento das fontes de energia naturais através de máquinas ecológicas (bicicleta, prancha de *surf*, asa-delta, etc.), característico dos indivíduos detentores de um volume global de capital elevado, em especial de capital cultural.

Os praticantes inquiridos apresentam maioritariamente um estilo de vida activo. Uma análise global aos índices de frequência permite confirmar que os indivíduos inquiridos apresentam um estilo de vida muito centrado nas práticas expressivas, em especial na prática desportiva e na expressão ao ar livre, apesar das actividades de rotina, em especial no espaço doméstico, representarem a sua principal ocupação de tempo livre. Outro dado relevante para a determinação de um estilo activo dos inquiridos é o facto das práticas de abandono revelarem ser uma prática pouco frequente na sua rotina. A sociabilidade é também um factor determinante nas escolhas do lazer já que, quer as práticas de sociabilidade doméstica, quer as actividades de sociabilidade urbana e local, representarem uma opção frequente do uso dos seus tempos livres. Os dados revelam também que o lazer e o uso dos tempos livres dos praticantes inquiridos são distribuídos invariavelmente entre o espaço público e o doméstico (índices de frequência iguais), contrariando o resultado de outros estudos (Lopes J. T., 2000) que revelam uma predominância do espaço doméstico ou privado. Os resultados do estilo de vida também revelam diferenças estatisticamente significativas entre as características sociodemográficas dos praticantes inquiridos. Quando se afere os índices de frequência das práticas de lazer e dos usos dos tempos livres analisados segundo o

sexo, verifica-se que são as mulheres que apresentam um índice de frequência superior aos homens nas primeiras 8 categorias (práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas; práticas de sociabilidade doméstica; práticas domésticas de abandono; práticas de sociabilidade urbana e local; práticas de expressão cultural e/ou artística; práticas de expressão ao ar livre; práticas de participação expressiva; e práticas receptivas, expressivas e de rotina), enquanto os homens apresentam índices superiores nas (3) últimas (práticas de sociabilidade associativa local; práticas de expressão turística; práticas de expressão desportiva). Uma nota deve ser efectuada, quando comparamos estes resultados com os resultados dos estudos nacionais sobre as práticas de lazer (Gomes R. T., 2001; Instituto Nacional de Estatística, 2001), que evidenciam uma taxa de realização superior para os homens, face às mulheres, em todas as categorias das práticas de lazer analisadas. As mulheres inquiridas, talvez por terem conquistado os vários níveis de ensino, incluindo o ensino superior, assim como segmentos qualificados do mercado de trabalho, acabaram por conquistar o espaço público. Por outro lado, a análise do estatuto da mulher inquirida neste estudo, eminentemente jovem, solteira e sem filhos a seu cargo, sugere que estas talvez apresentem um menor número de constrangimentos do que a mulher que tem encargos familiares e, assim, um maior tempo disponível para as actividades de lazer. Verifica-se que a idade é também um factor importante na frequência das diferentes práticas de lazer e usos dos tempos livres. Nos estudos sobre as práticas de lazer da população portuguesa (Gomes R. T., 2001; Instituto Nacional de Estatística, 2001), o avançar da idade corresponde globalmente, e em alguns casos de modo pronunciado, à diminuição das práticas realizadas. No entanto, neste subgrupo da população portuguesa (praticantes dos Desportos de Natureza) os resultados não evidenciam esta relação, já que em muitos dos casos, o grupo de idade mais velho apresenta os índices de frequência mais elevados. Estaremos na presença daquilo que J. T. Lopes (2000) designa de um grupo de *activistas culturais* que, pela própria circunstância da sua idade ser mais avançada, acumularam experiências e reforçaram predisposições inculcadas, resistindo, por isso, a movimentos de anomia cultural? J. T. Lopes (2000) refere que seria razoável prever que, com o avançar da idade, crescesse a propensão para uma certa desvitalização das práticas culturais e de lazer, e um envelhecimento cultural extremamente precoce, intimamente ligado à entrada estável na vida activa. Mas de facto os praticantes dos Desportos de Natureza (inquiridos) parecem

evidenciar um determinado padrão distinto, apresentando um estilo de vida muito mais activo do que a população em geral.

Os dados apontam também para uma procura satisfeita pelos indivíduos inquiridos, no que diz respeito à prática dos Desportos de Natureza, apesar de a relação entre a satisfação e a frequência fique aquém do desejado, já que a maioria dos praticantes gostaria de realizar a actividade favorita mais vezes, pressupondo-se por isso alguns tipos de constrangimentos que condicionam a frequência das respectivas práticas. Dos dados da procura salienta-se que o BTT é, simultaneamente: a actividade que foi realizada por mais indivíduos (pelo menos uma vez); a actividade praticada com maior frequência pelo maior número de indivíduos; e a actividade que os indivíduos gostariam de praticar com maior frequência. Por outro lado, o montanhismo, o mergulho e a canoagem são as actividades que apresentam um maior potencial de procura. A análise discriminada por sexo aponta para uma maior tendência das mulheres para a prática do pedestrianismo, enquanto os homens apresentam uma maior predisposição para a prática do BTT. Por outro lado, a análise pelos diferentes grupos de idade revela que o BTT se apresenta nos dois primeiros grupos como a actividade praticada com maior frequência, enquanto o pedestrianismo surge como prática mais frequência nos restantes grupos.

O perfil da prática dos Desportos de Natureza também demonstra alguns padrões comuns, apesar de se evidenciarem diferenças em função do tipo de actividade. De forma geral, o perfil da prática dos Desportos de Natureza pode ser sintetizado da seguinte forma: as actividades são realizadas geralmente de forma informal com o grupo de sociabilidade (amigos, colegas, vizinhos, familiares), com um carácter de lazer, e é principalmente por influência desse grupo que foi iniciada a prática. As actividades são de forma geral realizadas ao longo de todo o ano, pelo menos uma vez por semana, durante o fim-de-semana, e normalmente durante o período da manhã. São praticadas maioritariamente por indivíduos com um nível de proficiência técnica intermédia, que percorrem vários espaços de prática (sem local fixo para a prática), realizadas normalmente no concelho de residência, sem pedirem autorização para a utilização desses espaços de prática. Por norma fazem fotografia como actividade complementar à prática dos Desportos de Natureza. Os dados apontam para que as condições específicas para a realização de cada actividade (geográficas, meteorológicas, etc.), o perfil dos praticantes, e o âmbito socio-

organizacional tenham influência no perfil da prática (regularidade, frequência e duração) de cada uma das actividades dos Desportos de Natureza. Denota-se que as actividades que necessitam de espaços com características específicas (por exemplo montanhismo e mergulho), e que são realizadas afastado dos locais de residência, apresentam a maior tendência para serem desenvolvidas fora do distrito ou mesmo do país, e por isso praticadas com menor regularidade e frequência. Para a prática de montanhismo, por exemplo, Portugal não tem oferta de alta montanha, e a média montanha localiza-se principalmente no interior do país, exigindo deslocações e justificando práticas de maior duração (mais do que um dia) e ao fim de semana ou nas férias. No caso do mergulho, apesar da dimensão da nossa costa, ainda estão pouco exploradas as condições para a sua prática, e por isso os praticantes tendencialmente procuram os melhores locais, exigindo também maiores deslocações. Em contraste, como Portugal tem excelentes condições para a realização de actividades marítimas de ondas (*bodyboard* e *surf*), e estes espaços estão localizados nas principais zonas de residência, não são necessárias grandes deslocações, e portanto a prática é mais frequente. No que diz respeito ao perfil dos praticantes, os que são activos perante o trabalho e os que têm encargos familiares apresentam uma prática maioritariamente ao fim de semana. Já os mais jovens, e estudantes, têm uma prática mais indiferenciada ao longo da semana. Assim, por exemplo o BTT, que é praticado principalmente por indivíduos trabalhadores, apresenta uma frequência regular ao fim de semana. O perfil da prática também parece ser influenciado pelo âmbito socio-organizacional, evidenciando-se uma maior frequência nos praticantes que realizam estas actividades no contexto dos clubes desportivos. Os praticantes de orientação, por exemplo, apresentam valores de frequência maiores do que os das restantes actividades pois são estes que maioritariamente praticam no âmbito dos clubes desportivos.

As principais razões apontadas para a realização da prática dos Desportos de Natureza são ambientais (e.g. para estar em contacto com a natureza) e de aventura (e.g. para ter novas experiências e sensações de aventura). Por outro lado, as razões menos apontadas pelos praticantes são as associadas à competição, manifestando o carácter lúdico da prática dos Desportos de Natureza. Contudo, as actividades desenvolvidas no âmbito dos clubes desportivos (desporto formal) apresentam maior motivação competitiva. No que diz respeito aos constrangimentos apontados para a prática dos Desportos de Natureza, os praticantes referem que a

falta de tempo é o principal factor, seguida da limitação financeira. Por outro lado, referem que os factores menos importantes são a falta de transportes e a falta de conhecimentos técnicos. As mulheres dão mais importância aos constrangimentos do que os homens, apresentando índices superiores em todos os itens propostos. Isto reflecte a sua percepção de que não tem direito ao lazer, facto que deriva da estrutura do papel sexual imposta às mulheres, numa sociedade patriarcalista de domínio masculino. Neste sentido, a mulher tende a negar a oportunidade de se envolver neste tipo de actividades (e noutros tipos de lazer), por causa das responsabilidades familiares, em particular pelo seu papel de cuidadoras. A falta de tempo é o constrangimento mais valorizado pelos praticantes trabalhadores activos, e casados. Já os mais jovens, e estudantes, indicam constrangimentos principalmente financeiros, e não de tempo. Estes dados apontam para uma elevada importância das variáveis tempo e dinheiro para a prática dos Desportos de Natureza, que assume diferencial relevância dependendo das características sociodemográficas dos praticantes. Da mesma forma, os constrangimentos dependem da actividade em questão. Por exemplo, o mergulho, que é uma prática mais dispendiosa, é associado de igual forma aos constrangimentos financeiro e de tempo. No entanto, a frequência da prática das outras actividades é constrangida principalmente pelo tempo disponível.

5.3. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

5.3.1. APONTAMENTOS INICIAIS

De acordo com a consulta às diversas entidades que tutelam as actividades dos Desportos de Natureza (ver secção 4.3.2.), identificaram-se um total de 1479 OPDN, em Portugal continental, no ano de 2010. Dessas, 340 (23%) são EAT inscritas no RNAAT, 1024 (69,2%) são clubes desportivos e associações inscritas nas 14 federações consultadas, e 115 (7,8%) são clubes de praticantes, tal como se mostra no Gráfico 26.

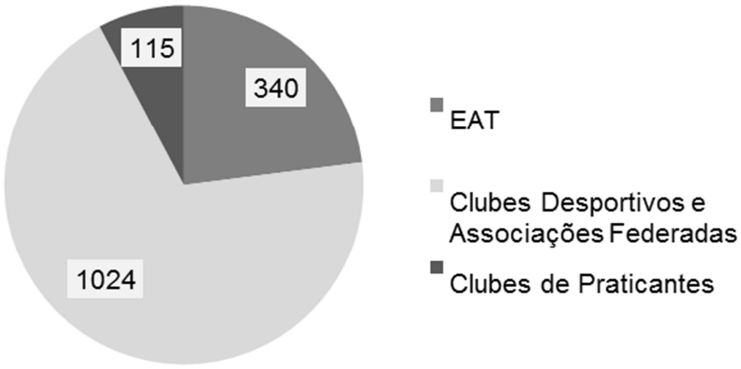
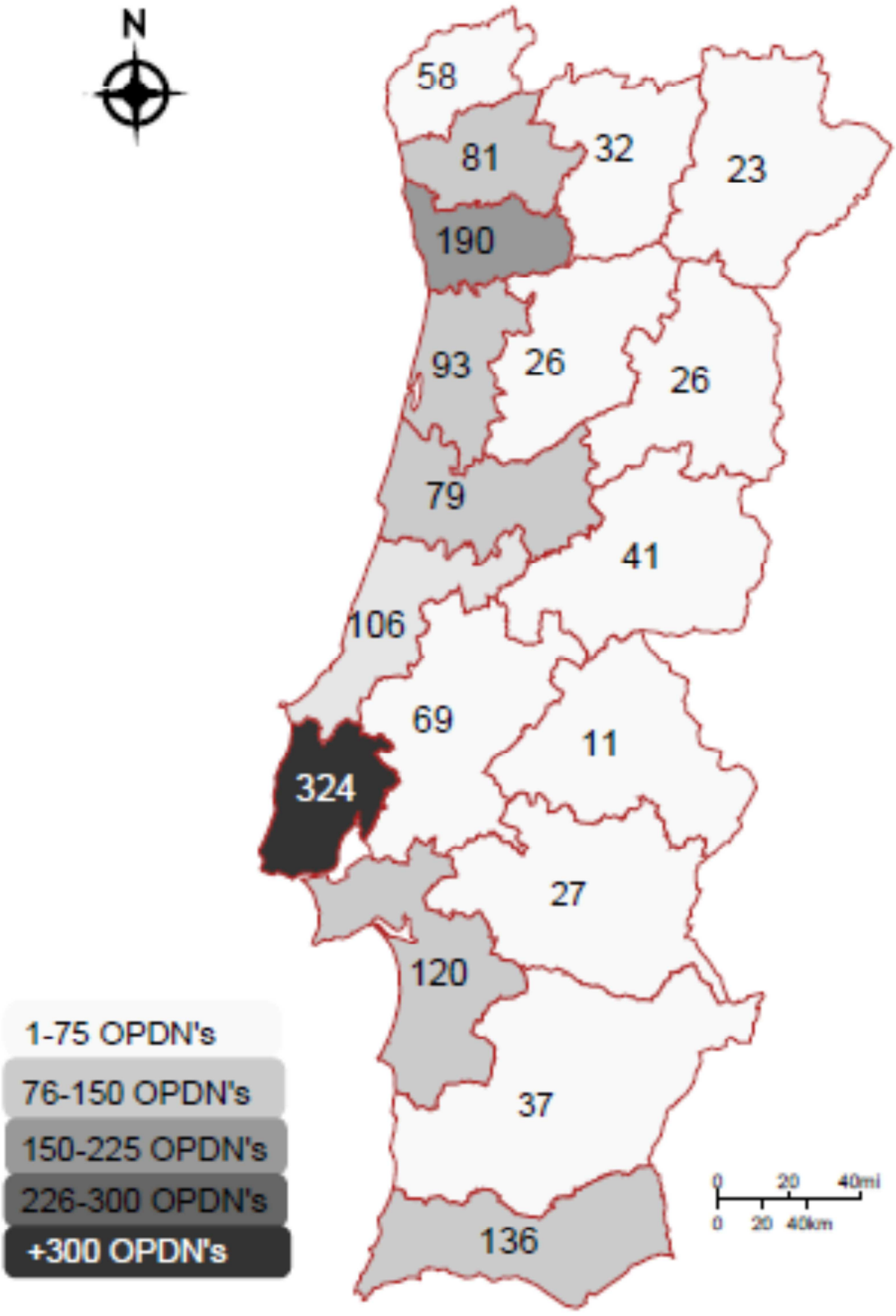


Gráfico 26. Número de Organizações Promotoras de Desportos de Natureza, em Portugal continental, por tipologia de organização.
EAT: Empresas de Animação Turística.
Fonte: dados obtidos através da consulta às Federações que tutelam as 23 actividades dos Desportos de Natureza, ao RNAAT, e ao IDP.

As OPDN estão localizadas maioritariamente nos distritos do litoral de Portugal continental, como se pode observar no Mapa 2 (ver também Tabela 35). O maior número de OPDN está situado nos distritos de Lisboa (324) e Porto (190), onde se situam 34,5% do total de organizações, seguindo-se os distritos de Faro (136) e Setúbal (120), significando que metade do total de OPDN se concentra nestes 4 distritos. Estes dados podem ser explicados pelas assimetrias da população residente, principalmente nos distritos do litoral (Instituto Nacional de Estatística, 2011a), e que tem como consequência as evidentes assimetrias na disseminação das actividades desportivas pelo país (Instituto do Desporto de Portugal, 2011).

Ao analisar o registo das EAT no RNAAT, no *site* do Turismo de Portugal (https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx), verificou-se que a 31 de Dezembro de 2010 estavam inscritas 667 empresas, 662 das quais sediadas nos 18 distritos de Portugal continental. Após uma análise ao objecto social de cada uma das EAT registadas em Portugal continental, verificou-se que 340 previam no seu objecto social a realização de actividades incluídas nos Desportos de Natureza considerados. A análise da distribuição geográfica das EAT evidencia uma concentração nos grandes centros turísticos, em especial Faro (12,6%) e Lisboa (12,1%), facto que poderá ser explicado por estas duas regiões serem consideradas os principais polos turísticos do país (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007).



Mapa 2. Distribuição geográfica das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por distrito de Portugal continental.

Fonte: dados obtidos através da consulta às Federações que tutelam as 23 actividades dos Desportos de Natureza, ao RNAAT, e ao IDP.

Tabela 35. Tipologias de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por distrito.

Distritos	Tipologia de Organização						Total	
	Empresas de Animação Turística		Clubes desportivos e associações federadas		Clubes de praticantes			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aveiro	13	3,8	69	6,7	11	9,6	93	6,3
Beja	14	4,1	19	1,9	4	3,5	37	2,5
Braga	23	6,8	56	5,5	2	1,7	81	5,5
Bragança	9	2,6	12	1,2	2	1,7	23	1,6
Castelo Branco	14	4,1	22	2,1	5	4,3	41	2,8
Coimbra	19	5,6	55	5,4	5	4,3	79	5,3
Évora	12	3,5	12	1,2	3	2,6	27	1,8
Faro	43	12,6	86	8,4	7	6,1	136	9,2
Guarda	18	5,3	7	0,7	1	0,9	26	1,8
Leiria	22	6,5	68	6,6	16	13,9	106	7,2
Lisboa	41	12,1	259	25,3	24	20,9	324	21,9
Portalegre	2	0,6	6	0,6	3	2,6	11	0,7
Porto	24	7,1	153	14,9	13	11,3	190	12,8
Santarém	22	6,5	38	3,7	9	7,8	69	4,7
Setúbal	20	5,9	94	9,2	6	5,2	120	8,1
Viana do Castelo	23	6,8	32	3,1	3	2,6	58	3,9
Vila Real	11	3,2	21	2,1	0	0,0	32	2,2
Viseu	10	2,9	15	1,5	1	0,9	26	1,8
Total	340	100	1024	100	115	100	1479	100

Fonte: dados obtidos através da consulta às Federações que tutelam as 23 actividades dos Desportos de Natureza, ao Registo Nacional de Agentes de Animação Turística, e ao Instituto de Desporto de Portugal.

Segundo o Instituto do Desporto de Portugal (2011), o movimento de criação das federações desportivas variou nos últimos cem anos, concentrando-se, contudo, nas décadas de 1980 e 1990, com um elevado número de novas federações criadas neste período. No ano de 2009 encontravam-se em funcionamento 62 federações desportivas com o estatuto de utilidade pública desportiva. Ao longo do período em análise as federações aumentaram a sua presença em todo o território nacional, sendo que, em 2009, 32% das federações tinham uma implantação em 15 a 20 distritos, 32% em 8 a 14 distritos, e 36% em 1 a 7 distritos (Instituto do Desporto de Portugal, 2011).

Relativamente ao enquadramento federativo dos Desportos de Natureza considerados, existem 14 federações desportivas que tutelam as 23 actividades em

estudo (Tabela 36). Dessas federações, uma (7%) foi criada antes de 1910; três (21%) foram criadas entre 1911 e 1940; duas (14%) foram criadas entre 1941 e 1970; cinco (36%) foram criadas entre 1971 e 1990; e três (21%) foram criadas após 1991.

Em relação à sede dessas catorze federações, doze estão sediadas em Lisboa (86%), uma está sediada no Porto (7%) e outra em Castelo Branco (7%). As modalidades tuteladas por estas federações têm uma difusão distinta pelo território português. Se não contarmos com a Federação Equestre Portuguesa cujos clubes não foram considerados para este estudo, das restantes treze federações, três (23%) têm uma implantação em 1 a 6 distritos, cinco (38,5%) têm uma implantação em 7 a 12 distritos, e cinco (38,5%) têm uma implantação em 13 a 18 distritos de Portugal continental. Segundo os dados do Instituto do Desporto de Portugal (2011), o número total de clubes desportivos revela uma tendência de estabilização (cerca de 12000) nos últimos anos em análise (1996 a 2009), embora com uma grande concentração nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal.

Os dados indicam (Tabela 35) que, do total de 1024 clubes e das associações federadas que promovem Desportos de Natureza, a grande maioria destas organizações está sediada nos distritos de Lisboa (25,3%) e Porto (14,9%), com 40,2% do total. Com menor número salienta-se os distritos de Portalegre (0,6%) e Guarda (0,7%), distritos abaixo de 1% do total de clubes desportivos e associações.

Em relação aos clubes de praticantes, este tipo de organização é o que tem menor expressão no conjunto total das organizações, correspondendo a 7,8% do total das organizações, como já foi referido. A distribuição geográfica indica uma maior concentração desta tipologia de clubes em Lisboa (20,9%), seguida de Leiria (13,9%), Porto (11,3%), Aveiro (9,6%), Santarém (7,8%), e Faro (6,1%). Pelo lado dos distritos que apresentam menor número destes clubes, destaca-se Vila Real que não apresenta nenhum destes clubes.

Em relação às actividades dos clubes de praticantes (Tabela 37), o BTT é a que tem uma maior expressão, pois 33% do total destes clubes são clubes de praticantes desta modalidade, seguido das actividades de escalada/montanhismo, que constituem 12,2%, do total destas organizações e 9,6% que correspondem a clubes de praticantes de corridas de aventura. Salientam-se ainda 22,6% de clubes que têm a designação *natureza* no seu nome.

Tabela 36. Caracterização das Federações que tutelam as 23 actividades dos Desportos de Natureza.

Nome da Federação	Modalidades tuteladas	Ano de fundação	Sede	Difusão pelo território (distrito)	Nº de clubes (2010) [1]	Nº de praticantes (2009)[2]
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal	*Canyoning*, Escalada, Montanhismo, Pedestrianismo	1944	Lisboa	18	197	40.492
Federação de Desportos de Inverno de Portugal	Esqui, *Snowboard*	1992 -2008	Castelo Branco	5	10	236
Federação Equestre Portuguesa	Actividades Equestres	1927	Lisboa	*	*	*
Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas	Mergulho	1965	Lisboa	12	102	1.353
Federação Portuguesa de Canoagem	Canoagem, *Rafting*	1979	Porto	17	106	2.346
Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP)	BTT	1899	Lisboa	16	125	7.654
Federação Portuguesa de Espeleologia	Espeleologia	1986	Lisboa	8	24	#
Federação Portuguesa de *Kitesurf* - APD	*Kitesurf*	2002	Lisboa	3	4	#
Federação Portuguesa de Orientação	Orientação, Corridas de Aventura (multi-actividades)	1990	Lisboa	17	69	2.346
Federação Portuguesa de Remo	Remo	1920	Lisboa	13	59	1.666
Federação Portuguesa de *Surf*	*Bodyboard*, Surf, *Skimboard*	1989	Lisboa	10	233	1.971
Federação de Arqueiros e Besteiros de Portugal	Tiro com arco e/ou besta	1981	Lisboa	9	23	196
Federação Portuguesa de Vela	Vela, *Windsurf*	1927	Lisboa	8	62	2.868
Federação Portuguesa de Voo Livre	Voo livre	1995	Lisboa	6	10	692
Federações (14)	Actividades tuteladas (23)		Lisboa (12) Castelo Branco (1) Porto (1)	Média de distritos (11)	Clubes (1024)	Praticantes (61820)

Notas:

[1] dados obtidos nas respectivas Federações;

[2] dados obtidos através do Instituto do Desporto de Portugal (2011);

* dados não considerados;

dados não referenciados no Instituto do Desporto de Portugal (2011).

Fonte: elaboração própria com base no Instituto do Desporto de Portugal (2011).

Tabela 37. Número de clubes de praticantes por actividade.

Actividades	N	%
Actividades Equestres	2	1,7
Bodyboard	0	0,0
BTT	38	33,0
Canoagem	7	6,1
Canyoning	0	0,0
Escalada/Montanhismo	14	12,2
Espeleologia	0	0,0
Esqui	0	0,0
Kitesurf	1	0,9
Mergulho	1	0,9
Orientação	1	0,9
Pedestrianismo	0	0,0
Rafting	1	0,9
Remo	1	0,9
Skimboard	0	0,0
Snowboard	0	0,0
Surf	3	2,6
Tiro c/arco e Besta	2	1,7
Vela	6	5,2
Voo livre	1	0,9
Windsurf	0	0,0
Natureza	26	22,6
Corridas de Aventura	11	9,6
Total	115	100

Fonte: dados obtidos através do Instituto de Desporto de Portugal.

Até ao momento poucos estudos sistemáticos foram realizados considerando-se a estrutura global do sector Desportos de Natureza, e menos ainda sobre a sua oferta e caracterização da oferta. O principal objectivo desta secção é fornecer algumas informações estruturadas sobre as OPDN em Portugal, especialmente sobre a sua oferta e procura, abordando as seguintes questões-chave:

1) Que OPDN operam em Portugal? Qual é o perfil geral de cada tipo de OPDN?

2) Como é composta a oferta das OPDN? Quais são as diferenças na oferta entre os diferentes tipos de OPDN?

3) Como é composta a procura dos Desportos de Natureza nas OPDN? Existem diferenças na procura entre cada tipo de OPDN?

4) Quais são as principais perspectivas de crescimento do sector? Quais são as actividades que apresentam um maior potencial de crescimento? Que actividades apresentam maior potencial para serem desenvolvidas em cada um dos âmbitos?

5.3.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS DIRIGENTES DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Os respondentes deste questionário são dirigentes das respectivas OPDN, dos quais 86,7% (144) são do sexo masculino (ver Gráfico 27), e com uma média de 39,6 (±9,6) anos de idade (ver Tabela 38). Na maioria dos casos (61,9%) os respondentes apresentam habilitações académicas ao nível do ensino superior, e apenas 6% tem menos do que o ensino secundário (até ao 9º ano), tal como se observa no Gráfico 28.

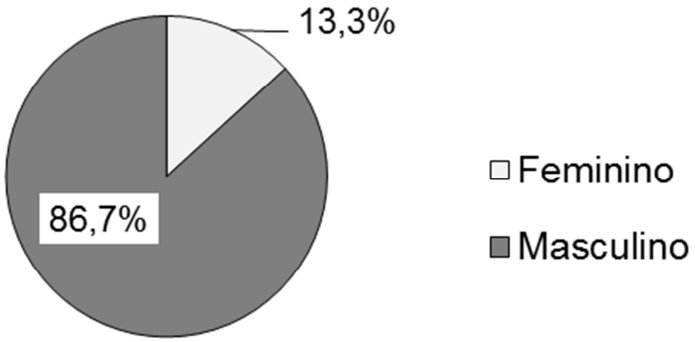


Gráfico 27. Sexo dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 38. Idade dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)
Idade	38,7	7,8	43,3	11,4	44,5	8,1	38,6	10,5	39,6	9,6

Notas: M – Média; DP – Desvio Padrão.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

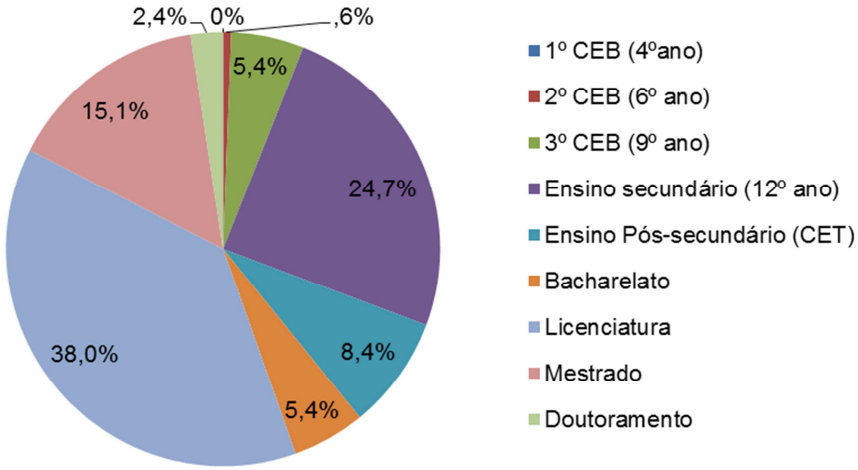


Gráfico 28. Nível de escolaridade dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A maioria (75,7%) dos respondentes das empresas referem que a sua principal ocupação profissional é exercida na OPDN, enquanto a quase totalidade (91,3%) dos respondentes das outras organizações (do movimento associativo) desenvolve a sua principal ocupação profissional noutra organização, e o trabalho que desenvolvem na OPDN é, para a maioria deles, voluntário (67,9%), tal como se observa na Tabela 39. O número de horas de dedicação à OPDN (Tabela 40) é muito diferente entre os respondentes das empresas e das outras organizações. Metade (50%) dos respondentes das empresas dedica mais do que 40 horas por semana, enquanto a maioria (67,7%) dos respondentes do movimento associativo refere que dedicam menos de 20 horas por semana à sua organização.

Tabela 39. Forma de exercício das funções dos dirigentes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Funções na organização	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Principal profissão na OPDN	56	75,7	3	10,7	0	0,0	5	8,3	64	38,6
Voluntário	3	4,1	16	57,1	4	100	37	61,7	60	36,1
Remunerado	10	89,2	7	35,7	0	0,0	13	30,0	30	56,6
Voluntário e remunerado	5	6,8	2	7,1	0	0,0	5	8,3	12	7,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 40. Número de horas de dedicação dos dirigentes às Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Dedicação à organização	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)
Nº de Horas	43,2	26,6	21,0	24,7	4,8	6,2	15	11,8	28,3	25,5

Notas: M – Média; DP – Desvio Padrão.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A análise ao grupo profissional dos que não exercem a sua principal ocupação profissional na OPDN mostra que tanto os respondentes das empresas como os do movimento associativo pertencem maioritariamente a profissões altamente qualificadas: 33,3% são quadros superiores da administração pública ou de empresas, 17% são especialistas da profissão intelectual ou científica, 21,6% são técnicos ou profissionais de nível intermédio (ver Tabela 41).

Tabela 41. Ocupação profissional dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Ocupação profissional	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na OPDN	56	75,7	3	10,7	0	0	5	8,3	64	38,6
Noutra Organização	18	24,3	25	89,3	4	100	55	91,7	102	61,4
Quadro Superior da Administração Pública ou de Empresas	3	16,7	8	32,0	0	0,0	23	41,8	34	33,3
Especialista da Profissão Intelectual ou Científica	5	27,8	6	24,0	1	25,0	5	9,1	17	16,7
Técnico ou Profissional de Nível Intermédio	6	33,3	4	16,0	1	25,0	11	20,0	22	21,6
Pessoal Administrativo ou Similar	1	5,6	1	4,0	0	0,0	3	5,5	5	4,9
Pessoal dos Serviços ou Vendedor	1	5,6	3	12,0	0	0,0	6	10,9	10	9,8
Agricultor ou Trabalhador Qualificado da Agricultura e Pescas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Operário, Artífice ou Trabalhador Similar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,8	1	1,0
Operador de Instalações e Máquinas ou Trabalhador da Montagem	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Trabalhador não Qualificado	1	5,6	0	0,0	0	0,0	2	3,6	3	2,9
Membro das Forças Armadas	1	5,6	3	12,0	2	50,0	4	7,3	10	9,8

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 42. Principal função dos dirigentes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Principal função na OPDN	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Funções técnicas	20	27,0	9	32,1	0	0,0	12	20,0	41	24,7
Funções comerciais	5	6,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	3,0
Funções financeiras	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Funções administrativas	0	0,0	1	3,6	0	0,0	4	6,7	5	3,0
Funções dirigentes	41	55,4	16	57,1	4	100	41	68,3	102	61,4
Outras	7	9,5	2	7,1	0	0,0	3	5,0	12	7,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

5.3.3. PERFIL GERAL DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Com base nos resultados obtidos no inquérito às OPDN, obtiveram-se respostas válidas de 166 organizações, das quais 74 (44,6%) são empresas e 92 (55,4%) organizações do movimento associativo. Das empresas, 59 (35,5%) são EAT, 28 (16,9%) das quais com reconhecimento das actividades como Turismo de Natureza, e 15 (9%) pertencem a outras tipologias de empresas dos sectores desportivo, turístico e afins: 6 escolas de *surf*, 1 centro de mergulho, 1 escola de mergulho, 2 empresas de desporto, 2 empresas de formação desportiva, 1 conjunto turístico, 1 empresa turística, e 1 empresa municipal. Por outro lado, do movimento associativo, 28 (16,9%) são clubes desportivos, 4 (2,4%) são constituídas como clubes de praticantes, e 60 (36,1%) são associações (ambientalista, cultural, desportiva, recreativa e afins), como se mostra na Tabela 43.

As empresas são maioritariamente constituídas como sociedade por quotas (49,3%), e por empresas em nome individual (24,3%). Os clubes desportivos são todos constituídos como associação sem fins lucrativos, assim como as associações à excepção de duas que são cooperativas. Os clubes de praticantes, de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro) são associações sem personalidade jurídica.

Tabela 43. Número de Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza por tipologia.

Tipologia de OPDN	N	%
Empresas	74	44,6
Empresas de Animação Turística	*59*	*35,5*
Empresa de Animação Turística sem reconhecimento das actividades como Turismo de Natureza	31	18,7
Empresa de Animação Turística com reconhecimento das actividades como Turismo de Natureza	28	16,9
Outras empresas	*15*	*9,0*
Empresa do sector desportivo	12	7,2
Empresa do sector turístico	2	1,2
Empresa municipais	1	0,6
Movimento Associativo	92	55,4
Clube Desportivo	28	16,9
Clube de Praticantes	4	2,4
Associação (Ambientalista, Cultural, Desportiva, Recreativa e afins)	60	36,1
Total	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 44. Forma jurídica das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Forma jurídica	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Empresários em nome individual	18	24,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	10,8
Estabelecimento individual de responsabilidade limitada	7	9,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	4,2
Sociedade unipessoal por quotas	11	14,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	6,6
Sociedade em Nome Colectivo	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Sociedade por quotas	35	47,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	35	21,1
Cooperativa	1	1,4	0	0,0	0	0,0	2	3,3	3	1,5
Sociedade Anónima	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Associação sem fins lucrativos	0	0	28	100	0	0,0	58	96,7	86	51,8
Associação sem personalidade jurídica	0	0	0	0,0	4	100	0	0,0	4	2,4
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A maioria das OPDN inquiridas está sediada nos distritos do litoral do país, particularmente em Lisboa (15,7%), Setúbal (10,7%), Porto (10,2%), e Faro (9,0%), representando cerca de metade (45,4%) das organizações inquiridas. Em relação aos distritos com menor número de organizações sediadas, salienta-se o distrito de Portalegre, onde não se conseguiu inquirir nenhuma organização, Bragança (1,2%), Viseu (1,2%) e Guarda (1,8%), todos abaixo dos 2% do total das organizações inquiridas, tal como se mostra na Tabela 45.

Tabela 45. Distribuição geográfica da sede social das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Distritos	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aveiro	5	6,8	3	10,7	0	0,0	4	6,7	12	7,2
Beja	3	4,1	1	3,6	0	0,0	2	3,3	6	3,6
Braga	3	4,1	1	3,6	0	0,0	8	13,3	12	7,2
Bragança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	3,3	2	1,2
Castelo Branco	3	4,1	0	0,0	0	0,0	2	3,3	5	3,0
Coimbra	5	6,8	2	7,1	1	25,0	3	5,0	11	6,6
Évora	2	2,7	0	0,0	0	0,0	2	3,3	4	2,4
Faro	9	12,2	2	7,1	1	25,0	3	5,0	15	9,0
Guarda	3	4,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,8
Leiria	5	6,8	3	10,7	0	0,0	2	3,3	10	6,0
Lisboa	13	17,6	4	14,3	1	25,0	8	13,3	26	15,7
Portalegre	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Porto	4	5,4	4	14,3	0	0,0	9	15,0	17	10,2
Santarém	3	4,1	0	0,0	0	0,0	4	6,7	7	4,2
Setúbal	10	13,5	6	21,4	0	0,0	5	8,3	21	12,7
Viana do Castelo	3	4,1	1	3,6	1	25,0	3	5,0	8	4,8
Vila Real	3	4,1	0	0,0	0	0,0	2	3,3	5	3,0
Viseu	0	0,0	1	3,6	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

As OPDN têm, em geral, um âmbito regional (36,7%) ou nacional (30,1%) para o desenvolvimento das práticas dos Desportos de Natureza. Salienta-se no entanto uma maior tendência dos clubes desportivos (RAE = 3,9) para desenvolverem as suas actividades dos Desportos de Natureza num âmbito territorial nacional, tal como se demonstra na Tabela 46.

Tabela 46. Âmbito territorial de referência das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para o desenvolvimento das suas actividades.

Âmbito territorial	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Local	18	24,3	4	14,3	1	25,0	10	16,7	33	19,9
Regional	29	39,2	6	21,4	0	0,0	26	43,3	61	36,7
Nacional	17	23,0	17	60,7	3	75,0	13	21,7	50	30,1
Internacional	10	13,5	1	3,6	0	0,0	11	18,3	22	13,3
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Considerando-se o ano de fundação até ao ano de 2011 (ano de resposta), a média de idades das OPDN é de 14 anos (±15,4). A mediana está situada no ano de 2001 (1º quartil em 1993, e 3º quartil em 2006). No ano de 2008 foram criadas 17 organizações (moda), sendo que a partir de 2000, foram criadas 66% das OPDN (30,1% a partir de 2006). No entanto, existem diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes tipologias de OPDN (*p-value* <0,050), existindo uma correlação moderada (*V de Cramer* = 0,400), no que se refere à década da sua fundação.

Os clubes desportivos são tradicionalmente as organizações mais antigas (o clube inquirido mais antigo foi fundado em 1893). Nota-se ainda que metade (50%) destas OPDN foram criadas até ao ano de 1979, salientando-se uma maior tendência entre todas as tipologias de OPDN para a fundação dos clubes desportivos até essa data. As associações (ambientalistas, culturais, desportivas, recreativas e afins) da amostra começaram a surgir essencialmente nos anos 1980s, verificando-se uma tendência positiva (RAE = 3,7) para a sua criação deste tipo de organizações nesta década e na seguinte (60% das associações foram criada nestas duas décadas). As empresas são as mais recentes OPDN: começaram a emergir principalmente a partir do ano 2000, já que 71,4% das empresas analisadas foram criadas a partir desta data. Faz-se notar ainda que 41,6% das empresas foram criadas a partir do ano 2005, registando-se assim uma tendência positiva (RAE = 3,6) para a criação de empresas, e uma tendência negativa para a criação de clubes desportivos RAE = -2,0) e de associações (RAE = -2,5), a partir deste período. Todos os clubes de praticantes foram criados a partir do ano 2000, devido à entrada em

vigor da legislação que enquadra este tipo de organizações, apenas a partir de 1997 (Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro).

Tabela 47. Ano de fundação das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Ano de fundação	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
≤1949	0	0,0	3	10,7	0	0,0	0	0,0	3	1,8
1950-1959	0	0,0	2	7,1	0	0,0	0	0,0	2	1,2
1960-1969	0	0,0	1	3,6	0	0,0	0	0,0	1	0,6
1970-1979	0	0,0	5	17,9	0	0,0	2	3,3	7	4,2
1980-1989	1	1,4	2	7,1	0	0,0	12	20,0	15	9,0
1990-1999	16	21,6	5	17,9	0	0,0	24	40,0	45	27,1
2000-2004	24	32,4	6	21,4	2	50,0	11	18,3	43	25,9
≥2005	33	44,6	4	14,3	2	50,0	11	18,3	50	30,1
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os dados evidenciam ainda que a grande maioria das OPDN começou a desenvolver Desportos de Natureza no seu ano de fundação, existindo uma correlação positiva (*p-value* <0,050) forte (*V de Cramer* = 0,866) entre o ano de fundação e o ano em que as OPDN começaram a desenvolver Desportos de Natureza.

As empresas inquiridas foram fundadas maioritariamente por uma única pessoa (33,8%) ou por um grupo de amigos (33,1%), apesar de existir uma maior tendência do que nas outras tipologias para uma criação com base familiar (RAE = 4,2), como se mostra na Tabela 48. Por outro lado, os clubes desportivos são constituídos maioritariamente por um grupo de amigos (53,6%) ou de pessoas conhecidas (39,3%), salientando-se no entanto uma maior tendência (RAE = 3,1) que os restantes para a sua constituição por um grupo de pessoas conhecidas. As associações foram maioritariamente constituídas por um grupo de amigos (68,3%), evidenciando uma maior tendência (RAE = 3,6) do que nas restantes OPDN para esta forma de fundação. Salienta-se ainda que todos os clubes de praticantes foram constituídos por um grupo de amigos.

Tabela 48. Fundação das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fundação	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Uma pessoa, sozinha	25	33,8	0	0,0	0	0,0	3	5,0	3	16,9
Um grupo de pessoas da mesma família	17	23,0	1	3,6	0	0,0	1	1,7	2	11,4
Um grupo de amigos	23	31,1	15	53,6	4	100	41	68,3	83	50,0
Um grupo de pessoas conhecidas	7	9,5	11	39,3	0	0,0	13	21,7	31	18,7
Outros	2	2,7	1	3,6	0	0,0	2	3,3	5	3,0
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

As organizações apresentam, em média, 1,6 (± 4,2) empregados a tempo inteiro, e 2,6 (± 6,1) a tempo parcial (ver Tabela 49).

Tabela 49. Empregados das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Empregados	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)
A tempo inteiro	2,9	5,4	0,4	0,9	0,0	0,0	0,8	3,1	1,6	4,2
A tempo parcial	3,9	7,2	1,5	3,0	0,0	0,0	1,3	5,4	2,6	6,1
N empregados a tempo inteiro	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	14	18,9	23	82,1	4	100	50	83,3	91	54,8
1	25	33,8	2	6,7	0	0,0	3	5,0	30	18,1
2	15	20,3	1	3,6	0	0,0	2	3,3	18	10,8
3	8	10,8	2	7,1	0	0,0	2	3,3	12	7,1
4	5	6,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	3,0
5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	0,6
6	2	2,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,2
7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
8	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	1,7	2	1,2
9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
10	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
≥11	4	5,3	0	0,0	0	0,0	1	1,7	5	3,0
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Notas: M – Média; DP - Desvio Padrão.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Salienta-se, no entanto, que a maioria das organizações (54,8%) não tem qualquer trabalhador remunerado a tempo inteiro. As empresas são as OPDN que têm a maior média de empregados a tempo inteiro (2,9 ± 5,4), e a tempo parcial (3,9 ± 7,2). A maioria das empresas tem apenas um (33,8%) ou dois empregados (20,3%) a tempo inteiro, e apenas 5,3% tem 11 ou mais empregados a tempo inteiro. Nota-se ainda que 18,9% das empresas não tem empregados a tempo inteiro. Os dados mostram também que as empresas são maioritariamente microempresas, já que 94,5% tem menos do que 10 empregados a tempo inteiro. Deve-se ainda evidenciar que a maioria (83,7%) das OPDN do movimento associativo (clubes e associações) não tem empregados a tempo inteiro.

5.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Considerando os resultados do questionário, denota-se que a oferta das OPDN é muito diversificada, tendo em conta os diferentes tipos de organizações (ver Tabela 50).

Tabela 50. Número de Desportos de Natureza desenvolvidos pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Número de actividades	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)	M	DP (±)
	4,6	3,9	2,5	1,8	1	0,0	3,4	2,2	3,8	3,1
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	16	21,6	11	39,3	4	100	6	10,0	36	21,7
2	18	24,3	7	25,0	0	0,0	18	30,0	44	26,5
3	6	8,1	5	17,9	0	0,0	15	25,0	26	15,7
4	6	8,1	1	3,6	0	0,0	7	11,7	14	8,4
5	5	6,8	1	3,6	0	0,0	5	8,3	11	6,6
6	2	2,7	2	7,1	0	0,0	5	8,3	9	5,4
7	3	4,1	0	0,0	0	0,0	1	1,7	4	2,4
8	3	4,1	1	3,6	0	0,0	0	0,0	4	2,4
9	2	2,7	0	0,0	0	0,0	2	3,3	4	2,4
≥10	13	17,8	0	0	0	0	1	1,7	14	8,4
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Notas: M – Média; DP - Desvio Padrão.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

As empresas são as OPDN que apresentam a oferta do maior número de actividades dos Desportos de Natureza, com uma média de 4,6 (±3,9) actividades por empresa. Apenas 21,6% desenvolve só uma actividade, e 8,3% desenvolvem 10 ou mais actividades (máximo 17). As associações (média de 3,4 ±2,2) situam-se entre os clubes desportivos e as empresas no que diz respeito à oferta de Desportos de Natureza. Denota-se que 40% das associações apresenta uma oferta com base em apenas uma ou duas actividades, e nenhuma das associações apresenta mais do que 10 actividades dos Desportos de Natureza. Os clubes desportivos são as OPDN que apresentam uma maior tendência para desenvolver um número menor de Desportos de Natureza (média de 2,5 ±1,8), já que mais de metade (64,3%) desenvolve apenas uma ou duas actividades. Todos os clubes de praticantes desenvolvem apenas uma actividade devido ao seu estatuto jurídico.

Em relação às actividades que constituem a oferta OPDN (ver Tabela 51), salienta-se o BTT (44%) como a actividade oferecida pelo maior número de organizações, seguida do pedestrianismo (37,3%), das multiactividades (33,7%), da orientação (32,5%), e da canoagem (32,5%). Quando analisada a oferta por tipologia de OPDN denota-se que a canoagem (40,5%) foi, em 2010, a actividade que integrou a base da oferta do maior número de empresas, seguida das multiactividades (41,9%), e do pedestrianismo (39,2%). Em relação aos clubes desportivos, destaca-se a vela (32,1%) como a actividade dos Desportos de Natureza mais oferecida, seguida do BTT, da orientação, e das multiactividades (oferecidas por 28,6% dos clubes desportivos). Todos os clubes de praticantes são clubes de BTT. O BTT (51,7%) foi também a actividade dos Desportos de Natureza oferecida por mais associações, seguida do pedestrianismo (46,7%).

Considerando-se as três actividades dos Desportos de Natureza desenvolvidas com maior frequência pelo global das OPDN em 2010 (ver Tabela 51), a canoagem (26,5%) foi a actividade mais desenvolvida pelo maior número de organizações, seguido pelo BTT (24,7%), e pelo pedestrianismo (24,7%). A análise às empresas mostra que o *surf* (33,8%) e a canoagem (32,9%) foram as actividades dos Desportos de Natureza promovidas com maior frequência pelo maior número de empresas. O *surf* (51,1%) foi também a actividade mais desenvolvida pelas empresas que apresentam maioritariamente um mercado internacional, seguido da canoagem (36,4%). O BTT (39,3%), seguido da vela (25%), e das multiactividades (25%), foram as actividades desenvolvidas com maior frequência pelo maior número

de clubes desportivos, enquanto o BTT (38,3%) e o pedestrianismo (38,3%) foram as actividades promovidas com maior frequência pelo maior número de associações.

Tabela 51. Actividades dos Desportos de Natureza mais oferecidas e mais desenvolvidas pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza**.**

Actividades	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Actividades Equestres	13,5	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	1,7	7,2	3,0
Bodyboard	27,0	21,6	10,7	10,7	0,0	0,0	6,7	5,0	16,3	16,3
BTT	40,5	9,5	28,6	39,3	100	100	51,7	38,3	44,0	24,7
Canoagem	40,5	31,1	25,0	17,9	0,0	0,0	28,3	26,7	32,5	26,5
Canyoning	17,6	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	8,3	12,7	5,4
Escalada	32,4	8,1	7,1	0,0	0,0	0,0	30,0	18,3	26,5	10,2
Espeleologia	4,1	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	5,4	4,8
Esqui	5,4	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,6
Kitesurf	6,8	2,7	7,1	7,1	0,0	0,0	3,3	1,7	3,6	3,0
Mergulho	23,0	17,6	7,1	10,7	0,0	0,0	6,7	3,3	13,9	9,6
Montanhismo	28,4	8,1	0,0	0,0	0,0	0,0	36,7	26,7	24,1	13,3
Orientação	33,8	2,7	28,6	21,4	0,0	0,0	36,7	20,0	33,1	12,0
Pedestrianismo	39,2	18,9	17,9	14,3	0,0	0,0	46,7	38,3	37,3	24,7
Rafting	12,2	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	1,7	9,0	3,0
Remo	2,7	2,7	10,7	14,3	0,0	0,0	3,3	3,3	3,6	4,8
Skimboard	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	3,3	1,8	1,2
Snowboard	6,8	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	1,7	1,7	4,2	0,6
Surf	36,5	33,8	14,3	7,1	0,0	0,0	3,3	3,3	19,9	17,5
Tiro com Arco e Besta	29,7	2,7	7,1	3,6	0,0	0,0	10,0	3,3	18,1	3,0
Vela	8,1	6,8	32,1	25,0	0,0	0,0	3,3	3,3	10,2	8,4
Voo livre	5,4	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	11,7	4,2	9,0
Windsurf	5,4	2,7	10,7	10,7	0,0	0,0	1,7	1,7	4,8	3,6
Multiactividades	41,9	23,0	28,6	25,0	0,0	0,0	28,3	18,3	33,7	21,1

Notas: A - Percentagem das actividades dos Desportos de Natureza oferecidas pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza; B - Percentagem das actividades dos Desportos de Natureza referidas como uma das três mais desenvolvidas pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Da nova oferta (ver Tabela 52) salienta-se as multiactividades (12,7%), o BTT (12%), e o pedestrianismo (12%), como as actividades que apresentam a maior perspectiva global para integrarem uma nova oferta pelas OPDN. Do lado das empresas, 12% pensa integrar o *surf* na base da sua oferta. Por outro lado, o BTT (14,3%), a canoagem (14,3%), a orientação (14,3%) e o *windsurf* (14,3%)

correspondem às actividades com a maior perspectiva de integração da oferta dos clubes desportivos, enquanto o pedestrianismo (25%), o BTT (16,7%) e o montanhismo (16,7%) são as novas actividades que se perspectivam ser desenvolvidas no âmbito das associações. Denota-se no entanto que 50,6% das OPDN não pretende incluir mais nenhuma actividade dos Desportos de Natureza na sua oferta.

Tabela 52. Actividades que as Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza prevêem que constitua uma nova oferta.

Actividades	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	41	55,4	12	42,9	4	100	27	45,0	84	50,6
Actividades Equestres	2	2,7	0	0,0	0	0,0	1	1,7	3	1,8
Bodyboard	4	5,4	2	7,1	0	0,0	0	0,0	6	3,6
BTT	6	8,1	4	14,3	0	0,0	10	16,7	20	12,0
Canoagem	5	6,8	4	14,3	0	0,0	5	8,3	14	8,4
Canyoning	2	2,7	0	0,0	0	0,0	4	6,7	6	3,6
Escalada	1	1,4	2	7,1	0	0,0	7	11,7	10	6,0
Espeleologia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,0	3	1,8
Esqui	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Kitesurf	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Mergulho	1	1,4	1	3,6	0	0,0	1	1,7	3	1,8
Montanhismo	2	2,7	2	7,1	0	0,0	10	16,7	14	8,4
Orientação	3	4,1	4	14,3	0	0,0	8	13,3	15	9,0
Pedestrianismo	3	4,1	2	7,1	0	0,0	15	25,0	20	12,0
Rafting	1	1,4	0	0,0	0	0,0	5	8,3	6	3,6
Remo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	0,6
Skimboard	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Snowboard	0	0,0	1	3,6	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Surf	9	12,2	3	10,7	0	0,0	1	1,7	13	7,8
Tiro com Arco e Besta	2	2,7	1	3,6	0	0,0	1	1,7	4	2,4
Vela	1	1,4	3	10,7	0	0,0	0	0,0	4	2,4
Voo livre	3	4,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,8
Windsurf	1	1,4	4	14,3	0	0,0	0	0,0	5	3,0
Multiactividades	6	8,1	3	10,7	0	0,0	12	20,0	21	12,7
Outras	12	16,2	3	10,7	0	0,0	10	16,7	25	15,1

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Em relação ao cancelamento de actividades (ver Tabela 53), 94,6% das organizações inquiridas refere que não prevê cancelar nenhuma das actividades já anteriormente promovidas.

Tabela 53. Número de actividades que as Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza prevêem cancelar.

Actividades	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Prevê cancelar	3	4,1	3	10,7	0	0,0	3	5,0	9	5,4
Não prevê cancelar	71	95,9	25	89,3	4	100	57	95,0	157	94,6
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Cerca de metade (47,6%) das organizações inquiridas tem uma oferta complementar às actividades dos Desportos de Natureza (ver Tabela 54), destacando-se no entanto as empresas cuja percentagem se situa nos 60% do total destas organizações. O alojamento (29,7%) e a fotografia (29,7%) são as actividades que correspondem à maior oferta deste tipo de actividades pelo maior número empresas, enquanto o serviço de bar corresponde à mais importante oferta complementar tanto para os clubes desportivos (28,6%) como para as associações (13,3%).

Tabela 54. Oferta de actividades complementares pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Actividades complementares	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	29	39,2	16	57,1	4	100	38	63,3	87	52,4
Sim	45	60,8	12	42,9	0	0,0	22	36,7	79	47,6
Bar	12	16,2	8	28,6	0	0,0	8	13,3	28	16,9
Restaurante	13	17,6	1	3,6	0	0,0	4	6,7	18	10,8
Alojamento	22	29,7	0	0,0	0	0,0	6	10,0	28	16,9
Venda de “Merchandising”	17	23,0	6	21,4	0	0,0	5	8,3	28	16,9
Fotografia	22	29,7	3	10,7	0	0,0	4	6,7	29	17,5
Vídeo	15	20,3	3	10,7	0	0,0	4	6,7	22	13,3
Outras	13	17,6	0	0,0	0	0,0	11	18,3	24	14,5

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os dados mostram que o principal âmbito que as empresas utilizam para organizar as actividades dos Desportos de Natureza (ver Tabela 55) é através da organização de actividades enquadradas por técnicos (guias ou monitores) (41,9%), e através de actividades (ou cursos) de formação (33,8%). Por outro lado, a maioria dos clubes desportivos recorre à organização das actividades mediante o treino e competição (50%), e à organização de provas e eventos (32,1%), de acordo com o âmbito tradicional (modelo competitivo) deste tipo de organizações. A maioria das associações desenvolve as suas actividades através da organização de provas e eventos (31,7%) e de actividades enquadradas por técnicos (guias ou monitores) (23,3%).

Tabela 55. Âmbito de organização das actividades dos Desportos de Natureza.

Âmbito organizacional	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cursos / Acções de formação de praticantes	25	33,8	2	7,1	1	25,0	8	13,3	36	21,7
Enquadramento por técnicos (guias/monitores, etc.)	31	41,9	2	7,1	0	0,0	14	23,3	47	28,3
Treino e competição	2	2,7	14	50,0	0	0,0	11	18,3	27	16,3
Organização de Provas e Eventos	11	14,9	9	32,1	2	50,0	19	31,7	41	24,7
Aluguer / empréstimo do equipamento sem organização formal das actividades.	4	5,4	1	3,6	0	0,0	0	0,0	5	3,0
Outro	1	1,4	0	0,0	1	25,0	8	13,3	10	6,0
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Relativamente à formação dos técnicos das organizações (ver Tabela 56), 89,8% das organizações referem que os seus técnicos têm formação específica no domínio dos Desportos de Natureza. A maioria (39,7%) dos técnicos das empresas tem formação obtida através de cursos técnicos, enquanto a formação dos técnicos dos clubes desportivos é obtida essencialmente (50%) a partir de cursos de treinador, e os das associações principalmente (44,2%) através de cursos técnicos. Em relação ao tipo de formação fornecida (ver Tabela 57), 38% das organizações referem que apresentam maioritariamente programas de formação interna dos seus colaboradores, e 27,1% organizações fornecem formação interna e formação

externa credenciada. De salientar a resposta de 15,1% das organizações que indicam não fornecer nenhum tipo de formação aos seus técnicos.

Tabela 56. Formação dos técnicos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Formação dos técnicos	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Antigos praticantes	4	5,4	5	17,9	1	25,0	6	10,0	16	9,6
Formação através de um (ou vários) curso(s) técnico(s).	27	36,5	1	3,6	0	0,0	20	33,3	48	28,9
Formação através de um (ou vários) curso(s) de treinador	22	29,7	13	46,4	0	0,0	10	16,7	45	27,1
Formação na área da Actividade Física Desportiva (pelo menos ao nível da licenciatura em Educação Física e/ou Desporto)	11	14,9	5	17,9	0	0,0	9	15,0	25	15,1
Formação especializada ao nível dos Desportos de Natureza (licenciatura ou mestrado neste domínio)	4	5,4	2	7,1	0	0,0	0	0,0	6	3,6
Outra	5	6,8	2	7,1	0	0,0	4	6,7	9	5,4
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 57. Tipo de formação fornecida pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Formação dos técnicos	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não é fornecida nenhuma formação	5	6,8	5	17,9	2	50,0	13	21,7	25	15,1
É fornecida formação	72	97,3	28	100	4	100	57	95,0	161	97,0
É fornecida formação interna	35	47,3	4	14,3	2	50,0	22	36,7	63	38,0
É fornecida formação externa credenciada	11	14,9	10	35,7	0	0,0	7	11,7	28	16,9
É fornecida formação interna e formação externa credenciada	21	28,4	9	32,1	0	0,0	15	25,0	45	27,1
Outra	2	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,1	5,0	6,8
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

De forma geral, as organizações pedem autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática (66,8%). No entanto, 32,5% dessas organizações pagam uma taxa pela utilização desses espaços, enquanto 34,3% não pagam nenhuma taxa pela utilização dos espaços de prática. As empresas (52,7%) são as OPDN que, em maior valor percentual, referem que normalmente pedem autorização e pagam uma taxa pela utilização dos espaços que utilizam, enquanto os clubes desportivos (42,9%) e as associações (50%) normalmente pedem autorização para a utilização dos espaços de prática sem, contudo, pagarem qualquer taxa.

Tabela 58. Pedido de autorização dos espaços de prática dos Desportos de Natureza.

Autorização para utilização dos espaços de prática	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pede autorização e paga uma taxa pela utilização dos mesmos	39	52,7	7	25,0	1	25,0	7	11,7	54	32,5
Pede autorização sem pagar nenhuma taxa	14	18,9	12	42,9	1	25,0	30	50,0	57	34,3
Não pede autorização e não paga nenhuma taxa pela utilização dos mesmos	10	13,5	6	21,4	2	50,0	20	33,3	38	22,9
Desenvolve as actividades num espaço privado pertencente à organização (“Parques aventura”, etc.).	9	12,2	0	0,0	0	0,0	2	3,3	11	6,6
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Relativamente aos equipamentos que as organizações utilizam para realizar as suas actividades, grande parte das organizações (44%) possui quase todo o equipamento e recorre, pontualmente, ao aluguer/empréstimo de algum equipamento, tal como se mostra na Tabela 59. Salienta-se, no entanto, que a maioria das empresas (59,5%) possui todos os equipamentos indispensáveis para a realização das actividades promovidas pela organização e nunca recorre ao aluguer e/ou empréstimo de qualquer equipamento.

Tabela 59. Equipamentos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Equipamentos	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não possui equipamento e recorre ao aluguer e/ou empréstimo de todo o equipamento para promover as suas actividades	2	2,7	3	10,7	2	50,0	2	3,3	9	5,4
Possui algum equipamento mas, essencialmente, recorre ao aluguer e/ou empréstimo da maioria do equipamento	3	4,1	5	17,9	0	0,0	9	15,0	17	10,2
Possui quase todo o equipamento e recorre, apenas em situações pontuais, ao aluguer e/ou empréstimo de algum equipamento	25	33,8	13	46,4	2	50,0	33	55,0	73	44,0
Possui todos os equipamentos indispensáveis e nunca recorre ao aluguer de qualquer equipamento	44	59,5	7	25,0	0	0,0	16	26,7	67	40,4
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A maioria das organizações inquiridas (47%) refere que apresenta critérios de segmentação (e.g. nível de experiência da prática, sexo, idade, perfil socioeconómico, etc.), para a criação das suas actividades, tal como se pode observar na Tabela 60. As empresas são as OPDN que apresentam uma maior taxa de actividades baseadas em critérios de segmentação (62,2%). É interessante notar que os clubes desportivos são as OPDN que apresentam, em maior valor percentual, actividades para iniciantes (29,6%).

Os canais de divulgação (ver Tabela 61) e distribuição (ver Tabela 62) usados pelas OPDN são baseados na *internet*. Estes dados mostram que todos os tipos de OPDN se estão a adaptar os processos de gestão e de *marketing* às novas tecnologias, e assim aos novos hábitos e comportamentos de consumo e ao perfil da procura. Em relação às estratégias de comercialização (ver Tabela 63), as mais significativas são a personalização dos serviços (69,9%) e a política de descontos para grupos (62,7%). Salienta-se ainda que a generalidade das empresas utiliza a personalização dos serviços (91,9%) e a política de descontos para grupos (95,9%)

como estratégias de comercialização, enquanto as políticas de preços mais baixos que a concorrência é pouco utilizada (21,6%).

Tabela 60. Critérios de segmentação utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Critérios de segmentação	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Actividades dirigidas a diferentes públicos, c/ segmentação	46	62,2	8	28,6	2	50,0	23	38,3	79	46
Actividades dirigidas a um público de massas (s/ critério de segmentação)	13	17,6	2	7,1	2	50,0	8	13,3	25	13
Actividades dirigidas a um público especializado	5	6,8	4	14,3	0	0,0	10	16,7	19	5
Actividades dirigidos a um público iniciante	7	9,5	8	28,6	0	0,0	13	21,7	28	7
Actividades dirigidas a um público que se quer aperfeiçoar na actividade	1	1,4	5	17,9	0	0,0	4	6,7	10	1
NS/NR	2	2,7	1	3,6	0	0,0	2	3,3	5	3,0
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 61. Principais formas de divulgação das actividades utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Formas de divulgação	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Anúncios rádio	0	0,0	1	3,6	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Anúncios TV	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Anúncios na imprensa	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Anúncios em revistas especializadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	0,6
Site de internet	45	60,8	14	50,0	3	75,0	28	46,7	90	54,2
E-mail	3	4,1	6	21,4	1	25,0	15	25,0	25	15,1
Newsletters	5	6,8	1	3,6	0	0,0	2	3,3	8	4,8
Distribuição de folhetos	3	4,1	2	7,1	0	0,0	5	8,3	10	6,0
“Boca a boca”	13	17,6	1	3,6	0	0,0	5	8,3	19	11,4
Participação em feiras, exposições	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outra	3	4,1	3	10,7	0	0,0	3	5,0	9	5,4
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 62. Principais canais de distribuição de distribuição utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Canais de distribuição	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Forma directa	33	44,6	6	21,4	0	0,0	21	35,0	60	36,1
Internet	37	50,0	16	57,1	4	100	33	55,0	90	54,2
Agência de Viagens	1	1,4	1	3,6	0	0,0	0	0,0	2	1,2
Operadores Turísticos	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Vouchers	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	1,7	2	1,2
Outros	1	1,4	4	17,9	0	0,0	5	10,0	11	7,8
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 63. Estratégias de comercialização utilizados pelas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Canais de distribuição	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Política de preços mais baixos que a concorrência	16	21,6	9	32,1	1	25,0	11	18,3	37	22,3
Política de oferta de serviços complementares	56	75,7	9	32,1	1	25,0	24	40,0	90	54,2
Política de descontos para grupos	68	91,9	11	39,3	1	25,0	24	40,0	104	62,7
"Personalização" de serviços	71	95,9	15	53,6	1	25	29	48,3	116	69,9
Política de preços mais baixos que a concorrência	16	21,6	9	32,1	1	25,0	11	18,3	37	22,3
Política de oferta de serviços complementares	56	75,7	9	32,1	1	25,0	24	40,0	90	54,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

5.3.5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA NAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

As organizações apresentam uma procura muito diferenciada, em relação ao número de praticantes, face às características (formas) jurídicas das organizações (ver Tabela 64). Aproximadamente metade (47,4%) das empresas teve no máximo 500 clientes em 2010, e 23% situa o número de clientes entre 501-1000. Metade

(50%) dos clubes desportivos tem um máximo de 100 praticantes, e 21,4% entre 101-250. A maioria (53,3%) das associações tem um máximo de 100 praticantes. As empresas são assim as OPDN que apresentam o maior número de praticantes.

A maioria (57,2%) das organizações indicam que o número de praticantes estagnou, tal como o evidenciado na Tabela 65. Salienta-se ainda que o crescimento do número de praticantes ocorreu apenas em 9% das OPDN.

Tabela 64. Número de praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Número de praticantes	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos de 50	7	9,5	9	32,1	2	50,0	17	28,3	35	21,1
Entre 50 e 100	9	12,2	5	17,9	0	0,0	15	25,0	29	17,5
Entre 101 e 250	11	14,9	6	21,4	2	50,0	5	8,3	24	14,5
Entre 251 e 500	8	10,8	4	14,3	0	0,0	10	16,7	22	13,3
Entre 501 e 1000	17	23,0	3	10,7	0	0,0	7	11,7	27	16,3
Entre 1001 e 2000	5	6,8	1	3,6	0	0,0	1	1,7	7	4,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 65. Crescimento do número de praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Crescimento do número de praticantes	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cresceu	8	10,8	3	10,7	0	0,0	4	6,7	15	9,0
Decresceu	9	12,2	5	17,9	2	50,0	14	23,3	30	18,1
Estagnou	44	59,5	15	53,6	2	50,0	34	56,7	95	57,2
Oscilou	13	17,6	5	17,9	0	0,0	8	13,3	26	15,7
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A frequência da procura é também diferente em função da tipologia de OPDN (Tabela 66). A frequência da procura é muito mais baixa nas empresas, onde em metade (50%) destas organizações a procura é considerada irregular (pelo menos uma vez por ano, de forma regular), e apenas 20,3% tem uma frequência regular (pelo menos uma vez por mês). Os clubes desportivos são as OPDN que

apresentam a maior frequência, já que quase metade (42,9%) refere que os seus praticantes desenvolvem as suas actividades muito frequentemente (pelo menos uma vez por mês). Os praticantes procuram com regularidade as actividades das associações pelo menos uma vez por ano (36,7%) ou mais do que uma vez por mês (31,7%).

Tabela 66. Frequência da procura das actividades/serviços das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Frequência da procura	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Uma vez e não procuram mais	2	2,7	0	0,0	0	0,0	1	1,7	3	1,8
Algumas vezes mas depois abandonam depois de realizar a mesma actividade em diversos locais e /ou níveis de dificuldade	15	20,3	1	3,6	0	0,0	4	6,7	20	12,0
Pelo menos uma vez por ano, de forma regular	37	50,0	10	35,7	1	25,0	22	36,7	70	42,2
Frequentemente (mais do que uma vez por mês)	15	20,3	5	17,9	2	50,0	19	31,7	41	24,7
Muito frequentemente (todas as semanas, pelo menos uma vez)	5	6,8	12	42,9	1	25,0	14	23,3	32	19,3
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os dirigentes afirmam que a procura das actividades/serviços das organizações é inconstante (75,3%), o que pressupões uma sazonalidade das práticas. No entanto, a sazonalidade é mais pronunciada nas empresas (90,5%) enquanto para 40% das associações a procura se mantêm constante ao longo de todo o ano.

Tabela 67. Sazonalidade da procura das actividades/serviços das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Sazonalidade	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Procura inconstante	67	90,5	21	75,0	1	25,0	36	60,0	125	75,3
Procura constante	7	9,5	7	25,0	3	75,0	24	40,0	41	24,7
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

As OPDN afirmam que os praticantes que procuram pela primeira vez os serviços da organização são de nível iniciados (51,8%) ou apresentam um nível intermédio (22,9%), não se denotando diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes tipos de OPDN.

Tabela 68. Nível de experiência dos praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Nível de experiência	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Iniciado	44	59,5	13	46,4	0	0,0	29	48,3	86	51,8
Intermédio	12	16,2	5	17,9	3	75,0	18	30,0	38	22,9
Avançado	1	1,4	2	7,1	0	0,0	3	5,0	6	3,6
Níveis variados	17	23,0	8	28,6	1	25,0	10	16,7	36	21,7
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A prevalência de praticantes do sexo masculino é evidente em 74,1% das OPDN (ver Tabela 69). Resultados semelhantes são também apontados em Espanha (Betrán & Betrán, 1999; Viñuelas, Betrán, & Plantalamor, 1995). As diferenças são ainda mais pronunciadas nos clubes desportivos onde a participação é composta por homens em 92,8% deles. Por outro lado, as diferenças são menos evidentes nas empresas devido à prevalência de 32,5% de mulheres neste tipo de organizações.

Tabela 69. Sexo dos praticantes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Sexo	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
≥75% Feminino	1	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Entre 51% e 75% Feminino	23	31,1	2	7,1	0	0,0	10	16,7	35	21,1
Entre 51% e 75% Masculino	42	56,8	17	60,7	1	25,0	22	36,7	82	49,4
≥ 76% Masculino	5	6,8	9	32,1	3	75,0	24	40,0	41	24,7
NS/NR	3	4,1	0	0,0	0	0,0	4	6,7	7	4,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os praticantes das OPDN pertencem maioritariamente (60,8%) ao grupo dos 18-35 anos, tal como demonstra a Tabela 70. O grupo com mais de 65 anos não constitui a principal procura de nenhuma das organizações inquiridas. Observa-se um crescimento do número de praticantes até ao grupo entre os 18-35 anos (atinge o ponto mais elevado de praticantes), face ao grupo anterior (menos de 18 anos) e depois um decréscimo progressivo com o aumento da idade. Estes dados também já foram apontados em trabalhos semelhantes (Betrán & Betrán, 1999; Viñuelas, Betrán, & Plantalamor, 1995). Nos clubes desportivos esta relação não é tão evidente porque estes têm um considerável número de indivíduos com menos de 18 anos (35,7%), quase igual ao do grupo dos 18-35 anos (39,3%), evidenciando assim a sua vocação na formação de jovens praticantes para a competição através do desporto formal federado.

Tabela 70. Idade dos praticantes nas Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Idade	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<18 anos	6	8,1	10	13,5	0	0,0	8	13,3	24	14,5
18-35 anos	50	67,6	11	14,9	1	25,0	39	65,0	101	60,8
36-50 anos	18	24,3	7	9,5	3	75,0	10	16,7	38	22,9
51-65 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,0	3	1,8
>65 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os praticantes das OPDN são maioritariamente (41,6%) originários da região onde estão sediadas as organizações. Em relação aos clubes desportivos e às associações, a proveniência dos seus praticantes é principalmente regional (50% e 46,7% respectivamente) ou local (25% e 28,3% respectivamente). Para as empresas, a origem geográfica dos praticantes é maioritariamente nacional (37,8%) e regional (32,4%), embora o mercado internacional seja considerável (24,3%).

Tabela 71. Base territorial de recrutamento dos praticantes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Base de recrutamento	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Local	4	5,4	7	25,0	1	25,0	17	28,3	29	17,5
Regional	24	32,4	14	50,0	3	75,0	28	46,7	69	41,6
Nacional	28	37,8	7	25,0	0	0,0	15	25,0	50	30,1
Internacional	18	24,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	10,8
Local	4	5,4	7	25,0	1	25,0	17	28,3	29	17,5
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Em relação aos constrangimentos para a prática dos Desportos de Natureza, o principal factor apontado pelos dirigentes das organizações é a falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais), e a falta de dinheiro (ser muito caro), com uma média de 3,3 em ambos (numa escala de 1 a 5), tal como se mostra na Tabela 72. Os constrangimentos considerados como menos importante, pelos dirigentes das OPDN, são a falta de transportes, as más condições dos espaços de prática, e por serem actividades sazonais, todos com uma média de 2,4. Salienta-se ainda que, de forma geral, a média das respostas dos dirigentes das empresas e dos clubes desportivos é igual ou superior à média geral, à excepção da falta de equipamentos (média de 2,4) e dos motivos de saúde (média de 2,6) nas empresas, e da falta de equipamentos (média de 2,6) nos clubes desportivos. Nos clubes de praticantes os constrangimentos apontados são inferiores em todos os itens.

Por outro lado, as questões ambientais (e.g. estar em contacto com a natureza) são indicadas como as razões mais importantes (média de 4) para que os indivíduos pratiquem Desportos de Natureza, tal como se pode observar na Tabela 73. O envolvimento na competição desportiva é a razão que aparece com menor importância entre as 6 apontadas, com uma média de 2,7, embora para os clubes desportivas esta seja apontada como uma razão importante para a prática dos Desportos de Natureza. No entanto, para os respondentes das empresas e dos clubes desportivos, a aventura (e.g. para ter novas experiências/sensações de aventura) é a razão que é perspectivada como a mais importante, com uma média de 3,8 e 3,9 respectivamente.

Tabela 72. Constrangimentos apontados pelos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para a prática dos Desportos de Natureza.

Constrangimentos para a prática dos Desportos de Natureza	Tipologia de OPDN				Média Total
	Empresas	Clubes Desportivos	Clubes de Praticante	Associações	
	Média	Média	Média	Média	
Porque não quer	2,6	2,7	1,8	2,6	2,6
Por falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais)	3,3	3,4	2,8	3,4	3,3
Por falta de dinheiro (ser muito caro)	3,3	3,3	2,8	3,3	3,3
Por ser uma actividade sazonal	2,6	2,5	1,5	2,1	2,4
Por ser afastado da zona de residência	2,8	2,8	1,5	2,5	2,7
Por falta de transportes	2,4	2,5	1,8	2,4	2,4
Por motivos de saúde	2,6	2,9	2,0	2,9	2,7
Por falta de companhia	2,7	2,5	1,8	2,5	2,5
Por falta de motivação	3,0	2,9	2,8	3,0	2,9
Pelas más condições dos espaços de prática	2,5	2,4	1,8	2,4	2,4
Por falta de equipamento	2,4	2,6	2,0	2,6	2,5
Por não ter conhecimentos suficientes	2,7	2,5	2,0	2,6	2,6

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 73. Razões apontadas pelos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza para a prática dos Desportos de Natureza.

Razões para a prática dos Desportos de Natureza	Tipologia de OPDN				Média Total
	Empresas	Clubes Desportivos	Clubes de Praticante	Associações	
	Média	Média	Média	Média	
Estar em contacto com a Natureza; para apreciar a Natureza e a Paisagem; para defender o Ambiente	3,8	3,8	4,8	4,2	4,0
Ter novas experiências/ sensações de Aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova	3,9	3,9	4,5	3,9	3,9
Ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/ contacto social; pelo convívio que proporciona	3,7	3,6	4,5	4,0	3,8
Recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ ou melhor a Condição Física; para relaxar/ quebrar com a rotina do dia-a-dia	3,0	3,2	4,3	3,4	3,2
Estar envolvido numa competição desportiva	2,3	3,5	2,5	2,8	2,7
Visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património	3,5	3,2	4,3	3,9	3,6

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Os desportos de montanha (BTT, montanhismo, escalada, etc.) é o grupo de actividades que apresenta a maior perspectiva de crescimento, segundo os respondentes das OPDN (63,9% indicam que irá crescer), enquanto os desportos aéreos (parapente, asa delta, etc.) são os que apresentam a menor perspectiva de crescimento, tal como se mostra na Tabela 74. A maioria (63,9%) das OPDN refere ainda que o sector dos Desportos de Natureza em geral irá crescer nos próximos 10 anos (ver Tabela 75).

Tabela 74. Perspectivas de crescimento das actividades dos Desportos de Natureza

		Tipologia de OPDN								Total	
		Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
Perspectivas de crescimento		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Desportos Aquáticos-Marítimo (*surf*, vela, k*itesurf*, etc.)	Declínio	3	4,1	2	7,1	0	0,0	6	10,0	11	6,6
	Estagnação	16	21,6	10	35,7	1	25,0	15	25,0	42	25,3
	Crescimento	49	66,2	15	53,6	3	75,0	30	50,0	97	58,4
	Oscilação	6	8,1	1	3,6	0	0,0	9	15,0	16	9,6
Desportos Aquáticos-Fluviais (canoagem, *canyoning*, etc.)	Declínio	1	1,4	2	7,1	0	0,0	4	6,7	7	4,2
	Estagnação	25	33,8	11	39,3	1	25,0	16	26,7	53	31,9
	Crescimento	39	52,7	14	50,0	3	75,0	31	51,7	87	52,4
	Oscilação	9	12,2	1	3,6	0	0,0	9	15,0	19	11,4
Desportos de Montanha (montanhismo, escalada, BTT, etc.)	Declínio	2	2,7	1	3,6	0	0,0	1	1,7	4	2,4
	Estagnação	18	24,3	9	32,1	0	0,0	9	15,0	36	21,7
	Crescimento	49	66,2	16	57,1	4	100	46	76,7	115	69,3
	Oscilação	5	6,8	2	7,1	0	0,0	4	6,7	11	6,6
Desportos Aéreos (parapente, asa delta, etc.)	Declínio	9	12,2	8	28,6	1	25,0	14	23,3	32	19,3
	Estagnação	33	44,6	11	39,3	2	50,0	22	36,7	68	41,0
	Crescimento	20	27,0	5	17,9	1	25,0	16	26,7	42	25,3
	Oscilação	12	16,2	4	14,3	0	0,0	8	13,3	24	14,5
Desportos de Neve (esqui, s*nowboard*, etc.)	Declínio	7	9,5	7	25,0	0	0,0	10	16,7	24	14,5
	Estagnação	24	32,4	11	39,3	2	50,0	20	33,3	57	34,3
	Crescimento	32	43,2	6	21,4	2	50,0	21	35,0	61	36,7
	Oscilação	11	14,9	4	14,3	0	0,0	9	15,0	24	14,5
Multiactividades (triatlos aventura, corridas de aventura, etc.)	Declínio	7	9,5	2	7,1	0	0,0	4	6,7	13	7,8
	Estagnação	25	33,8	10	35,7	1	25,0	20	33,3	56	33,7
	Crescimento	33	44,6	15	53,6	3	75,0	31	51,7	82	49,4
	Oscilação	9	12,2	1	3,6	0	0,0	5	8,3	15	9,0
Total		74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 75. Perspectivas de futuro do sector dos Desportos de Natureza.

Perspectivas de futuro	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Declínio	6	8,1	3	10,7	0	0,0	1	1,7	10	6,0
Estagnação	13	17,6	7	25,0	1	25,0	12	20.0	33	19,9
Crescimento	47	63,5	14	50,0	3	75,0	42	70,0	106	63,9
Oscilação	8	10,8	4	14,3	0	0,0	5	8,3	17	10,2
Total	74	100	28	100	4	100	60	100	166	100

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

5.3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA

Esta secção apresentou uma análise geral da oferta e da procura das organizações que promovem Desportos de Natureza em Portugal, uma área onde pouca investigação empírica tem sido realizada. Foram identificadas quatro tipologias de OPDN: empresas (turismo, desporto, etc.), clubes desportivos, praticantes de clubes, e associações (ambiental, cultural, desportivo, recreativo e outros). No entanto, deve fazer-se notar que apenas foram recolhidas quatro respostas dos clubes de praticantes, e por isso os resultados destas organizações são pouco representativos. Os resultados indicam uma oferta distinta entre os diferentes tipos de OPDN, como já apontado por Pociello (1989), a respeito da diferenciação interna das suas actividades, com base nos três modelos coexistentes: ascético e competitivo; aventureiro; e hedonista.

As organizações estão localizadas maioritariamente nos principais distritos do litoral do país. Este facto pode ser explicado pelas assimetrias da população residente, principalmente nos distritos do interior (Instituto Nacional de Estatística, 2011a), e que tem consequências nas assimetrias evidenciadas na disseminação das actividades desportivas pelo país (Instituto do Desporto de Portugal, 2011). A maioria das organizações inquiridas tem um âmbito territorial nacional ou regional para desenvolver as suas actividades, destacando-se no entanto uma maior tendência dos clubes desportivos para alargar a sua escala territorial de operação ao nível nacional. Estes dados mostram a relação existente entre os Desportos de Natureza e o turismo, já que estas actividades são normalmente desenvolvidas em áreas naturais ou rurais, muitas vezes longe dos grandes centros urbanos,

potenciando-se o consumo e, consequentemente, a economia local, onde as actividades dos Desportos de Natureza são desenvolvidas.

Os clubes desportivos são as OPDN mais antigas. São todos constituídos como associações sem fins-lucrativas, e são as organizações mais especializadas em relação à oferta de actividades dos Desportos de Natureza, já que a maioria desenvolve apenas uma ou duas actividades. Devido à sua tradicional vocação baseada no desporto formal e competitivo, os clubes desportivos desenvolvem as actividades dos Desportos de Natureza principalmente mediante o treino e a competição, e a organização de provas e eventos. Como consequência, estes apresentam uma menor sazonalidade do que os outros tipos de OPDN, e uma participação mais frequente por parte dos seus praticantes. Desta forma, os clubes desportivos posicionam-se no modelo organizacional asceta e competitivo apresentado por Pociello (1989).

As associações são mais jovens do que os clubes desportivos e mais antigas do que as empresas. São quase todas associações sem fins-lucrativos, com excepção de duas que são cooperativas. As actividades das associações são apresentadas por técnicos (guias/monitores) tal como nas empresas, e por organizações de provas e eventos, como nos clubes desportivos. Estes dados indicam que as associações têm um padrão organizacional que apresenta um espectro organizacional muito mais amplo e, assim, uma oferta mais alargada do que os clubes desportivos, permitindo que os seus membros tenham uma prática mais ecléctica de Desportos de Natureza, que vai desde o âmbito formal ao não-formal. As associações, percebendo a falta de adaptação dos clubes desportivos à crescente procura de práticas não-formais e não-competitivas, apresentam uma diferente oferta de actividades dos Desportos de Natureza, evidenciando a evolução que ocorreu no movimento associativo desportivo, relacionada com uma forma higienista, hedonista e aventureira de praticar desporto (Leblanc, 2001).

A maioria dos dirigentes dos clubes desportivos e das associações não desenvolve a sua ocupação profissional principal nas OPDN, realizando geralmente trabalho voluntário, apesar do seu enorme empenho nas organizações. Quase todos os dirigentes do movimento associativo são jovens do sexo masculino, com alto nível de educação e profissões qualificadas.

A crescente comercialização das actividades desportivas, e dos Desportos de Natureza em particular, acontece porque os clubes desportivos voltados

principalmente para os valores de esforço, competição e aprendizagem técnica, deixaram de atender às expectativas resultantes do campo do lazer desportivo (Paget, Mounet, & Guilhon, 2007). Este fenómeno está também intimamente associada com o crescimento das indústrias do lazer e do turismo, especialmente dos novos segmentos turísticos que surgem associados à crescente procura por férias activas (Gibson, 1998a). Assim, várias estruturas desportivas comerciais foram surgindo para satisfazer as necessidades expressas, comercializando os seus produtos com ênfase em práticas desportivas lúdicas, acessíveis e sem restrições (Leblanc, 2001; Paget, Mounet, & Guilhon, 2007; Pigeassou & Garrabos, 1997). O processo de criação de empresas seguiu uma lógica que começou com a descoberta das actividades desportivas, reforçada mais tarde pelo surgimento de um mercado cada vez mais dinâmico (Bouhaouala, 2004). Este processo surgiu no final da década de 1980 até meados da década de 1990, devido às condições socioeconómicas favoráveis para o desenvolvimento do Turismo de Natureza (Bouhaouala, 2004; Viñuelas, Betrán, & Plantalamor, 1995), ao empenho dos órgãos governamentais locais e regionais pelo desenvolvimento socioeconómico (criação de emprego, a manutenção da população local, etc.), e pelo aumento da procura por novas formas de turismo (Bouhaouala, 2004).

As empresas que operam no sector dos Desportos de Natureza em Portugal são na sua maioria constituídas como sociedades por quotas, e empresários em nome individual. São principalmente microempresas, com uma fundação recente e familiar, como já apontado noutros trabalhos (Betrán & Betrán, 1999; Bouhaouala, 1999; Costa R. A., 2005; Martin & Palakshappa, 2005; Paget, Mounet, & Guilhon, 2007). As empresas apresentam uma grande sazonalidade na procura, uma oferta com um elevado número de actividades dos Desportos de Natureza e consequentemente pouca especializada, que pode ser explicada pela tentativa de combater a sazonalidade. A maioria das empresas apresenta também uma oferta de actividades complementares, centrada principalmente no alojamento e na fotografia.

As empresas parecem ser as organizações que estão melhor adaptadas à evolução da procura dos Desportos de Natureza. Embora a educação não fosse inicialmente um alvo para os empresários (Leblanc, 2001), isso parece estar a mudar, como se infere pelo aumento da oferta de cursos/acções de formação de praticantes por parte das empresas. Isso é tão óbvio que a maioria das empresas

que apresenta o *surf* como a principal actividade desenvolvida tem cumulativamente uma escola de *surf* inscrito na respectiva federação.

Quase todos os dirigentes das empresas são jovens do sexo masculino, desenvolvem o seu principal trabalho nas empresas, e apresentam um alto compromisso para com as organizações, dedicando-lhes mais de 40 horas por semana.

A formação dos técnicos dos Desportos de Natureza é diferente, dependendo do tipo de OPDN. Apesar disso, todas as OPDN têm poucos técnicos com formação ao nível do ensino superior em ciências do desporto (geral) ou mais especificamente em Desportos de Natureza. A formação de recursos humanos e as suas competências técnicas e humanas são, neste sector, um ponto crítico para o sucesso das OPDN, como evidenciado por Martin e Palakshappa (2005). Desta forma, a definição (regulamentação) de competências mínimas para os técnicos dos Desportos de Natureza, como sugerido por Melo e Mendes (2011), poderia aumentar a qualidade desses agentes e contribuir para a melhoria da segurança e da qualidade dos serviços dos Desportos de Natureza.

Os principais canais de divulgação e distribuição utilizados pelas OPDN são baseados na internet. Estes dados demonstram que todos os tipos de OPDN estão a adaptar as suas formas de gestão e de comercialização às novas tecnologias, e assim, aos novos hábitos de consumo e ao perfil da procura.

A procura das actividades dos Desportos de Natureza nas organizações é composta por indivíduos com um perfil muito marcado. Em quase todos as OPDN são indivíduos jovens (18-35 anos), do sexo masculino, e maioritariamente do território de Portugal continental. Em geral, existe uma tendência para o aumento do número de praticantes até ao grupo entre os 18-35 anos (atingindo-se o maior número de praticantes) comparativamente com o grupo anterior (com menos de 18 anos) e, em seguida, uma diminuição progressiva com o aumento da idade. Resultados semelhantes foram também obtidos em estudos semelhantes realizados em Espanha (Betrán & Betrán, 1999; Viñuelas, Betrán, & Plantalamor, 1995). Os resultados evidenciam assim assimetrias de participação de acordo com o sexo e idade. Nos clubes desportivos a diferença na idade não é tão óbvio, porque estes apresentam um número considerável de indivíduos com menos de 18 anos (35,7%), quase igual ao do grupo de 18-35 anos (39,3%), evidenciando a sua vocação para a formação de jovens praticantes para a competição no desporto federado.

A maioria dos praticantes é de nível iniciado quando procura pela primeira vez as actividades dos Desportos de Natureza nas organizações, e os dirigentes das OPDN apontam o contacto com a natureza, e a aventura, como os principais factores que motivam à participação nos Desportos de Natureza, enquanto a falta de tempo e de dinheiro são os principais limitadores a uma maior participação.

O número de praticantes que participa nas diferentes OPDN também é diversificado: as empresas apresentam o maior número de procura de praticantes, mas com menor frequência, enquanto os clubes desportivos têm o menor número de praticantes, mas com a maior frequência de prática. A origem geográfica dos praticantes dos clubes desportivos e associações restringe-se basicamente ao território regional, em contraste com a origem nacional e regional dos praticantes nas empresas. Os resultados reflectem a tendência hedonista da sociedade, associada a uma maior procura de organizações com uma oferta de actividades de livre compromisso (sem preparação prévia e *just do it*), em contraste com uma menor procura de actividades que exigem um maior compromisso (mais tempo de dedicação para treinar e para participar nas provas e eventos) imposto pelos clubes desportivos.

Os dirigentes das OPDN consideram os desportos de montanha (montanhismo, escalada, BTT, etc.) como o segmento que apresenta maior potencial de crescimento, enquanto os desportos aéreos (asa delta, parapente, etc.) são considerados como aqueles com menor perspectiva de crescimento do sector. A maioria dos dirigentes das organizações também considera que o sector dos Desportos de Natureza apresenta um potencial de crescimento nos próximos 10 anos.

A análise da oferta por tipo de OPDN, também permite compreender o potencial das actividades dos Desportos de Natureza em Portugal. O BTT e o pedestrianismo são as actividades dos Desportos de Natureza oferecidas por mais OPDN. Pelo contrário, o *skimboard* e o esqui correspondem às actividades dos Desportos de Natureza oferecidas por menos OPDN, representando, assim, as actividades com menor potencial global de desenvolvimento organizado em Portugal. A canoagem é a actividade oferecida por mais empresas, enquanto a vela é por mais clubes desportivos, e o BTT por mais associações. Todos os clubes de praticantes inquiridos são clubes de BTT. Na direcção oposta, o remo e *skimboard* são as actividades dos Desportos de Natureza com menor potencial comercial,

enquanto o *canyoning*, a espeleologia, o esqui, o montanhismo, o *rafting*, o *skimboard*, e o voo livre apresentam o menor potencial competitivo, e o esqui e o *windsurf* o menor potencial associativo. A canoagem é também a actividade dos Desportos de Natureza desenvolvida com maior frequência pelo maior número de OPDN, enquanto o *surf* é por mais empresas, o BTT, a vela e as multiactividades por mais clubes desportivos, e o BTT e o pedestrianismo pela maioria das associações, representando assim o maior potencial em cada âmbito da prática: comercial, competitiva e associativo, respectivamente. O *surf* é também a principal actividade dos Desportos de Natureza procurada pelo mercado internacional.

Portugal apresenta um grande potencial para desenvolver Desportos de Natureza e Turismo de Natureza, considerando a sua dimensão geomorfológica e características climáticas que permitem o desenvolvimento de uma ampla gama de actividades, em condições ideais, ao longo de todo o ano. Não é fácil encontrar uma tal variedade e densidade de locais específicos para o desenvolvimento de actividades de Desportos de Natureza numa área tão pequena. Portugal tem extensas áreas rurais e espaços naturais, com ou sem protecção especial (áreas protegidas), como a praia e o mar, vários rios e outros espaços aquáticos, montanhas e falésias, etc. Este cenário tem sido reconhecido, e foi premiado pela revista russa *National Geographic Travel*, com o prémio *Travel Awards 2011*, na categoria de melhor destino para a realização de Turismo Activo e Aventura.

No entanto, os resultados apresentados mostram alguns problemas já detectados no sector (Turismo de Portugal, 2006a). Apesar de não existirem dúvidas sobre a importância das pequenas empresas no sector de lazer, e do papel que eles desempenham na economia (Byers & Slack, 2001), especialmente em Portugal, o pequeno tamanho das empresas pode representar uma dificuldade, por exemplo: na implementação de sistemas mais eficazes de produção, inovação e melhoria da qualidade; no acesso a tecnologia avançada; na qualidade dos recursos humanos; nas fórmulas de *marketing* eficazes; no fraco poder de negociação em relação à procura, intermediários, fornecedores, etc. Além disso, a recente criação da maioria das empresas não permite que estas acumulem experiência suficiente, tecnologia e *know-how*, para competir no mercado internacional, como se depreende pelo pequeno número de empresas que apresentam como procura principal para o mercado internacional, e o tamanho da procura internacional por Turismo de Natureza (4%) em Portugal (Turismo de Portugal, 2006a). Todos esses factores

afectam negativamente a competitividade de cada empresa, e finalmente Portugal como um destino de Desportos de Natureza e de Turismo de Natureza. Os dados mostram que a especialização parece ser um factor crítico de sucesso para fornecer Desportos de Natureza para o mercado internacional. A maioria das empresas que têm, principalmente, uma procura internacional oferece um número reduzido de actividades dos Desportos de Natureza, já que 50% deles têm uma oferta máxima de duas actividades. De acordo com estes dados, para competir no mercado internacional, é importante apresentar uma oferta especializada. Além disso, os planos estratégicos de Turismo de Portugal sugerem que essa oferta deve apresentar-se no formato de um pacote de turismo integrado que inclua alojamento, alimentação e outros serviços complementares (Turismo de Portugal, 2006a; Turismo de Portugal, 2006b).

Em relação à gestão das OPDN, Chazaud (2004) refere que uma boa estratégia de comercialização deve conter: o desenvolvimento de produtos adaptados à especificidade do mercado; preços fixados em função dos objectivos de lucro e dos preços da concorrência; um desenvolvimento da distribuição desenvolvida através de um conjunto específico de operadores turísticos (agências de viagens, operadores turísticos, centrais de reserva, e postos de turismo); uma promoção de produtos estabelecida através de diferentes métodos de comunicação, sobre a organização, sobre os eventos e sobre as actividades. Para além do mais, refere que a oferta deve ser constantemente renovada e inovada com conteúdos criativos. O cenário ideal, em Portugal, seria quando a gestão das OPDN cumprisse com todos estes critérios.

5.4. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA NA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DOS COMPORTAMENTOS NOS LOCAIS DE DESTINO DAS PRÁTICAS

5.4.1. APONTAMENTOS INICIAIS

Esta secção centra-se na caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza na sustentabilidade do desenvolvimento local, e na caracterização dos seus comportamentos nos locais de destino das práticas. Partindo das três dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, económico e sociocultural) questionam-se os praticantes e os dirigentes sobre a sua percepção em relação aos impactos causados pelos Desportos de Natureza. Até à data, poucos estudos se têm

centrado nesta temática específica, embora se tenha vindo a reconhecer a sua importância. Compreender e avaliar os impactos dos Desportos de Natureza, através da percepção dos praticantes e dos gestores das OPDN, pode ser importante em diversos aspectos: a) é relevante para a gestão dos Desportos de Natureza, pois a percepção dos impactos pode afectar a experiência e a preferência na participação nas actividades e em determinados espaços de prática (Dorwart, Mooreb, & Leungb, 2009); b) a avaliação da percepção dos impactos pode ser usada para alertar os dirigentes para os problemas dos impactos sem recorrer, numa primeira fase, a outro tipo de monitorização (Farrell, Hall, & White, 2001); c) guiar os dirigentes na escolha de indicadores e *standards* para a avaliação dos impactos, como parte dos processos de planeamento (Farrell, Hall, & White, 2001).

Pigram (2003) refere que a percepção é a base para a compreensão do comportamento do lazer e para a tomada de decisão recreativa, e a razão pela qual as pessoas escolhem determinadas configurações e actividades específicas. A este respeito, Kaplan e Kaplan (1982) referem que, para compreender a percepção, a pessoa precisa de considerar o seu próprio ambiente porque esses espaços fornecem o contexto para as coisas que são vistas nos espaços naturais. Ndubisi (2002) refere-se à percepção como o acto de apreender um objecto através dos sentidos. Este é o processo pelo qual as pessoas interpretam e organizam sensações para produzir uma experiência significativa do mundo (Lindsay & Norman, 1977). Por sua vez, Tuan (1974) descreve a percepção como a resposta dos sentidos a estímulos externos e a actividades intencionais em que certos fenómenos são claramente registados, enquanto outros são bloqueados.

Um princípio-chave na investigação da percepção dos impactos é que a percepção é uma interacção entre seres humanos e um ambiente dinâmico, está intrinsecamente ligada ao factor psicológico do observador, e imersa no ambiente que é experimentado (Ittelson, 1973; Taylor, Czarnowski, Sexton, & Flick, 1995). Esta convicção é também a base do paradigma da percepção da paisagem (Zube, Sell, & Taylor, 1982), que forneceu orientações importantes para os estudos voltados para as avaliações das pessoas, conceituações, e as relações com o ambiente natural, especialmente as que dizem respeito a percepção e preferência em termos de experiências de natureza, paisagem e meio ambiente (Dorwart, Mooreb, & Leungb, 2009). Os diversos estudos realizados sobre esta temática apontam para a complexidade da percepção dos impactos. Neste sentido, tem-se notado que os

impactos são avaliados de acordo com as características dos diferentes grupos, tal como: i) o tipo de actividade que realizam (Atauri, Bravo, & Ruiz, 2000); ii) pelas características sociodemográficas (sexo, idade, nível de educação) (Priskin, 2003).

Esta secção está dividida em quatro partes, incluindo esta. A segunda parte apresenta os resultados do inquérito por questionário aplicado aos praticantes dos Desportos de Natureza, que está estruturada com base na análise das percepções dos inquiridos sobre os impactos dos Desportos de Natureza nos locais das práticas; na terceira parte apresentam-se os resultados do inquérito por questionário aplicado às OPDN; na síntese conclusiva faz-se uma comparação entre os resultados das percepções dos impactos dos praticantes e dos dirigentes das OPDN. Neste sentido, o principal propósito desta secção é compreender a contribuição dos Desportos de Natureza para a sustentabilidade do desenvolvimento local. Assim, colocaram-se as seguintes questões-chave:

1) Qual é a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN sobre os impactos ambientais, económicos e socioculturais dos Desportos de Natureza? Quais as diferenças entre a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN?

2) Qual é a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN sobre a repercussão dos impactos ambientais, económicos e socioculturais dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local? Quais as diferenças entre a percepção dos praticantes e dos dirigentes das OPDN?

3) Quais os comportamentos dos praticantes e dos dirigentes das OPDN nos locais de destino das práticas dos Desportos de Natureza, nas dimensões ambiental, económica e sociocultural?

4) Qual é o perfil de consumo relacionado com a actividade turística apresentado pelos praticantes dos Desportos de Natureza?

5.4.2. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E DOS COMPORTAMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA NOS LOCAIS DE PRÁTICA

Os praticantes dos Desportos de Natureza, quando questionados sobre os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) que decorrem nos locais de prática (escala de 1 a 5, com 1: muito negativo; 2: negativo; 3: neutro; 4: positivo; 5: muito positivo), classificam-nos de forma geral como positivos.

Na dimensão ambiental, os impactos são geralmente percebidos como neutros (43,1%), ou como positivos (46%) - sendo que 29,8% classificam o impacto como positivo, e 15,7% como muito positivo -, como se pode observar no Gráfico 29.

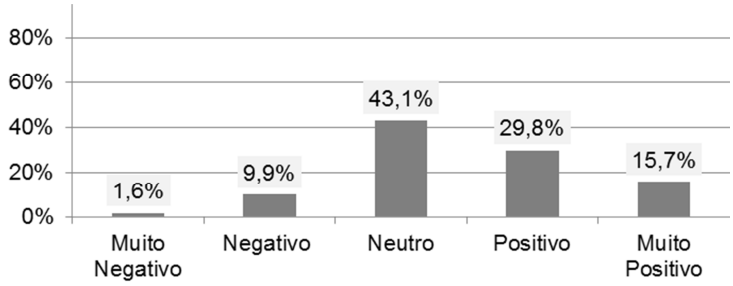


Gráfico 29. Percepção dos impactos ambientais por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Na dimensão económica (ver Gráfico 30), a maioria dos praticantes (74,6%) considera que os Desportos de Natureza tem um impacto positivo nos territórios das práticas: 53,7% classificam o impacto como positivo, e 20,9% como muito positivo.

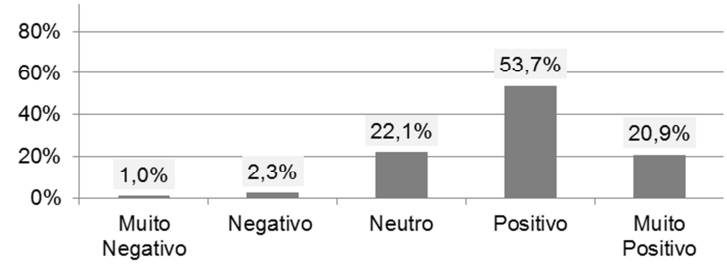


Gráfico 30. Percepção dos impactos económicos por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

O impacto sociocultural (ver Gráfico 31) é também considerado pela grande maioria dos praticantes inquiridos como positivo (82,5%), sendo que 53,8% consideram-no como positivo, e 28,7% como muito positivo.

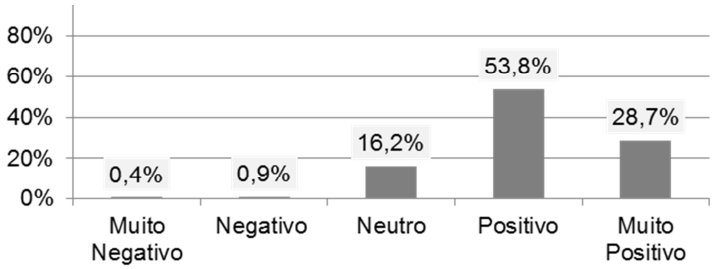


Gráfico 31. Percepção dos impactos socioculturais por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

No que diz respeito à repercussão que os impactos da prática dos Desportos de Natureza têm tido na sustentabilidade dos locais de destino de prática, em Portugal continental, os dados revelam que a maioria dos praticantes inquiridos classifica os impactos positivos como significativos (relevantes, muito relevantes ou totalmente relevantes) e os impactos negativos como pouco significativos (pouco relevantes ou irrelevantes).

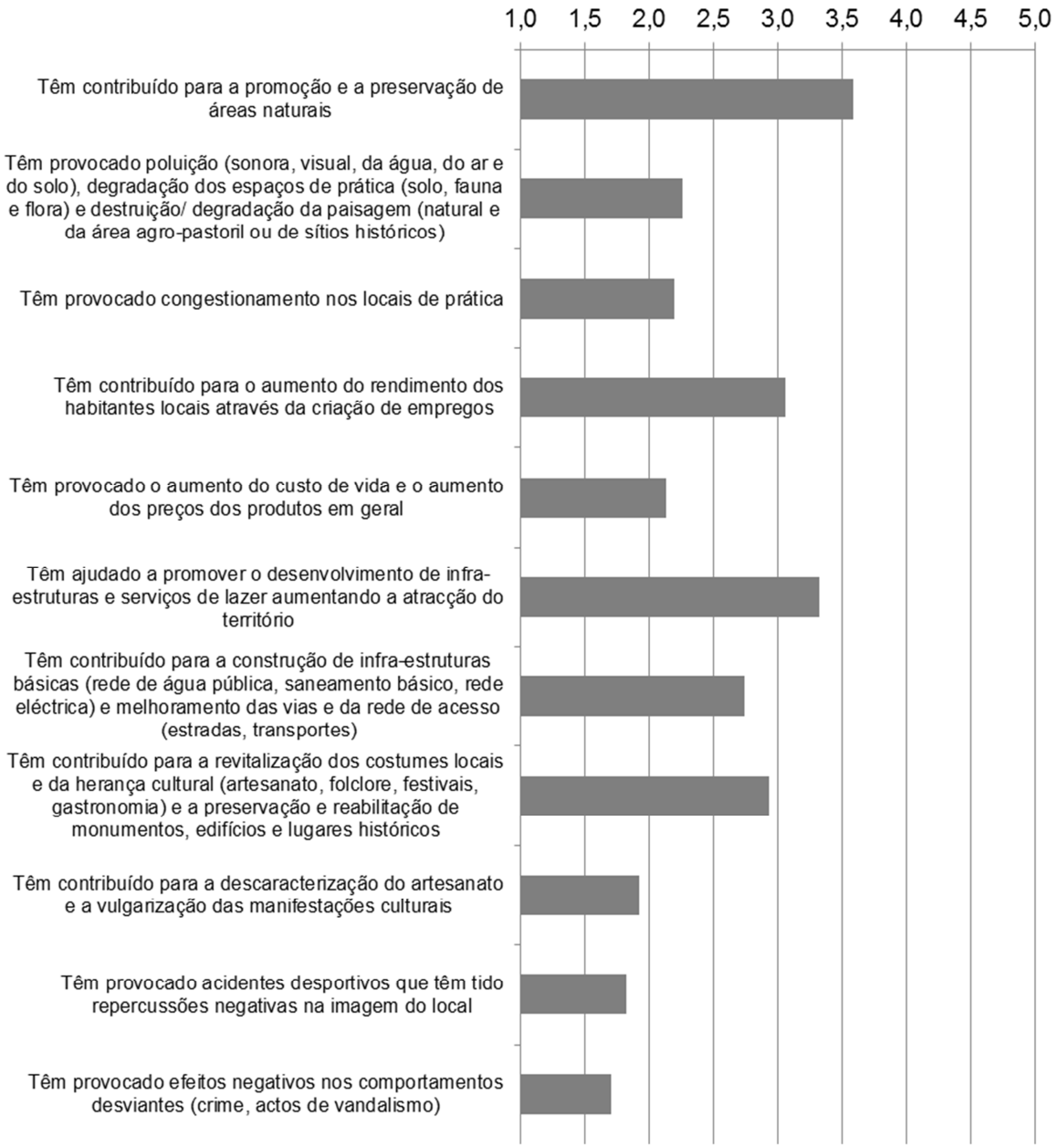


Gráfico 32. Classificação média da repercussão dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais) no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Na dimensão ambiental (ver Gráfico 33), 90,2% dos indivíduos classificam os Desportos de Natureza como tendo um contributo importante para a promoção da protecção das áreas naturais, dos quais 16,7% referem que esse contributo tem sido totalmente relevante, 37,3% consideram o contributo como muito relevante, e 36,2% como relevante. Apenas 2,2% consideram o contributo dos Desportos de Natureza neste impacto como pouco relevante, e 7,6% como irrelevante. Por outro lado, a maioria dos indivíduos (63,2%) refere que os Desportos de Natureza têm tido um contributo pouco significativo para a poluição e degradação das áreas naturais, já que 26,4% consideram o seu contributo como irrelevante, e 36,8% como pouco relevante. A maioria dos praticantes também considera que os destinos de prática dos Desportos de Natureza não têm atingido um congestionamento acentuado, já que 25,9% consideram a repercussão deste impacto como irrelevante, 40% como pouco relevante, e apenas 24,7% o consideram como relevante.

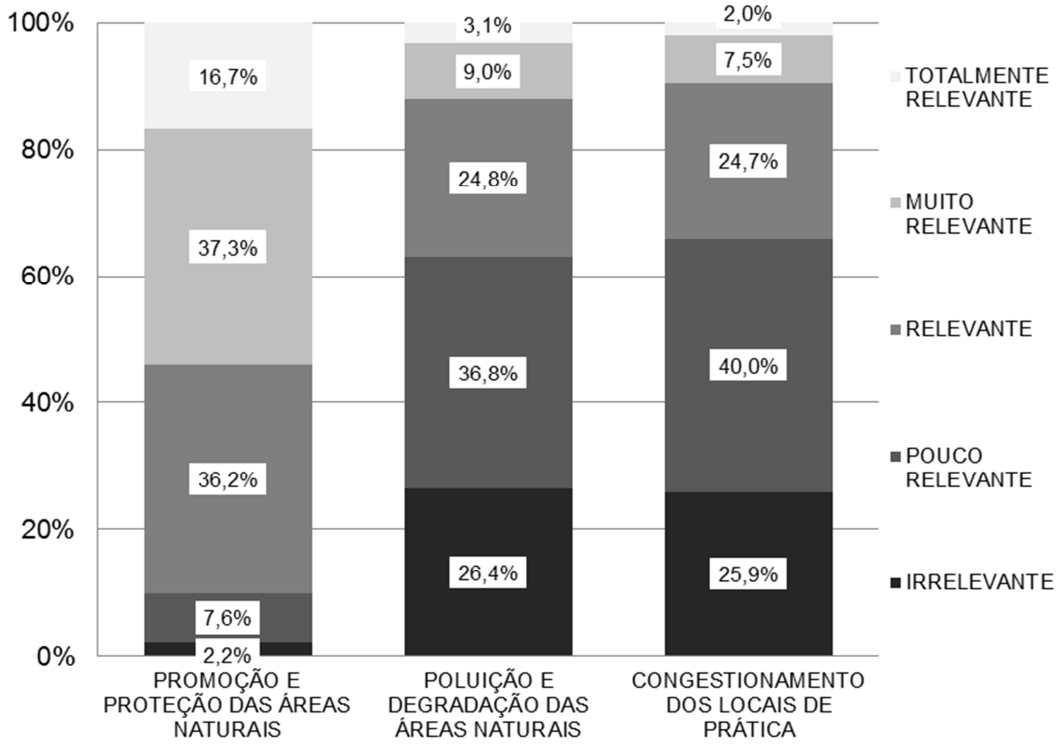


Gráfico 33. Classificação da repercussão dos impactos ambientais no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

No que diz respeito aos impactos económicos (ver Gráfico 34), a maioria dos indivíduos inquiridos refere que os Desportos de Natureza têm um contributo relevante (39,1%), ou muito relevante (23,5%), no que diz respeito ao aumento do rendimento dos habitantes locais através da criação de empregos. Em relação aos

impactos negativos, a maioria refere que os Desportos de Natureza têm tido um contributo pouco relevante (39,8%) ou irrelevante (29%) relativamente ao aumento do custo de vida dos habitantes locais. Ainda na dimensão económica (positiva), a maioria dos inquiridos consideram que os Desportos de Natureza têm tido um contributo relevante (39,3%), muito relevante (30,8), ou totalmente relevante (12,3%) para o desenvolvimento de infra-estruturas de lazer e serviços que promovem a atractividade do território.

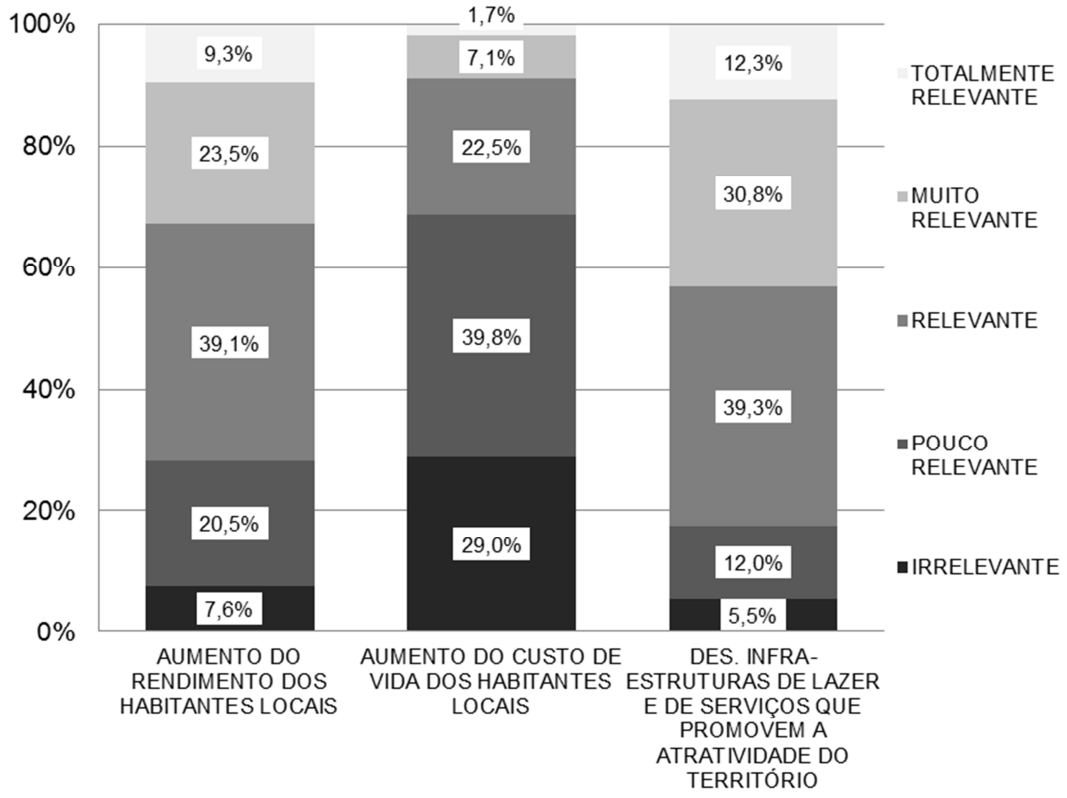


Gráfico 34. Classificação da repercussão dos impactos económicos no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Quanto aos impactos socioculturais (ver Gráfico 35), 33,1% dos inquiridos classificam os Desportos de Natureza como tendo um contributo relevante para o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e melhoramento das estradas e vias de acesso, enquanto 18,2% classificam a repercussão deste impacto como muito relevante. No mesmo sentido é classificado o contributo que as práticas dos Desportos de Natureza têm tido para a revitalização da cultura local nos destinos de prática, já que a repercussão deste impacto é classificada maioritariamente como relevante (36,9%) ou como muito relevante (21,1%). Pelo contrário, a maioria dos indivíduos inquiridos consideram que os Desportos de Natureza têm apresentado

um contributo irrelevante (39%) ou pouco relevante (37,7%) para a descaracterização do artesanato e vulgarização da cultura local. A maioria também considera irrelevante (43,3%), ou pouco relevante (38,1%), a possibilidade dos Desportos de Natureza provocarem acidentes e terem promovido uma imagem negativa do território. A maioria aponta ainda que os Desportos de Natureza não têm trazido efeitos negativos nos comportamentos desviantes (crime, actos de vandalismo, etc.), já que 54,5% apontam este impacto como irrelevante, e 27,4% como pouco relevante.

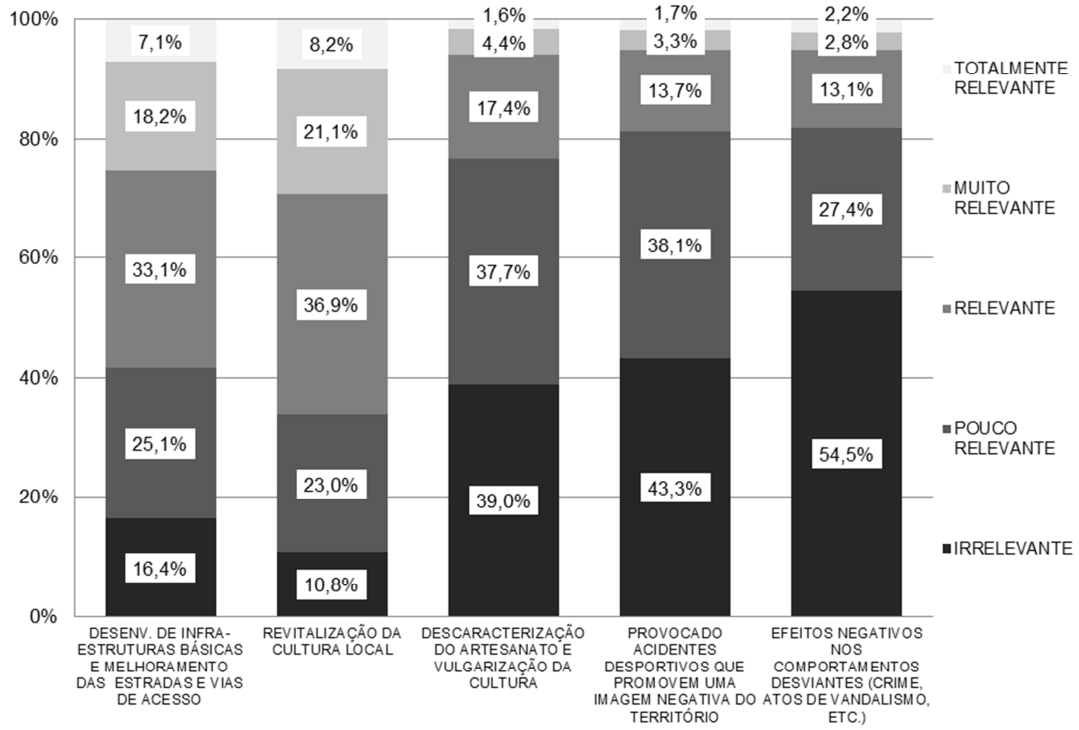


Gráfico 35. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais no desenvolvimento local por parte dos praticantes dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise das respostas sobre os comportamentos dos praticantes dos Desportos de Natureza nos locais das práticas indica que na generalidade os indivíduos apresentam um comportamento positivo em relação aos itens apresentados, tal como se mostra na Tabela 76. Na dimensão ambiental, a grande maioria dos indivíduos inquiridos incentiva as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza (69,6%); recolhem o próprio lixo (98,8%); sensibilizam os outros praticantes para a ecologia e a protecção da natureza (80,4%); cumprem as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora (98,4%). Por outro lado, uma minoria refere que contribui financeiramente

para a protecção ambiental local (26,7%). Cerca de metade dos inquiridos refere que geralmente recolhe o lixo abandonado nos locais de prática (54,9%); e denunciam práticas incorrectas ou atentados contra a natureza (56,8%). Os dados dos comportamentos dos inquiridos na dimensão económica revelam que a maioria dos indivíduos adquire/consume produtos tradicionais da região (artesanato regional, doçaria regional, etc.) (83,3%); e que 61,3% dos indivíduos geralmente procuram serviços que incluam o trabalho de habitantes locais. Já na dimensão sociocultural, os dados mostram que a grande maioria dos praticantes geralmente cumprimenta os habitantes locais (95,7%), participa nas actividades e nos eventos culturais locais (68%), utiliza as instalações e os espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas, etc.) (64%), e fala com os habitantes sobre a cultura local (73,3%). Cerca de metade dos inquiridos refere que geralmente incentiva os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza (54,4%).

Tabela 76. Comportamentos dos praticantes dos Desportos de Natureza nos locais de prática

Comportamentos	Sim		Não	
	N	%	N	%
Cumprimento os habitantes locais	1077	95,7	49	4,4
Participo nas actividades e nos eventos culturais locais	766	68,0	360	32,0
Utilizo as instalações e os espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas, etc.)	721	64,0	405	36,0
Falo com os habitantes sobre a cultura local	825	73,3	301	26,7
Incentivo os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza	615	54,6	511	45,4
Incentivo as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza	784	69,6	342	30,4
Recolho o meu próprio lixo	1112	98,8	14	1,2
Recolho o lixo abandonado nos locais de prática	618	54,9	508	45,1
Utilizo produtos reutilizáveis	892	79,2	234	20,8
Sensibilizo os outros praticantes para a ecologia e protecção da natureza	905	80,4	221	19,6
Cumpro as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora	1108	98,4	18	1,6
Contribuo financeiramente para a protecção ambiental local	301	26,7	825	73,3
Denuncio práticas incorrectas ou atentados contra a natureza	639	56,8	487	43,3
Adquiro/consumo produtos tradicionais da região (artesanato regional, doçaria regional, etc.)	938	83,3	188	16,7
Procuro serviços que incluam o trabalho de habitantes locais	690	61,3	436	38,7

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A criação de um índice dos comportamentos sustentáveis nos locais de destino das práticas permite comparar os diversos praticantes. O índice é efectuado através da soma das respostas nos comportamentos. A cada resposta afirmativa foi atribuído um ponto, e às respostas negativas foi atribuído o valor zero. A soma de todos os comportamentos atribuiu um valor de 0 a 15 pontos (número total de comportamentos). Esse valor final foi multiplicado por 100, e o resultado dessa multiplicação dividida por 15 (número total de comportamentos). O valor proveniente dessa operação resultou num índice de comportamentos sustentáveis numa escala de 0 a 100 pontos. Assim, o índice médio dos indivíduos inquiridos é de 71 pontos.

Ao se comparar o índice de comportamentos sustentáveis pelos praticantes das diversas actividades praticadas (com maior frequência) verifica-se que os praticantes de voo livre (80) e de *rafting* (80) são os grupos de praticantes que apresentam os maiores índices de comportamento sustentável. Ainda acima da média situam-se os praticantes de *canyoning* (78,5), mergulho (76,7), montanhismo (76,1), espeleologia (75,7), canoagem (73,4), escalada (71,6), tiro com arco e/ou besta (71,4), e BTT (71,3). Os grupos que obtiveram piores índices foram os praticantes de *skimboard* (54,4) e *snowboard* (54,4). Todas as outras práticas obtiveram também um índice abaixo da média, como se pode ver na Tabela 77.

Tabela 77. Índice de comportamentos sustentáveis.

Actividades	**Actividades Equestres**	***Bodyboard***	**BTT**	**Canoagem**	***Canyoning***	**Escalada**
Índice de comportamentos sustentáveis	66,7	68,8	71,3	73,4	78,5	71,6
Actividades	**Espeleologia**	**Esqui**	***Kitesurf***	**Mergulho**	**Montanhismo**	**Orientação**
Índice de comportamentos sustentáveis	75,7	68,3	70,8	76,7	76,1	70,3
Actividades	**Pedestrianismo**	***Rafting***	**Remo**	***Skimboard***	***Snowboard***	***Surf***
Índice de comportamentos sustentáveis	70,9	80	62,1	54,4	54,4	67,7
Actividades	**Tiro com Arco e/ou Besta**	**Vela**	**Voo livre**	***Windsurf***	**Multiactividades**	**Outras**
Índice de comportamentos sustentáveis	71,4	75,6	80	64,5	63	68,8
Média do índice de comportamentos sustentáveis						**71**

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Destes dados deve-se salientar, no entanto, que algumas actividades apresentam poucas respostas e portanto não podem ser consideradas como relevantes. Nesse sentido, o Gráfico 36 apresenta o índice das 9 actividades onde se obtiveram mais respostas (como actividade mais frequente). O índice faz reflectir as características de cada uma das actividades, mas também o perfil dos praticantes de cada actividade.

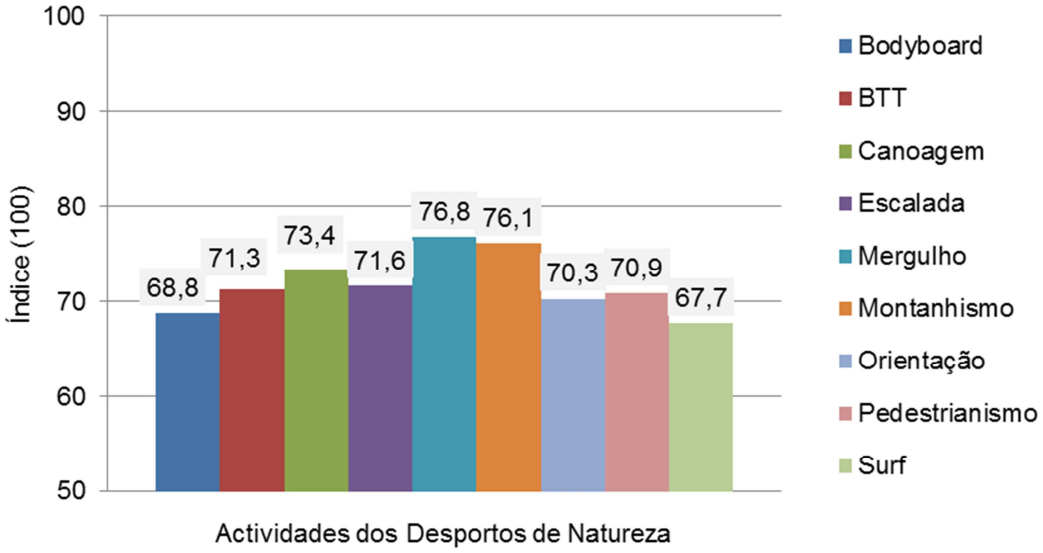


Gráfico 36. Índice de comportamentos sustentáveis.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise do índice de comportamentos sustentáveis pelo sexo indica que os homens (72,9) apresentam um índice superior às mulheres (67,2). Se fizermos a análise do índice comportamental sustentável por idade (ver Gráfico 37), verifica-se que com o avançar da idade decorre uma tendência para aumentar o índice, reflectindo uma crescente consciencialização dos impactos.

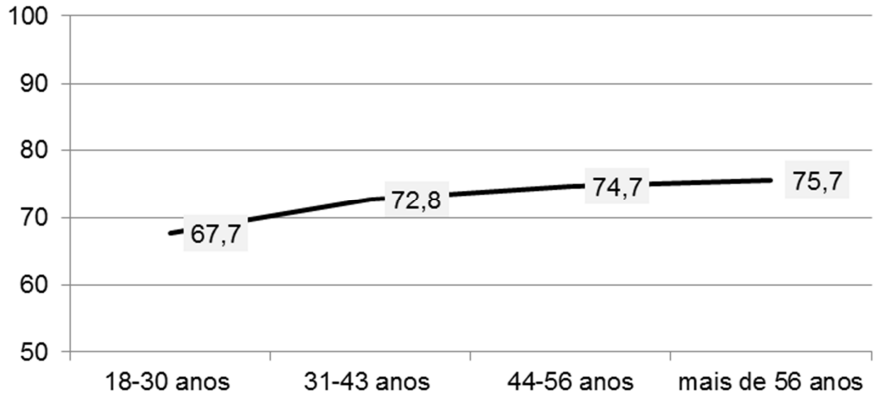


Gráfico 37. Índice de comportamentos sustentáveis por idade.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A relação entre os Desportos de Natureza e o turismo é evidente, e os impactos económicos gerados por estas actividades são perceptíveis para os praticantes, tal como demonstram os resultados. Denota-se que para realizar os Desportos de Natureza é efectuada uma viagem, muitas das vezes para locais fora da área de residência (longe dos centros urbanos), especialmente tendo como destino espaços naturais e zonas rurais. A esta deslocação está normalmente associado um consumo turístico (alojamento, alimentação, compra de serviços e equipamentos, etc.). A este respeito, a maioria (76,1%) dos inquiridos referem que se desloca, por norma, em viatura própria ou de amigos para os locais de prática, tal como se pode observar no Gráfico 38.

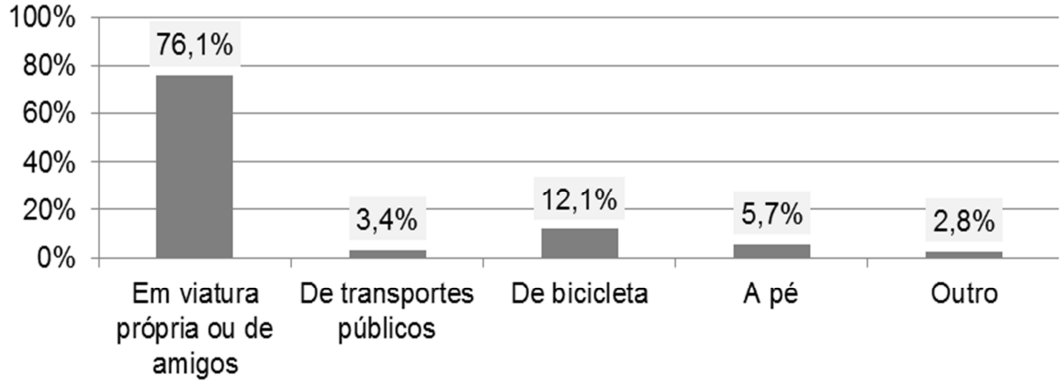


Gráfico 38. Forma de deslocação para os locais de prática.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise da forma de deslocação pelas diversas actividades dos Desportos de Natureza apresenta diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050). Ao analisar as nove actividades onde se verificaram mais respostas, denota-se que os praticantes de BTT em muitos dos casos (46,5%) saem de casa de bicicleta para praticar, evidenciando-se portanto uma maior tendência para o uso da bicicleta (RAE = 19,2). Nas actividades onde se necessita de transportar os equipamentos para os locais de prática, como o mergulho (92,7%), o *surf* (100%) e o *bodyboard* (88,9%), evidencia-se uma maior tendência para o uso do automóvel (próprio ou de amigos). Os praticantes de montanhismo (90,3%), de escalada (86%) e de canoagem (79,3%) também recorrem principalmente à viatura própria ou de amigos para se deslocarem para os locais de prática. Os praticantes de orientação por praticarem maioritariamente no âmbito de clubes desportivos, apresentam uma maior predisposição para se deslocarem em transporte do clube (RAE = 7,8).

Em relação às refeições (ver Gráfico 39), 48,7% referem que geralmente leva os alimentos de casa e faz um piquenique, o que indica que os praticantes não consideram a alimentação, em especial a restauração, como uma componente importante no desenvolvimento das práticas dos Desportos de Natureza.

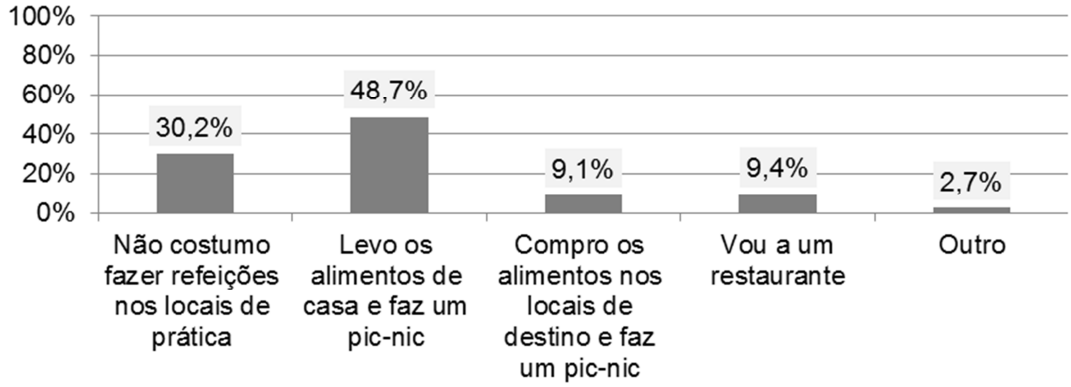


Gráfico 39. Forma de realizar as refeições nos locais de prática.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

A análise à forma de realizar as refeições nos locais de prática pelas diversas actividades dos Desportos de Natureza (ver Gráfico 40) evidencia diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050). Ao analisar as nove actividades onde se verificaram mais respostas, verifica-se que os praticantes de BTT (RAE = 6,7), de *surf* (RAE = 2,0) e de *bodyboard* (RAE = 3,5) apresentam uma maior tendência para não fazerem refeições nos locais de prática do que as restantes. Os praticantes de pedestrianismo (RAE = 4,8), e de montanhismo (RAE = 4,1) apresentam uma maior tendência para levarem os alimentos de casa e fazerem um piquenique. Por outro lado, os praticantes de mergulho (RAE = 3,3), e os de orientação (RAE = 3,8), apresentam uma maior predisposição, do que os restantes, para irem a um restaurante.

Relativamente à pernoita, 29,5% referem que não costumam pernoitar quando realizam Desportos de Natureza, e 37,6% pernoitam poucas das vezes que vão praticar (1 a 25% das vezes), como se pode observar no Gráfico 40. Dos indivíduos que já pernoitaram no âmbito da prática dos Desportos de Natureza (70,5%), 27,4% optam pelo parque de campismo, 23,7% por estabelecimentos hoteleiros, 19% por alojamento local e 19% por outras situações (por exemplo no carro), tal como se mostra no Gráfico 41. Os resultados evidenciam que, de modo geral, os praticantes dos Desportos de Natureza não têm tendência a pernoitar frequentemente no local da prática, e que quando pernoitam procuram as soluções

de alojamento mais baratas. Daí resultará uma pequena contribuição para o desenvolvimento económico local.

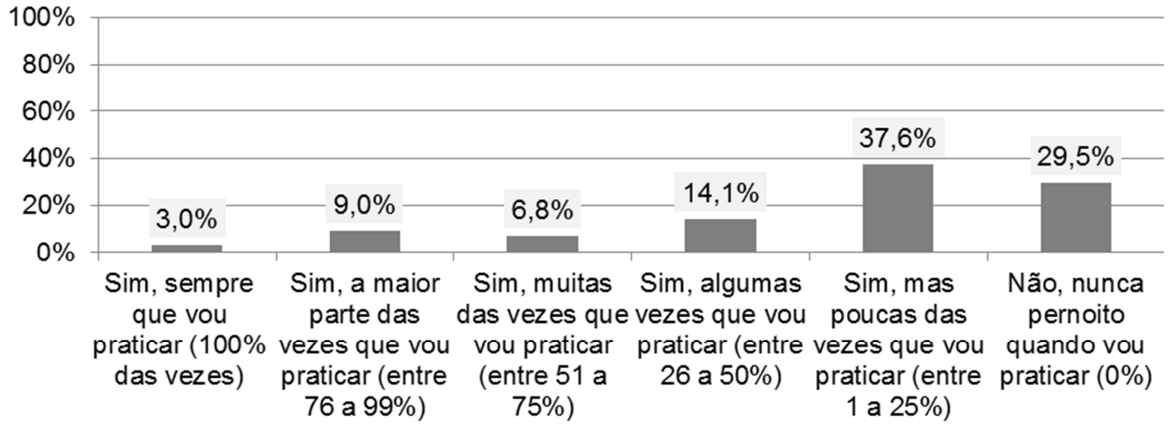


Gráfico 40. Percentagem de vezes que os praticantes pernoitaram quando praticaram Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

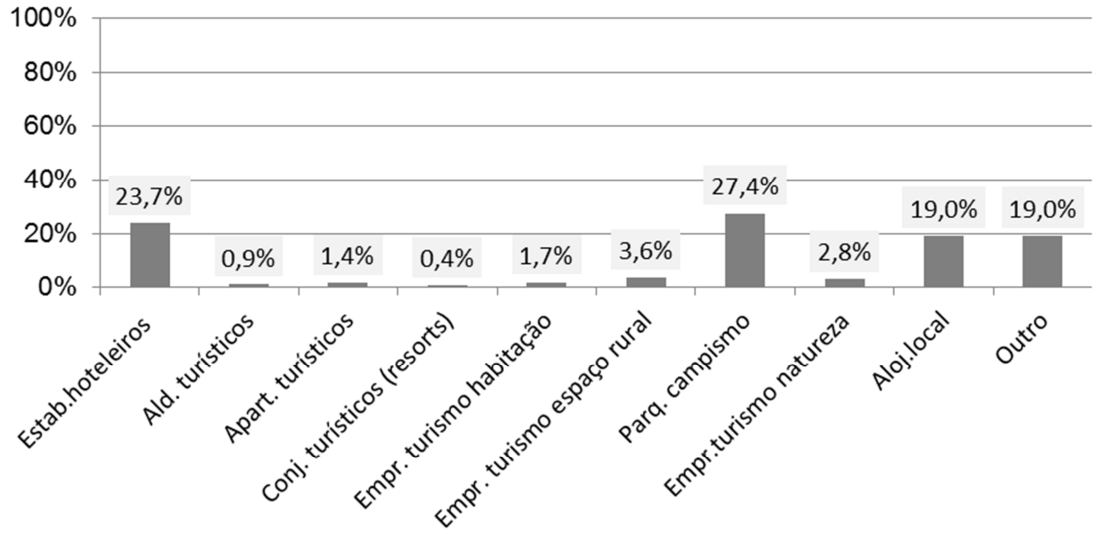


Gráfico 41. Tipologia de alojamento utilizado pelos praticantes quando pernoitaram para realizar Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Em relação às rubricas de despesas com a prática dos Desportos de Natureza (ver Gráfico 42), as despesas com deslocação (79%) são as consideradas pelo maior número de inquiridos, seguida das despesas com aquisição de material e equipamentos desportivos (77,8%). Por outro lado, as despesas com agências de viagens (9,8%) e outras (1,6%) foram as apontadas por menos indivíduos.

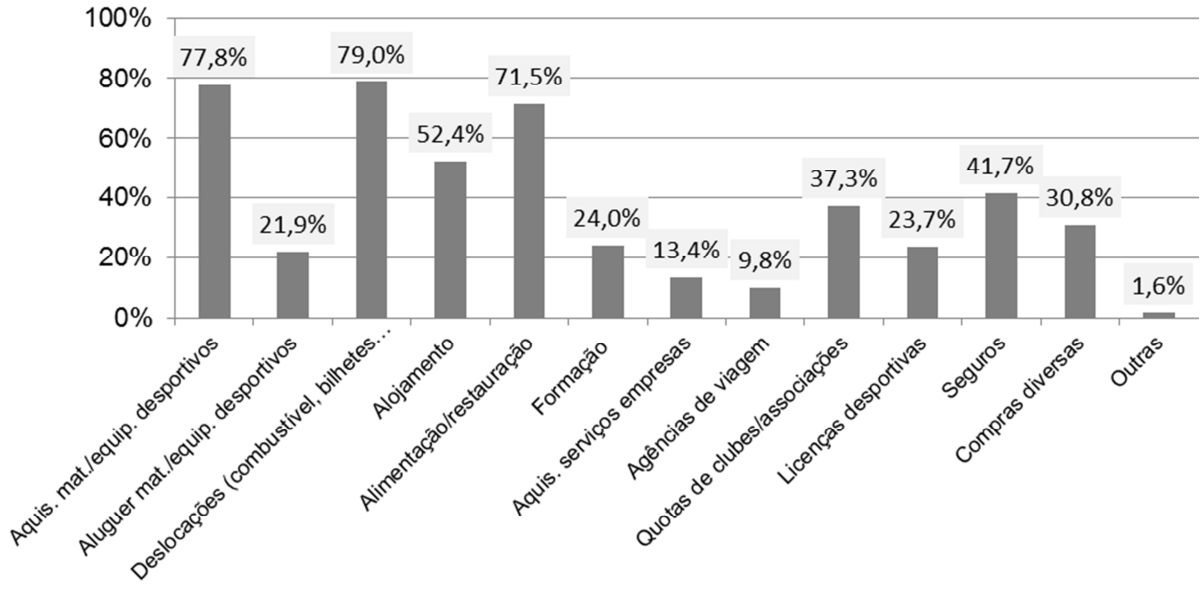


Gráfico 42. Rubrica de despesas efectuadas pelos praticantes para realizar Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Das despesas consideradas, as que se apresentam como mais frequentes nos locais de prática (ver Gráfico 43) são a alimentação/restauração (54,6%), o alojamento (41,6%), e as deslocações (37,6%). A aquisição (19,5%) e o aluguer (19,1%) de material nos locais de prática são despesas também consideradas por um elevado número de praticantes.

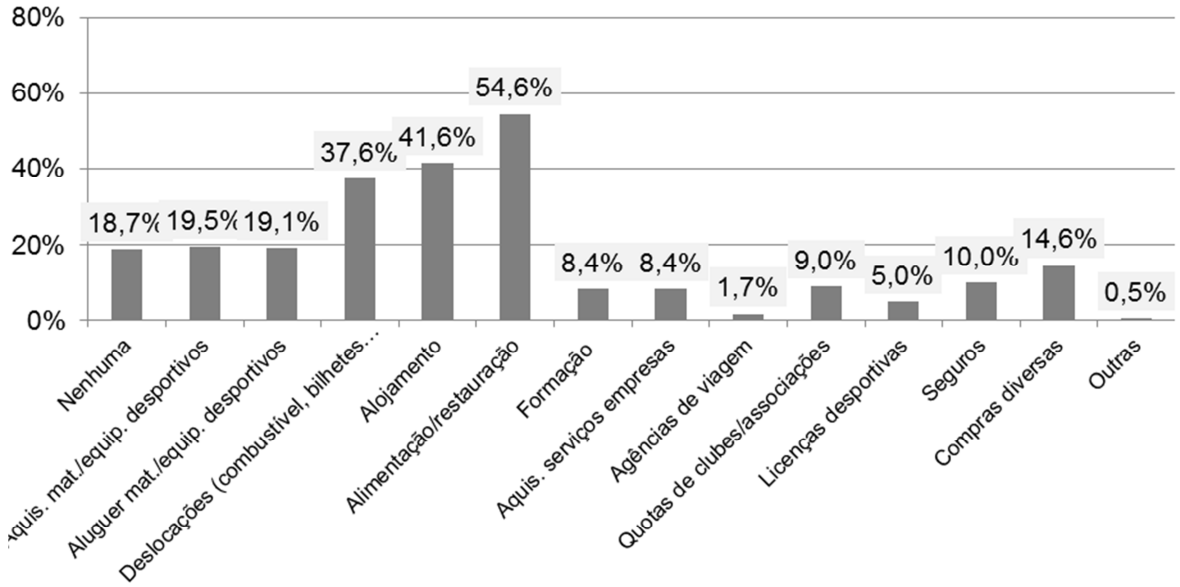


Gráfico 43. Rubrica de despesas efectuadas pelos praticantes para realizar Desportos de Natureza nos locais de prática.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Tendo por base a hierarquização das três principais rubricas de despesas consideradas pelos praticantes, pretendeu-se estabelecer uma hierarquia das rubricas de despesa com as práticas dos Desportos de Natureza (ver Tabela 78). Para estabelecer essa hierarquia recorreu-se à fórmula [(R1*3)+(R2*2)+(R3*1)]/6, em que: R1 = % de resposta na principal rubrica de despesa, R2 = % de resposta na segunda principal rubrica de despesa, e R3 = % de resposta na terceira principal rubrica de despesa; 3, 2, 1 correspondem às ponderações atribuídas respectivamente à primeira, segunda e terceira rubrica com maior dispêndio, e 6 à soma das ponderações. Obtiveram-se os seguintes resultados:

- A aquisição de materiais/equipamentos desportivos apresenta o maior índice (0,29) do total das rubricas de despesas consideradas, inferindo-se desta forma que seja a principal rubrica de despesa, sendo que se apresenta como a primeira rubrica de despesas para 48,5% dos praticantes inquiridos, a segunda principal rubrica para 9,3%, e a terceira principal rubrica para 7,7%, constituindo-se, assim, uma das 3 principais rubricas para 65,5% dos inquiridos.

- Os custos com deslocações apresentam o segundo maior índice de despesa (0,26), situando-se como primeira rubrica para 24,2% dos inquiridos, como segunda principal rubrica para 36,1%, e como terceira principal rubrica para 12,1%, constituindo assim uma das 3 principais rubricas para 72,4% dos inquiridos.

- A alimentação/restauração apresenta o terceiro maior índice de despesa (0,13), situando-se como primeira rubrica para 3,8% dos inquiridos, como segunda principal rubrica para 19,4%, e como terceira principal rubrica para 28,9%, constituindo assim uma das 3 principais rubricas para 52,1% dos inquiridos.

- O alojamento apresenta o quarto maior índice de despesa (0,12), situando-se como primeira rubrica para 11% dos inquiridos, como segunda principal rubrica para 14,1%, e como terceira principal rubrica para 12,8%, constituindo assim uma das 3 principais rubricas para 37,9% dos inquiridos.

Destes resultados salienta-se que as principais rubricas de despesas são associadas às questões básicas para o desenvolvimento das actividades: em primeiro lugar a necessidade de possuir equipamento para a prática; em segundo lugar a necessidade de realizar uma deslocação para os locais de prática; e em terceiro lugar a alimentação (que é uma das mais básicas necessidades do Homem). Como na maioria das vezes não existe a pernoita, o alojamento aparece apenas em quarto lugar.

Os dados sugerem também que a maioria dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos sejam bastante autónomos, não necessitando de uma grande mediação, a julgar pelo baixo número de praticantes filiados em clubes/associações (pagamento de quotas), que recorrem a serviços das empresas (de animação turística, entre outras), e a agências de viagem. Outro dado que comprova esta autonomia é a posse/compra de equipamento próprio, que possibilita essa independência da prática. A autonomia é de resto uma das tendências da sociedade pós-moderna, que se reflecte nas práticas desportivas de lazer e turísticas de forma geral, e em particular nos Desportos de Natureza. Não é alheio a este fenómeno o surgimento de um mercado de comércio de equipamentos cada vez maior, e com uma progressão regular de 15% a 20% ao ano (Bessy & Naria, 2005). Neste sentido, e como já Corneloup (2005) tinha afirmado, verifica-se que os principais beneficiários deste mercado (dos Desportos de Natureza) são os fabricantes e os vendedores de equipamentos e de materiais.

Tabela 78. Hierarquização das principais rubricas de despesas dos praticantes com os Desportos de Natureza

	1º		2º		3º		Total		
Rubricas de despesa	N	%	N	%	N	%	N	%	Índice
Aquisição de materiais/ equipamentos desportivos	546	48,5%	101	9,3%	82	7,7%	729	65,5%	0,29
Deslocações (combustível, bilhetes para transportes públicos, etc.)	272	24,2%	393	36,1%	129	12,1%	794	72,4%	0,26
Alimentação/restauração	43	3,8%	211	19,4%	308	28,9%	562	52,1%	0,13
Alojamento	124	11,0%	154	14,1%	136	12,8%	414	37,9%	0,12
Compras diversas	13	1,2%	43	3,9%	103	9,7%	159	14,8%	0,04
Aluguer de materiais/ equipamentos desportivos	42	3,7%	47	4,3%	42	3,9%	131	12,0%	0,04
Formação	15	1,3%	26	2,4%	49	4,6%	90	8,3%	0,02
Aquisição de serviços de empresas	19	1,7%	19	1,7%	18	1,7%	56	5,1%	0,02
Quotas de clubes/associações	13	1,2%	33	3,0%	50	4,7%	96	8,9%	0,02
Seguros	5	0,4%	28	2,6%	61	5,7%	94	8,7%	0,02
Agências de viagem	15	1,3%	14	1,3%	16	1,5%	45	4,1%	0,01
Licenças desportivas	6	0,5%	14	1,3%	32	3,0%	52	4,8%	0,01
Outras	12	1,1%	7	0,6%	39	3,7%	58	5,4%	0,01

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Um grande número de indivíduos inquiridos (34,5%) refere que gastou entre 100 a 500 euros com a prática dos Desportos de Natureza, no ano de 2010, e 19,5% refere que gastou entre 501 a 1000 euros, tal como se mostra no Gráfico 44.

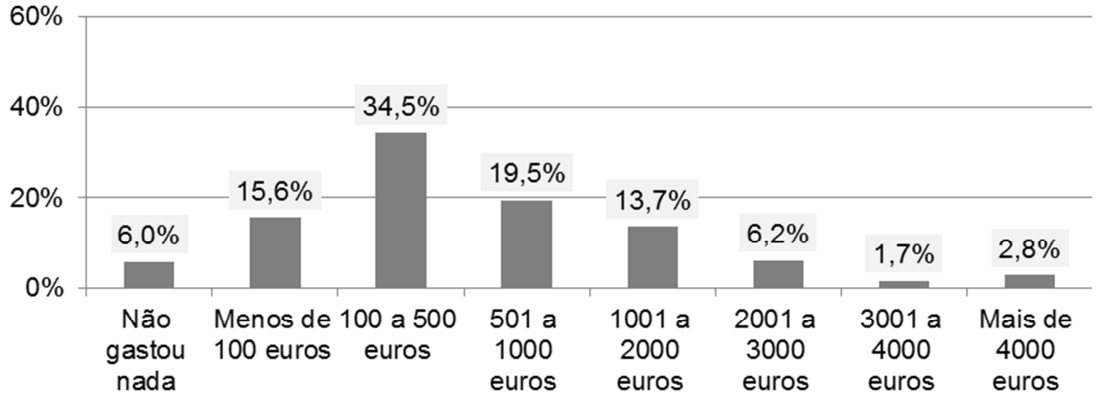


Gráfico 44. Valor dos gastos com os Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Do total de gastos com as práticas de Desportos de Natureza, 25,3% dos inquiridos refere que mais de metade é despendida nos locais de prática, enquanto 26,4% dos inquiridos despende um valor entre os 26 a 50%. Salientam-se ainda 8,8% que indica que não efectua qualquer gasto nos locais de prática.

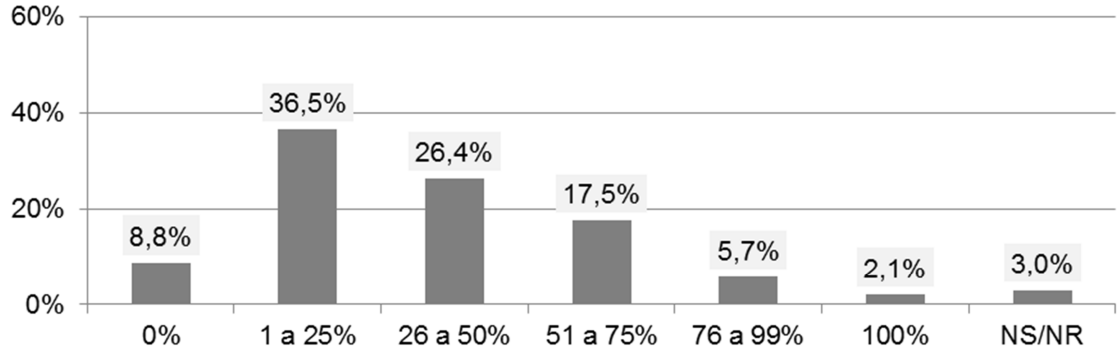


Gráfico 45. Percentagem dos gastos despendidos com os Desportos de Natureza nos locais das práticas.
Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

Destes resultados verificam-se algumas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade (*p-value* ≤0,000). Verifica-se uma maior predisposição do grupo de idade mais jovem para não gastarem nada com a prática dos Desportos de Natureza (RAE = 6,7), ou gastarem menos de 100 euros (RAE = 5,5), e uma tendência negativa nos restantes intervalos de valores de despesa, comparativamente com os restantes grupos. Nos dois grupos de idade seguintes (31-43 anos e 44-56 anos) evidencia-se uma tendência negativa para não gastar

nada (RAE = -4,6 e RAE = -20, respectivamente) e para gastar menos de 100 euros (RAE = -2,8 e RAE = -3,7, respectivamente), notando-se inclusivamente uma predisposição positiva no grupo dos 31-43 anos para despender mais de 2000 euros (RAE = 2,1). Também ao nível da percentagem das despesas locais, o grupo dos 31-43 anos apresenta uma maior predisposição do que os restantes grupos para despender uma maior percentagem nos locais das práticas (acima de 50%) (RAE = 2,0), enquanto os praticantes jovens que apresentam gastos com os Desportos de Natureza (18-31 anos), apresentam uma menor predisposição para o dispêndio nos locais das práticas (RAE = -2,5), e uma maior predisposição para não ter consumo/dispêndio local (RAE = 2,4).

A análise comparativa por sexo revela que os homens apresentam uma maior predisposição do que as mulheres para terem dispêndios superiores, o que em parte pode ser explicado pelo facto da amostra feminina ser mais jovem e estudante, e por isso com menor capacidade financeira. Em relação à percentagem das despesas nos locais de prática, não se evidenciam diferenças estatisticamente significativas.

A análise do valor das despesas por actividade dos Desportos de Natureza mostra também diferenças estatisticamente significativas (*p-value* <0,050). Salienta-se a actividade de pedestrianismo, cujos praticantes apresentam uma maior predisposição para um dispêndio inferior a 100 euros (RAE = 3,9), e menor para um dispêndio superior a 2000 euros (RAE = -3,4). Por outro lado, os praticantes de mergulho apresentam uma maior predisposição do que os restantes para um dispêndio acima dos 2000 euros (RAE = 5,4).

Recorrendo às estatísticas do turismo (Turismo de Portugal, 2010), verifica-se que os turistas portugueses gastaram em média, no ano de 2010, €40,12 por dia em viagens, cujo motivo foi lazer, recreio e férias, com uma duração média de 5,4 dias, o que perfaz um valor médio de €216,65/pessoa por ano. Comparando esses valores com os gastos dos praticantes inquiridos com a prática dos Desportos de Natureza, 43,9% indicou que o seu agregado familiar gastou mais do que esse valor (mais de 500 euros), e 34,5% indica gastos nesse intervalo de valores (100 a 500 euros). Apesar destes valores incluírem gastos com outros membros do agregado familiar, a maioria dos inquiridos são solteiros e sem encargos familiares, pelo que se infere que os gastos apresentados possam representar os gastos individuais. De acordo, as actividades dos Desportos de Natureza representam um valor significativo de consumo no lazer turístico.

Se tivermos em consideração os valores despendidos e as correspondentes percentagens gastas nos locais das práticas, verificamos que aproximadamente metade dos praticantes indica gastar menos de metade do total das despesas nos locais. Estes resultados sugerem que o contributo para o desenvolvimento local está aquém do possível. Isto prende-se por exemplo com o facto de as práticas serem geralmente de proximidade, exigindo deslocações curtas, e não exigirem a pernoita. Também ao nível da alimentação, por norma, os praticantes levam os alimentos de casa e fazem um piquenique, não tendo um grande consumo nesta rubrica.

5.4.3. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS E DOS COMPORTAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA NOS LOCAIS DE PRÁTICA

Os dirigentes das OPDN, de forma geral, também classificam os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) que decorrem nos locais de destino causados pela prática dos Desportos de Natureza, como positivos.

Na dimensão ambiental (ver Gráfico 46), a percepção geral destes impactos é maioritariamente percebida como neutra (42,8%) ou positiva (48,8%) - sendo que 28,3% classificam-no como positivo, e 20,5% como muito positivo.

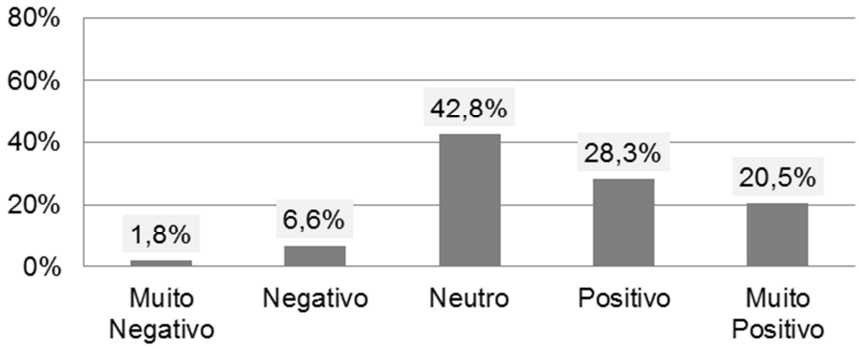


Gráfico 46. Percepção dos impactos ambientais por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Relativamente aos três impactos ambientais classificados (Gráfico 47), 89,7% dos dirigentes inquiridos classificam os Desportos de Natureza como tendo um contributo importante para a promoção da protecção das áreas naturais, dos quais 18,7% consideram como totalmente relevante, 35,5% referem que esse contributo é muito relevante e 35,5% consideram-no como relevante. Apenas 7,8% consideram o contributo dos Desportos de Natureza para este impacto como pouco relevante, e

2,4% como irrelevante. Por outro lado, a maioria dos indivíduos (79,5%) refere que os Desportos de Natureza não têm um contributo significativo para a poluição e degradação das áreas naturais, sendo que 45,8% o consideram irrelevante, e 33,7% como pouco relevante. A maioria dos dirigentes das OPDN também considera irrelevante (41,0%) ou pouco relevante (34,3%) o contributo dos Desportos de Natureza para o congestionamento dos locais de prática.

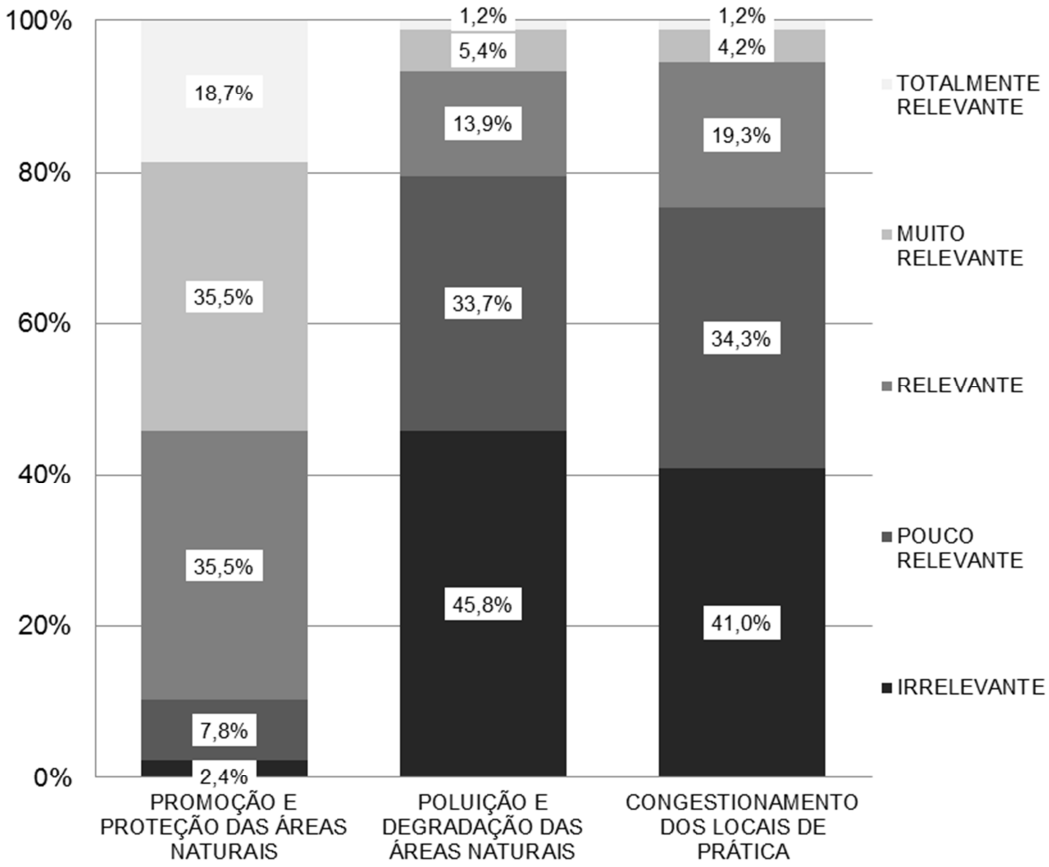


Gráfico 47. Classificação da repercussão dos impactos ambientais no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A análise comparativa entre os diferentes tipos de OPDN (ver Tabela 79) revela que, de forma geral, as empresas apresentam uma percepção mais positiva nesta dimensão do que as restantes tipologias de organizações. Em relação aos três tipos de impactos, os clubes desportivos apresentam uma percepção superior às restantes organizações, nos impactos positivos, enquanto nos impactos negativos são as empresas que apresentam a percepção mais elevada.

Tabela 79. Classificação da repercussão dos impactos ambientais percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Dimensão ambiental	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Impacto ambiental geral	3,7	1	3,5	1	3,3	1,3	3,5	0,9	3,6	1
Tipos de Impactos										
Têm contribuído para a promoção e a preservação de áreas naturais	3,7	1,0	3,8	1,1	3,3	0,5	3,4	0,9	3,6	1,0
Têm provocado poluição (sonora, visual, da água, do ar e do solo), degradação dos espaços de prática (solo, fauna e flora) e destruição/ degradação da paisagem (natural e da área agro-pastoril ou de sítios históricos)	1,9	0,9	1,7	0,8	1,8	1,0	1,9	1,1	1,8	1,0
Têm provocado congestionamento nos locais de prática	2,1	1,0	1,7	0,8	1,8	1,0	1,8	0,9	1,9	0,9

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Na dimensão económica (ver Gráfico 48), a maioria dos dirigentes (88,5%) também considera que as práticas dos Desportos de Natureza têm um impacto positivo nos locais das práticas, sendo que 59% referem que o impacto é positivo, e 29,5% consideram-no como muito positivo.

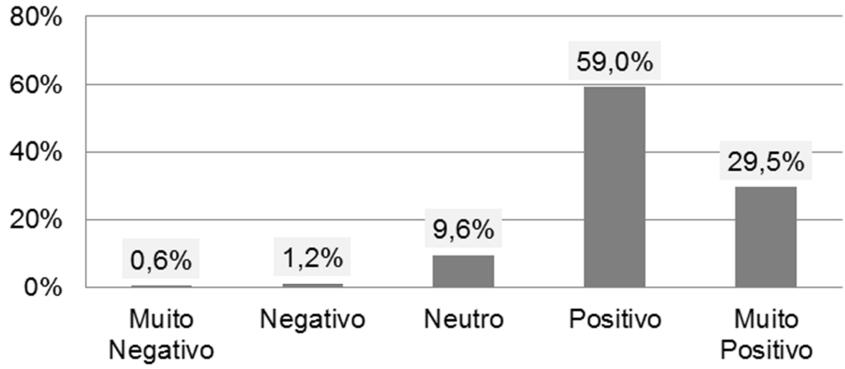


Gráfico 48. Percepção dos impactos económicos por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Analisando os diferentes impactos económicos (ver Gráfico 49), verifica-se que 36,8% dos dirigentes referem que os Desportos de Natureza têm tido um contributo relevante no que diz respeito ao aumento do rendimento dos habitantes locais (através da criação de empregos, etc.), 22,9% referem que o seu contributo tem sido muito relevante, e 3,6% referem que esse contributo tem sido totalmente relevante. Relativamente ao aumento do custo de vida dos habitantes locais, a maioria (50,6%) dos inquiridos referem que é irrelevante o contributo que os Desportos de Natureza têm tido neste impacto. Em relação ao desenvolvimento de infra-estruturas de lazer e serviços que promovem a atractividade do território, 36,1% dos inquiridos consideram que os Desportos de Natureza têm tido um contributo relevante neste impacto, 33,1% dos inquiridos classificam-no como muito relevante, e 14,5% como totalmente relevante.

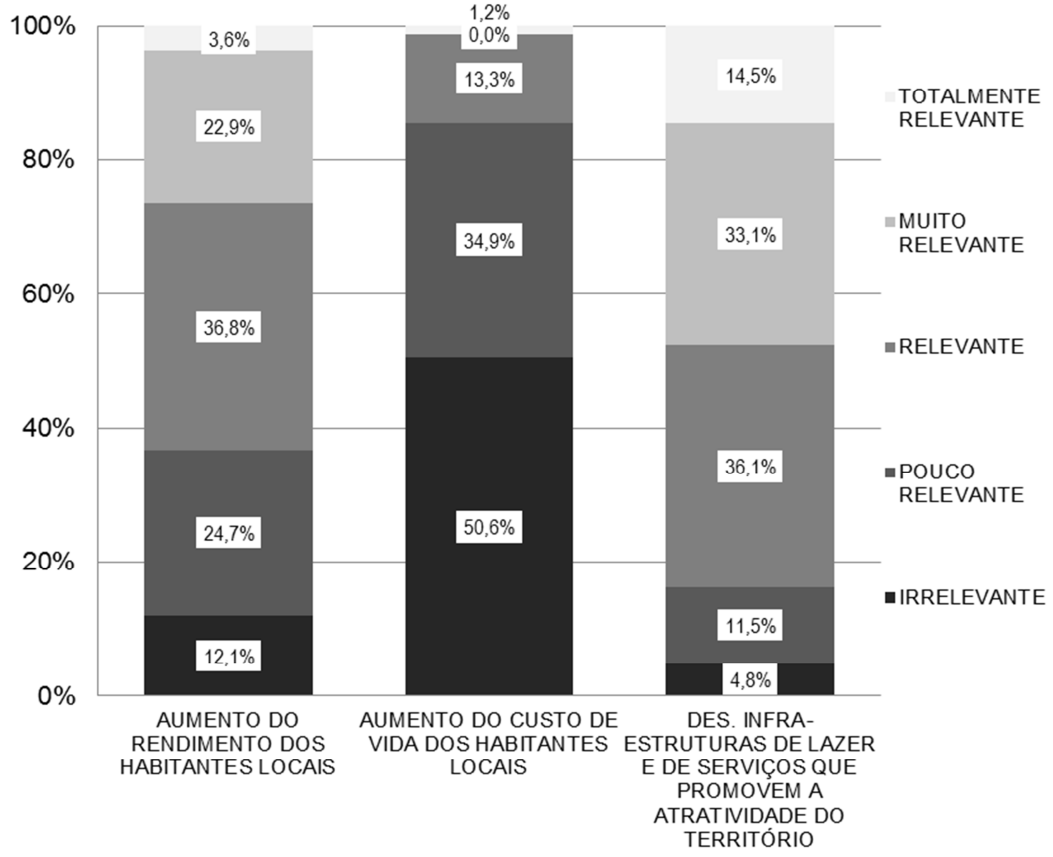


Gráfico 49. Classificação da repercussão dos impactos económicos no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A análise comparativa entre os diferentes tipos de OPDN revela que, de forma geral, as empresas apresentam uma percepção mais positiva também nesta

dimensão (económica) do que as restantes tipologias de organizações, tal como mostra na Tabela 80. Em relação aos três tipos de impactos, as empresas apresentam uma percepção superior às restantes organizações, quer nos impactos positivos quer nos negativos.

Tabela 80. Classificação da repercussão dos impactos económicos percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Dimensão económica	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Impacto económico geral	4,3	0,7	4,0	0,9	3,8	0,5	4,1	0,5	4,2	0,7
Tipos de Impactos										
Têm contribuído para o aumento do rendimento dos habitantes locais através da criação de empregos	3,1	1,1	2,3	0,9	1,5	0,6	2,8	0,9	2,8	1,0
Têm provocado o aumento do custo de vida e o aumento dos preços dos produtos em geral	1,8	0,8	1,5	0,7	1,3	0,5	1,7	0,8	1,7	0,8
Têm ajudado a promover o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de lazer aumentando a atracção do território	3,6	1,1	3,2	1,1	2,0	0,8	3,4	0,8	3,4	1,0

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

O impacto sociocultural (ver Gráfico 50) é também considerado pela grande maioria dos dirigentes inquiridos como positivo (86,7%), dos quais 53,8% consideram-no como positivo, e 33,1% como muito positivo.

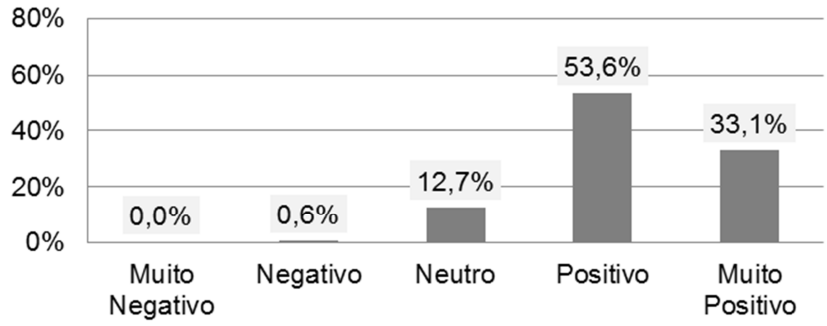


Gráfico 50. Percepção dos impactos socioculturais por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Na dimensão sociocultural (Gráfico 51), 30,1% dos dirigentes inquiridos referem que o contributo dos Desportos de Natureza para o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e melhoramento das estradas e vias de acesso tem sido irrelevante, enquanto 28,3% classificam a repercussão deste impacto como pouco relevante. O contributo que as práticas dos Desportos de Natureza têm tido para a revitalização da cultura local nos destinos de prática é classificado maioritariamente como relevante (34,9%) ou como muito relevante (20,5%). Pelo contrário, a maioria dos indivíduos inquiridos consideram que os Desportos de natureza têm apresentado um contributo irrelevante (53%) ou pouco relevante (26,5%) para a descaracterização do artesanato e vulgarização da cultura local. A maioria também considera que é irrelevante (69,3%) ou pouco relevante (23,5%) a contribuição dos Desportos de Natureza para os acidentes e para a promoção de uma imagem negativa no território. A maioria aponta ainda que os Desportos de Natureza não têm trazido efeitos negativos nos comportamentos desviantes (crime, actos de vandalismo, etc.), já 76,5% apontam este impacto como irrelevante, e 12,7% como pouco relevante.

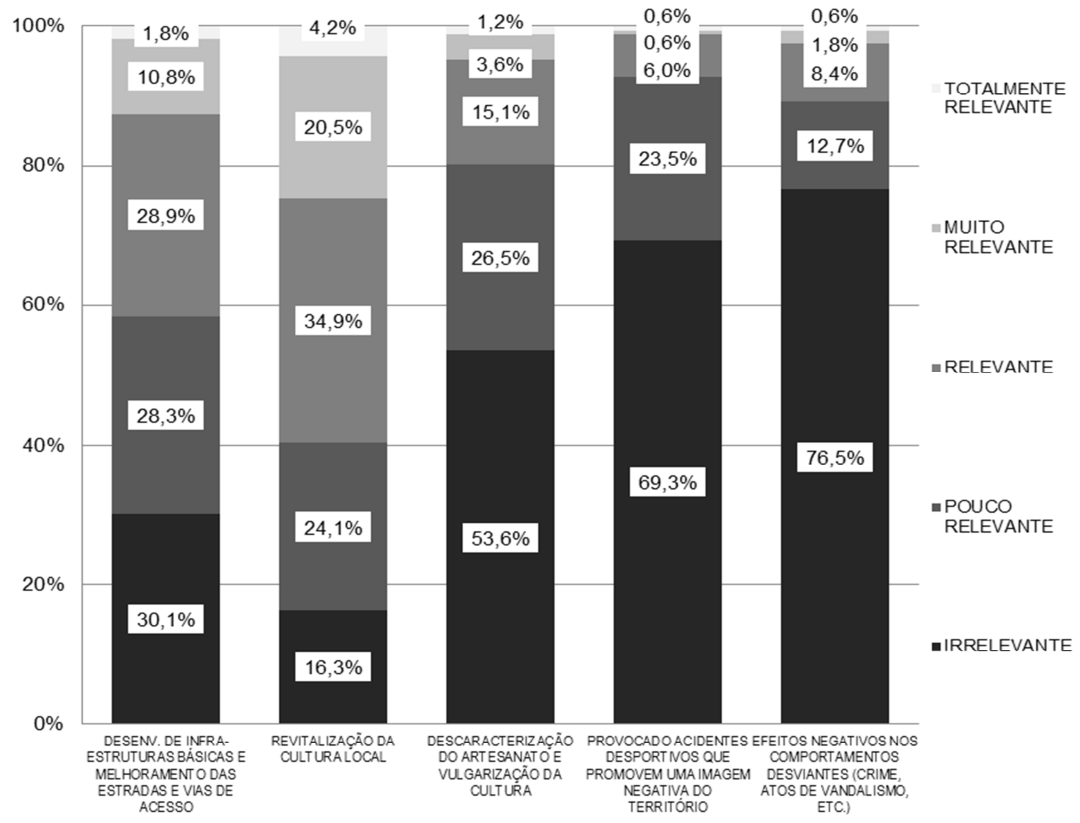


Gráfico 51. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais no desenvolvimento local por parte dos dirigentes das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A análise comparativa entre os diferentes tipos de OPDN revela que, de forma geral, os clubes desportivos apresentam uma percepção mais positiva na dimensão sociocultural do que as restantes tipologias de organizações (ver Tabela 81). Em relação aos tipos de impactos, as associações apresentam uma percepção superior às restantes organizações, quer nos impactos positivos quer nos negativos.

Tabela 81. Classificação da repercussão dos impactos socioculturais percepcionados pelos dirigentes das diferentes Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Dimensão sociocultural	Tipologia de OPDN								Total	
	Empresas		Clubes Desportivos		Clubes de Praticante		Associações			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Impacto sociocultural geral	4,2	0,7	4,3	0,7	4,0	0,8	4,2	0,6	4,2	0,7
Tipos de Impactos										
Têm contribuído para a construção de infra-estruturas básicas (rede de água pública, saneamento básico, rede eléctrica) e melhoramento das vias e da rede de acesso (estradas, transportes)	2,3	1,0	2,0	1,0	1,3	0,5	2,4	1,1	2,3	1,1
Têm contribuído para a revitalização dos costumes locais e da herança cultural (artesanato, folclore, festivais, gastronomia) e a preservação e reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos	2,7	1,1	2,3	1,0	1,5	0,6	3,0	1,0	2,7	1,1
Têm contribuído para a descaracterização do artesanato e a vulgarização das manifestações culturais	1,6	0,8	1,5	0,7	1,3	0,5	2,0	1,1	1,7	0,9
Têm provocado acidentes desportivos que têm tido repercussões negativas na imagem do local	1,4	0,6	1,3	0,4	1,3	0,5	1,5	0,9	1,4	0,7
Têm provocado efeitos negativos nos comportamentos desviantes (crime, actos de vandalismo	1,3	0,7	1,2	0,6	1,0	0	1,5	0,9	1,4	0,8

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

A análise das respostas sobre os comportamentos das OPDN nos locais das práticas indica que na generalidade estas apresentam um comportamento positivo em relação aos itens apresentados, tal como se mostra na Tabela 82. Na dimensão ambiental, a maioria dos inquiridos refere que a OPDN que dirige incentiva as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza (91,6%); recolhe o lixo produzido durante as actividades (97,6%); recolhe o lixo abandonado nos locais de prática (89,8%); sensibiliza as boas práticas ambientais dos praticantes (99,4%); cumpre as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora (98,2%); e denuncia práticas incorrectas ou atentados contra a natureza (88,6%). Por outro lado, uma pequena parte refere que contribui financeiramente para a protecção ambiental local (33,1%). Os dados dos comportamentos na dimensão económica revelam que a maioria das OPDN promove os espaços de comércio locais (restaurantes, lojas, etc.) (84,9%); promove os estabelecimentos hoteleiros locais (80,1%), recruta habitantes dos locais de destino das práticas e/ou da sede da organização para trabalharem na organização (71,1%). Já na dimensão sociocultural, os dados mostram que a grande maioria das OPDN desenvolve programas que levem os praticantes a participar em actividades culturais nos locais de prática (77,7%), desenvolve programas que contemplem a utilização das instalações e dos espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas) (56,0%), e incentiva os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza (91,1%).

A criação de um índice dos comportamentos sustentáveis nos locais de destino das práticas permite comparar os comportamentos das diversas OPDN. O índice é efectuado através da soma das respostas nos comportamentos. A cada resposta afirmativa foi atribuído um ponto, e às respostas negativas foi atribuído o valor zero. A soma de todos os comportamentos atribuiu um valor de 0 a 13 pontos (número total de comportamentos). Esse valor final foi multiplicado por 100, e o resultado dessa multiplicação dividida por 13 (número total de comportamentos). O valor proveniente dessa operação resultou num índice de comportamentos sustentáveis numa escala de 0 a 100. Assim, o índice médio dos comportamentos das OPDN é de 81 pontos. Ao compararmos o índice de comportamentos sustentáveis pelas diferentes tipologias de OPDN verifica-se que as empresas (84) apresentam um índice superior às restantes, como se pode observar na Tabela 83.

Tabela 82. Comportamentos das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza nos locais de prática.

Comportamentos	Sim		Não	
	N	%	N	%
Desenvolve programas que levem os praticantes a participar em actividades culturais nos locais de prática	129	77,7	37	22,3
Desenvolve programas que contemplem a utilização das instalações e dos espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas)	93	56,0	73	44,0
Incentiva os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza	151	91,0	15	9,0
Incentiva as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza	152	91,6	14	8,4
Recolhe o lixo produzido durante as actividades	162	97,6	4	2,4
Recolhe o lixo abandonado nos locais de prática	149	89,8	17	10,2
Sensibiliza as boas práticas ambientais dos praticantes	165	99,4	1	0,6
Cumpre as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora	163	98,2	3	1,8
Contribui financeiramente para a protecção ambiental local	52	31,3	114	68,7
Denuncia práticas incorrectas ou atentados contra a natureza	147	88,6	19	11,4
Promove os espaços de comércio locais (restaurantes, lojas, etc.)	141	84,9	25	15,1
Promove os estabelecimentos hoteleiros locais	133	80,1	33	19,9
Recruta habitantes dos locais de destino das práticas e/ou da sede da organização para trabalharem na Organização	118	71,1	48	28,9

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

Tabela 83. Índice de comportamentos sustentáveis das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza.

Empresas	CD	CP	ASSOC	Total
84	74	77	82	81

Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011**.**

A maioria (89%) dos dirigentes afirma ainda que a sua organização tem um plano de boas práticas e/ou código de conduta (ver Gráfico 52). Comparativamente por tipo de OPDN, verifica-se que as empresas (91,9%) são o tipo de organizações que mais apresentam um plano de boas práticas ou código de conduta, seguidas pelas das associações (88,3%), pelos clubes desportivos (82,1%), e por fim pelos clubes de praticantes (75%).

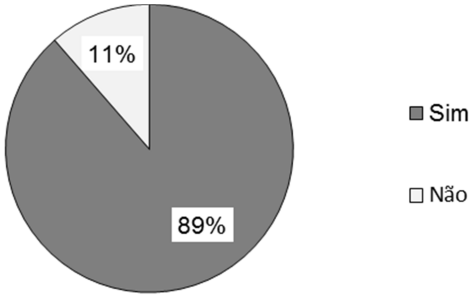


Gráfico 52. Plano de boas práticas e/ou código de conduta.
Fonte: elaboração própria com base no QOPDN2011.

5.4.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Analisados os impactos nos locais de prática, e a sua percepção pelos praticantes e dirigentes das OPDN, verifica-se que de forma geral, ambos consideram que os Desportos de Natureza têm um impacto ambiental neutro ou positivo, e os impactos económicos e socioculturais positivos. Na dimensão ambiental, a percepção dos impactos não é consensual, uma vez que aproximadamente metade dos praticantes ou dirigentes das OPDN os consideram positivos (48,8%) e a outra metade os entende como neutros (42,8%). Apenas uma fracção minoritária de ambos os grupos percepciona estes impactos como negativos.

Quando se enumeram os diferentes tipos de impactos, distribuídos pelas três dimensões, os resultados mostram que tanto os praticantes como os dirigentes das OPDN consideram os impactos positivos como relevantes, e os negativos como irrelevantes. Por exemplo, no que diz respeito ao ambiente, a contribuição dos Desportos de Natureza para a protecção das áreas naturais surge como relevante, enquanto a poluição é apontada como irrelevante. No âmbito económico, o aumento dos rendimentos através da criação de empregos é percepcionado como relevante, ao passo que o aumento do custo de vida dos habitantes locais é considerado irrelevante. A excepção está relacionada com o âmbito sociocultural, na rubrica de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, estradas e redes de acesso, em que a maioria dos praticantes considera este impacto como relevante, enquanto os dirigentes das OPDN o entendem como pouco relevante. Nos restantes tipos de impactos socioculturais há um maior consenso, e os impactos negativos, como por exemplo o aumento de comportamentos desviantes e crime, ou a descaracterização

da cultura local, são percepcionados como irrelevantes pela maioria dos praticantes e dirigentes das OPDN.

Quando analisadas as percepções dos impactos pelos diferentes tipos de OPDN (empresas, clubes desportivos, clubes de praticantes e associações), verifica-se que as empresas têm em geral uma percepção mais acentuada da relevância dos impactos positivos e negativos, nas dimensões ambiental e económica. No âmbito sociocultural, são as associações que têm uma percepção mais acentuada da repercussão dos diferentes tipos de impactos, quer positivos quer negativos.

No que diz respeito aos comportamentos, foi criado um índice de comportamentos sustentáveis, através de uma escala de índice 100 (entre 0 e 100 pontos), para poder comparar directamente os comportamentos dos praticantes das diferentes actividades dos Desportos de Natureza. Verifica-se que o índice médio é de 71 pontos, reflectindo que, no geral, os praticantes têm comportamentos sustentáveis em relação aos habitantes e aos locais das práticas. Considerando as nove actividades de Desportos de Natureza onde se obtiveram mais respostas, verifica-se que os praticantes de mergulho e de montanhismo são os que têm melhor índice de comportamentos sustentáveis, enquanto os de *surf* e *bodyboard* são os que apresentam o índice mais baixo. A análise do índice de comportamentos sustentáveis por sexo indica que os homens apresentam um índice superior às mulheres, enquanto na análise por idade, os resultados indicam que com o avançar da idade existe uma tendência para o aumento do índice, reflectindo uma crescente consciencialização dos impactos.

Os comportamentos que mais praticantes referem ter são a recolha do próprio lixo, o cumprimento das normas de conduta para a preservação da fauna e da flora e a saudação dos habitantes locais. Por outro lado, poucos contribuem financeiramente para a protecção ambiental local.

No que diz respeito às OPDN, foi também criado um índice que seguiu a mesma metodologia do índice criado para os praticantes, embora o número e tipo de indicadores comportamentais sejam distintos, o que não permite uma comparação directa entre estes dois grupos. Os resultados indicam que as OPDN apresentam um índice médio de comportamentos sustentáveis de 81 pontos. De entre os quatro tipos de organizações, são as empresas que apresentam um índice superior de comportamentos sustentáveis, enquanto os clubes desportivos são os que apresentam o menor índice. Avaliando o conjunto das OPDN, os comportamentos

indicados por mais dirigentes como prática comum são a sensibilização para as boas práticas ambientais dos praticantes, o cumprimento das normas de conduta para a preservação da fauna e da flora e a recolha do lixo produzido durante as actividades.

O perfil de consumo dos praticantes dos Desportos de Natureza está relacionado principalmente com a aquisição de materiais e equipamentos, seguido das deslocações, da alimentação e do alojamento. Denota-se que os praticantes têm elevada autonomia para a prática, recorrendo pouco frequentemente a serviços turísticos (EAT e Agências de Viagens). Os valores despendidos com as práticas são significativos, quando comparados com os valores médios gastos com as actividades de lazer turístico em Portugal, o que mostra que os Desportos de Natureza são um componente importante de lazer e do turismo para os praticantes. Os resultados indicam que menos de metade dos gastos são despendidos nos locais das práticas, reflectindo por isso a grande margem que os Desportos de Natureza podem ter para promover o desenvolvimento económico local.

5.5. PERFIL DOS SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

5.5.1. APONTAMENTOS INICIAIS

A análise da procura é o primeiro passo no planeamento do turismo baseado na natureza (Marques, Reis, & Menezes, 2010; Seaton & Bennett, 2000), e também dos Desportos de Natureza. As exigências e as expectativas dos diferentes praticantes dos Desportos de Natureza (procura) são fundamentais na definição da oferta (Marques, Reis, & Menezes, 2010), pois se os planeadores e gestores conhecerem o mercado dos Desportos de Natureza e as motivações para a realização destas actividades, poderão desenvolver um planeamento da oferta e estratégias de *marketing* adequados.

Para melhor entender os praticantes (mercado) dos Desportos de Natureza, e como eles se relacionam com os produtos procurados, é necessário segmentar o mercado. A segmentação do mercado é um processo pelo qual um grande mercado, potencialmente heterogéneo, é dividido em componentes ou segmentos menores e mais homogéneos (Palacio & McCool, 1997), com necessidades semelhantes, motivações e/ou características que são susceptíveis de apresentar um comportamento similar, a fim de adaptar a política de *marketing* para cada um ou

alguns dos segmentos (Weinstein, 1994). Vários métodos de segmentação do mercado têm vindo a ser usados com finalidades específicas (Palacio & McCool, 1997). A este respeito, Frochot e Morrison (2001) referem que apenas se pode seleccionar a técnica mais apropriada se a estratégia for bem definida, sendo a escolha da variável, ou variáveis, de segmentação um passo crucial e difícil no processo de segmentação do mercado. Neste trabalho optou-se por utilizar a variável: razões (benefícios esperados) para praticar actividades dos Desportos de Natureza. A escolha desta variável, e o conhecimento sobre os benefícios esperados, é importante por várias razões (Palacio & McCool, 1997): a) em primeiro lugar pode ajudar na eficaz elaboração de campanhas de promoção, através da selecção de mensagens temáticas apropriadas. Por exemplo, se os praticantes dos Desportos de Natureza estiverem interessados em ter novas experiências ou sensações de aventura, as campanhas promocionais podem enfatizar essa característica; b) em segundo lugar, compreender os benefícios esperados pode ajudar os gestores das OPDN e dos agentes (públicos e privados) dos territórios das práticas a fornecer actividades, programas, eventos, e/ou instalações adequadas e atractivas aos praticantes dos Desportos de Natureza. Por exemplo, se os praticantes dos Desportos de Natureza são motivados pelo desejo de aprender sobre a natureza, o fornecimento de instalações de interpretação apropriados poderia aumentar as suas experiências; c) em terceiro lugar, a informação sobre os benefícios esperados, pode ajudar a avaliar que tipo de clientes é adequado a determinado destino de prática, dadas as limitações físicas e culturais desses territórios; d) finalmente, uma avaliação dos benefícios esperados ajudará os gestores e as comunidades locais a entender os diferentes segmentos de mercado, os seus tamanhos, preferências e padrões de consumo. Esta informação leva a uma melhor compreensão das consequências económicas e políticas das várias estratégias de desenvolvimento turístico (relacionado com o investimento nos Desportos de Natureza) pelas quais se poderão optar.

A segmentação baseada nos benefícios esperados foi inicialmente desenvolvida por Russel Haley (Haley, 1968), ancorada na ideia de que os benefícios que as pessoas procuram ao consumir um produto são as razões básicas para a heterogeneidade na sua escolha de comportamento e, assim, para a existência de verdadeiros segmentos de mercado. A segmentação baseada nos benefícios esperados é vista como tendo uma maior variedade de aplicações do que

os tradicionais métodos e técnicas, já que fornece uma visão geral dos consumidores a partir do seu perfil de motivações para o seu comportamento, ou características sociodemográficas, que poderão ser úteis numa estratégia de posicionamento ou de promoção dos produtos (Palacio & McCool, 1997). Mais especificamente, Palacio e McCool (1997) referem que as vantagens da segmentação baseada nos benefícios esperados estão na sua capacidade, não apenas para classificar os clientes pelos benefícios esperados, mas também por determinar o perfil de cada segmento usando variáveis descritivas (geográficas, demográficas, entre outras).

Esta secção procurou segmentar e caracterizar os praticantes dos Desportos de Natureza residentes em Portugal continental, tratando-se de um instrumento importante para identificar os mercados-alvo, e um primeiro passo para a estruturação da oferta dos Desportos de Natureza. Este trabalho poderá permitir a criação de estratégias de desenvolvimento de serviços que também poderão ser oferecidos para o mercado internacional (Marques, Reis, & Menezes, 2010). Assim, o objectivo principal é fornecer informações estruturadas sobre a caracterização dos praticantes dos Desportos de Natureza residentes em Portugal continental considerando as seguintes questões de investigação:

1) Quais são os segmentos actuais da prática dos Desportos de Natureza em Portugal? Quais são as principais razões para cada grupo praticar Desportos de Natureza? Qual é o perfil de cada segmento?

2) Que similaridades são encontradas na literatura entre os segmentos de praticantes dos Desportos de Natureza em Portugal e noutros países? Terão eles perfis comuns?

5.5.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O processo de segmentação dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos foi efectuada através da aplicação do método de análise de *clusters,* relativa à variável Grau de importância de cada uma das razões para a prática dos Desportos de Natureza (Q.28), medida numa escala de 1 – Nada importante a 5 – Totalmente importante, sendo as razões designadas por (Chazaud, 2004): 1) Ambiente (para estar em contacto com a natureza; para apreciar a natureza e a paisagem; para defender o ambiente); 2) Aventura (para ter novas experiências/sensações de aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à

prova); 3) Sociabilidade (para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona); 4) Higienismo (por recomendação médica/questões de saúde; para manter e/ou melhor a condição física; para relaxar/quebrar com a rotina do dia-a-dia); 5) Competição (para estar envolvido numa competição desportiva); 6) Turismo (para visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património). A análise de *clusters* permite identificar grupos de elementos da amostra homogéneos no que diz respeito às variáveis em análise. A definição dos *clusters* passa pelo cálculo das *distâncias* entre os vários elementos da amostra, no que diz respeito às diferenças com que encaram os factores em análise e pela consequente aglomeração desses elementos da amostra em grupos o mais homogéneos possível (Marôco, 2010). Relativamente à escolha do método de análise, existem vários que permitem medir as diferenças entre os elementos em causa. Foram testados diferentes métodos de análise, tendo-se escolhido aquele que produziu uma aglomeração adequada, o que melhor se adaptou ao conjunto de dados em análise e o que melhor evidencia as diferenças entre *clusters*. Demonstrou-se ser mais adequado o *Ward's Method* (Método de *Ward*), que originou agrupamentos em três a seis *clusters*, todos com dimensões significativas. No que diz respeito à forma como são medidas as *distâncias* entre elementos da amostra, existem também vários métodos, utilizando-se neste caso a *Squared Euclidian Distance* (Distância Euclidiana ao Quadrado).

A análise factorial de componentes principais (*Principal Component Analysis* [PCA]) foi também usada para a redução de dados das variáveis: constrangimentos para a prática (Q29), associação aos Desportos de Natureza (Q.30); estilo de vida (Q.12); percepção da repercussão dos impactos dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local (Q.40); e comportamentos nos locais de prática (Q39.). Este método de análise factorial analisa um conjunto de variáveis com o objectivo de verificar se é possível agrupar as respostas que são interpretadas de forma idêntica pelos elementos da amostra, determinando o seu posicionamento nesse conjunto de variáveis. Se assim for, os factores resultantes da análise estarão associados a um conjunto de variáveis. A análise factorial permite proceder à transformação das variáveis que integram uma escala num menor número de factores: os componentes principais. Para definir qual o número de componentes a reter, é necessária uma análise preliminar, aplicando a análise factorial e interpretando os resultados obtidos.

A amostra deve ser constituída por observações que sejam pelo menos o quíntuplo das variáveis em análise, o que se verifica para todas as análises realizadas.

Os segmentos foram depois caracterizados de acordo com os constrangimentos para a prática (Q29), estilo de vida relacionado com o lazer (Q.12), percepção da repercussão dos impactos dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local (Q.40), comportamentos nos locais de prática (Q39.), classificação dos impactos dos Desportos de Natureza (Q31.), actividade realizada com maior frequência (Q.14.4), actividades complementares (Q15.), perfil da prática [âmbito socio-organizacional (Q18.2), frequência da prática (Q.20), anos de prática (Q.16), proficiência técnica (Q25.), nível de especialização (Q14.2), e âmbito territorial da prática (Q27.)], comportamento de consumo turístico [deslocamento local de prática (Q32.), refeições no local de prática (Q33.), pernoita (Q34.), tipo de alojamento (Q35.), gastos com Desportos de Natureza (Q37.), percentagem de gastos nos locais de destino (Q38.)], e características sociodemográficas [sexo (Q1.), idade (Q2.), estado civil (Q3.), com quem vive (Q5.), distrito de residência (Q7.), ocupação (Q8.), grupo profissional (Q10.), nível de escolaridade (Q10.), e rendimentos (Q11.1)].

5.5.3. SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Depois de analisadas as quatro alternativas identificadas a partir da análise hierárquica, optou-se pela solução dos seis segmentos. Estes foram denominados de acordo com as médias mais elevadas das razões apontadas para a prática de Desportos de Natureza (Q.28), e pelos resultados da classificação da associação aos Desportos de Natureza (Q.30), depois de efectuada a PCA. Denota-se que em todos os segmentos o factor ambiente (para estar em contacto com a natureza, por exemplo) é apontado como uma das principais razões para a prática dos Desportos de Natureza.

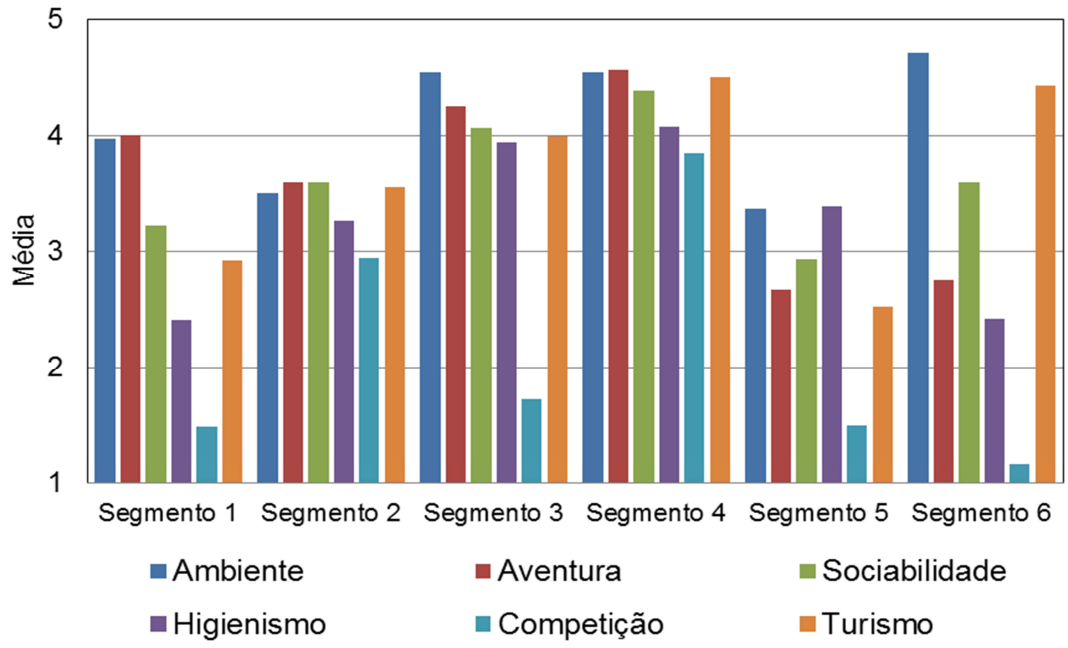


Gráfico 53. Distribuição da média das razões apontadas pelos membros de cada grupo para a prática dos Desportos de Natureza por cada segmento.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

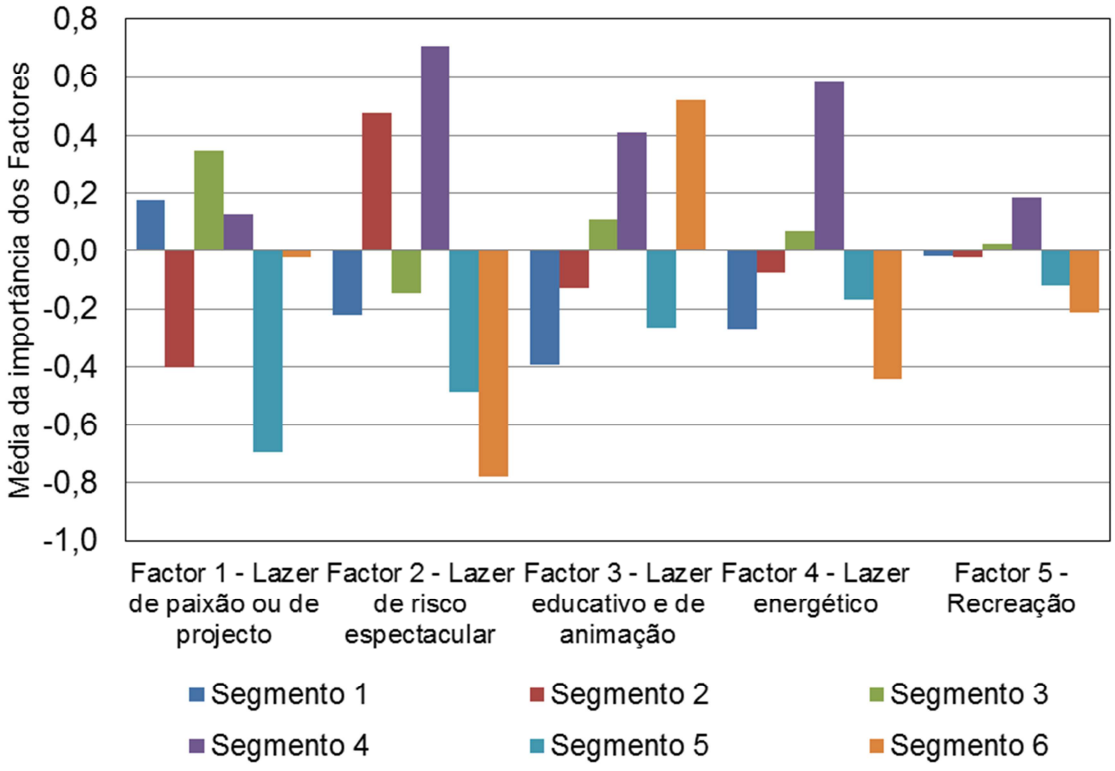


Gráfico 54. Distribuição da média dos factores da associação aos Desportos de Natureza por cada segmento.

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

- O primeiro segmento [194 praticantes (17,2% do total)] foi designado como *aventureiros ambientalistas* porque os seus membros dão mais importância aos factores aventura (para ter novas experiências/sensações de aventura, para desafiar as capacidades, para pôr-se à prova) e ambiente (para estar em contacto com a Natureza; para apreciar a natureza e a paisagem; para defender o ambiente) e menos importância ao factor competição (para estar envolvido numa competição desportiva). A sua prática dos Desportos de Natureza associa-se ao lazer de paixão ou de projecto (Natureza, Emoção, Diversão, Desafio, Prazer, e Aventura), e menos ao lazer educativo e de animação (Turismo, Lazer, Educação) e ao lazer energético (Esforço, Actividade Física, e Desporto).

- Os membros do segmento dois [206 praticantes (18,3% do total)] dão importância intermédia semelhante a todas as razões, embora ligeiramente inferior aos factores competição e higienismo. Este segmento foi designado de *aventureiros sociabilizadores* porque a aventura e a sociabilidade foram as principais razões apontadas. O lazer de risco espectacular (Competição, Risco, e Espectáculo) é o factor mais associado à prática dos Desportos de Natureza neste grupo, enquanto o lazer de paixão ou de projecto (Natureza, Emoção, Diversão, Desafio, Prazer, e Aventura) é o factor menos importante. O lazer educativo e de animação (Turismo, Lazer, Educação) é também associado, pelos membros deste grupo, à prática dos Desportos de Natureza.

- Os membros do terceiro segmento [o maior segmento de todos com 361 praticantes (32,1% do total)] apresentam como principal razão para a prática dos Desportos de Natureza o factor ambiente (para estar em contacto com a Natureza, para apreciar a natureza e a paisagem, e para defender o ambiente), apesar de todas as outras razões também serem muito importantes, à excepção da competição. Associam a sua prática ao lazer de paixão ou de projecto (Natureza, Emoção, Diversão, Desafio, Prazer, e Aventura), e ao lazer educativo e de animação (Turismo, Lazer, Educação). O lazer energético (Esforço, Actividade Física, e Desporto) não é importante para os membros deste grupo. Neste sentido este segmento foi designado de *ambientalistas ecléticos*.

- O quarto segmento [162 praticantes (14,4% do total)] foi designado de aventureiros *competitivos* porque é o segmento que mais valoriza o factor competição (para estar envolvido numa competição desportiva). Os seus membros atribuem também muita importância a todas as outras razões para a prática. Os

membros deste grupo associam todos os factores à prática dos Desportos de Natureza especialmente, e mais do que os restantes grupos, ao lazer de risco espectacular (Competição, Risco, e Espectáculo), ao lazer energético (Esforço, Actividade Física, e Desporto), e à recreação (Recreação e Deslizamento).

- O segmento cinco [139 praticantes (12,3% do total)] foi designado de *higienistas ambientalistas,* porque os seus membros dão mais importância aos factores higienismo (por recomendação médica/questões de saúde; para manter e/ou melhor a condição física; para relaxar/quebrar com a rotina do dia-a-dia), e ambiente (para estar em contacto com a Natureza; para apreciar a natureza e a paisagem; para defender o ambiente) e, e menos ao factor competição (para estar envolvido numa competição desportiva).

- Os membros do sexto segmento [é o menor dos segmentos com apenas 64 praticantes (5,7% do total)] dão mais importância aos factores ambiente e ao turismo, e são os que atribuem menor importância ao factor competição. Associam a sua prática ao lazer educativo e de animação (Turismo, Lazer, Educação), enquanto os restantes factores não são importantes, em especial o lazer de risco espectacular (Competição, Risco, Espectáculo) e a recreação (recreação e deslizamento). Este segmento foi designado de *turistas ambientalistas.*

Tabela 84. Tamanho dos segmentos dos praticantes dos Desportos de Natureza.

Segmentos	N	%
1	194	17,2
2	206	18,3
3	361	32,1
4	162	14,4
5	139	12,3
6	64	5,7
Total	1126	100,0

Fonte: elaboração própria com base no QPDN2011.

5.5.4. CARACTERÍSTICAS DOS SEGMENTOS DOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Os membros do primeiro segmento, os *aventureiros ambientalistas,* são maioritariamente homens (73,2%), dos 18-30 anos (41,2%), solteiros (51,0%), e a viverem com a família sem filhos (50%). Vivem principalmente em Lisboa (25,3%), Porto (17,5%), e Coimbra (12,9%). São maioritariamente trabalhadores (63,9%), e

apresentam maioritariamente escolaridade ao nível do ensino superior (62,4%). As práticas domésticas e de sociabilidade (e.g. receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares, por exemplo) são as práticas de lazer mais importantes para os membros deste segmento, enquanto as práticas espectaculares e expressivas (e.g. fazer desporto e realizar viagens de lazer) são as menos importantes. Estre grupo desenvolve as suas actividades dos Desportos de Natureza maioritariamente de forma informal (55,0%), ocasionalmente (47,5%), e preferencialmente ao fim-de-semana (64,4% e RAE = 2,5). Apresentam maioritariamente um nível de proficiência intermédio (49,5%). Praticam principalmente BTT (23,7%), têm uma maior tendência para a prática de *windsurf* (4,1% e RAE = 2,0), e menor para a prática de pedestrianismo (8,2% e RAE = -3,8). As principais actividades complementares realizadas no âmbito dos Desportos de Natureza são, para este grupo, a fotografia e vídeo na natureza (44,8%) e a observação da fauna e da flora (40,2%). A falta de tempo é a principal razão apontada por este grupo para não praticar com mais frequência, enquanto os restantes factores não são importantes. Os comportamentos de civilidade (e.g. cumprir as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora) é o factor comportamental mais importante nos locais de prática para os membros deste grupo, enquanto os restantes factores comportamentais não são tão importantes. Os membros deste grupo apresentam uma maior tendência para não realizarem refeições nos locais de prática (36,8% e RAE = 2,2) e para nunca pernoitarem quando vão realizar as suas práticas (35,6% RAE = 2,0). Em relação às despesas, para 42,3% estão acima dos 500 euros, sendo que 21,6% são acima dos 1000 euros. São no entanto os que em maior número (28,9%) referem que despendem a maior percentagem dos gastos com Desportos de Natureza (acima dos 50%) nos locais de prática. Os membros deste segmento classificam os impactos ambientais que decorrem da prática dos Desportos de Natureza maioritariamente como neutros (49,5% e RAE = 2,0), e positivos (30,4%), enquanto os impactos económicos e os socioculturais são classificados principalmente como positivos (54,6% e 62,9% respectivamente).

Os membros do segundo segmento, os *aventureiros sociabilizadores,* são os segundos mais novos com uma média de idade de 32,6 anos (±11,6). São os que apresentam a maior taxa de indivíduos solteiros (57,3%), e vivem principalmente com a família sem filhos (61,7% e RAE = 2,4) em Lisboa (20,4%), Porto (20,4%), Faro (7,8%) e Setúbal (7,8%). São maioritariamente trabalhadores (61,2%), e com

escolaridade ao nível do ensino superior (61,2%). São os que apresentam a maior taxa de indivíduos sem rendimentos próprios (23,8%), pois é o grupo que apresenta o maior número de estudantes (28,2% e RAE = 2,1). As práticas de expressão artística (e.g. tocar ou cantar num grupo musical) são as práticas de lazer mais importantes para este grupo, seguidas das práticas de abandono e de expressão pública (e.g. ir ao centro comercial), e das práticas espectaculares e expressivas (e.g. passear com a família e/ou amigos), enquanto as práticas domésticas e de sociabilidade (e.g. sair para ir ao café), e as práticas associativas expressivas (e.g. ir a associações recreativas ou a colectividades locais) são as menos importantes. Este grupo pratica maioritariamente de forma informal (50,8%), mas com uma maior tendência para praticar no âmbito dos clubes desportivos (RAE = 4,1). Têm uma prática regular de uma ou mais vezes por semana (67,9%), preferencialmente ao fim-de-semana (54,9%). Apresentam maioritariamente um nível de proficiência intermédio (55,8%). O BTT é a actividades mais praticada (24,8%), sendo que o remo (3,4% e RAE = 3,3) e o *surf* (0,5% e RAE = - 3,5) apresentam respectivamente a maior e menor tendência para serem mais realizadas pelos membros deste grupo. Os membros deste segmento apresentam uma maior tendência para não realizarem actividades complementares (19,9% e RAE = 2,2) quando realizam as suas práticas dos Desportos de Natureza. A falta de tempo é o factor menos importante para que os membros deste segmento pratiquem com maior frequência. Todos os outros factores são importantes, em especial os condicionamentos pessoais (e.g. por falta de motivação). Os membros pertencentes a este segmento não valorizam nenhum dos factores comportamentais e por isso apresentam um índice de comportamentos sustentáveis nos locais de prática abaixo da média (índice de 68,2). São os que apresentam a menor tendência para se deslocarem em viatura própria ou de amigos (RAE = -2,2). Maioritariamente levam os alimentos de casa e fazem um piquenique (48,1%), e apresentam uma maior tendência para nunca pernoitarem quando vão realizar as suas práticas (35,4% e RAE = 2,2). Em relação às despesas, 50,5% estão acima dos 500 euros, sendo que 27,7% são acima dos 1000 euros. São também os que referem despender a menor percentagem (apenas 19,9% dos praticantes despende mais de 50% dos gastos) nos locais de prática. A classificação dos impactos (ambientais, económicos e socioculturais) segue o mesmo padrão que a classificação efectuada pelos membros do segmento anterior: os impactos

ambientais são neutros ou positivos, e os económicos e os socioculturais são positivos.

Os membros do terceiro segmento, os *ambientalistas eclécticos*, apresentam uma maior tendência para a inclusão de indivíduos do sexo feminino (37,7% e RAE = 2,0). Têm uma média de idade de 33,1 anos (±10,2), maioritariamente solteiros (53,5%), a viverem com a família sem filhos (48,8%), e uma maior tendência para viverem sozinhos (18% e RAE = 2,2). Vivem principalmente em Lisboa (21,1%), Porto (17,7%), Braga (9,4%), e Coimbra (8%). São maioritariamente trabalhadores (71,5%), e com especial tendência para as profissões técnicas ou profissionais de nível intermédio (30,7% e RAE = 2,4). Apresentam escolaridade ao nível do ensino superior (62,3%), e com rendimentos entre os 750-1500 euros (42,7%). Todas as práticas de lazer são importantes para este segmento à excepção das práticas de expressão artística (e.g. fazer teatro amador). A maioria dos indivíduos pertencentes a este grupo praticam Desportos de Natureza de forma informal (56,3%), e com uma menor tendência para praticar no âmbito dos clubes desportivos (9,1% e RAE = -3,6). Têm uma prática regular de uma ou mais vezes por semana (60,7%), preferencialmente ao fim-de-semana (53,5%), e apresentam um nível de proficiência intermédio (56,0%). Apresentam uma maior tendência para a prática de pedestrianismo (21,1% e RAE = 2,1), de *surf* (5% RAE = 2,1), e de *kitesurf* (3,3% RAE =2,5), e uma menor tendência para a prática de orientação (RAE = - 2,1). Os membros deste segmento realizam com frequência actividades complementares aos Desportos de Natureza, como a fotografia e vídeo na natureza (60,7%) e observação da fauna e da flora (48,2%). Exceptuando os condicionamentos pessoais (por falta de motivação), todos os outros factores são importantes para que os membros deste segmento não pratiquem Desportos de Natureza com maior frequência, em especial a falta de tempo. Em relação aos comportamentos nos locais de destino das práticas dos Desportos de Natureza, os membros deste segmento valorizam mais a sociabilidade local (e.g. falam com os habitantes sobre a cultura local) e o consumo de produtos e serviços locais (e.g. procuram serviços que incluam o trabalho de habitantes locais). Apresentam uma menor tendência para não realizarem refeições nos locais de prática (RAE = - 2,5), e para levarem os alimentos de casa e fazer um piquenique (RAE = 3,6), e uma menor tendência para ir a um restaurante (RAE = -2,6). Pernoitam poucas vezes (42% pernoita entre 1 a 25%, e 17,5% pernoita entre 26% a 50% das vezes que sai para praticar) (RAE = 2,2 em ambos), e quando

pernoitam utilizam preferencialmente o parque de campismo (30,7% e RAE = 3,7). Em relação às despesas com Desportos de Natureza, 45,4% dos membros deste segmento indicam que estas estão acima dos 500 euros, sendo que para 26,3% são acima dos 1000 euros. Por outro lado, apenas 22,7% gastam mais de 50% do valor total das despesas com Desportos de Natureza nos locais de prática. Os membros deste segmento classificam o impacto ambiental causado pelos Desportos de Natureza principalmente como neutro (38,5%) ou positivo (29,9%), e com uma maior tendência para o classificarem como muito positivo (26,9% e RAE = 2,9). Os impactos económicos são principalmente classificados como positivos (49,9%) e com uma maior tendência para serem classificados como muito positivos (26% e RAE =2,9), enquanto os impactos socioculturais são principalmente classificados como positivos (50,1%) e muito positivos (33% e RAE = 2,2).

Os membros do quarto segmento, os *aventureiros competitivos*, pertencem maioritariamente ao sexo masculino (72,2%), são os mais novos (31,9 anos ±11,1), e o segmento que apresenta uma maior taxa (49,4%) de indivíduos mais jovens (18-30 anos). São maioritariamente solteiros (52,5%), e os que vivem em maior número com a família sem filhos (64,8%), e com menor tendência a viverem sozinhos (RAE = -2,8). São os que menos vivem nos distritos de Lisboa (8,6% e RAE = -3,9) e Porto (14,2%). Vivem em Braga (13%) (RAE = 2,1), Coimbra (13%), Faro (9,9%), e Setúbal (9,3%). São maioritariamente trabalhadores (62,3%). São os que apresentam a menor tendência de apresentarem estudos ao nível do ensino superior (48,1% e RAE = -3,7), e os que apresentam os níveis de rendimento mais baixos (49,4% têm rendimentos próprios abaixo de 750 euros – abaixo da média nacional). São os que apresentam o estilo de vida mais activo (média de 106 pontos), e os que mais valorizam as práticas espectaculares e expressivas (e.g. fazer desporto e realizar viagens de lazer), as práticas de expressão artística (tocar ou cantar num grupo musical, por exemplo), e as práticas domésticas e de sociabilidade (e.g. receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares), enquanto as restantes não são importantes. São os que menos praticam de forma informal (39,9% e RAE = -3,5), e os que apresentam a maior tendência para praticar nos clubes desportivos (31% e RAE = 6,3). São os que praticam de forma mais regular e frequente (61,1% praticam uma ou mais vezes por semana, dos quais 18,5% praticam mais de 3 vezes por semana), e com a maior tendência para uma prática indiferenciada ao longo da semana (43,8% e RAE = 2,9), apesar de a maioria praticar preferencialmente ao fim-

de-semana (50%). São os que apresentam a maior tendência para terem um nível de proficiência técnica avançada (34,6% e RAE = 4,6), e a menor tendência para o nível iniciado (11,7% e RAE = -4,4). O BTT (25,3%) é a principal actividade praticada por este grupo, seguida da orientação (14,8% e RAE = 4,7) que apresenta a maior tendência para ser praticada neste grupo do que nos restantes. Os membros deste segmento também realizam actividades complementares aos Desportos de Natureza com frequência, em especial a fotografia e vídeo na natureza (54,3%) e observação da fauna e da flora (42,6%). As razões instrumentais e de sociabilidade (e.g. por falta de companhia) são as principais razões apontadas pelos membros deste grupo para não terem uma prática mais frequente, enquanto a falta de tempo é um factor menos importante. São os que apresentam o índice mais elevado de comportamentos sustentáveis (índice de 79,6). São os que dão mais importância à sociabilidade local (e.g. incentivo os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza) e à responsabilidade ambiental (recolho o lixo abandonado nos locais de prática), embora os restantes comportamentos também sejam importantes, à excepção da civilidade. São os que apresentam a maior tendência para se deslocarem na viatura do clube/associação onde praticam (RAE = 2,4). A maioria leva os alimentos de casa e faz um piquenique (45,1%). A seguir aos turistas são os que mais pernoitam em termos percentuais (77,8%), e são os que mais utilizam os estabelecimentos hoteleiros (20,4%) e outros empreendimentos turísticos (13,6%). Em relação às despesas, 40,7% gastam acima dos 500 euros, sendo que 22,7% são acima dos 1000 euros. Apenas 22,7% gastam mais de 50% dos valores despendidos nos locais de prática. Os membros deste segmento são os que classificam mais positivamente os impactos (ambiental, económico e sociocultural) que decorrem nos locais das práticas, causados pelos Desportos de Natureza. Os impactos ambientais são classificados principalmente como positivos (29,0%) e muito positivos (29,0%), e com uma tendência negativa para a classificação neutro (35,2% e RAE = -2,2). Os impactos económicos são principalmente classificados como positivos (47,5%) e com uma maior tendência para serem classificados como muito positivos (33,3% e RAE = 4,2), e os impactos socioculturais são principalmente classificados como muito positivos (48,1% e RAE = 5,9).

Os membros do quinto segmento, *higienistas ambientalistas,* pertencem maioritariamente ao sexo masculino (59%), no entanto apresentam uma maior tendência para a inclusão de indivíduos do sexo feminino (RAE = 2,0). São os

segundos mais velhos (37,5 anos ±11,9), e com uma predisposição positiva para incluir os indivíduos entre os 44-56 anos (RAE = 3,5). São maioritariamente casados ou a viverem em união de facto (51,1%) e os que apresentam uma menor tendência no estado civil solteiro (RAE = - 2,4), e vivem maioritariamente com a família sem filhos (54%). Vivem principalmente em Lisboa (22,3%), Porto (15,1%), Faro (11,5%), Braga (9,4%), e Coimbra (8%). São maioritariamente trabalhadores (73,4%), e em profissões intelectuais e científicas (32,4% e RAE = 2,6). São os que apresentam a maior taxa de escolaridade ao nível do ensino superior (69,1% e RAE = 2,0), e os que apresentam um maior rendimento (32,4% entre os 1000-2000 euros e 16,5% acima dos 2000 euros). São os que apresentam o estilo de vida menos activo (média de 94 pontos), e os que menos valorizam as práticas espectaculares e expressivas (e.g. fazer desporto e realizar viagens de lazer). Praticam maioritariamente de forma informal (55,1%), e são os que apresentam a menor tendência para praticar nos clubes desportivos (5,1% e RAE = - 3,4), e maior tendência para praticar sozinhos (20,3 e RAE = 3,8). Têm uma prática regular de uma ou mais vezes por semana (51,1%), e os que apresentam a maior tendência para praticar durante a semana (14,4% e RAE = 2,0), apesar de a maioria praticar preferencialmente ao fim-de-semana (56,1%). São os que apresentam a maior tendência para terem um nível de proficiência técnica iniciada (36,7% e RAE = 3,2), e a menor tendência para o nível avançado (12,9% e RAE = -2,5). Praticam principalmente BTT (25,9%), mas com uma maior tendência para a prática de pedestrianismo (23,7% e RAE =2,0), e de *skimboard* (2,9% e RAE = 4,1), e apresentam uma menor tendência para a prática de canoagem (2,9% e RAE = -2,3) do que os restantes grupos. Os membros deste segmento são os que apresentam uma maior tendência para não realizarem actividades complementares (25,9% e RAE = 3,9) quando realizam as suas práticas dos Desportos de Natureza. Os condicionamentos pessoais (e.g. por motivos de saúde) são as principais razões apontadas pelos membros deste grupo para não terem uma prática mais frequente, enquanto as razões instrumentais e de sociabilidade (por falta de companhia) não são tão importantes. São os que apresentam o mais baixo índice de comportamentos sustentáveis nos locais de prática (índice de 63,9), sendo o grupo que menos importância atribui à sociabilidade local (e.g. falo com os habitantes sobre a cultura local), e à responsabilidade ambiental (e.g. recolho o lixo abandonado nos locais de prática). Os restantes comportamentos nos locais de

prática e para com os habitantes locais também não são importantes. São os que apresentam a maior tendência para não realizarem refeições nos locais de prática (41,3% e RAE = 3,0), uma maior tendência para nunca pernoitarem quando vão realizar as suas práticas (38,1% RAE = 2,5), e uma menor tendência para pernoitarem em parques de campismo (RAE = -2,4). São os que apresentam a maior tendência para gastar menos dinheiro com Desportos de Natureza, apresentando uma maior tendência para gastar menos de 100 euros (23% RAE = 2,6) e os que menos gastam cima dos 1000 euros (18%). Os membros deste segmento são os que classificam os impactos (ambiental, económico e sociocultural) que decorrem nos locais das práticas, causados pelos Desportos de Natureza, com valores mais baixos. Os impactos ambientais apresentam uma maior tendência para serem classificados como neutros (53,2% e RAE = 2,6), os impactos económicos são principalmente classificados como positivos (55,4%), mas apresentam uma menor tendência para serem classificados como muito positivos (13,7% e RAE = -2,2), enquanto os impactos socioculturais são também maioritariamente classificados como positivos (57,6%), e com uma menor tendência para serem classificados como muito positivos (18% e RAE = -3,0).

Os membros do sexto segmento, os *turistas ambientalistas,* são os mais velhos (37,6 anos ±11,9), maioritariamente entre os 31-43 anos (42,2%), sendo o segmento que apresenta uma maior taxa de indivíduos acima dos 56 anos (9,4%). Vivem principalmente em Lisboa (23,4%), Porto (17,2%), Faro (9,4%) e Santarém (9,4%). São casados ou vivem em união de facto (53,1%), e apresentam uma maior tendência para incluir indivíduos divorciados, separados ou viúvos (RAE = 2,1), e os que mais vivem com a família e filhos a seu cargo (32,8%). São os que mais se apresentam com uma condição activa (trabalhadores) (75%), e em menor número como estudantes (12,5% e RAE = -2,0). Apresentam uma maior tendência para profissões intelectuais e científicas (RAE = 2,4), o segundo maior índice de escolaridade (68,8% têm escolaridade ao nível do ensino superior), e o segundo maior nível de rendimentos (37,5% entre os 1000-2000 euros e 10,9% acima dos 2000 euros). Os membros deste grupo são os que mais valorizam as práticas associativas expressivas (e.g. ir a associações recreativas ou a colectividades locais), e os que menos valorizam as práticas de expressão artística e as práticas de abandono e de expressão pública (e.g. ir ao centro comercial). As restantes práticas de lazer também não são valorizadas pelos membros deste segmento. São os que

praticam mais Desportos de Natureza no âmbito das associações (25,0%), os que mais praticam de forma informal com o grupo de sociabilidade (60,0%), e os que menos praticam nos clubes desportivos (5% e RAE = -2,2). A sua prática é a mais irregular e menos frequente (54,7%) de todos os grupos, e é desenvolvida preferencialmente ao fim-de-semana (70,3% e RAE = 2,3). Apresentam maioritariamente um nível de proficiência intermédio (49,5%), sendo os que praticam há mais tempo (34,4% praticam à mais de 15 anos). São também os que mais praticam sem local fixo (90,6% e RAE = 3,1), apresentando as maiores tendências para praticar fora do distrito (33,1% e RAE = 2,3) e fora do país (10,9% e RAE = 2,3). O pedestrianismo (39,1% e RAE = 4,6) o montanhismo (12,5% e RAE = 2,1), e a espeleologia (9,4% e RAE = 6,0) são as actividades com a maior tendência para serem realizadas pelos membros deste segmento, enquanto o BTT apresenta uma tendência negativa (10,9% e RAE = -2,3) para ser desenvolvido pelos membros deste grupo. É o grupo que mais desenvolve outras actividades quando pratica Desportos de Natureza, em especial fotografia e vídeo na natureza (73,4%), e observação da fauna e da flora (70,3%). A falta de tempo é a principal razão apontada por este grupo para não praticar com mais frequência, enquanto os condicionamentos pessoais (e.g. porque não quer), são as menos importantes. É o grupo que mais importância dá ao consumo de produtos e serviços locais (e.g. adquire produtos tradicionais da região) e à civilidade (e.g. cumpre as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora). Em relação aos comportamentos de consumo turístico, são os que recorrem mais ao automóvel (89,1%), os que geralmente fazem mais refeições nos locais das práticas (85,9%), e os que mais recorrem ao restaurante (12,5%), apesar de a maioria levar alimentos de casa e fazer um piquenique (56,3%). São os que mais pernoitam quando vão praticar Desportos de Natureza (29,6% pernoitam mais de 50% das vezes que vão praticar Desportos de Natureza e RAE = 2,3), e os que mais utilizam os parques de campismo (34,4%) ou outras formas de alojamento (e.g. carro, acantonamento, etc.) (31,3%). São também os que apresentam a maior tendência de gastos com os Desportos de Natureza, gastando acima dos 1000 euros (31,3%), sendo que 23,3% despende mais de 50% do valor dos gastos com Desportos de Natureza nos locais de prática. Contrariamente aos restantes grupos, a principal rubrica de despesa para estes praticantes é com os deslocamentos, seguida da aquisição de materiais e equipamentos. Os membros deste grupo classificam os impactos ambientais

resultantes da prática dos Desportos de Natureza geralmente como neutros (31,3%) ou positivos (34,4%), embora com uma predisposição para a sua classificação como negativo (21,9% e RAE = -3,3). Os impactos económicos são principalmente classificados como positivos (65,6% e RAE = 2,0), enquanto os impactos socioculturais são também maioritariamente classificados como positivos (51,6%) e muito positivos (34,6%).

5.5.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Esta secção apresentou uma análise compreensiva do perfil dos segmentos dos praticantes dos Desportos de Natureza, algo que ainda não tinha sido feito em Portugal. Foram identificados seis segmentos baseados nas razões (benefícios esperados) para a prática dos Desportos de Natureza. Estes segmentos foram depois denominados segundo os valores médios atribuídos à classificação da importância das cinco dimensões das razões para a prática dos Desportos de Natureza, e pelos resultados da classificação das associações das características da prática dos Desportos de Natureza. Denota-se que em todos os segmentos, a razão ambiente (e.g. para estar em contacto com a natureza) é a que sobressai sempre como um das razões mais importantes para a prática dos Desporto de Natureza, enquanto, por outro lado a competição é a razão menos importante em todos os segmentos, apesar de no quarto segmento esta ser uma razão muito importante.

A aventura e o ambiente são as principais razões apontadas pelos membros do primeiro segmento e por isso este foi designado de *aventureiros ambientalistas.* O segundo segmento foi designado de *aventureiros sociabilizadores* porque os membros deste grupo quando procuram praticar Desportos de Natureza fazem-no especialmente pela aventura e pela sociabilidade. Os membros do terceiro segmento foram chamados de *ambientalistas ecléctico*s porque dão importância intermédia semelhante a todas as razões, com excepção da competição, e ligeiramente superior ao ambiente. Os *aventureiros competitivos* representam o quarto segmento porque, apesar da aventura e do turismo serem as principais razões para a prática, é neste segmento onde o factor competição é mais evidente. O quinto segmento foi designado de *higienistas ambientalistas* porque neste grupo são mais evidenciadas as razões higienismo e ambiente. Os membros do sexto segmento foram designados de *turistas ambientalista* porque para além da razão ambiente é o turismo que se evidência.

Depois de atribuída a designação a cada um dos segmentos, estes foram caracterizados com base nas características sociodemográficas, estilo de vida relacionado com o lazer, perfil da prática dos Desportos de Natureza, constrangimentos para a prática, comportamentos nos locais de prática e consumo turístico, e na classificação dos impactos e respectiva repercussão nos locais de destino das práticas dos Desportos de Natureza. Apesar de em todos os segmentos o praticante masculino ser predominante, no terceiro (ambientalistas eclécticos) e no quinto segmento (higienistas ambientalistas) evidencia-se uma maior tendência para a prática feminina. Também em relação à idade se evidenciam diferenças, em especial entre os competidores e os turistas, já que os primeiros são os mais novos e os segundos os mais velhos. Em relação ao estado civil, o maior número de indivíduos solteiros sobressaem nos quatro primeiros segmentos (*aventureiros ambientalistas, aventureiros sociabilizadores, ambientalistas eclécticos* e aventureiros *competitivos*), enquanto os dois últimos (*higienistas ambientalistas* e *turistas ambientalistas*) são predominantemente casados. Em todos os segmentos prevalecem indivíduos que vivem com a família sem filhos, salientando-se os *aventureiros sociabilizadores* e os aventureiros *competitivos* que apresentam uma maior tendência do que os restantes para viverem neste perfil de agregado, enquanto os eclécticos apresentam uma menor tendência, e apresentarem um maior tendência para viverem sozinhos. Prevalecem também, em todos os segmentos, os indivíduos trabalhadores, apesar dos *aventureiros sociabilizadores* apresentarem uma maior tendência para incluírem indivíduos estudantes, enquanto os *turistas ambientalistas* têm uma menor predisposição para incluírem os estudantes. Os *aventureiros ambientalistas, os higienistas ambientalistas* e os *turistas ambientalistas* pertencem maioritariamente às profissões intelectuais e científicas, enquanto os restantes pertencem ao grupo das profissões técnicas ou profissionais de nível intermédio, apesar dos *aventureiros competitivos* apresentarem uma maior tendência para incluir indivíduos operários, artificies ou profissões similares, sendo estes portanto os que apresentam profissões menos qualificadas. A qualificação académica ao nível do ensino superior é também predominante em todos os grupos, apesar dos competidores apresentarem uma maior tendência do que os restantes grupos para incluírem indivíduos apenas com o 9º e o 12º ano de escolaridade.

Em todos os segmentos prevalecem indivíduos com um estilo de vida activo, embora a importância atribuída a cada tipologia de prática seja distinto. Em todo o

caso, os *aventureiros competitivos* são os que apresentam o índice do estilo de vida mais elevado, enquanto os *higienistas ambientalistas* apresentam o índice mais baixo.

O perfil da prática dos distintos segmentos também apresenta algumas diferenças. Os membros de todos os segmentos desenvolvem principalmente a sua prática dos Desportos de Natureza no âmbito de um grupo informal, com um carácter de lazer, à excepção dos *aventureiros competitivos* que praticam maioritariamente no âmbito dos clubes desportivos. Também são os *aventureiros competitivos* que apresentam uma maior frequência na prática, maioritariamente entre 1 a 3 dias, e com uma maior predisposição para pratica mais de 3 vezes por semana. Os *aventureiros ambientalistas*, os *aventureiros sociabilizadores* e os *ambientalistas eclécticos* apresentam também uma prática frequente, maioritariamente entre 1 a 3 dias por semana. Por outro lado, são os *higienistas ambientalistas*, e em especial os *turistas ambientalistas*, que têm uma prática menos frequente. São também os *turistas ambientalistas* que mais procuram diferentes espaços de prática, e com a maior tendência para praticar fora do distrito e fora do país. Esta maior predisposição para praticar em diferentes locais pode ser explicada em parte porque são estes últimos que mais praticam actividades que têm um perfil de maior itinerância e maior carácter informacional, como o pedestrianismo, o montanhismo e a espeleologia. Por outro lado, os *aventureiros competitivos* praticam maioritariamente actividades que têm um carácter competitivo como o BTT, e a orientação. O BTT é também para os *aventureiros ambientalistas*, os *aventureiros sociabilizadores*, e os *higienistas ambientalistas* a principal actividade praticada, embora este último apresente uma maior tendência para a prática de pedestrianismo. O pedestrianismo é também para os eclécticos a principal actividade praticada.

O carro é em todos os segmentos o preferencial meio de transporte utilizado para a deslocação para os locais de prática. Os *higienistas ambientalistas* e os *aventureiros ambientalistas* são os que apresentam maiores tendências para não realizarem refeições nos locais de prática, enquanto os *turistas ambientalistas* são os que os que mais fazem refeições nos locais de prática. A maioria dos praticantes, em todos os segmentos, leva os alimentos de casa e faz um piquenique quando fazem refeições nos locais de prática. Em relação à pernoita, os *aventureiros ambientalistas* e os *higienistas ambientalistas* são os que têm mais tendência para

nunca pernoitar, enquanto os *turistas ambientalistas* são os que mais pernoitam quando vão praticar Desportos de Natureza e os que mais utilizam os parques de campismo e outras formas de alojamento (e.g. carro, acantonamento, etc.). A seguir aos *turistas ambientalistas* são os *aventureiros competitivos* que mais pernoitam, e os que mais utilizam os estabelecimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos. Os *ambientalistas eclécticos* pernoitam poucas vezes, e quando pernoitam utilizam preferencialmente o parque de campismo. Os *turistas ambientalistas* são os que despendem os mais elevados valores com a aquisição de produtos/serviços relacionados com a prática dos Desportos de Natureza, enquanto os *higienistas ambientalistas* são os que menos despendem com a prática dos Desportos de Natureza. Por outro lado, são os *aventureiros ambientalistas* e os *higienistas ambientalistas* que em termos percentuais mais gasta com produtos/serviços nos locais de prática, enquanto os *aventureiros sociabilizadores* são os que menos gastam nos locais de prática em termos percentuais. A principal rubrica de despesas dos *turistas ambientalistas* é com o deslocamento para os locais de prática, seguida da aquisição de materiais e equipamentos, enquanto para os restantes segmentos a aquisição de materiais e equipamentos é a principal, seguida das despesas com transporte.

De forma geral os membros de todos os segmentos classificam os impactos ambientais que decorrem da prática dos Desportos de Natureza maioritariamente como neutros ou positivos, enquanto os impactos económicos e os socioculturais são classificados principalmente como positivos. Salientam-se os *aventureiros competitivos* que classificam as três dimensões dos impactos de uma forma mais positiva que os restantes, enquanto os *higienistas ambientalistas* são os que os classificam com os mais baixos valores.

Ao comparar os resultados alcançados pela segmentação dos praticantes dos Desportos de Natureza, com outros trabalhos encontrados na literatura, não se deve deixar de fazer notar que este estudo apresenta uma maior especificidade em relação a outros que são mais abrangentes e que direccionam o seu foco de estudo para um fenómeno mais global, como o Turismo de Natureza (Marques, Reis, & Menezes, 2010), ou ao Ecoturismo (Bricker & Kerstetter, 2002; Kerstetter, Hou, & Lin, 2004; Palacio & McCool, 1997; Weaver, 2002; Weaver & Lawton, 2002). Por outro lado, este estudo é, ao mesmo tempo, mais abrangente do que outros trabalhos encontrados na literatura que se focam apenas numa das actividades dos

Desportos de Natureza, como a canoagem (Pociello, 1995), ou pedestrianismo (Bichis-Lupas & Moisey, 2001), ou num segmento de actividades, como o caso dos desportos de montanha (Lefèvre, 2004). Ainda se devem salientar outras especificidades na comparação com estes estudos, pelas diferenças substanciais entre as região onde foram aplicados, nos métodos de recolha de dados, pelas diferentes variáveis usadas, pelos diferentes métodos estatísticos aplicados, etc. Apesar de todas estas diferenças foram encontradas algumas similaridades com outros segmentos encontrados na literatura.

Pociello (1995), através da análise dos praticantes de canoagem, identificou três tipos de praticantes - os *competidores*, os *puristas*, e os *turistas* -, que apresentam características similares a dois segmentos apresentados neste trabalho, os *aventureiros competitivos* e os *turistas ambientalistas*. Pociello (1995) identifica os *competidores*, como os praticantes mais novos e os que apresentam o mais elevado nível técnico, através de um importante investimento em tempo, energia, e sacrifício, tanto na actividade como na instituição, tal como os *aventureiros competitivos* identificados neste trabalho; enquanto os *turistas* são, tal como os *turistas ambientalistas*, os praticantes mais velhos e com o maior volume de capital, apresentando um maior investimento cultural, estético e turístico da actividade; o terceiro tipo de praticante identificado por Pociello (1995), os *puristas*, não encontra correspondência com nenhum dos segmentos expostos neste trabalho, porque foram utilizadas variáveis muito distintas, não permitindo a comparação com as características básicas deste segmento.

O estudo de Bichis-Lupas e Moisey (2001) procurou dividir os utilizadores do *rail-trail* em segmentos de mercado de acordo com os benefícios esperados, identificando quatro segmentos, entre os quais os *fitness seekers* (procuradores de condição física), que encontra correspondência no segmento dos *higienistas ambientalistas.* Em ambos os casos a principal motivação é para com as questões da saúde e a manutenção ou melhoria da condição física.

Os segmentos apresentados no estudo de Lefèvre (2004) não apresentam correspondência com as tipologias identificadas neste estudo. Também os segmentos identificados no estudo do Turismo de Natureza (Marques, Reis, & Menezes, 2010) e nos estudos do Ecoturismo (Bricker & Kerstetter, 2002; Kerstetter, Hou, & Lin, 2004; Palacio & McCool, 1997; Weaver, 2002; Weaver & Lawton, 2002), não apresentam similaridades com os segmentos representados neste estudo. Isto

pode ser explicado pelo facto de nestes trabalhos (Turismo de Natureza e Ecoturismo), exceptuando o estudo de Kerstetter, Hou e Lin (2004), não ter sido identidado nenhum segmento com características que destaquem a experiência da aventura como principal factor para a visitar as áreas naturais (protegidas), e por isso não se posicionarem no Ecoturismo *hard* - onde estão incluídas a maioria das actividades dos Desportos de Natureza, e respectivamente os seus praticantes.

Apesar da segmentação dos praticantes representar apenas uma primeira tentativa de identificar as diferentes tipologias de praticantes dos Desportos de Natureza, pode ter, no entanto, algumas implicações para o desenvolvimento de políticas no sector.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Esta tese seguiu um trajecto de natureza científica, inserida no âmbito da investigação em Ciências Sociais. O percurso foi dividido por etapas, assinalando-se aqui a última, onde se apresenta o balanço final do trabalho desenvolvido. Este capítulo é apresentado em quatro partes, incluindo esta nota introdutória. Na segunda parte apresentam-se as conclusões gerais onde são explanados os resultados mais relevantes, recorrendo ao cruzamento dos dados obtidos através dos questionários aplicados aos praticantes e aos dirigentes das OPDN, e a literatura revista, tendo em consideração os objectivos estabelecidos. Na terceira parte são apresentadas as limitações que caracterizam este estudo, e que delimitaram as conclusões finais. Na última parte (perspectivas futuras) serão apresentadas algumas pistas para futuras investigações sobre esta temática.

6.2. CONCLUSÕES GERAIS

A expressão Desportos de Natureza é um conceito que emerge associado aos novos valores da sociedade *transmoderna* (Corneloup, 2011). É um termo genérico usado para definir todas as formas de prática desportiva que são desenvolvidas em espaços naturais (Bessy & Mouton, 2004), e que pelas suas características contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento local (Melo, 2009). Esta designação revela a evolução da representação da natureza, que apresenta uma crescente preocupação com a sua protecção, valorização e estruturação, explorando a ligação entre o universo desportivo e o envolvimento global, fazendo referência às questões emergentes associadas às mutações políticas, económicas e culturais da sociedade contemporânea (Bessy & Mouton, 2004). Neste sentido, a evolução deste conceito tem em conta as seguintes dimensões: i) o processo de difusão do desporto na sociedade; ii) a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável; iii) o papel das actividades desportivas no desenvolvimento económico local e na estruturação dos territórios (Bessy & Mouton, 2004); iv) a mercantilização das actividades na natureza, através de *labels* (produtos) associados, em especial, à ecologia (Bouhaouala & Bouchet, 2007; Gomes R. A., 2009) e à aventura (Varley, 2006).

Os Desportos de Natureza constituem um fenómeno crescente da prática desportiva, e os espaços naturais onde estes são realizados são considerados como factores dominantes durante as viagens turísticas e as migrações de lazer,

percebendo-se, portanto, a ligação entre estas actividades e os sectores do turismo e do lazer. O contributo dos Desportos de Natureza para a sustentabilidade do desenvolvimento local, nas comunidades de destino, também tem vindo a ser amplamente reconhecido. No entanto, apesar de todos os contornos que levaram a sugerir esta ideia, poucos foram os estudos desenvolvidos sobre a temática da sustentabilidade no âmbito destas práticas. Por outro lado, também não existiam estudos, em Portugal, que caracterizassem em profundidade os praticantes e as organizações que promovem as actividades dos Desportos de Natureza. Este trabalho permitiu assim: i) caracterizar os praticantes dos Desportos de Natureza, maiores de 18 anos, residentes em Portugal continental, identificando as suas características sociodemográficas, as práticas de lazer e o uso dos seus tempos livres, e o perfil de prática dos Desportos de Natureza; ii) caracterizar as OPDN, a operar em Portugal continental, identificando o seu perfil geral, as características da sua oferta e da sua procura, e o perfil dos seus dirigentes; iii) identificar os impactos (ambientais, económicos e socioculturais) gerados pelos Desportos de Natureza, e o seu contributo para a sustentabilidade do desenvolvimento local, partindo da percepção dos praticantes e dos agentes promotores destas actividades, e dos seus comportamentos nos locais das práticas. Os dados foram recolhidos através da aplicação de dois questionários durante os meses de Setembro a Dezembro de 2011, a uma amostra de praticantes (n=1126), e a uma amostra de dirigentes das OPDN (n=166).

Este trabalho permitiu realizar um estudo extensivo sobre os praticantes dos Desportos de Natureza em Portugal continental, não se conhecendo estudos que tenham efectuado esta caracterização a este nível (escala nacional), exceptuando os estudos realizados nos EUA sobre a participação anual em actividades de recreação *outdoor* (The Outdoor Foundation, 2013). Alguns estudos foram desenvolvidos sob uma escala territorial mais reduzida, como na região da Catalunha (Espanha) por exemplo (Betrán & Betrán, 1998).

Em Portugal não se conhecem os dados relativos ao número de praticantes dos Desportos de Natureza, em especial dos praticantes informais. Contudo é possível perceber que esse número é baixo tendo em conta os dados disponíveis sobre a prática desportiva (em geral) dos portugueses - apenas 31% indicam que praticam uma modalidade desportiva pelo menos uma vez por semana (European Commission, 2010), em especial quando comparado com outras realidades, como a

francesa, onde um em cada três franceses entre os 15-75 anos esteve envolvido numa actividade desportiva na natureza (Mignon & Truchot, 2002). Também nos EUA a participação em actividade de recreação *outdoor* é elevada já que 50% da população participou em algum tipo destas actividades em 2012 (The Outdoor Foundation, 2013), embora este conceito inclua outras actividades que não apenas os Desportos de Natureza (e.g. caça, pesca, campismo, etc.).

Apesar desta evidência, existem alguns indicadores que permitem evidenciar o crescimento do sector e o aumento do número de praticantes em Portugal. Destacam-se os seguintes: a) uma elevada participação de praticantes informais, que indicia uma crescente independência dos praticantes em relação à necessidade de mediação desportiva, e consequentemente uma maior autonomia na participação; b) uma maior participação de jovens que inicia a prática destas actividades cada vez mais cedo, talvez influenciados pela integração destas actividades nos programas curriculares do ensino básico e secundário; c) a crescente participação feminina, em especial nos grupos de idade mais jovens; d) a diversidade da oferta que permite oferecer projectos desportivos distintos, em função das motivações pessoais, que vão das actividades mais formais segundo o modelo federado (como os clubes desportivos de canoagem orientados para a competição), às estruturas mais informais (como os clubes de praticantes de BTT orientados para a prática recreativa); e) o aumento da oferta especializada, direccionada para o ensino/formação de praticantes, como o caso da maioria dos clubes de *surf*; f) o aumento do número de eventos desportivos formais, como as provas federadas de orientação, mas também não formais como as provas de BTT organizadas por clubes de praticantes e/ou associações; g) a criação de novos espaços para a prática, como as redes de percursos pedestres, os centros náuticos, os centros de alto rendimento de *surf*, etc.; h) a criação de uma imagem positiva nos territórios, associada a eventos desportivos mediáticos, como o caso de Peniche a partir do campeonato do mundo de *surf*, ou da Nazaré a partir da maior onda surfada (por Garrett McNamara); i) o crescimento do sector dos Desportos de Natureza, apontado pelos dirigentes das OPDN, para os próximos 10 anos.

No entanto, os dados dos questionários patenteiam ainda algumas assimetrias na participação em actividades dos Desportos de Natureza, apesar da evidente difusão das práticas dos Desportos de Natureza em Portugal. Destaca-se uma maior participação masculina, e de jovens, com o número de respondentes a

decrescer com o avançar da idade, pressupondo assim um decréscimo da participação com a idade, assinalando-se por isso assimetrias relativas ao sexo e idade. Também ao nível do capital cultural, social e económico são patentes algumas assimetrias, a julgar pelo elevado nível de escolaridade dos indivíduos da amostra (principalmente ao nível do ensino superior), pelo número de indivíduos pertencentes a grupos profissionais altamente qualificados, e pelos rendimentos auferidos, maioritariamente acima da média nacional. Os resultados do questionário aplicado aos dirigentes das OPDN mostram um perfil dos praticantes, em relação ao sexo e idade, idêntico ao perfil evidenciado pelo questionário aplicado aos praticantes dos Desportos de Natureza, o que indica um perfil comum entre os praticantes informais e os que realizam estas actividades no âmbito organizacional. Assim, no que diz respeito à estrutura social de recrutamento dos Desportos de Natureza, os resultados deste trabalho vão ao encontro dos enunciados por Pociello (1981) sobre aquilo que designou como *ecologização* das práticas desportivas, um fenómeno de recurso do aproveitamento das fontes de energia naturais através de máquinas ecológicas (bicicleta, prancha de *surf*, asa-delta, etc.), característico dos indivíduos detentores de um volume global de capital elevado, em especial de capital cultural.

Os dados apontam também para uma procura satisfeita pelos indivíduos inquiridos, no que diz respeito à prática dos Desportos de Natureza. No entanto, é demonstrado que a relação entre a satisfação e a frequência fique aquém do desejado, já que a maioria dos praticantes gostaria de realizar a actividade favorita mais vezes, pressupondo-se por isso alguns tipos de constrangimentos que condicionam a frequência das respectivas práticas. A este respeito, a análise dos constrangimentos demonstra que a falta de tempo disponível é o principal limitador da frequência da prática, seguida da falta de dinheiro. Contrapondo os constrangimentos, os praticantes apontam a questão ambiental (e.g. para estar em contacto com a natureza) com a principal razão para a prática dos Desportos de Natureza, seguida da aventura (e.g. para ter novas experiências e sensações de aventura).

Os dados dos inquéritos aplicados aos praticantes sugerem que o BTT, seguido do pedestrianismo e da canoagem, são as actividades de Desportos de Natureza mais praticadas em Portugal. Salienta-se ainda que o BTT é, simultaneamente, a actividade que foi praticada por mais indivíduos (pelo menos

uma vez), a actividade praticada com maior frequência pelo maior número de indivíduos, e a actividade que os indivíduos gostariam de praticar com maior frequência. Por outro lado, os dados das organizações mostram que a canoagem é a actividade dos Desportos de Natureza desenvolvida com maior frequência pelo maior número de OPDN, denotando-se todavia diferenças entre a oferta nos diferentes tipos de OPDN, verificando-se que: o *surf* é a actividade desenvolvida por mais empresas; o BTT, a vela e as multiactividades por mais clubes desportivos; e o BTT e o pedestrianismo pela maioria das associações. O *surf* é também a principal actividade dos Desportos de Natureza procurada pelo mercado internacional.

As actividades dos Desportos de Natureza são de forma geral realizadas ao longo de todo o ano, pelo menos uma vez por semana, durante o fim-de-semana e, normalmente, durante o período da manhã. São praticadas maioritariamente por indivíduos com um nível de proficiência técnica intermédia, embora os dirigentes das OPDN refiram que, no âmbito das suas organizações, os praticantes que procuram os seus serviços pela primeira vez são maioritariamente iniciados. Os praticantes percorrem vários espaços de prática (sem local fixo para a prática), realizando as suas actividades normalmente no concelho de residência. Por norma fazem fotografia como actividade complementar à prática dos Desportos de Natureza, que é de resto também uma das actividades complementares mais oferecidas pelas OPDN. No entanto, o perfil da prática é distinto em função das condições específicas para a realização de cada actividade (geográficas, meteorológicas, etc.), do perfil dos praticantes e do âmbito socio-organizacional da prática. Denota-se que as actividades que necessitam de espaços com características específicas, como por exemplo o montanhismo ou o mergulho, apresentam a maior tendência para serem desenvolvidas fora do distrito ou mesmo do país, e por isso praticadas com menor regularidade e frequência. No que diz respeito ao perfil dos praticantes, os que são activos perante o trabalho e os que têm encargos familiares apresentam uma prática maioritariamente ao fim de semana. Já os mais jovens, e estudantes, têm uma prática mais indiferenciada ao longo da semana. A maioria dos praticantes dos Desportos de Natureza inquiridos desenvolve as actividades no âmbito informal, apresentando uma maior tendência do que os que praticam noutros contextos para uma prática irregular e menos frequente.

Os Desportos de Natureza são também mobilizadores de um estilo de vida activo. A este respeito, verifica-se que os praticantes inquiridos apresentam

maioritariamente um estilo de vida centrado nas práticas de expressão desportiva e nas práticas ao ar livre, não obstante as actividades de rotina, em especial no espaço doméstico, representarem a sua principal ocupação de tempo livre.

Para aferir a existência de diferenças estatisticamente significativas, colocou-se a seguinte hipótese que é comum às 11 categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres, em função dos diferentes grupos (sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos do agregado familiar):

H0 – A frequência na categoria (1 a 11) das práticas de lazer e uso dos tempos livres é independente das características dos grupos (por sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos);

H1 – A frequência na categoria (1 a 11) das práticas de lazer e uso dos tempos livres não é independente das características dos grupos (por sexo, grupo de idade, estado civil, condição e situação perante o trabalho, grupo profissional, nível de instrução, e rendimentos).

O teste das hipóteses, realizado através do teste do Qui-quadrado de independência por simulação de Monta Carlo, mostra diferenças estatisticamente significativas em todas as (11) categorias, em relação à variável sexo. Destes resultados salienta-se que são as mulheres que apresentam um índice de frequência superior aos homens nas primeiras 8 categorias (práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas; práticas de sociabilidade doméstica; práticas domésticas de abandono; práticas de sociabilidade urbana e local; práticas de expressão cultural e/ou artística; práticas de expressão ao ar livre; práticas de participação expressiva; e práticas receptivas, expressivas e de rotina), enquanto os homens apresentam índices superiores nas (3) últimas (práticas de sociabilidade associativa local; práticas de expressão turística; práticas de expressão desportiva). Comparando estes resultados com os resultados dos estudos efectuadas a nível nacional (Gomes R. T., 2001; Instituto Nacional de Estatística, 2001) sobre as práticas de lazer, observam-se diferenças já que os estudos nacionais indicam que os homens apresentam taxas superiores de realização em relação às mulheres em todas as categorias. As mulheres inquiridas, talvez por terem conquistado os vários níveis de ensino, incluindo o ensino superior, assim como segmentos qualificados do mercado de trabalho, acabaram por conquistar o espaço público. Por outro lado, a

análise do estatuto da mulher inquirida neste estudo, eminentemente jovem, solteira e sem filhos a seu cargo, sugere que estas talvez apresentem um menor número de constrangimentos do que a mulher que tem encargos familiares e, assim, um maior tempo disponível para as actividades de lazer.

A idade é também um factor importante na frequência das diferentes práticas de lazer e usos dos tempos livres, verificando-se também diferenças estatisticamente significativas em 8 das 11 categorias das práticas de lazer e uso dos tempos livres em relação à idade (exceptuam-se as práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas; as práticas de expressão cultural e/ou artística; e as práticas de expressão ao ar livre). Nos estudos sobre as práticas de lazer e do uso dos tempos livres da população portuguesa (Gomes R. T., 2001; Instituto Nacional de Estatística, 2001), o avançar da idade corresponde globalmente, e em alguns casos de modo pronunciado, à diminuição das práticas realizadas. No entanto, neste subgrupo da população portuguesa (praticantes dos Desportos de Natureza) os resultados não evidenciam esta relação, já que em muitas das categorias, o grupo de idade mais velho apresenta os índices de frequência mais elevados. Estes resultados demonstram um padrão distinto entre praticantes dos Desportos de Natureza (inquiridos), em relação à população em geral, pois estes apresentam um estilo de vida muito mais activo.

O estado civil também se revela importante na frequência das práticas de lazer e usos dos tempos livres. Neste grupo, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em apenas 2 categorias (práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas; e práticas de participação expressiva). Os indivíduos solteiros, e os divorciados ou viúvos, são os que apresentam os mais elevados índices de frequência na maioria das categorias em que se apresentam diferenças estatisticamente significativas. Os indivíduos casados ou a viverem em união de facto, talvez por terem alguns constrangimentos familiares, apresentam em quase todas as categorias índices de frequência abaixo da média, à excepção das práticas de expressão turística (categoria 11), e das práticas de expressão ao ar livre (categoria 6), talvez porque estas sejam práticas realizadas em família, ou pelo menos conotadas a essa realidade.

Na variável condição e situação perante o trabalho apenas não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na categoria 1 (práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas) e 7 (Práticas de participação expressiva).

Os estudantes apresentam maiores frequências em quase todas as categorias, à excepção da categoria 10 (práticas de expressão desportiva) e categoria 11 (práticas de expressão turística), categorias onde o grupo dos patrões apresenta maiores níveis de frequência, e na categoria 5 (práticas de expressão ao ar livre) onde o grupo de *outros* (pensionistas, domésticos, etc.) apresenta os maiores índices de frequência.

Na variável grupo profissional apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 6 (Práticas de expressão ao ar livre), 9 (Práticas de sociabilidade associativa local), 10 (Práticas de expressão desportiva) e 11 (Práticas de expressão turística).

Relativamente à variável nível de instrução não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 1 (Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas), 4 (Práticas de sociabilidade urbana e local), 5 Práticas de expressão cultural e/ou artística), 7 (Práticas de participação expressiva), e 10 (Práticas de expressão desportiva).

Na variável rendimentos do agregado familiar apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas categorias 1 (Práticas domésticas informativas, receptivas e/ou expressivas), 8 (Práticas receptivas, expressivas e de rotina) e 11 (Práticas de expressão turística).

Os vários estudos conhecidos sobre as organizações que promovem os Desportos de Natureza, quer em Portugal (Costa R. A., 2005; Cunha S. C., 2006; Mota, 2006; Moutinho, 2008; Resende, 2006), quer a nível internacional (Betrán & Betrán, 1999; Bouhaouala, 1999; Paget, 2007, Viñuelas, Betrán e Plantalamor, 1995), focaram-se maioritariamente na questão empresarial, e em territórios específicas (não alargados à escala nacional). Assim, este estudo permitiu realizar um estudo extensivo sobre as OPDN em Portugal continental, englobando tanto as organizações empresariais como as organizações do movimento associativo.

Os dados sobre as OPDN apontam para uma oferta diversificada em função da tipologia de organização que promove os Desportos de Natureza. Neste estudo foram identificados quatro tipologias de OPDN que apresentam uma oferta pública de actividades dos Desportos de Natureza: as empresas (turismo, desporto, etc.); os clubes desportivos; os clubes de praticantes; e as associações (ambientalistas, culturais, desportivas, recreativas, etc.). Estas organizações, e a sua oferta, cobrem um espectro alargado de projectos organizacionais distintos em função da vocação

de cada organização, dos mais formais aos mais informais, adequada a uma procura também ela distinta, que permite a participação em cada um dos âmbitos organizacionais em função dos objectivos individuais dos praticantes.

Os clubes desportivos são as OPDN mais antigas, e representam a tradicional vocação para o desporto formal e competitivo. As associações situam a sua vocação entre os clubes desportivos e as empresas, permitindo que os seus membros tenham uma prática mais ecléctica (dos Desportos de Natureza), que vai desde o âmbito formal ao não-formal. A evolução desta oferta resulta da percepção das associações sobre a falta de adaptação dos clubes desportivos à crescente procura de práticas não-formais e não-competitivas. Esta evolução do movimento associativo desportivo representa uma forma higienista, hedonista e aventureira de praticar desporto (Leblanc, 2001). As empresas parecem ser as organizações que estão melhor adaptadas à evolução da procura dos Desportos de Natureza, pois são as organizações mais recentes e que apresentam o maior número de praticantes, embora com menor frequência, adaptando-se assim à tendência hedonista da sociedade.

A relação entre os Desportos de Natureza e o turismo é também visível quando se analisam os impactos gerados por estas actividades, e que são observáveis em todos os âmbitos da prática (associativa, empresarial e livre ou autónoma), porque uma parte significante das actividades dos Desportos de Natureza são desenvolvidos em áreas afastadas da zona de residência (longe dos centros urbanos), especialmente em áreas naturais e zonas rurais, que requerem a viagem e o consumo turístico (alojamento, alimentação, aquisição e aluguer de equipamentos, etc.). A caracterização da percepção dos impactos dos Desportos de Natureza foi feita pela primeira vez em Portugal. A nível internacional não são conhecidos estudos que o tenham feito a partir da perspectiva dos praticantes e das organizações promotoras, e a um nível que integre as três tipologias dos impactos (ambientais, económicas e socioculturais). Os estudos sobre a percepção dos impactos das actividades dos Desportos de Natureza são baseados, maioritariamente, na percepção dos residentes (Brida, Osti, & Faccioli, 2011; Nyaupane & Thapa, 2004), ou sobre a percepção dos praticantes sobre uma das tipologias dos impactos, em especial os ambientais ou os sociais (Kalisch & Klaphake, 2007). A este respeito salientam-se os estudos sobre a percepção dos impactos ambientais (Lucas, 1979; Priskin, 2003), em especial sobre o seu efeito na

experiência recreativa (Dorwart, Mooreb, & Leungb, 2009; Lynn & Brown, 2003). Por outro lado, os estudos sobre a percepção dos impactos sociais são, de forma geral, desenvolvidos para medir a percepção do *crowding* (congestionamento nos locais das práticas) (Manning, 1999; Needham, Rollins, & Wood, 2004), em especial sobre os conflitos de uso recreativo nos espaços naturais (Marcouiller, Scott, & Prey, 2008).

De forma geral, os impactos (especialmente os ambientais) são gerados por um conjunto de factores, como as características intrínsecas das actividades, o meio natural onde se realizam, as formas em que são realizadas as actividades, e em especial, o perfil dos praticantes (Torbidoni & Sallent, 2009). Diversos estudos mostram também que a experiência recreativa é condicionada pela percepção dos impactos ambientais (Dorwart, Mooreb, & Leungb, 2009; Lynn & Brown, 2003). Os dados deste trabalho indicam que tanto os praticantes como os dirigentes das organizações têm uma percepção positiva sobre os impactos que decorrem da prática dos Desportos de Natureza sobre a sustentabilidade do desenvolvimento local. Ambos os grupos (praticantes e organizações), percebendo que os espaços de prática são o recurso mais importante para o desenvolvimento das suas práticas, apresentam também comportamentos sustentáveis nos locais de prática e junto das comunidades receptoras.

Os dados deste trabalho levam a sugerir que em Portugal os espaços de prática apresentam, globalmente, boas condições para ao desenvolvimento das diversas actividades dos Desportos de Natureza, a julgar pelo baixo valor atribuído à importância das más condições dos espaços de prática como factor inibidor (constrangimento) da participação. Os dados apontam também para que os espaços de prática não tenham ainda excedido a sua capacidade de carga, devido aos baixos valores atribuídos (percepcionados) em relação ao congestionamento dos locais de prática. Estas evidências levam também a sugerir que os conflitos no uso dos espaços são relativamente baixos. Estes resultados podem ser explicados pelo facto do número de praticantes de Desportos de Natureza em Portugal ser ainda baixo.

O consumo dos praticantes com os Desportos de Natureza está relacionado principalmente com a aquisição de materiais e equipamentos**.** Seguem-se as deslocações, a alimentação e o alojamento. Neste sentido, denota-se que os praticantes têm uma elevada autonomia para a prática, sendo poucos os que

recorrem a serviços turísticos (empresas de animação turística e agências de viagens), sugerindo-se portanto que os principais beneficiários são a indústria e o comércio de materiais e equipamentos. Os valores despendidos com as práticas são relevantes, quando comparados com os valores médios gastos com as actividades de lazer turístico em Portugal, o que mostra que os Desportos de Natureza são um componente importante de lazer e do turismo para os praticantes. Os resultados indicam que menos de metade dos gastos são despendidos nos locais das práticas, reflectindo também por isso a grande margem que os Desportos de Natureza podem ter para promover o desenvolvimento económico local.

A segmentação dos praticantes, baseada nas razões (benefícios esperados) para a prática dos Desportos de Natureza, resultou em seis grupos de praticantes: os *aventureiros ambientalistas*, os *aventureiros sociabilizadores*, os *ambientalistas eclécticos*, os *aventureiros competitivos*, os *higienistas ambientalistas*, e os *turistas ambientalistas*. Estes seis segmentos foram caracterizados em função das características dos praticantes que os compõem. Na literatura foram encontrados alguns estudos que apresentam alguns segmentos com as mesmas características identificadas neste trabalho, não se demonstrando contudo uma correspondência total entre os segmentos porque cada um dos trabalhos apresenta uma abordagem distinta, uns mais específicos que cobrem apenas uma actividade dos Desportos de Natureza (Bichis-Lupas & Moisey, 2001; Pociello, 1995) ou um segmento de actividades (Lefèvre, 2004), e outros mais abrangentes que cobrem um espectro maior de actividades como o Turismo de Natureza (Marques, Reis, & Menezes, 2010), ou o Ecoturismo (Bricker & Kerstetter, 2002; Kerstetter, Hou, & Lin, 2004; Palacio & McCool, 1997; Weaver, 2002; Weaver & Lawton, 2002). Esta segmentação poderá ter algumas implicações na gestão dos Desportos de Natureza, em especial na promoção de programas direccionadas a segmentos específicos, na oferta de programas ou infra-estruturas adequadas ao perfil dos segmentos, e na definição de políticas territoriais com base no perfil dos segmentos alvo.

Os resultados deste estudo reflectem as mudanças sociais e culturais que se operaram nas últimas décadas, que tiveram repercussões no ambiente económico, tecnológico e mediático, e que desencadearam uma transformação profunda no seio do sistema das práticas desportivas. Neste sentido, os Desportos de Natureza apresentam um conjunto de características específicas que foram sendo salientadas ao longo deste trabalho, e que aqui se sintetizam:

- Natureza (*nature based*): o espaço natural constitui o espaço de base para a prática das actividades dos Desportos de Natureza, mesmo que para facilitar o seu desenvolvimento esses espaços sofram modificações, através da colocação de equipamentos, da construção de infra-estruturas ou instalações de apoio à realização das actividades. O contacto com a natureza é apontado, aliás, como a principal razão para a prática, como uma forma de evasão e de escape a uma vida quotidiana demasiado rotineira e controlada, proporcionando novas sensações, emoções e outros estados de consciência, e possibilitando experiências que os indivíduos não têm acesso, em especial nos meios urbanos;

- Aventura/risco: a procura da aventura, de novas experiências e sensações de aventura, e o desafio às capacidades, associados ao factor risco (real ou percebido), são, para além das questões ambientais, as razões mais acentuadas pelos praticantes para a realização dos Desportos de Natureza. A procura do risco surge como uma forma de compensação ou de adaptação aos imperativos da sociedade (pós)moderna (Breivik, 2010; Langseth, 2011) e, neste sentido, as actividades dos Desportos de Natureza surgem como uma forma ideal de respeitar estas imposições. Contudo, a aventura e o risco são apresentados no domínio da prática dos Desportos de Natureza de uma forma paradoxal: por um lado tem-se assistido ao desafio de todos os limites corporais (e.g. nas ultramaratonas, onde se percorrem mais de 200 km, durante mais de 24 horas consecutivas), e à tentativa de alcançar novas proezas e novos recordes (e.g. ascensão mais rápida às montanhas mais altas), praticada por aventureiros experientes, onde o risco real está bem patente; e por outro o surgimento de um conjunto de actividades comercializadas, que patenteiam um elevado nível de risco (percebido), embora o risco real seja quase nulo, produzidas pelo *marketing* que promove estas actividades para indivíduos inexperientes, que vêm nessas actividades um grande desafio às suas capacidades;

- Tecnologização: o crescimento dos Desportos de Natureza surge também ligado à evolução tecnológica, que tem permitido um maior desenvolvimento, diferenciação e especialização das práticas. Os materiais e os equipamentos são, na maioria dos casos, indispensáveis para a sua realização, como elementos mediadores entre o indivíduo e o meio, permitindo transformar em acções motrizes o aproveitamento das energias do meio como a velocidade do vento (parapente), a força das ondas (prancha de *surf*), a altura ou a inclinação do terreno (prancha de

snowboard). Os materiais e os equipamentos surgem ainda como elementos de segurança (cordas na escalada) e/ou de protecção dos agentes meteorológicos (vestuário para a chuva ou neve). Ao analisar o desenvolvimento tecnológico, observa-se uma tendência para o desenvolvimento dos materiais e equipamentos com uma crescente adaptabilidade individual, permitindo uma maior facilidade de auto transporte, e uma maior personalização/individualização das práticas;

- Autonomia: estes desportos simbolizam também um sentimento de autonomia (espacial, temporal e institucional). A autonomia espacial refere-se à liberdade para procurar e praticar as respectivas actividades em diferentes locais de prática, e à conquista de novos espaços de prática. Os espaços correspondem na maioria das circunstâncias a espaços aparentemente banais, como o mar, o ar, o rio ou a montanha, e não delimitados (de forma normalizada e regularizada) pela acção humana. Os limites espaciais são impostos normalmente por acidentes geográficos (e.g. confluência entre o mar e a areia da praia, ou entre o céu e a terra), pela capacidade física (e.g. para atingir o pico de uma alta montanha ou para percorrer um percurso de BTT) ou técnica dos praticantes (e.g. para escalar uma via mais difícil ou surfar uma onda maior ou mais perigosa). É um fenómeno a que Pociello (1981) já designou de *desterritorialização das práticas*. Já a autonomia temporal remete para a possibilidade de uma prática em função do interesse próprio do indivíduo, independentemente dos demais, durante o seu tempo livre, ao fim de semana ou durante a semana, de manhã ou de tarde. No entanto, apesar desta autonomia, o factor tempo é, na sociedade contemporânea, um dos factores mais críticos, e é também apontado como o principal constrangimento para a prática dos Desportos de Natureza. Por outro lado, a autonomia institucional está relacionada com a grande possibilidade de auto-organização destas práticas, que não requerem um grande nível de organização, como demonstram os resultados deste estudo, que indicam a prática informal, com o grupo de sociabilidade, como a mais frequente. A autonomia institucional remete também para a possibilidade de escolha entre diferentes projectos desportivos, mediante a opção entre distintos âmbitos socio-organizacionais, dos mais formais aos mais informais;

- Hedonismo: os Desportos de Natureza pertencem à cultura do corpo informacional, emissor e receptor de informação, frente ao corpo eminentemente energético das actividades físicas da modernidade, como o desporto das actividades higiénico-estéticas. Estas actividades são reveladoras de uma procura de outros

tipos de sociabilidades desportivas, mais amigáveis, mais calorosas, e mais conviviais (Pociello, 1999). Os resultados deste trabalho reflectem a tendência hedonista da sociedade, associada a uma maior procura de actividades independentes e informais, e da procura de organizações com uma oferta de actividades de livre compromisso, em contraste com uma menor procura de actividades que exigem um maior compromisso imposto pelos clubes desportivos;

- *(Des)desportivização* das práticas: a criação de algumas actividades dos Desportos de Natureza tem decorrido mediante um processo cíclico de *des-desportivização* e de *desportivização* das práticas. Este fenómeno tem decorrido através da transferência e adaptação de modalidades desportivas formais (e.g. corrida de atletismo) para os grandes espaços naturais (e.g. corridas de montanha), decorrendo inicialmente sob um formato lúdico e recreativo, mediante o processo de *des-desportivização*. Estas são posteriormente *desportivizadas*, adquirindo um carácter competitivo e mais formal (e.g. *trail running* ou *ultra-trail*), embora os dois modelos de prática possam coexistir. Esta característica salienta a constante renovação e inovação dos Desportos de Natureza e das suas práticas;

- Combinação, hibridação e diversificação das práticas: existe também uma tendência crescente para a combinação e hibridação de actividades, como os programas multiactividades, as corridas de aventura, ou os triatlos aventura, etc.; e uma tendência para a realização de diferentes tipos de actividades ao longo do ano, como o *surf*, o *snowboard*, a escalada e o montanhismo. Estas tendências sublinham as mutações sazonais das práticas, mas também a crescente versatilidade dos praticantes, e a constante necessidade de obter novas e diferentes experiências, reflectindo também a produção de novas formas de prática;

Para além das características evidenciadas, os resultados também mostram que os Desportos de Natureza, e a sua prática, apresentam alguns valores sociais, dos quais se destacam:

- Sociabilidade: um dos mais importantes valores que se retêm da prática dos Desportos de Natureza é a sociabilidade, facto evidenciado pelo número de respostas que se obtiveram sobre o âmbito socio-organizacional das práticas, que remete para uma prática quase generalizada através do grupo de sociabilidade (amigos, familiares, vizinhos, colegas de trabalho, etc.). Por outro lado, o alto índice apontado ao factor sociabilidade, como razão para a prática, é outro dos indicadores

que leva a sugerir este como um valor social importante para a prática dos Desportos de Natureza;

- Maior igualdade entre género: apesar de se evidenciar uma maior participação masculina, e de existir uma diferenciação na participação em algumas actividades dos Desportos de Natureza, salienta-se uma participação comum, observando-se o homem a escalar com uma mulher, ou ambos a realizarem um percurso pedestre, ao contrário do desportos tradicionais ou imbuídos pelo espírito competitivo onde existe uma clara separação entre a participação masculina e feminina, onde o homem joga contra outro homem, e mulher contra outra mulher;

- Comportamentos sustentáveis: os Desportos de Natureza correspondem também ao conjunto de produtos/serviços que representam uma relação de complementaridade com a natureza, associando-se a sua prática à nova tendência pelo consumo ecológico. Estas práticas desportivas tendem a assumir-se mais sustentáveis, suaves e discretas, factores evidenciados pela percepção positiva que os praticantes têm sobre os impactos dos Desportos de Natureza no desenvolvimento local, e pelo índice de comportamentos sustentáveis que apresentam;

Considerando a análise efectuada, os Desportos de Natureza correspondem ao segmento de actividades desportivas realizadas em espaços naturais, que incluem a aventura e o risco como componentes principais, apresentando um conjunto distinto e complementar de projectos desportivos, dos mais formais aos mais informais, que possibilitam a concretização de diferentes objectivos, quer eles sejam o contacto com a natureza, a competição, a sociabilidade, a aventura, a melhoria da condição física ou o lazer-turístico, e uma participação mais igualitária. Associados às migrações de lazer-turístico apresentam um importante impacto (maioritariamente positivo) no desenvolvimento dos locais de destino e entre as comunidades receptoras.

6.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente estudo apresenta algumas limitações. A primeira limitação está associada aos limites teóricos e metodológicos dos inquéritos por questionário, em particular quanto à sua forma de aplicação (*online*), apesar das vantagens temporais e financeiras que advieram deste procedimento. A ausência de dados sobre o universo dos praticantes dos Desportos de Natureza expõe também uma limitação

na representatividade da amostra. O tamanho da amostra dos praticantes, em especial o reduzido número de respostas em algumas actividades (praticadas com maior frequência), inviabilizou uma análise mais aprofundada dos praticantes dessas actividades, apresentando-se também como uma limitação deste estudo. Apesar destas limitações, a similaridade dos resultados gerais, comparativamente com outros estudos sobre os praticantes dos Desportos de Natureza (Betrán & Betrán, 1998; Pociello, 1981), permite extrapolar algumas evidências, em especial nas assimetrias de participação resultantes das características sociodemográficas (em relação ao sexo, idade, capital económico e cultural), mas também na evidente irregularidade e frequência de participação em determinadas actividades dos Desportos de Natureza. Outra limitação está associada ao facto de não terem sido questionados praticantes com menos de 18 anos, não permitindo caracterizar os praticantes menores que esta idade. O estudo das organizações também apresenta algumas limitações, em especial porque não contemplou todos os possíveis âmbitos da prática (e.g. educativo, militar, etc.), e porque apresentou um baixo número de resposta em relação aos clubes de praticantes, não permitindo por isso realizar inferências sobre estas organizações.

6.4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Este estudo permite abrir novas perspectivas para a investigação no campo dos Desportos de Natureza, que podem ser divididas em três partes: i) em relação aos praticantes e à participação nas actividades dos Desportos de Natureza; ii) em relação às organizações que promovem estas actividades; iii) relativamente aos impactos dos Desportos de Natureza.

No contexto da participação nas actividades dos Desportos de Natureza será importante identificar a dimensão da população que tenha praticado Desportos de Natureza. Será também importante inquirir os que não praticam Desportos de Natureza para determinar as razões (constrangimentos) que os levam a não realizar estas actividades. Para o efeito poderá ser desenvolvido um estudo extensivo, à escala nacional, inquirindo praticantes e não praticantes, para tentar identificar as características que conduzem à participação e à não participação neste tipo de práticas. Por outro lado, os praticantes poderão ser estudados com maior profundidade, usando outros métodos de recolha de informação, que sejam

complementares ao usado neste estudo, nomeadamente através da aplicação de entrevistas, ou da observação participante, escolhendo-se também outras variáveis, que permitam complementar a informação recolhida neste estudo.

As organizações também poderão ser estudadas com maior profundidade, nas diversas dimensões de análise, como a estrutura organizacional, os modelos de gestão, ou as lógicas de acção dos seus dirigentes, por exemplo. Poderão também ser realizados estudos comparativos, transnacionais, para tentar compreender este fenómeno numa escala mais alargada.

Em relação à caracterização dos impactos dos Desportos de Natureza, será importante analisar a percepção de outras partes interessadas, como os habitantes das comunidades locais de destino, agentes locais, e ambientalistas, para entender a visão de todas as partes envolvidas neste fenómeno. Será também relevante avaliar os diferentes impactos através de outros dispositivos (e.g. econometria, instrumentos de impacto ambiental, etc.) que permitam obter uma medida real dos impactos de Desportos da Natureza no desenvolvimento local. Estes estudos poderão ser importantes para identificar e entender os possíveis benefícios destas actividades, e as suas potencialidades para estruturar o território e para promover o desenvolvimento local, fornecendo informações estruturadas para o processo de tomada de decisões pelas partes interessadas.

BIBLIOGRAFIA

Abramson, A., & Fletcher, R. (2007). Recreating the Vertical. Rock as Epic and Deep Eco-Play. *Anthropology Today, 23*(6), 3-7.

Active Tourism Organization. (2002). *Components of Active Tourism*. Obtido em 28 de Março de 2013, de Active Tourism: http://www.active-tourism.com/HomeFramesOrg.html

Adams, W. (1995). Green development theory? Environmentalism and sustainable development. In J. Crush (Ed.), *Power of Development* (pp. 87-99). New York and London: Routledge.

Addison, G. (1999). Adventure tourism and ecotourism. In J. Miles, & S. Priest (Edits.), *Adventure Programming* (pp. 415-430). State College, PA: Venture Publishing.

Almada, F. (1992). *Cadernos da Sistemática das Actividades Desportivas 2. Base Conceptual da Sistemática das Actividades Desportivas. Taxonomia das Actividades Desportivas. Modelos de Tratamento do Conhecimento.* Cruz Quebrada: Edições FMH.

Almeida, A., & Costa, L. P. (Edits.). (2007a). *Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo: Estudos e Pesquisas no Brasil 1967-2007* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Almeida, A., & Costa, L. P. (Edits.). (2007b). *Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo: Estudos e Pesquisas no Brasil 1967-2007* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Almeida, A., & Costa, L. P. (Edits.). (2007c). *Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo: Estudos e Pesquisas no Brasil 1967-2007* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Amaro, R. (1991). Lógicas de espacialização da economia portuguesa. *Sociologia - Problemas e Práticas, 10*, 161-182.

Amaro, R. (1991). *Métodos e etapas de elaboração de um plano de desenvolvimento regional e/ou local.* Lubango.

Amaro, R. (1999). *Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local.* Lisboa: PROACT e SAE/ISCTE.

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos, 4*, 35-70.

Assembleia da República. (1996). Lei n.º 51/96 de 15 de Setembro. *Diário da República, I Série-A*(208), 3018-3032.

Assembleia da República. (2004). Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho. *Diário da República, I Série A*(170), 4467-4478.

Assembleia da República. (2007). Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro. *Diário da República, 1ª Série*(11), 356-363.

Atauri, J., Bravo, M., & Ruiz, A. (2000). Visitors' landscape preferences as a tool for management of recreational use in natural areas: A case study in Sierra de Guadarrama (Madrid, Spain). *Landscape Research, 25*(1), 49-62.

Augé, M. (2005). *Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.* Lisboa: 90º Editora.

Augustin, J. (2002). Pratiques sportives et territoires: Les atouts des régions. Territoires et pratiques sportives. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, 13*, 3-10.

Aydolat, P. (1985). *Économie régionale et urbaine.* Paris: Economica.

Barbier, E., Markandya, A., & Pearce, D. (1990). Environmental sustainability and cost - benefit analysis. *Environment and Planning, 22*(9), 1259-1266.

Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

Barget, E., & Vailleau, D. (2008). *Management du Sport: Théories et Pratiques.* Bruxelles: De Boeck Université.

Bartelmus, P. (1994). *Environment, Growth and Development. The Concepts and Strategies of Sustainability.* London: Routledge.

Batalha, A., & Xarez, L. (1999). *Sistemática da dança. Projecto taxonómico.* Cruz Quebrada: Edições F.M.H.

Bayle, E. (2007). Essai de définition du management des organisations sportives: objet, champ, niveaux d'analyse et spécificités des pratiques managériales. *Staps, 75*, 59-81.

Beauchard, F. (2004). Sports de nature. De quoi parle-t-on ? *Cahier Espaces: Sports de nature. Évolutions de l'offre et de la demande, 81*, 8-12.

Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (1994). *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order.* Stanford: Stanford University Press.

Beedie, P. (2007). Legislators and Interpreters: an Examination of Changes. In M. McNamee (Ed.), *Philosophical Risk and Adventure Sports* (pp. 25-42). London: Routledge.

Beedie, P. (2008). Book Review. Challenging mountain nature: risk, motive and lifestyle in three hobbyist sports. *Journal of Adventure Education & Outdoor Learning, 8*(1), 73-75.

Beedie, P., & Hudson, S. (2003). Emergence of mountain-based adventure tourism. *Annals of Tourism Research, 30*(3), 625-643.

Bell, S. (2008). *Design for Outdoor Recreation.* New York: Taylor & Francis.

Bergh, J., & Nijkamp, P. (1991). Aggregate Dynamic Economic Ecological models for Sustainable Development. *Environmental planning A, 23*(10), 1409-1428.

Bessy, O., & Mouton, M. (2004). Du plein air au sport de nature. Nouvelles pratiques, nouveaux enjeux. *Cahier Espaces: Sports de nature. Évolutions de l'offre et de la demande, 81*, 13-29.

Bessy, O., & Naria, O. (2005). Les enjeux des loisirs et du tourisme sportif de nature dans le développement durable de la Réunion. In P. Boucher, & C. Sobry (Edits.), *Management et marketing du sport : du local au global* (pp. 307-339). Paris: Éditions Septentrion.

Betrán, A., & Betrán, J. (1995a). Propuesta de una classificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 108-123.

Betrán, A., & Betrán, J. (1998). Análisis de la demanda potencial de las actividades físicas de aventura en la naturaleza en la ciudad de Barcelona. *Apunts: Educatión Física y Deportes, 52*, 92-102.

Betrán, A., & Betrán, J. (1999). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Estudio de la oferta y la demanda en el sector empresarial. *Apunts: Educación Física y Deportes, 57*, 86-94.

Betrán, J. (1989). Hacia un deporte educativo en una educación física renovada. *Apunts: Educación Física y Deportes, 16-17*, 63-75.

Betrán, J. (1995). Dossier. Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza: Análisis Sociocultural. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 5-8.

Betrán, J. (2002). De las prácticas físicas primigenias al deporte educativo (y III). *Apunts: Educación Física y Deportes, 69*, 3-4.

Betrán, J., & Betrán, A. (1995b). La crisis de la modernidad y el advenimiento de la posmodernidad: el deporte y las prácticas físicas alternativas en el tiempo de ocio activo. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 10-29.

Bichis-Lupas, M., & Moisey, R. (2001). A Benefit Segmentation of Rail-Tail Users: Implications for Marketing by Local Communities. *Journal of Park and Recreation Administration, 19*(3), 78-92.

Bjork, P. (2000). Ecotourism from a Conceptual Perspective, an Extended Definition of a Unique Tourism Form. *International Journal of Tourism Research, 2*, 189-202.

Black, R., & Crabtree, A. (2007). *Quality assurance and certification in ecotourism.* Wallingford, UK: CABI.

Blamey, R. (1997). Ecotourism: the search for an operational definition. *Journal of Sustainable Tourism, 5*(2), 109-130.

Boniface, B., & Cooper, C. (2001). *Worldwide Destinations: The Geography of Travel and Tourism.* London: Butterworth-Heinemann Ltd.

Boon, B. (2006). When leisure and work are allies: The case of skiers and tourist resort hotels. *Career Development International, 11*(7), 594–608.

Booth, D., & Thorpe, H. (2007). *Berkshire Encyclopedia of Extreme Sport.* Great Barrington: Berkshire Reference Works.

Bouet, M. (1968). *Signification du Sport.* Paris: Éditions Universitaires.

Bouhaouala, M. (1999). *Micro-mentalités et logiques d'action des dirigeants des petites entreprises du Tourisme Sportif.* Grenoble: Université Joseph Fourier, Grenoble 1. Thèse de doctorat non publiée.

Bouhaouala, M. (2000). Petites entreprises et territoire: le cas du secteur du tourisme sportif dans le Vercors. *Montagne Méditerranéennes, 11*, 41-47.

Bouhaouala, M. (2001). Relations inter-entreprises dans un marché local: le cas des PE-TPE du tourisme sportif en Vercors. *Revue Espaces et Sociétés, 105-106*, 229-251.

Bouhaouala, M. (2004). Les Sports de nature comme outil de developpement socio-economique: creation et developpement d'entreprises. In P. Bouchet, & M. Kaach (Edits.), *Afrique francophone et développement du sport, du mythe à la réalité* (pp. 173-183). Paris: Éditions L'Harmattan.

Bouhaouala, M. (2008). *Management de la petite entreprise des loisirs sportifs.* Bruxelles: De Boeck Université.

Bouhaouala, M., & Bouchet, P. (2007). Labellisation sectorielle et développement durable des territoires. Approche théorique et opérationnelle dans le secteur du tourisme sportif de nature. *Gestion 2000, 2*, 127-158.

Bouhaouala, M., & Chifflet, P. (2001). Logiques d'action des moniteurs des sports de pleine nature: entre passion et profession. *Revue STAPS, 56*, 61-74.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: Critique sociale du jugement.* Paris: Editions de Minuit.

Bourdieu, P. (1983). Gostos de classe e estilos de vida. In R. Ortiz (Org.), *Questões de Sociologia* (pp. 82-121). São Paulo: Editora Ática.

Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia.* Lisboa: Fim de Século.

Bourdieu, P., & Saint-Martin, M. (1976). Anatomie du goût. *Actes de la recherche en sciences sociales, 5*, 2-112.

Bouter, L., Knipschild, P., Feij, J., & Volovics, A. (1988). Sensation seeking and injury risk in downhill skiing. *Personality and Individual Differences, 9*(3), 667-673.

Breivik, G. (2010). Trends in adventure sports in a postmodern society. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Politics, 13*(2), 260-273.

Bricker, K., & Kerstetter, D. (2002). *Ecotourists and Ecotourism: Benefit Segmentation and Experience Evaluation.* Obtido em 28 de Março de 2013, de fama2.us.es: http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20y%20medio%20ambiente/ECOTOURISTS%20AND%20ECOTOURISM%20BENEFIT%20SEGMENTATION%20AND%20EXPERIENCE%20EVALUATION.PDF

Brida, J., Osti, L., & Faccioli, M. (2011). Residents' perception and attitudes towards tourism impacts: A case study of the small rural community of Folgaria (Trentino – Italy). *Benchmarking: An International Journal, 18*(3), 359-385.

Brito, B. (2004). *Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe.* Lisboa: ISCTE. Tese de Doutoramento não publicada.

Brown, L. (1981). *Building a Sustainable Society.* Washington: World Watch Institute.

Brymer, E., & Gray, T. (2009). Dancing with nature: rhythm and harmony in extreme sport participation. *Journal of Adventure Education & Outdoor Learning, 9(2)*, 135-149.

Buarque, S. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.* Brasília: MEPF, INCRA e IICA.

Buckley, R. (2006). *Adventure tourism.* Wallingford, UK: CAB International.

Burch, W. (1969). The social circles of leisure: Competing explanations. *Journal of Leisure Research, 1*(2), 125-147.

Byers, T., & Slack, T. (2001). Strategic decision making in small business within the leisure industry. *Journal of Leisure Research, 33*(2), 121-136.

Camy, J., Clijsen, L., Madella, A., & Pilkington, A. (2004). *Vocasport, improving employment in the field of sport in Europe through vocational training.* Brussels : European Commission.

Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Actividades de Desporto de Natureza – Análise da Formação, Funções e Competências Profissionais.* Vila Real: UTAD. Tese de doutoramento não publicada.

Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento Local Sustentável: A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. *Barlia. Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento, 5*, 79-94.

Cazes, G. (1992). *Fondements pour un geographie du tourism et des loisirs.* Rosny: Bréal.

Celsi, R. (1992). Transcendent Benefits of High-Risk Sports. In J. Sterntha, & S. Brian (Edits.), *Advances in Consumer Research* (Vol. 19, pp. 636-641). Provo, UT: Association for Consumer Research.

Chazaud, P. (2004). *Management du tourisme et des loisirs sportifs de pleine nature.* Voiron: Editions PUS.

Churchill, C., & Lewis, V. (1983). Growing Concerns: The Five Stages of Small Business Growth. *Harvard Business Review, 3*, 30-50.

Cloke, P., & Perkins, H. (2002). Commodification and adventure in New Zealand tourism. *Current Issues in Tourism, 5*(6), 521-549.

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioural sciences.* Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Collins, M., & Randolph, L. (1991). Business or hobby? Small firms in sport and recreation. In A. Veal, & P. Jonson (Edits.), *Leisure and Tourism: Social and Environmental Change* (pp. 433-438). Sidney: University of Technology.

Comissão Europeia. (6 de Maio de 2003). Recomendação n.º 2003/361/CE. *Jornal Oficial da União Europeia*, 124-136.

Comissão Europeia. (2007). *Livro Branco sobre o Desporto.* Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Conselho da Europa. (1992). *Carta Europeia do Desporto.* Rhodes: Conselho da Europa.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gylbert, D., & Wanhill, S. (2007). *Turismo - princípios e práticas* (3ª ed.). São Paulo: Artmed Editora.

Corbin, A. (1989). *O território do vazio.* São Paulo: Companhia das Letras.

Corneloup, J. (2005). La place du marché dans le fonctionnement des loisirs sportifs de nature. *Téoros, 24*(1), 55-61. Obtido em 28 de Março de 2013, de http://teoros.revues.org/1528.

Corneloup, J. (2011). La forme transmoderne des pratiques récréatives de nature. *Développement durable et territoires, 2*(3), 1-19. Obtido em 28 de Março de 2013, de http://developpementdurable.revues.org/9107.

Corneloup, J., & Bourdeau, P. (2002). Culture professionnelle et métiers du tourisme sportif de montagne. *Téoros, 20*(3), 32-44. Obtido em 28 de Março de 2013, de http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/37/75/47/PDF/Article_metier_1.pdf.

Corneloup, J., & Bourdeau, P. (2004). Les sports de nature. Entre pratiques libres, territoires, marchés et logiques institutionnelles. *Cahier espaces, 8*, 117-124.

Corneloup, J., Bourdeau, P., & Mao, P. (2004). The cultural labelling of natural tourist areas. *Journal of alpine research, 4*, 21-32.

Costa, L. P. (1986). *Actividades de lazer e de desporto para todos em abordagens de rede e de baixo custo* (Vol. 8). Lisboa: Direção Geral dos Desportos.

Costa, L. P. (Ed.). (1997). *Meio Ambiente e Desporto. Uma perspectiva internacional.* Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Costa, L. P. (2007). Princípios do esporte para todos. In A. Almeida, & L. Costa (Edits.), *Meio ambiente, esporte, lazer e turismo. Estudos e pesquisa no Brasil: 1967-2007* (Vol. 1, pp. 97-99). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Costa, R. A. (2005). *Avaliação do Potencial de Crescimento e Desenvolvimento das Pequenas e Micro Empresas do Sector do Turismo.* Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de mestrado não publicada.

Crawford, D., & Godbey, G. (1987). Reconceptualizing barriers to family leisure. *Leisure Sciences, 9*(1), 119-127.

Crawford, D., Jackson, E., & Godbey, G. (1991). A hierarchical model of leisure constraints. *Leisure Sciences, 13*, 309-320.

Cresswell, T. (2004). *Place. A short introduction.* Oxford: Blackwell Publishing.

Crick, M. (1995). The anthropologist as tourist: An identity in question. In M. Lanfant, J. Allcock, & M. Bruner (Edits.), *International Tourism: Identity and Change* (pp. 205-223). London: SAGE Publications.

Critcher, C. (1989). A communication in response to Leisure, lifestyle and status: A pluralist framework for analysis. *Leisure Studies, 8*(2), 159-162.

Crosset, T., & Beal, B. (1997). The Use of “Subculture” and “Subworld” in Ethnographic Works on Sport: a Discussion of Definitional Distinctions. *Sociology of Sport Journal, 14*, 73-85.

Crouch, D. (1999). The intimacy and the expansion of space. In D. Crouch (Ed.), *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge* (pp. 257-276). London: Routledge.

Csikszentmihalyi, M. (1975). *Beyond Boredom and Anxiety: Experiencing Flow in Work and Play.* San Francisco: Jossey-Bass.

Cubero, H. (2008). *El pensamiento y la biografía del profesorado de Actividad Física en el Medio Natural: un estudio multicaso en la formación universitaria orientado a la comprensión de modelos formativos.* Valladolid: Universidad de Valladolid. Tesis doctoral inédita.

Cunha, L. M. (2007). *Os Espaços do Desporto. Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano.* Coimbra: Almedina.

Cunha, S. C. (2006). *Actividades Físicas de Aventura na Natureza em Portugal - Passos para a sua compreensão: o Caso da Cidade de Rio Maior.* Porto: FADEUP. Dissertação de mestrado não publicada.

D’Épinay, C. (1983). *Temps libre, culture de masse et culture de classes aujourd’hui.* Lausanne: Pierre-Marcel Faure.

Daft, R. (2010). *Organization Theory and Design* (10th ed.). Cincinnati, OH: South-Western Publishing Co.

Davidson, L., & Stebbins, R. (2011). *Serious Leisure and Nature: Sustainable Consumption in the Outdoors.* Houndmills, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.

Davis, W., & Rizzo, T. (1991). Issues in the classification of motor disorders. *Adapted Physical Activity Quarterly, 8*, 280-304.

De Boer, J. (2003). Sustainability labelling schemes: The logic of their claims and their functions for stakeholders. *Business strategy and the Environment, 12*, 254-264.

De Knop, P. (1990). Sport for all and active tourism. World Leisure and Recreation. *World Leisure and Recreation, 32*, 30–36.

Dear, M. (1988). The post-modern challenge: Reconstructing Human Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers, 13*, 262-274.

DECO. (2008). *Guia dos Desportos de Natureza.* Lisboa: DECO.

Defrance, J. (1987). Comment interpréter l'évolution des pratiques sportives? *Esprit: Le nouvel âge du sport, 4*, 139-147.

Delgado, A. (1991). *Manual didáctico de actividades en la naturaleza.* Sevilla: Wanceulen.

Dias, C. (2007). Notas e definições sobre o esporte, lazer e natureza. *Licere, 10*(3), 1-36.

Dias, C., & Júnior, E. (2006). Conceptual notes regarding the sports in nature. *The FIEP bulletin, 76*, 141-144.

Dias, C., Melo, V., & Júnior, E. (2007). Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 7*(3), 358-367.

Dolnicar, S., & Dickson, T. (2004). No risk, no fun - The Role of Perceived Risk in adventure tourism. *Proceedings of the 13th International Research Conference of the Council of Australian University Tourism and Hospitality*.

Dontenwill, E. (2008). *Le développement durable à l'épreuve des mondes de l'entreprise: le cas Botanic.* Lyon: Université Jean Moulin Lyon 3. Thèse de doctorat non publiée.

Dorwart, C., Mooreb, R., & Leungb, Y. (2009). Visitors' Perceptions of a Trail and Effects on Experiences: A Model for Nature-Based Recreation Experiences. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal, 3*(1), 33-54.

Driver, B. (1977). *Item pool for scales designed to quantify the psychological outcomes desired and expected from recreation participation.* Ft. Collins, CO: USDA Forest Service Rocky Mountain Forest and Range Experiment Station.

Driver, B., & Brown, P. (1978). The opportunity spectrum concept and behavioral information in outdoor recreation resource supply inventories: A rationale. In H. Lund et al (Ed.), *Integrated inventories of renewable natural resources: proceedings of the workshop* (pp. 24-31). Tucson, Arizona: USDA Forest Service, General Technical Report.

Driver, B., & Knopf, R. (1976). Temporary escape: One product of sport fisheries management. *Fisheries, 1*(2), 21-29.

Driver, B., & Tocher, R. (1970). Toward a behavioral interpretation of recreational engagements with implications for planning. In B. Driver (Ed.), *Elements of outdoor recreation planning* (pp. 9-31). Ann Arbor, MI: University Microfilms.

Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Éditions Seuil.

Dumazedier, J. (1973). *Lazer e Cultura Popular.* São Paulo: Editora Perspetiva.

Elias, N. (1989). *O Processo Civilizacional* (Vol. 1). Lisboa: D. Quixote.

Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A Busca da Excitação.* Lisboa: Difel.

Ellis, M. (1973). *Why People Play.* Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

Escobar, A. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World.* Princeton: Princeton University Press.

Estanque, E. (2005). Lazer, desigualdade e transformação social. In R. A. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 87-104). Coimbra: Instituto do Desporto de Portugal.

European Commission. (2010). *Special Eurobarometer 334: Sport and Physical Activity.* Brussels: European Commission.

Ewert, A., & Hollenhorst, S. (1989). Testing the adventure model: empirical support for a model of risk recreation participation. *Journal of leisure Research, 20*(3), 124-139.

Ewert, A., & Hollenhorst, S. (1994). Individual and setting attributes of the adventure recreation experience. *Leisure Sciences, 16*(4), 177-191.

Farrell, T., Hall, T., & White, D. (2001). Wilderness campers' perception and evaluation of campsite impacts. *Journal of Leisure Research, 33*(3), 229-250.

Feitelson, E. (1992). An Alternative Role for Economic Instruments: Sustainable Finance for Environmental Management. *Environmental Management, 16*(3), 299-307.

Feixa, C. (1995). La aventura imaginaria: una vision antropologica de las actividades fisicas de aventura en la naturaleza las actividades fisicas de aventura en la naturaleza. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 36-43.

Fennell, D. (2001). A Content Analysis of Ecotourism Definitions. *Current Issues in Tourism, 4*(5), 403-421.

Fernando, C. (2005). *Estruturação das Actividades Desportivas dos Grandes Espaços para a Micro e Macro Gestão.* Covilhã: Universidade da Beira Interior. Tese de doutoramento não publicada.

Ferrando, M. (1990). *Aspectos sociales del deporte. Una reflexión sociológica.* Madrid: Alianza Editorial.

Fidélis, T. (2001). *Planeamento territorial e Ambiente. O caso da envolvente à Ria de Aveiro.* São João do Estoril: Principia.

Filho, S. (2010). Rafting Guides: Leisure, work and lifestyle. *Annals of Leisure Research, 13*(1-2), 282-297.

Font, X. (2002). Environmental certification in tourism and hospitality: progress, process and prospects. *Tourism Management, 23*, 197-205.

Frochot, I., & Morrison, A. (2001). Benefit Segmentation: A Review of Its Applications to Travel and Tourism Research. *Journal of Travel & Tourism Marketing, 9*(4), 21-45.

Funollet, F. (1989). Las actividades en la naturaleza. Origen y perspectivas de futuro. *Apunts: Educación Física y Deportes, 18*, 4-11.

Funollet, F. (1995). Propuesta de clasificación de las actividades deportivas en el medio natural. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 124-129.

Fuster, J., Funollet, F., & Gómez, J. (2008). Característica elementares de los nuevos en el medio natural. *Ágora para la EF y el Deporte, 7-8*, 35-47.

Gallastegui, I. (2002). The use of eco-labels: a review of the literature. *European Environment, 12*, 316-331.

Gama, A. (1988). Notas para uma geografia do tempo livre. *Cadernos de Geografia, 7*, 203-217.

Gama, A. (2008). Fundamentos para uma geografia do tempo livre. In N. Santos, & A. Gama (Coords.), *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas* (pp. 85-106). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Gammon, S., & Robinson, T. (2003). Sport and Tourism: A Conceptual Framework. *Journal of Sport & Tourism, 8*(1), 21-26.

Gaspar, J. (1987). *Práticas Culturais dos Portugueses.* Lisboa: Direcção- Geral de Acção Cultural/Centro de Estudos Geográficos.

Getz, D., & McConnell, A. (2011). Serious Sport Tourism and Event Travel Careers. *Journal of Sport Management, 25*, 326-338.

Gibson, H. (1998a). Active sport tourism: who participates? *Leisure Studies, 17*(2), 155-170.

Gibson, H. (1998b). Sport Tourism: A Critical Analysis of Research. *Sport Management Review, 1*, 45-76.

Gibson, H. (2005). Sport Tourism: Concepts and Theories. An Introduction. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, 8*(2), 133-141.

Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal.* Oeiras: Celta Editora.

Giddings, B., Hopwood, B., & O'Brien, G. (2002). Environment, economy and society: fitting them together into sustainable development. *Sustainable Development, 10*(4), 187-196.

Godbey, G., Crawford, D., & Shen, X. (2010). Assessing Hierarchical Leisure Constraints Theory after Two Decades. *Journal of Leisure Research, 42*(1), 111-134.

Goeldner, J., Ritchie, J., & Mcintosh, B. (2002). *Turismo: Principios, Práticas e Filosofia* (8ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Goethe, J. (2001). *Viagem a Itália.* Lisboa: Relógio D' Água.

Goffman, E. (1967). *Interaction Ritual – Essays on Face-to-Face Behavior.* New York: Pantheon Books.

Goldberger, M., & Moyer, S. (1982). A schema for classifying educational objectives in the psychomotor domain. *QUEST, 34*(2), 134-142.

Gomes, R. A. (2004). Dilemas y paradojas del autogobierno del cuerpo. *Apunts: Educación Física y Deportes, 78*, 33-40.

Gomes, R. A. (2005a). Nómadas e sedentários (nota de apresentação). In R. A. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 11-18). Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Gomes, R. A. (2005b). *Sociologia do Lazer. Relatório de disciplina das provas de Agregação.* Coimbra: Universidade de Coimbra. Edição do autor.

Gomes, R. A. (2005c). Tempos e lugares de lazer desportivo dos estudantes universitários de Coimbra. In R. A. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 55-76). Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Gomes, R. A. (2009). El ocio y el deporte en la época del turismo global. *Apunts: Educación Física y Deportes, 97*, 37-46.

Gomes, R. T. (2001). *Práticas culturais dos portugueses (I): actividades de lazer.* Lisboa: Folha OBS, nº 2.

Gomez, S., Opazo, M., & Martí, C. (2007). *Caracteristicas Estructurales de las Organizaciones Deportivas.* Navarra: IESE Business School - Universidad de Navarra. Documento de Investigación nº 704.

Goodale, L., & Witt, A. (1998). Recreation Non-Participation and Barriers to Leisure. In E. Jackson, & L. Burton (Edits.), *Understanding Leisure And Recreation: Mapping the Past, Charting the Future* (pp. 421-449). State College, PA: Venture Publishing, Inc.

Goossen, M., & Langers, F. (2000). Assessing quality of rural areas in the Netherlands: Finding the most important indicators for recreation. *Landscape and Urban Planning, 46*, 241-251.

Green, C., & Jones, I. (2005). Serious Leisure, Social Identity and Sport Tourism. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, 8*(2), 164-181.

Greenberg, J., & Baron, R. (1995). *Behavior in organizations* (5th ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Greenwood, C., & Yeoman, I. (2007). *What will activity and adventutourism look like in 2015?* Scotland: Visit Scotland.

Guillén, R., Lapetra, S., & Casterad, J. (2000). *Actividades en la naturaleza.* Barcelona: Inde.

Gurvitch, G. (1979). *A vocação actual da Sociologia* (Vol. 1). Lisboa: Edições Cosmos.

Haley, R. (1968). Benefit segmentation: A decision-oriented research tool. *Journal of Marketing, 30*, 30-35.

Hall, C. (1992a). *Hallmark Events: Impacts, Management and Planning.* London: Belhaven Press.

Hall, C. (1992b). *Wasteland to World Heritage: Preserving Australia's Wilderness.* Carlton: Melbourne University Press.

Hall, C. (2008). *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships* (2nd ed.). Harlow: Prentice Hall.

Hall, C., & Page, S. (2006). *The Geography of tourism and Recreation. Environment, place and space* (3rd ed.). London: Routledge.

Hawkins, A., & Buttel, F. (1991). Sustainable development. In G. Széll (Ed.), *Concise Encyclopedia of Participation and Co-Managemen* (pp. 831-841). Berlin-New York: Walter de Gruyter.

Haworth, J., & Veal, A. (Edits.). (2004). *Work and Leisure.* New York: Routledge Inc.

Heinemann, K. (1994). El deporte como consumo. *Apunts: Educación Física y Deportes, 37*, 49-56.

Hendee, J. (1974). A multiple-satisfaction approach to game management. *Wildlife Society Bulletin, 2*(3), 104-113.

Henderson, K. (1997). A Critique of Constraints Theory: A Response. *Journal of leisure research, 29*(4), 453-457.

Henderson, K., & Dialeschkia, M. (1991). A sense of entitlement to leisure as constraint and empowerment for women. *Leisure Sciences, 13*, 51-65.

Henderson, K., & Hickerson, B. (2007). Women and Leisure: Premises and Performances Uncovered in an Integrative Review. *Journal of Leisure Research, 39*(4), 591-610.

Henderson, K., Bedini, L., Hecht, L., & Schuler, R. (1995). Women with physical disabilities and the negotiation of leisure constraints. *Leisure Studies, 14*, 17-31.

Henry, I. (2009). European models of Sport: Governance, Organisational Change and Sports Policy in the EU. *Journal of Policy for Physical Education and Sport, 18*, 1-22.

Hill, B. (1995). A guide to adventure travel. *Parks and Recreation, 30*(9), 56-65.

Hill, M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Hinch, T., & Higham, J. (2004). *Sport Tourism Development.* Clevedon: Channel View Publications.

Hoibian, O. (1995). De l'alpinisme à l'escalade Libre, l'invention d'un style ? *Revue S.T.A.P.S., 36*, 7-15.

Holland, S., Pennington-Gray, L., & Thapa, B. (2001). *Outdoor recreation needs assessment for Florida.* Report submitted to the Florida Department of Environmental Protection.

Holloway, J. (1998). *The business of tourism* (5th ed.). Essex: Longman.

Holyfield, L. (1999). Manufacturing Adventure The Buying and Selling of Emotions'. *Journal of Contemporary Ethnography, 28*(1), 3-32.

Holyfield, L., Jonas, L., & Zajicek, A. (2005). Adventure Without Risk is Like Dinseyland. In S. Lyng (Ed.), *Edgework – The Sociology of Risk-Taking* (pp. 173-186). New York: Routledge.

Hove, H. (2004). Critiquing sustainable development: A meaningful way of mediating the development impasse? *Canadian Undergraduate Journal of Development Studies, 1*(1), 48-53.

Hubbard, J., & Mannell, R. (2001). Testing competing models of the leisure constraint negotiation process in a corporate employee recreation setting. *Leisure Sciences, 23*(3), 145-163.

Huizinga, J. (2003). *Homo Ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura.* Lisboa: Edições 70.

ICLEI. (2003). *Tourism and Local Agenda 21. The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism .* Paris: United Nations Publication .

Ignarra, L. (2003). *Fundamentos do Turismo* (2ª ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Igual, J. (2005). *Actividades en el Medio Natural y Educación Física.* Sevilla: Wanceulen.

Illundáin-Aguruzza, J. (2007). Kant Goes Skydiving: Understanding the Extreme by Way of the Sublime. In M. McNamee (Ed.), *Philosophy, Risk and Adventure Sports* (pp. 149-167). London: Routledge.

Inglehart, R. (1998). *Modernización y posmodernización. El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades .* Madrid: CIS.

Instituto do Desporto de Portugal. (2011). *Estatísticas do Desporto de 1996 a 2009.* Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Inquérito à ocupação do tempo: principais resultados.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2011a). *Censos 2011 – Resultados Finais.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2011b). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2011c). *Estatísticas do Turismo 2010.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2013). *Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2002) e Profissão; Trimestral - INE, Inquérito ao Emprego.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Iso-Ahola, S., & Graefe, A. (1988). Perceived competence as a mediator of the relationship between high risk sports participation and self-esteem. *Journal of Leisure Research, 21*(1), 32-39.

Ittelson, W. (1973). *Environment and cognition.* New York:: Seminar Press.

IUCN, UNEP, & WWF. (1980). *World Strategy Conservation. Living Resources for Sustainable Development.* IUCN.

Jack, S., & Ronan, K. (1998). Sensation seeking among high and low risk sports participants. *Personality and Individual Differences, 25*(6), 1063–1083.

Jackson, E. (1988). Leisure constraints: a survey of past research. *Leisure Sciences, 10*(3), 203-215.

Jackson, E. (1993). Recognizing patterns of leisure constraints: Results from alternative analyses. *Journal of Leisure Research, 25*, 129-149.

Jackson, E. (2000). Will research on leisure constraints still be relevant in the twenty-first century? *Journal of Leisure Research, 32*(1), 62-68.

Jackson, E. (Ed.). (2005a). *Constraints to Leisure.* State College: Venture Publishing Inc.

Jackson, E. (2005b). Leisure Constraints Research: Overview of a Developing theme in Leisure Studies. In E. Jackson (Ed.), *Constraints to Leisure* (pp. 3-19). State College, PA: Venture Publishing Inc.

Jackson, E., & Henderson, K. (1995). Gender-based analysis of leisure constraints. *Leisure Sciences, 17*(1), 31-51.

Jackson, E., & Scott, D. (1999). Constraints on leisure and recreation. In E. Jackson, & T. Burton (Edits.), *Leisure studies: Prospects for the twenty-first century* (pp. 299-321). State College, PA: Venture Publishing.

Jackson, E., Crawford, D., & Godbey, G. (1993). Negotiation of leisure constraints. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal, 15*(1), 1-11.

Jameson, F. (2003). *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism.* Durham: Duke University Press.

Jarvie, G., & Maguire, J. (1994). *Sport and leisure in social thought.* London: Routledge.

Jensen, C., & Guthrie, S. (2006). *Outdoor Recreation in America* (6th ed.). Champaign: Human Kinetics.

Joaquim, G. (1997). Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do «Turismo Responsável». *Sociologia Problemas e Práticas, 23*, 71-100.

Johnson, C., Bowker, J., & Cordell, H. (2001). Outdoor Recreation Constraints: An Examination of Race, Gender, and Rural Dwelling. *Southern Rural sociology, 17*, 111-133.

Jorand, D. (2008). L'emergence du vol libre Français: Une analyse par les conflits. *Esporte e Sociedade, 3*(7), 1-21.

Kalisch, D., & Klaphake, A. (2007). Visitors' satisfaction and perception of crowding in a German National Park: a case study on the island of Hallig Hooge. *For. Snow Landsc. Res, 81*(1/2), 109-122.

Kane, M., & Zink, R. (2004). Package adventure tours: markers in serious leisure career. *Leisure Studies, 23*(4), 329-345.

Kaplan, R., & Kaplan, S. (1982). *Cognition and environment: Functioning in an uncertain world.* New York: Praeger Publishers.

Kay, T., & Jackson, G. (1991). Leisure despite constraints: the impact of leisure constraints on leisure participation. *Journal of Leisure Research, 23*(4), 301-313.

Kelly, J. (1972). Leisure: a simplified paradigm. *Journal of Leisure Research, 4*, 50-62.

Kerstetter, D., Hou, J., & Lin, C. (2004). Profiling Taiwanese ecotourists using a behavioural approach. *Tourism Management, 25*, 491-498.

Knapp, B. (1979). *Desporto e Motricidade.* (M. T. Santos, Trad.) Lisboa: Edições Compendium.

Knight, R. (1986). *Expedition into Sicily.* London: British Museum Publications.

Kusz, K. (2004). Extreme America: the Cultural Politics of Extreme Sports in 1990s America. In B. Wheaton (Ed.), *Understanding Lifestyle Sports – Consumption, Identity and Difference* (pp. 197-213). London: Routledge.

Lacroix, G. (1985). Les sports de glisse. *Revue Education Physique et Sport, 194*, 6-9.

Lagardera, F. (1992). De la aristocracia gimnástica al deporte de masas. *Sistema, 110-111*, 27-36.

Langseth, T. (2011). Risk sports – social constraints and cultural imperatives. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, 14*(5), 629-644.

Lapetra, S. (1996). *El significado sociocultural de las actividades físico-deportivas en la Naturaleza.* Zaragoza: Universidad de Zaragoza. Tesis Doctoral inédita.

Le Breton, D. (2000). *Passions du risque.* Paris: Métailié.

Le Scanff, C. (2000). *Les aventuriers de l'extrême.* Paris: Calmann-Lévy.

Leblanc, M. (2001). *O clube do ano 2000.* Lisboa: CEFD.

Lefèbvre, H. (1974). *La production de l'espace.* Paris: Gallimard.

Lefèvre, M. (2004). Contribution à l'étude de la structuration sociale des pratiques de haute montagne: l'exemple des usagers dans le massif du Mont-Blanc. *Revue de géographie alpine, 92*(4), 67-75.

Lélé, S. (1991). Sustainable Development: a Critical Review. *World Development, 19*, 607-621.

Levinas, E. (2001). *Da Evasão.* Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.

Lewis, N. (2004). Sustainable Adventure: Embodied Experiences and Ecological Practices within British Climbing. In B. Wheaton (Ed.), *Understanding Lifestyle Sports – Consumption, Identity and Difference* (pp. 70-93). London: Routledge.

Lima, S., & Careto, H. (2006). Turismo e Sustentabilidade. In H. Careto, & S. Lima (Edits.), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável 1* (pp. 21-70). Lisboa: GEOTA.

Lindsay, P., & Norman, D. (1977). *Human Information Processing: An Introduction to Psychology* (2nd ed.). New York: Academic Press.

Lipscombe, N. (1995). Appropriate adventure for the aged. *Australian Parks and Recreation, 31*(2), 41-45.

Lopes, J. T. (2000). *A Cidade e a Cultura.* Porto: Edições Afrontamento.

Lopes, M. S. (2006). *Animação Sociocultural em Portugal.* Chaves: Intervenção.

Lopes, M. S. (2009). Animação Turística e Âmbitos Etários. In A. Peres, & M. S. Lopes (Coord.), *Animação Turística* (pp. 133-145). Chaves: APAP.

Loret, A. (1995). Generation glisse. Dans l'eau, l'air, la neige. *E.P.S., 253*, 62-65.

Loret, A., & Wasser, A. (2001). *Glisse urbaine, l'esprit roller: liberté, apesanteur tolérance.* Paris: Editions Autrement, Mutations, n°205.

Loucks-Atkinson, A., & Mannell, R. (2007). Role of self-efficacy in the constraints negotiation process: The case of individuals with fibromyalgia syndrome. *Leisure Sciences, 29*, 19-36.

Lowe, P., Ray, C., Ward, N., Wood, D., & Woodward, R. (1997). *Participation in Rural Development: A Review of European Experience.* Newcastle: University of Newcastle.

Lucas, R. (1979). Perceptions of non-motorized recreational impacts: A review of research findings. In R. Ittner, D. A. Potter, & S. Anschell (Edits.), *Recreational Impact on Wildlands: Conference Proceedings* (pp. 24–31). Seattle, WA: USDA Forest Service, Pacific Northwest Forest and Range Experiment Station and USDI National Park Service.

Lyng, S. (1990). Edgework: A Social Psychological Analysis of Voluntary Risk Takking. *The american Journal of Sociology, 95*(4), 851-886.

Lyng, S. (Ed.). (2005). *Edgework: The Sociology of Risk-Taking.* New York: Routledge.

Lynn, N., & Brown, R. (2003). Effects of recreational use impacts on hiking experiences in natural areas. *Landscape and Urban Planning, 64*(1/2), 77-87.

MacFarlane, R. (2005). *Montanhas da mente.* Rio de Janeiro: Objetiva.

Manfredo, M., Driver, B., & Tarrant, M. (1996). Measuring leisure motivation: a meta-analysis of the recreation experience preference scales. *Journal of Leisure Research, 28*(3), 188-213.

Mannell, R., & Loucks-Atkinson, A. (2005). Why Don`t People do What`s Good for Them? Crossfertilization Among the Psychologies of Nonparticipation in Leisure, Health and Exercise Behaviors. In E. Jackson (Ed.), *Constraints to Leisure* (pp. 221-232). State College, PA: Venture Publish.

Manning, R. (1999). *Studies in Outdoor Recreation. Search and Research for Satisfaction* (2nd ed.). Corvallis: Oregon State University Press.

Marchesnay, M. (1998). Confiances et logiques entrepreneuriales. *Revue Economies et Sociétés Sciences de Gestion, Série SG*(8-9), 99-117.

Marcouiller, D., Scott, I., & Prey, J. (2008). Outdoor recreation planning: A comprehensive approach to understanding use interaction. *CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources, 3*(90), 1-12.

Marivoet, S. (2001). *Hábitos Desportivos da População Portuguesa.* Lisboa: Ministério da Juventude e do Desporto.

Markides, K., Liang, J., & Jackson, J. (1990). Race, ethnicity, and aging: Conceptual and methodological issues. In R. Binstock, & L. George (Edits.), *Handbook of aging and the social sciences* (pp. 112-129). San Diego, CA: Academic Press.

Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS).* Lisboa: Report Number.

Marôco, J., & Bispo, R. (2003). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas.* Lisboa: Climepsi.

Marques, C., Reis, E., & Menezes, J. (2010). Profiling the segments of visitors to Portuguese protected areas. *Journal of Sustainable Tourism, 18*(8), 971-996.

Martin, P., & Encinas, V. (2004). Gestión del riesgo en las empresas de turismo activo. *Apunts: Educación Física y Deportes, 75*, 45-79.

Martin, P., & Priest, S. (1986). Understanding the adventure experience. *Journal of Adventure Education, 3*, 18-21.

Martin, R., & Martin, J. (2001). Culturas deportivas y valores sociales: una aproximación a la dimensión social del deporte. *Apunts: Educación Física y Deportes, 64*, 33-45.

Martin, S., & Palakshappa, N. (2005). Critical success factors for small businesses in the outdoor leisure/recreation industry in New Zealand. *Journal of Applied Business Research, 4*(2), 1-20.

Martins, L. (1993). *Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento não publicada.

Maslow, A. (1943). A Theory of Human Motivation. *Psychological Review, 50*(4), 370-396.

Maslow, A. (1954). *Motivation and Personality.* New York: Harper and Row.

Mathieson, A., & Wall, G. (1996). *Tourism – economic, physical and social impacts.* Edinburgh: Longman.

Matute, J., & Agurruza, B. (1995). Riesgo e actividades físicas en el media natural: un enfoque multidimensional. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 94-107.

McIntyre, N. (1992). Involvement in risk recreation: A comparison of objective and subjective measures of engagement. *Journal of Leisure Research, 24*(1), 64-71.

Melo, R. (2009). Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual. *Exedra, 2*, 33-56.

Melo, R., & Mendes, R. (2011). Gestão do risco e da segurança em desportos de natureza: o caso dos desportos de montanha. In B. Pereira, A. Silva, & G. Carvalho (Coords.), *Atividade Física, Saúde e Lazer. O valor formativo do jogo e da brincadeira* (pp. 39-47). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Middleton, N., O'Keefe, P., & Moyo, S. (1993). *Tears of the crocodile: From Rio to reality in the developing world.* London: Pluto Press.

Midol, N. (1993). Cultural dissents and technical innovations in the 'whiz' sports. *International Review for the Sociology of Sport, 28*(1), 23-32.

Midol, N., & Broyer, G. (1995). Toward an Anthropological Analysis of New Sport Cultures: The Case of Whiz Sports in France. *Sociology of Sport Journal, 12*, 204-212.

Mignon, P., & Truchot, G. (2002). *Les pratiques sportives en France.* Paris: INSEP.

Miles, S. (2000). *Youth lifestyles in a changing world.* Buckingham: Open University Press.

Millington, K., Locke, T., & Locke, A. (2001). Occasional studies: adventure travel. *Travel and Tourism Analyst, 4*, 65-97.

Milovanovic, D. (2005). Edgework: A Subjective and Structural Model of Negotiating Boundaries. In S. Lyng (Ed.), *Edgework: the Sociology of Risk-Taking* (pp. 51-72). New York: Routledge.

Mings, R., & Chulikpongse, S. (1994). Tourism in far southern Thailand: a geographical perspective. *Tourism Recreation Research, 19*(1), 25-31.

Ministério da Economia. (2002). Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/2002, de 16 de Abril. *Diário da República, I Série A*(89), 3701-3702.

Ministério da Economia. (2002). Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março. *Diário da República, I Série A*(59), 2112-2129.

Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento. (2010). Portaria n.º 1087/2010, de 22 de Outubro. *Diário da República, 1ª série*(206), 4746-4748.

Ministério da Economia e da Inovação. (2009). Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio. *Diário da República, 1ª série*(94), 3035-3045.

Ministério da Justiça. (1966). Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966. *Diário do Governo, I Série*(274), 1883-2086.

Ministério da Justiça. (1986). Decreto-Lei n.º 201/86, de 2 de Setembro. *Diário da República, I Série*(201), 2293-2385.

Ministério da Justiça. (1986). Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto. *Diário da República, I Série*(194), 2148- 2156.

Ministério da Justiça. (1996). Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro. *Diário da República, I Série*(302), 4702-4710.

Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente. (2003). Decreto Regulamentar n.º 18/99, Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro. *Diário da República, I Série B*(235), 6688-6689.

Ministério do Ambiente. (1999). Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto. *Diário da República, I Série-B*(200), 5932-5937.

Minsitério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação. (2009). Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho. *Diário da República, 1ª série*(112), 3641-3642.

Miranda, J., Lacasa, E., & Muro, I. (1995). Actividades físicas en la naturaleza: un objeto a investigar. *Apunts: Educación física y Deportes, 41*, 53-69.

Mitchell, R. (1983). *Mountain Experience: The Psychology and Sociology of Adventure.* Chicago: University of Chicago Press.

Monk, S. (1960). *The Sublime: A Study of Critical Theories in XVIII-century England.* Michigan: The University of Michigan Press.

Moreira, J. M. (2009). *Questionários: Teoria e prática.* Coimbra: Livraria Almedina.

Moreira, M. A. (2007). *Matriz de análise das tarefas motoras. Sistema de classificação estrutural – Modelo taxinómico do Surf.* Cruz Quebrada: UTL-FMH. Tese de doutoramento não publicada.

Moreno, J. (2005). *Análisis de las estructuras del juego deportivo* (3ª ed.). Barcelona: INDE.

Mortlock, C. (1984). *The Adventure Alternative.* Milnthorpe: Cicerone Press.

Moscoso, D. (2003). *La montaña y el hombre en los albores del siglo XXI. Una reflexión sociológica sobre su situación en España.* Huesca: Barrabés.

Mota, C. (2006). *Actividades Físicas de Aventura na Natureza na Comunidade Urbana Valimar: passos para a sua compreensão.* Porto: FADEUP. Dissertação de mestrado não publicada.

Moutinho, L. (2008). *A Animação Turística: Um olhar reflexivo sobre a oferta e a procura na Região de Turismo do Ribatejo.* Lisboa: ISCTE. Dissertação de mestrado não publicada.

Munné, F. (1985). *Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque critico.* México: Editorial Trillas.

Murphy, P. (1985). *Tourism: A Community Approach.* New York: Methuen.

Naess, A. (1973). The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry, 16*(1), 95-100.

Ndubisi, F. (2002). *Ecological planning: A historical and comparative synthesis.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Needham, M., Rollins, R., & Wood, C. (2004). Site-specific encounters, norms and crowding of summer visitors at alpine ski areas. *International Journal of Tourism Research, 6*(6), 421-437.

Neto, C. (1997). Mudanças sociais, desporto e desenvolvimento humano. In A. Correia (Ed.), *O Desporto em Portugal: opções e estratégias de desenvolvimento. Actas do II Congresso de Gestão do Desporto* (pp. 25-34). Lisboa: Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.

Noogard, R. (1992). Sustainability as Intergenerational Equity: Economic Theory and Environmental Planning. *Environmental Impact Assessment Review, 12*, 85-124.

Nunes, A. (1996). *Questões preliminares sobre as ciências sociais* (12ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Nyaupane, G., & Thapa, B. (2004). Evaluation of Ecotourism: A Comparative Assessment in the Annapurna Conservation Area Project, Nepal. *Journal of Ecotourism, 3*(1), 20-45.

Nyaupane, G., & Thapa, B. (2004). Evaluation of Ecotourism: A Comparative Assessment in the Annapurna Conservation Area Project, Nepal. *Journal of Ecotourism, 3:1*, 20-45.

Ormrod, J. (2009). Introduction. In J. Ormond, & B. Wheaton (Edits.), *On the Edge: Leisure, Consumption and the Representation of Adventure Sport* (pp. v–xix). Eastbourne, UK: Eastbourne Leisure Studies Association.

Paget, E., & Mounet, J. (2008). La dynamique de croissance des entreprises prestataires d'activités sportives et touristiques : apports et limites du courant évolutionniste. *Citius Altius Fortius - Journal of Physical Education and Sport, 21*(4), 39-43.

Paget, E., Mounet, J., & Guilhon, A. (2007). Les petites entreprises prestataires de sport et leurs dirigeants: spécificités et stratégies. *Revue européenne de management du sport, 17*, 1-13.

Pais, J. (1987). *Juventude Portuguesa. Situações, Problemas e Aspirações. Uso dos tempos e espaços de lazer* (Vol. 5). Lisboa: Instituto Português da Juventude e Instituto das Ciências Sociais.

Pais, J. (1994). *Práticas Culturais dos Lisboetas.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Pais, J. (1998). As "cronotopias" das práticas culturais do quotidiano. *Observatório das práticas culturais - Obs, 4*, 7-9.

Palacio, V., & McCool, S. (1997). Identifying ecotourists in Belize through benefit segmentation: A preliminary analysis. *Journal of Sustainable Tourism, 5*(3), 234-243.

Palmer, C. (2004). Death, Danger and the Selling of Risk in Adventure Sports. In B. Wheaton (Ed.), *Understanding Lifestyle Sports – Consumption, Identity and Difference* (pp. 55-69). London: Routledge.

Parlebas, P. (1981). *Contribution a un lexique commente en science de l'action motrice.* Paris: Publication INSEP.

Parra, M. (2001). *Programa de actividades físicas en la naturaleza y deportes de aventura para la formación del profesorado de segundo ciclo de secundaria.* Granada: Universidad de Granada. Tesis Doctoral inédita.

Patmore, A. (1983). *Recreation and resources. Leisure patterns and leisure places.* Oxford: Basil Blackwell.

Pecqueur, B., & Silva, M. (1998). Industríalisation diffuse et developpement. *Estudos de Economia, IX*(4), 427- 448.

Pereira, A. L. (2009). Sport and risk: the case of high-altitude climbing. *European Journal for Sport and Society, 6*(2), 163-178.

Pereira, J. V. (1994). Os índios e a vida selvagem: modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo de freguesia de Vitória. *Sociologia, 4*, 231-353.

Pérez, V. (2009). Animação Turística e Animação Sociocultural. In A. Peres, & M. S. Lopes (Ed.), *Animação Turística* (pp. 146-151). Chaves: APAP.

Pesqueux, Y. (2009). Sustainable development: a vague and ambiguous “theory”. *Society and Business Review, 4*(3), 231-245.

Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS.* Lisboa: Silabo.

Peterson, N., & Bownas, D. (1982). Skill, task structure, and performance acquisition. In M. Dunnette, & E. Fleishman (Edits.), *Human performance and productivity: Human capability assessment* (pp. 49-105). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Pigeassou, C. (2004). Contribution to the definition of sport tourism. *Journal of Sport & Tourism, 9*(3), 287-289.

Pigeassou, C., & Garrabos, C. (1997). *Management des organisations de services sportifs.* Paris: PUF.

Pigram, J. (1985). *Outdoor Recreation and Resource Management* (2nd ed.). London: Croom.

Pigram, J. (2003). Perception. In J. Jenkins, & J. Pigram (Edits.), *Encyclopedia of leisure and outdoor recreation* (pp. 359-360). London: Routledge.

Pimentel, G., & Melo, R. (2013). Gestão do risco e da segurança em desportos de aventura na natureza: regulamentação, normalização e certificação. O caso brasileiro. In M. C. Almeida (Ed.), *Turismo e desporto.* Estoril, Portugal: in press.

Pinto, J. (1994). Uma reflexão sobre políticas culturais. *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (pp. 767-792). Actas do Encontro de Vila do Conde: Associação Portuguesa de Sociologia.

Pires, G. (1990). *A aventura desportiva: O desporto para o 3º milénio.* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Pires, G. (1995). Mudança Social e Gestão do Desporto. *Ludens, 15*(4), 21-63.

Pociello, C. (1981). La force, l'énergie, la grâce et les réflexes. Le jeu complexe des dispositions culturelles et sportives. In C. Pociello (Ed.), *Sports et société* (pp. 171-237). Paris: Editions Vigot.

Pociello, C. (1989). Les tendances d'évolution des pratiques de loisirs sportifs. Essai de construction d'un modèle d'analyse prospective. *Mappemonde, 2*, 2-6.

Pociello, C. (1995). *Les cultures sportives.* Paris: Editions «PUF».

Pociello, C. (1999). *Sports et science sociales.* Paris: Editions Vigot.

Presidência do Conselho de Ministros. (1996). Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96. *Diário da República, I Série B*(156), 1762.

Presidência do Conselho de Ministros. (1997). Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro. *Diário da República, I Série A*(233), 5430-5431.

Presidência do Conselho de Ministros. (1998). Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98. *Diário da República, I Série-B*(195), 4348-4350.

Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007. *Diário da República, 1ª série*(67), 2166-2174.

Priest, S. (1990). The adventure experience paradigm. In J. Miles, & S. Priest (Edits.), *Adventure Education* (pp. 157-162). State College PA: Venture Publishing.

Priest, S. (1992). Factor Exploration and Confirmation for the Dimensions of an Adventure. *Journal of Leisure Research, 24*, 127-139.

Priest, S., & Gass, M. (1997). *Effective leadership in adventure programming.* Champaign, IL: Human Kinetics.

Priestley, G. (1995). Sports tourism: the case of golf. In G. Ashworth, & A. Dietvorst (Ed.), *Tourism and Spatial Transformations: Implications for Policy and Planning* (pp. 205-223). Wallingford, UK: CAB International.

Priskin, J. (2003). Tourist perceptions of degradation caused by coastal nature-based recreation. *Environmental Management, 32*(2), 189-204.

Pronovost, G. (1996). *Sociologie du Temps.* Bruxelles: De Boeck.

Quilez, M. (1997). *Actividades y juegos de Educación Física en la naturaleza: Guía práctica.* Madrid: Gymnos.

Quivy, R., & Compenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva.

Rao, P. (2000). *Sustainable development: Economics and policy.* Oxford: Blackwell Publishers.

Renn, O. (1998). Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research, 1*(1), 49-71.

Resende, A. (2006). *Actividades físicas de aventura na natureza nos municípios de Espinho e Gaia: passos para a sua compreensão.* Porto: FADEUP. Dissertação de mestrado não publicada.

Rinehart, R. (2000). Emerging arriving sports: Alternatives to formal sports. In J. Coakley, & E. Dunning (Edits.), *Handbook of sports studies* (pp. 501-520). London: Sage.

Rinehart, R., & Sydnor, S. (2003). *To the Extreme – Alternative Sports, Inside and Out.* Albany: State University of New York Press.

Riper, C., Manning, R., & Reigner, N. (2010). Perceived Impacts of Outdoor Recreation on the Summit of Cascade Mountain, New York. *Adirondack Journal of Environmental Studies, 10*(1).

Rita, J., & Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Economia e Sociologia, 63*, 31-42.

Robbins, S. (2009). *Organization Theory: Structure, Design and Applications* (9th ed.). New Dheli: Prentice Hall.

Roberts, K. (1978). *Contemporary society and the growth of leisure.* London: Longman.

Roberts, K. (1999). *Leisure in contemporary society.* Wallingford, Oxon: CABI Publishing.

Robinson, D. (1985). Stress seeking: Selected behavioral characteristics of elite rock climbers. *Journal of Sport Psychology, 7*, 400-404.

Robinson, D. (1992). A descriptive model of enduring risk recreation involvement. *Journal of Leisure Research, 24*(1), 52-63.

Rojek, C. (1985). *Capitalism and Leisure Theory.* London: Tavistock Publications.

Rojek, C. (2000). *Leisure and culture.* Basingstoke, Hants: Macmillan.

Ruschmann, D. (2008). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente* (14ª ed.). São Paulo: Papirus Editora.

Rykwert, J. (2004). *A sedução do lugar.* São Paulo: Martins Fontes.

Sachs, I. (1980, 1994). *L'écodevelopment. Strategies de transition vers le XXe siecle.* Paris: Les Editions Ouvrieres.

Samdahl, D. (2005). Making room for “silly” debate: Critical reflections on leisure constraints research. In E. Jackson (Ed.), *Constraints to leisure* (pp. 337-349). State College, PA: Venture Publications.

Samdahl, D., & Jekubovich, N. (1997a). A critique of leisure constraints: Comparative analyses and understandings. *Journal of Leisure Research, 29*(4), 430-452.

Samdahl, D., & Jekubovich, N. (1997b). A rejoinder to Henderson's and Jackson's commentaries on "A critique of leisure constraints". *Journal of Leisure Research, 29*, 469-471.

Samdahl, D., Hutchinson, S., & Jacobson, S. (1999). Navigating constraints? A critical commentary on negotiation in leisure research. *Proceedings of the Canadian Congress on Leisure Research.* Wolfville, Nova Scotia, Canada.

Santos, N. (2005). Lazer, espaço e lugares. In R. A. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 122-143). Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Schor, J. (1992). *The Overworked American. The Unexpected Decline of Leisure.* New York: Basic Books.

Schreyer, R., & Rogenbuck, J. (1978). The influence of experience expectations on crowding perceptions and social psychological carrying capacities. *Leisure Sciences, 1*(4), 373-394.

Schumacher, E. (1973). *Small is Beautiful, a study of Economics as a if People Mattered.* London, UK: Penguin Books.

Scott, D. (1991). The problematic nature of participation in contract bridge: a qualitative study of group-related constraints. *Leisure Sciences, 13*(4), 321-336.

Scott, D., & Kim, C. (1998). *Outdoor recreation participation and barriers to involvement.* Report submitted to the Texas Parks and Wildlife Department.

Scraton, S., & Talbot, M. (1989). A response to “Leisure, lifestyle and status: a pluralist framework for analysis”. *Leisure Studies, 8*(2), 155-158.

Seaton, A., & Bennett, M. (2000). *Marketing tourism products: Concepts, issues and cases* (2nd ed.). London: International Thomson Business Press.

Shilling, C. (2003). *The body and social theory* (2nd ed.). London: Sage Publications.

Shores, K., Scott, D., & Floyd, M. (2007). Constraints to Outdoor Recreation: A Multiple Hierarchy Stratification Perspective. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal, 29*(3), 227-246.

Silva, A. (2009). Desenvolvimento Local e Animação Turística. In A. Peres, & M. S. Lopes (Coord.), *Animação Turística* (pp. 68-85). Chaves: APAP.

Silva, A., & Pinto, J. (2005). Uma visão global sobre as ciências sociais. In A. Silva, & J. Pinto (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (13ª ed., pp. 9-27). Porto: Edições Afrontamento.

Simmel, G. (1959). The adventure. In K. Wolff (Ed.), *Georg Simmel 1858-1918: A collection of essays.* (pp. 243-258). Columbus: Ohio State University Press.

Slack, T. (1997). *Understanding sport organizations: The application of organization theory.* Champaign, IL: Human Kinetics.

Smollet, T. (1981). *Travels through France and Italy.* Oxford : Oxford University Press.

Sobral, F. (1985). *Introdução à Educação Física.* Lisboa: Livros Horizonte.

Soto, C. (2007). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: un fenómeno moderno o posmoderno? *Apunts: Educación Física y Deportes, 89*, 81-87.

Standeven, J., & De Knop, P. (1999). *Sport Tourism.* Champaign (USA): Human Kinetics.

Stebbins, R. (1997). Casual leisure: a conceptual statement. *Leisure Studies, 16*(1), 17-25.

Stebbins, R. (2005a). *Challenging mountain nature: risk, motive and lifestyle in three hobbyist sports.* Calgary, AB: Detselig.

Stebbins, R. (2005b). Project-based leisure: theoretical neglect of a common use of free time. *Leisure Studies, 24*(1), 1-11.

Stebbins, R. (2007). *Serious leisure: A perspective for our time.* New Brunswick, NJ: AldineTransaction.

Stebbins, R. (2009). Serious Leisure and Work. *Sociology Compass, 3*(5), 764-774.

Stockdale, J. (1989). Concepts and measures of leisure participation and preference. In E. Jackson, & T. Burton (Edits.), *Understanding leisure and recreation: Mapping the past, charting the future* (pp. 113-150). State College, PA: Venture Publishing Inc.

Sue, R. (1982). *Vers une société du temps Libre? Sociologie d'Aujourdhui.* Paris: PUF.

Swarbrooke, J., Beard, C., Leckie, S., & Pomfret, G. (2003). *Turismo de aventura: conceitos e estudos de casos.* Rio de Janeiro: Campos/Elsevier.

Tarrant, M., Bright, A., Smith, E., & Cordell, H. (1999). Motivations, attitudes, preferences, and satisfactions among outdoor recreationists. In H. Cordell, C. Betz, & J. Bowker & others (Edits.), *Outdoor recreation in American life: a national assessment of demand and supply trends* (pp. 403-431). Champaign, IL: Sagamore Publishing.

Taylor, J., Czarnowski, K., Sexton, N., & Flick, S. (1995). The importance of water to Rocky Mountain National Park visitors: An adaptation of visitor-employed photography to natural resource management. *Journal of Applied Recreation Research, 20*(1), 61-85.

The Outdoor Foundation. (2013). *2013 Outdoor Participation Report.* USA: The Outdoor Foundation.

Torbidoni, E., & Sallent, O. (2009). El impacto ambiental de las actividades físico-deportivas en el medio natural. El caso de la práctica del Mountain Bike o bicicleta todo terreno. *Retos. Nuevas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación, 16*, 31-35.

Trimpop, R., Kerr, J., & Kirkaldy, B. (1998). Comparing personality constructs of risk-taking behaviour. *Journal of Personality and Individual Differences, 26*(2), 237–254.

Tuan, Y. (1974). *Topophilia: A study of environmental perception, attitudes, and values.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, Inc.

Turčová, I., Martin, A., & Neuman, J. (2005). Diversity in Language: Outdoor Terminology in the Czech Republic and Britain. *Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, 5*(2), 101-118.

Turismo de Portugal. (2006a). *Turismo de Natureza.* Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2006b). *Turismo Náutico.* Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2010). *O Turismo Interno - Movimentos Turísticos dos Portugueses em 2010.* Lisboa: Turismo de Portugal.

Umbelino, J. (2005). Lazer e Turismo: dos conceitos às práticas. In R. A. Gomes (Org.), *Os lugares do lazer* (pp. 147-159). Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

UNEP, & WTO. (2005). *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers.* United Nations Environment Programme and World Tourism Organization.

Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze.* London: SAGE Publications.

USDA. (1999). 1994-95 National Survey on Recreation and the Environment. In H. Cordell (Ed.), *Outdoor Recreation in American Life: A National Assessment of Demand and Supply Trends* (pp. 266-8). Champaign, IL: Sagamore Publishing.

Vaillancourt, J. (1995). Sustainable development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In M. Mehta, & E. Ouellet (Edits.), *Environmental Sociology. Theory and practice* (pp. 219-230). North York: Captus Press.

Varley, P. (2006). Confecting adventure and playing with meaning: the adventure commodification continuum. *Journal of Sport Tourism, 11*(2), 173-194.

Veal, A. (1989a). Leisure, lifestyle and status: A pluralistic framework for analysis. *Leisure Studies, 8*(2), 141-154.

Veal, A. (1989b). Lifestyle, leisure and pluralism – a response. *Leisure Studies, 8*(3), 213-218.

Veal, A. (2000). *Leisure and Lifestyle. A Review and Annotated Bibliography.* Sydney: Online Bibliography 8, School of Leisure, Sport & Tourism, University of Technology.

Veal, A. (2001). Leisure, Culture and Lifestyle. *Society and Leisure, 24*(2), 359-376.

Veal, A. (2004). A brief history of work and its relationship to leisure. In J. Haworth, & A. Veal (Edits.), *Work and Leisure* (pp. 15-33). New York: Routledge Inc.

Veal, A. (2006). *Research Methods for Leisure and Tourism: A Practical Guide* (3rd ed.). London: Financial Times - Prentice Hall.

Veiga, J. (2005). *Território e desenvolvimento local.* Oeiras: Celta.

Vester, H. (1987). Adventure as a form of leisure. *Leisure Studies, 6*(3), 237-249.

Vigarello, G. (1981). D'une nature…l'autre. Les paradoxes du nouveau retour. In C. Pociello (Ed.), *Sports et société. Approche socio-culturelle des pratiques* (pp. 239-248). Paris: Editions Vigot.

Vigarello, G. (2000). *Passion sport: Histoire d'une culture.* Paris: Éditions Textuel.

Viñuelas, J., Betrán, J., & Plantalamor, A. (1995). Análisis del ámbito empresarial y de la difusión sociocultural de las actividades de aventura en la naturaleza. *Apunts: Educación Física y Deportes, 41*, 130-136.

Virden, R., & Walker, G. (1999). Ethnic/racial and gender variations among meanings given to and preferences for, the natural environment. *Leisure Sciences, 21*, 219-239.

Virden, R., & Yoshioka, C. (1992). *The 1992 Arizona outdoor recreation needs.* Report submitted to the Arizona State Parks Board.

Wagner, P. (1994). *A Sociology of Modernity - Liberty and Discipline.* London: Routledge.

Walker, G., & Virden, R. (2005). Constraints on outdoor recreation. In E. Jackson (Ed.), *Constraints to leisure* (pp. 201-220). State College: PA: Venture.

Watters, R. (1986). Historical Perspectives of Outdoor and Wilderness Recreation. In R. Watters (Ed.), *Outdoor Program Manual* (pp. 1-9). Pocatello: Idaho State University Press.

Watts, M. (1995). A new deal in emotions: Theory and practice and the crisis of development. In J. Crush (Ed.), *Power of development* (pp. 44-62). New York and London: Routledge.

WCED. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development.* Oxford University press: Oxford.

Weaver, D. (2002). Hard-core ecotourist in Lamington National Park, Australia. *Journal of Ecotourism, 1*(1), 19-35.

Weaver, D., & Lawton, L. (2002). Overnight ecotourist market segmentation in the Gold Coast hinterland of Australia. *Journal of Travel Research, 40*, 270-280.

Weaver, D., & Lawton, L. (2007). Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management, 28*, 1168-1179.

Weber, K. (2001). Outdoor adventure tourism. *Annals of Tourism Research, 28*(2), 360-377.

Weber, M. (1948). Class, status and party. In H. Gerth, & C. Mills (Edits.), *From Max Weber* (pp. 180-195). New York: Oxford University Press.

Weber, M. (2001). *Conceitos Sociológicos Fundamentais.* Lisboa: Edições 70.

Weiler, B., & Hall, M. (1992). *Special Interest Tourism.* London: Belhaven Press.

Weinstein, A. (1994). *Market segmentation: Using demographics psychographics and other niche marketing techniques to predict and model customer behavior* (Revised ed.). New York: McGraw-Hill.

Wheaton, B. (2004). *Understanding Lifestyle Sports: Consumption, Identity and Difference.* London: Routledge .

Wheaton, B. (2010). Introducing the consumption and representation of lifestyle sports. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, 13*(7-8), 1057-1081.

White, D. (2008). A Structural Model of Leisure Constraints Negotiation in Outdoor Recreation. *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal, 30*(4), 342-359.

Wilde, G. (1999). Risk Homeostasis Theory: An overview . *Paper presented at the 1999 Wilderness Risk Management Conference, Sierra Vista, AZ.*

Williams, D., Schreyer, R., & Knopf, R. C. (1990). The effect of experience use history on the multidimensional structure of motivations to participate in leisure activities. *Journal of Leisure Research, 22*(1), 36-48.

Wolfe, R., Weick, K., Usher, J., Terborg, J., Poppo, L., Murrell, A., et al. (2005). Sport and Organizational Studies. Exploring Synergy. *Journal of Management Inquiry, 14*(2), 182-210.

WTO. (1993). *Sustainable Tourism: Guide for local planners.* Madrid: Tourism and the Environmental Publication.

WTO. (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destination: A Guidebook.* Madrid: WTO.

WTTC, WTO, & Earth Council. (1995). *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development.* Madrid: WTO.

Zube, E., Sell, J., & Taylor, J. (1982). Landscape perception: Research, application and theory. *Landscape Planning, 9*(1), 1-33.

Zuckerman, M. (1979). *Sensation Seeking. Beyond the Optimal Level of Arousal.* Hillsdale, NJ: Erlbaum.

ANEXOS

ANEXO 1: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA.

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Este inquérito por questionário faz parte de um estudo denominado de "Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável", inserido numa tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura – ramo Lazer e Desporto, desenvolvida por Ricardo José Espírito Santo de Melo, sob orientação do Doutor Rui Adelino Machado Gomes, professor da FCDEF-UC.
Este questionário destina-se aos Praticantes que realizaram actividades enquadradas no âmbito dos Desportos de Natureza, no ano de 2010.
O tratamento da informação recolhida garante o anonimato e a confidencialidade dos respondentes.

Muito obrigado pela sua colaboração!

INSTRUÇÕES

Utilize esferográfica de tinta azul ou preta
Marque com um x a sua resposta ☒
Use letras MAIÚSCULAS
Para anular uma resposta ■
Para revalidar uma resposta anulada ■

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PRATICANTES DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Código do Respondente: (INSERIR AQUI O Nº TELEMÓVEL) _____

I. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Q.1. SEXO:

1.	Feminino	
2.	Masculino	

Q.2. IDADE: _____

Q.3. ESTADO CIVIL:

1.	Solteiro(a)	
2.	Casado(a) / União de facto	
3.	Divorciado(a) / Separado(a)	
4.	Viúvo(a)	

Q.4. VIVE SOZINHO?

1.	Sim (PASSE PARA A Q. 7)	
2.	Não	

Q.5. COM QUEM VIVE? (INCLUA TODAS AS PESSOAS COM QUEM VIVE)

1.	Com o cônjuge	
2.	Com os pais e/ou familiares	
3.	Com filhos e/ou jovens a seu cargo	
4.	Outros. Qual(ais)_____	

Q.6. QUAL O Nº DE PESSOAS COM QUEM VIVE? (INCLUA-SE A SI PRÓPRIO) _____

Q.7. RESIDÊNCIA HABITUAL:
Q.7.1. DISTRITO DE RESIDÊNCIA: _____
Q.7.2. CONCELHO DE RESIDÊNCIA: _____

Q.8. CONDIÇÃO E SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO
Q.8.1. INDIQUE A SUA CONDIÇÃO E SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO:

1. Trabalhador por conta de outrem (PASSE PARA A Q. 9)	
2. Trabalhador por conta própria ou isolado (PASSE PARA A Q. 9)	
3. Patrão/empregador com, até, 6 empregados (PASSE PARA A Q. 9)	
4. Patrão/empregador com mais de 6 empregados (PASSE PARA Q. 9)	
5. Pensionista ou pessoa que aufere rendimentos de capital (PASSE PARA A Q. 9)	
6. Desempregado(a)	
7. Doméstico(a)	
8. Estudante	
9. Outra situação. Qual? _____	

Q.8.2. QUAL É A CONDIÇÃO E SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO DO ELEMENTO ACTIVO DO AGREGADO FAMILIAR? (RESPONDA EM RELAÇÃO AO ELEMENTO QUE MAIS CONTRIBUI PARA OS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR; EM RELAÇÃO AOS PAIS CASO SEJA ESTUDANTE)

1. Trabalhador por conta de outrem	
2. Trabalhador por conta própria ou isolado	
3. Patrão/empregador com, até, 6 empregados	
4. Patrão/empregador com 6 ou mais empregados	
5. Pensionista ou pessoa que aufere rendimentos de capital	
6. Outra situação. Qual? _____	

Q.9. INDIQUE EM QUAL DOS SEGUINTES GRUPOS SE INSERE A SUA PROFISSÃO PRINCIPAL:

1.	Quadro Superior da Administração Pública ou de Empresas	
2.	Especialista da Profissão Intelectual ou Científica	
3.	Técnico ou Profissional de Nível Intermédio	
4.	Pessoal Administrativo ou Similar	
5.	Pessoal dos Serviços ou Vendedor	
6.	Agricultor ou Trabalhador Qualificado da Agricultura e Pescas	
7.	Operário, Artífice ou Trabalhador Similar	
8.	Operador de Instalações e Máquinas ou Trabalhador da Montagem	
9.	Trabalhador não Qualificado	
10.	Membro das Forças Armadas	

- RESPONDA NA PRIMEIRA PESSOA CASO ESTEJA EMPREGADO OU SEJA PATRÃO/EMPREGADOR

- RESPONDA TENDO POR REFERENCIA A ÚLTIMA PROFISSÃO EXERCIDA CASO ESTEJA DESEMPREGADO(A) OU SEJA PENSIONISTA QUE JÁ TENHA EXERCIDO ALGUMA PROFISSÃO

- RESPONDA EM RELAÇÃO À PESSOA QUE MAIS CONTRIBUI PARA OS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR CASO SEJA ESTUDANTE, DOMÉSTICO(A), OU OUTRAS SITUAÇÕES NÃO INCLUÍDAS NAS ALÍNEAS ANTERIORES

Q.10. NÍVEL DE INSTRUÇÃO
Q.10.1. QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU ATÉ AO MOMENTO?
Q.10.2. (RESPONDA APENAS CASO SEJA ESTUDANTE) QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO MAIS ELEVADO QUE OS SEUS PAIS CONCLUÍRAM ATÉ AO MOMENTO? (RESPONDA EM RELAÇÃO AO ELEMENTO QUE ATINGIU MAIOR GRAU)

	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Q.10.1 PRÓPRIO	10.2 PAIS
1.	Sem instrução formal		
2.	1º Ciclo do Ensino Básico (actual 4º ano/antiga instrução primária/4ª classe)		
3.	2º Ciclo do Ensino Básico (actual 6º ano/antigo ciclo preparatório)		
4.	3º Ciclo do Ensino Básico (actual 9º ano/antigo 5º liceal)		
5.	Ensino Secundário (actual 12º ano/antigo 7º liceal/ano propedêutico)		
6.	Ensino pós-secundário Não Superior (Cursos de Especialização Tecnológica, nível IV)		
7.	Bacharelato		
8.	Licenciatura (1º Ciclo do Ensino Superior)		
9.	Mestrado (2º Ciclo do Ensino Superior)		
10.	Doutoramento (3º Ciclo do Ensino Superior)		

Q.11. RENDIMENTOS LÍQUIDOS MENSAIS:
Q.11.1. DIGA-NOS EM QUAL DOS INTERVALOS SE SITUA, EM MÉDIA, O SEU RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL?
Q.11.2. E DO SEU AGREGADO FAMILIAR?

	RENDIMENTOS	Q.11.1 PRÓPRIO	Q.11.2 AGREGADO FAMILIAR
1.	Não tem rendimentos		
2.	Menos de 500 euros		
3.	Entre 501 e 750 euros		
4.	Entre 751 e 1000 euros		
5.	Entre 1001 e 1500 euros		
6.	Entre 1501 e 2000 euros		
7.	Entre 2001 e 3000 euros		
8.	Entre 3001 e 5000 euros		
9.	Mais de 5000 euros		
10.	NS/NR		

II. PRÁTICAS DE LAZER E ESTILOS DE VIDA

Q.12. TENDO EM CONTA OS SEGUINTES CATEGORIAS DE PRÁTICAS DE LAZER E USO DOS TEMPOS LIVRES IDENTIFICADAS NA TABELA SEGUINTE, CLASSIFIQUE-AS EM FUNÇÃO DA FREQUÊNCIA DE REALIZAÇÃO, NO ANO DE 2010: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO PARA CADA CATEGORIA)

PRÁTICAS DE LAZER E USOS DO TEMPO LIVRE	1 Nunca	2 Raramente	3 Ás vezes	4 Muitas vezes	5 Sempre
1. Realizar actividades domésticas (ver TV, ler, ouvir música, navegar na internet, bricolage ou jardinagem, pintar ou desenhar)	1	2	3	4	5
2. Receber e/ou ir a casa de amigos ou familiares	1	2	3	4	5
3. Não fazer nada, descansar e/ou dormir a sesta	1	2	3	4	5
4. Sair para ir ao café, bar, discoteca, almoçar e/ou jantar fora	1	2	3	4	5
5. Participar em actividades de expressão cultural (tocar ou cantar num grupo musical, dançar, fazer teatro amador, fotografia, pintura)	1	2	3	4	5
6. Passear com a família e/ou amigos (passeios ao ar livre, praia; campismo; piquenique)	1	2	3	4	5
7. Ir ver espectáculos (desportivos e outros) ou eventos culturais (teatro, museus, exposições)	1	2	3	4	5
8. Ir ao centro comercial (passear, ir às compras, ir ao cinema)	1	2	3	4	5
9. Ir a associações recreativas ou a colectividades locais (jogar cartas, xadrez, bilhar)	1	2	3	4	5
10. Fazer desporto	1	2	3	4	5
11. Realizar viagens de lazer	1	2	3	4	5

III. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Q.13. EM RELAÇÃO AO SEU PASSADO DESPORTIVO, REFIRA: (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO)

1. Sempre manteve uma actividade física desportiva regular (pelo menos 1 vez por semana), para além da prática dos Desportos de Natureza	
2. Tem praticado outras actividades físicas desportivas ao longo da vida, para além da prática dos Desportos de Natureza, embora com interrupções	
3. Apenas praticou actividade física desportiva enquanto jovem e retomou recentemente a prática de outras actividades físicas desportivas (menos de 5 anos), para além da prática dos Desportos de Natureza	
4. Apenas praticou actividade física desportiva enquanto jovem e retomou recentemente a prática de actividade física desportiva (menos de 5 anos), com a prática dos Desportos de Natureza	
5. Nunca praticou outras actividades físicas desportivas, para além da prática dos Desportos de Natureza	

Q.14. TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS SEGUINTES ACTIVIDADES/MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

Q.14.1. QUAIS DAS SEGUINTES ACTIVIDADES/MODALIDADES JÁ PRATICOU PELO MENOS UMA VEZ? (ASSINALE COM UM X TODAS AS MODALIDADES QUE JÁ PRATICOU)

Q.14.2. QUAIS DAS SEGUINTES ACTIVIDADES/MODALIDADES PRATICOU, PELO MENOS UMA VEZ, EM 2010? (ASSINALE COM UM X TODAS AS MODALIDADES QUE PRATICOU EM 2010)

Q.14.3. QUAIS AS ACTIVIDADES/MODALIDADES QUE GOSTARIA DE PRATICAR COM MAIOR FREQUÊNCIA? (ASSINALE COM UM X APENAS 1 OPÇÃO EM CADA UMA DAS COLUNAS, NO MÁXIMO DE 3)

Q.14.4. QUAL A ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE MAIS GOSTA DE PRATICAR? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

Q.14.5. QUAL A ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE PRATICOU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

PRATICA DE ACTIVIDADES/ MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA	Q.14.1. (ASSINALE COM UM X TODAS AS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE JÁ PRATICOU)	Q.14.2. (ASSINALE COM UM X TODAS AS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE PRATICOU EM 2010)	Q.14.3. ACTIVIDADE/ MODALIDADE QUE MAIS GOSTA DE PRATICAR (ASSINALE COM UM X APENAS 1 OPÇÃO)	Q.14.4. ACTIVIDADE/ MODALIDADE QUE PRATICOU COM MAIOR FREQUÊNCIA, EM 2010 (ASSINALE COM UM X APENAS 1 OPÇÃO)	Q.14.5. TRÊS ACTIVIDADES/MODALIDADES QUE GOSTARIA DE PRATICAR COM MAIOR FREQUÊNCIA (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO EM CADA UMA DAS COLUNAS)		
					1º PREFERÊNCIA	2ª PREFERÊNCIA	3ª PREFERÊNCIA
1. Actividades Equestres	1	1	1	1	1	1	1
2. Bodyboard	2	2	2	2	2	2	2
3. BTT	3	3	3	3	3	3	3
4. Canoagem	4	4	4	4	4	4	4
5. Canyoning	5	5	5	5	5	5	5
6. Escalada	6	6	6	6	6	6	6
7. Espeleologia	7	7	7	7	7	7	7
8. Esqui (Ski)	8	8	8	8	8	8	8
9. Kitesurf	9	9	9	9	9	9	9
10. Mergulho	10	10	10	10	10	10	10
11. Montanhismo	11	11	11	11	11	11	11
12. Orientação	12	12	12	12	12	12	12
13. Pedestrianismo	13	13	13	13	13	13	13
14. Rafting	14	14	14	14	14	14	14
15. Remo	15	15	15	15	15	15	15
16. Skimming	16	16	16	16	16	16	16
17. Snowboard	17	17	17	17	17	17	17
18. Surf	18	18	18	18	18	18	18
19. Tiro com Arco e/ou Besta	19	19	19	19	19	19	19
20. Vela	20	20	20	20	20	20	20
21. Voo Livre	21	21	21	21	21	21	21
22. Windsurf	22	22	22	22	22	22	22
23. Multi-actividades	23	23	23	23	23	23	23
24. Outra(s). Qual(is)? (INDIQUE NO MÁXIMO 3)	24	24	24	24	24	24	24
24.1. _____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
24.2. _____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
24.3. _____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

Q.15. QUE OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES REALIZOU QUANDO PRATICOU DESPORTOS DE NATUREZA, NO ANO DE 2010? (ASSINALE COM UM X TODAS AS QUE REALIZOU)

1.	Não realizou actividades complementares ----------	
2.	Fotografia e Vídeo na Natureza ----------	
3.	Observação da Fauna e da Flora ----------	
4.	Banhos ----------	
5.	Estudos/Pesquisas ----------	
6.	Piqueniques ----------	
7.	Outras. Quais? (INDIQUE NO MÁXIMO 3 ACTIVIDADES COMPLEMENTARES)	
7.1.	_____	
7.2.	_____	
7.3.	_____	

Q.16. EM QUE ANO INICIOU A PRÁTICA DA ACTIVIDADE/MODALIDADE DOS DESPORTOS DE NATUREZA QUE REALIZOU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010? ----------_____

Q.17. QUEM O INFLUENCIOU A INICIAR ESSA ACTIVIDADE/MODALIDADE? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Livre iniciativa ----------	
2.	Media (Televisão, Jornais, Revistas, Rádio, etc.) ----------	
3.	Publicidade de Organizações do Sector ----------	
4.	Escola ----------	
5.	Grupo de Amigos, Colegas, Vizinhos ou Familiares ----------	
6.	Outro. Qual? _____	

Q.18. ÂMBITO DE PRÁTICA

Q.18.1. EM QUAL DESTES CONTEXTOS INICIOU A PRÁTICA DA ACTIVIDADE/MODALIDADE DOS DESPORTOS DE NATUREZA QUE REALIZOU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

Q.18.2. E ACTUALMENTE EM QUE CONTEXTO PRATICA? (APENAS UMA RESPOSTA, A FORMA MAIS USUAL)

	ÂMBITO DA PRÁTICA	Q.18.1 INÍCIO	Q.18.2 ACTUALMENTE
1.	Num Clube Desportivo --------- (PASSE PARA A Q. 19)		
2.	Num Clube de Praticantes ---- (PASSE PARA A Q. 19)		
3.	Numa Associação (Ambientalista, Cultural, Desportiva, Recreativa e afins) ---------- (PASSE PARA A Q. 19)		
4.	Através de uma Empresa de Animação Turística ------- (PASSE PARA A Q. 19)		
5.	Com um grupo informal de amigos, colegas, vizinhos ou familiares, com um carácter de lazer ----------		
6.	Sozinho ----------		
7.	Noutra Organização. ---------- (PASSE PARA A Q. 19) Qual? _____		

Q.18.3. JÁ PRATICOU ALGUMA VEZ ESSA ACTIVIDADE/ MODALIDADE ATRAVÉS DE UMA ORGANIZAÇÃO?

1.	Sim	
2.	Não	

Q.18.4. EM QUAL DAS ANTERIORES ORGANIZAÇÕES JÁ PRATICOU? (A MAIS FREQUENTE) _____

Q.19. QUANTAS VEZES PRATICOU, NO ANO DE 2010, A ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE REALIZOU COM MAIOR FREQUÊNCIA? (CONSIDERE O Nº DE DIAS)

1.	Entre 1 a 5 dias ----------	
2.	Entre 6 a 10 dias ----------	
3.	Entre 11 a 20 dias ----------	
4.	Entre 21 a 30 dias ----------	
5.	Entre 31 e 50 dias ----------	
6.	Entre 51 e 75 dias ----------	
7.	Entre 76 e 100 dias ----------	
8.	Entre 101 e 150 dias ----------	
9.	Entre 151 e 200 dias ----------	
10.	Entre 201 e 250 dias ----------	
11.	Mais de 251 dias ----------	

Q.20. INDIQUE A FREQUÊNCIA COM QUE PRATICOU, NORMALMENTE, ESSA ACTIVIDADE/MODALIDADE: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Apenas nas férias e fins-de-semana prolongados ----------	
2.	Esporadicamente, sem frequência regular ----------	
3.	Pelo menos uma vez por mês ----------	
4.	Entre 1 a 2 dias por semana ----------	
5.	Entre 3 a 6 dias por semana ----------	
6.	Todos os dias da semana ----------	

Q.21. INDIQUE O PERÍODO DO ANO MAIS HABITUAL PARA PRATICAR A ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE REALIZOU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010. (APENAS UMA RESPOSTA, O PERÍODO MAIS COMUM)

1.	Na Primavera ----------	
2.	No Verão ----------	
3.	No Outono ----------	
4.	No Inverno ----------	
5.	De forma indiferenciada ----------	

Q.22. QUAL O PERÍODO DA SEMANA? (APENAS UMA RESPOSTA, O PERÍODO MAIS COMUM)

1.	Fim-de-semana ----------	
2.	Durante a semana ----------	
3.	De forma indiferenciada ----------	

Q.23. E QUAL O PERÍODO DO DIA? (APENAS UMA RESPOSTA, O PERÍODO MAIS COMUM)

1.	Manhã ----------	
2.	Hora de almoço ----------	
3.	Tarde ----------	
4.	Final de tarde / Noite ----------	
5.	De forma indiferenciada ----------	

Q.24. QUAL A DURAÇÃO MAIS FREQUENTE DA PRÁTICA DA ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE PRATICA COM MAIOR FREQUÊNCIA? (APENAS UMA RESPOSTA, A DURAÇÃO MAIS COMUM)

1.	Menos de 2 horas ----------	
2.	Entre 2 a 4 horas ----------	
3.	Entre 4 a 6 horas ----------	
4.	Durante 1 dia ----------	
5.	Entre 2 ou 3 dias ----------	
6.	Entre 4 a 7 dias ----------	
7.	Mais de 1 semana ----------	

Q.25. NO SEU ENTENDER, EM QUAL DOS SEGUINTES GRAUS SE SITUA O SEU NÍVEL DE PROFICIÊNCIA TÉCNICA DE PRÁTICA DA MODALIDADE QUE REALIZA COM MAIOR FREQUÊNCIA? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA RESPOSTA)

1.	Iniciado ----------	
2.	Intermédio ----------	
3.	Avançado ----------	

Q.26. REFIRA DE QUE FORMA É QUE SE APROPRIA, GERALMENTE, DOS ESPAÇOS DE PRÁTICA? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	De forma geral, pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, e paga uma taxa pela utilização dos mesmos ----------	
2.	De forma geral, pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, sem pagar, no entanto, nenhuma taxa pela utilização dos mesmos ----------	
3.	De forma geral, não pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, e não paga nenhuma taxa pela utilização dos mesmos ----------	
4.	De forma geral, desenvolve as actividades num espaço privado pertencente a uma organização ("Parques aventura", etc.) ----------	
5.	Outra. Qual? _____	

Q.27. INDIQUE O(S) ESPAÇOS DE PRÁTICA ONDE REALIZOU A ACTIVIDADE/MODALIDADE QUE PRATICOU COM MAIOR FREQUÊNCIA NO ANO DE 2010:

ESPAÇOS DE PRÁTICA	Q.27.1 (ASSINALE C/ UM X APENAS UMA OPÇÃO)		1. DESIGNAÇÃO DO ESPAÇO DE PRÁTICA / INSTALAÇÃO	2. CONCELHO OU PAÍS (CASO SEJA NO ESTRANGEIRO) ONDE ESTÁ IMPLANTADO O ESPAÇO / INSTALAÇÃO DESPORTIVA
1. Normalmente sempre no mesmo espaço de prática		Q. 27.2. INDIQUE O PRINCIPAL ESPAÇO DE PRÁTICA		
2. Normalmente sem um local fixo para a prática.		Q.27.3. INDIQUE 3 ESPAÇOS DE PRÁTICA		

Q.28. DE ACORDO COM A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE O GRAU DE IMPORTÂNCIA DE CADA UMA DAS RAZÕES PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA:
(ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

RAZÕES PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Nada importante	2 Pouco importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Totalmente importante
1. Para estar em contacto com a Natureza; para apreciar a Natureza e a Paisagem; para defender o Ambiente	1	2	3	4	5
2. Para ter novas experiências/ sensações de Aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova	1	2	3	4	5
3. Para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona	1	2	3	4	5
4. Por recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ou melhor a Condição Física; para relaxar/ quebrar com a rotina do dia-a-dia	1	2	3	4	5
5. Para estar envolvido numa competição desportiva	1	2	3	4	5
6. Para visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património	1	2	3	4	5

Q.29. DE ACORDO COM A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE O GRAU DE IMPORTÂNCIA DE CADA UM DOS CONSTRANGIMENTOS (RAZÕES PARA NÃO PRATICAR COM MAIOR REGULARIDADE) PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

CONSTRANGIMENTOS PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Nada importante	2 Pouco importante	3 Importante	4 Muito importante	5 Totalmente importante
1. Porque não quer	1	2	3	4	5
2. Por falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais)	1	2	3	4	5
3. Por falta de dinheiro (ser muito caro)	1	2	3	4	5
4. Por ser uma actividade sazonal	1	2	3	4	5
5. Por ser afastado da zona de residência	1	2	3	4	5
6. Por falta de transportes	1	2	3	4	5
7. Por motivos de saúde	1	2	3	4	5
8. Por falta de companhia	1	2	3	4	5
9. Por falta de motivação	1	2	3	4	5
10. Pelas más condições dos espaços de prática	1	2	3	4	5
11. Por falta de equipamento	1	2	3	4	5
12. Por não ter conhecimentos suficientes	1	2	3	4	5

Q.30. DE ACORDO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS CLASSIFIQUE, TENDO EM CONTA A SUA OPINIÃO, O GRAU DE ASSOCIAÇÃO QUE FAZ EM RELAÇÃO À PRÁTICA DE DESPORTOS DE NATUREZA:
(ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

GRAU DE ASSOCIAÇÃO	1 Não associo nada	2 Associo pouco	3 Associo moderadamente	4 Associo muito	5 Associo totalmente
1. Recreação	1	2	3	4	5
2. Esforço	1	2	3	4	5
3. Deslizamento	1	2	3	4	5
4. Natureza	1	2	3	4	5
5. Actividade Física	1	2	3	4	5
6. Emoção	1	2	3	4	5
7. Diversão	1	2	3	4	5
8. Competição	1	2	3	4	5
9. Desafio	1	2	3	4	5
10. Risco	1	2	3	4	5
11. Desporto	1	2	3	4	5
12. Espectáculo	1	2	3	4	5
13. Prazer	1	2	3	4	5
14. Aventura	1	2	3	4	5
15. Turismo	1	2	3	4	5
16. Lazer	1	2	3	4	5
17. Educação	1	2	3	4	5

IV. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA E COMPORTAMENTOS NOS LOCAIS DE PRÁTICA

Q.31. TENDO EM CONTA A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE OS IMPACTOS (AMBIENTAIS, ECONÓMICOS E SOCIOCULTURAIS) QUE DECORREM NOS LOCAIS DE DESTINO, CAUSADOS, EM GERAL, PELA PRÁTICA DAS ACTIVIDADES/MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA:
(ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS	1 Muito Negativo	2 Negativo	3 Neutro	4 Positivo	5 Muito Positivo
1. Impacto ambiental	1	2	3	4	5
2. Impacto económico	1	2	3	4	5
3. Impacto sociocultural	1	2	3	4	5

Q.32. POR NORMA, COMO SE COSTUMA DESLOCAR DO LOCAL DA SUA RESIDÊNCIA PARA OS LOCAIS DE PRÁTICA? (APENAS UMA OPÇÃO, A MAIS FREQUENTE)

1. Em viatura própria ou de amigos	
2. De transportes públicos	
3. De bicicleta	
4. A pé	
5. Outro. Qual? _____	

Q.33. COMO COSTUMA FAZER AS REFEIÇÕES NOS LOCAIS DE PRÁTICA?
(APENAS UMA OPÇÃO, A MAIS FREQUENTE)

1. Não costumo fazer refeições nos locais de prática	
2. Levo os alimentos de casa e faz um pic-nic	
3. Compro os alimentos nos locais de destino e faz um pic-nic	
4. Vou a um restaurante	
5. Outra. Qual? _____	

Q.34. COSTUMA PERNOITAR QUANDO SAI PARA PRATICAR DESPORTOS DE NATUREZA?

1. Sim, sempre que vou praticar (100% das vezes)	
2. Sim, a maior parte das vezes que vou praticar (entre 76 a 99%)	
3. Sim, muitas das vezes que vou praticar (entre 51 a 75%)	
4. Sim, algumas vezes que vou praticar (entre 26 a 50%)	
5. Sim, mas poucas das vezes que vou praticar (entre 1 a 25%)	
6. Não, nunca pernoito quando vou praticar (0%) ---------- (PASSAR PARA A Q. 36)	

Q.35. QUANDO PERNOITA QUE TIPOLOGIA DE ALOJAMENTO COSTUMA UTILIZAR MAIS FREQUENTEMENTE? (APENAS UMA OPÇÃO, A MAIS FREQUENTE)

1. Estabelecimentos hoteleiros (Hotéis; Aparthotéis; Pousadas)	
2. Aldeamentos turísticos	
3. Apartamentos turísticos	
4. Conjuntos turísticos *(resorts)*	
5. Empreendimentos de turismo de habitação	
6. Empreendimentos de turismo no espaço rural	
7. Empreendimentos de turismo da natureza	
8. Parques de campismo e de caravanismo	
9. Alojamento local	
10. Outro. Qual? _____	

Q.36. RUBRICAS DE DESPESAS EM DESPORTOS DE NATUREZA, NO ANO DE 2010: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

Q.36.1. INDIQUE TODAS AS RUBRICAS EM QUE EFECTUOU DISPÊNDIO COM A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X TODAS AS RUBRICAS QUE DESPENDE)

Q.36.2. DESTAS, INDIQUE AS QUE FORAM EFECTUADAS, POR NORMA, NOS LOCAIS DE PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X OS DISPÊNDIOS NOS LOCAIS DE PRÁTICA)

Q.36.3. INDIQUE, POR ORDEM DECRESCENTE (1 – MAIOR DISPÊNDIO; 2 – 2º MAIOR DISPÊNDIO; 3 – 3º MAIOR DISPÊNDIO), AS 3 PRINCIPAIS RUBRICAS ONDE O SEU AGREGADO FAMILIAR GASTOU O SEU DINHEIRO COM A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X EM CADA UMA DAS COLUNAS)

RUBRICAS DE DESPESAS	Q.36.1 ASSINALE COM UM X TODAS AS RUBRICAS DE DISPÊNDIO C/ DESPORTOS DE NATUREZA EM 2010	Q.36.2 ASSINALE COM UM X AS QUE FORAM EFECTUADAS NOS LOCAIS DE PRÁTICA EM 2010	Q.36.3 1 MAIOR DISPÊNDIO EM 2010	2 2º MAIOR DISPÊNDIO EM 2010	3 3º MAIOR DISPÊNDIO EM 2010
1. Na aquisição de materiais e equipamentos desportivos					
2. No aluguer de materiais e equipamentos desportivos					
3. Nas deslocações (combustível, bilhetes para transportes públicos, etc.)					
4. Em alojamento					
5. Na alimentação/restauração					
6. Em formação					
7. Na aquisição de serviços de empresas					
8. Em agências de viagem					
9. Em quotas de Clubes/Associações					
10. Em licenças desportivas					
11. Em seguros					
12. Em compras diversas					
13. Outras. Quais?					
13.1. _____					
13.2. _____					
13.3. _____					

Q.37. QUANTO GASTOU O SEU AGREGADO FAMILIAR, NO ANO DE 2010, EM ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA (INCLUINDO TRANSPORTES, ALOJAMENTO, EQUIPAMENTOS, ETC.)? (APENAS UMA OPÇÃO)

1. Não gastou nada (PASSAR PARA A Q. 39)	
2. Menos de 100 euros	
3. Entre 100 a 500 euros	
4. Entre 501 e 1000 euros	
5. Entre 1001 a 2000 euros	
6. Entre 2001 a 3000 euros	
7. Mais de 3001 e 4000 euros	
8. Mais de 4000 euros	

Q.38. QUE PERCENTAGEM DESSES GASTOS FOI DESPENDIDO NOS LOCAIS DE DESTINO DAS PRÁTICAS? (APENAS UMA OPÇÃO)

1. 0%	
2. 1 a 25%	
3. 26 a 50%	
4. 51 a 75%	
5. 76 a 99%	
6. 100%	

Q.39. CLASSIFIQUE OS COMPORTAMENTOS QUE GERALMENTE TEM FACE AOS HABITANTES, ÀS ACTIVIDADES CULTURAIS DAS POPULAÇÕES LOCAIS E AO AMBIENTE, QUANDO SE DESLOCA PARA UM LOCAL DE PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

COMPORTAMENTOS NOS LOCAIS DAS PRÁTICAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Sim	2 Não
1. Cumprimento os habitantes locais	1	2
2. Participo nas actividades e nos eventos culturais locais	1	2
3. Utilizo as instalações e os espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas, etc.)-	1	2
4. Falo com os habitantes sobre a cultura local	1	2
5. Incentivo os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza	1	2
6. Incentivo as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza	1	2
7. Recolho o meu próprio lixo	1	2
8. Recolho o lixo abandonado nos locais de prática	1	2
9. Utilizo produtos reutilizáveis	1	2
10. Sensibilizo os outros praticantes para a ecologia e protecção da natureza	1	2
11. Cumpro as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora	1	2
12. Contribuo financeiramente para a protecção ambiental local	1	2
13. Denuncio práticas incorrectas ou atentados contra a natureza	1	2
14. Adquiro/consumo produtos tradicionais da região (artesanato regional, doçaria regional, etc.)	1	2
15. Procuro serviços que incluam o trabalho de habitantes locais	1	2

Q.40. CLASSIFIQUE OS SEGUINTES IMPACTOS GERADOS PELOS DESPORTOS DE NATUREZA, DE ACORDO COM A RESPECTIVA REPERCUSSÃO QUE TÊM TIDO PARA A SUSTENTABILIDADE DOS LOCAIS DE DESTINO DE PRÁTICA, EM PORTUGAL CONTINENTAL: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA	REPERCUSSÃO DO IMPACTO NA SUSTENTABILIDADE DOS LOCAIS DE DESTINO 1 Irrelevante	2 Pouco Relevante	3 Relevante	4 Muito Relevante	5 Totalmente Relevante
1. Têm contribuído para a promoção e a preservação de áreas naturais	1	2	3	4	5
2. Têm provocado poluição (sonora, visual, da água, do ar e do solo), degradação dos espaços de prática (solo, fauna e flora) e destruição/ degradação da paisagem (natural e da área agro-pastoril ou de sítios históricos)	1	2	3	4	5
3. Têm provocado congestionamento nos locais de prática	1	2	3	4	5
4. Têm contribuído para o aumento do rendimento dos habitantes locais através da criação de empregos	1	2	3	4	5
5. Têm provocado o aumento do custo de vida e o aumento dos preços dos produtos em geral	1	2	3	4	5
6. Têm ajudado a promover o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de lazer aumentando a atracção do território	1	2	3	4	5
7. Têm contribuído para a construção de infra-estruturas básicas (rede de água pública, saneamento básico, rede eléctrica) e melhoramento das vias e da rede de acesso (estradas, transportes)	1	2	3	4	5
8. Têm contribuído para a revitalização dos costumes locais e da herança cultural (artesanato, folclore, festivais, gastronomia) e a preservação e reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos	1	2	3	4	5
9. Têm contribuído para a descaracterização do artesanato e a vulgarização das manifestações culturais	1	2	3	4	5
10. Têm provocado acidentes desportivos que têm tido repercussões negativas na imagem do local	1	2	3	4	5
11. Têm provocado efeitos negativos nos comportamentos desviantes (crime, actos de vandalismo)	1	2	3	4	5

ANEXO 2: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA.

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Este inquérito por questionário faz parte de um estudo denominado de "Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável", inserido numa tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura – ramo Lazer e Desporto, desenvolvida por Ricardo José Espírito Santo de Melo, sob orientação do Doutor Rui Adelino Machado Gomes, professor da FCDEF-UC.
Este questionário destina-se aos dirigentes das Organizações que desenvolveram actividades enquadradas no âmbito dos Desportos de Natureza, no ano de 2010.
O tratamento da informação recolhida garante o anonimato e a confidencialidade dos respondentes.

Muito obrigado pela sua colaboração!

INSTRUÇÕES

Utilize esferográfica de tinta azul ou preta
Marque com um x a sua resposta ☒
Use letras MAIÚSCULAS
Para anular uma resposta ■
Para revalidar uma resposta anulada ■

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO ÀS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Código do Respondente: (INSERIR AQUI O Nº TELEMÓVEL) _____

I. PERFIL GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Q.1. SEDE SOCIAL: (INDIQUE EM QUE DISTRITO ESTÁ SEDIADA A ORGANIZAÇÃO)
_____

Q.2. ÂMBITO TERRITORIAL DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Local	
2. Regional	
3. Nacional	
4. Internacional	

Q.3. DISTRITO DE REFERÊNCIA DE ACTUAÇÃO, EM PORTUGAL CONTINENTAL, EM 2010: _____

Q.4. ANO DE FUNDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: _____

Q.5. ANO EM QUE A ORGANIZAÇÃO COMEÇOU A EXERCER ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA: _____

Q.6. QUEM FUNDOU A ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Uma pessoa, sozinha	
2. Um grupo de pessoas da mesma família	
3. Um grupo de amigos	
4. Um grupo de pessoas conhecidas	
5. Um grupo de pessoas desconhecidas	
6. Outro(s). Quem? _____	

Q.7. TIPOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Empresa de Animação Turística	
2. Empresa de Animação Turística com reconhecimento das actividades como Turismo de Natureza	
3. Clube Desportivo	
4. Clube de Praticantes	
5. Associação (Ambientalista, Cultural, Desportiva, Recreativa e afins) -	
6. Outra Organização. Qual? _____	

Q.8. OBJECTO SOCIAL: _____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Q.9. EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES EM ÁREAS PROTEGIAS:

Q.9.1. A ORGANIZAÇÃO EXERCE ACTIVIDADES EM ÁREAS PROTEGIDAS? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Sim		Q.9.2. SE SIM, EM QUE ÁREAS PROTEGIDAS É QUE A ORGANIZAÇÃO EXERCE, COM MAIOR FREQUÊNCIA, AS SUAS ACTIVIDADES? _____
2. Não		(PASSE PARA A QUESTÃO SEGUINTE)

Q.10. FORMA JURÍDICA: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Empresário em Nome Individual	
2. Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada	
3. Sociedade Unipessoal por Quotas	
4. Sociedade em Nome Colectivo	
5. Sociedade por Quotas	
6. Sociedade Anónima	
7. Sociedade em Comandita	
8. Cooperativa	
9. Associação sem fins lucrativos (PASSE PARA A Q.15)	
10. Associação sem personalidade jurídica (PASSE PARA A Q.15)	

Q.11. CAPITAL SOCIAL: _____

Q.12. VOLUME DE NEGÓCIOS DA ORGANIZAÇÃO, EM 2010: (APLICÁVEL APENAS A EMPRESAS. ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Até 50 000 euros	
2. Entre 50 001 euros a 100 000 euros	
3. Entre 100 001 euros e 250 000 euros	
4. Entre 250 001 euros e 500 000 euros	
5. Entre 500 001 euros e 1 milhão de euros	
6. Entre mais de 1 milhão de euros e 2 milhões de euros	
7. Entre mais de 2 milhões de euros e 10 milhões de euros	
8. Mais de 10 milhões de euros	

Q.13. QUAL FOI A TENDÊNCIA DO VOLUME DE NEGÓCIOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2008-2010)? (APLICÁVEL APENAS A EMPRESAS COM INÍCIO DE ACTIVIDADE, PELO MENOS, EM 2008. ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Decrescente	
2. Estabilizado	
3. Crescente	
4. Oscilante	

Q.14. QUAL O Nº DE SÓCIOS DA EMPRESA (APLICÁVEL APENAS A EMPRESAS) _____

(PASSE PARA A QUESÃO 17)

Q.15. QUAL O Nº DE DIRIGENTES DO CLUBE/ASSOCIAÇÃO (APLICÁVEL APENAS A CLUBES/ASSOCIAÇÕES) _____

Q.16. QUAL O Nº DE ASSOCIADOS ACTIVOS* DO CLUBE/ASSOCIAÇÃO (*COM QUOTAS EM DIA. APLICÁVEL APENAS A CLUBES/ ASSOCIAÇÕES): _____

Q.17. Nº DE TRABALHADORES REMUNERADOS?
Q.17.1. A TEMPO INTEIRO: _____
Q.17.2. A TEMPO PARCIAL: _____

Q.18. QUAL É A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO: _____
_____
_____
_____
_____
_____

II. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DAS ACTIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO

Q.19. OFERTA DE ACTIVIDADES/MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA (ASSINALE AS PRÓXIMAS QUESTÕES NA TABELA SEGUINTE)

Q.19.1. QUE ACTIVIDADES/MODALIDADES PROMOVEU A ORGANIZAÇÃO NO ANO DE 2010? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, TODAS AS QUE PROMOVEU)

Q.19.2. QUAIS FORAM AS 3 ACTIVIDADES/MODALIDADES QUE A ORGANIZAÇÃO PROMOVEU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS 3, AS MAIS FREQUENTES)

Q.19.3. INDIQUE O PRINCIPAL ESPAÇO DE PRÁTICA ONDE DESENVOLVE CADA UMA DAS 3 ACTIVIDADES/MODALIDADES QUE PROMOVEU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010 (CONCELHO E DESIGNAÇÃO DO ESPAÇO). (INDIQUE, NA TABELA SEGUINTE, NO MÁXIMO 3 ESPAÇOS, OS QUE CORRESPONDAM ÀS 3 ACTIVIDADES/MODALIDADES INDICADAS NA QUESTÃO ANTERIOR)

Q.19.4. QUE NOVAS ACTIVIDADES/MODALIDADES PREVÊ DESENVOLVER NO ANO DE 2011? (ASSINALE COM UM X. NA TABELA, SEGUINTE, TODAS AS NOVAS QUE PREVÊ DESENVOLVER)

Q.19.5. QUE ACTIVIDADES/MODALIDADES PREVÊ CANCELAR NO ANO DE 2011? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, TODAS AS QUE PREVÊ CANCELAR)

OFERTA DE MODALIDADES/ ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA	Q.19.1 ASSINALE TODAS AS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE PROMOVEU NO ANO DE 2010	Q.19.2 ASSINALE AS TRÊS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE PROMOVEU COM MAIOR FREQUÊNCIA, NO ANO DE 2010 (ASSINALE APENAS UMA ACTIVIDADE EM CADA UMA DAS COLUNAS)			Q.19.3 INDICAÇÃO DO PRINCIPAL ESPAÇO DE PRÁTICA DE CADA UMA DAS 3 ACTIVIDADES/MODALIDADES QUE PROMOVEU COM MAIOR FREQUÊNCIA, EM 2011 (CORRESPONDENTES ÀS MODALIDADES/ACTIVIDADES ASSINALADAS NA QUESTÃO ANTERIOR)		Q.19.4 ASSINALE TODAS AS NOVAS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE PREVÊEM DESENVOLVER EM 2011	Q.19.5 ASSINALE TODAS AS ACTIVIDADES/ MODALIDADES QUE PREVÊEM CANCELAR EM 2011
		1. Maior Frequência	2. 2ª Maior Frequência	3. 3ª Maior Frequência	1. Designação específica do espaço	2. Concelho ou país (caso seja no estrangeiro) onde está implantado o espaço		
1. Actividades Equestres	1	1	1	1	1	1	1	1
2. Bodyboard	2	2	2	2	2	2	2	2
3. BTT	3	3	3	3	3	3	3	3
4. Canoagem	4	4	4	4	4	4	4	4
5. Canyoning	5	5	5	5	5	5	5	5
6. Escalada	6	6	6	6	6	6	6	6
7. Espeleologia	7	7	7	7	7	7	7	7
8. Esqui (Ski)	8	8	8	8	8	8	8	8
9. Kitesurf	9	9	9	9	9	9	9	9
10. Mergulho	10	10	10	10	10	10	10	10
11. Montanhismo	11	11	11	11	11	11	11	11
12. Orientação	12	12	12	12	12	12	12	12
13. Pedestrianismo	13	13	13	13	13	13	13	13
14. Rafting	14	14	14	14	14	14	14	14
15. Remo	15	15	15	15	15	15	15	15
16. Skimming	16	16	16	16	16	16	16	16
17. Snowboard	17	17	17	17	17	17	17	17
18. Surf	18	18	18	18	18	18	18	18
19. Tiro com Arco e Besta	19	19	19	19	19	19	19	19
20. Vela	20	20	20	20	20	20	20	20
21. Voo Livre	21	21	21	21	21	21	21	21
22. Windsurf	22	22	22	22	22	22	22	22
23. Multi-actividades	23	23	23	23	23	23	23	23
24. Outra(s). Qual(is)? (INDIQUE NO MÁXIMO 3) 23.1. _____ 23.2. _____ 23.3. _____	24	24	24	24	24	24	24	24

Q.20. A ORGANIZAÇÃO OFERECE ALGUM SERVIÇO/ACTIVIDADE COMPLEMENTAR?

1. Sim----------
2. Não ---------- (PASSE PARA A QUESTÃO 22)

Q.21. QUE SERVIÇOS/ACTIVIDADES COMPLEMENTARES OFERECE A ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, TODAS AS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES QUE A ORGANIZAÇÃO OFERECE)

1. Bar ----------
2. Restaurante ----------
3. Alojamento ----------
4. Venda de "Merchandising" ----------
5. Fotografia ----------
6. Vídeo ----------
7. Outra. Qual? _____

Q.22. INDIQUE O PRINCIPAL ÂMBITO QUE A ORGANIZAÇÃO UTILIZOU PARA ORGANIZAR AS ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA, EM 2010. (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Cursos / Acções de formação de praticantes ----------
2. Enquadramento por técnicos (guias/monitores, etc.) ----------
3. Treino e competição ----------
4. Organização de Provas e Eventos ----------
5. Aluguer / empréstimo do equipamento sem organização formal das actividades. ----------
6. Outra. Qual? _____

Q.23. REFIRA DE QUE FORMA É QUE A ORGANIZAÇÃO SE APROPRIA, GERALMENTE, DOS ESPAÇOS DE PRÁTICA? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. De forma geral, pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, e paga uma taxa pela utilização dos mesmo. ----------
2. De forma geral, pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, sem pagar, no entanto, nenhuma taxa pela utilização dos mesmos. ----------
3. De forma geral, não pede autorização, formal e/ou informal, para utilizar os espaços de prática, e não paga nenhuma taxa pela utilização dos mesmos. ----------
4. De forma geral, desenvolve as actividades num espaço privado pertencente à organização ("Parques aventura", etc.).
5. Outra. Qual? _____

Q.24. OS TÉCNICOS (TREINADORES, MONITORES, ANIMADORES, ETC.) DA ORGANIZAÇÃO, DE FORMA GERAL, TÊM ALGUMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA NO DOMÍNIO DOS DESPORTOS DE NATUREZA?

1. Sim----------
2. Não ----------

Q.25. DE FORMA GERAL, QUE TIPO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA TÊM? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Antigos praticantes----------
2. Formação através de um (ou vários) curso(s) técnico(s). ---------
3. Formação através de um (ou vários) curso(s) de treinador. ------
4. Formação na área da Actividade Física Desportiva (pelo menos ao nível da licenciatura em Educação Física e/ou Desporto).----
5. Formação especializada ao nível dos Desportos de Natureza (licenciatura ou mestrado neste domínio).----------
6. Outra. Qual? _____

Q.26. QUE TIPO DE FORMAÇÃO INICIAL E/OU CONTÍNUA É QUE A ORGANIZAÇÃO FORNECE, DE FORMA GERAL, AOS SEUS TÉCNICOS? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Não é fornecida nenhuma formação. ----------	
2.	É fornecida formação interna. ----------	
3.	É fornecida formação externa credenciada. ----------	
4.	É fornecida formação interna e formação externa credenciada. -------	
5.	Outra. Qual? _____	

Q.27. QUE CRITÉRIOS SÃO UTILIZADOS PELA ORGANIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS/ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Serviços/actividades dirigidos a diferentes públicos, de acordo com critérios de segmentação (e.g. nível de experiência da prática, sexo, idade, perfil socioeconómico, etc.). ----------	
2.	Serviços/actividades dirigidos especificamente a um público de massas, não utilizando qualquer critério de segmentação ----------	
3.	Serviços/actividades dirigidos especificamente a um público especializado----------	
4.	Serviços/actividades dirigidos especificamente a um público iniciante	
5.	Serviços/actividades dirigido especificamente a um público que já iniciou a prática e que se quer aperfeiçoar na actividade/modalidade	
6.	Outro. Qual? _____ _____ _____ _____	

Q.28. RELATIVAMENTE AOS EQUIPAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO, REFIRA COMO PROCEDE, GERALMENTE, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Não possui qualquer equipamento e recorre ao aluguer e/ou empréstimo de todo o equipamento para promover as suas actividades. ----------	
2.	Possui algum equipamento mas, essencialmente, recorre ao aluguer e/ou empréstimo da maioria do equipamento para promover as suas actividades ----------	
3.	Possui quase todo o equipamento e recorre, apenas em situações pontuais, ao aluguer e/ou empréstimo de algum equipamento para promover as suas actividades ----------	
4.	Possui todos os equipamentos indispensáveis para a realização das actividades promovidas pela organização e nunca recorre ao aluguer e/ou empréstimo de qualquer equipamento para promover as suas actividades ----------	

Q.29. REFIRA QUE TIPO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO É DETENTORA A ORGANIZAÇÃO: (ASSINALE COM UM X TODAS AS QUE POSSUI)

1.	Sede Social ----------	
2.	Armazém ----------	
3.	Bar ----------	
4.	Restaurante ----------	
5.	Alojamento ----------	
6.	Outra. Qual? _____ _____	

Q.30. INDIQUE QUAL A PRINCIPAL FORMA QUE UTILIZA PARA DIVULGAR/PROMOVER AS ACTIVIDADES/SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Anúncios rádio ----------	
2.	Anúncios TV ----------	
3.	Anúncios na imprensa ----------	
4.	Anúncios em revistas especializadas ----------	
5.	Site de internet ----------	
6.	E-mail ----------	
7.	Newsleters ----------	
8.	Distribuição de folhetos ----------	
9.	"Boca a boca" ----------	
10.	Participação em feiras, exposições ----------	
11.	Outra. Qual? _____ _____	

Q.31. INDIQUE QUAL A PRINCIPAL FORMA QUE UTILIZA PARA "VENDER" AS ACTIVIDADES/SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	De forma directa ----------	
2.	Pela Internet ----------	
3.	Através de Agência de Viagens ----------	
4.	Através de Operadores Turísticos ----------	
5.	Através de *Vouchers* – Cheques Valor (A Vida é Bela; Smart Box; Odisseia) ----------	
6.	Outra. Qual? _____ _____	

Q.32. RELATIVAMENTE ÀS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, REFIRA SE A EMPRESA TEM: (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, EM CADA UMA DAS ESTRATÉGIAS)

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	1. Sim	2. Não
1. Política de preços mais baixos que a concorrência --------		
2. Política de oferta de serviços complementares----------		
3. Política de descontos para grupos----------		
4. "Personalização" de serviços----------		

III. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA DOS DESPORTOS DE NATUREZA

Q.33. INDIQUE EM QUAL DOS INTERVALOS SE SITUA O NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES/CLIENTES DA ORGANIZAÇÃO, NAS ACTIVIDADES/MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA, NO ANO DE 2010: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Menos de 50 ----------	
2.	Entre 50 e 100 ----------	
3.	Entre 101 e 250 ----------	
4.	Entre 251 e 500 ----------	
5.	Entre 501 e 1000 ----------	
6.	Entre 1001 e 2000 ----------	
7.	Entre 2001 e 4000 ----------	
8.	Entre 4001 e 7000 ----------	
9.	Entre 7001 e 10000 ----------	
10.	Mais de 10000 ----------	

Q.34. NOS ÚLTIMOS 3 ANOS QUAL A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE PRATICANTES/CLIENTES, NA SUA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Cresceu ----------	
2.	Decresceu ----------	
3.	Estagnou ----------	
4.	Oscilou ----------	

Q.35. DE ACORDO COM OS SEGUINTES GRUPOS DE IDADES, INDIQUE EM QUAL SE SITUA O GRUPO MAIS COMUM QUE PROCURA AS ACTIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Menos de 18 anos----------	
2.	18 a 35 anos ----------	
3.	36 a 50 anos ----------	
4.	51 a 65 anos----------	
5.	Mais de 65 anos ----------	

Q.36. EM RELAÇÃO AOS SEXO DOS PRATICANTES DE DESPORTOS DE NATUREZA NA ORGANIZAÇÃO, REFIRA:

Q.36.1. QUAL A PERCENTAGEM (%) DE HOMENS? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

Q.36.2. QUAL A PERCENTAGEM (%) DE MULHERES? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

Q.36.1. Homens				
1. Menos de 25%	2. Entre 25% e 50 %	3. Entre 51% e 75%	4. Entre 76% e 100%	5. NS/NR

Q.36.2. Mulheres				
1. Menos de 25%	2. Entre 25% e 50 %	3. Entre 51% e 75%	4. Entre 76% e 100%	5. NS/NR

Q.37. QUE NÍVEL DE EXPERIÊNCIA NA PRÁTICA APRESENTAM, NA GENERALIDADE, OS PRATICANTES/CLIENTES, QUANDO PROCURAM A PRIMEIRA VEZ OS SERVIÇOS DA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1.	Iniciado ----------	
2.	Intermédio ----------	
3.	Avançado ----------	
4.	Níveis de experiência variados ----------	

Q.38. DE FORMA GERAL, QUAL A ORIGEM GEOGRÁFICA DOS PRATICANTES NA SUA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Local ----------	
2. Regional ----------	
3. Nacional ----------	
4. Internacional. Qual o principal país emissor? _____ _____	

Q.39. EM GERAL, QUAL É A FREQUÊNCIA COM QUE OS PRATICANTES PROCURAM REALIZAR ACTIVIDADES NA SUA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Procuram uma vez e não procuram mais as actividades da Organização ----------	
2. Procuram algumas vezes mas depois abandonam as actividades da Organização depois de realizar a mesma actividade em diversos locais e /ou níveis de dificuldade ----------	
3. Procuram pelo menos uma vez por ano, de forma regular ----------	
4 Procuram frequentemente (mais do que uma vez por mês) ----------	
5. Procuram muito frequentemente (todas as semanas, pelo menos uma vez) ----------	

Q.40. SAZONALIDADE:

Q.40.1. REFIRA SE A PROCURA DAS ACTIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO É CONSTANTE OU INCONSTANTE: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. A procura das actividades dos Desportos de Natureza, na Organização, é inconstante (Existem períodos em que a procura é maior e outros em que a procura é menor). ---------- ---------- (PASSAR PARA A QUESTÃO SEGUINTE)	
2. A procura das actividades dos Desportos de Natureza, na Organização, mantem-se constante ao longo do ano (Não existem períodos com maior procura que outros). ---------- ---------- (PASSAR PARA A Q.41.)	

Q.40.2. QUAIS OS 3 MESES MAIS PROCURADOS? (COLOCAR POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA. 1 – MÊS MAIS PROCURADO; 2 – 2º MÊS MAIS PROCURADO; 3 – 3ª MÊS MAIS PROCURADO)

Q.40.3. QUAIS OS 3 MESES MENOS PROCURADOS? (COLOCAR POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA. 1 – MÊS MENOS PROCURADO; 2 – 2º MÊS MENOS PROCURADO; 3 – 3ª MÊS MENOS PROCURADO)

SAZONALIDADE	Q.40.2 3 Meses do ano mais solicitado	Q.40.3 3 Meses do ano menos solicitado
1. Janeiro ----------		
2. Fevereiro ----------		
3. Março ----------		
4. Abril ----------		
5. Maio ----------		
6. Junho ----------		
7. Julho ----------		
8. Agosto ----------		
9. Setembro ----------		
10. Outubro ----------		
11. Novembro ----------		
12. Dezembro ----------		

Q.41. CLASSIFIQUE OS SEGUINTES GRUPOS DE ACTIVIDADES, TENDO EM CONTA A SUA PERSPECTIVA DE FUTURO NOS PRÓXIMOS 10 ANOS: (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO, PARA CADA UM DOS GRUPOS DE MODALIDADES/ACTIVIDADES)

PERSPECTIVAS DE FUTURO	1. Declínio	2. Estagnação	3. Crescimento	4. Oscilação
1. Desportos Aquáticos-Marítimo (Surf, Vela, Kitsurf, etc.) ----------	1	2	3	4
2. Desportos Aquáticos-Fluviais (Canoagem, Canyoning, etc.) --------	1	2	3	4
3. Desportos de Montanha (Montanhismo, Escalada, BTT, etc.) ----	1	2	3	4
4. Desportos Aéreos (Parapente, Asa Delta, etc.) ----------	1	2	3	4
5. Desportos de Neve (Ski, Snowboard, etc.) --	1	2	3	4
6. Multi-actividades (Triatlos Aventura, Corridas de Aventura, etc.) ----------	1	2	3	4

Q.42. DE ACORDO COM A SUA PERCEPÇÃO, QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA O SECTOR, NOS PRÓXIMOS 10 ANOS? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Perspectiva de Declínio ----------	
2. Perspectiva de Estagnação ----------	
3. Perspectiva de Crescimento ----------	
4. Perspectiva de Oscilação ----------	

Q.43. DE ACORDO COM A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE O GRAU DE IMPORTÂNCIA, DE CADA UMA DAS RAZÕES PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

RAZÕES PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Nada importante	2 Pouco importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Totalmente importante
1. Para estar em contacto com a Natureza; para apreciar a Natureza e a Paisagem; para defender o Ambiente ----------	1	2	3	4	5
2. Para ter novas experiências /sensações de Aventura; para desafiar as capacidades; para pôr-se à prova ----------	1	2	3	4	5
3. Para ocupar o tempo livre; para interagir com outras pessoas/contacto social; pelo convívio que proporciona ----------	1	2	3	4	5
4. Por recomendação médica/ questões de saúde; para manter e/ou melhor a Condição Física; para relaxar/ quebrar com a rotina do dia-a-dia ----------	1	2	3	4	5
5. Para estar envolvido numa competição desportiva ------	1	2	3	4	5
6. Para visitar outros locais/ destinos; para conhecer outras tradições e outras culturas; para visitar e defender o património -------	1	2	3	4	5

Q.44. DE ACORDO COM A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE O GRAU DE IMPORTÂNCIA, DE CADA UM DOS CONSTRANGIMENTOS (RAZÕES PARA NÃO PRATICAR COM MAIOR REGULARIDADE) PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

CONSTRANGIMENTOS PARA A PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Nada importante	2 Pouco importante	3 Importante	4 Muito Importante	5 Totalmente importante
1. Porque não quer ----------	1	2	3	4	5
2. Por falta de tempo (obrigações familiares e/ou profissionais) ----	1	2	3	4	5
3. Por falta de dinheiro (ser muito caro) ----------	1	2	3	4	5
4. Por ser uma actividade sazonal	1	2	3	4	5
5. Por ser afastado da zona de residência ----------	1	2	3	4	5
6. Por falta de transportes ----------	1	2	3	4	5
7. Por motivos de saúde ----------	1	2	3	4	5
8. Por falta de companhia ----------	1	2	3	4	5
9. Por falta de motivação ----------	1	2	3	4	5
10. Pelas más condições dos espaços de prática ----------	1	2	3	4	5
11. Por falta de equipamento --------	1	2	3	4	5
12. Por não ter conhecimentos suficientes ----------	1	2	3	4	5

IV. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Q.45. TENDO EM CONTA A SUA PERCEPÇÃO, CLASSIFIQUE CADA UM DOS IMPACTOS (AMBIENTAIS, ECONÓMICOS E SOCIOCULTURAIS) QUE DECORREM, GERALMENTE, NOS LOCAIS DE DESTINO, ATRAVÉS DA PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X CADA UM DOS IMPACTOS)

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS	1 Muito Negativo	2 Negativo	3 Neutro	4 Positivo	5 Muito Positivo
1. Impacto ambiental ----------					
2. Impacto económico ---------					
3. Impacto sociocultural -------					

Q.46. A ORGANIZAÇÃO TEM ALGUMA PLANO DE BOAS PRÁTICAS E/OU CÓDIGO DE CONDUTA? (ASSINALE COM UM X, NA TABELA SEGUINTE, APENAS UMA OPÇÃO)

1. Sim ----------	
2. Não ----------	

Q.47. CLASSIFIQUE OS COMPORTAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES/MODALIDADES DOS DESPORTOS DE NATUREZA: (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO PARA CADA UM DOS COMPORTAMENTOS)

COMPORTAMENTOS NOS LOCAIS DE DESTINO DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Sim	2 Não
1. Desenvolve programas que levem os praticantes a participar em actividades culturais nos locais de prática ----------	1	2
2. Desenvolve programas que contemplem a utilização das instalações e dos espaços de lazer das comunidades locais (teatro, cinema, bibliotecas, piscinas.) ----------	1	2
3. Incentiva os habitantes locais para a prática dos Desportos de Natureza ----------	1	2
4. Incentiva as populações locais para a preservação dos espaços de prática dos Desportos de Natureza ----------	1	2
5. Recolhe o lixo produzido durante as actividades ----------	1	2
6. Recolhe o lixo abandonado nos locais de prática ----------	1	2
7. Sensibiliza as boas práticas ambientais dos praticantes ----------	1	2
8. Cumpre as normas de conduta para a preservação da fauna e da flora----------	1	2
9. Contribui financeiramente para a protecção ambiental local ----------	1	2
10. Denuncia práticas incorrectas ou atentados contra a natureza ----------	1	2
11. Promove os espaços de comércio locais (restaurantes, lojas, etc.) ----------	1	2
12. Promove os estabelecimentos hoteleiros locais ----------	1	2
13. Recruta habitantes dos locais de destino das práticas e/ou da sede da organização para trabalharem na Organização ----------	1	2

Q.48. CLASSIFIQUE OS SEGUINTES IMPACTOS GERADOS PELA PRÁTICA DOS DESPORTOS DE NATUREZA, DE ACORDO COM A RESPECTIVA REPERCUSSÃO QUE TÊM TIDO PARA A SUSTENTABILIDADE DOS LOCAIS DE DESTINO DE PRÁTICA, EM PORTUGAL CONTINENTAL: (ASSINALE COM UM X NA TABELA SEGUINTE)

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DOS DESPORTOS DE NATUREZA	1 Irrelevante	2 Pouco Relevante	3 Relevante	4 Muito Relevante	5 Totalmente Relevante
1. Têm contribuído para a promoção e a preservação de áreas naturais ----------	1	2	3	4	5
2. Têm provocado poluição (sonora, visual, da água, do ar e do solo), degradação dos espaços de prática (solo, fauna e flora) e destruição/ degradação da paisagem (natural e da área agro-pastoril ou de sítios históricos) ----------	1	2	3	4	5
3. Têm provocado congestionamento nos locais de prática ----------					
4. Têm contribuído para o aumento do rendimento dos habitantes locais através da criação de empregos ----------	1	2	3	4	5
5. Têm provocado o aumento do custo de vida e o aumento dos preços dos produtos em geral ----------	1	2	3	4	5
6. Têm ajudado a promover o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de lazer aumentando a atracção do território ----------	1	2	3	4	5
7. Têm contribuído para a construção de infra-estruturas básicas (rede de água pública, saneamento básico, rede eléctrica) e melhoramento das vias e da rede de acesso (estradas, transportes) ----------	1	2	3	4	5
8. Têm contribuído para a revitalização dos costumes locais e da herança cultural (artesanato, folclore, festivais, gastronomia) e a preservação e reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos ----------	1	2	3	4	5
9. Têm contribuído para a descaracterização do artesanato e a vulgarização das manifestações culturais ----------	1	2	3	4	5
10. Têm provocado acidentes desportivos que têm tido repercussões negativas na imagem do local ----------	1	2	3	4	5
11. Têm provocado efeitos negativos nos comportamentos desviantes (crime, actos de vandalismo) ----------	1	2	3	4	5

V. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

Q.49. SEXO:

1. Feminino ----------	
2. Masculino----------	

Q.50. IDADE: ---------- |__|__|

Q.51. QUAL O NÍVEL DE INSTRUÇÃO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU ATÉ AO MOMENTO?

1. Sem instrução formal ----------	
2. 1º Ciclo do Ensino Básico (actual 4º ano/antiga instrução primária/4ª classe) ----------	
3. 2º Ciclo do Ensino Básico (actual 6º ano/antigo ciclo preparatório) ------	
4. 3º Ciclo do Ensino Básico (actual 9º ano/antigo 5º liceal) ----------	
5. Ensino Secundário (actual 12º ano/antigo 7º liceal/ano propedêutico) --	
6. Ensino pós-secundário Não Superior (Cursos de Especialização Tecnológica, nível IV) ----------	
7. Bacharelato ----------	
8. Licenciatura (1º Ciclo do Ensino Superior) ----------	
9. Mestrado (2º Ciclo do Ensino Superior) ----------	
10. Doutoramento (3º Ciclo do Ensino Superior) ----------	

Q.52. QUAL A PRINCIPAL FUNÇÃO QUE EXERCE NESTA ORGANIZAÇÃO? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. Funções técnicas (treinador, monitor, animador desportivo) ----------	
2. Funções comerciais (venda dos serviços da Organização) ----------	
3. Funções financeiras (gestão do capital da Organização) ----------	
4. Funções administrativas (realização de inventários, registos, balanços, custos e estatísticas) ----------	
5. Funções dirigentes (gestão e direcção da Organização) ----------	
6. Outra função. Qual? _____	

Q.53. A SUA ACTIVIDADE PROFISSIONAL PRINCIPAL É EXERCIDA NESTA ORGANIZAÇÃO?

1. Sim ---------- (PASSE PARA A QUESTÃO 56)	
2. Não ----------	

Q.54. INDIQUE EM QUAL DOS SEGUINTES GRUPOS SE INSERE A SUA PROFISSÃO PRINCIPAL:

1. Quadro Superior da Administração Pública ou de Empresas ----------	
2. Especialista da Profissão Intelectual ou Científica ----------	
3. Técnico ou Profissional de Nível Intermédio ----------	
4. Pessoal Administrativo ou Similar ----------	
5. Pessoal dos Serviços ou Vendedor ----------	
6. Agricultor ou Trabalhador Qualificado da Agricultura e Pescas --------	
7. Operário, Artífice ou Trabalhador Similar ----------	
8. Operador de Instalações e Máquinas ou Trabalhador da Montagem -	
9. Trabalhador não Qualificado ----------	
10. Membro das Forças Armadas ----------	

Q.55. DE QUE FORMA EXERCE ESSAS FUNÇÕES? (ASSINALE COM UM X APENAS UMA OPÇÃO)

1. De forma voluntária ----------	
2. De forma remunerada ----------	
3. De forma voluntária e remunerada ----------	

Q.56. QUANTAS HORAS DEDICA, POR SEMANA, A TAREFAS DA ORGANIZAÇÃO? ---------- |__|__|